ISSN versão impressa 1981-1659
ISSN versão eletrônica 2595-0258

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Volume 21 Nº 1 Fev/Mar 2027

www.forumseguranca.org.br



ISSN versão impressa 1981-1659
ISSN versão eletrônica 2595-0258

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Volume 21 Nº 1 Fev/mar 2027



www.forumseguranca.org.br

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ISSN (versão impressa): 1981-1659

ISSN (versão eletrônica): 2595-0258

Rev. bras. segur. pública vol. 21 n. 1 São Paulo Fev/Mar 2027

COMITÊ EDITORIAL

Paula Ferreira Poncioni (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - *Editora-chefe*

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Pereira da Rocha, Secretaria de Segurança Pública do DF - Brasília / DF, Brasil

Alan Fernandes, Polícia Militar de São Paulo - São Paulo / SP, Brasil

Anthony W. Pereira, Distinguished Chair in Latin American Studies, Tulane University - New Orleans, Luisiana, Estados Unidos

Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Polícia Militar do Pará e Universidade Federal do Pará - Belém / PA, Brasil

Christopher Stone, University of Oxford - Oxford/ Inglaterra

Desmond Arias, Baruch College - Nova Iorque/ NY, Estados Unidos

Elizabeth R. Leeds, Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA), Estados Unidos

Fiona Macaulay, University of Bradford - Bradford / West Yorkshire, Reino Unido

Lucia Dammert, University of Santiago / Santiago, Chile

Luiz Henrique Proença Soares, Fundação Seade - São Paulo / São Paulo, Brasil

Manuel Monteiro Guedes Valente, Universidade Autónoma de Lisboa/ Lisboa, Portugal

Marcelo Fabián Sain, Universidade de Quilmes e Núcleo de Estudios sobre Gobierno y Seguridad en la Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo (UMET) - Buenos Aires / Argentina

Marlene Inês Spaniol, Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Porto Alegre /RS, Brasil

Renato Sérgio de Lima - Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) - São Paulo/SP, Brasil

Samira Bueno - Fórum Brasileiro de Segurança Pública - São Paulo/SP, Brasil

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo - São Paulo / SP, Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL

Caio Morais Sena

REVISÃO DE TEXTOS

Denise Malta de Andrade

Patricia V. Alfaro

CAPA E PRODUÇÃO EDITORIAL

Oficina22

TELEFONE

+55 11 94120-2226

E-MAIL

revista@forumseguranca.org.br

APOIO

Open Society Foundations e Ford Foundation

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

CONSELHEIROS
Alan Fernandes
Bartira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Lívio José Lima e Rocha
Marlene Inês Spaniol
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Juliana Lemes da Cruz

CONSELHO FISCAL
Renato de Alcino Vieira
Roberto Uchôa
Sandoval Bittencourt

DIRETOR PRESIDENTE
Renato Sérgio de Lima

DIRETORA EXECUTIVA
Samira Bueno

GERENTE DE PROGRAMAS
David Marques

GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Juliana Martins

GERENTE DE PROJETOS E DADOS
Isabela Sobral

COORDENADORES TEMÁTICOS
Cauê Martins (Infância e Juventude)
Juliana Brandão (Gênero e Raça)
Leonardo Silva (Estado e Crime Organizado)

PESQUISADORES SÊNIORES
Aiala Couto
Ariadne Natal
Rodrigo Chagas

EQUIPE TÉCNICA
Ana Clara Coelho
Beatriz Schroeder
Deise Nunes
Raquel Sousa
Artur dos Santos (estagiário)
Gabriela Oliveira (estagiária)
Maria Eduarda Medeiros (estagiária)

GERENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Débora Lopes

ANALISTA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Michelle Bulhões

ASSISTENTE DE DIRETORIA
Letícia Conceição

EQUIPE ADMINISTRATIVA
Elaine Rosa
Sueli Bueno

SUMÁRIO

Apresentação 8
Equipe Editorial da RBSP

ARTIGOS

A (des)integração de agências de inteligência no enfrentamento do crime organizado: o caso da Força-Tarefa de Inteligência (FTI) 12
The (dis)integration of intelligence agencies in fighting organized crime: the case of the Intelligence Task Force (FTI)
Jaime Lopes Barbosa Neto e Almir de Oliveira Junior

Atendimento familiar e liberdade assistida à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano 30
Family support and supervised freedom in the light of the Bioecological Theory of Human Development
Luciana Maria Damasceno e Silvia Renata Lordello

Uma análise dos homicídios dolosos em Nossa Senhora do Socorro/SE no período de 2012 a 2017 48
An analysis of intentional homicides in Nossa Senhora do Socorro/SE in the period 2012 to 2017
Anúbia Melo Tavares, Verônica Teixeira Marques e Marco Antonio Jorge

O Sinesp e a Governança da Segurança Pública 68
The National Security Statistics System and the Governance of Security in Brazil
Arthur Trindade M. Costa

Sistema prisional e a comunidade LGBTQIA+: a vida em uma unidade do sistema prisional 82
The prison system and the LGBTQIA+ community: life in a prison facility
Luiz Claudio de Almeida Teodoro e Andréa Maria Silveira

Sem liberdade e sem igualdade: análise exploratória das desigualdades de provisão de assistências de saúde, educação e trabalho em prisões brasileiras 102
Without freedom and without equality: exploratory analysis of inequalities in the provision of health care, education and work in brazilian prisons
Davi Mendes Málaga e Marco Aurélio Marques Ferreira

O herói destronado: clínica psicodinâmica do trabalho adaptada para demanda de saúde mental masculina 120
The dethroned hero: psychodynamic of work clinic adapted to men's mental health demands
Ronaldo Gomes-Souza, Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, Kézia Sousa Lima e Sara Evelyn Mota da Silva

Desafios na captação de recursos junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública: o grau de conhecimento dos gestores em nível estratégico da PMPB 138
Challenges in securing funding from the National Public Security Fund: the level of knowledge among strategic-level managers of the PMPB
Vinícius Phillipe de Albuquerquemello e Onierbeth Elias de Oliveira

Padrões de violência no Brasil: uma abordagem orientada a dados 162
Patterns of violence in Brazil: a data-driven approach
Rodrigo Garcia Brunini, Douglas Costa Macario, Paula Bruzadelle Vieira e Edna Costa

Qualidade de vida e eficiência na Segurança Pública: evidências do estado do Espírito Santo 188
Quality of life and efficiency in Public Security: evidence from the state of Espírito Santo
Fábio Leite de Oliveira, Miguel Rodrigues, Erivelto Fioresi de Sousa, Guilherme Guilhermino Neto e Tiago José Meneses Gonçalves

Reavaliando a fundada suspeita: o julgamento do HC 208.240/SP pelo STF e seus reflexos sobre as abordagens policiais 216
Reassessing the reasonable suspicion: the judgment of HC 208.240/SP by the Brazilian Supreme Court (STF) and its implications for police stops and searches
Isadora Rezende Bonamim, Fernanda Carolina de Araujo Ifanger e Lucas Catib de Laurentiis

Medo do crime, sexo e idade: insights da Pesquisa de Vitimização do DF 232
Fear of crime, gender, and age: insights from the DF Victimization Survey
Cláudio V. Torres, Laura Novaes Andrade, Francisco Guilherme L. Macedo, Kamilla L. A. M. L. Nascimento, Thiago G. L. A. M. Nascimento e Edna A. B. Tôrres

Evolución y desafíos en la implementación de la mediación policial en la Comunidad Valenciana (España)..... 252
Evolução e desafios na implementação da mediação policial na Comunidade Valenciana (Espanha)
Evolution and challenges in the implementation of police mediation in the Valencian Community (Spain)
Helena Pérez-Beltrán e Andrea Planchadell-Gargallo

Inovação em segurança pública: integração do Design Thinking Canvas e da ferramenta "Bússola" para mitigação de riscos e vulnerabilidades..... 282
Innovation in public security: integrating the Design Thinking Canvas and the "Bússola" tool for risk and vulnerability mitigation
Sérgio Ximenes da Silva, Walter Franklin Marques Correia e João Marcelo Xavier Natario Teixeira

"Tortura como *modus operandi*": a gestão do terror em uma instituição carcerária do Rio Grande do Norte 310
*"*Torture as a modus operandi*": the management of terror in a penitentiary institution of the State of Rio Grande do Norte (Brazil)*
Kayah Nicholas De Souza

Implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 em laboratório forense do estado de Goiás: um trabalho de adequação normativa 326
Implementation of ABNT NBR ISO/IEC 17025 in a Forensic Laboratory in the State of Goiás: A Regulatory Compliance Initiative
Laryssa Silva de Andrade Bezerra, Bruno Martinucci, Grasielly de Oliveira Lázaro e Arão, Advaldo Carlos de Souza Neto e Camila Fabrício Poltronieri

Além da farda: o policial brasileiro sob a lente da academia..... 362
Beyond the uniform: the brazilian police officer through the lens of academia
Rafael José Antunes, Diego Fabricio Schlosser e Luiz Alberto Pilatti

NOTAS TÉCNICAS

A importância das ações em saúde mental voltadas para Policiais Militares do Espírito Santo e os impactos na segurança pública do Estado 382
The importance of mental health initiatives for Military Police Officers in Espírito Santo and their impact in state public security
Neila de Oliveira Cabral e Pedro Luiz Ferro

Guardiões da infância: programa policial de prevenção à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes em ambientes virtuais 398
Guardians of childhood: a law enforcement program to prevent the sexual exploitation and abuse of children and adolescents in virtual environments
Sérgio Victor de Almeida Rodrigues e Daniela de Castro Melo

APRESENTAÇÃO

Com a publicação desta 40ª Edição da *Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP)*, damos continuidade direta aos esforços iniciados e apresentados na edição anterior para conferir maior celeridade, transparência e eficiência ao nosso fluxo editorial. O processamento dos textos e a garantia das decisões finais aos autores permanecem como compromissos da revista, assegurando que o conhecimento científico produzido chegue ao público, consideradas as condições de um periódico científico de acesso aberto totalmente gratuito.

Neste esforço contínuo de avaliação e organização do acervo pendente, informamos à comunidade acadêmica que, até o presente momento, não há previsão de retorno para o recebimento de novas submissões. Aproveitamos esta oportunidade para renovar um apelo fundamental aos nossos autores: solicitamos fortemente que evitem submeter textos ao nosso periódico simultaneamente a outros. A submissão concomitante viola princípios da ética editorial, sobrecarrega indevidamente o corpo de pareceristas voluntários, atrasa o fluxo de avaliação de todos os demais trabalhos e gera custos financeiros e operacionais expressivos para a Revista. Registramos com preocupação que, nesta própria edição, fomos surpreendidos com a desistência de última hora de autores que tiveram seu artigo aprovado, mas solicitaram a retirada do manuscrito porque já o haviam publicado em outro periódico sem comunicação prévia à RBSP. Casos dessa natureza acentuam o desafio de manter a periodicidade e a qualidade do nosso veículo.

A presente edição reúne um conjunto robusto e diversificado de 19 trabalhos, sendo 17 artigos científicos e 2 notas técnicas, cujas reflexões perpassam os principais dilemas contemporâneos da segurança pública.

As contribuições deste volume iniciam-se problematizando as estruturas e arranjos institucionais do Estado. Alguns dos trabalhos lançam luz sobre a análise dos limites de integração de forças-tarefas no combate ao crime organizado e os desafios federativos de consolidação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Em diálogo com a gestão e a operacionalidade, abordam-se também metodologias inovadoras de planejamento de riscos, a capacitação técnica para captação de recursos federais por parte das organizações policiais, bem como a busca pelo rigor científico na perícia criminal através da implementação de padrões internacionais de qualidade ISO em laboratórios de genética forense.

Outro eixo de destaque analisa as práticas ostensivas, o controle da atividade policial e as garantias fundamentais. O volume traz contribuições cruciais sobre os impactos de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal acerca da "fundada suspeita" e do combate ao perfilamento racial em abordagens policiais de rotina. Paralelamente, observam-se experiências internacionais de mediação policial para a resolução comunitária de conflitos, programas educativos voltados à prevenção de crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes, e revisões narrativas que buscam compreender como a própria literatura acadêmica tem representado a figura do policial brasileiro.

A dimensão humana e ocupacional das forças de segurança ganha espaço central nas investigações sobre saúde mental e condições de trabalho. Os artigos desta edição discutem a eficácia de políticas preventivas no ambiente organizacional, os impactos do estresse e do adoecimento psíquico, propondo reflexões sobre como estereótipos rígidos de masculinidade e a figura do "herói" afetam o bem-estar dos agentes

policiais. Ademais, avalia-se analiticamente como a qualidade de vida do policial se relaciona diretamente com a eficiência e o rendimento das unidades operacionais.

No âmbito da execução penal e do sistema socioeducativo, os trabalhos expõem as profundas assimetrias do encarceramento no Brasil. Revelam-se as desigualdades regionais no acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho nas prisões, o uso da violência e da gestão do terror como formas institucionais de controle territorial, e a grave desassistência vivenciada por populações vulnerabilizadas, como a comunidade LGBTQIA+ privada de liberdade. No campo juvenil, problematizam-se as dinâmicas de atendimento familiar no acompanhamento de medidas de liberdade assistida.

Por fim, a edição encerra-se com diagnósticos empíricos e espaciais sobre violência e vitimização. Utilizando ferramentas que variam do aprendizado de máquina à análise de correspondência e ao geoprocessamento, os estudos identificam padrões regionais das agressões no Brasil, traçam perfis detalhados de homicídios em municípios do Nordeste e analisam como marcadores sociais, como sexo e idade, moldam o medo do crime e a percepção de insegurança na população.

Agradecemos imensamente aos pareceristas *ad hoc* pela dedicação voluntária e pareceres criteriosos que viabilizaram esta publicação. Desejamos a todas e todos uma excelente e proveitosa leitura.

Equipe RBSP

Paula Poncioni
Editora-Chefe

Caio Morais Sena
Assistente Editorial

Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP)

AGRADECIMENTOS

Aproveitamos para agradecer todos os pareceristas que colaboraram conosco desde a realização da última edição regular até o fechamento deste trabalho. A atividade é de grande importância para o trabalho realizado pela Revista Brasileira de Segurança Pública.

Ailton Vieira da Cunha
Alan Fernandes
Alexandre Pereira da Rocha
Almir Oliveira Júnior
Amanda Lagreca
Ana Carla Oliveira Pinheiro
Anderson Duarte Barboza
André Silva de Oliveira
André Zanetic
Andréa Bittencourt Pires Chaves
Andrija Oliveira Almeida
Anelise Fróes da Silva
Camila Costa Cardeal
Carlos Francisco Oliveira Nunes
Célia Cristina Pereira da Silva Veiga
Cláudia Da Cruz Gomes
Claúdio Dantas Monteiro
Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza
Elson Luiz Brito da Silva
Érica de Aquino Paes
Fábio Gomes de França
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos
Gabriel Patriarca
Gaspar Alexandre Machado de Sousa
Izabela da Silva Jatene
Jacqueline Sinhoretto
Jarsen Luis Castro Guimarães
João Trajano de Lima Sento-Sé
José Gracildo Carvalho Júnior
José Lenho Silva Diógenes
Juliana Lemes da Cruz
Lívio José Lima e Rocha
Lucas Eduardo Pereira Silva
Luís Flávio Sapori
Luís Felipe Zilli
Luiz Antônio Bogo Chies
Maria Aparecida Casagrande
Martha Giudice Narvaz
Nilson De Jesus Oliveira Leite Júnior
Patricia Oliveira Burlamaqui
Pedro Luiz Ferro
Pedro Saliba
Rafaelle Lopes Souza
Ricardo Gonçalves Vaz de Oliveira
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas
Roberto Magno Reis Netto
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo
Rogério Turrela
Sandro José Gomes
Saulo Marimon
Thais Battibugli
Victória Santos
Vivane Martins Cunha

REVISTA
BRASILEIRA
DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

A (DES)INTEGRAÇÃO DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DO CRIME ORGANIZADO: O CASO DA FORÇA-TAREFA DE INTELIGÊNCIA (FTI)

JAIME LOPES BARBOSA NETO

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Ipea. Bacharel em História pela UFMG, já foi oficial de inteligência da Abin. Atualmente é Analista de Processo Legislativo da Câmara dos Deputados.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: jlopesbarbosa1987@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0009-8187-4386

ALMIR DE OLIVEIRA JUNIOR

Doutor em Sociologia e Política pela UFMG. Pesquisador do Ipea, onde é coordenador do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Membro da Rede de Pesquisa em Inteligência Estratégica da Escola de Inteligência da Abin.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: almir.junior@ipea.gov.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-8568-6088

Contribuições dos autores: Jaime Lopes Barbosa Neto, autor principal, participou de todas as fases da elaboração do artigo, da formulação da proposta à realização das entrevistas e interpretação dos resultados. Almir de Oliveira Junior, co-autor, contribuiu na elaboração conceitual, análise da literatura e discussão final.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo traçar um panorama a respeito das dificuldades e questões envolvidas na integração dos órgãos do campo da segurança pública no país. Em vez de uma reflexão puramente teórica sobre o assunto, o trabalho trata especificamente da Força-Tarefa de Inteligência (FTI) criada pelo Decreto nº 9.527, de 18 de outubro de 2018. A FTI foi concebida como um fórum de cooperação e compartilhamento de informações entre estruturas de segurança pública federais, com o objetivo de enfrentar o crime organizado. Os principais aspectos dessa iniciativa são analisados para se tecer uma visão crítica do modelo proposto diante do hercúleo objetivo de combater o crime organizado, meta principal da Força. Uma vez que sua coordenação se deu pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), além de contar com a inteligência dos três braços das Forças Armadas (FA), o papel dos militares na segurança pública do país é abordado como objetivo secundário do estudo. A abordagem empregada tem foco qualitativo, desenvolvido por meio de informações publicadas na mídia, revisão de literatura e entrevistas com alguns dos participantes da FTI. De acordo com os resultados, a estrutura montada não foi efetiva, mesmo com mais de quatro anos pós ter sido criada. Suas limitações se enquadram em contexto maior, na qual a integração das agências na área de segurança pública sofre de mazelas ligadas a diversos fatores, como falta de sinergia, baixa densidade normativa, sobreposição de funções, desvio de funções e disputas de poder.

Palavras-Chave: Inteligência de Segurança Pública. Força-Tarefa. Integração interagências**.** Crime Organizado.

THE (DIS)INTEGRATION OF INTELLIGENCE AGENCIES IN FIGHTING ORGANIZED CRIME: THE CASE OF THE INTELLIGENCE TASK FORCE (FTI)

ABSTRACT

This article aims to provide an overview of the difficulties and issues involved in the integration of bodies in the field of public security in the country. Instead of a purely theoretical reflection on the topic, the work deals with the Intelligence Task Force (FTI) created by Decree 9527 of 2018. The FTI should be a forum for cooperation and information sharing between federal public security structures to combat organized crime. The study analyses the main aspects of this initiative, providing a critical view of the proposed model in the face of the herculean objective of fighting organized crime. The Institutional Security Office (GSI) coordinated the FTI and involved the Armed Forces (FA). So, the military's role in the country's public security is also debated. The discussion has a qualitative focus, through information published in the media, a literature review, and interviews with some FTI participants. According to the results, the established structure proved ineffective, even four years after its creation. Its limitations exist within a broader context in which the integration of public security agencies is hampered by systemic issues linked to various factors, such as a lack of synergy, the absence of robust regulatory frameworks, overlapping functions, the undue expansion of mandates, and power struggles.
Keywords: Public security intelligence. Task force. Interagency integration. Organized crime.

Data de recebimento: 29/09/2023 **Data de aprovação:** 29/10/2024
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2069

INTRODUÇÃO – O CONTEXTO E O OBJETIVO DO ESTUDO

A segunda década do século XXI no Brasil trouxe uma série de experiências com o objetivo de melhorar o quadro de segurança pública do país. As políticas públicas e os instrumentos destinados a aperfeiçoar as práticas existentes se deram de forma reativa, pautadas pela multiplicação do surgimento das facções de base prisional e pelo agravamento dos índices de criminalidade no país. Contudo, as estatísticas de violência da década deixam dúvidas quanto à eficácia e à efetividade das iniciativas empreendidas.

O Brasil registrou nos anos de 2016 e 2017 seus maiores números de mortes violentas intencionais (MVI) nesse século, respectivamente 61.283 e 63.895 (Anuário de Segurança Pública, 2019, 2022). Segundo alguns pesquisadores (Lessing, 2022), os dois anos foram caracterizados pela cisão definitiva da aliança entre as duas principais facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), trazendo consequências negativas para o quadro de violência do país.

A ruptura entre as duas organizações teve contribuição ímpar para as estatísticas acima, tendo em vista que o alto número de homicídios no país está intrinsecamente relacionado às disputas de mercados ilegais pelos grupos armados (Feltran *et al.*, 2022). O rompimento também provocou uma onda de violência que resultou em uma série de massacres prisionais em janeiro de 2017 e que se estenderam até 2019, com mais de 250 presos assassinados, em decorrência do conflito direto ou indireto do PCC e do CV. Tendo em vista que a grande maioria das facções no país órbita em torno do núcleo de influência de um desses dois grupos (Ferreira; Framento, 2019), o cenário conflituoso entre as duas facções impactou toda a segurança pública, ampliando a violência como um todo do país.

Nesse contexto, em fevereiro de 2018, o governo decidiu criar, a partir da medida provisória de 26 de fevereiro de 2018, o Ministério Extraordinário da Segurança Pública do país, como uma estrutura única para tratar exclusivamente dos temas afeitos à segurança. Ainda em fevereiro de 2018, o governo Temer, pressionado pela conjuntura político-social do país, editou o Decreto nº 9.288, que determinava a intervenção federal, exclusivamente, na segurança pública do estado do Rio de Janeiro; buscava-se legitimar a intervenção a partir da criação de um sistema mais robusto de segurança social, com coordenação mais estreita entre as forças de segurança, capacidade operacional maior e inteligência mais integrada (Jesus, 2020). Nomeou-se como interventor o General de Exército Walter Braga Netto, dando ao militar poderes para comandar com o exército brasileiro toda a segurança pública da unidade da Federação, fato inédito na história da nova república.

Até então, a escolha do exército para conduzir a intervenção indicava que as Forças Armadas seriam cada vez mais demandadas em assuntos de segurança pública, sobretudo a partir das chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A militarização da segurança pública enquadra-se em um processo de institucionalização das Forças Armadas como garantidoras da segurança pública que, ao fim, legitima a sua atuação em âmbito doméstico. Contudo, a atuação na segurança pública interna do país foge de sua missão precípua, a defesa da soberania e das fronteiras nacionais (Ramos, 2021; Rocha, 2021).

O breve período do governo Temer também foi próspero na edição de normativos que propunham a integração dos órgãos de segurança pública, avançando na busca por normativos que permitissem a integração dos órgãos de segurança através do compartilhamento de informações, inclusive na atividade de inteligência. É dessa época a edição da Lei nº 13.675, que criou o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) junto à Política Nacional de Segurança Pública (Brasil, 2018), que formam o arcabouço jurídico de maior relevo para a integração dos órgãos de segurança em todos os seus níveis de Federação. Além desses documentos, tem-se, no campo da inteligência, a edição do Decreto nº 8.793, que fixou a Política Nacional de Inteligência e a Estratégia Nacional de Inteligência (Brasil, 2016). Ambos os documentos advogam, em suas diretrizes, para uma maior integração dos órgãos que fazem inteligência no país.

Feita essa breve contextualização, este artigo tem como objetivo principal abordar as dificuldades apresentadas para a efetiva integração dos órgãos de segurança pública no país, dentro de uma perspectiva qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993), o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação. A escolha e a utilização de uma metodologia depende do tipo de problema colocado e dos objetivos da pesquisa (Martins, 2004). Não se trata, portanto, de afirmar que um método seja melhor que outro, mas sim de encontrar a metodologia mais adequada para o estudo científico proposto. O objeto do presente trabalho não pode ser quantificado, dessa forma, optou-se pela abordagem qualitativa como a alternativa mais adequada para se apresentar o caso da FTI.

Segundo Vergara (2000), a taxonomia de uma pesquisa pode ser analisada sob dois critérios: quanto aos meios e quanto aos fins. Quanto aos fins, portanto, este trabalho será do tipo exploratório e, naturalmente, descritivo. Exploratório porque pretende realizar investigação sobre objeto de conhecimento acumulado e sistematizado pouco denso; descritivo, primeiramente, porque toda pesquisa exploratória é também uma pesquisa descritiva (Gil, 2002). Portanto, o estudo é caracterizado como exploratório, com abordagem qualitativa e método de estudo de caso. O estudo de caso é entendido como uma metodologia que visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar

para que se possa realizar uma busca aprofundada de informações acerca do objeto estudado (Bruyne; Herman; Schoutheteete, 1977).

A FTI foi criada no final do governo Temer para integrar estruturas de segurança pública federal, com a meta de que houvesse o compartilhamento de informações e experiências para o enfrentamento à criminalidade organizada do país. Para compreender como foi sua consecução, utilizou-se fontes de natureza legal e bibliográfica, além de complementar o estudo com entrevistas com agentes que participaram efetivamente da FTI. Com o conjunto das informações coletadas, se procedeu à análise qualitativa proposta, de natureza reflexiva e interpretativa.

Após essa introdução, o texto está dividido em três seções. A primeira é dedicada a realizar sucinta abordagem do universo das forças-tarefas, explica-se sua origem e os diferentes conceitos desse mecanismo utilizado para a integração dos órgãos públicos. Depois, aborda-se a FTI em todas as suas faces, trazendo luz também ao papel dos militares na segurança pública, em função de capitanearem a força-tarefa e seu protagonismo no campo, sobretudo durante o governo Temer. Por fim, a última seção traz as considerações e conclusões do texto, lembrando que o estudo de caso tem como meta primordial a descrição das características de determinado fenômeno, não tendo compromisso, todavia, em explicar esses fenômenos, embora sirva de base para suas possíveis explicações (Vergara, 2000).

FORÇAS-TAREFAS: A CONSTRUÇÃO DE FERRAMENTAS PARA INTEGRAÇÃO

O conceito de força-tarefa (FT) foi utilizado inicialmente em 1941, pela força naval dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, para designar missões temporárias com várias unidades da Força para cumprimento de objetivos específicos. O conceito foi tão bem-sucedido que, ao final do conflito, cerca de cem forças-tarefas haviam sido criadas no Atlântico e no Pacífico. Após o conflito, o instituto ampliou seu escopo, deslocando-se do campo militar para outras áreas (Robinson, 2020).

Não há definição universal acerca do conceito de uma força-tarefa. O Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (Ministério da Defesa, 2015, p. 165) define-a como um grupo temporário de forças, sob comando único, formado com o propósito de executar uma operação ou missão específica. De acordo com manual de atuação do Ministério Público da União, uma força-tarefa é uma equipe de especialistas com os meios materiais necessários à consecução de um objetivo complexo, que demanda coordenação de esforços por um certo período de tempo (Paludo, 2011, p. 28). As duas definições, portanto, se aproximam, delineando alguns elementos que são essenciais à formação de uma FT: temporalidade, coordenação ou um comando, com o estabelecimento de um objetivo. Apesar disso, não há um modelo único de FT, comprovada pela prática ou por referenciais teóricos.

Na década de 1980, programas de força-tarefa começaram a surgir como método de combate a redes criminosas e ilícitos ligados ao narcotráfico. A maior FT contra o crime organizado foi estabelecida em 1982, nos Estados Unidos da América (EUA), com a criação das Forças-Tarefas de Repressão às Drogas e ao Crime Organizado[1] (Ruwel, 2008, p. 138). Segundo relatório do escritório de auditoria do congresso americano, enviado, em 1986, ao então Senador Joseph Biden, as metas principais da OCDETF eram:

1 Em inglês: *Organized Crime Drug Enforcement Task Forces* (OCDEFT).

> a identificação, investigação e indiciamento de membros do alto-escalão das redes criminosas envolvidas com o narcotráfico, para que suas operações fossem destruídas a partir da adição de recursos federais e da ampliação da cooperação e da coordenação interagências (United States General Accounting Office, 1986, p. 1).

O objetivo inicial da OCDETF era reunir sob uma mesma esfera diferentes forças-tarefas regionais que recebessem recursos do Departament of Justice (DoJ) dos EUA, para promover a integração e a cooperação entre as agências participantes do programa. Atualmente, a OCDETF é a maior força-tarefa dos EUA de combate ao crime organizado, gerenciando mais de 19 operações, cerca de 3.000 operadores (promotores, agentes de campo e analistas federais), além de contar com o apoio de mais de 800 agências de segurança em nível local e estadual.

Segundo o Manual de força-tarefa do Ministério Público Federal (Paludo, 2011), as forças-tarefas podem ser classificadas em onze: a) internas (homogêneas ou institucionais) ou externas (mistas, heterogêneas ou interinstitucionais); b) formais ou informais; c) intrafederativas ou interfederativas; d) nacionais, binacionais ou multinacionais; d) nacionais, binacionais ou interfederativas; e) de reação imediata ou de atuação consecutiva; f) preventivas ou reativas; g) de atribuição criminal, de atribuição cível, de atribuição plena; h) próprias (propriamente ditas) ou impróprias (meros multidões); i) permanentes ou temporárias; j) de articulação ou de investigação; k) especializadas ou de atribuição geral.

A classificação acima mostra a flexibilidade que uma estrutura como uma força-tarefa pode assumir. Dentro da conceituação exteriorizada pelo Ministério Público, a FTI pode ser classificada como externa, formal, de atuação consecutiva, reativa, própria, permanente, de articulação e de atribuição geral. O próximo passo é traçar um panorama geral acerca da FTI: sua constituição, sua repercussão, seus normativos jurídicos, seus objetivos, seus desdobramentos e seus resultados práticos.

FORÇA-TAREFA DE INTELIGÊNCIA (FTI)

A FTI foi criada a partir da edição do Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018. A estrutura previa a integração dos órgãos que trabalham com segurança pública em sentido estrito ou amplo a partir da criação de um fórum de trabalho, onde os participantes passassem a compartilhar informações com um objetivo comum: combater o crime organizado do país. Essa estrutura era constituída exclusivamente por representantes de órgãos federais[2].

FTI – OBJETIVOS

O art. 1º do Decreto nº 9.527 permite concluir que o objetivo principal da FTI, ao ser criada, era o compartilhamento de informações de inteligência entre os órgãos de segurança pública com o objetivo último de combater o crime organizado. A meta se apresenta de forma demasiadamente genérica, trazendo problemas para seu funcionamento desde seu início:

2 A composição da FTI inclui representantes dos seguintes órgãos: GSI, Abin, PF, PRF, Senasp, Depen, Secretaria de Operações Integradas (Seopi); Coaf, Secretaria Especial da Receita Federal; CIM (Centro de Inteligência do Comando da Marinha do Ministério da Defesa); CIE (Centro de Inteligência do Exército do Ministério da Defesa); Ciaer (Centro de Inteligência dac Aeronáutica do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa).

> [...] fica criada a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil com as competências de analisar e compartilhar dados e de produzir relatórios de inteligência com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e a ação governamental no enfrentamento a organizações criminosas que afrontam o Estado brasileiro e as suas instituições.(BRASIL, 2018)

Nesse ponto, é preciso definir o que se entende por Crime Organizado. O art. 1°, da Lei nº 12.850/2013, define uma organização criminosa como a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional (Brasil, 2013). Segundo a literatura especializada, uma organização criminosa reuniria cinco características, sem as quais, ela não poderia existir: hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado (Minguardi, 2014. Faz-se, então, o primeiro dos indagamentos: de quais organizações criminosas o decreto da FTI está tratando? Haveria a delimitação de um alvo específico ou de uma rede criminosa específica? Em caso afirmativo, quais seriam os aspectos gerais a serem abordados dentro desse trabalho?

Pela fala do então ministro de Segurança Pública, Raul Jungmann, presume-se que as organizações sobre as quais a FTI produziria inteligência seriam as facções de base prisional:

> Trata-se da criação de um grupo intersetorial para investigar e combater as facções criminosas, que já são mais de 70 [...]. Nossa grande preocupação é combater o crime organizado, sobretudo as facções de base prisional, que são, hoje, a maior ameaça do Brasil.[3]

No entanto, o Decreto não indica em nenhum momento que o escopo da FTI estaria limitado à seara das facções criminosas originárias do sistema prisional. Surge, assim, outro problema: a seleção das facções sobre as quais a FTI trataria. O Brasil, como disse o então ministro Raul Jungmann, possui um vasto número de organizações criminosas originárias do ambiente prisional. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública Especial Eleições 2022, realizado pelo Fórum de Segurança Pública (FBSP, 2022), o país possui 53 organizações criminais que tiveram sua fundação nesse contexto[4]. Ainda que seja escolhida uma ou algumas redes criminosas, surge o problema do escopo com o qual seriam trabalhadas essas redes.

Essas organizações criminosas são muito diversas e, portanto, diferentes em seu *modus operandi* e nas atividades nas quais atuam de forma ilícita. Como exemplo, pode-se tomar duas organizações com tamanho e presença diversos: o PCC e o Comboio do Cão. A primeira é a maior organização criminosa do país, possuindo 35 mil membros, com atuação em todas as unidades da Federação e no exterior, com uma gama de atividades em seu portfólio criminal, que podem envolver inclusive operações legítimas com objetivo de lavagem de ativos advindas das atividades ilícitas (Dias; Manso, 2018). Já o segundo grupo é uma facção de pequena expressão, concentrada no mercado varejista de drogas das cidades do entorno de Brasília, sem uma grande estrutura e com baixa complexidade nas operações de suas atividades ilegítimas, portanto, sem grande expressão para além do Distrito Federal (CUNHA, 2026). Percebe-se, portanto,

3 Fala de Raul Jungmann proferida a jornalistas, durante intervalo da realização da segunda reunião ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ocorrida no dia 22/10/2018. Trecho retirado de reportagem escrita por Alex Rodrigues, da Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/forca-tarefa-nao-vai-reprimir-movimentos-sociais-diz-jungmann. Acesso em: 4 ago. 2023.

4 Como a dinâmica dessas organizações é muito inconstante, esse número pode variar consideravelmente em um curto período de tempo.

que trabalhar organizações criminosas de base prisional pode significar inúmeros cenários, sobre os quais pode-se obter diferentes esforços e resultados.

Ademais, o modelo proposto pela FTI não previu, dentro de sua estrutura, a inclusão de órgãos de segurança pública estaduais. O § 2º do art. 2º do Decreto da Força (BRASIL, 2018) possibilita que representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal sejam convidados a contribuir com suas *expertises* aos trabalhos da FTI, porém não há qualquer menção aos órgãos estaduais. É difícil asseverar que uma estrutura cuja proposta seja o enfrentamento ao crime organizado no Brasil possa ser bem-sucedida sem o envolvimento das estruturas de segurança pública das unidades da Federação. Os órgãos federais possuem um papel relevante no combate à criminalidade do país, mas essa atuação, sobretudo do ponto de vista operacional, se dá preponderantemente nos entes subnacionais, cujas atribuições, nesse sentido, são mais claras.

Pegue-se, novamente, o exemplo das facções criminosas de base prisional, cuja principal atividade é o tráfico de drogas. Ainda que a investigação desse ilícito esteja dentro das atribuições da Polícia Federal, é dos estados, através da repressão ostensiva de suas polícias militares e da investigação das polícias civis, o fardo maior do enfrentamento ao crime organizado. No campo da produção de conhecimento e de antecipação às ações adversas dessas facções, as estruturas de inteligência do sistema prisional estadual são, por muitas vezes, a fonte primária da coleta de dados. Ainda que as principais lideranças de algumas das facções encontrem-se no sistema penitenciário federal, a vasta maioria de presos e lideranças médias das facções encontram-se encarceradas nos sistemas estaduais de prisão. Logo, tendo em vista o objetivo apontado pela FTI de combater facções criminosas com origem intracárcere, é difícil prospectar significativos êxitos sem a participação ativa de representantes estaduais de segurança pública.

FTI – O PAPEL DOS MILITARES NA FTI E NA SEGURANÇA PÚBLICA DO PAÍS

O Decreto ampliou, também, os poderes dos militares na área de segurança pública, ao dar assento permanente às estruturas de inteligência militares na FTI e especificar que a coordenação dos esforços do fórum caberia ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Trazendo, nesse sentido, a discussão sobre o papel dos militares no campo da segurança pública.

O Gabinete de Segurança Institucional foi, até o início de 2023, o órgão responsável pela coordenação da Inteligência de Estado no país. Seu *status* foi alterado após os eventos que se sucederam ao 08/01/2023, culminando com sua reestruturação por meio do Decreto nº 11.426, de 1º de março de 2023, que retirou de sua competência as atividades de coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), além da retirada formal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de sua estrutura organizacional (Brasil, 2023).

No entanto, à época, o GSI possuía as funções de coordenador do Sisbin. Apesar de não ser formalmente um órgão militar, passou-se a atribuir por tradição o comando dos órgãos e, quase a totalidade de sua estrutura, aos militares[5]. Vários postos de chefias do ministério são vinculados a cada um dos braços das Forças Armadas, sendo todos os Ministros do GSI, desde a sua criação, escolhidos dentro do quadro de

5 Em abril de 2023 o GSI possuía 1.059 servidores, dentre estes, apenas 5% eram civis e o restante do quadro era formado por militares da ativa e da reserva. Informação disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/gsi-tem-mais-de-1-000-funcionarios-so-5-sao-civis/. Acesso em: 12 ago. 2023.

generais do Exército Brasileiro. Essa estrutura militar, na prática, respondeu pela condução e coordenação dos trabalhos da FTI[6].

Portanto, passou-se a questionar a presença dos militares na coordenação da estrutura. Para especialistas, essa força-tarefa demonstra uma falta de coordenação interna do Governo, que acabou de ver aprovado no Congresso Nacional o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Na fala de Guaracy Mingardi: "Está tudo desenhado para as Forças Armadas voltarem a tratar de um tema que não dominam. A segurança lida com questão de criminosos individuais e a Defesa com inimigos do Estado, geralmente com inimigos externos".[7]

O diretor-executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, destaca essa falta de coordenação do governo que, em um momento, tenta criar uma política de segurança envolvendo Estados e municípios, por meio do Susp, e, em outro, estimula uma concorrência interna:

> Estamos diante de uma disputa política, pela qual alguns setores querem sinalizar quem "mandará no Brasil" daqui para frente, e, ao mesmo tempo, de uma antiga disputa doutrinária sobre qual modelo de inteligência deve prevalecer na articulação de dados e informações entre as diferentes instituições públicas – a inteligência de Estado ou a inteligência de segurança pública.[8]

Os questionamentos acerca da presença militar na FTI fazem parte de um contexto maior no qual se critica o próprio papel das Forças Armadas no campo da segurança pública na Nova República, em um fenômeno denominado de policialização das Forças Armadas (MUNIZ, PROENÇA JUNIOR, 2007). A atuação ostensiva nessa seara é uma construção orgânica, realizada de forma contínua, fruto da permanência de sua função como garantidora da segurança pública, anterior à nova ordem constitucional e, por esse motivo, respaldada pela população brasileira, que compreende esse papel como comum à vida cotidiana da sociedade civil (Rocha, 2021).

Ainda que a presença militar na segurança pública exista dentro de um processo histórico, ela se beneficiou da inércia e, também, da proatividade do legislador e se desdobrou, especialmente, a partir das Operações de GLO, instituto histórico trazido de constituições passadas e preservado pela atual. A atuação das Forças Armadas como garantidoras legítimas de segurança pública, no período pós-regime militar, consolidou-se com a ECO-92 e com a Operação Rio (1994), convocadas por meio de GLO (Rocha, 2021). A partir desses marcos, sua presença como mantenedora da preservação da ordem pública foi sendo banalizada, respaldada pelas inúmeras Operações de GLO que foram sendo sucessivamente decretadas[9], respaldadas pelos ordenamentos jurídicos produzidos no último mandato de Fernando Henrique Cardoso e nos dois primeiros mandatos de Luís Inácio Lula da Silva[10].

6 É importante fazer a ressalva que, durante breve interstício, entre 19/04/2023 a 01/05/2023, Ricardo Capelli, um civil, assumiu as funções de Secretário-Executivo do GSI, atuando, interinamente, como Ministro-chefe do GSI.

7 Extraído da reportagem do periódico El País, "Temer cria força-tarefa de inteligência com assento permanente para militares" (Benites, 2018). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/politica/1540948811_126055.html. Acesso em: 4 ago. 2023.

8 Idem.

9 Segundo relatório do Exército Brasileiro, ocorreram 183 Operações de GLO entre 1992-2020. Já, levantamento da Marinha, para o mesmo período, aponta que essas operações totalizaram 95 (Rocha, 2021).

10 Ao longo do mandato dos dois presidentes, houve um avanço na legislação que normatizou a atuação das Forças Armadas na segurança pública do país. O Decreto nº 3.987, de 2001, proveu legitimação para que desenvolvessem ações de polícia ostensiva. Já a Lei Complementar nº 136, de 2010, deu poderes para que desenvolvessem ações de policiamento ostensivo e repressivo em áreas de fronteira, com a possibilidade de revistar pessoas e veículos, bem como deter suspeitos.

Essa presença, contudo, ainda que posta como fato, não invalida os problemas que surgem para o país a partir dessa realidade, norteando a segurança pública pela lógica da guerra. As Forças Armadas possuem atribuições que não se coadunam com o policiamento civil, porquanto, operam sob a lógica de combater o inimigo, não sendo treinadas para preservação da vida, tendo como função principal a proteção dos estados de ameaças externas. A Polícia, em sentido contrário, rege-se pelo direito interno, sua função principal deveria ser proteger os cidadãos, ainda que infratores (Rocha, 2021)). A presença das Forças Armadas como protagonistas na FTI traz uma lógica de guerra, de combate a um inimigo, própria de suas funções, mas não dos órgãos de segurança pública de um país que se pretende ser uma democracia.

A FTI se enquadra dentro desse processo, avançando ainda mais, pois ampliou o escopo da atuação dos militares na lógica da segurança pública do país, saindo do âmbito operacional e adentrando o escopo, tradicionalmente, preenchido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O desenho de uma força-tarefa que pretendesse combater o crime organizado no país e que reunisse estruturas federais deveria ter seus trabalhos coordenado pelo MJSP, responsável por congregar em sua estrutura os únicos órgãos federais com atribuições constitucionais e legais de segurança pública. Ademais, ainda que não detenha o monopólio, pertence à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), segundo o Decreto nº 2.315, de 1997 (BRASIL, 1997), a primazia, dentro do executivo federal, na construção de políticas públicas na área da segurança pública.

FTI – DUPLICAÇÃO DE ESFORÇOS

A criação da FTI como estrutura de inteligência para o combate ao crime organizado soma-se a diversas iniciativas que se sobrepõem umas às outras formando uma cacofonia de estruturas e legislações que são concebidas sem alcançar os objetivos a que se propõem.

No ano de 2018, poucos meses antes da criação da Força-Tarefa, a União editou a lei que criou o Susp, que possuía, em linhas gerais, os mesmos objetivos propostos pela FTI. O Susp foi criado tendo como um dos seus eixos centrais a integração dos órgãos de segurança pública. A falta de coordenação federativa e entre poderes e órgãos de Estado na prevenção da violência e no combate ao crime organizado é uma das principais dificuldades experienciadas na área de segurança pública (Lima, 2018). A palavra "integração" aparece em dezenove oportunidades no normativo, fazendo parte de suas diretrizes, seus objetivos e funcionamento. Ademais, a inteligência é um dos eixos centrais da legislação para se alcançar a integração dos órgãos de segurança pública.

O Susp parte do conceito de cooperação e integração, na tentativa de coordenar esforços e aumentar a capacidade do Poder Público de fazer frente ao crime, à violência e à necessidade de reduzir o medo e garantir direitos (Moura; Andrade, 2018). Entre as medidas para transformar o Susp em realidade, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa, responsável por levar adiante a Política Nacional de Segurança Pública, documento orientador dos programas e das ações no âmbito do Susp. Esse Conselho reúne autoridades e representantes de diversas instituições de segurança pública do país, em todos os níveis federativos, sendo, portanto, um instrumento muito mais apto para fomentar a integração e o compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança pública, além de possuir uma capacidade superior na prospecção de políticas públicas afetas à área.

Ainda em 2002, o governo criou no âmbito do Sisbin, a partir do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp). Segundo o art. 1º do normativo, o Sisp foi instituído com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o país, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões nesse campo. Integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Defesa, da Integração Nacional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, tendo como órgão central do Subsistema a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Os objetivos do Sisp, segundo seu Decreto, é acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza. Para isso, criou-se o Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, órgão de deliberação coletiva, com a finalidade de estabelecer normas para as atividades de inteligência de segurança pública, que é composta dos seguintes membros: o Secretário Nacional de Segurança Pública, que o presidirá; um representante do órgão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal e outro da área operacional da Polícia Rodoviária Federal; dois representantes do Ministério da Fazenda, sendo um do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e outro da Coordenação Geral de Pesquisa e Investigação (Copei) da Secretaria da Receita Federal; dois representantes do Ministério da Defesa; um representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; um representante da Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; e um representante da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Observa-se que a composição desse Conselho que, pela lei, deveria se reunir, em caráter ordinário, a cada trimestre, é quase idêntica à estrutura criada pela FTI. Os mesmos participantes, com objetivos quase idênticos, em duas estruturas diferentes, carecem de lógica racional. Ainda que o fórum criado pela FTI possuísse objetivos nobres, questiona-se, dentro do normativo, hoje, existente, se ele realmente era necessário.

Em entrevista para o presente artigo, o representante suplente da Abin no referido Conselho disse que chegou a participar de algumas reuniões, em 2015, mas depois não sabia "como havia ficado". A respeito da obrigatoriedade para que as reuniões ocorressem trimestralmente, o entrevistado se limitou a reproduzir alguns itens do Decreto. Segundo ele, todas essas reuniões das quais participou envolviam "a revisão da Doutrina do subsistema", que realmente foi aprovada pelo Conselho conforme divulgado pela Portaria nº 2, de 12 de janeiro de 2016, do MJSP [11]. Apesar disso, percebe-se que, pelo menos do ponto de vista do que preconiza o Decreto, o Sisp não possui funcionalidade regular através de seu conselho. Não há mais representantes da Abin no Conselho, tampouco foi possível reunir qualquer informação a respeito da atual situação do Conselho no âmbito do MJSP. Tendo em vista que o Susp, teoricamente, absorveu muitas dessas funções, o Decreto do Sisp se tornou letra morta, sem, contudo, ter deixado de existir formalmente.

Questiona-se, então, porque os gestores de segurança pública criam estruturas e normativos, no campo da segurança pública, que se assemelham em forma e objetivos, sobrepondo-se uns aos outros, sem que

11 A entrevista com o representante suplente da Abin no Conselho do Sisp foi realizada na etapa exploratória da pesquisa, com o objetivo de obter informações preliminares sobre o funcionamento do Conselho e subsidiar a compreensão de aspectos que não puderam ser esclarecidos por meio da análise documental. A entrevista foi conduzida de forma não estruturada, sem roteiro previamente definido, a partir de questões abertas relacionadas à participação do entrevistado nas reuniões do Conselho, à periodicidade desses encontros e ao funcionamento do órgão. Essa opção metodológica permitiu maior liberdade ao entrevistado para relatar sua experiência e possibilitou explorar questões emergentes no diálogo. Conforme Selltiz, Wrightsman e Cook (1965, p. 17), procedimentos dessa natureza são particularmente adequados à fase exploratória, na qual se busca maior familiaridade com o fenômeno investigado.

nenhuma dessas funcione de maneira efetiva. A Força-Tarefa de Inteligência (FTI) se enquadra em um contexto em que os formuladores da política pública buscaram resolver a complexa questão da segurança pública apresentando soluções com baixa efetividade e eficácia.

Segundo Renato Sérgio de Lima: "as dificuldades na integração estão permeadas por disputas por espaços e por poder, impedindo que os órgãos funcionem de maneira plena"[12]. No entanto, as disputas de poder, ainda que relevantes, não podem ser o único motivo a explicar esse fenômeno. Percebe-se que há uma inconsistência na forma em que essas estruturas são criadas e depois abandonadas. A FTI, por mais nobre que fossem seus objetivos, não deveria ter sido criada, pelo menos, não da forma pela qual foi concebida, tendo em vista que outras estruturas com funções semelhantes e representantes idênticos já existiam no país.

FTI: RESULTADOS PRÁTICOS

A Força-Tarefa de Inteligência chegou ao fim através de sua revogação pelo Decreto nº 11.252, de 9 de novembro de 2022 (Brasil, 2022). Em pouco mais de quatro anos desde sua criação, sabe-se pouco sobre os fins atingidos pela Força, tendo em vista que os documentos produzidos em seu âmbito encontram-se sob sigilo. Contudo, foi possível entrevistar dois servidores[13] que participaram ativamente da Força-Tarefa de Inteligência e, a partir desses depoimentos, foi possível compreender mais aquilo que envolve os resultados práticos da Força.

As entrevistas foram realizadas na modalidade semiestruturada, preservando uma linha de raciocínio, no entanto, de maneira flexível[14], dado o caráter exploratório do estudo. O roteiro das perguntas foi elaborado de forma a se adequar aos objetivos de uma pesquisa exploratória. As entrevistas foram gravadas e transcritas de forma não naturalista, que, segundo Azevedo *et al.* (2017), diferentemente da abordagem naturalista, apresenta-se como "mais polida e seletiva", sem retratar, detalhadamente, o que foi dito e a forma em que foi dito (Guazi, 2021). A partir das entrevistas, se realizou uma análise sobre o que foi exposto, confrontando as respostas dos participantes e identificando a existência ou não de padrões e de pontos de aproximação ou distanciamento entre os dados obtidos. As entrevistas foram na modalidade semiestruturada, preservando uma linha de raciocínio, no entanto, de maneira flexível, seguindo um roteiro contendo os principais tópicos de interesse.

Para ambos os entrevistados, o objetivo da Força-Tarefa de Inteligência de enfrentar o crime organizado não foi alcançado. A conclusão do entrevistado B sobre esse objetivo foi mais além e ao encontro das conclusões desse trabalho, concluindo que grande parte dos problemas da FTI encontrava-se no desafio de definir seu real escopo, sendo difícil quantificar um "objetivo tão vago".

Entre os motivos elencados para que esse objetivo não fosse alcançado, o Entrevistado B novamente citou a falta de coordenação como sendo esse o principal entrave para que a FTI pudesse ter êxito. Para o Entrevistado A, a FTI teve uma grande falha que foi "a falta de coordenação em alto nível". Segundo esse

12 Extraído de reportagem do periódico El País (Benites, 2018).

13 Devido a sensibilidade das informações aqui repassadas, há necessidade de preservar os entrevistados, mantendo o anonimato de ambos, inclusive quanto aos cargos e às funções que ocupam. Nesse sentido, eles serão referidos, neste artigo, simplesmente como Entrevistado A e Entrevistado B.

14 O roteiro das entrevistas pode ser encontrado no Apêndice A.

entrevistado, os representantes enviados pelos órgãos "estavam em um nível muito operacional", apartados dos níveis de poder decisório para que houvesse alguma efetividade naquilo que era discutido na FTI.

Para compreender de forma melhor a FTI, perguntou-se qual era o conceito de crime organizado a ser enfrentado. Ambos os entrevistados informaram que a missão estava concentrada nas facções de base criminal, sobretudo no Primeiro Comando da Capital; e, de forma secundária, encontrava-se a atividade de milícia no Rio de Janeiro. Dentro desse contexto, a FTI elencou alguns mercados específicos para concentrar seus esforços, como o narcotráfico e, em menor grau, o roubo de cargas e o chamado "novo cangaço". Outras atividades criminosas foram completamente ignoradas, como os crimes ambientais e afins. Percebe-se pelo relato desses dois entrevistados que, ainda que houvesse a definição de alguns alvos, o objetivo da FTI de enfrentar o crime organizado permaneceu muito amplo, de difícil consecução. Sobre a milícia carioca, cabe a ressalva que suas atividades criminosas se encontram no âmbito da responsabilização estadual e, como dito anteriormente, não havia dentro do órgão nenhuma representação das unidades federativas.

O Decreto de criação da Força possuía dois objetivos secundários: o compartilhamento de informações entre os órgãos e a produção de relatórios de inteligência para subsidiar a construção de políticas públicas. Sobre o primeiro desses objetivos, o Entrevistado A relata que, durante o funcionamento, na esfera da FTI: "houve, sim, um aumento de troca, mas aquém do que se esperava". No entanto, em diversas oportunidades, os órgãos ficavam responsáveis por trazer informações e não havia o engajamento das instituições, com "respostas rasas". Contudo, o Entrevistado A considera que esse objetivo "foi parcialmente alcançado" pela troca de informações que havia nas reuniões. Para o Entrevistado B, a FTI teve menos sucesso nesse sentido, devido à falta de engajamento de alguns órgãos que "decidiram não participar ou participaram de maneira muito pouco qualificada"; mas ressalta que, apesar dessa falta de interesse, ela "produziu algum conhecimento e esse conhecimento foi parcialmente compartilhado".

Sobre o segundo desses objetivos, o Entrevistado A diz que alguns relatórios foram produzidos e que a Abin era o órgão responsável por produzir essas informações, mas ele desconhece se alguma política pública foi construída em decorrência de alguma produção da FTI. Pondera que, talvez, alguns relatórios da FTI subsidiaram nomes que entraram na lista dos trinta mais procurados do MJSP. Para o Entrevistado B, esses relatórios foram produzidos e alguns deles foram relevantes, a exemplo da expansão do PCC no exterior e das rotas aéreas utilizadas pelo narcotráfico. Segundo ele, essas informações foram produzidas de maneira muito qualificada. Em relação à conexão com alguma política pública, o Entrevistado B, também, desconhece se algo produzido na FTI teve destinação nesse sentido: "Particularmente, não lembro de nenhuma ação pública, talvez alguma coisa transversal em algum âmbito. Essa coisa de chegar até o decisor e construir uma política pública, isso não aconteceu".

Acerca da coordenação da Força pelo GSI, ambos são contundentes a expressarem sérias reticências. Para o Entrevistado A, se considerarmos apenas a organização, ela foi "bem-sucedida", uma vez que conseguiu realizar reuniões semanalmente até o início da pandemia de covid. Contudo, segundo esse mesmo entrevistado, as reuniões cessaram a partir de então e não mais retornaram até a sua revogação. Ainda, para ele, o trabalho de coordenação não teve êxito: "até porque não é um órgão voltado para formular políticas públicas ou linhas de ação na área da segurança pública". Para o Entrevistado B, "a ideia do GSI de fomentar o debate não é ruim, por ser uma estrutura da presidência". No entanto, aponta que a falta de ascendência do GSI em relação ao Ministério da Justiça fez com que seus órgãos acabassem "não abraçando esse comando do GSI". Afirmou que o GSI não é órgão adequado para produzir políticas públicas. A Senasp, ainda segundo o Entrevistado B, teria uma capacidade muito mais adequada. Conclui que o resul-

tado final da coordenação foi negativo, seja pela falta de experiência, seja pela pouca relevância política do órgão no campo da segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pretendeu-se demonstrar, a partir de uma experiência real, a Força-Tarefa de Inteligência, os problemas evidenciados para que os órgãos de segurança se integrem. Ou seja, implementou-se um estudo de caso que, enquanto tal, não pode ser generalizado em seus resultados, mas pode lançar luz à realização de interpretações mais adequadas. Nesse sentido, um elemento que se destacou na análise é que a estrutura montada no final do governo Temer obteve pouco êxito, mais de quatro anos após ter sido criada. Ademais, tentou-se demonstrar que as falhas da FTI se enquadram em contexto maior, em que os problemas não podem ser compreendidos de forma isolada, mas como parte de um contexto mais amplo que englobaria iniciativas diversas do poder público de integrar suas organizações de segurança pública.

A integração dos órgãos de segurança pública no Brasil sofre de mazelas ligadas a diversos fatores: falta de sinergia, baixa densidade normativa, sobreposição de funções, desvio de funções, disputas de poder, etc. Há evidências de que os mesmos modelos são replicados de maneira constante, sem que se faça adequadamente as estruturas já existentes funcionarem com eficiência, eficácia e efetividade. Legislações e iniciativas são sobrepostas umas às outras, sem que o novo ciclo dê continuidade ou pelo menos interrompa, de forma definitiva, as práticas outrora existentes.

Esses problemas são de ordens diversas, muitas vezes, vinculados a desenhos mal concebidos de política pública. No caso da FTI, pretendeu-se criar uma força-tarefa que não tivesse prazo para terminar ou objetivo claro a ser perseguido, contrariando manuais ou práticas consolidadas acerca desse instrumento de atuação estatal. No entanto, a FTI falhou por não conseguir produzir a integração necessária para que seus órgãos funcionassem de maneira sinergética, em que o compartilhamento de informações fosse a regra e não a exceção. Realidade que não está particularmente restrita à FTI, mas que se mostrou contundente ao designar, na prática, uma liderança das Forças Armadas para área de segurança pública de forma inadequada.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Vanessa; CARVALHO, Margarida; FERNANDES-COSTA, Flávia; MESQUITA, Sorala; SOARES, Joana; TEIXEIRA, Filipa; MAIA, Ângela. Transcrever entrevistas: questões conceptuais, orientações práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n. 14, p. 159-168, 2017.

BENITES, Afonso. Temer cria força-tarefa de inteligência com assento permanente para militares. **Portal El País**, Brasil, 31 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/politica/1540948811_126055.html. Acesso em 11/05/2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, ed. extra, p. 3, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL, Presidente da República. Decreto Nº 2.315, de 4 de setembro de 1997. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p.3, 05 set. 1997

BRASIL. Presidente da República. Decreto Nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 5, 30 jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL, Presidente da República. Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018. Cria a Força Tarefa de Inteligência para o Enfrentamento do Crime Organizado no Brasil. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 6, 15 out. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9527.htm

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 4, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL, Presidente da República. Decreto Nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 77, 22 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9527.htm

BRASIL. Presidente da República. Decreto Nº 11.252, de 9 de novembro de 2022. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 4, 10 nov. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11252.htm#art1. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Presidente da República. Decreto Nº 11.426, de 11 de março de 2023. Altera o Decreto nº 11.327, de 1º de janeiro de 2023, o Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, o Decreto nº 9.435, de 2 de julho de 2018, e o Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, para integrar a Agência Brasileira de Inteligência à Casa Civil da Presidência da República. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 8, 2 mar. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11426.htm. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Portaria nº 2, de 12 de janeiro de 2016.** Aprova a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, 4ª edição, de acordo com as deliberações do Conselho Especial do SISP. Brasília, DF: MJ, 2016

BRUYNE, Paul.; HERMAN, Jacques.; SCHOUTHEETE, Marc. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CUNHA, Victória Hoff da. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Distrito Federal. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Centro-Oeste. Brasília: Ipea, 2026. p. 187-242. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-105-6/cap5

DIAS, Camila Caldeira Nunes; MANSO, Bruno Paes. **A Guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: FBSP, ano 11, 2017.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo: FBSP, ano 12, 2018.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2018-2021. São Paulo: FBSP, 2022. Edição especial eleições 2022.

FELTRAN, Gabriel; LERO, Cecília; CIPRIANI, Marcelli; MALDONADO, Janaina; RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Luiz Eduardo Lopes; FARIAS, Nido. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: uma explicação centrada nos conflitos faccionais. **Dilemas**, Rio de Janeiro, ed. esp., n. 4, p. 311-348, 2022. DOI: https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46920. Acesso em: 29 jun. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan; FRAMENTO; Rodrigo. Degradação da paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019 DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2019v4n2.48617.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 2, p.1-20, 2021.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O Decreto nº 9.288 e a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro: motivações e repercussões político-sociais econômicas. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.194-214, 2020. DOI: https://doi.org/10.12957/rdc.2019.37571.

LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: apresentação à edição especial. **Dilemas**, Rio de Janeiro, ed. esp., n. 4, p. 1-10, 2022. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/52895/29018. Acesso em:29 jun. 2023.

LIMA, Renato. Violence and Public Safety as a Democratic Simulacrum in Brazil. International Journal of Criminology and Sociology, v. 7, p. 159-172, 2018.

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MINAYO, Marília Cecília; SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MINGARDi, Guaracy. Crime organizado. In: LIMA, Renato; RATTON, José; AZEVEDO, Rodrigo (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, 2015. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

MOURA, Juliana Santos; ANDRADE, Miguel. O Sistema de segurança pública e a crise do pacto federativo: deficiências oriundas de uma herança ditatorial e proposição de soluções democráticas. **Direito Público**: Revista Jurídica da Advocacia-Geral do Estado, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 147-162, 2018.

MUNIZ, Jaqueline; PROENÇA JUNIOR, Domício. Forças Armadas e policiamento. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 48-63, 2007

PALUDO, Januário (Coord.). **Forças-Tarefas**: Direito comparado e legislação aplicável. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2011. Disponível em: https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/series/manuais-de-atuacao/volume-8-forcas-tarefas/@@download/arquivo/Manual%20de%20Atuacao%20volume%208.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

RAMOS, Miguel. Intervenção federal no Rio de Janeiro: reflexões. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 262-275, 2021. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n2.1218.

ROBINSON, Colin. The U.S. Navy's task forces: 1-199. **Defence & Security Analysis**, v. 36, n. 1, p. 109-122, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/14751798.2020.1712028.

ROCHA, Pedro Diniz. Forças Armadas e Segurança Pública no Brasil: um perfil do emprego das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (1992-2020). **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 216-243, 2021.

RODRIGUES, Alex. Força-tarefa não vai reprimir movimentos sociais, diz Jungman. **Portal Agência Brasil**, Política, Notícia, 22 out. 2018. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/forca-tarefa-nao-vai-reprimir-movimentos-sociais-diz-jungmann. Acesso em: 6 set. 2026.

SELLTIZ, Claire.; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel.; COOK, Stuart, **Wellford**. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Herder, 1965.

UNITED STATES GENERAL ACCOUNTING OFFICE. **Crime Drug Enforcement Task Force Program**: a coordinating mechanism. Washington, D.C.: General Accounting Office, 1986.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000

APÊNDICE A

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1 – O objetivo principal da Força-Tarefa de Inteligência (FTI) era o enfrentamento ao crime organizado. Na sua visão, a FTI atingiu esse objetivo?

2 – Se sim, quais foram as ações que foram determinantes para que a FTI atingisse esse objetivo?

3 – Se não, quais foram as deficiências da FTI para que esses objetivos não fossem alcançados?

4 – Um objetivo secundário da FTI era o compartilhamento de informações entre os órgãos, de modo que houvesse uma integração entre esses. Na sua visão, esse objetivo foi alcançado?

5 – Se sim, quais foram as ações empreendidas que resultaram no alcance desse objetivo?

6 – Se não, quais foram as lacunas para que esses objetivos fossem alcançados?

7 – A FTI foi estruturada para produzir relatórios de inteligência que subsidiassem a elaboração de políticas públicas. Esses relatórios foram produzidos? Há conhecimento de alguma política pública concebida por conta dos trabalhos da FTI?

8 – O enfrentamento ao crime organizado, presente como objetivo da FTI, se dispunha a enfrentar qual crime organizado?

9 – Qual a sua visão acerca da coordenação do órgão pelo GSI? Essa coordenação foi bem-sucedida?

10 – Qual a sua visão geral acerca da FTI?

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

ATENDIMENTO FAMILIAR E LIBERDADE ASSISTIDA À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO[1]

LUCIANA MARIA DAMASCENO

Pedagoga pela Universidade de Franca. Psicóloga pelo Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal. Mestra e Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília – UnB.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: psicologia.lucianamaria@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-3293-1016

SILVIA RENATA LORDELLO

Psicóloga, Pedagoga, Mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília – UnB; Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília – UnB.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: srmlordello@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-8287-7257

Contribuições dos autores: Luciana Maria Damasceno atuou na concepção e delineamento; análise e interpretação dos dados; redação do manuscrito. Enquanto Silvia Renata Lordello atuou na concepção e revisão crítica do texto.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivos identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que trabalham em liberdade assistida no Distrito Federal, além de articular características desse atendimento aos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Realizou-se um grupo focal com seis profissionais e, para análise, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontaram a sensibilidade dos profissionais frente às demandas das famílias, além da complexidade que envolve o próprio atendimento, e indicaram o potencial das interações com as famílias na promoção de resultados de competência. Como contribuições, o presente estudo dá voz aos profissionais da área, além de fomentar discussões capazes de subsidiar políticas públicas, contribuindo para aproximações sucessivas entre teoria e prática.

Palavras-chave: Medida socioeducativa. Famílias. Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

1 Este trabalho é parte da dissertação de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda autora.

FAMILY SUPPORT AND SUPERVISED FREEDOM IN THE LIGHT OF THE BIOECOLOGICAL THEORY OF HUMAN DEVELOPMENT

ABSTRACT

The research aimed to identify challenges and potential of the family support service, from the perspective of professionals who work in supervised freedom in Distrito Federal; and articulate characteristics of family support to the assumptions of the Bioecological Theory of Human Development, BTHD. A focus group was held with six professionals and, for analysis, the content analysis technique was used. The results showed the sensitivity of professionals in the face of the demands of the families, in addition to the complexity that involves the support itself. They indicated the potential of interactions with families in promoting competency results. As a contributions, this study gives voice to professionals in the area, besides fostering discussions capable of subsidizing public policies, contributing to successive approximations between theory and practice.
Keywords: Socio-educational Measure. Families. Bioecological Theory of Human Development.

Data de recebimento: 29/03/2024 **Data de aprovação:** 05/03/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2159

INTRODUÇÃO

Às medidas socioeducativas em meio aberto são vinculados adolescentes que permanecem em liberdade, muitas vezes residindo com suas próprias famílias, inseridos no convívio comunitário mais amplo. De acordo com a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Brasil, 2006), o processo de acompanhamento e de orientação na medida de liberdade assistida deve enfatizar a vida social do adolescente, de modo a possibilitar o estabelecimento de relações positivas, daí a importância do atendimento voltado às famílias desses adolescentes. Tanto a Resolução nº 119 (Conanda, 2006), que estabelece parâmetros para implementação das medidas socioeducativas, quanto a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Brasil, 2012), preveem a participação das famílias no processo ressocializador do adolescente. De acordo com a Resolução nº 119/2006, a participação da família e da comunidade corresponde a uma das diretrizes pedagógicas que devem fundamentar o programa de atendimento. Mas será que inclusão familiar tem sido uma realidade na concretude da socioeducação?

O primeiro tensionamento pode ser dirigido às próprias normativas. Embora a legislação enfatize a centralidade da família na socioeducação, a concretização desse princípio esbarra em profundas desigualdades socioeconômicas, na insuficiência de políticas intersetoriais e na responsabilização excessiva das famílias, muitas vezes precarizadas e desprovidas do suporte estatal necessário para cumprir esse papel. A segunda problematização é sobre qual concepção de família versam os textos das políticas, aqui em tela o Sinase. O trabalho com famílias, em qualquer que seja o contexto, requer o reconhecimento das transformações sociais ocorridas nos últimos tempos. Inúmeros estudos mencionam os impactos de tais mudanças nas configurações familiares (Cardoso; Féres-Carneiro; Giovanetti, 2009; Lins *et al.*, 2015). Não é mais possível se referir a um padrão único e tradicional de família. Com o surgimento dos novos arranjos, a definição de grupo familiar não se reduz aos laços de consanguinidade e parentesco, mas se amplia para laços afetivos que ocupam esse lugar. De forma geral, os termos encontrados nas normativas pres-

supõem uma família idealizada, autônoma na proteção de seus membros, e desconsideram o impacto das desigualdades estruturais que atravessam esses núcleos. A ausência de um olhar sistêmico, que considere raça, classe e gênero, resulta na naturalização da precarização e no deslocamento da responsabilidade do Estado para as próprias famílias.

A vulnerabilidade das famílias de adolescentes em medidas socioeducativas não é um fator isolado, mas um reflexo das políticas estatais que historicamente negligenciam populações periféricas, mantendo ciclos de exclusão. A própria ausência de suporte material e de serviços socioassistenciais de qualidade inviabiliza a participação ativa dessas famílias na ressocialização, o que revela a contradição entre o discurso normativo e a realidade concreta. Respaldados pelo paradigma crítico-dialético, estudos contrapõem-se à concepção idealizada que consta nas leis sobre o papel das famílias e questionam sobre condições estruturais para que elas possam arcar com as exigências que lhes são impostas pela sociedade contemporânea (Mioto, 2010; Teixeira, 2010; Oliveira; Teixeira, 2018). Apesar de a legislação enfatizar a participação da família no processo socioeducativo, a efetivação desse princípio enfrenta desafios estruturais, como a precariedade dos serviços e a ausência de suporte material às famílias, que, muitas vezes, vivem em condições de vulnerabilidade social. Para Mioto (2010), a responsabilidade pela proteção social de seus membros não se restringe às famílias e está condicionada ao acesso a renda, assim como a bens e serviços de caráter universal e de qualidade, assegurados por meio de políticas públicas.

Diante das problematizações desejáveis à concepção de família adotada pelas políticas públicas e das dificuldades concretas de sua participação, faz-se necessário um olhar ampliado para o fenômeno do atendimento familiar na liberdade assistida. Nesse sentido, torna-se fundamental uma abordagem teórica que permita compreender a complexidade das interações entre indivíduo, família e sociedade, sem reducionismos normativos. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) surge como um referencial que possibilita problematizar a idealização do papel familiar e analisar os múltiplos sistemas que influenciam a socioeducação, considerando as interseções entre vulnerabilidade, políticas públicas e acesso a direitos.

TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao eleger teorias que permitam a compreensão mais complexa dos fenômenos da socioeducação, a TBDH se diferencia por representar um construto que transcende a proposta contextualista. Ela apresenta elementos conceituais, propostos por seu autor, Urie Bronfenbrenner, que permitem que a pessoa, os seus processos proximais, os contextos nos quais está inserida e o tempo sejam analisados de forma sinérgica e indissociável (Merçon-Vargas *et al.*, 2020).

A esse construto o autor intitulou modelo PPCT (pessoa, processo, contexto e tempo). Articulando com a liberdade assistida, essa proposta permite um olhar integrador sobre o desenvolvimento dos adolescentes que cumprem a medida, mas não se centra em responsabilizá-los individualmente. Considerar o desenvolvimento numa perspectiva que inclua as interações e os processos que ocorrem na família, na escola, nos espaços de lazer e proceder à leitura cultural e do tempo histórico no qual ocorrem os processos é algo bastante inspirador para intervenções psicossociais mais significativas.

Ao aplicar tais conceitos nos cenários socioeducativos, vislumbram-se os processos proximais, considerados os motores do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2012). É importante pensar que não são sempre saudáveis ou positivos e nem sempre geram resultados de competência. A depender da situação, como

nas violações de direitos e violências, podem ser processos negativos ou, como denominado por Merçon-Vargas *et al.* (2020), processos inversos. Essa concepção dos processos é essencial para trabalhar com a família. No caso da liberdade assistida, não somente para propor processos por meio das intervenções, mas para compreender os processos dos próprios familiares, uma vez que são definidos como padrões de interação recíproca, cada vez mais complexos, entre a pessoa e o ambiente imediato (Leme *et al.*, 2016).

A perspectiva do construto pessoa não assume uma dimensão individualizante na obra de Bronfenbrenner. A pessoa em desenvolvimento possui características que são determinadas biopsicologicamente e características que são resultantes das interações com o ambiente (Bronfenbrenner, 2012). Quando estamos diante dos adolescentes no cumprimento das medidas, a teoria nos convida a pensar em adolescências plurais. Não se desconsideram as dimensões subjetivas, que o autor denomina como forças, recursos biopsicológicos e demandas, mas essa análise não é determinista. Ela depende do desenvolvimento no contexto.

O contexto é definido como o ambiente ecológico no qual se dá o desenvolvimento da pessoa (Bronfenbrenner, 2012) e é composto por sistemas interdependentes. O contexto imediato em que ocorrem os processos proximais é chamado de microssistema. Às relações entre os microssistemas é dado o nome de mesossitema. Exossistema define o ambiente não frequentado pela pessoa, mas que afeta seu desenvolvimento. Já o sistema mais remoto, composto pelo sistema político, econômico, assim como pelos valores e crenças compartilhados pelos membros de uma determinada cultura, recebe o nome de macrossistema (Leme *et al.*, 2016; Coscioni *et al.*, 2018). O quarto e último elemento da teoria, o tempo, envolve continuidades e mudanças nas características da pessoa, ao longo do seu curso de vida, assim como estabilidades e mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, no decorrer das gerações (Leme *et al.*, 2016). Considera-se, portanto, que o desenvolvimento seja influenciado pelo momento histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012; Tudge; Rosa, 2020).

Para além dos aspectos conceituais e metodológicos da TBDH, Bronfenbrenner manifestou sua preocupação com a possibilidade de que os estudos oferecessem suporte às políticas públicas. Dessa forma, eles poderiam contribuir para melhorar a vida das pessoas (Bronfenbrenner, 2012; Santos; Böing, 2018).

O presente estudo parte do seguinte problema: considerando que os dispositivos legais (Brasil, 2006, 2012) preconizam a participação das famílias no processo socioeducativo dos adolescentes e que há concepções diversas quando se trata de famílias e de trabalho com famílias, de que maneira a TBDH pode contribuir para a compreensão da importância do atendimento familiar no contexto da liberdade assistida? Os objetivos desta pesquisa são: (a) Identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal; e (b) Articular características do atendimento familiar aos pressupostos da TBDH.

METODOLOGIA

Participaram do grupo focal, realizado em janeiro de 2020, seis profissionais que atuam na medida de liberdade assistida, lotados em seis diferentes Gerências de Atendimento em Meio Aberto (Geamas) do Distrito Federal. Os participantes foram recrutados mediante adesão voluntária e o único critério adotado foi o de que deveriam ser profissionais que atuassem diretamente no atendimento às famílias. Foram 4 participantes do sexo feminino e 2 do sexo masculino, dentre os quais: 3 assistentes sociais, 2 psicólogos e 1 agente socioeducativo.

Empregou-se um roteiro de questões norteadoras a fim de guiar a discussão e assegurar o debate sobre a temática em foco. A assertividade das questões foi previamente avaliada por uma pesquisadora especialista no tema. As questões do grupo focal buscaram mobilizar os participantes para que descrevessem o atendimento familiar, abordassem as demandas mais comumente apresentadas pelas famílias, além de destacar desafios e potencialidades vislumbrados em relação a esse tipo de atendimento.

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da Universidade de Brasília, e autorizada pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis), seguiu os princípios éticos preconizados pelo Conselho Nacional de Saúde. Aos participantes foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como lhes foram assegurados o sigilo e o direito de interromper a participação a qualquer tempo. Em caso de mobilização de algum participante quanto ao tema, foi oferecido um espaço de escuta privada. Não houve, no entanto, procura, o que sugeriu ausência de risco ao longo do processo de pesquisa.

Após articulação junto à Coordenação de Semiliberdade e Meio Aberto (Coorsema) e à Diretoria do Meio Aberto (Dima), ambas estruturas integrantes da Subsis à época de realização desta pesquisa, avaliou-se que seria possível recrutar participantes dentre os servidores que compunham um Grupo de Trabalho já existente. Antes da apresentação das questões norteadoras, os participantes receberam as orientações necessárias e formalizaram o consentimento para gravação em áudio.

A escolha pelo grupo focal se deu por sua perspectiva interacionista, em um espaço marcado pela intersubjetividade (Flick, 2009; Kind, 2004). Por meio do grupo focal, é possível compreender processos de construção da realidade, práticas cotidianas, comportamentos e atitudes. Constitui-se uma técnica de baixo custo e rapidez na coleta dos dados, que permite o conhecimento de experiências, percepções, impressões, crenças, hábitos, valores, preconceitos, linguagens, simbologias, consensos e divergências prevalentes no trato de uma dada questão, por pessoas que partilham traços em comum (Gatti, 2005; Trad, 2009).

ANÁLISE DE DADOS

Após degravação na íntegra, empregou-se como técnica a análise de conteúdo de Bardin (1977), seguindo-se as três etapas: pré-análise (organização e preparação do material), exploração do material (codificação dos dados brutos do texto) e tratamento dos resultados obtidos (emprego da inferência e da interpretação), que deram origem às categorias que compõem os resultados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias empregadas na apresentação dos resultados são: (a) Aspectos técnico-operativos do atendimento familiar; (b) Demandas das famílias e sensibilidade dos socioeducadores; (c) Complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto e da identidade profissional. Optou-se pela discussão paralela à apresentação das categorias no intuito de facilitar a articulação com os objetivos da pesquisa. Quanto aos desafios e às potencialidades do atendimento, estes foram abordados de forma transversal às três categorias acima elencadas, assim como as articulações com a TBDH. Para nutrir a análise, foram utilizados tanto fundamentação teórica quanto fragmentos das falas dos participantes do grupo focal, os quais, para fins de preservação da identidade, são identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

ASPECTOS TÉCNICO-OPERATIVOS DO ATENDIMENTO FAMILIAR

A primeira categoria versou sobre as descrições procedimentais que envolvem o atendimento. Os detalhamentos sobre os aspectos operacionais mostraram as preocupações dos profissionais com a forma como estabelecem suas rotinas de atendimentos envolvendo familiares. De acordo com os profissionais, geralmente os atendimentos são feitos por família, ora com, ora sem a presença do adolescente, e manifestaram a intenção de organizar grupos multifamiliares nas Geamas em que trabalham. No local em que já ocorrem os grupos multifamiliares com uma periodicidade pré-estabelecida, estes são coordenados por um grupo de estagiários do curso de Psicologia de uma universidade particular. Em outra Geama, a profissional relatou que, como forma de incentivo aos adolescentes, os familiares também são convidados a participar de algumas atividades coletivas, tais como passeios, por exemplo. Em se tratando de intervenções com famílias em contexto de grande complexidade, a literatura sugere que se dê preferência ao atendimento em grupo (Costa *et al.*, 2013). A esse respeito, os autores afirmam que o planejamento é essencial e, por esta razão, preconizam a criação de protocolos de atendimento.

Os participantes relataram que, logo no início do cumprimento da medida, a família é convocada para um acolhimento e preenche-se um instrumental com informações que irão subsidiar os atendimentos seguintes. Além do atendimento presencial, a equipe pode realizar visitas domiciliares e contatos telefônicos. Visitas institucionais também são previstas, especialmente em caso de encaminhamento do adolescente e/ou da família para inserção em serviços ofertados pela rede socioassistencial, educacional, de saúde. Os profissionais podem, portanto, realizar visitas a instituições como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros de Atenção Psicossocial (Caps), escolas, Conselho Tutelar.

De acordo com os profissionais, nem sempre as famílias podem comparecer aos atendimentos: seja porque a Geama se situa em um local distante e as famílias não dispõem de recursos financeiros para custear o transporte, seja porque o horário coincide com o horário de trabalho dos pais ou responsável. Em alguns casos é feito o empréstimo de cartões de ônibus, mas nem sempre há disponibilidade para todos que necessitam. De modo geral e a despeito das adversidades já mencionadas, as famílias tentam comparecer aos atendimentos.

> É... tem essa dificuldade de locomoção da família e também do trabalho, muitas vezes. [...] algumas vezes, a gente opta pela visita domiciliar, até pra gente conseguir acessar todos os familiares, não apenas a mãe, que normalmente é quem vai lá acompanhar (P3).

As dificuldades relatadas pelos profissionais dialogam com alguns apontamentos de Takashima (2011), ao analisar políticas de atendimento às famílias. A autora conclui que há um descompasso no discurso político e destaca desde a escassez de recursos financeiros à localização espacial dos programas de atendimento, geralmente distantes da área de moradia das famílias. Com a oferta do cuidado no território, como é preconizado pela política, os atendimentos das famílias no serviço configuram-se em um microssistema, na visão da TBDH. Por ser um ambiente imediato em que adolescentes e famílias participam na Geama, esse espaço tem uma potencialidade de promover processos proximais. Os microssistemas se caracterizam por padrões de atividades, papéis e relações interpessoais. Ao dificultar a realização do atendimento nesse microssistema em virtude de impedimentos concretos, alguns questionamentos são necessários: poderia a flexibilização de horário minimizar, de alguma forma, a dificuldade de participação dos pais ou responsável? Quais estratégias, além das visitas domiciliares, poderiam ser adotadas, a fim de viabilizar o atendimento das famílias?

Os profissionais também reportaram dificuldades que vão desde a falta de recursos materiais nos locais em que trabalham, passando pela precariedade do espaço físico em que a Geama se situa e o número de pessoas atendidas, alcançando questões macroestruturais (Bronfenbrenner, 2012), como a violência enfrentada pela população que vive na periferia.

> É muito complicado por falta de recursos [...]. Quantas vezes eu tirei do meu bolso pra fazer qualquer atividade! (P6).

> Estrutura física que é **bem** precária pra você fazer um trabalho com a família, às vezes até coletiva, com vários familiares, às vezes não tem o espaço, ou às vezes o espaço é inadequado [...] (P5, grifo nosso).

> Eu acho também que existe uma dificuldade que daí eu acho que é da sociedade. A gente está inserido num contexto, que é a violência [a] que essas famílias estão submetidas, [a] que as periferias principalmente estão submetidas, então... (P2).

A dificuldade em transformar a determinação judicial em uma demanda de cunho psicossocial foi outro desafio destacado:

> E aí, entra uma grande dificuldade, porque é uma determinação judicial, ninguém tem escolha, está todo mundo ali, que a gente tem que transformar numa demanda. [...] d'uma coisa que seria só uma obrigação numa coisa que pode vir a contribuir realmente naquela relação ali estabelecida (P3).

A fala da profissional reflete o que Costa e Penso (2010) defendem acerca da necessidade de revisão do conceito de demanda, nos contextos de intervenções psicossociais. Para as autoras, os pedidos das famílias muitas vezes virão camuflados e até travestidos por necessidades mais concretas, como repasse de recursos financeiros, por exemplo. No contexto específico da socioeducação, a despeito da obrigatoriedade judicial, é importante que o profissional, de forma bastante sensível, estabeleça um vínculo com a família e com o adolescente e os auxilie na compreensão do sentido mais amplo da medida (Costa *et al.*, 2011). O estabelecimento do vínculo tem início já no acolhimento e se fortalece durante a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), quando, então, busca-se compreender a realidade atual do adolescente a partir de diversos eixos (escolarização, esporte, cultura e lazer, profissionalização, saúde, relacionamento familiar, dentre outros).

Por meio da análise dos diferentes microssistemas nos quais o adolescente se insere e da teia de relações que o envolve, metas são elaboradas de forma conjunta, envolvendo a equipe técnica, o adolescente, os pais ou responsável. Encaminhamentos também podem ser feitos à rede de apoio. Um tensionamento constatado pelos resultados é que embora o PIA tenha uma proposta de coconstrução e materialize os processos proximais, a dificuldade de operacionalização impede que esses objetivos se concretizem. Os profissionais observam uma maior adesão de adolescentes ao cumprimento da medida quando esses jovens percebem que as famílias demonstram interesse e que participam ativamente da experiência socioeducativa. Gomes e Conceição (2014), em um estudo que aborda os sentidos da trajetória de vida para adolescentes, destacam como fundamental o apoio da família ao processo de mudança dos adolescentes.

> [...] A família é essencial no processo de ressocialização. [...] o ganho das famílias no atendimento é justamente essa parceria no processo [...] e a ruptura com a questão infracio-

> nal. A família é muito importante. Quando o adolescente vê que a família também está se envolvendo muito com a Geama, isso é um ganho absurdo (P1).

A possibilidade de ouvir outros membros da família e de colher informações para melhor compreender a situação do adolescente é favorecida pelos atendimentos familiares: "[...] quando tem a família e o adolescente, é um outro atendimento. Porque, às vezes, o adolescente fala o que você quer ouvir, não é? [...] porque... o intuito dele é o quê? É ser liberado da medida. E aí, às vezes, você tem a versão da família [...]" (P5).

Conforme afirma o profissional, uma das preocupações do adolescente costuma ser a liberação da medida, ou seja, quando o juiz considera que ela foi suficientemente cumprida. Em termos práticos, a legislação prevê que a medida de liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses – Lei nº 8.069 (Brasil, 1990). Observa-se que o fator tempo é considerado elemento importante para que se avalie se houve mudanças ou permanências na vida do adolescente e das pessoas que o cercam, e quais encaminhamentos ainda podem ser feitos.

Os detalhamentos técnico-operativos do atendimento familiar estão presentes na concepção de microssistema que o meio aberto representa para esses adolescentes e suas famílias. Considerando que é no interior de um microssistema que ocorrem os processos proximais, a intenção dos profissionais é tentar prover condições para que os atendimentos alcancem efeitos de competência (Leme *et al.*, 2016) como resultados de desenvolvimento. As cinco condições necessárias para que os processos proximais ocorram são: o engajamento, a regularidade no tempo, a crescente complexidade das atividades, a interação com símbolos, objetos e pessoas, e a reciprocidade dos vínculos (Lordello; Costa, 2014), condições que se mostram presentes nos atendimentos familiares idealmente planejados, embora nem sempre implementados.

DEMANDAS DAS FAMÍLIAS E SENSIBILIDADE DOS SOCIOEDUCADORES

O adolescente em cumprimento de liberdade assistida permanece comumente inserido em seu contexto familiar, que é o primeiro microssistema no qual ele interage e se desenvolve (Antoni; Koller, 2010), além de inserido em sua comunidade de origem. Ambos os contextos são dignos de atenção por parte do profissional que o acompanha.

Os participantes da pesquisa relatam conflitos familiares, questões de saúde, falta de diálogo em casa e, em alguns casos, presença de violência doméstica, como alguns dos aspectos que requerem atenção durante os atendimentos. Os atendimentos familiares, a seu turno, constituem um espaço de diálogo e de reflexão, de orientação e de intervenção, com vistas ao fortalecimento dos vínculos. Ainda que o profissional não se sinta totalmente seguro e/ou suficientemente preparado a intervir na mediação de possíveis conflitos, há preocupação com a oferta de uma escuta empática e sem julgamento.

> [...] esse atendimento, ele acontece muito na forma do acolhimento, dessa escuta empática, desse... do não julgamento, é... de estar ali mesmo acolhendo aquela família que tá em sofrimento [...] (P1).

> [...] às vezes, a Geama é o único espaço em que eles [se] sentam pra conversar. Apesar de conviverem na mesma casa, não conversam, não falam. [...] Mas eu acho que, de qualquer forma, fortalece os vínculos. Ainda que seja por meio de um conflito [...] (P5).

Nardi e Dell'Aglio (2012) reconhecem a influência que a família exerce no desenvolvimento dos adolescentes e destacam a importância de ações que envolvam, além do próprio adolescente autor de ato infracional, a sua família. As autoras defendem que é preciso reforçar os vínculos com pessoas capazes de se constituírem fonte de apoio e proteção, favorecendo um desenvolvimento saudável, daí a importância de um trabalho com as famílias. Vale destacar que, ao mesmo tempo em que se considera a importância da oferta de apoio e de orientação às famílias, compreende-se que essas mesmas famílias tenham suas vivências entrelaçadas a tudo o que ocorre no contexto social mais amplo. Sob a influência neoliberal, o Estado tem retraído suas funções protetivas e as tem atribuído às famílias e à sociedade civil, o que tem trazido consequências negativas no âmbito das políticas públicas adotadas (Oliveira; Teixeira, 2018).

Os profissionais relatam ainda uma gama variada de fatores relacionados ao sofrimento e ao sentimento de impotência das famílias: fatores que vão desde o envolvimento do adolescente na ilicitude e os riscos advindos desse envolvimento, alcançando questões mais amplas, como as dificuldades de ordem socioeconômica.

> As demandas, assim, que eu percebo, é... nas famílias, é muito um sofrimento, pelo processo que foi até a chegada à Geama. [...] e essa preocupação de que, no final, se ela não conseguir dar conta do filho, a família, [o adolescente] pode acabar morrendo mesmo, sabe, nas mãos do tráfico de drogas, é, em roubo. Também tem essa demanda financeira [...]. Mas eu vejo que o sofrimento é esse, que tem coisas que fogem do controle deles e que não podem fazer nada (P1).

Os profissionais mencionam a fala de algumas mães carregada de cansaço, desânimo e sofrimento. Em havendo a possibilidade, o profissional tenta envolver os pais no processo. A despeito de se haver notado um aumento recente na presença dos pais nas Geamas, as mães ainda são as que mais comparecem.

> É, o que eu vejo é essa demanda afetiva, das aflições das mães... ou do responsável – eu estou falando as mães porque é a maioria, do sexo feminino, que comparece pro atendimento, mas de um tempo pra cá, [...] eu vejo que tem mais pais participativos hoje do que era antigamente [...] (P5).

> Normalmente, essa fala de que a mãe não está mais dando conta, que ela não consegue ter controle sobre o filho, que ela precisa de ajuda ou que ela simplesmente quer desistir e não ser cobrada, não se envolver [...] (P6).

Tais achados encontram consonância na ideia difundida na literatura de que as inúmeras transformações no contexto societário mais amplo acarretaram alterações nos arranjos familiares (Cúnico; Arpini, 2014). Nas famílias monoparentais femininas, a dupla jornada de trabalho e a falta de apoio do ex-companheiro podem contribuir para que a mulher acumule funções e se sinta sobrecarregada (Cúnico; Arpini, 2014). Além da sobrecarga, a necessidade extrema de trabalhar devido à precariedade das condições de subsistência pode acarretar o afastamento da vida cotidiana dos filhos (Costa; Marra, 2013). Atrelado a isso, houve um aumento na transferência de responsabilidades para as famílias enquanto mecanismo de proteção social, sem que houvesse a oferta do suporte necessário por parte do Estado (Oliveira; Teixeira, 2018). Sob as lentes da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, tais aspectos compõem o macrossistema e evidentemente exercem influência nos processos proximais das famílias e dos adolescentes (Bronfenbrenner, 2012).

Assim como a rede de apoio possui suas limitações, as famílias também possuem uma série de dificuldades que podem comprometer o seu engajamento: questões que vão desde as materiais e objetivas – como a falta de recursos para custear o transporte ou a incompatibilidade de horários – às de ordem subjetiva, que envolvem o que a TBDH denomina de características da pessoa – como a resistência aos atendimentos ofertados e a indisposição para se dedicar a atividades individuais ou coletivas. Ambas as questões podem sofrer influência de fatores externos. A resistência de algumas famílias, por exemplo, pode decorrer da própria descrença na efetividade das instituições. Sobre as características da pessoa, estas são chamadas de características de forças disruptivas, quando impedem ou interrompem os processos proximais (Bronfenbrenner, 2012; Rosa; Tudge, 2013).

Quanto às potencialidades do atendimento familiar, um aspecto comum na fala dos participantes do grupo focal diz respeito à necessidade que as famílias demonstram de serem ouvidas, aliada à possibilidade de oferta de uma escuta empática e sem julgamento (Ferrari, 2009), o que muitas vezes parece trazer algum tipo de alívio às famílias. "[...] a gente oferece a escuta [...] pra família e esses encaminhamentos, então, eu acho que isso faz a diferença. [...] Às vezes, ela fala: 'Ai, nossa, eu estou bem'; 'Ah, que bom!'; 'Ah, estou me sentindo mais leve!' Ótimo, que seja um espaço de escuta!" (P5).

Quando o profissional menciona a oferta de uma escuta empática e sem julgamento por parte da equipe técnica, aliada à abertura e à capacidade de verbalizar assuntos que geram angústia por parte das famílias, evidencia-se o que Bronfenbrenner denomina de forças geradoras. As forças geradoras são características da pessoa que viabilizam o engajamento em atividades, sejam estas individuais ou coletivas (Leme *et al.*, 2016), ou seja, são aquelas que incitam ou sustentam os processos proximais (Rosa; Tudge, 2013). Um olhar sobre a necessidade exacerbada que as famílias têm de serem ouvidas, no entanto, leva a pensar que essa necessidade decorra do fato de elas não terem encontrado esse espaço anteriormente e a fala da profissional (P3) corrobora esta análise: "[...] agora [ênfase] eles estão sendo vistos pelo Estado. Então agora [ênfase] alguém pode fazer alguma coisa [...]".

Além de serem ouvidos, os profissionais mencionam o potencial dos atendimentos para que os membros da família possam se ouvir uns aos outros e, mais do que isso, para que possam se enxergar uns aos outros.

> E aquele espaço é um espaço onde eles conseguem realmente conversar [...] (P5).

> Só de você falar: "Não, mas olha, seu filho é inteligente, ele é isso, ele é aquilo", a pessoa já... acho que ela nunca nem ouviu aquilo de alguém, entendeu? [...] "Nossa, então meu filho é inteligente?! Tipo, caramba!" O menino às vezes nunca ouviu elogio na vida: nem dos pais, nem da escola, nem de ninguém (P6).

A esse respeito, a literatura aponta que, por meio da participação efetiva, mediante um diálogo construtivo e o resgate do sentido da medida, família e adolescente podem reconfigurar suas relações (Costa *et al.*, 2011). A partir da fala de P6, infere-se que os profissionais são capazes de reconhecer, por vezes mais que a própria família, os recursos biopsicológicos construídos pelos adolescentes em sua trajetória, contribuindo para legitimá-los no microssistema familiar. Ao mesmo tempo em que contribuem para ressignificar a forma como os pais enxergam seus filhos, os processos proximais decorrentes da interação com a equipe de atendimento podem favorecer o fortalecimento de crenças autorreferenciadas essenciais à construção da identidade do adolescente, como autoconceito, autoestima e autoeficácia (Rodríguez; Damásio, 2014).

COMPLEXIDADE DO ATENDIMENTO FAMILIAR NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Um aspecto importante que emergiu no grupo focal foi a própria complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo, o que pode, por vezes, deixar o profissional confuso sobre seu papel:

> Eu noto que um dificultador pra o atendimento familiar [...] é também a nossa percepção. [...] e qual é a nossa função em frente à família. [...] muitas vezes, a gente vai atuando e vai chegando numa seara que você, às vezes, até desconhece qual que é a finalidade daquilo. [...] essa percepção do profissional enquanto, é, socioeducador, e como ele pode atuar e fazer esse contato entre as diversas áreas de atuação e o adolescente, que eu imagino que está no centro, que também é beneficiário central, ali, beneficiário, é, direto da nossa atuação, mas a família, os pais, os irmãos, as pessoas que estão em volta também necessitam de amparo e aí a gente [se] depara com essa situação, de a gente demandar os serviços e às vezes não ter esse acesso [...] (P4).

O profissional demonstra que há o reconhecimento da necessidade de atendimento às diversas demandas trazidas pela família, ao mesmo tempo em que compreende que o trabalho socioeducativo está centralizado no adolescente a quem foi aplicada a medida. Durante esse processo que, dentre outros propósitos, visa à garantia de direitos e à promoção social do adolescente e das famílias, o profissional será chamado a intervir em diversas frentes, a depender da demanda apresentada. Nesse ponto, a complexidade do atendimento socioeducativo lamentavelmente se depara com a ineficiência da rede socioassistencial e da oferta de serviços, muitas vezes parciais e descontínuos (Finkler *et al.*, 2011). Ademais, os profissionais têm de lidar com a descrença das famílias quanto às ações do Estado: "[...] nós somos, na realidade, demandantes de serviços. A família já nem acredita mais na rede, porque já bateu em tantas portas e fala: 'Ah, mais um, vou estar inserida em mais um contexto que não vai dar em nada'"(P5).

Em se tratando de atendimento às famílias, Teixeira (2010, p. 21) sugere uma metodologia capaz de articular "assuntos internos e externos à família, sem hipertrofiar um dos polos e sem cair em modelos psicologizantes, que levem em conta somente o indivíduo ou seu oposto, os generalistas de transformação social". Dessa forma, as intervenções não pretenderiam ensinar às famílias a gerir seus conflitos, sob uma perspectiva disciplinadora, mas poderiam contribuir para que elas refletissem sobre sua própria realidade, conhecessem serviços e recursos do território, e até mesmo se mobilizassem em processos coletivos, na busca pela garantia de direitos (Teixeira, 2010).

Por vezes, os profissionais podem se sentir sobrecarregados com a carga aflitiva da família, dadas as dificuldades enfrentadas na lida com os filhos adolescentes e as expectativas que a família nutre em relação ao trabalho dos profissionais.

> [...] a questão da aflição também, de não saber o que fazer com o filho. "Não sei o que fazer..." E aí, transfere pra gente uma, uma expectativa, uma angústia [...] como se a gente fosse um monte de salva-vidas. E aí, isso traz um peso pro profissional que está atendendo. [...] Às vezes, é muita responsabilidade, eu acho, para o profissional dar conta daquela demanda (P5).

Além de sobrecarregados com a carga aflitiva das famílias, conforme relato do mesmo participante, é possível inferir que, dadas as peculiaridades do público atendido e diante da complexidade dos casos, por vezes, os profissionais podem se sentir inseguros sobre como proceder diante dos conflitos que emergem durante os atendimentos.

> [...] e às vezes na GEAMA, ali, [...] os dois ali, aí começa a surgir, até começa a lavação de roupa suja. [...] E você como intermediador. [...]. E aí, como é que você vai intermediar? Porque às vezes a gente não tem essa formação pra atuar. E aí? Eu intervenho aqui ou deixa eles lavarem a roupa suja aí? E daqui a pouco, eu faço um fechamento no final (P5).

Ferrari (2009), em um relato de experiência de supervisão institucional oferecida à equipe técnica atuante em um serviço de atenção às famílias, assinala que os profissionais se sentem afetados emocionalmente pelas histórias que ouvem do público atendido. Situações-limite envolvendo risco social e dramas intensos despertam nos profissionais o dilema da impotência diante da realidade. Por essa razão, defende que os profissionais disponham de um espaço de fala, a fim de partilharem suas próprias angústias e refletirem sobre a própria prática. Dadas as similaridades entre o público atendido, é possível inferir que os profissionais atuantes em socioeducação vivenciem angústias semelhantes. Como bem ressaltam Costa *et al.* (2013), lidar com situações de sofrimento, que muitas vezes excedem a capacidade de compreensão e de aceitação do profissional e que exigem a adoção de uma posição não crítica em relação às pessoas atendidas, requer formação cuidadosa e qualificação continuada. Esses autores defendem que se invista na aquisição de habilidades, técnicas e recursos criativos, a fim de proporcionar um atendimento adequado às famílias em contexto de grande complexidade.

Oferecer acolhimento, conhecer a família e a teia de relações que a constitui, compreender o adolescente em sua totalidade, mediar conflitos e propiciar o diálogo, fortalecer vínculos, viabilizar a inserção em serviços ofertados pela rede, ainda que esta seja deficitária, beneficiar a família como um todo por meio de um atendimento capaz de gerar entendimento, eis mais algumas potencialidades do atendimento familiar.

> Eu acho que uma grande potencialidade é pela própria natureza do nosso trabalho, que ali, é, o sujeito, ele é... entendido na sua totalidade. Ali, a gente não está falando só do aspecto da saúde física ou só do aspecto socioeconômico, ou só da relação familiar. A gente tenta compreender aquele todo. [...] às vezes, é uma questão de sofrimento psíquico [...]. Às vezes é um sofrimento pra acessar um Cras, um Creas ou outra instituição [...]. Então, eu acho que a maior potencialidade do nosso trabalho está aí. Inclusive, resgatar vínculos de afetividade e também de autoridade [...] (P3).

A fala da profissional nos remete às contribuições de Medeiros e Paiva (2015), quando as autoras ressaltam a necessidade de um trabalho capaz de contribuir para que as famílias reconheçam suas potencialidades de enfrentamento aos problemas do cotidiano, a despeito do acesso, muitas vezes precário, a direitos sociais básicos. Especificamente acerca do resgate de vínculos de afetividade e da autoridade, Furtado e Braga (2011) afirmam, ao avaliar a realidade de adolescentes em cumprimento de internação, que é possível observar a fragilidade dos vínculos e a necessidade das famílias de um suporte, tanto emocional quanto informativo. Esse suporte poderia contribuir tanto para que os pais pudessem melhor compreender os adolescentes quanto para que pudessem atuar, da melhor maneira, em sua formação. Os dados dessa pesquisa sugerem que, no contexto da liberdade assistida, tal suporte se faça igualmente necessário.

Ainda nesse sentido, em estudo que trata de momentos de visitação das famílias a unidades de internação, Brondani e Arpini (2023) destacam o potencial das intervenções dos profissionais que atuam no contexto socioeducativo, propiciando a ressignificação das experiências relacionais dos adolescentes e de suas famílias. Infere-se que adolescentes em cumprimento de liberdade assistida e suas famílias também possam se beneficiar de um trabalho como esse, contribuindo para o resgate da autoridade parental e para o fortalecimento dos vínculos.

Tanto os profissionais que realizam os atendimentos quanto os adolescentes e seus familiares influenciam o meio em que vivem e são por ele influenciados. Valores e crenças presentes na cultura ou subcultura, no âmbito do que a TBDH denomina de macrossistema, permeiam as relações estabelecidas e os atendimentos familiares estão, portanto, sujeitos às influências do contexto histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012). Os encaminhamentos das famílias para acompanhamentos diversos em outras instituições e serviços implicam na possibilidade de participação em outros microssistemas, nos quais serão estabelecidos novos processos proximais, ampliando-se, dessa forma, as possibilidades de desenvolvimento.

A respeito do elemento tempo, Santos e Böing (2018) destacam que, além de estar presente ao se considerar o momento de vida do adolescente e de sua família, ele também se faz presente na análise do período de duração da própria medida socioeducativa. As autoras não fazem menção ao macrotempo, mas é possível expandir essa análise ao relacionar a legislação que ampara as medidas socioeducativas, seja o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seja o Sinase, ao tempo geracional, marcado por uma mudança paradigmática e denominada Doutrina da Proteção Integral.

Ao suscitar novas interações com ambientes, pessoas e situações, ainda que por um período de tempo estabelecido, a medida socioeducativa pode ampliar o mundo de relações e de significados do adolescente e de sua família (Santos; Böing, 2018). À luz da TBDH, é possível inferir, portanto, que os processos proximais (Bronfenbrenner, 2012) advindos das interações envolvendo profissionais, familiares e o próprio adolescente possam atuar como promotores de desenvolvimento, na medida em que provoquem mudanças e estabilidades capazes de reverberar tanto na melhora da qualidade das relações quanto nas próprias condições de vida das pessoas envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, foi possível identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal, assim como articular características desse atendimento aos pressupostos da TBDH. Além de aspectos técnico-operativos do atendimento, os dados apontaram a sensibilidade e a angústia dos profissionais frente às demandas e à carga aflitiva das famílias, além da complexidade que envolve o próprio atendimento e a identidade profissional.

O recorte geográfico pode caracterizar uma limitação a esta pesquisa. Por esse motivo, sugere-se a realização de estudos que contemplem outras realidades, inclusive voltados ao conhecimento de experiências exitosas, nos diversos estados brasileiros. Pesquisas futuras poderiam incluir os familiares dos adolescentes, de modo a investigar as percepções dos usuários do serviço. Por se tratar de um estudo que vislumbra articulação com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, um delineamento metodológico que buscasse investigar os quatro elementos – pessoa, processo, contexto e tempo – seria recomendado, com

vistas a considerar a atuação sinérgica dos elementos no resultado do desenvolvimento. Compreende-se como relevância social e científica do presente estudo não apenas a possibilidade de se dar voz aos profissionais que atuam na área e de fomentar discussões sobre o atendimento às famílias no contexto socioeducativo, mas sobretudo pelo convite a uma reflexão mais ampla, que considere adolescentes, famílias e profissionais situados em uma complexa teia de relações, que vão do micro ao macrossistema. Na busca por aproximações sucessivas entre teoria e prática, adotando a TBDH como lente teórica, esta pesquisa sugere que o atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto seja pensado de maneira sistêmica e leve em conta a complexidade das questões sociais que atravessam as famílias atendidas. A despeito da implicação de questões meso e macroestruturais e das dificuldades mencionadas pelos profissionais, seus relatos permitem inferir, sobretudo, o quanto as interações com as famílias são capazes de promover resultados de competência (Bronfenbrenner, 2012). Ao propor uma visão sistêmica, apoiada na TBDH, espera-se que esta pesquisa contribua para que se extrapole a análise dos limites impostos ao atendimento familiar – sejam eles decorrentes dos processos proximais, das características da pessoa, do contexto (do micro ao macrossistema) ou do tempo –, e se reafirmem, sem que se perca a realidade de vista, as potencialidades desse mesmo atendimento, lançando um olhar cada vez mais propositivo ao que é possível ser feito.

REFERÊNCIAS

ANTONI, Clarissa de; KOLLER, Silvia Helena. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003. Acesso em: mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução Nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: Conanda, 11 dez. 2006. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf?utm_source. Acesso em: set. 2026

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 3, 19 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: mar. 2024.

BRONDANI, Renata Petry; ARPINI, Dorian Mônica. Percepções sobre momentos de visitações para adolescentes privados de liberdade: relações familiares e afetividade. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 815-834, 2023. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2023.79259. Acesso em: fev. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CARDOSO, Cláudia Lins; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; GIOVANETTI, João Paulo. Um estudo fenomenológico sobre a vivência de família em uma comunidade popular. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 780-795, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400010. Acesso em: mar. 2024.

COSCIONI, Vinicius; NASCIMENTO, Danielly Bart do; ROSA, Edinete Maria; KOLLER, Sílvia Helena. Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 363-373, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-656420170115. Acesso em: fev. 2025.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011. Acesso em: mar. 2024.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida. A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias. *In*: MARRA, Marlene Magnabosco; COSTA, Liana Fortunato (Eds.). **Temas da clínica do adolescente e da família**. São Paulo: Ágora, 2010, p. 201-214.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; JACOBINA, Olga Maria Pimentel. Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, p. 379-387, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/7MjJQyqrG6zpkhWmGYtbLPs/?lang=pt. Acesso em: 3 set. 2026.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; JUNQUEIRA, Eika Lôbo; MENESES, Fernanda Figueiredo Falcomer; STROHER, Lucy Mary Cavalcanti; BRAVIN, Cassio Setubal. Atendimento às famílias e contexto de grande complexidade. *In*: SEIXAS, Maria Rita D'Angelo; DIAS, Maria Luiza (Orgs.). **A violência doméstica e a cultura da paz**. São Paulo: Roca, 2013, p. 125-135.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, Canoas, v. 43-44, p. 37-49, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3298. Acesso em: 3 set. 2026.

FERRARI, Rachele. Escutando famílias na rede pública: uma experiência de supervisão institucional com a equipe do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família dos CRAS1, Vinhedo/SP2. **Revista da SPAGESP** – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 33-40, 2009. Disponível em: https://scispace.com/pdf/escutando-familias-na-rede-publica-uma-experiencia-de-2czuf73c3x.pdf. Acesso em: mar. 2024.

FINKLER, Lirene; SANTOS, Samara Silva dos; OBST, Julia; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Crianças em situação de rua: a desproteção como forma de violência. *In*: HABIGZANG; Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena (Orgs.). **Violência contra crianças e adolescentes**. Teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 159-175.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Helen Patrícia Paulino; BRAGA, Carla Maria Lima. Programa escola de pais: uma proposta de intervenção junto a pais de adolescentes institucionalizados. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 145-172, 2011. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2011v14n1p145. Acesso em: mar. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GOMES, Clara Costa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 47-58, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-7372189590005. Acesso em: 3 set. 2026.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/202. Acesso em: mar. 2024.

LEME, Vanessa Barbosa Romera *et al.* Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: análise e perspectivas. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 181-193, 2016. https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop001

LINS, Zoraide Margaret Bezerra; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; LINS, Samuel Lincoln Bezerra; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; EBERHARDT, Ana Cristina. O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 43-59, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100005. Acesso em: mar. 2024.

LORDELLO, Silvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 94-104, 2014. DOI: https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.09. Acesso em: 3 set. 2026.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de; PAIVA, Ilana Lemos de. A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 568-586, 2015. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2015.17659. Acesso em: mar. 2024.

MERÇON-VARGAS, Elisa Avelar; LIMA, Rebeca Fernandes Ferreira; ROSA, Edinete Maria; TUDGE, Jonathan. Processing proximal processes: what Bronfenbrenner meant, what he didn't mean, and what he should have meant. **Journal of Family Theory Review**, v. 12, n. 3, p. 321-334, 2020. DOI: https://doi.org/10.1111/jftr.12373. Acesso em: fev. 2025.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163. Acesso em: 3 set. 2026.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 28, n. 2, p. 181-191, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006. Acesso em: 3 set. 2026.

OLIVEIRA, Thiana de Viveiros; TEIXEIRA, Solange Maria. Responsabilização da família e retração estatal: uma tendência à (des)proteção?. **Praia Vermelha**: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 309-336, 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12383. Acesso em: mar. 2024.

RODRÍGUEZ, Susana Inés Núñez; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo. O desenvolvimento da identidade e sentido de vida na adolescência. *In*: HABIGZANG, Luísa Fernanda; DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena (Orgs.). **Trabalhando com adolescentes**: teoria e intervenção psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 30-41.

ROSA, Edinete Maria; TUDGE, Jonathan. Urie bronfenbrenner's theory of human development: its evolution from ecology to bioecology. **Journal of Family Theory & Review**, v. 5, n. 6, p. 243-258, 2013. DOI: https://doi.org/10.1111/jftr.12022. Acesso em: 3 set. 2026.

SANTOS, Mariane Comelli dos; BÖING, Elisangela. Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 27, n. 61, p. 100-119, 2018. DOI: https://doi.org/10.38034/nps.v27i61.421. Acesso em: mar. 2024.

TAKASHIMA, Geney Mitika Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. *In*: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2011, p. 77-92.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, 2010. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v13n1p4. Acesso em: 3 set. 2026.

TRAD, Leny Alves Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013. Acesso em: 3 set. 2026.

TUDGE, Jonathan; ROSA, Edinete Maria. Bronfenbrenner's Ecological Theory. **The Encyclopedia of Child and Adolescent Development**, p. 1-11, 2020. DOI: https://doi.org/10.1002/9781119171492.wecad251. Acesso em: 3 set. 2026.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

UMA ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS EM NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE NO PERÍODO DE 2012 A 2017[1]

ANÚBIA MELO TAVARES

Agente de Polícia Judiciária da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP-SE) e professora da rede municipal de educação de Nossa Senhora do Socorro. Aracaju/SE. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes (UNIT-SE).

País: Brasil **Estado:** Sergipe **Cidade:** Aracaju

E-mail: anubiamelo3@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0003-1328-150X

VERÔNICA TEIXEIRA MARQUES

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da Afya Centro Universitário (UNIMA). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

E-mail: veronica_marques@hotmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-6831-504X

MARCO ANTONIO JORGE

Professor Titular do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV).

País: Brasil **Estado:** Sergipe **Cidade:** Aracaju

E-mail: mjorge@ufs.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-7195-9364

Contribuições dos autores: O artigo é fruto da dissertação de mestrado de Anúbia Melo Tavares, orientada por Verônica Teixeira Marques. A primeira versão do artigo foi escrita por Marco Antonio Jorge. Assim, todos os autores são responsáveis pela concepção e delineamento da versão final, bem como pela análise e interpretação dos dados, além da revisão textual final.

RESUMO

Nossa Senhora do Socorro/SE foi considerada a 3ª cidade mais violenta do país em 2015, com uma taxa de homicídios correspondente a 89,7 por cem mil habitantes. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em produzir um diagnóstico dos homicídios no referido município. Nesse sentido, o artigo busca contribuir para o planejamento do trabalho policial e para subsidiar ações de prevenção e redução da violência homicida no município. Foram analisados todos os inquéritos policiais disponíveis (fonte primária) referentes aos anos de 2012 a 2017, o que permitiu identificar os perfis de indiciados e vítimas, além do mapeamento dos casos, utilizando-se o método de Kernel. Os resultados mostram que os homicídios dolosos são co-

1 O artigo é fruto de uma dissertação de mestrado.

metidos predominantemente em vias públicas e com o uso de arma de fogo, envolvendo jovens negros e pardos, do sexo masculino e de baixa escolaridade.
Palavras-chave: Diagnóstico de homicídios. Inquérito policial. Caracterização de vítimas e agressores.

AN ANALYSIS OF INTENTIONAL HOMICIDES IN NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE IN THE PERIOD 2012 TO 2017

ABSTRACT

Nossa Senhora do Socorro/SE was considered the third most violent city in Brazil in 2015, with a homicide rate corresponding to 89.7 per hundred thousand inhabitants. Therefore, the objective of this work is to produce a diagnosis of homicides in that municipality. In this sense, the article seeks to contribute to the planning of police work and to support actions to prevent and reduce homicidal violence in that city. All available police investigations (primary data) were analyzed, covering the years 2012 to 2017, which made it possible to identify the profiles of criminals and victims, in addition to mapping the cases, using the Kernel method. The results show that intentional homicides are predominantly committed on public roads and with the use of firearms, involving young black males with low education.
Keywords: Diagnosis of homicide. Police inquiry. Description of victims and aggressors.

Data de recebimento: 28/06/2024 **Data de aprovação:** 02/09/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2205

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, os homicídios dolosos alcançaram patamares expressivos nos grandes aglomerados urbanos do país, com prevalência na região Sudeste, porém, a partir de meados da década seguinte, há um crescimento exponencial da violência homicida na região Nordeste, em especial nas capitais.

Observa-se que o crescimento da violência letal no Brasil não se apresenta de modo homogêneo em todas as regiões ou microrregiões, por isso o estudo detalhado de determinadas áreas é importante para identificar suas peculiaridades (Sauret, 2012).

O aumento da violência pode ser verificado por meio da taxa de homicídios por 100 mil habitantes, no período de 2000 a 2010, no estado de Sergipe, onde o aumento da violência foi significativamente maior do que a média brasileira no período (Fonseca; Marques; Nogueira Júnior, 2014).

Essa escalada do aumento da violência letal foi observada em Nossa Senhora do Socorro/SE, município localizado na região da Grande Aracaju (capital sergipana), que se tornou a terceira cidade mais violenta do país, alcançando uma taxa de 89,7 homicídios por cem mil habitantes em 2015 (Ipea; FBSP, 2017).

A partir dos dados analisados, percebeu-se que determinados tipos de violência letal não aconteciam em qualquer lugar, nem vitimavam indistintamente qualquer pessoa. O crime de homicídio, por exemplo, parecia recair predominantemente sobre vítimas com perfis socioeconômicos semelhantes, fato revelador da necessidade de estudo detalhado sobre esse objeto. Chamou a atenção em Sergipe, em especial, o crescimento da

prática homicida no município de Nossa Senhora do Socorro e o fato de muitos dos indiciados e das vítimas serem pessoas jovens, do sexo masculino e moradores de áreas com deficiência de infraestrutura.

Notou-se também que a agenda de políticas públicas não se voltava com prioridade e eficiência para atender às necessidades desse público e para conhecer as causas dessa recorrente letalidade.

A partir dessa primeira percepção, buscou-se direcionar o estudo sob a ótica do seguinte questionamento: Por que em Sergipe, os homicídios dolosos cresciam exponencialmente em Nossa Senhora do Socorro? Para responder a esse questionamento buscou-se, então, realizar um diagnóstico do crescimento dos homicídios em Nossa Senhora do Socorro/SE. Nesse sentido, o artigo busca contribuir para o planejamento do trabalho policial e para subsidiar ações de prevenção e redução da violência homicida no município.

A pesquisa foi metodologicamente dividida em etapas. Na primeira, fez-se a construção dos registros teóricos a partir da literatura selecionada. A segunda etapa, fase de pesquisa de campo, voltou-se para a leitura de todos os inquéritos policiais disponíveis (fonte primária) referentes aos anos de 2012 a 2017. Essa construção permitiu, por efeito, identificar os perfis de indiciados e vítimas, além da definição da localização das ocorrências de homicídios, utilizando-se do mapeamento pelo método de Kernel.

O artigo está estruturado em cinco seções, além dessa breve introdução. Na primeira, busca-se caracterizar o homicídio como um fenômeno complexo a partir de diversas teorias que buscam compreender esse tipo de violência. A segunda seção descreve brevemente a evolução da violência homicida no Brasil e em Sergipe no período de vinte anos, de 1996 a 2016, com especial atenção à caracterização do município de Nossa Senhora do Socorro/SE e seu processo de urbanização acelerada. Na seção seguinte, apresenta-se o delineamento metodológico do trabalho; enquanto os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos na quarta seção. Por fim, a última seção reforça as principais conclusões deles derivadas.

HOMICÍDIO: UM FENÔMENO COMPLEXO

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que instituiu o atual e vigente Código Penal Brasileiro – CPB (Brasil, 1940), define o homicídio como sendo a ação de matar alguém (art. 121). Para o homicídio doloso simples é cominada pena de 6 a 20 anos de reclusão, sendo qualificado recebe punição de 12 a 30 anos de reclusão.

Assim, para os fins deste trabalho, o homicídio doloso consubstancia-se no ato intencional de ceifar a vida de outra pessoa. Porém, a despeito da breve definição legal, o homicídio revela-se como um fenômeno social complexo.

Nesse sentido, qualquer política séria de redução de homicídios demanda diagnóstico que considere os fatores multicausais desse fenômeno. Nesse cenário "compreender as dinâmicas e diferenças entre cada um desses 'assassinatos' é condição para o desenvolvimento de estratégias sólidas e sustentáveis para o enfrentamento da violência" (Bueno, 2018, n.p.).

Sobre o entendimento do homicídio, observa-se que se apresenta sob duas óticas: a compreensão por meio dos fatores individuais, por um lado, e estruturais, por outro. Com isso, possibilita-se a identificação dos perfis das vítimas, dos autores, da relação existente entre eles, da motivação do crime (fatores

individuais); das características do ambiente que favorecem a prática homicida, das relações sociais e da distribuição do crime no espaço (fatores estruturais) (Silva, 2006).

Dentre as principais teorias acerca dos determinantes da criminalidade, pode-se destacar (Cerqueira; Lobão, 2003a, 2003b):

Teoria das Patologias Individuais – surge para fundamentar os primeiros estudos sobre criminologia. A teoria se propõe a explicar o comportamento criminoso em decorrência da natureza biológica, psicológica e psiquiátrica doentia do indivíduo. Essa abordagem foi progressivamente abandonada após o final da Segunda Guerra, em razão do seu pressuposto eugenista e dos novos estudos e experimentos que comprovaram não haver distinção entre criminosos e não-criminosos em decorrência de características anatômicas, do nível de inteligência ou do perfil psicológico. Porém, não se descarta a ideia de que a criminalidade seria advinda do efeito dos problemas mentais ou biológicos individuais conectados a outros problemas decorrentes das relações sociais; neste sentido, há uma aliança de ideias de ordem individual, social e cultural (Cerqueira; Lobão, 2003a, 2003b).

Teoria da Desorganização Social – trata-se de uma abordagem sistêmica sobre determinada comunidade e sua rede de associações formais e informais. Propõe-se a revelar as correlações entre criminalidade e fatores estruturais da realidade, a partir de determinadas variáveis, a exemplo do *status* econômico, da heterogeneidade étnica, da mobilidade residencial, da desagregação familiar, da urbanização, do desemprego. Testaram essa teoria: Sampson; Groves (1989) e Warner; Pierce (1993).

Teoria do Estilo de Vida – considera três elementos na sua fundamentação: uma vítima em potencial, um agressor em potencial e os recursos de proteção da vítima. Essa teoria não considera motivações e comportamento individual do criminoso; seu foco é direcionado para os hábitos e a rotina de vida das vítimas que facilitariam ou não a ação criminosa.

Teoria do Aprendizado Social (Associação Diferencial) – os indivíduos determinam seus comportamentos em razão das suas experiências pessoais em situações de conflito. Centra-se, pois, na análise do comportamento, principalmente de jovens, cuja propensão ou não ao crime teria origem nas interações interpessoais (Sutherland, 1983).

Teoria do Controle Social – propõe-se a explicar por que a maioria das pessoas se abstém de cometer crimes. Por essa teoria, quanto maior for o envolvimento do indivíduo com a sociedade e a concordância com os valores e as normas vigentes, menores são as possibilidades dele se tornar criminoso.

Teoria do Autocontrole – elaborada por Gottfredson e Hirschi (1990), entende que o comportamento "anormal" criminoso seria decorrente de deformações no processo de socialização e autocontrole da criança, por ineficácia da educação recebida e por ausência de imposição de limites. O resultado desses fatores seria a má-formação do mecanismo de autocontrole e consequentemente a ação impulsiva e egoísta para satisfação exclusiva dos seus interesses. Duas críticas recaem sobre essa teoria: o fato de centralizar-se numa única premissa (autocontrole) para explicar a complexidade dos comportamentos "desviantes" e, também, porque a correlação de sinais de falta de autocontrole e comportamento desviante não explicaria a delinquência.

Teoria da Anomia de Merton (1938) – diz que a motivação da delinquência decorreria da impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas, por exemplo, o sucesso financeiro ou *status* social. Fatores como frustração por não possuir e/ou não ser capaz de alcançar, com os meios socialmente existentes, suas aspirações. Sofrimento cotidiano, relações negativas com adultos, brigas familiares e tensões no trabalho são variáveis utilizadas para testar a teoria.

Teoria Econômica da Escolha Racional – modelo proposto por Becker (1968). Os indivíduos decidem sua participação em atividades criminosas a partir da avaliação e comparação racional entre ganhos e perdas advindas das atividades ilícitas e o ganho alternativo no mercado legal. Fundamenta-se na hipótese de que o ato criminoso decorreria de uma avaliação individual e racional em torno dos benefícios e custos da ação criminosa comparativamente com os ganhos da alocação desse mesmo tempo no mercado de trabalho legal.

Modelo Ecológico – adotado pela Organização Mundial de Saúde com a pretensão de contribuir para a compreensão da natureza multifacetada da violência, este modelo se fundamenta na multicausalidade da violência e analisa as interrelações entre condições individuais e contextuais, considerando que ela resulta da influência de quatro diferentes dimensões: (a) individual, focada nas características da pessoa, as quais aumentam a possibilidade de ela ser uma vítima ou um perpetrador da violência (condições biológicas, baixo rendimento escolar, histórico de agressão e abuso, demográficas, abuso de substâncias [tóxicas], dentre outras); (b) relacional, que explora como a vitimização ou perpetração da violência pode ser influenciada pelas relações sociais próximas (família, parceiros íntimos, amigos), e no caso da violência entre jovens há uma probabilidade maior de ocorrer quando os comportamentos violentos são incentivados e aprovados pelos amigos; (c) comunitária, que focaliza as condições dos cenários em que se dão as relações e que possibilitam o envolvimento com a violência (escolas, locais de trabalho, vizinhança), havendo evidências de que há maior probabilidade de acontecer atos violentos em determinados ambientes comunitários que em outros; e (d) social, que analisa as condições sociais e culturais mais amplas que influenciam os índices de violência (normas culturais, conflitos políticos, machismo, políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais) (OMS, 2002).

Cano e Soares (2002 *apud* Cerqueira; Lobão, 2003a) reforçam a importância desse grupo de teorias, focando-as em cinco correntes: a que preconiza a realização do crime por conta de fatores individuais, a exemplo das patologias individuais; a teoria da atividade racional de maximização do lucro (teoria econômica da escolha racional); teorias que compreendem o crime como subproduto de um sistema social desigual e perverso; teorias que entendem a atividade criminosa como resultado da perda de controle do Estado e da desorganização social na sociedade moderna; e, por fim, abordagens que tentam explicar o crime em função de fatores situacionais ou de oportunidade.

Por fim, segundo Goldstein (1985), os homicídios decorrentes do consumo e do comércio de drogas ilícitas podem ser deflagrados por conta: a) dos efeitos psicofarmacológicos das drogas – que tornariam o agressor violento; b) da compulsão econômica – parte da mudança comportamental que torna a pessoa compulsiva e necessitada de recursos financeiros para aquisição da droga e; c) do princípio da violência sistêmica – parte da relação da morte por homicídio com as drogas ilícitas (tráfico de drogas) pela disputa de território por gangues ou organizações criminosas, cobrança de dívidas derivadas desse comércio ilícito, etc.

O estudo de Goldstein (1985) tem grande relevância para este trabalho, uma vez que, no tocante à motivação da prática homicida em Nossa Senhora do Socorro, buscou-se observar se há correlação entre as drogas ilícitas e os três canais por ele mencionados.

A literatura empírica relaciona a prática homicida com o baixo grau de escolaridade no Brasil. Por exemplo, pesquisa realizada pelo Ipea concluiu que a violência homicida verificada em 81 municípios brasileiros inseridos no Plano Nacional para Redução de Homicídios (PNRH), em 2014, foi responsável por quase metade dos homicídios (46,8%) no Brasil e esteve diretamente correlacionada à falta de escolarização dos jovens residentes nesses municípios. Nessa mesma linha, ressalta que para cada 1% de jovens de 15 a 17 anos na escola, haveria uma redução de 2% na taxa de homicídios (Cerqueira *et al.*, 2016).

HOMICÍDIOS NO BRASIL E EM SERGIPE NO PERÍODO DE 1996 A 2016

A partir de meados da década de 1990, passa-se a observar uma queda da violência homicida na região Sudeste concomitante a um aumento nas demais regiões, em especial no Nordeste e no Norte.

TABELA 1

Homicídios ocorridos no Brasil, por regiões (1996 e 2016)

Região	Homicídios em 1996	Homicídios em 2016	Percentual
Norte	1.945	7.903	306%
Centro-Oeste	2.779	5.647	103%
Nordeste	8.126	24.863	206%
Sudeste	22.806	16.815	-26%
Sul	3.273	7.289	123%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do Ipea; FBSP (2017).

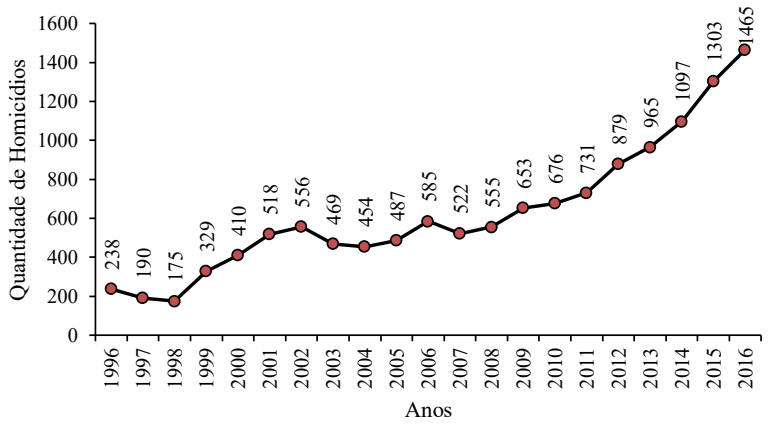
De acordo com a Tabela 1, comparando os anos de 1996 e 2016, a região Sudeste foi a única que apresentou redução nos números de homicídios, correspondente a 26%. Já as demais regiões, Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste, seguiram na contramão da redução, ostentando aumentos expressivos, com variação de 103% a 306%.

Jorge (2018) mostra, inclusive, que o crescimento dos homicídios na região Nordeste na primeira década do séc. XXI configura-se como um aparente mistério, posto que não é explicada pelas principais variáveis utilizadas na literatura. Assim, dos dez estados brasileiros com as maiores taxas de homicídio em 2016, seis pertenciam à região Nordeste e o estado de Sergipe encabeçava a lista (Ipea; FBSP, 2017).

O Gráfico 1 expõe os dados anuais dos homicídios ocorridos em Sergipe a partir de 1996, com destaque para o crescimento ininterrupto no período de 2008 a 2016. Ressalte-se que o estado de Sergipe no período de 20 anos teve um crescimento em números de homicídios em mais de 500%.

GRÁFICO 1

Número de homicídios, estado de Sergipe (1996 a 2016)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do Ipea; FBSP (2017).

Com isso, a taxa de homicídios por cem mil habitantes, que era de 14,7 em 1996, chega a cair para 10,4 em 1998, mas a partir daí ostenta um crescimento praticamente contínuo, chegando a 49,4; 58,1 e 64,7 homicídios por cem mil hab. em 2014, 2015 e 2016, respectivamente.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO E SEU ACELERADO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Nossa Senhora do Socorro está localizada no litoral leste do estado de Sergipe, numa área de aproximadamente 156 km² e integra a Região Metropolitana de Aracaju. No último Censo realizado pelo IBGE, em 2022, o município tinha 192.330 habitantes (IBGE, 2022).

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro surgiu de pequenos assentamentos iniciados na região do Cotinguiba, no final do século XVI, nas terras ocupadas pelo Cacique Serigy. No ano de 1718, foi elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Pérpetuo Socorro do Tomar do Cotinguiba. Em 1835, passou ao domínio da recém-criada Vila de Laranjeiras; e em 1855, foi determinada sua incorporação ao território de Aracaju, a nova capital da província. Essas mudanças reforçaram o sentimento de autonomia da população, sendo, por força da Lei Provincial nº 792, de 14 de março de 1868, desmembrado e emancipado de Aracaju. O atual nome do município foi definitivamente fixado pela Lei Estadual nº 554, de 6 de fevereiro de 1954 (Rodrigues, 2017).

A cidade, considerada pacata e pouco povoada, que contava com 13 mil habitantes em 1980, viu esse número saltar para mais de 67 mil no Censo de 1990 e dobrar no início da década seguinte. Essa expansão populacional e urbana teve origem na política nacional de estímulo à industrialização regional e nas ações do governo estadual que subsidiou a construção de milhares de casas em conjuntos residenciais, principalmente nos chamados complexos Taiçoca e Jardim. Este último teve a aceleração de seu povoamento fomentada pelas ações regionais implementadas pelo Governo Federal. Após os anos 1970, destacam-se as obras de asfaltamento da rodovia BR-101 e a construção da BR-235.

> A urbanização brasileira possui características evidentes como a rapidez da evolução urbana (sobretudo após II Grande Guerra), a concentração da população em grandes cidades, além

> de elevada desigualdade socioespacial. À exclusão, agregam-se problemáticas a ela vinculadas em todas as metrópoles brasileiras: o desemprego, a eliminação de postos de trabalho, a má distribuição de renda, o déficit habitacional, a criminalidade e a violência urbana, todos identificados em espaço constituído com desigualdade social (Paviani, 2010, p. 227).

A partir dos anos 1980, as áreas periféricas das grandes cidades brasileiras passaram por um acelerado crescimento populacional, formando grandes aglomerados periféricos, com visível segregação espacial e homogênea pobreza (Maricato, 2000). Nossa Senhora do Socorro também passou por esse processo, experimentando um crescimento expressivo de sua população, em especial nas décadas de 1980 e 1990.

A construção em série de conjuntos habitacionais no município e, particularmente, a do complexo Taiçoca fazia parte do planejamento habitacional macro voltado para atender à demanda de mão de obra do planejado distrito industrial de Nossa Senhora do Socorro. No entanto, a crise econômica que assolou o país, a partir dos anos 1980, foi determinante para frustrar o ingresso, como se almejava, do município de Nossa Senhora do Socorro como um polo industrial.

Apesar desse cenário, a construção de núcleos habitacionais seguiu em frente, atendendo à demanda habitacional dos trabalhadores em razão também da construção e do funcionamento do DIA (Distrito Industrial de Aracaju). Também a valorização imobiliária nas áreas mais centrais de Aracaju forçou uma grande parcela da população pobre, desempregada e assalariada a buscar residência nas áreas circunvizinhas da capital, mais baratas, porém mais precárias (França, 1999).

Outro ponto relevante no contexto da evolução populacional e econômica do município foi o investimento dos comerciantes de pequeno e médio porte naquela localidade, que aqueceu a economia local, além de, mais recentemente, a inauguração de um *shopping center*.

O forte crescimento populacional em duas décadas trouxe problemas sérios, como a falta de infraestrutura em decorrência da ausência ou deficiência de oferta e prestação dos serviços públicos. E a cidade passou a testemunhar o crescimento da violência homicida.

Nesse sentido, a cidade de Nossa Senhora do Socorro contribuiu decisivamente para o aumento dos homicídios no estado de Sergipe. A Tabela 2 apresenta o número de casos de homicídio doloso ocorridos no município entre os anos de 2008 e 2018.

TABELA 2

Quantidade de homicídios dolosos, período de 2008 a 2018 – Nossa Senhora do Socorro/SE

Ano	Número de homicídios
2008	53
2009	62
2010	63
2011	63
2012	101
2013	94
2014	107
2015	143
2016	136
2017	134
2018	90

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da CEACrim (s/d).

Os dados indicam crescimento dos homicídios de 2008 a 2012. No ano de 2013, houve redução de 7% em relação ao ano anterior. Em 2014 e 2015, a municipalidade experimenta um crescimento considerável, respectivamente de 14% e 34% em relação aos anos anteriores. Nos anos seguintes, todavia, ocorre um processo de redução dos homicídios com variação de 5% e 32% nos anos de 2016 e 2018.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP/SE), essa redução dos homicídios a partir de 2016 se deu, em parte, por conta do trabalho de planejamento realizado pelo Gabinete de Gestão Operacional da Secretaria de Segurança Pública.

O trabalho de planejamento fundamenta-se nos dados gerados pela Coordenadoria Geral de Subsistema de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública – Corgescisp, através da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal – CEACrim, e pelo Núcleo de Análise e Pesquisa em Políticas de Segurança Pública e Cidadania – Napsec, além de outros setores e departamentos da SSP.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Optou-se por uma pesquisa mista, de cunho qualitativo e quantitativo, bem como de natureza descritiva. Para tanto, utilizou-se de acervo bibliográfico produzido por pesquisadores sobre o tema e, também, da análise dos inquéritos policiais (fonte primária) instaurados para a investigação das ocorrências homicidas no período de 2012 a 2017. Com base no estudo bibliográfico e, também, nas informações contidas nos inquéritos policiais analisados, foram definidas as variáveis e categorias utilizadas na construção da planilha (Apêndice A), que propiciaram a elaboração do diagnóstico dos homicídios dolosos.

Compete ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP, unidade integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP/SE, a responsabilidade pela investigação dos crimes de homicídios. Contudo, a divisão estabelecida pelo DHPP não permitia identificar previamente as ocorrências de homicídios por município, havendo, portanto, a necessidade de se fazer a triagem dos inquéritos por cidade.

A partir do segundo semestre de 2012, ficou estabelecido que o DHPP passaria a atuar com cinco divisões, com limitação de competência para cada delegado integrante do departamento estabelecida através do zoneamento por bairros e municípios. A competência para apuração dos casos de homicídios ocorridos em Nossa Senhora do Socorro passou, então, a ser da 4ª divisão do DHPP.

Considerando que essa mesma divisão também era responsável por investigar outros crimes e ocorrências de morte, a pesquisa ampliou o seu objeto, quantificando também os casos de suicídios, afogamentos, abortos e outros crimes, em razão da necessidade de distinguir o homicídio doloso dos demais tipos penais, utilizando, para tanto, o livro de registro e as informações contidas na parte externa das caixas dos inquéritos.

No período de análise foram registradas pelo DHPP 698 mortes por homicídios, sendo analisadas 644 dessas ocorrências, considerando que nem todos os inquéritos foram disponibilizados. Foram realizadas visitas à Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim), ao Instituto Médico Legal (IML), ao Denarc, ao DHPP e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, que permitiram a compreensão sobre o funcionamento e as relações estabelecidas entre esses departamentos e sobre os fatos investigados.

De acordo com informações da CEACrim e de outras fontes da SSP, os dados divulgados sobre homicídios no estado de Sergipe estão embasados nos registros do Instituto Médico Legal – IML, nos Boletins de Ocorrências Policiais – BOs e nas matérias publicadas pela imprensa. Mas não há, entretanto, informações mais precisas derivadas da análise específica dos inquéritos policiais.

Apesar da importância dos BOs, neste trabalho eles foram analisados apenas como parte integrante dos inquéritos policiais (IPs), priorizando-se, aqui, os IPs como peça principal, por serem instrumentos legais de investigação mais robustos, trazendo informações mais consistentes sobre as ocorrências.

Não se pode negar que as peças que integram o inquérito policial permitem um detalhamento de informações, a partir não só das oitivas, mas também de toda documentação produzida na fase de investigação, imprescindíveis para o conhecimento da violência e criminalidade em nosso País. No entanto, percebe-se ser incipiente, ainda, a utilização de tais fontes como instrumento de pesquisa.

Foram, então, coletadas informações sobre o local, o horário e a data da ocorrência, o instrumento utilizado, a motivação, informações sobre o autor e a vítima, como sexo, idade e grau de escolaridade, na perspectiva da caracterização do perfil dos envolvidos.

Para a identificação precisa do local da ocorrência estabeleceram-se alguns critérios, como: local de crime, localidade, tipo de logradouro e bairro, este último inserido apenas para verificar a situação sobre a existência de bairros numa perspectiva não oficial:

a) Bairro – a partir do registro especificado na leitura dos inquéritos;

b) Local do crime – especifica se a ocorrência se deu em via pública, em residência ou em local diverso (escola, bar, praça, mangue, matagal, construção, fazenda/sítio, prédio, outros);

c) Logradouro – descreve o nome da rua, travessa, estrada, avenida, rodovia ou outros; onde aconteceu o fato.

d) Localidade – especifica se a ocorrência se deu em conjunto habitacional, loteamento ou povoado.

Neste trabalho foi utilizado para a construção do mapa termal o método de Kernel, a fim de identificar a densidade de homicídios em Nossa Senhora do Socorro. Esse método permite a compreensão do fenômeno estudado por meio de seu agrupamento em determinada área territorial.

Outro ponto importante foi a identificação da motivação do homicídio, o que demandou a construção de categorias, tais como: discussão/briga, discussão/briga (intrafamiliar), discussão/briga no trânsito, rixa entre grupos de torcidas, intolerância sexual, intolerância religiosa, ganho econômico, ocultação de crime, passional, provocação da vítima, legítima defesa, entorpecentes/drogas, vingança e outras situações; estabelecidas por meio de critérios que limitaram as suas definições.

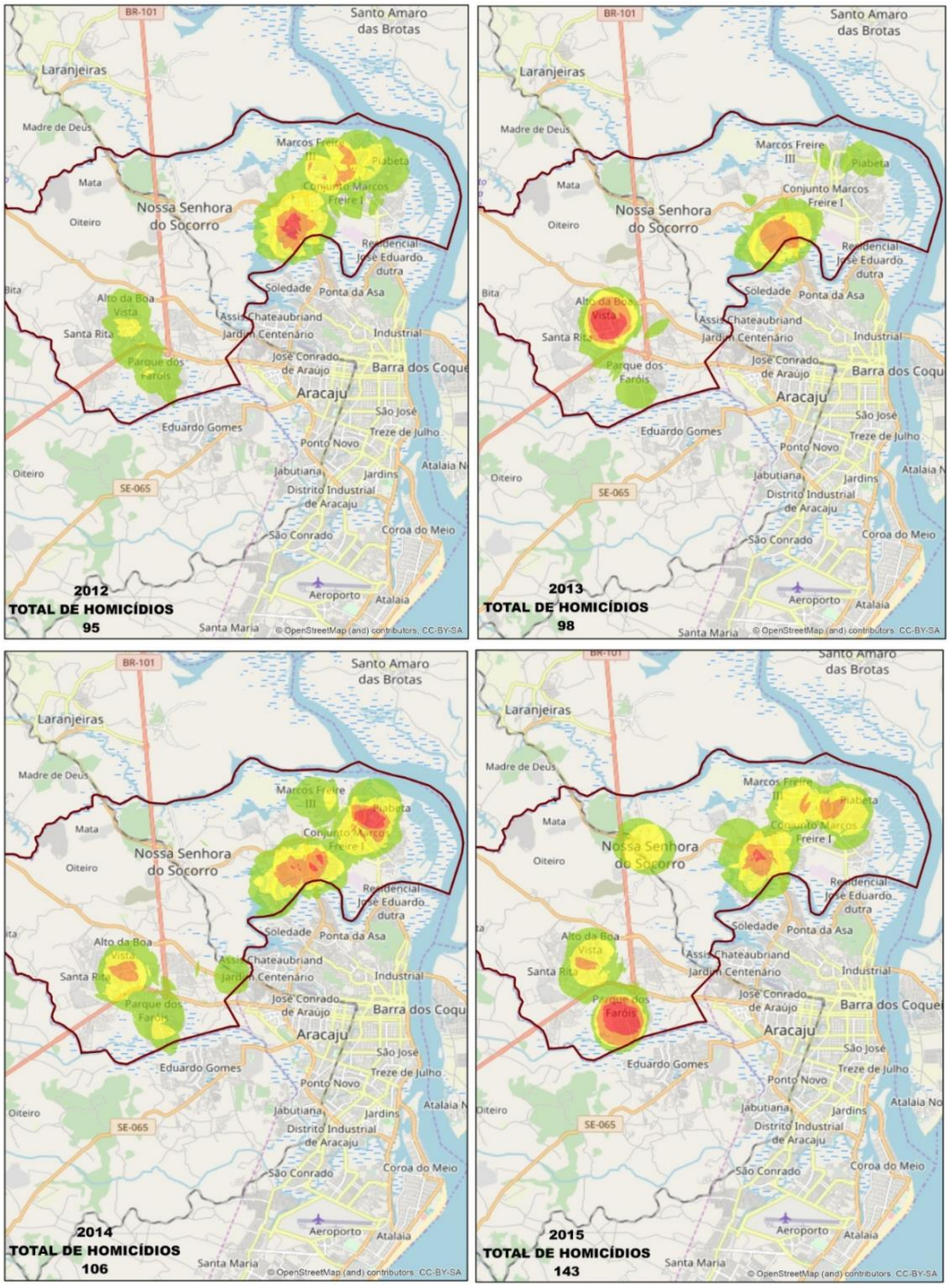
O quadro motivacional e as respectivas categorias foram definidos a partir do referencial teórico proposto por Sauret (2012), por meio do catálogo de motivações das mortes violentas intencionais (MVI), sob a nomenclatura de latrocínio, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e morte decorrente da atividade policial.

RESULTADOS

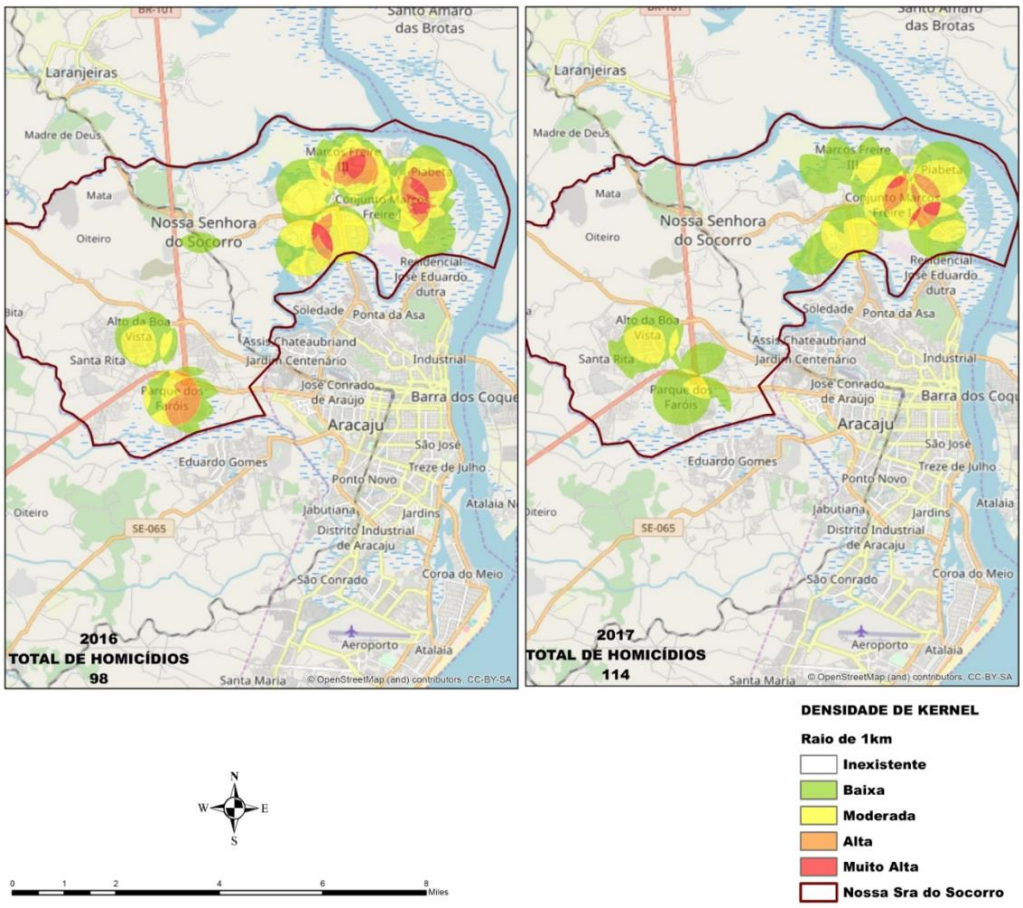
Partindo-se das informações levantadas no DHPP, solicitou-se ao Centro de Estatística e Análise Criminal da Polícia Militar de Sergipe – CEACPMSE, a construção dos mapas termais referente às ocorrências de homicídios na cidade de Nossa Senhora do Socorro no período de 2012 a 2017, ilustrados na Figura 1.

FIGURA 1

Densidade de homicídios em Nossa Senhora do Socorro (2012 a 2017)



Continua



Fonte: DHPP, elaboração CEACPMSE (2018).

Verificou-se que no ano de 2012 houve um maior quantitativo de homicídios no complexo Taiçoca, localizado na parte superior do mapa, com variação dos níveis de densidade baixa, moderada, alta e muito alta nessa região. Enquanto o complexo Jardim, localizado na parte inferior do mapa, se apresentou com variação baixa e moderada.

Já no ano de 2013, a densidade de homicídios se tornou mais expressiva justamente no complexo Jardim, variando de alta para muito alta; apesar de diminuir no complexo Taiçoca, ainda se verificou uma concentração moderada e alta.

Em 2014, ampliou-se a área de concentração de homicídios considerada, moderada e alta, com maior expressividade no complexo Taiçoca.

No ano de 2015, o loteamento Parque dos Faróis, localizado no complexo Jardim, apresentou a mais alta concentração de homicídios do município, enquanto a Sede apresentou densidade moderada de ocorrências.

Em 2016, houve uma visível redução na concentração de homicídios no complexo Jardim, com maior expressividade no loteamento Parque dos Faróis, embora mantida densidade moderada e alta em toda

a região. Por outro lado, verificou-se também uma maior disseminação de homicídios em outros espaços territoriais do município, principalmente na região do complexo Taiçoca.

O cenário em 2017, por sua vez, apresentou redução perceptível nas três áreas do município. Na Sede, por exemplo, não houve concentração de homicídios; já nas regiões dos complexos Jardim e Taiçoca predominou densidade baixa e moderada, sendo que em alguns locais da Taiçoca ainda se constatou densidade alta e muita alta.

No geral, observou-se que o crescimento dos homicídios na cidade de Nossa Senhora do Socorro ocorreu em maior escala em seus núcleos mais povoados, no período estudado.

A Tabela 3 apresenta a taxa de elucidação de homicídios em Nossa Senhora do Socorro no período de 2012 a 2017. A taxa oscila de 46% a 58% nos primeiros cinco anos, dando um salto expressivo, no ano de 2017, para 89%, significando que a grande maioria dos inquéritos remetida à Justiça teve indicação de suposto autor do homicídio naquele ano.

TABELA 3

Taxa de elucidação de homicídios em Nossa Senhora do Socorro (2012/2017)

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa	46%	50%	58%	53%	48%	89%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DHPP (s/d).

O fato de a cidade de Nossa Senhora do Socorro ter sido ranqueada como a terceira cidade mais violenta do Brasil em 2015 direcionou a gestão da SSP-SE para um trabalho articulado com ações planejadas entre as Polícias Civil e Militar, a fim de promover a redução da prática homicida no município. Possivelmente, a elevação da taxa de elucidação de homicídios em 2017 teria correlação com o referido trabalho articulado promovido pela instituição.

CARACTERIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS

Com relação ao local do crime, a prevalência se deu em via pública, alcançando 83% do total dos casos ocorridos na cidade e seguindo a tendência nacional. Essa violência parece alimentar nas relações cotidianas um sentimento de insegurança e, ao mesmo tempo, uma "aceitação" da banalização do valor da vida. Por seu turno, os 13% dos homicídios deflagrados nas residências indicam correlação com drogas ilícitas e, também, com a qualificadora feminicídio. Constatou-se que das 31 mortes de mulheres em Nossa Senhora do Socorro no período, 45% tiveram relação com feminicídio. Por fim, 4% dos casos foram cometidos em outros locais.

Quanto ao instrumento utilizado na execução dos homicídios, constatou-se que a arma de fogo foi o principal instrumento, utilizado em 88% dos casos, e muito acima da média nacional em torno de 70% (Atlas da Violência, 2017), seguida do uso de arma branca em 9% dos casos. Em 3% das ocorrências, foram utilizados outros instrumentos, a exemplo de pedaços de paus e pedras. Esses dados mostram o potencial risco para o aumento da violência homicida decorrente de medidas de flexibilização da posse da arma de fogo no município.

PERFIL DAS VÍTIMAS

Observou-se a predominância de vítimas do sexo masculino, correspondendo a 95% do total (613 casos), enquanto as vítimas do sexo feminino somaram 5% (31 casos). Por sua vez, 86% das vítimas de homicídios em Nossa Senhora do Socorro são pardas e correspondem a 60,9% da população do município; as vítimas de homicídios de pele preta correspondem a 8%, totalizando 17,5% da população socorrense (IBGE, 2022). Assim, as vítimas pretas e pardas somam um total de 94% dos casos registrados no DHPP, mas correspondem a 78,4% da população, refletindo sua sobrerrepresentação nas mortes homicidas de Nossa Senhora do Socorro. As vítimas de homicídios consideradas de pele branca correspondem a 6%, já sua participação na população socorrense representa 21,2%. Não houve registro de mortes de amarelos ou indígenas.

No que diz respeito à faixa etária, a Tabela 4 revela que 44% das vítimas têm de 15 a 24 anos. Somando-se à faixa etária de 25 a 29 anos, o percentual sobe para 62% de vítimas, indicando elevada taxa de jovens cujas vidas foram ceifadas precocemente. Vale notar que as pessoas de 15 a 29 anos correspondem a 25,1% da população do município (IBGE, 2022).

TABELA 4

Quantidade e percentual de vítimas e percentual populacional de Nossa Senhora do Socorro, no período de 2012 a 2017, por faixa etária

Faixa Etária	% População	Nº	% Vítimas
Menor de 15	23,44%	12	2%
De 15 a 19	8,05%	123	19%
De 20 a 24	8,37%	159	25%
De 25 a 29	8,65%	113	18%
De 30 a 34	8,25%	97	15%
De 35 a 39	8,51%	55	9%
40 ou mais	34,73%	85	13%
Total	**100%**	**644**	**100%**

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE (2022) e do DHPP (s/d).

A Tabela 5 apresenta o nível de escolaridade das vítimas de homicídios e expressa um resultado impactante: mais de 80% delas não concluíram o nível fundamental. Incluídos os analfabetos, são 84% das vítimas. Não havia entre elas ninguém com ensino superior.

TABELA 5

Quantidade e percentual das vítimas por nível de instrução, de Nossa Senhora do Socorro, no período de 2012 a 2017

Nível de Instrução	N	%
Analfabeto	20	3%
Fundamental incompleto	522	81%
Fundamental completo	35	5%
Médio incompleto	29	5%
Médio completo	38	6%
Total	**644**	**100%**

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DHPP (s/d).

Com relação à passagem ou não pelo aparato policial, destaca-se que em 62% dos casos não houve registro de passagem anterior pela polícia. Já em 33% dos casos, verificou-se que as vítimas de homicídio tiveram de 1 a 3 passagens. Observou-se, ainda, que 3% das vítimas tiveram de 4 a 6 passagens no aparelho policial e 1% das vítimas teve, no mínimo, 7 passagens pela polícia. Essa análise foi possível somente por meio do sistema restrito da SSP/SE.

Por fim, verificou-se o envolvimento das vítimas com drogas ilícitas, o que ocorreu em 56% dos casos, sendo 39% na condição de usuários e 17% na condição de traficantes. Em 26% dos casos, não foi possível identificar a ocorrência de algum tipo de relação entre vítima e drogas ilícitas. E em 18% dos casos, a vítima não tinha nenhum tipo de envolvimento com drogas ilícitas.

PERFIL DOS AGRESSORES

Observou-se a ampla predominância de indiciados do sexo masculino, correspondendo a 97% do total (343 casos), enquanto as vítimas do sexo feminino somaram 3% (12 casos). Essa informação estava disponível em apenas 355 inquéritos.

Com relação à raça, constatou-se que: em 96% dos casos (341) as pessoas são de cor parda; 3%, preta (10 casos); e 1%, branca (3 casos); assim, as classificações preta e parda totalizam 99% dos indiciados. Novamente, a informação estava disponível em 355 inquéritos, somente.

Por outro lado, a Tabela 6 volta-se para a identificação da faixa etária das pessoas indiciadas. De acordo com os dados, 56% possuem idade até 24 anos, percentual que salta para 72% quando incluída a faixa etária até 29 anos. Este dado, analisado em conjunto com os da Tabela 2, revela que indiciados e vítimas, na sua maior parte, são pessoas muito jovens.

TABELA 6

Quantidade e percentual de pessoas indiciadas de Nossa Senhora do Socorro, no período de 2012 a 2017, por faixa etária

Faixa Etária	N	%
Menor de 15	0	0%
De 15 a 19	87	25%
De 20 a 24	111	31%
De 25 a 29	57	16%
De 30 a 34	45	13%
De 35 a 39	30	8%
40 e mais	25	7%
Total	**355**	**100%**

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DHPP (s/d).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, a Tabela 7 aponta que 86% dos indiciados não concluíram o Ensino Fundamental; apenas 2% conseguiram terminar esse nível, sendo que, respectivamente, 6% e 3% completaram e não completaram o Ensino Médio. Foram registrados 2% de analfabetos ou que declararam "não saber ler, nem escrever". Em relação ao nível superior, apenas 1% concluiu esse nível e outro

1% não o completou. Ou seja, tal como no caso das vítimas, há uma forte correlação entre baixo grau de escolaridade e indiciados.

TABELA 7

Quantidade e percentual de indiciados por nível de instrução, de Nossa Senhora do Socorro, no período de 2012 a 2017

Nível de Instrução	N	%
Analfabeto	7	2%
Fundamental incompleto	305	86%
Fundamental completo	6	2%
Médio incompleto	10	3%
Médio completo	23	6%
Superior incompleto	3	1%
Superior completo	1	0%
Total	**355**	**100%**

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DHPP (s/d).

Quanto ao grau de reincidência dos indiciados por homicídios, observou-se que 54,7% não possuíam passagem pela delegacia. Ainda segundo os dados, o percentual de indiciados que tiveram de 1 a 3 passagens pela delegacia alcançou 42,5%. Por fim, 2,5% computaram de 4 a 6 vezes passagens pela delegacia.

Também no caso dos indiciados, verificou-se o envolvimento com drogas ilícitas. Observa-se que 61% dos indiciados possuem envolvimento com drogas ilícitas, sendo que 30% são usuários e 31% foram identificados como traficantes. Em 26% dos casos, não foi possível identificar se o indicado possuía relação com drogas ilícitas. Já em 13% dos casos, foi identificado que o indiciado não tinha nenhuma relação com drogas ilícitas.

MOTIVAÇÃO

Em 51,6% dos inquéritos, foi possível identificar a motivação. Pode-se observar que 44,2% (144 casos) dos homicídios foram deflagrados por questões relacionadas a entorpecentes/drogas, seguido por vingança com 28,5% (93 casos). Essas duas categorias motivacionais representam 72%, ou seja, 237 homicídios em números absolutos. Na categoria entorpecentes/drogas, enquadraram-se todas as situações cuja morte teve como fator preponderante a relação da vítima ou parente próximo com drogas ilícitas, seja na condição de usuário seja na de traficante.

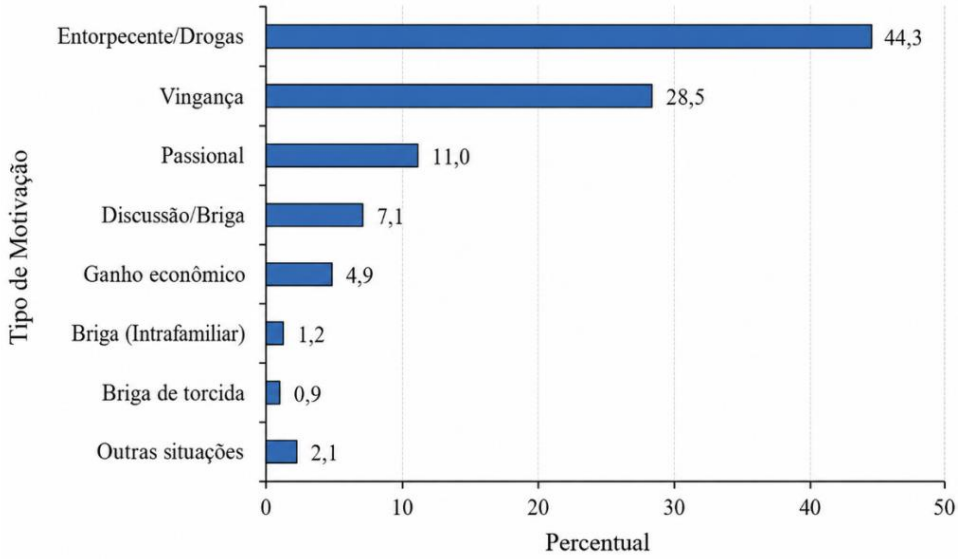
Na categoria vingança, foi constatado que muitos desses homicídios resultaram de situações conflituosas envolvendo a vítima e o autor ou aquela e parentes deste, precedidas, às vezes, por algum tipo de crime ou ofensa perpetrada pela vítima.

A categoria passional reuniu 11% dos casos. Observa-se que tecnicamente esse termo é alvo de críticas diversas, pois o crime passional remete a uma denominação criada como forma de romantizar e justificar a violência letal masculina contra a mulher, ou seja, matar por paixão.

Os homicídios motivados por discussão/briga representaram 7,1% do total de casos. Diferentemente da vingança, essa motivação tem por característica a ação imediata do autor após o desentendimento com a vítima. O Gráfico 2 ilustra a distribuição dos homicídios de acordo com a sua motivação:

GRÁFICO 2

Percentual dos homicídios por tipo de motivação, em Nossa Senhora do Socorro, 2012 a 2017 (N = 326)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DHPP (s/d).

Na análise dos casos de motivação por entorpecente/drogas, recuperando as categorias estabelecidas por Goldstein (1985), foi possível constatar que dessa motivação 88% dos casos corresponderam ao princípio da violência sistêmica e 12% dos homicídios foram decorrentes de compulsão econômica. Nenhum caso foi associado à categoria do princípio psicofarmacológico.

Assim, a análise dos inquéritos policiais confirmou a importância desse material para o conhecimento da prática homicida, deles extraindo-se robusto acervo de informações pertinentes aos fatos e aos perfis de autores e vítimas.

Evidenciou-se o entrelaçamento do baixo nível de escolaridade, do consumo/tráfico ilícito de drogas e da participação do homem jovem, na maior parte dos casos pesquisados. A pesquisa também identificou as principais motivações da violência homicida, destacando-se a vingança, o crime passional, as brigas/discussões, e principalmente, a relação do indivíduo com o consumo/tráfico de drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência homicida é considerada um grave problema em muitas regiões da América Latina, inclusive no Brasil. O estado de Sergipe foi considerado a unidade federativa mais violenta do país em 2015; em parte, devido às elevadas taxas de homicídio apresentadas pelo município de Nossa Senhora do Socorro, posicionada, no mesmo ano de 2015, como a terceira cidade mais violenta do Brasil.

O presente trabalho, assim, voltou-se para diagnosticar as causas dessa violência, no período de 2012 a 2017, a partir da análise dos inquéritos policiais instaurados para apuração desses homicídios (fonte primária da pesquisa) e tendo por referência teórica (fonte secundária) a bibliografia sobre a temática da violência no Brasil e em outros países da América Latina. Constatou-se a existência de fatores multicausais potencializados pelas mazelas sociais nas quais se acham envolvidos, na sua maior parte, tanto as vítimas quanto os autores desses homicídios.

No contexto da violência letal em Nossa Senhora do Socorro, notou-se semelhança com outras cidades brasileiras e dois fatores chamaram a atenção: o crescimento populacional acelerado e desordenado e a disseminação do comércio ilícito de drogas, em especial no que diz respeito ao seu entrelaçamento com os princípios da compulsão econômica e da violência sistêmica, tendo este último princípio maior expressão, como previsto na literatura.

Dentre as ocorrências de mortes registradas pelo DHPP no período de 2012 a 2017, 82% foram tipificadas como homicídio doloso, percentual elevado e significativo. Por sua vez, em 88% dos casos analisados, o instrumento utilizado para a execução da prática homicida foi a arma de fogo, ultrapassando em muito os 70% da média nacional. Já no que diz respeito ao local do crime, a via pública apresentou-se como sendo o de maior incidência, fazendo com que um espaço tradicionalmente de convivência fosse transformado em espaço de violência.

A pesquisa também permitiu traçar os perfis das vítimas e dos indiciados de homicídio em Nossa Senhora do Socorro, identificando características similares entre eles, a exemplo da faixa etária, do nível de instrução, da cor da pele e gênero. Com efeito, ambos apresentam baixo grau de escolaridade, sem nível fundamental completo, sendo mais de 90% de jovens pretos (negros + pardos) do sexo masculino.

Com relação à motivação, as mortes tiveram como fator preponderante a relação do indivíduo com: comércio ilícito de drogas, vingança, motivação passional (ressalvadas as críticas existentes à nomenclatura) e discussões ou brigas.

Não se olvide ser a violência homicida um problema social complexo, multifacetado, cuja compreensão exige o comprometimento dos diversos atores sociais. Esse contexto confirma a importância do envolvimento das comunidades no processo principalmente de acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas voltadas para redução e manutenção da violência em níveis aceitáveis.

Por fim, embora tenha buscado contribuir com a literatura e o embasamento de políticas públicas por meio da caracterização dos homicídios em um município particularmente violento à época da pesquisa, deve-se lembrar que este trabalho é de cunho descritivo. Nesse sentido, não se podem deduzir relações de inferência causal a partir de seus resultados, bem como não se pode extrapolar a presente caracterização para outros municípios do país, dado que a particularidade de cada localidade influencia em seu padrão de violência.

Assim, utilizar dados primários de inquéritos e, a partir deles, estimar modelos que permitam inferências parece constituir-se um caminho profícuo para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 2, p. 169-217, mar. 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 23911, 31 dez. 1940.

BUENO, Samira. Para reduzir homicídios Brasil precisa contabilizar as vítimas. **Portal G1**, Monitor da Violência, 28 ago. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2018/08/28/para-reduzir-homicidios-brasil-precisa-conseguir-contabilizar-as-vitimas.ghtml. Acesso em: 20 maio 2024.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; LOBÃO, Waldir Jesus Araújo. **Determinantes da criminalidade**: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. Texto para Discussão Nº 956. Rio de Janeiro: Ipea, 2003a.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; LOBÃO, Waldir Jesus Araújo. **Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal**. Texto para Discussão Nº 957. Rio de Janeiro: Ipea, 2003b.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; RANIERE, Mariana; GUEDES, Erivelton Pires; COSTA, Joana Simões de Melo; BATISTA, Filipe; NICOLATO, Patricia. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Nota Técnica Nº 18. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/781d92be-c98a-47f-8-9e14-4f916e00353d. Acesso em: 10 jul. 2018.

FONSECA, Vania; MARQUES, Verônica Teixeira; NOGUEIRA JÚNIOR, Gabriel Ribeiro. Ambiente e violência em Sergipe. Homicídios e características do ambiente social nos municípios sergipanos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 6-17, 2014.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju**: estado e metropolização. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999. 251 p.

GOLDSTEIN, Paul. The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework. **Journal of Drug Issues**, v. 15, n. 4, p. 493-503, 1985. DOI: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002204268501500406.

GOTTFREDSON, Michael; HIRSCHI, Travis. **A General Theory of Crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Brasília: IBGE, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2017.

JORGE, Marco Antonio. O Mistério da Região Nordeste: o crescimento da taxa de homicídios no século XXI. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 39, n. 134, p. 55-75, jan./jun. 2018.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MERTON, Robert. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, v. 3, n. 5, p. 672-682, 1938.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: Editora UnB, 2010.

RODRIGUES, Vinícius Silva. **As transformações recentes no espaço urbano de Nossa Senhora do Socorro**: uma desconcentração metropolitana. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras/SE, 2017.

SAMPSON, Robert; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.

SAURET, Gerard Viader (Org.). **Estatísticas pela vida**: a coleta e análise de informações criminais como instrumentos de enfrentamento da violência letal. Recife: Bagaço Design, 2012.

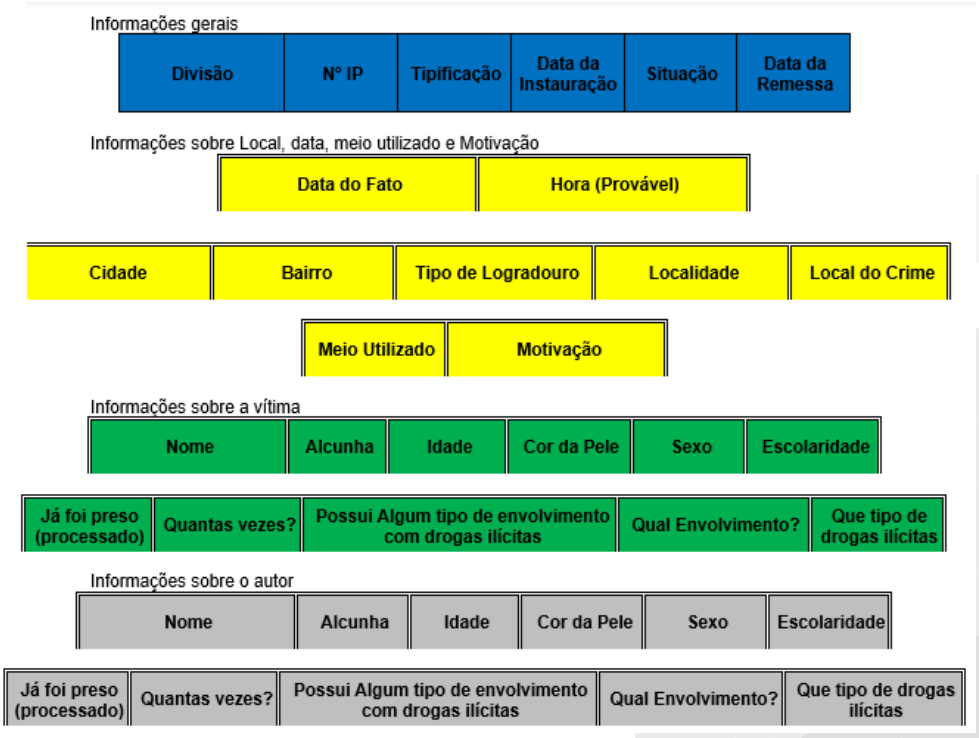
SILVA, Klarissa Almeida. **Tipologia dos homicídios consumados e tentados**: uma análise sociológica das denúncias oferecidas pelo Ministério Público de Minas Gerais Comarca de Belo Horizonte – 2003 a 2005. 2006. 86 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2006.

SUTHERLAND, Edwin Hardin. **White Collar Crime**: the uncut version. New Haven: Yale University Press, 1983 [1949].

WARNER, Barbara; PIERCE, Glenn. Reexamining Social Disorganization Theory using calls to the Police as measure of crime. **Criminology**, v. 31, n. 4, p. 493-517, 1993.

APÊNDICE A

ESTRUTURA DA PLANILHA PARA COLETA DE DADOS



REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

O SINESP E A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ARTHUR TRINDADE M. COSTA
Professor de sociologia da Universidade de Brasília
País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília
E-mail: arthurtmcosta@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-1427-4622

RESUMO

Neste artigo é analisado o funcionamento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Partindo de uma análise documental, argumenta-se que, em função da estrutura federativa brasileira, o Sinesp poderia servir como instrumento de governança da Segurança Pública. Entretanto, as fragilidades de alguns estados na gestão da informação, os problemas de confiabilidade das estatísticas criminais e a falta de um órgão nacional capaz de gerir adequadamente o sistema impedem que essa função seja cumprida.
Palavras-chave: Segurança pública. Federalismo. Estatísticas criminais. Governança da segurança pública.

THE NATIONAL SECURITY STATISTICS SYSTEM AND THE GOVERNANCE OF SECURITY IN BRAZIL

ABSTRACT

In this article we analyze the functioning of the Brazilian National Public Security, Prison and Drug Information System (Sinesp). We argue that, due to the Brazilian federative structure, the Sinesp could serve as a Governance of Security instrument. However, the fragilities of some states in information management, problems with the reliability of criminal statistics and the lack of a national body capable of adequately managing the system prevent this function from being fulfilled.
Keywords: Public security. Federalism. Criminal statistics. Governance of security.

Data de recebimento: 22/07/2024 **Data de aprovação:** 20/03/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2220

INTRODUÇÃO

No Brasil, a estrutura da segurança pública é caracterizada por uma forte concentração de recursos e competências no plano estadual e pela impossibilidade de as instituições policiais exercerem o ciclo completo de policiamento em sua atuação, que vai do policiamento ostensivo à investigação criminal. Além disso,

existem limites constitucionais à reforma das polícias, uma vez que a estrutura construída ao longo do século XX, e fortalecida no período autoritário (1964-1985), foi consagrada pela Constituição Federal de 1988 (Costa; Lima, 2015).

Ao longo da história republicana brasileira, o sistema policial acompanhou as oscilações da Federação. Essas instituições ora estavam submetidas ao poder central, ora gozavam de grande autonomia, significando a garantia da liberdade das elites políticas subnacionais. Formam raros, porém, os casos de cooperação intergovernamental na área. Em boa medida, isso se deveu à relutância dos governos centrais em criar mecanismos institucionais de incentivo à cooperação, fortalecendo sua capacidade de governança.

Esse padrão de relações intergovernamentais começou a mudar a partir dos anos 1990. Diante da cobrança do eleitorado por maior participação na área, o governo federal foi forçado a mudar sua postura, buscando exercer um maior protagonismo na coordenação das ações e políticas de segurança pública (Costa; Grossi, 2007; Sá e Silva, 2012). Para isso, em 1995, foi criada na estrutura do Ministério da Justiça a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg). Em 1997, a Seplanseg foi transformada na atual Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Desde então, a função da Senasp tem sido articular e coordenar ações e políticas de segurança pública, possibilitando o incremento da cooperação intergovernamental.

Em 2000, foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), com a finalidade de gerir recursos para apoiar ações e projetos de segurança. O FNSP é um dos principais mecanismos de financiamento e apoio da segurança pública e da prevenção à violência no Brasil, transferindo anualmente recursos aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Desde 2018, o FNSP vem sendo composto majoritariamente por recursos oriundos das loterias federais. O repasse dos recursos federais acontece por meio da descentralização direta para os fundos estaduais e municipais. Em 2012, foi criado o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) com a finalidade de produzir, sistematizar e difundir os dados de segurança pública, que deveriam servir para orientar o processo decisório e avaliar os projetos implantados.

Em 2018, foi criado o Sistema Único de Segurança Pública – Susp (Lei nº 13.675/2018), cujo objetivo era criar uma estrutura de governança para a segurança pública, por meio da colaboração entre os órgãos federais, estaduais e municipais. De acordo com a lei do Susp, cabe à União elaborar a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que contará com o apoio de diversos meios e instrumentos para sua implementação. Dentre esses instrumentos está o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública, que se constitui como a principal ferramenta de governança da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Nesse sentido, a qualidade dos dados produzidos pelo Sinesp é essencial para a governança do Sistema Único de Segurança Pública.

Nesse artigo, analisa-se o funcionamento do Sinesp. Argumenta-se que, apesar da sua importância, as suas deficiências impedem que ele se constitua efetivamente em um instrumento de governança do Sistema Único de Segurança Pública. Será mostrado que as fragilidades de alguns estados na gestão da informação, os problemas de confiabilidade das estatísticas criminais e a falta de um órgão nacional capaz de gerir adequadamente o sistema impedem que a função de governança seja cumprida.

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A partir da década de 1980, o conceito de governança passou a ser objeto de pesquisa (Pierre; Peters, 2000), a ponto de tornar-se um novo campo de estudos. Analisar a governança das políticas públicas passou a ser uma das principais agendas de pesquisa nas mais diferentes áreas, como saúde, educação, meio ambiente, criminologia e economia.

Os estudos se esforçaram para descrever novas formas de coordenação de ações, num ambiente marcado pela constituição de redes integradas por uma enorme variedade de atores públicos e privados (Powell, 1990; Rhodes, 1990). Duas características são essenciais para entender o funcionamento dessas redes: autonomia e interdependência. Na maior parte dos casos, os atores não possuem de fato relações hierárquicas entre si. Entretanto, eles são interdependentes, ou seja, o resultado da política depende da participação de todos. Numa estrutura social dessa natureza, o desafio é estabelecer práticas e espaços sociais não hierárquicos de coordenação, capazes de planejar e articular as ações dos atores que compõem a rede (Costa, 2023).

Para entender o funcionamento das redes é necessário antes analisar os aspectos que condicionam as interações entre os atores participantes. Marsh e Rhodes (1992), em estudo das relações entre o poder central e o poder local, realizado na Grã-Bretanha, desenvolveram uma tipologia de redes de políticas públicas. A classificação sugerida pelos autores descreve dois tipos ideais de rede, a partir dos quais emergem inúmeras combinações possíveis.

No primeiro tipo, *policy networks*, as redes são compostas por poucos atores e se caracterizam pela estabilidade das relações, com alto grau de interdependência e grande autonomia no que se refere às outras redes. Elas são bastante integradas e, normalmente, originaram-se de temas de interesse governamental, tais como segurança, saúde, educação, ciência e tecnologia. Marsh e Rhodes (1992) enfatizam o papel predominante dos atores estatais, uma vez que concentram os principais recursos de poder. O desafio dessas redes é abrir-se à participação de outros membros de fora da comunidade política tradicionalmente estabelecida. Nesse sentido, ampliar a participação de atores para além das polícias e demais órgãos de segurança, incluindo representantes da educação, saúde e trabalho, bem como da sociedade civil, tem sido um dos desafios mais frequentes das redes na área.

As *issue networks* são um tipo ideal oposto. Elas possuem grande número de participantes que se reúnem em torno de temas específicos. São pouco estáveis, com estrutura atomizada e baixo grau de integração entre seus membros. Em uma rede temática, a distribuição de recursos entre atores dentro e fora do governo é assimétrica, embora não exista predominância a favor de nenhum deles. O desafio é institucionalizá-las de forma que a estrutura social continue a produzir políticas públicas coerentes.

Em função da natureza das relações estabelecidas entre os atores, as redes de políticas públicas podem exercer diferentes funções (Agranoff, 2007). Na segurança pública, são pelo menos três tipos de funções: a) fomentar a troca de informações; b) ampliar a capacidade de vigilância e monitoramento; e c) aumentar a capacidade de responder adequadamente aos problemas.

Algumas redes visam fomentar a troca de informações. Nesses casos, os atores se unem exclusivamente para trocar dados e referências sobre políticas, programas, tecnologias. As ações executivas cabem apenas aos atores isoladamente e não são obrigatórias. É comum a criação de "frentes" em defesa de deter-

minada política pública ou pela revogação de certo estatuto legal. Nessas situações, os diversos atores que compõem as "frentes" compartilham informações que justificam suas posições políticas.

Existem as redes voltadas à ampliação da capacidade de vigilância e monitoramento de determinados grupos sociais. Quando isso ocorre, os parceiros compartilham informações bancárias, fiscais, telefônicas dos seus "clientes". Na era da sociedade informacional, são cada vez mais frequentes as demandas por parcerias que visam compartilhar dados e informações sensíveis sobre os cidadãos, a fim de aumentar a capacidade do Estado de responder aos novos riscos e ameaças. Essas demandas por mais monitoramento, entretanto, têm obrigado os estudiosos a rediscutirem os limites e perigos desse tipo de vigilância (Marx, 1988).

O surgimento de diversos tipos de redes de políticas públicas tem levado os estudiosos a refletirem sobre as diversas forma de coordenar e articular as ações. Em outras palavras, os estudos buscam analisar as diversas formas de governança existentes. De forma geral, a literatura atribui quatro significados diferentes ao termo governança: a) uma estrutura; b) uma estratégia, c) um mecanismo ou instrumento; e d) um processo (Levi-Faur, 2012).

Enquanto estrutura, a ideia de governança se refere a uma configuração de instituições, públicas e privadas, destinadas a responder a um determinado problema. O Susp é a estrutura destinada a fomentar coordenação e cooperação entre os diversos atores de segurança pública. Ele foi instituído exatamente para essa finalidade: aumentar a governança da área de segurança pública.

O termo governança também se refere às diferentes estratégias que determinados atores (normalmente estatais) adotam para reformar as organizações e seus mecanismos, bem como para fornecer novos enquadramentos sobre os problemas a serem enfrentados pelas políticas públicas. Essas estratégias requerem um planejamento que explicite os objetivos da política pública de segurança e estabeleça seus princípios. Essa é a função da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. A PNSPDS é essencialmente uma estratégia de governança.

Para ser exercida, a governança implica a existência de mecanismos ou instrumentos destinados a estruturar o processo decisório, bem como induzir as ações dos diversos participantes de uma rede de políticas públicas. Existem diversos instrumentos, como sistemas de metas, fundos para financiamento de ações, sistemas de monitoramento da execução orçamentária, câmeras técnicas de coordenação etc., sem os quais a governança das políticas públicas seria muito difícil. O Sinesp é um dos principais instrumentos de governança da área de segurança pública.

É possível agrupar os instrumentos de governança em três grandes categorias: cenouras, chicotes e sermões (Zehavi, 2012). Os instrumentos classificados como cenouras são aqueles baseados em incentivos econômicos para a implementação de determinadas ações. Os chicotes são aqueles instrumentos legais que exigem ou proíbem determinadas ações. Os sermões referem-se a arenas e discursos utilizados para persuadir e negociar um conjunto de ações com os atores que compõem uma rede de políticas públicas.

Os instrumentos mais efetivos são os incentivos econômicos. Seus custos financeiros, entretanto, podem torná-los insustentáveis nos períodos de austeridade fiscal. Os instrumentos legais, embora tenham baixo impacto financeiro, podem ser desvantajosos, uma vez que têm potencial para despertar resistências dos atores da rede. Em um ambiente de redes, as arenas de discussão e deliberação são mais convenientes e menos custosas. Elas baseiam-se no uso intensivo de dados e informações que servem para gerar cooperação.

O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, PRISIONAIS E SOBRE DROGAS

A gestão da informação em segurança pública tem sido um dos maiores desafios do governo federal. Em 1997, foi criado o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg), cujo objetivo era sistematizar nacionalmente informações sobre as pessoas, veículos e armas. O sistema foi reformulado em 2004 para poder ser alimentado por uma ampla rede de organizações e acessado por diferentes tipos de profissionais (policiais, agentes de trânsito, fiscais e auditores).

Foi em 2012, com a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), que o esforço de sistematizar informações sobre segurança pública foi institucionalizado. O Sinesp tinha por objetivo automatizar a coleta de dados e integrar os sistemas estaduais de registro de ocorrências criminais. Com a criação do Sistema Único de Segurança Pública em 2018, o Sinesp se tornou um dos principais instrumentos de governança da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Em 2013, foi lançado o Sinesp Integração, destinado à consolidação de dados de múltiplas fontes em uma base única nacional. Inicialmente, o Sinesp integrava mensalmente as estatísticas produzidas pelas unidades da Federação (UFs) sobre 9 tipos penais: homicídios dolosos; lesões corporais seguidas de morte; latrocínios; homicídios tentados; furtos; roubos de veículos; roubos de carga; roubos a instituições financeiras; e estupros.

Em dezembro de 2014, foi lançado o Sinesp Procedimentos Policiais Eletrônicos (Sinesp PPE), que permitia o registro informatizado de boletins de ocorrência e possibilitava a coleta de dados em tempo real. A ideia de criar um modelo único de boletim de ocorrência não se concretizou. Atualmente, 10 estados e o Distrito Federal adotam a versão Sinesp PPE. Os demais estados optaram por manter sistemas próprios de registros de ocorrências.[1]

Em 2021, o Conselho Gestor do Sinesp (Consinesp) determinou a ampliação dos atuais 9 (nove) para 28 (vinte e oito) indicadores, que começaram a ser coletados em 2023.[2] Para isso, foi desenvolvido o Sistema de Validação de Dados Estatísticos (Sinesp VDE). A ideia era melhorar a integração dos dados, aumentar sua qualidade e reduzir o tempo de envio.

A despeito dessas mudanças, alguns problemas persistem, como veremos a seguir. De acordo como o Ministério da Justiça, entre 2012 e 2022, foram gastos R$ 473,7 milhões para implantar o Sinesp. Apesar dos esforços, contudo, o Brasil segue sem ter um sistema de informações de segurança pública estruturado, com dados confiáveis e capazes de orientar as políticas públicas.

METODOLOGIA

Os dados apresentados aqui foram obtidos do projeto "Dados Nacionais em Segurança Pública ", realizado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2025). O projeto realizou um levanta-

1 O Sistema conta com as seguintes funcionalidades: a) Sinesp Integração – consolidação de dados de segurança pública, b) Sinesp PPE – procedimentos Policiais Eletrônicos, c) Sinesp VDE – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública Validador de Dados Estatístico, d) Sinesp CAD – Central de Atendimento e Despacho, e) Sinesp Infoseg – acesso restrito às Informações sobre indivíduos, veículos e armas, f) Sinesp Cidadão – acesso público às informações sobre indivíduos, veículos e armas, g) Sinesp InfoGGI – monitoramento dos Gabinetes de Gestão Integrada, h) Sinesp Análise (Análise de dados e informações criminais, i) Rede Sinesp – rede de comunicação e integração entre profissionais de Segurança Pública.

2 Resolução ConSinesp nº 06/ 2021.

mento sobre as condições de produção e disseminação de dados de segurança pública dos 26 estados da Federação e do Distrito Federal.[3]

Para isso, foram utilizados dois instrumentos de coleta de informações. Inicialmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores estaduais de informações de segurança pública. As entrevistas buscaram levantar informações sobre os principais problemas de produção e disseminação de dados. Também foi perguntado sobre o funcionamento das seções e dos departamentos encarregados da tarefa e sobre a qualificação dos profissionais.

Depois, foi aplicado um questionário para levantar informações sobre as características gerais dos setores de gestão de informação, o uso de dados e estatística, os sistemas informatizados de coleta, o controle de qualidade dos dados, as regras de contagem e o relacionamento dos gestores estaduais com o Sinesp. O questionário consistia em perguntas objetivas, demandando a escolha de componentes que melhor representassem as características e os procedimentos de cada unidade. Questões que requeriam maior detalhamento e possibilitavam questionamentos foram incluídas no questionário utilizado durante as entrevistas. Em situações de respostas pouco claras, os entrevistadores tinham a prerrogativa de questionar as afirmações apresentadas, visando esclarecer os pontos de maneira mais precisa. Esse método permitiu um refinamento eficaz dos quesitos, contribuindo para a robustez do processo de coleta de dados.

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2025) sobre a qualidade dos dados de segurança pública constatou uma enorme heterogeneidade das estruturas dos órgãos estaduais responsáveis pela gestão da informação de segurança pública. Na maior parte das UFs, a gestão estava a cargo de núcleo ou coordenadoria dotada de pouco pessoal e sem capacidade decisória. Em geral, essas estruturas estavam inseridas em setores das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, cuja função principal não era a gestão da informação. O levantamento do Ipea (2025) verificou que em 16 UFs o órgão responsável pela gestão da informação contava com menos de 10 servidores, sendo que no Acre, no Amapá e em Roraima a atividade era exercida por apenas duas pessoas.

Em poucas UFs, a gestão da segurança pública estava a cargo de um setor dedicado exclusivamente à atividade. Em geral, eram subsecretarias com razoável poder decisório. Segundo o levantamento feito pelo Ipea (2025), em 10 UFs a gestão da informação era realizada por esses setores, cujo efetivo variava de 11 a 35 servidores.

Há ainda o caso do Rio de Janeiro, onde a gestão de informação é realizada pelo Instituto de Segurança Pública – ISP. Criado em 1999, o ISP é uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Com 25 anos de existência, o ISP conta com grande conhecimento acumulado no desenvolvimento de metodologias de análise de dados relativos à segurança pública. Sua missão é produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a influenciar e subsidiar a implementação de

3 Projeto desenvolvido pelo Ipea em parceria com a Senasp, a partir do Termo de Execução Descentralizada Nº 01/2022/Senasp. Equipe Ipea: Bernardo Abreu de Medeiros (coordenação); Alisson Gomes dos Santos; Arthur Trindade Maranhão Costa; Daniel Ricardo de Castro Cerqueira; Danilo Santa Cruz Coelho; Erivelton Pires Guedes, Henrique José de Paula Alves, Marcelle Gomes Figueira; Tulio Kahn.

políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas.[4] Em 2023, o ISP contava com 54 servidores.

O levantamento também mostrou que a maior parte dos servidores lotados nos órgãos de gestão de informação são policiais cedidos. Muitos deles não têm formação adequada para desempenhar a atividade. São poucas as UFs que contam com carreira própria de gestores de informação.

Pode-se dizer que na maior parte das UFs os órgãos encarregados da gestão da informação de segurança pública têm estrutura precária, com déficit de pessoal. O governo federal tampouco dispõe de um órgão capaz de tratar as informações e analisar os dados adequadamente (Figueiredo, 2017). Essa situação é um obstáculo ao fortalecimento e à consolidação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.

TABELA 1

Estrutura do capital humano dos setores de processamento e análise de dados

UFs	Total de servidores	Servidores área-fim	Servidores nível superior	% Servidores nível superior
AC	2	2	2	100%
AL	9	7	7	100%
AM	8	5	5	100%
AP	2	2	2	100%
BA	25	25	15	60%
CE	8	8	8	100%
DF	20	20	18	90%
ES	9	8	8	100%
GO	9	7	7	100%
MA	8	6	3	50%
MG	27	16	14	88%
MS	4	4	4	100%
MT	16	16	14	88%
PA	22	22	8	36%
PB	8	8	5	63%
PE	35	33	25	76%
PI	11	10	7	70%
PR	14	Não Informado	13	Não Informado
RJ	54	12	12	100%
RN	7	7	6	86%
RO	2	2	2	100%
RR	5	5	5	100%
RS	6	6	6	100%
SC	3	3	3	100%
SE	8	8	7	88%
SP	28	Não Informado	28	Não Informado
TO	20	2	2	100%

Fonte: Pesquisa Dados Nacionais em Segurança Pública (Ipea, 2025).

4 Mais informações disponíveis no portal do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP): https://www.rj.gov.br/isp/

OS PROBLEMAS DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NO BRASIL

No Brasil, as estatísticas sobre segurança pública e justiça criminal utilizam, fundamentalmente, duas fontes de dados: os boletins de ocorrência (BOs) elaborados pelas polícias civis estaduais e as declarações de óbito confeccionadas nos hospitais e nas unidades de atendimento de emergência. As informações contidas nos BOs irão alimentar as estatísticas estaduais de segurança pública e as declarações de óbito fomentarão as estatísticas do Ministério da Saúde. As declarações de óbito alimentam o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, administrado pelo Ministério da Saúde. Apesar da sua importância, o SIM não trata de registros criminais. Portanto, esses dados são pouco úteis para o planejamento das ações de segurança pública.

Os estudos apontam diversos problemas associados à coleta e produção de dados e estatísticas criminais (Skogan, 1974, 1984; Cantor; Lynch, 2000). Os problemas mais frequentes se referem à coleta e sistematização dos dados. Às vezes, as estatísticas criminais apresentam distorções em função da falta de padronização das categorias analisadas. Alguns erros também acontecem por causa da falta de treinamento dos responsáveis pela coleta das informações. Apesar disso, para alguns estudiosos, esses problemas não necessariamente impedem o uso das estatísticas criminais para determinar a eficácia de políticas destinadas a reduzir a criminalidade (Costa; Lima, 2018).

Para que as estatísticas compiladas pelas instituições oficiais sejam válidas e confiáveis é necessário reunir pelo menos três critérios. O primeiro diz respeito à padronização das categorias analisadas. É preciso que os gestores da informação primária utilizem as mesmas categorias para os mesmos incidentes, ou seja, não deve haver critério pessoal, mas sim uma padronização no momento do registro ou da classificação. O segundo critério refere-se à unicidade da contagem. É necessário que as estatísticas sejam mutuamente excludentes, de modo que um incidente não venha a ser classificado duas ou mais vezes. E o terceiro critério é que a classificação deve ser exaustiva, para que todos os crimes sejam classificados e contabilizados nas estatísticas (Costa; Lima, 2018).

De acordo com o primeiro critério de validação, todas as unidades devem utilizar as mesmas categorias para contar o mesmo evento criminal. Não é o que ocorre com vários indicadores criminais. É o caso do indicador de homicídios. Segundo o Manual de Contagem do Sinesp VDE:

> Para cálculo deste indicador deve-se contabilizar os homicídios dolosos (nos termos do art. 121 do CP), bem como as mortes com indício de crime ou sinal de agressão externa, inclusive aquelas provocadas por acidente de trânsito, desde que haja dolo. Devem ainda ser contabilizadas neste indicador as mortes com indício de crime qualificadas como "encontro de ossada", "encontro de cadáver", "morte a esclarecer", "morte suspeita", "morte por causa desconhecida" e congêneres. Não devem ser contabilizados neste indicador as mortes com indício de crime qualificadas como "feminicídio", "lesão corporal seguida de morte", "roubo seguido de morte" e homicídios culposos" (Manual Sinesp VDE, 2023).

Entretanto, de acordo com o levantamento realizado pelo Ipea (2025), em 16 UFs a contagem está em desacordo com as regras estipuladas. Dentre essas, 13 não incluíam as ocorrências registradas com "encontro de cadáver", "encontro de morte a esclarecer", "morte suspeita" e "encontro de ossada" nas estatísticas de homicídio doloso. Outras 3 UFs incluíam feminicídio, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte e homicídios culposos.

O segundo critério exige que a contagem seja exaustiva, ou seja, o evento criminal não pode ser contado duas vezes. Não é o acontece atualmente com a contagem dos crimes de Morte por Intervenção Policial, enquanto algumas UFs contabilizam esses eventos separadamente, outras registram essas mortes junto com os demais homicídios (Ipea, 2025). Outro exemplo é a contagem das Mortes de Policiais. Em 2023, segundo relatório do Ipea, 26 UFs contavam essas mortes junto com os demais homicídios, sendo que em 13 unidades da Federação não era possível separá-las (Ipea, 2025).

O terceiro critério de validação indica que a classificação deve ser exaustiva. Ou seja, todos os crimes devem ser contados. Alguns crimes previstos no Sinesp VDE não seguem esse critério. O crime de tentativa de homicídio, por exemplo, não segue uma contagem exaustiva; não há padronização para contabilizar esse crime. Em geral, não há protocolos ou orientações para classificar essas ocorrências, competindo ao delegado de polícia fazer esse tipo de classificação. Assim, algumas UFs só registram a estatística nos casos que resultam lesão corporal.

Além desses problemas, podemos identificar outras falhas de contagem das estatísticas criminais disponibilizadas pelo Sinesp. Primeiro, a informação não é coletada de forma sistemática. Em algumas UFs, as organizações policiais não produzem estatísticas sobre as suas atividades mensalmente. Há UFs em que não há periodicidade na divulgação das estatísticas criminais, impossibilitando a construção de séries históricas.

Segundo, algumas estatísticas criminais não possuem informações detalhadas sobre o crime e suas circunstâncias. Em muitos casos, não há registro estatístico sobre o dia, a hora e local do crime. Em geral, não existem muitas informações sobre a vítima ou, quando obtidas, essas informações não são de qualidade. Além da idade e do sexo da vítima, seria muito interessante saber cor ou raça, estado civil, renda, profissão etc. Também não há informações sobre os agressores e pouco se sabe sobre a relação entre a vítima e o agressor.

Terceiro, há pouco controle das cifras ocultas. O fato de haver sobrerrepresentação de alguns crimes devido à duplicação de registro e subnotificação de outros não é um problema em si. As dificuldades surgem devido à ausência de pesquisas de vitimização destinadas a investigar as cifras ocultas dos registros criminais, ou seja, o percentual de casos que, por diferentes razões, não chegam ao conhecimento oficial das polícias e do Estado. Elas são um complemento às estatísticas criminais baseadas nos registros policiais e ganharam força a partir da aceitação do fato de que crimes e criminosos, longe de serem fatos em si, são construções sociais e estão sujeitos a uma série de processos sociais, políticos e culturais que precisam ser mais bem mensurados e analisados quando da investigação acerca dos seus determinantes e do desenho de políticas públicas (Costa; Lima, 2018).

O Quadro 1 abaixo lista algumas regras de contagem previstas no Manual do Sinesp VDE. É possível verificar que nenhuma UF segue completamente as normas sugeridas pelo governo federal. Há regras que são seguidas pela maioria das UFs, sendo poucas unidades da Federação em desacordo. Mas também nota-se que existem regras que são descumpridas pela maioria das UFs. Ou seja, não há uniformidade na contagem dos indicadores criminais contemplados pelo Sinesp.

QUADRO 1

Regras de Contagem do Sinesp VDE – Itens Selecionados – 2023

Os registros feitos pela delegacia virtual passam por uma revisão			x	x		x		x	x	x			x	x	x	x	x			x	x			x	x	x	x
Em uma ocorrência com vários crimes, todos são contabilizados	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x			x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
As datas registradas no BO são do dia do fato	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x		x
O registro segue o mesmo padrão nos casos de crimes que tenham ocorrido no decorrer de vários anos	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x		x	x	x	x		
Padronização do registro e contabilização dos crimes continuados							x																				
Os casos de mortes de suspeitos em confronto são contabilizados em separado em alguma categoria específica	x		x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Os casos de mortes de policiais em confronto são contabilizados nos homicídios	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		x
Os casos de mortes de policiais em confronto são passíveis de serem contabilizados em separado	x			x	x						x						x	x	x	x		x	x	x	x	x	
Os crimes tentados e os crimes consumados são contabilizados em separado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Dados Nacionais em Segurança Pública (Ipea, 2025).

Existem UFs que possuem sistemas de informação bem consolidados, apesar de também apresentarem alguns dos problemas técnico-metodológicos na geração da informação. Por outro lado, existem UFs que não possuem controle e crítica sobre seus registros oficiais. Assim, pode-se dizer que as estatísticas de criminalidade no Brasil são pouco confiáveis, já que não existe sistematização e a cultura da informação em segurança pública ainda não é definida como prioridade pelos gestores. Logo, quaisquer análises, conclusões e decisões com base nessas estatísticas não serão totalmente úteis se não se conhecer bem os seus problemas e não se fizer uma análise crítica minuciosa dos dados.[5]

VITIMIZAÇÃO, FLUXO DE JUSTIÇA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar dos esforços para aperfeiçoar a produção e sistematização de dados de segurança pública, os relatórios produzidos pelo Sinesp são pouco utilizados pelos gestores estaduais de informações criminais. Segundo o levantamento do Ipea (2025), 15 UFs não utilizam as informações do Sinesp para fins de planejamento.

O consumo dos relatórios é uma etapa fundamental para a consolidação do Sinesp. Afinal de contas, é para isso que as estatísticas são produzidas. Quanto maior for o consumo dos relatórios, maior será o engajamento dos gestores estaduais na produção de estatísticas e, portanto, melhor será a qualidade dos dados, gerando um ciclo virtuoso na produção das estatísticas criminais. O contrário, porém, é um problema: se os relatórios não são consumidos, não haverá esforço para aperfeiçoar o sistema.

De acordo com o levantamento do Ipea, os gestores estaduais avaliam positivamente os esforços federais para a estruturação do Sinesp. Há uma visão predominante entre os gestores estaduais de que a base do Sinesp é necessária para um acompanhamento nacional dos indicadores da segurança pública. Entretan-

5 Existem UFs que possuem sistemas de informação bem consolidados, apesar de também apresentarem alguns dos problemas técnico-metodológicos na geração da informação. Por outro lado, existem UFs que não possuem controle e crítica sobre seus registros oficiais.

to, os gestores criticam as dificuldades de padronização dos registros criminais. Dessa forma, na maioria das UFs, a alimentação da base de dados do Sinesp é feita apenas para cumprir uma exigência legal.

Os problemas de consumo dos relatórios do Sinesp não se resumem à falta de padronização dos indicadores criminais. As estatísticas criminais, produzidas a partir dos registros policiais, embora sejam importantes, não contemplam todos os problemas relacionados à segurança pública. De certa forma, elas focam em crimes e criminosos, revelando muito pouco sobre a percepção dos cidadãos. Por isso, alguns países têm realizado pesquisas de vitimização, de fluxo de justiça e de avaliação de políticas públicas. Essas pesquisas complementam as estatísticas policiais.

Uma das medidas utilizadas para ampliar o conhecimento dos eventos de segurança pública é a realização de pesquisas de vitimização. Elas consistem na realização de um *survey* numa amostra populacional para medir, em geral, três aspectos: vitimização, confiança nas instituições (especialmente nas polícias) e medo do crime.

As primeiras pesquisas de vitimização surgiram nos EUA na década de 1960, sendo logo difundidas para outros países. No Brasil, são raras as pesquisas governamentais sobre o tema. Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – introduziu pela primeira vez na sua Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar um questionário sobre vitimização. Em 2010, o Ministério da Justiça contratou o Instituto Datafolha para realizar a primeira pesquisa nacional de vitimização. Até o momento, esses são os dois únicos levantamentos nacionais. Nas últimas décadas, surgiram pesquisa de vitimização realizadas por universidades e centros de pesquisas. Estas pesquisas tiveram abrangência municipal ou estadual e utilizaram diferentes metodologias, o que impedia sua comparabilidade.

Não basta saber quantos crimes aconteceram, também é necessário entender como esses crimes são processados pelo sistema de justiça criminal. Alguns países têm realizado pesquisas de fluxo de justiça para analisar o funcionamento do sistema de justiça criminal que inclui as polícias, o Ministério Público e os tribunais.

A despeito da importância do tema, o Brasil não dispõe ainda de um sistema de estatísticas processuais que permita aos pesquisadores entender quais são os principais problemas do sistema de justiça criminal. Para contornar essas dificuldades, surgiram algumas pesquisas exploratórias visando analisar as formas e dinâmicas com as quais o sistema processa as ocorrências criminais. Entretanto, até o momento, não foi possível reconstruir os fluxos de justiça com base nas estatísticas oficiais.

Um dos maiores desafios da área é a avaliação das políticas públicas de segurança e das estratégias de policiamento, pois, além da implementação de novos programas, existem outros aspectos que afetam as taxas criminais e a sensação de segurança. Mudanças demográficas, econômicas e novas dinâmicas sociais podem afetar as taxas criminais, bem como a emergência de novos padrões educacionais, empregatícios e de saúde.

As dificuldades de avaliação também estão presentes em outras áreas, mas na área de segurança pública elas ganham maior complexidade devido à existência de efeitos em médio e longo prazos, às limitações das fontes e ao deslocamento da atividade criminal da área de intervenção para outros locais (Cano, 2005).

De forma geral, as avaliações que enfatizam critérios de validação interna tendem a ser mais consistentes do que aquelas que buscam simplesmente estabelecer relações de causa e efeito. Um processo adequado de avaliação exige duas características dos instrumentos de medida: validade e confiabilidade. Garantir a validade do instrumento significa provar estatisticamente que o questionário realmente mede aquilo

a que se propõe, e a confiabilidade pode ser definida como a reprodutibilidade da medida. A fragilidade tanto das estatísticas criminais quanto dos instrumentos de medida tem sido o maior obstáculo à realização de avaliações mais consistentes das políticas públicas de segurança.

Dada a complexidade do tema, alguns países criaram órgãos específicos para processar e analisar as informações de interesse da segurança pública ou delegaram a tarefa para instituições especializadas nesse tipo de trabalho. Nos EUA, por exemplo, a tarefa compete ao *Bureau of Justice Statistics* – BJS. Criado em 1979, o BJC é responsável por coletar, analisar, publicar e disseminar informações sobre crimes, vítimas, agressores, agentes e instituições de segurança, bem como sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal. Além disso, o órgão produz pesquisas de vitimização e *surveys* junto à população prisional.

Em diversos países, o trabalho de coletar, analisar e disseminar estatísticas criminais é realizado por órgãos especializados, como: *Home Office Analysis and Insight Directorate* (Reino Unido), *Canadian Centre for Justice Statistics* (Canadá), *Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure* (França), *Direção-Geral de Política de Justiça* (Portugal), *Dirección General de Coordinación y Estudios* (Espanha).

No Brasil, o órgão responsável por essa tarefa é a Diretoria de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A Diretoria também é responsável pelo desenvolvimento da estrutura de gestão do Sinesp e pela articulação e pelas parcerias com entes públicos e privados. A Diretoria conta com cerca de 60 servidores, número insuficiente para executar as complexas tarefas de integrar as base de dados, prover apoio tecnológico, produzir, sistematizar, analisar e divulgar as informações de segurança.

CONCLUSÃO

Em uma Federação como a brasileira, compete ao governo federal coordenar e articular com os entes federados as ações de segurança pública. Essa função requer elevada capacidade de governança, dado que as UFs e os municípios gozam de enorme autonomia nas questões relativas à área.

Assim, foi criado, em 2018, o Sistema Único de Segurança Pública para aumentar a capacidade de coordenação e articulação das ações dos diversos atores que compõem o campo da segurança pública. O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), criado em 2012, deveria servir como instrumento de governança. Entretanto, dadas as suas fragilidades, o Sinesp tem sido pouco útil na tarefa de coordenar e articular ações de segurança pública.

O levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2025) verificou grande heterogeneidade nos setores estaduais responsáveis pela alimentação das informações do sistema. Algumas UFs possuem setores bem constituídos, com pessoal especializado capaz de realizar a gestão das informações. Noutras UFs porém, os setores de informação carecem de pessoal especializado, o que faz com que a tarefa de alimentar o Sinesp seja feita de forma precária.

A pesquisa apontou que muitos dos indicadores coletados pelo Sinesp não possuem padronização. Embora o Sinesp estabeleça regras de contagem para uniformizar os registros criminais, boa parte das UFs não as seguem. Verificou-se também que o Sinesp apenas apresenta informações criminais. Não há dados disponíveis sobre vítimas, agressores, policiais e processos criminais. Ao contrário de outros países, o

Brasil não possui órgão especializado para produzir, coletar, analisar, publicar e disseminar informações de interesse da segurança pública. A Diretoria de Gestão e Integração de Informações, responsável pela tarefa, não dispõe de autonomia e pessoal necessário para executar a função.

O resultado disso é um sistema pouco confiável e pouco utilizado pelos gestores estaduais no planejamento das ações de segurança pública. Por fim, aquilo que deveria ser um instrumento de governança da segurança pública tem sido encarado pelos gestores estaduais como mera formalidade legal.

REFERÊNCIAS

AGRANOFF, Robert. **Managing within networks**: adding value to public organizations. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BRASIL. Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (ConSinesp). **Resolução ConSinesp nº 6, de 8 de novembro de 2021.** Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. ***Manual do Sinesp VDE: Validador de Dados Estatísticos***. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [s.d.].

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.** Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Brasília, DF, 2018.

CANO, Ignácio. Avaliação de programas de intervenção em violência, criminalidade e segurança pública. *In*: BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson José (Orgs.). **Violência e controle social**: reflexões sobre políticas de segurança pública. Belém: Edufpa, 2005, p. 17-30.

CANTOR, David; LYNCH, James. Self-report surveys as measures of crime and criminal victimization. *In*: U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. **Measurement and analysis of crime and justice**: criminal justice 2000. Washington, DC: National Institute of Justice, 2000, p. 85-138.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Segurança Pública, Redes e Governança**. Brasília: Editora da UnB, 2023. DOI: https://doi.org/10.7476/9786558461708**.**

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; GROSSI, Bruno. As Relações Intergovernamentais e Segurança Pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, p. 6-21, 2007.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Mudanças políticas e transformações no campo da segurança pública no Brasil. *In*: MACHADO, Bruno Amaral (Coord.). **Justiça Criminal e Democracia**. Madrid: Marcial Pons, 2015, p. 325-344.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. *Estatísticas Oficiais, Violência e Crime no Brasil*. **BIB**, São Paulo, v. 84, n. 2, p. 81-106, 2018.

FIGUEIREDO, Isabel. A gestão de informações e o papel da Senasp. *In*: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2017**. Ipea, FBSP, 2017, p. 59-66.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados Nacionais em Segurança Pública (2022-2023)**. Brasília: Ipea, 2025. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/ri-anuario-estatistico-2022-2023.

LEVI-FAUR, David. From big Government to Big Governance. *In*: LEVI-FAUR, David (Ed.). **The Oxford Handbook of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 3-18. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0001.

MARSH, David; RHODES, Roderick Arthur William. **Policy Networks in British Government**. Oxford: Clarendon Press, 1992. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198278528.001.0001.

MARX, Gary. ***Undercover: Police Surveillance in America***. Berkeley: University of California Press, 1988. DOI: 10.1525/9780520910041.

PIERRE, Jon; PETERS, Brainard Guy. **Governance, Politics, and the State**. Basingstoke: MacMilliam, 2000.

POWELL, Walter. Neither Markets nor Hierarchy: network forms as organization. **Research in Organizational Behavior**, v. 12, p. 295-336, 1990.

RIO DE JANEIRO (Estado). Instituto de Segurança Pública. **Instituto de Segurança Pública – ISP**. Rio de Janeiro: ISP, [s.d.]. Disponível em: https://www.rj.gov.br/isp/. Acesso em: 9 set. 2026.

RHODES, Roderick Arthur William. Policy networks: a british perspective. **Journal of Theoretical Politics**, v. 2, n. 3, p. 251-267, 1990.

SÁ E SILVA, Fábio de. Nem isto, nem aquilo: trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 412-432, 2012. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2012.v6.n2.128.

SKOGAN, Wesley. The validity of oficial crime statistics. **Social Science Quarterly**, v. 55, n. 1, p. 25-38, 1974.

SKOGAN, Wesley. Reporting crimes to the police: the status of world research. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 21, n. 2, p. 113-137, 1984. DOI: https://doi.org/10.1177/0022427884021002003.

ZEHAVI, Amos. New Governance and Policy Instruments. *In*: LEVI-FAUR, David (Ed.). ***The Oxford Handbook of Governance***. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 242-254.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

SISTEMA PRISIONAL E A COMUNIDADE LGBTQIA+: A VIDA EM UMA UNIDADE DO SISTEMA PRISIONAL

LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA TEODORO

Doutor em Ciências Sociais; Pós-Doutor pelo Departamento de Sociologia da UFMG; Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET MG; Líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Sistema Prisional e Egressos (NESPRE/CEFET MG); Pesquisador do CRISP/UFMG.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

E-mail: luiz.teodoro@cefetmg.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0003-1782-413X

ANDRÉA MARIA SILVEIRA

Professora Associada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG; líder do Grupo de Estudos de Agravos Relacionados ao Trabalho e Organização da Atenção Saúde dos Trabalhadores; Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

E-mail: silveira@medicina.ufmg.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-1180-3875

Contribuições dos autores:

Luiz Claudio de Almeida Teodoro realizou a pesquisa, fez a análise dos dados qualitativos, interpretação dos resultados e discussão dos achados. Andréa Maria Silveira fez a análise dos dados qualitativos, interpretação dos resultados e discussão dos achados.

Financiamento: Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o abandono e a falta de políticas públicas específicas para a comunidade LGBTQIA+ no sistema carcerário no país. Para elaboração deste artigo foi utilizado como estudo de caso a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria**,** que fica no município de São Joaquim de Bicas/MG. Essa unidade foi escolhida, pois é a prisão referência para a comunidade LBBTQIA+ no estado mineiro. Numa sociedade cujo o binômio heterossexual prevalece, as pessoas com identidades dissidentes de gênero são vistas com um forte preconceito, pois não cumpriram seu papel social ideal na sociedade. Neste sentido, quando encarceradas, elas têm suas identidades e seus corpos controlados, exacerbando a homofobia. Como consequências, essa população sofre rebaixamento de sua autoestima, tem agravada sua saúde mental, mutilada sua identidade, sofre violências física e simbólicas e, o mais grave, vê aumentado o risco de suicídio.

Palavras-Chave: Sistema prisional. Políticas públicas. Saúde mental. Comunidade LGBTQIA+.

THE PRISON SYSTEM AND THE LGBTQIA+ COMMUNITY: LIFE IN A PRISON FACILITY

ABSTRACT

This paper aims to analyze the neglect and lack of specific public policies for the LGBTQIA+ community in the prison system in Brazil. The Professor Jason Soares Albergaria Penitentiary, located in the city of São Joaquim de Bicas/MG, was used as a case study to prepare this article. This unit was chosen because it is the reference prison for the LGBTQIA+ community in the state of Minas Gerais. In a society where the heterosexual binomial prevails, people with dissident gender identities are viewed with strong prejudice, as they have not fulfilled their ideal social role in society. In this sense, when incarcerated, their identities and bodies are controlled, exacerbating homophobia. As a consequence, this population suffers a decrease in their self-esteem, their mental health is aggravated, their identity is mutilated, they suffer physical and symbolic violence and, most seriously, they see an increased risk of suicide.
Keywords: Prison system. Public policy. Mental health. LGBTQIA+ community.

Data de recebimento: 20/08/2024 **Data de aprovação:** 03/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2247

INTRODUÇÃO

O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nesses ambientes, as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, das possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo fornecido pela rede relacional das pessoas é mantido por laços de cooperação e solidariedade e depende de percepções que se tem do próprio mundo social, de competências e recursos disponíveis para proteção.

Na sociedade moderna, a punição àqueles que cometem crimes é o isolamento em unidades prisionais. Assim, o sistema prisional enfrenta um forte dilema, qual seja, o de como reintegrar pessoas que cometeram crimes isolando-as, uma vez que é na interação social que os indivíduos internalizam regras e valores. Além disso, a falta de implementação efetiva de políticas públicas que garantam saúde, educação e trabalho, para as pessoas encarceradas, aumenta os graves problemas dos sistemas prisionais, tal como ocorre no sistema prisional brasileiro. Nesse contexto, pode-se afirmar que é quase impossível recuperar alguém dentro do cárcere. De acordo com Chies (2024), a forma como se organiza as unidades prisionais degradantes, inviabiliza a ideia de melhorar algo em quem está preso.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir o abandono e a falta de políticas públicas específicas e efetivas para a comunidade LGBTQIA+ no sistema prisional em Minas Gerais, o que causa efeitos psicológicos perversos nas pessoas internas, tendo como uma das suas principais consequências as tentativas de suicídio e o suicídio.

Para realização deste artigo foram utilizados conceitos analíticos fundamentais para o debate à luz de Michel Foucault (1999), Judith Butler (2003) e Jeffrey Weeks (2000). Este artigo apresenta um estudo

de caso a partir de uma pesquisa realizada na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria**,** que fica no município de São Joaquim de Bicas/MG. Essa unidade foi escolhida, pois é a prisão referência para a comunidade LGBTQIA+ no estado mineiro. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com homens gays, mulheres trans e travestis entre os meses de março e dezembro de 2023. Foram tratados os seguintes temas nas entrevistas: trajetória de vida; trajetória no crime; acesso às políticas de humanização dentro da unidade prisional (saúde, educação, alimentação, trabalho e assistência jurídica); preconceito; violência física e psicológica. As entrevistas foram gravadas e transcritas por um auxiliar de pesquisa e teve a consistência da transcrição verificada por um terceiro pesquisador. Para análise das entrevistas foi usada a análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Cabe ressaltar que este trabalho é resultado do Projeto **"O Sistema Prisional em Minas Gerais: uma análise da implementação das políticas públicas previstas pela Lei de Execução Penal"**, uma proposta elaborada por pesquisadores do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG). O projeto teve como objetivo analisar a implementação das políticas públicas no sistema prisional em Minas Gerais, realizar uma discussão sobre os seus impactos na visão dos detentos. Nesse sentido, buscou-se identificar quais são as estratégias dos presos para minimizar as penas, já que trabalho e ensino impactam na remissão do tempo de prisão. O projeto foi aprovado em edital e conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG por meio do parecer número 6.477.877.

APARELHOS DISCIPLINARES: GÊNERO E A PRISÃO

A hipótese da sociedade disciplinar é um importante pano de fundo sócio-histórico que permite entender como são possíveis as instituições totalitárias e disciplinares na contemporaneidade, muito embora elas possam ser consideradas ultrapassadas, em razão do avanço tecnológico das diversas estratégias de controle e vigilância (Daems, 2020). Segundo Foucault (1999), o poder disciplinar constrói uma sociedade adestrada, domando e produzindo coletivamente corpos individualizados e dóceis. Trata-se de uma modalidade de poder produtivo, e não essencialmente restritivo, mutilador ou repressivo. Ele liga as forças para multiplicá-las e utilizá-las em sua totalidade, apropriando-se delas ainda mais e melhor.

A ação do poder disciplinar é essencialmente a produção da subjetividade moderna, pois a disciplina "fabrica" indivíduos. Ela é a técnica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (Foucault, 1999). O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos como: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

No caso de gênero, segundo Rodrigues e Heilborn (2014), as hierarquias sociais produzidas visam naturalizar, impor e legitimar uma única sequência de sexo/gênero/sexualidade, centrada na heterossexualidade. Como consequência, criaram-se dispositivos para disciplinar e classificar os corpos e as condutas sexuais, transformando, assim, a vida privada do sujeito em um ato público, produzindo e estabelecendo regras e hierarquias.

Ressaltando a perspectiva de Butler (2003), de que é necessário desconstruir a materialidade do corpo e questioná-lo como parte também de uma construção social e cultural. Para a autora, quando se pensa em sexo como algo imutável, fixo e estabelecido, automaticamente entende-se que existe uma essência, um "eu puro" que será submetido ao gênero, ou seja, um sexo que será transformado em papéis sociais.

Contudo, o sexo e, no caso, o corpo, também são construções, pois não existe uma determinação de que um homem sentirá desejo por uma mulher. Para a autora, sexo, gênero e desejo são construtos sociais.

Assim, a sexualidade está posta como construto social e, portanto, é um conceito dinâmico, sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações nos diferentes períodos históricos, e que se encontra sujeito a debates e disputas políticas. Logo, a sexualidade envolve uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas, não podendo ser compreendida isoladamente (Weeks, 2000). Portanto, a homofobia pode ser considerada como uma estratégia social de controle dos corpos. A comunidade LGBTQIA+ inserida no sistema prisional vive a radicalização desse tipo de discriminação.

Ainda de acordo com Foucault (1999), a forma-prisão se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os diversos processos para repartir os indivíduos, fixá-los, distribuí-los espacialmente e classificá-los, visando tirar deles o máximo de tempo e de forças, treinando seus corpos, codificando seus comportamentos continuamente, mantendo-os sob uma visibilidade sem lacunas, formando em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, produzindo sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, mediante um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão antes que a lei a definisse como pena por excelência.

Na passagem do século XVIII para o XIX, criou-se a penalidade da detenção. Nesse momento, os mecanismos disciplinares colonizaram a instituição judiciária. De acordo com Foucault (1999), a legislação definiu o poder de punir como função geral da sociedade, exercido da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado. A justiça que se dizia "igual" para todos, organizada num aparelho judiciário "autônomo", foi investida pelas assimetrias das sujeições disciplinares e passou a fazer da detenção a pena civilizada por excelência. Rapidamente esse processo foi "naturalizado" e a prisão-castigo assumiu logo um caráter de obviedade social. Apesar de todos os inconvenientes, do seu perigo e inutilidade, não se tem ideia do que poderia substituir a detestável invenção prisional. Ela é aceita com naturalidade por se fundamentar na forma simples da "privação da liberdade".

Numa sociedade de homens livres, na qual a liberdade é um bem de todos, na lógica liberal, privar o indivíduo dela é aceitável como uma pena "igualitária". Isso oferece uma clareza jurídica para a prisão que não agride a sensibilidade do ser humano moderno. Ela também permite quantificar a pena segundo a variável tempo. Usa-se o tempo para medir as trocas econômicas, calculando o salário por horas trabalhadas e é possível aplicar esse cálculo no castigo penal (Thompson, 2002). Além disso, a prisão aparece como reparação: retirar tempo do condenado significa que sua infração lesou, além da vítima, toda a sociedade.

Segundo Davis (1996), a sentença de prisão, sempre calculada em termos de tempo, está relacionada com a quantificação abstrata, evocando o surgimento da ciência e o que é muitas vezes referido como a Era da Razão. Este foi precisamente o período histórico em que o valor do trabalho começou a ser calculado em termos de tempo e, portanto, compensado de outra forma quantificável, pelo dinheiro. A computabilidade da punição estatal em termos de meses e/ou anos ressoa com o papel do tempo de trabalho como base para a contabilização do valor das *commodities* capitalistas. Os teóricos marxistas da punição observaram que precisamente o período histórico durante o qual a forma de mercadoria surgiu é a época em que as sentenças penitenciárias emergiram como a forma primária de punição (Foucault, 1999; Garland, 2008).

De acordo com Beccaria (1998), são dois os fundamentos que fizeram a prisão parecer a forma mais imediata e civilizada das penas: a dimensão jurídico-econômica (articulando as variáveis da liberdade e do tempo) e a dimensão técnico-disciplinar (articulando a privação da liberdade e a técnica corretiva). A prisão foi desde o princípio uma "detenção legal" encarregada de um suplemento corretivo: instituição de modificação dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal, visando sua ressocialização.

A prisão, aparelho disciplinar exaustivo, toma a seu cargo todos os aspectos da vida do indivíduo, cuidando dele com zelo totalitário: treinamento físico, aptidão para o trabalho, comportamento cotidiano, atitude moral e disposições. Ela é "onidisciplinar": disciplina incessante, sem exterior nem lacuna, não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa, sua ação sobre o indivíduo é ininterrupta. Na lógica de Foucault (1999), também possui uma disciplina despótica, dando poder quase total sobre os detentos e com mecanismos internos de repressão e de castigo. A solitária é a prisão da prisão. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido e seu modo de ação é a coação de uma educação integral, total.

Assim, a partir dessa lógica é possível perceber como as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade estão mais susceptíveis a abusos e violações pelo sistema penal, independente do papel que representem no episódio que está sendo analisado. "Seja através da invisibilização ou subestimação da violência sofrida quando vítima, seja pela hiper ou sobrepunição de suas condutas quando autora do crime" (Campos; Carvalho, 2011, p. 152).

Cabe ainda ressaltar a análise de Preciado (2011), que afirma ser o controle dos corpos uma questão central para a sociedade e para o sistema prisional. Nesse sentido, existe maior controle e vigilância sobre os corpos da comunidade LGBTQIA+, pois não se encaixam na lógica binária heterossexual.

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL LGBTQIA+: EXPERIÊNCIA DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JASON SOARES ALBERGARIA EM MINAS GERAIS

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), o número de pessoas no sistema prisional em 2022 somou 832.295 indivíduos. Como o número de vagas existentes é menor, 601.717, **faltam 230.578 vagas nas prisões do país**. Além disso, a lentidão e a ineficiência da Justiça agravam a superlotação dos presídios. **Entre os mais de 800 mil detentos estão 233 mil sem julgamento ou condenação à prisão**, devido à morosidade da Justiça. Essas pessoas estão presas com a chancela de "provisórios". O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás somente dos Estados Unidos da América e da China. O número de pessoas no sistema prisional cresceu 595,2% desde 1990; mantendo esse ritmo, em 2030, o país terá 1,9 milhão de adultos encarcerados.

O caso brasileiro assemelha-se ao norte-americano. As prisões não estão repletas de criminosos perigosos e violentos, mas de condenados por negócios com drogas, furto, ou atentados à ordem pública, ou seja, condenados caracterizados por crimes não violentos (Coelho, 2005; Monteiro, Cardoso, 2013). Wacquant (2001) aponta que a penalidade neoliberal é norteada pelo paradoxo de remediar com "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social. A análise desenvolvida pelo autor do sistema penitenciário norte-americano enfatiza o alto crescimento da população carcerária enquanto um fenômeno sem precedentes, o qual é acompanhado de uma verdadeira "indústria da carceragem" que faz

das prisões o 3º maior empregador nos Estados Unidos. Os "clientes naturais" das prisões da miséria são os negros, latinos, com baixa renda familiar, oriundos de famílias do subproletariado e condenados pelo direito comum por envolvimento em grande parte em pequenos delitos.

Seguindo a mesma lógica, Wacquant (2001) afirma que as prisões brasileiras são "campos de concentração para pobres" que mais se assemelham a empresas públicas de "depósito industrial de dejetos sociais" do que instituições que servem para alguma função penalógica (como reinserção).

Pode-se apontar, de acordo com a literatura, que existem falhas na implantação dos pressupostos da Lei de Execução Penal (LEP) que provocam deficiências do sistema prisional brasileiro, dentre elas pode-se destacar: abusos verbais; superlotação carcerária; falta de estrutura para o desenvolvimento da educação formal; falta de higiene (grande quantidade de insetos e parasitas, sujeiras nas celas e nos corredores); condições deficientes de trabalho; precariedade dos serviços médicos ou completa inexistência; assistência psiquiátrica deficiente; elevado índice de consumo de drogas (facilitado pela corrupção de alguns funcionários penitenciários ou policiais, que permitem o tráfico ilegal de drogas); abusos sexuais; e ambiente propício à violência (onde impera a lei do mais forte ou com mais poder, constrangendo os demais reclusos) (Rudnicki, 2011; Barbosa, 2013; Santos, 2017; Nogueira; Abrahão, 2009; Coelho *et al.*, 2009; Rangel; Bicalho, 2016; Constantino; Assis; Pinto, 2016, Adorno; Salla, 2007; Adorno; Dias, 2013; Alvarez; Salla; Dias, 2013; Manso; Dias, 2017, 2018; Varella, 2017).

Além disso, vale destacar a má infraestrutura da maioria das cadeias, o que faz com que os presos empreendam uma luta diária pela sobrevivência. A superlotação e deterioração das celas e a falta de água potável provam a inexistência de atenção à integridade e dignidade humana, visto que os indivíduos são entregues ao absoluto descaso. No caso das prisões ou alas para a comunidade LGBTQIA+ a situação ainda se torna mais precária, devido à negligência das necessidades higiênicas específicas desse público. As mulheres e a comunidade LGBTQIA+ sofrem, pois a elas é dado o mesmo tratamento dispensado aos homens, sendo negado acesso a recursos como absorventes higiênicos, camisinhas e cuidados médicos. Ressaltando que as prisões foram construídas especificamente para homens; mulheres e a comunidade LGBTQIA+ são "jogados" nelas, sem nenhuma preocupação de respeitar as especificidades desses públicos.

Segundo a Defensoria Pública da União (2020), por meio da MANIFESTAÇÃO Nº 4137965 - DPGU/SGAI DPGU/GTLGBTI DPGU, somente 4.745 presos, em 2020 no país, se declararam partes da comunidade LGBTQIA+. Ressalta-se que 77% dos LGBTQIA+ que declaram abertamente sua sexualidade e identidade de gênero se concentram em prisões que possuem alas/celas para essa população. De acordo ainda com a Defensoria Pública-Geral da União (2020)

> a violência, a discriminação e a exclusão são vivenciadas de forma mais acentuada por mulheres trans, travestis e homens homossexuais em presídios masculinos. Nesses locais são frequentes os relatos de violência física e sexual contra esse grupo de pessoas, além de serem obrigados a servirem de "mulas" para transportar drogas e realizar os serviços domésticos nas celas. (DPU, 2020, p. 3)

Além disso, ao entrarem na prisão, as mulheres trans são obrigadas a raspar o cabelo, usar uniforme masculino, cortarem as unhas e retirarem os esmaltes. Além disso, não há, na maioria dos casos estudados pela Defensoria Pública-Geral da União (2020), o reconhecimento do nome social. Ainda conforme a Defensoria Pública-Geral da União (2020), existem relatos de que LGBTQIA+s

> são banidos, por outros detentos, de usar – ou até mesmo tocar – qualquer objeto que foi tocado por um cis-heterossexual. Até mesmo tocar na mesma vassoura usada por um detento heterossexual é visto como um insulto. Isso fez com que os objetos usados por presos LGBTQIA+s fossem marcados com perfurações ou marcas de fogos, além de serem guardados em prateleiras específicas. (DPU, 2020, p. 3)

Ao entrar no banheiro, LGBTQIA+s devem anunciar a chegada para que não veja um preso heterossexual sem roupa. Não seguir essas regras, segundo a Defensoria Pública da União (2020), podem levar até à morte.

> Há relatos de presos LGBTIQIA+ que não podem andar sem camisa nas penitenciárias. Nem mesmo quando está quente, o que não é muito difícil dada a superlotação. Em alguns estados, não é permitida a aproximação com gays. Ainda de acordo a Defensoria Pública da União (2020), os prisioneiros LGBTQIA+s costumam evitar estar em prisões dominadas pelo PCC ou outra facção, eles costumam pedir transferência para o que chamam de "seguro" ou "oposição". Essas cadeias são conhecidas por inimigos do comando, ou seja, ex-agentes penitenciários, pedófilos, estupradores, policiais, presos de outras facções. (DPU, 2020, p. 5)

O estado de Minas Gerais implementou a primeira ala LGBT+ do Brasil em 2009, visando acolher internos que se autodeclaravam mulheres trans, homossexuais e travestis, visando à garantia da segurança, uma vez que esses indivíduos são alvos de preconceito e violência no interior do sistema prisional.

A penitenciária São Joaquim de Bicas I, em Minas Gerais, nomeada de Professor Jason Soares Albergaria, é popularmente conhecida por Jason. Foi inaugurada em 19 de novembro de 2003 e, dez anos mais tarde, em 2013, recebeu, para uma de suas alas (pavilhão 1), mediante transferência, as pessoas da comunidade LGBTQIA+ que, até então, estavam abrigadas no presídio de São Joaquim de Bicas II, que deixou de custodiar pessoas privadas de liberdade com identidades de gênero ou sexualidades dissidentes.

Ainda no ano de 2013, o governo do estado de Minas Gerais chegou a criar uma ala LGBTQIA+ no Presídio de Vespasiano, situado em município de mesmo nome. A ideia, à época, era custodiar nesse presídio travestis, mulheres transexuais e gays presos provisoriamente, enquanto a Penitenciária Jason realizaria a custódia de pessoas condenadas.

Essa divisão de atribuições entre presídio e penitenciária, na prática, como apontou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2020), revelou-se pouco exequível, pois a demanda das unidades cresceu desigualmente, com acúmulo mais expressivo no Presídio de Vespasiano. O governo estadual decidiu, então, acabar, no ano de 2019, com a ala LGBTQIA+ específica do Presídio de Vespasiano e transferir seus internos para a Penitenciária Jason, que passou assim a concentrar em um único espaço as pessoas da comunidade LGBTQIA+ em prisão provisória ou em prisão definitiva. É a partir daí que a penitenciária Jason se torna, no estado de Minas Gerais, referência para o encaminhamento de pessoas presas de identidades de gênero ou sexualidades dissidentes.

O espaço reservado na penitenciária para esse perfil carcerário, contudo, mostrou-se insuficiente. O quadro era de superlotação. Em levantamento feito no ano de 2019, apurou-se que a ala LGBTQIA+ possuía 294 pessoas privadas de liberdade, enquanto sua capacidade total se limitava a 138. A referida ala, com 23 celas, cada uma com capacidade para 6 pessoas, tinha, em média, 13 em cada cela (Brasil, 2020). A

situação da penitenciária foi denunciada em audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais dada as suas precárias condições à época (Minas Gerais, 2019) e após ter sido interditada pelo judiciário em função do elevado número de tentativas de suicídio ocorridos na ala LGBTQIA+ (MNPCT, 2022).

Assim, em 2021, toda a unidade tornou-se exclusivamente dedicada a gays, bissexuais, mulheres transexuais e travestis. Porém, a mudança não resolveu a superlotação do presídio. A Jason, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça ([s,d.]), possui 402 vagas, mas a população carcerária era de 433 pessoas, em 2023.

Nesse sentido, os discursos e as justificativas em torno da criação dessa política prisional de separação socioespacial funciona através da rememoração e antecipação da

violência sexual. Segundo os argumentos do poder público estadual (Minas Gerais, 2019), a implementação das alas possuía caráter de urgência e de prevenção da violência, dos maus tratos, além da necessidade de oferecer a elas um tratamento apropriado. Ademais, os responsáveis pela segurança pública estadual apontavam que o problema era maior, tratando-se de uma questão de saúde, graças ao risco de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, aumentado pela recorrente violência sexual. A criação de espaço específico de vivência para os internos LGBT+ ia ao encontro das recomendações da Resolução Conjunta n° 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (Brasil, 2014)[1].

Os discursos da administração prisional sobre sua criação vão menos num sentido de garantia de direitos humanos do que numa vontade de gerir, num sentido foucaultiano, aquela população que descrevem como causadora de desordem: corpos inclassificáveis que causam desejos incontroláveis. De acordo com Butler (2003), a comunidade LGBTQIA+ são aquelas pessoas que, em certo sentido, não instituem e nem mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Essa inteligibilidade disposta pela norma heterossexual é a mesma que as torna abjetas.

ISOLAMENTO, DESCASO E MUTILAÇÃO DE IDENTIDADES: CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

Segundo Benelli (2014), a prisão utiliza diversos operadores, instrumentos técnicos para promover a reeducação do indivíduo detido. O principal deles é o "isolamento individual", que separa o detento do ambiente social que estimula a criminalidade. A solidão é empregada como um instrumento positivo de reforma moral, que permitiria a autorregulação da pena e uma individualização espontânea do castigo. O isolamento propiciaria uma influência completa e única sobre o prisioneiro, condição fundamental para a submissão total.

Nesse contexto, pode-se apontar que a prisão é uma experiência desafiadora, que resulta em afastamento significativo das relações sociais e afetivas que uma pessoa possuía antes de ser detida. Neste contexto,

1 Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, que prescreve: "Art. 3º Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos. § 1º Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo. § 2º A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade. Art. 4º As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas." (Brasil, 2014).

as repercussões psicossociais são frequentes em pessoas submetidas às medidas de isolamento e distanciamento social, que se configuram como condição determinante para os comprometimentos vivenciados, estando, na maioria dos estudos, associadas ao desenvolvimento ou à intensificação de sintomas de ansiedade e depressão. Bahiano e Faro (2022), em revisão integrativa sobre depressão no interior do sistema prisional, identificaram maior prevalência entre internos do que a encontrada na população geral.

No caso da população LGBTQIA+ essa situação é mais evidenciada, pois essas pessoas já vêm de uma trajetória de discriminação no convívio social fora das prisões, de um afastamento da família e das redes de apoio social (escola, igreja, trabalho, etc.). Os relatos das presas participantes da pesquisa apontam basicamente a mesma trajetória de vida. A família não aceita a identidade sexual e de gênero, a escola discrimina, para as religiões, de uma forma geral, é pecado. As formas de lidar com a situação é anular a identidade e "fingir" ser homem ou fugir de casa e buscar refúgio na rua, no crime e na prostituição. Com as travestis e mulheres trans a homofobia é muito mais severa, porque a família abomina a transformação, a pessoa é expulsa ou foge de casa e busca refúgio na rua onde tem o apoio de outras travestis, sendo a prostituição o trabalho mais citado como meio de sobrevivência.

Como relata Gim:

> Aí, eu, na época, de 90, 90 e pouco, até hoje é muita discriminação às vezes, hoje até estamos conseguindo algum espaço, né? E eu me prostituía, eu era travesti, assim mesmo, assim... Tinha cabelo grande, tinha ponto de prostituição, vivia de prostituição, das 6 da tarde às 6 da manhã. Aí, minha família, o que eu ganhava, nunca deixei de ajudar em casa, minha mãe... Era, tinha dó da minha mãe, porque éramos uma família pobre. (Relato da Gim)

Outra questão que a pesquisa apontou foi o descaso do governo de Minas Gerais em implementar políticas públicas específicas para essa população. As presas e presos não podiam deixar o cabelo crescer; assim que chegavam na unidade, tinham seus cabelos cortados. Além disso, têm que usar uniformes que são destinados aos homens.

> Quando eu cheguei aqui, na primeira vez... Acho que tinha pouco tempo a Jason só prá gente. Eu tinha um cabelo grande, muito bonito, cuidava o tempo todo dele, mas quando cheguei fui obrigada a cortar o cabelo, me falaram que era a regra. Chorei por dias seguidos. (Relato da Keith)

Segundo Sander (2015), isso compromete a identidade da comunidade LGBTQIA+, pois a feminilidade precisa ser externalizada na materialidade do corpo, que faz dele o *locus* da produção de uma identidade que, mesmo fluida, se alicerça num sistema simbólico no qual as representações de gênero, sexualidade e corporalidade são categorias estruturantes e mutuamente referentes. Ressalta-se que a medida contraria o disposto na Resolução Conjunta 01/2014, já citada, que determina:

> "Parágrafo único. Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade. Art. 5º À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero". (Brasil, 2014)

Em Minas Gerais, este tratamento contraria também a Resolução SEJUSP/MG (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais) nº 173 de 21 de julho de 2021 (Minas Gerais, 2021), que estabelece diretrizes e normativas para a custódia, o atendimento e tratamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, Queer, Intersexo e Assexual (LGBTQIA+) no âmbito do Sistema Prisional e que apresenta basicamente as mesmas determinações da Resolução 01/2014 do Ministério da Justiça (Brasil, 2014).

As internas relataram que depois de muita reinvindicação e intervenção da Juíza de Execução Penal, da Comarca de Igarapé/MG, foi destinada uma cela, na ala das mulheres trans, para o Salão de Beleza. Espaço por elas reivindicado para cuidado com a estética e para o aumento da autoestima. Além disso, segundo os relatos, a medida cria um ambiente de sociabilidade que é traduzido em mecanismo de fortalecimento pessoal. Pois, uma interna cuida da outra no processo de embelezamento. De acordo com a entrevista da Marcela:

> Por ter bom comportamento, pelas pessoas que davam o curso para gente ver o esforço de vontade. Depois disso, eu participei de um curso de estética social e depois desse eu participei do último agora, né, que foi do *design* de sobrancelha né, que é ótimo também. Tudo elevado. Tudo, se eu quiser montar, assim, tudo voltado a cosméticos e essência, tanto pelo meio da estética quanto para o rosto, quanto para o modo de *design* de sobrancelha. Aí, pude trabalhar no salão, é o melhor lugar da prisão.... A gente cuida uma da outra, pode conversar e pode ficar bonita. (Relato da Marcela).

Todavia, se por um lado o Salão de Beleza minimiza a angústia da manutenção da identidade, por outro lado, a precariedade do material fornecido (esmaltes, escovas, secador, etc.) demonstra a insuficiência de subsídios ofertados pelo poder público estadual. A grande maioria desse público não recebe o *kit* quinzenal de auxílio que pode ser enviado pelas famílias ou por amigos. Para conseguir os materiais de beleza são realizadas, pela própria unidade prisional ou por alguma entidade parceira, campanhas de solidariedade.

Outra forma de sobreviver nesse cenário é fazer trocas, o que significa a infinita variedade de pequenos trabalhos ou favores que podem realizar em permuta de bens materiais: fazer o rapa (limpeza ou faxina), lavar roupas e lençóis, fazer remendos e consertos, massagens, etc. A moeda corrente nesse contexto é o cigarro. Cabe ressaltar, que a falta de tudo induz à realização de favores sexuais para conseguir bens materiais. Cria-se uma contradição, o Salão de Beleza que materializa a possibilidade de resgate de autoestima, não se efetiva sem aprofundar a perversidade da luta da sobrevivência diária desse público. "Trocas a gente faz sim. Às vezes não vem uma peça íntima para mim, às vezes não vem um pó compacto para mim, e então a gente faz uma troca". (Relato da Emilly).

Um outro ponto abordado, dentro desse contexto de ausência de políticas públicas estatais, diz respeito à saúde desse público. Como já mencionado, não existe um cuidado específico de saúde para essa população, favorecendo várias doenças, em particular as sexualmente transmissíveis. Além disso, a pessoa que deseja submeter-se ao processo de redesignação sexual tem esta dinâmica interrompida, se já o iniciou fora do sistema prisional, ou se não tem como começar dentro da unidade prisional, o que também contraria a Resolução Conjunta 01/2014 do Ministério da Justiça e a Resolução 173/2021 da SEJUSP/MG (Brasil, 2014; Minas Gerais, 2021).

> Então, eu acho que atrasa um pouco o serviço da enfermaria. Mas tem vezes que a gente precisa de um atendimento, aí, é só se for com urgência mesmo. Se for só uma dor de cabeça ali, não. Espera e toma remédio.
> Olha, nessa ONG, que falei para vocês dos crachás, a gente falou a respeito da transição hormonal. E acho que eles estão averiguando para a gente. Porque aqui a gente luta, né?

> Com barba, com os pelos do corpo. A transição da gente precisa ser feita, mesmo sabendo que a gente está em uma penitenciária, eu acho que a gente deveria ter esse direito, porque são coisas que a gente faria lá fora. (Relato da Pitty).

Como destaca Zamboni (2017), os padrões de beleza e referências femininas são diversos, mas as dificuldades valem para consegui-los, inclusive passar por momentos de risco e dor. A *dor da beleza* faz parte do aprendizado da feminilidade, na busca de padrões de beleza muitas mulheres passam pelos sacrifícios (cirurgias plásticas, dietas, academias). Assim, as travestis e mulheres trans corporificam as relações sexo/gênero de uma maneira particular, que envolve a forma ambígua e fluida com que concebem suas experiências e seus corpos, confundindo as fronteiras entre o natural e o artificial, entre saúde e doença.

As experiências de discriminação, estigmas, preconceitos, abandono e maus tratos fora do ambiente prisional são intensificadas dentro das unidades prisionais, com forte comprometimento da saúde mental. Inspeção realizada na Penitenciária Jason, em 2022, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, constatou situação também relatada pelas internas nas entrevistas que fundamentaram este artigo: são frequentes os casos de depressão, ansiedade, medicalização do sono, autolesionamento e suicídios, com acesso precário à assistência psicossocial.

Dessa forma, apesar de a Lei de Execução Penal (LEP) (Brasil, 1984), no seu art. 14º afirmar que: "A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico", isso ocorre com muita deficiência na saúde mental no sistema prisional em Minas Gerais. A LEP também determina, em seu art. 5º, que "Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal" e que esta classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação (CTC), que dever ser presidida pelo diretor da unidade prisional e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social.

De acordo com as entrevistas realizadas, a CTC existe na Jason, porém ela não consegue elaborar um plano individualizado para o cumprimento da pena assim que a pessoa chega na unidade. Há relatos de indivíduos que aguardam cerca de um ano para passar pela comissão, ressaltando que a avaliação constitui pré-condição para a pessoa ter acesso ao trabalho e à educação. A dificuldade de conseguir consultas com psicólogo é grande, pois existem dois psicólogos na unidade que trabalham em sistema de revezamento. O acesso ao médico psiquiatra é ainda mais difícil, pois, no momento da pesquisa, o único profissional existente comparecia na unidade apenas uma vez por semana.

> Aqui tem a base da CQC, né? Que a gente passa por uma entrevista, né? Para ver se a gente está apta para o trabalho, e aí a gente passa por uma entrevista, e aí a indicação vem, né? Mas, demorou mais de um ano para eu ser entrevistada. E quando me indicaram, era o doutor de ressocialização, o doutor Flávio me indicou, e através dessa indicação fui indicada para ir para os cursos. (Relato da Rebecca).

O próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem denunciado que os profissionais têm sido acionados pela justiça ou pela unidade prisional apenas para realizar o exame criminológico[2]. Segundo o CFP,

2 No exame criminológico ocorre a avaliação psicológica e psiquiátrica do condenado, voltada a identificar à agressividade, a periculosidade, a maturidade, os vínculos afetivos e, com base nisso, pode-se concluir a respeito da possibilidade de sua volta à vida criminosa (Lei nº 7.210/84, p. 7, 2016).

o exame criminológico realizado desrespeita diversos princípios do Código de Ética Profissional do (a) Psicólogo (a), podendo se configurar como negligência, haja vista a inexistência das condições necessárias para a realização de um serviço de qualidade. A Psicologia cumpre um papel social importante e seria uma indução reducionista ou um erro fazer uma afirmação desprovida de um mínimo de cientificidade. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, "quer afirmar outras possibilidades de intervenção no campo penal, que possam trazer contribuições mais efetivas no processo de retomada da vida em liberdade, principalmente no que diz respeito à redução do sofrimento" (CFP, 2019).

Nesse contexto, de precariedade de atendimento à saúde mental, vale ressaltar o número alto de suicídios na Jason. A situação se agravou ainda mais em 2021, quando presos LGBTQIA+ de todo o estado passaram a ser transferidos para a unidade. Aparentemente, a distância da rede de apoio e afeto das cidades de origem, a superlotação e, possivelmente, os conflitos decorrentes de diferenças culturais entre presas oriundas de regiões diferentes, desencadearam ou agravaram os conflitos e os transtornos mentais, que muitas vezes já existiam antes do aprisionamento. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça ([s.d.]), em 18 meses (de janeiro a julho de 2022), a prisão havia registrado 13 suicídios e ao menos 60 tentativas (Camilo; Siqueira, 2022), o que motivou intervenção na unidade.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2017), o transtorno depressivo é o estado de perturbação mental manifestado por tristeza, perda de interesse e prazer, sentimento de culpa, baixa autoestima e perturbações do sono, e pode representar condição de maior risco quando relacionado ao comportamento suicida.

As relações entre o suicídio e os transtornos mentais, particularmente a depressão e o consumo abusivo de álcool, são bem estabelecidas em países de alta renda (Lovero *et al.*, 2023). Muitos suicídios ocorrem em momentos de crise, tais como dificuldades financeiras, doenças graves, dor crônica e rupturas de relacionamentos (WHO, 2017). A etiologia do comportamento suicida é multifatorial. Embora os estudos atuais se concentrem principalmente nos fatores de risco clínicos e biológicos (Mullins *et al.*, 2022; Gładka; Rymaszewska; Zatoński, 2018), os fatores de risco sociodemográficos para o comportamento suicida, destacados pela primeira vez por Durkheim, têm recebido menos atenção (Durkheim, 1982). Além do impacto bem conhecido da idade e do gênero, outras variáveis como o estado civil e parental, a educação, a renda, a religião, a situação migratória ou minoritária, a privação de liberdade, a orientação sexual e a profissão são repetidamente relatadas como desempenhando um papel importante no comportamento suicida (Bezerra Filho *et al.*, 2012; Marzetti; McDaid; O'Connor, 2022; Milner, 2019).

Assim, considera-se que as repercussões do distanciamento e isolamento social prevalecem na população no sistema prisional, podendo ocasionar impactos psicossociais e comprometimentos na qualidade de vida em diferentes contextos, apontando a necessidade de estratégias de cuidados e direcionamento de políticas públicas que busquem a integralidade de cuidado e que valorizem a manutenção e preservação das funções psíquicas.

Cabe, ainda, ressaltar um aspecto fundamental demonstrado pela pesquisa que é a relação da população carcerária com os policiais penais. Segundo os relatos, existe uma percepção generalizada de que é preciso "ser sujeito homem" para ter voz ativa no mundo do crime e, consequentemente, na prisão. Uma vez que expressão através do corpo é a marca de desobediência às regras de gênero, pessoas LGBTQIA+ quando estão presas desestabilizam o sistema binário de organização do sistema prisional. Portanto, a relação com os policiais penais é cercada de violência física e simbólica. Apesar de ser uma unidade prisional para

a comunidade LGBTQIA+, a Jason só tem policiais penais homens, assim, para esses agentes, as travestis, os homossexuais e os homens que assumidamente praticam sexo com elas nunca deveriam ter saído do "biotipo masculino", da forma masculina, porque, abdicando dessa forma, é como se ela agredisse a masculinidade dele, agente.

As pessoas relataram, nas entrevistas, que não são chamadas pelo nome social ou mesmo pelo nome de batismo, são simplesmente tratadas pelos policiais penais como "presos" e em muitos casos como "aberrações", reforçando cotidianamente a violência simbólica. Cabe ressaltar que a Resolução Conjunta Nº 1, formulada pelo Conselho de Política Criminal e Penitenciário (CNPCP) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (DNDC/LGBT), feita em 2014 (Brasil, 2014), assim como a Resolução Sejusp Nº 173, de 21 de julho de 2021 (Minas, Gerais, 2021), determinam a garantia do uso do nome social para travestis e transexuais de acordo com seu gênero.

O comportamento de reiterada inobservância às resoluções traduz atitude de rejeição e desrespeito ao público LGBTQAI+ e a percepção da parte dos policiais penais do baixo custo pessoal (do ponto de vista disciplinar e para a carreira), desse tipo de comportamento, amplamente tolerado entre os pares, chefias pela sociedade como um todo. O comportamento pode ainda traduzir a falta de capacitação para lidar com a especificidade desse público.

Os fatos sugerem que o processo de socialização profissional de policiais penais os treina para lidar com as pessoas privadas de liberdade como a escória da sociedade, não merecedoras de respeito e dignidade, conforme a máxima de "bandido bom, é bandido morto". Ainda mais, quando o público carcerário sai da lógica binária de gênero.

Por fim, cabe destacar que, apesar de toda violência sofrida e suas consequências, as entrevistadas na Jason relatam, surpreendentemente, um lado positivo do cárcere: os relacionamentos e afetos vivenciados; os casos e casamentos vividos em meio ao sofrimento e às violências da experiência do encarceramento. A utilização dos termos casos e casamentos são comumente utilizados na unidade prisional, mas cabem também as reflexões de Padovani (2017) sobre como as constituições de redes de afeto (enredadas ou não por relações sexuais/amorosas) são significativas no campo etnográfico no sistema prisional. Nessa perspectiva, afeto, amor e desejo são produzidos pelas práticas de Estado e delas são produtores, porque se emaranham na gestão cotidiana da vida nas prisões.

Os relatos revelam ainda, a questão das possibilidades sexuais e afetivas vivenciadas na prisão, muitas vezes tratando-as como mais igualitárias, vantajosas e interessantes do que as estabelecidas do lado fora. Nesse cenário altamente marcado por designações de lugares e práticas tidas como masculinas ou femininas, elas descrevem como são rotineiramente levadas a ocupar posições de prazer e perigo (Vance, 1984). No sistema prisional – estruturado por hierarquias generificadas e sexualizadas –, seus corpos podem ser tanto o alvo preferencial da violência quanto do afeto e do desejo. É comum que a cadeia seja caracterizada por elas, simultaneamente, como "paraíso" e "inferno", por um lado por estarem confinadas junto com homens que gostam de manter relações afetivas com elas e, por outro lado, com policiais penais homens que utilizam da violência o tempo todo.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O corpo e a dor do indivíduo encarcerado, que na visão de Michel Foucault era objeto último da punição estatal, quando descreve os suplícios ocorridos dentro das prisões no século XVIII e início do século XIX, perderam espaço. Apesar disso, atualmente, pode-se constatar que só mudou a "arte de punir", uma vez que, hoje, existe uma penalidade abstrata que vai além da punição corporal, que é a dor psíquica suportada pelas pessoas presas, especialmente pela comunidade LGBTQIA+. A partir das percepções da criminologia crítica, bem como da observação da realidade, pode-se admitir que o sistema penal é violento com as pessoas que, por diversas razões, encontram-se vulneráveis socialmente. Essa vulnerabilidade social vem acompanhada de uma vulnerabilidade psíquica, fabricada por um processo de rejeição e marginalização. A comunidade LGBTQIA+ no sistema repressivo experimentará um aprofundamento dessa marginalização.

O punitivismo existente no país corrobora a cultura de exclusão dos encarcerados, especialmente da comunidade LGBTQIA+, que fugiram do padrão social. Impera na nossa sociedade um forte desejo de vingança na aplicação de suas penas. Isto é, de uma sociedade cuja tônica separa e exclui.

A criação de um presídio específico para a comunidade LGBTQIA+ representa a mão do Estado, remexendo o interior do sistema e separando todos os corpos não desviantes dos desviantes, deixando restar, nas alas específicas, as travestis, as transexuais, os homossexuais e os homens que assumidamente praticam sexo com elas. Esses corpos, deixados no meio de um descampado, da mesma forma que são protegidos da violência cotidiana que sofriam dos outros presos, são agora potencialmente observados pelo Estado e seus mecanismos de repressão – da mesma maneira que a população negra é particularmente vigiada por parte da polícia e recebe penas mais pesadas que os brancos ao adentrarem o sistema prisional, sendo exposta "às condições de detenção mais duras e [sofrendo] as violências mais graves" (Wacquant, 2001, p. 10; Reis; Ribeiro, 2023).

A realidade prisional é contraditória e a comunidade LGBTQIA+, ainda que "beneficiada" por um espaço específico que a possibilita expressar mais "livremente" suas identidades de gênero, experimenta padrões novos, distintos e mais eficazes de controle e repressão (já que são mais potencialmente vigiadas que antes). Com isso, não se está dizendo que um presídio só para elas não deveria existir ou que o trabalho do movimento social em defesa desse modelo é inócuo, mas que existem vários outros aspectos a serem levados em consideração na elaboração de políticas públicas para esse público encarcerado.

Ao contrário, esses espaços são importantes como ferramentas que potencialmente contribui para a cidadania e afirmação dos direitos humanos, e precisam ser reconhecidos. O que se está afirmando é que esses novos dispositivos de controle e repressão são próprios da existência das prisões, porque todos os sistemas penais, como bem lembra Zaffaroni (2010), exercitam o poder na forma de controle e repressão, e encontrarão novas formas de fazê-lo, ainda que para isso seja necessário capturar os espaços do seu interior que se pretendem "não violentos". Isso porque a violência é um padrão inerente às prisões, especialmente e sobretudo na América Latina, por isso, mesmo que atenuada, ela é perversamente reapresentada e pode se manifestar, inclusive, nos agentes que buscam uma mudança.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. **Anais** do XXXVII Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia/SP, 2013.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002.

ALVAREZ, Marcos. Cesar; SALLA, Fernando; DIAS, Camila. Das comissões de solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100004.

BAHIANO, Milena de Andrade; Faro, André. Depressão em pessoas sob aprisionamento no sistema carcerário: revisão integrativa. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, e210159, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-6564e210159.

BARBOSA, Antonio Rafael. "Grade de ferro? Corrente de ouro!": circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 11. ed. São Paulo: Hemus, 1998.

BENELLI, Silvio José. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. *In*: BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 63-84.

BEZERRA FILHO, José Gomes; Werneck, Guilherme Loureiro; AlmeidA, Rosa Lívia Freitas; Oliveira, Maria Ivoneide Veríssimo; Magalhães, Francismeire Brasileiro. Estudo ecológico sobre os possíveis determinantes socioeconômicos, demográficos e fisiográficos do suicídio no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 1998-2002. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 833-844, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000500003.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de Execução Penal.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm 1984. Acesso em: 10 de mai. de 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento 2020. Disponível em: https://bityli.com/pwngG. Acesso em: 10 de mai. de 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Dados Nacionais em Segurança Pública. **Portal Gov.Br**, MJSP, Sua Segurança, Senasp, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados_nacionais_de_seguranca_publica. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014. Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LBGT em privação de liberdade no Brasil. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, ed. 74, 17 abr. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view. Acesso em: 23 ago. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMILO, José Vitor; SIQUEIRA, Juliana. Justiça interdita alas LGBTQIA+ de presídio após 12 suicídios e 60 tentativas. **O Tempo**, Cidades, 13 jul. 2022. Disponível em: https://www.otempo.com.br/cidades/justica-interdita-alas-lgbtqia-de-presidio-apos-12-suicidios-e-60-tentativas-1.2699087. Acesso em: 20 jul. 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha sob a perspectiva feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 143-169.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Atuação da(o) Psicóloga(o) no Campo da Execução Penal no Brasil**. Relatório Descritivo. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/atuacao-dao-psicologao-no-campo-da-execucao-penal-no-brasil/. Acesso em: 18 mar. 2024.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Ressocializar: ambiguidades e inadequações de uma noção para a questão penitenciária. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 11, 2024. DOI: https://doi.org/10.19092/reed.v11.866.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Base Nacional de Dados do Poder Judiciário. **Portal do CNJ**, Sistemas, Datajud, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/. Acesso em: 16 abr. 2024.

COELHO, Edmundo Campos. **Criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade**. A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COELHO, Harnoldo Colares; OLIVEIRA, Sabrina Alberti Nóbrega de; MIGUEL, Juliana Custódio; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Aguiar; FIGUEIREDO, José Fernando de Castro; PERDONÁ, Gleici Castro; PASSOS, Afonso Dinis Costa. Soroprevalência da infecção pelo vírus da Hepatite B em uma prisão brasileira. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 124-131, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000200003.

CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2089-2100, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016.

DAEMS, Tom. **Electronic Monitoring Tagging Offenders in a Culture of Surveillance**. Leuven: Palgrave Macmillan, 2020

DAVIS, Mark. **Empathy**: a social psychological approach. Madison: Westview Press, 1996.

DPU – Defensoria Pública da União. **Manifestação Nº 4137965 – DPGU/SGAI DPGU/GTLGBTI DPGU**. Brasília: DPU, 12 dez. 2020. Disponível em: https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2021/07/SEI_DPU-4137965-Manifestac%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

FAIR, Helen; Walmsley, Roy. **World Prison Population List**. 14. ed. London: Institute for Crime & Justice Policy Research (ICPR), 2024. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_14th_edition.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em: 21 jul. 2024.

FIGUEIREDO, A. R.; Abreu Tânia. Suicide Among lgbt Individuals. **European Psychiatry**, v. 30, supl. 1, p. 28-31, 2015. DOI: https://doi.org/10.1016/S0924-9338(15)31398-5.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. A História da Violências nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GLADKA, Anna; Rymaszewska, Joanna; Zatoński, Tomasz. Impact of air pollution on depression and suicide. **International Journal Occupational Medicine and Environmental Health**, v. 31, n. 6, p. 711-721, 2018. DOI: https://doi.org/10.13075/ijomeh.1896.01277.

LOVERO, Kathryn; Santos, Palmira dos; Come, Amalio; Wainberg, Milton; Oquendo, Maria. Suicide in Global Mental Health. **Current Psychiatry Reports**, v. 25, p. 255-262, 2023. DOI: https://doi.org/10.1007/s11920-023-01423-x.

MANSO, Bruno; DIAS, Camila. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2017. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2017.v11.n2.854.

MANSO, Bruno; DIAS, Camila. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MARZETTI, Hazel; McDaiD, Lisa; O'Connor, Rory. "Am I really alive?": understanding the role of homophobia, biphobia and transphobia in young LGBT+ people's suicidal distress. **Social Science & Medicine**, v. 298, 114860, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2022.114860.

MILNER, Alisson; King, Tania. Men's work, women's work and suicide: a retrospective mortality study in Australia. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, n. 43, n. 1, p. 27-32, 2019. DOI: https://doi.org/10.1111/1753-6405.12859.

MINAS GERAIS. Departamento Prisional de Minas Gerais. 2019. Disponível em: https://depen.seguranca.mg.gov.br/. Acesso em: 17 mar. 2024.

MNPCT – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório de Inspeção – Unidades dos Sistemas Prisional e Socioeducativo de Minas Gerais**. Brasília: MNPCT, 2022. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao/pfdc/comissoes-e-rts/prevencao-e-combate-a-tortura/mnpct/relatorios-de-inspecoes-estaduais-1/relatorios-de-inspecoes-mnpct-em-2022/relatorio-missao-unidades-prisionais-e-socioeducativas-mg-mnpct-maio-2022.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

MONTEIRO, Felipe Matos; Cardoso, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592.

MULLINS, Niamh; KANG, JooEun; CAMPOS, Adrian; COLEMAN, Jonathan; EDWARDS, Alexis; GALFALVY, Hanga; LEVEY, Daniel; LORI, Adriana; SHABALIN, Andrey; STARNOWSKA, Anna; SU, Mei-Hsin; WATSON, Hunna; ADAMS, Mark; AWASTHI, Swapnil; GANDAL, Michael; HAFFERTY, Jonathan; HISHIMOTO, Akitoyo; KIM, Minsoo; OKAZAKI, Satoshi; OTSUKA, Ikuo; RIPKE, Stephan; WARE, Erin; BERGEN, Andrew; BERRETTINI, Wade; BOHUS, Martin; BRANDT, Harry; CHANG, Xiao; CHEN, Wei; CHEN, Hsi-Chung; CRAWFORD, Steven; CROW, Scott; DIBLASI, Emily; DURIEZ, Philibert; FERNÁNDEZ-ARANDA, Fernando; FICHTER, Manfred; GALLINGER, Steven; GLATT, Stephen; GORWOOD, Philip; GUO, Yiran; HAKONARSON, Hakon; HALMI, Katherine; HWU, Hai-Gwo; JAIN, Sonia; JAMAIN, Stéphane; JIMÉNEZ-MURCIA, Susana; JOHNSON, Craig; KAPLAN, Allan; KAYE, Walter; KEEL, Pamela; KENNEDY, James; KLUMP, Kelly; LI, Dong; LIAO, Shih-Cheng; LIEB, Klaus; LILENFELD, Lisa; LIU, Chih-Min; MAGISTRETTI, Pierre; MARSHALL, Christian; MITCHELL, James; MONSON, Eric; MYERS, Richard; PINTO, Dalila; POWERS, Abigail; RAMOZ, Nicolas; ROEPKE, Stefan; ROZANOV, Vsevolod; SCHERER, Stephen; SCHMAHL, Christian; SOKOLOWSKI, Marcus; STROBER, Michael; THORNTON, Laura; TREASURE, Janet; TSUANG, Ming; WITT, Stephanie; WOODSIDE, Blake; YILMAZ, Zeynep; ZILLICH, Lea; ADOLFSSON, Rolf; AGARTZ, Ingrid; AIR, Tracy; ALDA, Martin; ALFREDSSON, Lars; ANDREASSEN, Ole; ANJORIN, Adebayo; APPADURAI, Vivek; ARTIGAS, María Soler; VAN DER AUWERA, Sandra; AZEVEDO, Helena; BASS, Nicholas; BAU, Claiton; BAUNE, Bernhard; BELLIVIER, Frank; BERGER, Klaus; BIERNACKA, Joanna; BIGDELI, Tim; BINDER, Elisabeth; BOEHNKE, Michael; BOKS, Marco; BOSCH, Rosa; BRAFF, David; BRYANT, Richard; BUDDE, Monika; BYRNE, Enda; CAHN, Wiepke; CASAS, Miguel; CASTELAO, Enrique; CERVILLA, Jorge; CHAUMETTE, Boris; CICHON, Sven; CORVIN, Aiden; CRADDOCK, Nicholas; CRAIG, David; DEGENHARDT, Franziska; DJUROVIC, Srdjan; EDENBERG, Howard; FANOUS, Ayman; FOO, Jerome; FORSTNER, Andreas; FRYE, Mark; FULLERTON, Janice; GATT, Justine; GEJMAN, Pablo; GIEGLING, Ina; GRABE, Hans; GREEN, Melissa; GREVET, Eugenio; GRIGOROIU-SERBANESCU, Maria; GUTIERREZ, Blanca; GUZMAN-PARRA, Jose; HAMILTON, Steven; HAMSHERE, Marian; HARTMANN, Annette; HAUSER, Joanna; HEILMANN-HEIMBACH, Stefanie; HOFFMANN, Per; ISING, Marcus; JONES, Ian; JONES, Lisa; JONSSON, Lina; KAHN, René; KELSOE, John; KENDLER, Kenneth S; KLOIBER, Stefan; KOENEN, Karestan C; KOGEVINAS, Manolis; KONTE, Bettina; KREBS, Marie-Odile; LANDÉN, Mikael; LAWRENCE, Jacob; LEBOYER, Marion; LEE, Phil; LEVINSON, Douglas; LIAO, Calwing; LISSOWSKA, Jolanta; LUCAE, Susanne; MAYORAL, Fermin; MCELROY, Susan; MCGRATH, Patrick; MCGUFFIN, Peter; MCQUILLIN, Andrew; MEDLAND, Sarah; MEHTA, Divya; MELLE, Ingrid; MILANESCHI, Yuri; MITCHELL, Philip; MOLINA, Esther; MORKEN, Gunnar; MORTENSEN, Preben; MÜLLER-MYHSOK, Bertram; NIEVERGELT, Caroline; NIMGAONKAR, Vishwajit; NÖTHEN, Markus; O'DONOVAN, Michael; OPHOFF, Roel; OWEN, Michael; PATO, Carlos; PATO, Michele; PENNINX, Brenda; PIMM, Jonathan; PISTIS, Giorgio; POTASH, James; POWER, Robert; PREISIG, Martin; QUESTED, Digby; RAMOS-QUIROGA, Josep Antoni; REIF, Andreas; RIBASÉS, Marta; RICHARTE, Vanesa; RIETSCHEL, Marcella; RIVERA, Margarita; ROBERTS, Andrea; ROBERTS, Gloria; ROULEAU, Guy; ROVARIS, Diego; RUJESCU, Dan; SÁNCHEZ-MORA, Cristina; SANDERS, Alan; SCHOFIELD, Peter; SCHULZE, Thomas; SCOTT, Laura; SERRETTI, Alessandro; SHI, Jianxin; SHYN, Stanley; SIRIGNANO, Lea; SKLAR, Pamela; SMELAND, Olav; SMOLLER, Jordan; SONUGA-BARKE, Edmund; SPALLETTA, Gianfranco; STRAUSS, John; ŚWIĄTKOWSKA, Beata; TRZASKOWSKI, Maciej; TURECKI, Gustavo; VILAR-RIBÓ, Laura; VINCENT, John; VÖLZKE, Henry; WALTERS, James; WEICKERT, Cynthia Shannon; WEICKERT, Thomas; WEISSMAN, Myrna; WILLIAMS, Leanne; WRAY, Naomi; ZAI, Clement; ASHLEY-KOCH, Allison; BECKHAM, Jean; HAUSER, Elizabeth; HAUSER, Michael; KIMBREL, Nathan; LINDQUIST, Jennifer; MCMAHON, Benjamin; OSLIN, David; QIN, Xuejun; AGERBO, Esben; BØRGLUM, Anders; BREEN, Gerome; ERLANGSEN, Annette; ESKO, Tõnu; GELERNTER, Joel; HOUGAARD, David; KESSLER, Ronald; KRANZLER, Henry; LI, Qingqin; MARTIN, Nicholas; MCINTOSH, Andrew; MORS, Ole; NORDENTOFT, Merete; OLSEN, Catherine; PORTEOUS, David; URSANO, Robert; WASSERMAN, Danuta; WERGE, Thomas; WHITEMAN, David; BULIK, Cynthia; COON, Hilary; DEMONTIS, Ditte; DOCHERTY, Anna; KUO, Po-Hsiu; LEWIS, Cathryn; MANN, John; RENTERÍA, Miguel; SMITH, Daniel; STAHL, Eli; STEIN, Murray; STREIT, Fabian; WILLOUR, Virginia; RUDERFER, Douglas. Dissecting the Shared Genetic Architecture of Suicide Attempt, Psychiatric Disorders, and Known Risk Factors, **Biological Psychiatry**, v. 91, n. 3, p. 313-327, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2021.05.029.

NOGUEIRA, Péricles Alves; ABRAHÃO, Regina Maura Cabral de. A infecção tuberculosa e o tempo de prisão da população carcerária dos Distritos Policiais da zona Oeste da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 12, p. 30-38, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000100004.

PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das "classes perigosas". **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, e175103, 2017.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos "anormais". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.1, p.11-20. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002.

RANGEL, Flávio Medeiros; BICALHO, Pedro Paulo de. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 4, p. 415-423, 2016. DOI: https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160040.

REIS, Danielly; Ribeiro, Ludmila. O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas. Um estudo de caso em Belo Horizonte. **Tempo Social**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 189-217, 2023. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/pt_BR/article/view/210799/198166. Acesso em: 23 ago. 2026.

RODRIGUES, Carla; HEILBORN, Maria Luiza. Construindo Vera Cruz e desconstruindo gênero: aproximações entre Pedro Almodóvar e Judith Butler. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 16, p.73-85, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/issue/view/756. Acesso em: 23 ago. 2026.

RUDNICKI, Dani. Comida e direitos humanos no presídio central de Porto Alegre. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 515-537, 2011. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/24001. Acesso em: 23 ago. 2026.

SANDER, Vanessa Serra e Meira. **Entre manuais e truques**: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte. 2015. 116 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, Thandara (Org.). **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias**: Infopen. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VANCE, Carol. **Pleasure and Danger**: Exploring Female Sexuality. New York: Routledge, 1984.

VARELLA Dráuzio. **Prisioneiras**. Companhia das Letras. 2017.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000, p. 35-82.

WHO – World Health Organization. Mental health. **Portal da WHO**, Newsroom, Fact sheets, 2017. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwko21BhAPEiwAwfaQCITTb1uSE8NKrKrEqoy96hXgnrGVsAb9qGSa-050gAkz6bHqhoDwiiRoC8loQAvD_BwE. Acesso em: 2 nov. 2023.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê**: Direitos Humanos em Revista, São José dos Pinhais, v. 4, n. 5, p. 93-115, 2017. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/531. Acesso em: 23 ago. 2026.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

SEM LIBERDADE E SEM IGUALDADE: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS DESIGUALDADES DE PROVISÃO DE ASSISTÊNCIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO EM PRISÕES BRASILEIRAS[1]

DAVI MENDES MÁLAGA

Doutor em Administração pela Unidade Federal de Viçosa (UFV).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

E-mail: davi.malaga@ufv.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-6886-6543

MARCO AURÉLIO MARQUES FERREIRA

Doutor em Economia Aplicada e Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV), nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Administração. Diretor Administrativo e Financeiro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Líder do Núcleo de Estudos em Administração Pública, Governo e Sociedade (NAPGS/IPPDS).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

E-mail: marcoaurelio@ufv.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-9538-1699

Contribuições dos autores: Ambos os autores realizaram contribuição intelectual efetiva na pesquisa e na redação do trabalho.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este artigo explora desigualdades no fornecimento público direto das assistências de saúde, educação e trabalho previstas na Lei de Execução Penal. Utilizando dados abertos de 2019 sobre 626 instituições, este artigo examina a distribuição de assistências de saúde, educação e trabalho à população encarcerada no Brasil. Utilizando técnicas de análise fatorial exploratória, é construída uma variável índice e, então, realizou-se uma análise de *cluster*. Os resultados demonstram consistência acerca da provisão indireta das assistências examinadas, com a maioria das instituições com índices baixos ou muito baixos de provisão direta, com desigualdade estatisticamente significante na provisão direta entre as unidades da Federação. Os resultados contribuem para uma reflexão crítica sobre o fornecimento de assistências em sistemas de

1 Artigo previamente apresentado em evento científico e não publicado em anais.

encarceramento massivo, e a necessidade de um papel ativo do Estado para melhor preparar os indivíduos encarcerados visando à reintegração.
Palavras-Chave: Serviços auxiliares. Presídios. Execução penal. Análise fatorial exploratória. Análise de *cluster*.

WITHOUT FREEDOM AND WITHOUT EQUALITY: EXPLORATORY ANALYSIS OF INEQUALITIES IN THE PROVISION OF HEALTH CARE, EDUCATION AND WORK IN BRAZILIAN PRISONS

ABSTRACT

This article explores inequalities in the direct public provision of health, education and work assistance provided for in the Penal Execution Law. Using 2019 open data on 626 institutions, this article examines the distribution of health, education and work assistance to the incarcerated population in Brazil. Using exploratory factor analysis techniques, an index variable is constructed, and then a cluster analysis was performed. The results demonstrate consistency regarding the indirect provision of assistance examined, with the majority of institutions having low or very low rates of direct provision, with statistically significant inequality in direct provision between states. The results contribute to a critical reflection on the provision of assistance in mass incarceration systems, and the need for an active role by the State to better prepare incarcerated individuals for reintegration.
Keywords: Auxiliary services. Prisons. Penal execution. Exploratory factor analysis. Cluster analysis.

Data de recebimento: 04/09/2024 **Data de aprovação:** 06/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2255

INTRODUÇÃO

No Brasil, os estabelecimentos prisionais são os principais implementadores da política de Execução Penal. Através deles, pessoas que cometem crimes e são condenadas têm seu direito fundamental à liberdade individual restrito, o que é legalmente permitido nos regimes de pena fechado, semi-aberto e aberto (Brasil, 1984), em graus variados de restrição. No entanto, o poder estatal de encarcerar possui um dever correlato, o de garantir os direitos que não são afetados pela sentença condenatória (Brasil, 1988).

Dessa forma, o Estado precisa fornecer certas assistências aos Indivíduos Privados de Liberdade (IPLs), relacionadas a uma gama de garantias e serviços relacionados ao trabalho, à saúde e à educação (Brasil, 1984). Apesar da existência de parâmetros estabelecidos e padrões mínimos para o tratamento dos presos (CNJ, 2016), não há um sistema unificado e sistematizado de execução penal no Brasil, mas apenas um amálgama de instituições penais, cujas performances são burocratizadas e coordenadas de uma forma rasa, isolada (Chies, 2013; Sales, 2013) e não-transparente (Cabral; Araújo, 2010); uma vez que a decisão é tomada de acordo com diretrizes formuladas na esfera política de cada unidade da Federação (UF), que determina que procedimentos de informação, gestão e segurança dos estabelecimentos prisionais devem ser seguidos (Lourenço, 2017). Essa característica exclui a possibilidade de uma padronização entre as UFs, não havendo um sistema penitenciário uno, mas de 28 sistemas ativos, um para cada unidade federativa e um adicional referente aos presídios federais (Chies; Almeida, 2019).

A forma de provisão concreta de tais assistências é tomada através de uma decisão descentralizada, a ser tomada de forma discricionária pelo gestor de cada estabelecimento, uma vez que IPLs, por não gozarem de liberdade plena, não podem buscar as referidas assistências por si mesmos (Franca Jr. *et al.*, 2020). Assim, governos estaduais precisam escolher entre prover a assistência diretamente, através da manutenção de instalações e pessoal qualificado, ou recorrer a parcerias com outras instituições, delegando a provisão a terceiros através de contrato no qual o Estado abdica do controle sobre alguns dos aspectos de qualidade que não são passíveis de ser mensurados através de indicadores, representando um incentivo econômico para o parceiro privado cortar custos (Cabral; Lazzarini; Azevedo, 2010; Hart, 2003).

Esses cortes de custos podem levar a declínios na qualidade, e em casos extremos, à provisão inadequada das assistências, levando a problemas que persistem após a soltura do indivíduo, como comprometimentos à saúde mental e física dos ex-detentos e desenvolvimento de condições de saúde crônicas (Mohammad *et al.*, 2023), capacidade individual reduzida a se reaclimatar à vida fora da prisão por falta de capital social (Curtis; Evans; Pelletier, 2021) ou até mesmo maiores índices de reincidência penal em razão da falta de educação continuada ou treinamento laboral (Horney; Osgood; Marshall, 1995; Makarios; Steiner; Travis, 2010; Ulmer, 2001). Ainda que esses problemas afetem a população de encarcerados como um todo, é especialmente nocivo à população de IPLs juvenis, que encontram-se em idade formativa e incapazes de alcançar autoaperfeiçoamento dentro das prisões em razão da limitação da mobilidade (Franca Jr. *et al.*, 2020).

A principal demografia dos presídios do Brasil é principalmente composta por pretos e pardos (54,96%), jovens de 18-24 anos de idade (30,52%), com pouca ou nenhuma educação formal (99,1%) (CNJ, 2018). Essas condições, embora mais pronunciadas, são similares àquelas percebidas nos Estados Unidos, cuja população de IPLs é negra (38,3%), jovens de 18-24 anos (17,8%), com pouca ou nenhuma educação formal (95%) (Couloute, 2018; Federal Bureau of Prisons, 2022).

Este artigo pretende explorar as atuais condições de provisão direta das assistências de saúde, educação e trabalho nos estabelecimentos penitenciários ativos no Brasil que atendem o regime fechado de pena, visando compreender como essa decisão vem sendo tomada na prática pelos gestores desses estabelecimentos. A premissa central é de que essas assistências contribuem para a qualidade da reintegração do preso na comunidade após a soltura e, por consequência, contribuem para a diminuição da reincidência penal.

O presente trabalho encontra-se composto em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, o arcabouço teórico desta investigação é apresentado, bem como o construto teórico que irá guiar a análise. Na terceira, o processo metodológico é delimitado. Nas quarta e quinta seções, a metodologia é colocada em prática com análise, bem como são apresentados os resultados. Na última seção, algumas considerações finais são apresentadas.

ASSISTÊNCIAS PREVISTAS NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A execução criminal pode ser considerada um serviço crítico prestado à população pelo Estado, relacionado com a manutenção da coesão social e com questões de legitimidade enraizadas em valores coletivos focados no desempenho que se espera das autoridades públicas (Cabral; Ménard, 2019). As atividades desenvolvidas nas prisões vão além da segurança e da segregação, abrangendo outras atividades para a

manutenção dos presos e de um ambiente seguro, tanto para os presos quanto para os guardas prisionais e visitantes (Archambeault; Deis, 1996; Cabral; Lazzarini; Azevedo, 2013).

Os padrões, estabelecidos por tratados internacionais, como as *Nelson Mandela Rules* (Topp *et al.*, 2017), variam de acordo com os critérios estabelecidos na legislação de cada país e podem ou não envolver assistências como alimentação, atendimentos médico, jurídico e psicológico, acesso à visitação, à educação, dentre outros (Scallan; Lancaster; Kouyoumdjian, 2021).

No Brasil, a Lei de Execução Penal (LEP) determina que é dever do Estado garantir ao preso todos os direitos não alcançados pela sentença ou pela lei, sendo os direitos fundamentais inadiáveis (Brasil, 1984, 1988). Assim, determina-se que é dever do Estado garantir assistências material, médica, jurídica, educacional, social e religiosa.

Com a massificação do encarceramento, as burocracias prisionais absorveram funções de serviço social de bem-estar tradicionalmente atribuídas ao Estado, relacionadas com a prestação direta de serviços de reabilitação, bens públicos e cuidados médicos nas prisões (Halushka, 2020). Em países de tradição política neoliberal, que tendem a possuir intensa preocupação com os custos representados pelo setor de justiça criminal, medidas de austeridade frequentemente resultam na diminuição da oferta de serviços públicos, particularmente de serviços educativos (Ismail, 2020; Ross, 2020).

Ainda assim, existem no âmbito federal iniciativas que visam enfrentar esses problemas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Pnaisp) (Carvalho, 2017; Lermen *et al.*, 2015), a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Pnat), o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Penal (PEESP) (Pereira, 2018; Silva; Masson, 2018) e a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) (Godinho; Julião, 2021). No entanto, ainda que enfrentem problemas crônicos e gravíssimos, essas medidas não representam uma solução unificada e prática entre os estados, sujeitando-se às particularidades da implementação local.

Na literatura internacional, as assistências dispensadas aos presos são classificadas em serviços essenciais e serviços auxiliares, respectivamente (Liu; Wilkinson, 2015). Já na literatura nacional e na Lei de Execução Penal, o termo assistência é utilizado para se referir aos serviços prestados pelo Estado em favor do IPL, para garantir os direitos que não são afetados pela sentença, mas ainda sofrem impactos indiretos da restrição individual de liberdade.

Contudo, existe mais de uma forma pela qual a prestação desses serviços pode ocorrer. O serviço pode ser prestado diretamente pelo Estado, delegado (terceirizado) a atores privados, ou resultar de um modelo híbrido, como as Parcerias Público-Privadas (PPP), em que a prestação está sujeita à fiscalização pública, garantindo o cumprimento dos padrões estabelecidos (Cabral; Lazzarini; Azevedo, 2010; Cabral; Santos, 2018).

Isso pressupõe, então, uma escolha relativa à infraestrutura necessária para garantir e fornecer esses serviços na prática. O desenvolvimento e a criação de infraestruturas podem envolver grandes quantidades de recursos públicos, o que pode resultar em despesas gerais significativas (Liu; Wilkinson, 2015). Os gastos exigem um fluxo contínuo de recursos estatais e a situação de estresse financeiro ocasionada pela centralização da gestão penitenciária na esfera pública pode ser percebida com particular intensidade nos países em desenvolvimento (Narag; Jones, 2017).

A decisão entre prestar diretamente serviços auxiliares ou recorrer a outras instituições não culmina na uniformidade da prestação de serviços; em vez disso, cada instituição se organiza isoladamente. Isso gera externalidades e constrói uma dinâmica de serviço particular entre apresentar e atender a demanda (Topp *et al.*, 2017).

A presença da infraestrutura direta nos presídios pode afetar não somente o acesso aos serviços (Topp et al., 2017), mas também o desempenho e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado (Uline; Tschannen-Moran, 2008; Xaba, 2012), especialmente no que diz respeito à saúde (McLeod *et al.*, 2020) e à educação (Abdullahi; Yusoff, 2018). A qualidade desses serviços, especialmente os voltados à educação, pode afetar as perspectivas futuras dos reclusos (Baranger *et al.*, 2018), bem como as possibilidades da sua reabilitação e reintegração, afetando suas oportunidades de emprego após a soltura (Tonseth; Bergsland, 2019); dependendo fortemente de elementos infraestruturais como bibliotecas com acervos de assuntos variados e capazes de atender às demandas dos presidiários (Hussain *et al.*, 2019).

Nesse sentido, o construto que fundamenta a presente análise trata da distribuição dos serviços de saúde, educação e trabalho no interior das prisões brasileiras. Os serviços auxiliares requerem a manutenção de uma infraestrutura composta por pessoal especializado e instalações adequadas. Esses elementos foram utilizados para construir o Índice de Completude de Assistências (Icas), com escala de 0 a 100, que representa a distribuição desses serviços nas prisões brasileiras.

METODOLOGIA

Para atender aos objetivos específicos, a abordagem metodológica faz uso de técnicas quantitativas de pesquisa relacionadas à análise fatorial exploratória (AFE) e à análise de *cluster* (AC). A análise fatorial refere-se a um conjunto de procedimentos estatísticos que têm o poder de determinar o número de construtos necessários para explicar um padrão de correlações em um conjunto de medidas (Fabrigar; Wegener, 2011). O que esse método propõe é entender se estes podem ser reduzidos a um conjunto mais enxuto de variáveis, chamadas de fatores, que só podem ser conhecidas através da própria análise fatorial (Dewberry, 2004).

Foram utilizados os seguintes procedimentos: KMO e Alfa de Cronbach para adequação e fundamentação do modelo; e o procedimento Varimax para rotação da matriz de fatores correlacionados. Em relação aos fatores mantidos para a composição do índice, foi aplicado o critério de Kaiser, selecionando aqueles que apresentaram *eigenvalue* superior a 1 para maximizar o potencial explicativo (Fabrigar; Wegener, 2011). Foi utilizado o *software* Stata 16.0, através do comando "factor" em sua opção padrão, que é o principal método de fatoração. A opção "mineigen (1)" também foi utilizada para facilitar a seleção de fatores com *eigenvalues* maiores que 1. Em seguida, foi gerado um *screeplot* dos fatores calculados para verificar a distribuição dos *eigenvalues*, garantindo que não houve a exclusão de nenhum fator indevidamente.

Para este artigo foi utilizado o método do fator principal, ou *Non-Iterated Principal Axis* (NIPA), que assume que os fatores em comum não estão correlacionados, extraindo os fatores de um conjunto de três valores desconhecidos, presentes na equação a seguir (Fabrigar; Wegener, 2011):

$$R \approx \Lambda\Lambda^{T} + D_{\psi} \quad (1)$$

R sendo a matriz de correlações entre as variáveis medidas em uma amostra, D_ψ sendo a matriz de covariâncias entre fatores únicos sob a suposição de que eles não estão correlacionados entre si, e Λ sendo a matriz de coeficientes dos fatores procurados (Fabrigar; Wegener, 2011).

Como testes de qualidade dos fatores foram utilizados o alfa de Cronbach, a estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett. A aplicação conjunta dos testes ocorreu porque os pequenos desvios encontrados em amostras grandes interferem no teste de Bartlett (Watkins, 2018), como é o caso dos dados do artigo, com n = 627.

O segundo objetivo específico deste artigo visa identificar, a partir do Índice de Completude de Assistências (Icas), construído através dos fatores obtidos através da EFA, possíveis agrupamentos das observações a partir dos dados, separando os estabelecimentos correcionais em grupos mais fáceis para estudar. A técnica aplicada foi a Análise de Cluster (AC), considerada a arte de encontrar grupos em dados empíricos (Kaufman; Rousseeuw, 1990).

A AC visa formar um pequeno número de *clusters* com similaridade interna e dissimilaridade externa, resumindo assim uma descrição de padrões de semelhanças e diferenças nos dados (Everitt *et al.*, 2011; Kaufman; Rousseeuw, 1990). Esse método permite que os dados sejam facilmente interpretados pelos *clusters* gerados (Uno; Adachi; Trendafilov, 2019).

A Análise de Cluster do presente artigo também foi realizada no *software* Stata 16.0, através do comando "cluster" em sua opção "wardslinkage", que é o método de agrupamento hierárquico e matricial de Ward. Além disso, a medida utilizada para a análise foi a resultante da opção "L2squared", utilizando a medida de dissimilaridade quadrada.

O método de agrupamento de Ward é baseado na fusão de quaisquer dois agrupamentos com base no critério do valor da soma dos quadrados dos erros obtidos (Everitt *et al.*, 2011). Deve ser utilizado em variáveis de medida intervalar, pois o método utiliza as distâncias euclidianas entre as observações e seus respectivos centroides (Kaufman; Rousseeuw, 1990). Essa distância é multiplicada por um fator e o agrupamento é feito usando a seguinte equação:

$$\Delta ESS = \frac{1}{2}\, d^2\,(A,B) \qquad (2)$$

Onde ESS é a distância euclidiana quadrada entre os objetos do *cluster* e seu centro, e A e B são *clusters*. Dito isso, o algoritmo de Ward mantém o ESS no mínimo ao determinar a junção dos *clusters* A e B quando apresentam dissimilaridade mínima (Kaufman; Rousseeuw, 1990). A partir dos *clusters* formados pelo método de Ward, foram realizados testes de análise de variância, a fim de garantir que os *clusters* gerados eram de fato diferentes.

ANÁLISE E RESULTADOS

O ÍNDICE DE COMPLETUDE DE ASSISTÊNCIAS (ICAS)

A presente análise considerou os dados obtidos no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), na última edição publicada até o presente momento, referente ao semestre entre janeiro e junho de 2019. Apesar da fragilidade representada pelo fato das suas informações serem provenientes de autodeclara-

ção por parte dos estabelecimentos (Chies; Almeida, 2019), o Infopen ainda é a principal fonte de informações relacionadas aos presídios brasileiros a nível nacional, de forma que se mostra adequada para analisar as dissonâncias existentes no fornecimento das assistências de saúde, educação e trabalho nos presídios.

Atualmente, o Infopen é a única fonte oficial que dispõe de informações discriminadas em relação às facilidades existentes e aos profissionais lotados nos estabelecimentos penais, que são as variáveis escolhidas para compor os índices do presente estudo. Portanto, ainda que outras fontes, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e o Painel Estatístico do Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Prisionais (Cniep), publicado sob a bandeira do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), tragam dados centrais sobre o tema, estes versam sobre a população encarcerada e a situação de superlotação e pouco dizem sobre os dados necessários para calcular as variáveis escolhidas para este estudo.

O Infopen traz informações sobre 1.412 estabelecimentos distintos. Após os procedimentos pré-analíticos, esse número foi reduzido para 626 observações, uma vez que a análise se limitou aos estabelecimentos que oferecem regime fechado ou regime disciplinar diferenciado. Para os procedimentos pré-analíticos, foram realizadas três etapas: (a) *outliers* foram identificados e removidos, restringindo a análise ao regime fechado; (b) os dados foram tratados e organizados a partir da base escolhida, convertendo informações qualitativas (Sim, Não) em informações quantitativas e categorizando em saúde, educação e trabalho, para compor variáveis métricas contínuas; e (c) foram criadas variáveis geográficas (estado e região) e extraídas variáveis de idade de estabelecimento e população carcerária (DI e CP).

Para a primeira etapa da análise, foram selecionadas as variáveis que estão descritas na Tabela 1. A análise do construto foi inspirada no modelo analítico apresentado por Cabral, Lazzarini e Azevedo (2010), motivando a escolha das variáveis. Tanto a variável de interesse, o índice construído, quanto os demais são métricos e quantitativos, permitindo a realização da análise fatorial.

TABELA 1

Variáveis utilizadas e estatísticas descritivas

Variável	Média	DP	Mín.	Máx.	Descrição
ID	21,341	18,823	0,552	162,327	Idade do estabelecimento (anos)
PC	661,039	754,165	1	5.394	População encarcerada
FS1	2,027	1,205	0	3	Instalações de Saúde – cuidados médicos básicos
FS2	2,209	2,027	0	6	Instalações de Saúde – hospital/acomodações
FS3	0,923	0,986	0	3	Instalações de Saúde – laboratório/diagnóstico
FS4	1,071	1,146	0	3	Instalações de Saúde – procedural/cirúrgica
FS5	1,581	1,462	0	4	Instalações de Saúde – infraestrutura
SM	1,996	2,010	0	14	Profissionais Médicos
SO	0,985	1,123	0	7	Profissionais Dentistas
SE	3,022	3,073	0	24	Profissionais Enfermaria
PROF	5,591	7,720	0	47	Profissionais de Educação
FE	2,551	1,624	0	5	Instalações de Educação
FOI	1,249	1,631	0	5	Instalações da Oficina – Infraestrutura
FOM	1,095	1,493	0	7	Instalações da Oficina – Modalidades
TOC	0,067	0,256	0	2	Técnicos da Oficina

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

No que diz respeito à variável ID, os estabelecimentos variam entre 0,552 anos e 162,32 anos de idade. Sendo n = 627, a média de 21,341 anos indica que existe um grande número de prisões com menos de vinte e um anos. O elevado desvio-padrão (DP) (18,823) corrobora essa afirmação. A variável PC, referente à população carcerária, varia de 1 a 5.394 presos em cada observação. A média de 661,03 indica que há um número significativo de prisões com poucos presos, e o desvio-padrão indica que o extremo superior dessa variável é alto para uma quantidade baixa de observações, pois é superior à própria média.

As variáveis FS1 a FS5 referem-se às diferentes categorias de estabelecimentos de saúde. Variando de 0 a 3 (com exceção de FS2, que varia de 0 a 6, e FS5, que varia de 0 a 4), possuem média inferior à metade do seu valor total (com exceção de FS1), denotando concentração nas camadas inferiores. O FS1, que apresenta média superior a 66% do seu valor máximo, indica que a maioria das observações possui tais estabelecimentos. As variáveis SM, SO e SE referem-se ao número de profissionais médicos, odontológicos e de enfermagem, respectivamente, que atuam em presídios: variam de 0 a 14, 7 a 24, e possuem médias que denotam uma concentração nos estratos mais baixos, com distribuição característica desigual, escapando à normalidade.

As variáveis PROF e FE, respectivamente, referem-se aos profissionais da educação nas prisões e às instalações de ensino presentes nos estabelecimentos, variando de 0 a 5 e de 0 a 47, respectivamente. A média dessas variáveis indica que a maioria das observações possui pouca ou nenhuma instalação voltada para a educação.

Por fim, as variáveis referentes ao trabalho mostram o número de equipamentos oficinais (FOI), as modalidades de oficinas existentes (FOM) e o número de técnicos responsáveis (TOC). Também estão concentrados nos estratos mais baixos, mostrando que boa parte das observações não possui essas instalações.

Os pares de hipóteses e expectativas são apresentados na Tabela 2. A provisão de infraestruturas para a prestação de serviços é atualmente precária e espera-se que uma grande proporção das prisões não possua tais infraestruturas. Dito isso, espera-se que a média da variável do índice seja inferior a 60, mostrando que as observações estão nos três estratos mais baixos, com muitas observações não fornecendo serviços completos.

TABELA 2

Hipóteses e expectativas teóricas

Hip.	Proposição	Expectativa
H0	As instalações prisionais têm uma variável de índice média alta ou muito alta (Média Índice > 60)	Rejeitada
H0A	As unidades correcionais apresentam média regular, baixa ou muito baixa do índice da variável (Índice < 60)	Não Rejeitada
H1	Os grupos identificados na Análise de Cluster não apresentam diferença estatisticamente significativa na média da variável índice (P > 0,05)	Rejeitada
H1A	Os grupos identificados na Análise de Cluster não apresentam diferença estatisticamente significativa em relação à média da variável índice (P < 0,05)	Não Rejeitada
H2	A distribuição dos grupos identificados na Análise de Cluster é homogênea, apresentando número semelhante de observações	Rejeitada
H2A	A distribuição dos grupos identificados na Análise de Cluster é heterogênea, apresentando número discrepante de observações	Não Rejeitada
H3	Quanto à variável índice, a variável UF apresenta médias estatisticamente iguais (p < 0,05)	Rejeitada
H3A	Quanto à variável índice, a variável região apresenta médias estatisticamente diferentes (p > 0,05)	Não Rejeitada

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Espera-se que os grupos de Análise de Cluster sejam muito diferentes dos demais, confirmando a desigualdade na distribuição da infraestrutura prisional. Espera-se que a análise de variância de Bonferroni mostre que a probabilidade de cometer erros do tipo 1 ao rejeitar a hipótese nula (H1) é inferior ao alfa de 5% de significância estatística.

Para H2 e H2A, a expectativa é que o dendrograma de clusterização apresente uma distribuição heterogênea, concentrando as observações no estrato inferior, o que pode ser interpretado como uma evidência de que as prisões não possuem a estrutura necessária para prestar serviços, dependendo de instalações externas. Para o último par de hipóteses, examinamos as médias por variáveis geográficas para estabelecer diferenças no número de observações entre as diferentes regiões de acordo com a estratificação da variável índice. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste deverão ter mais presídios nas camadas mais baixas, enquanto as regiões Sudeste e Sul deverão se concentrar nas camadas mais altas.

Então, após manter os dois fatores f1 e f2, foi gerada, para cada observação, a variável índice, em duas etapas. Na primeira, foram aplicados os valores dos fatores, gerando a variável índice temporária "tempin". Na segunda etapa, a variável "tempin" foi convertida em um índice de escala de 0 a 100, respectivo à variável "index", que corresponde ao Icas. As seguintes equações foram usadas para a primeira e segunda etapas, respectivamente.

$$tempin = \frac{(R_{f1} \times CF_{f1}) + (R_{f2} \times CF_{f2})}{R_{f1} + R_{f2}} \quad (3)$$

$$index = \frac{(tempin + Min_{tempin}) \times 100)}{Max_{tempin}} \quad (4)$$

Para esta análise fatorial exploratória, apenas dois fatores foram retidos. A estatística Keiser-Meyer-Olkin (KMO) apresentou valor global de 0,8962, o que pode ser considerado adequado (> 0,6). A matriz fatorial foi rotacionada pelo método Varimax, definindo a proporção de raízes características entre os fatores como 0,6149 e 0,3225, com valor cumulativo de 0,9374. A matriz de variância única é apresentada na Tabela 4. O alfa de Cronbach determinou o coeficiente de confiabilidade em 0,8769. O teste de esfericidade de Bartlett não determinou correlação entre as variáveis (p = 0,0000).

DISTRIBUIÇÃO DAS ASSISTÊNCIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS PRISÕES BRASILEIRAS

Uma vez gerado o índice da variável, foi iniciada a Análise de Cluster. Após explorar as possibilidades de agrupamento, foram aplicados os comandos "cluster wards linkage index ZPC, Measure(L2squared) name(CL)" e "cluster generate Cle= groups(5), name(CL)", agrupando as observações em cinco *clusters*, de acordo com as variáveis índice e PC.

TABELA 3

Teste de Bonferroni nos *clusters* gerados, por índice e PC

Cluster	Média	Desvio-Padrão	Frequência
1	16,182	3,196	126
2	31,353	4,958	157
3	48,947	5,291	111
4	71,515	5,828	191
5	88,732	4,740	41
Total			626

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Em seguida, foi realizado o teste de Bonferroni sobre a variância dos *clusters* gerados. Dos cinco grupos formados pela clusterização, todos podem ser considerados estatisticamente diferentes entre si, com exceção do fator 2 em relação aos grupos 4 e 3, que apresentou p = 0,152. As médias são mostradas na Tabela 3.

A comparação entre médias revelou que todos os *clusters* apresentam variâncias distintas, tanto no geral (Bartlett, prob > chi2 = 0,000) quanto individualmente (Bonferroni, p = 0,00 para todos os pareamentos). Ao realizar um teste de médias por unidade federativa, verificou-se que as UFs são estatisticamente distintas entre si, e a hipótese nula pode ser rejeitada com relativa certeza (p = 0,000).

Algumas considerações devem ser feitas em relação à distribuição de instalações e recursos entre as instalações correcionais dentro das UFs. Nos estados que compõem a região Norte, há baixo nível de prestação de assistências de maneira direta, uma vez que as observações concentram-se nos estratos muito baixo e baixo. Pará se destaca dos demais por ter mais observações nos estratos baixo, médio e alto. Rondônia é o único estado com observação que apresenta índice muito elevado. Roraima pode ser considerado um *outlier*, já que possui apenas uma única observação.

TABELA 4

Índice estratificado, região Norte, por UF

UF	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Acre	4		1	3		8
Amapá	1	2				3
Amazonas	5		1	2		8
Pará	2	14	10	2		28
Rondônia	4	11	6	4	1	26
Roraima		1				1
Tocantins	6	3	1			10
Total	22	31	19	11	1	84

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

A região Nordeste, por sua vez, traz maior concentração de observações nos estratos intermediários (baixo, médio e alto), com pouca concentração nos extremos do índice. O estado que mais contribui para a concentração intermediária na região é o Maranhão, que também possui o maior número de observações no geral. Bahia e Ceará apresentam as melhores situações de índices da região, concentrando-se nos

estratos superiores. Esses estados não possuem observações nos estratos inferiores, assim como Pernambuco e Alagoas, que não estão no estrato muito baixo. O Ceará aparece apenas nos estratos superiores, demonstrando um forte índice de facilidades. As situações de menor índice são as apresentadas pela Paraíba e pelo Rio Grande do Norte. Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe não possuem observações no estrato muito alto, e a Paraíba não figura em nenhum dos estratos superiores.

TABELA 5

Índice estratificado, região Nordeste, por UF

UF	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Maranhão	9	26	11	3	1	50
Piauí	1	4	3	2		10
Ceará				4	4	8
Rio Grande do Norte	1	4	1	1		7
Paraíba	3	7	6			16
Pernambuco		1	1	6	1	9
Alagoas		2	1	3		6
Sergipe	1	1	1	2		5
Bahia			2	8	3	13
Total	15	45	26	29	9	124

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

A região Centro-Oeste distribui suas observações de forma relativamente ampla entre os estratos, com exceções de Goiás, que não possui nenhuma observação no estrato muito alto, e do Distrito Federal, que está ausente nos três estratos inferiores. O estado de Goiás é o que mais contribui para os estratos inferiores e para o total de observações da região, porém, não possui nenhuma observação no estrato muito alto. Mato Grosso tem suas observações distribuídas homogeneamente entre os estratos. Mato Grosso do Sul concentra-se nos estratos intermediário e superior, apesar de ter duas observações no estrato muito baixo.

TABELA 6

Índice estratificado, região Centro-Oeste, por UF

UF	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Mato Grosso	3	2	2	2	3	12
Mato Grosso do Sul	2	5	9	4	4	24
Goiás	23	14	3	4		44
Distrito Federal				2	2	4
Total	28	21	14	12	9	84

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Os estados com maior concentração de observações são os da região Sudeste. Minas Gerais possui o maior número de prisões nos estratos mais baixos, contemplando 100% das apresentadas pela região no estrato muito baixo. São Paulo tem o maior número de prisões nos estratos superiores e não possui observações no estrato muito baixo. As observações do Espírito Santo estão concentradas no estrato

alto, com quatro vezes mais observações do que nos estratos inferiores. O Rio de Janeiro possui a maior concentração no estrato médio e não possui observações nos estratos muito baixo e muito alto.

TABELA 7

Índice estratificado, região Sudeste, por UF

UF	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Espírito Santo		2	1	12	2	17
Minas Gerais	13	32	13	22	5	85
Rio de Janeiro		8	10	2		20
São Paulo		10	12	63	16	101
Total	13	52	36	99	23	223

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Os estados que compõem a região Sul apresentam duas situações distintas. O estado do Rio Grande do Sul, o mais populoso da região, concentra as observações nos estratos mais baixos, representando mais da metade de todas as observações da região. Tanto o Paraná quanto Santa Catarina, que possuem poucos estabelecimentos, apresentam distribuição semelhante, com poucas observações nos estratos inferiores e maior número de observações nos estratos superiores.

TABELA 8

Índice estratificado, região Sul, por UF

UF	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Paraná		1	5	12	2	20
Rio Grande do Sul	31	21	11	9	6	78
Santa Catarina	1	1	3	5	3	13
Total	32	23	19	26	11	111

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Os três estados que apresentam a taxa de prisões com maior concentração no estrato mais baixo são Minas Gerais (13), Goiás (23) e Rio Grande do Sul (31). A distribuição das observações nesses estados mostra-as muito mal equipadas para a prestação de serviços auxiliares e ilustra a ausência de diferenças estatísticas entre macrorregiões, corroborando o Teste de Esfericidade de Bartlett. No cenário oposto, Ceará, Distrito Federal e Bahia apresentam média elevada, sem observações nos dois estratos mais baixos. Esse cenário é combatido por Goiás, Paraíba e Tocantins, que apresentam concentrações nos estratos muito baixo e baixo, sem observações no estrato muito alto.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Ao examinar as médias de cada um dos *clusters*, que possuem características semelhantes em relação à variável índice, constata-se que as médias de cada grupo são apresentadas de forma crescente, sendo que o *cluster* 1 apresenta a menor média e o *cluster* 5, a maior. Na totalidade dos *clusters* obteve-se uma média global de 47,431, podendo a hipótese H0 ser rejeitada com segurança em favor de H0A. Em média, as prisões não prestam serviços auxiliares por si só, embora os *clusters* 4 e 5, que representam 232 observações, tenham média boa ou muito boa em relação ao índice (índice > 60). De acordo com o teste

Anova, esses *clusters* são estatisticamente diferentes entre si (p = 0,000) e a rejeição da Hipótese H1 pode ser afirmada com segurança.

Os *clusters* formulados apresentam distribuição distante do normal. Os *clusters* 2 e 4 possuem um número maior de observações, e os *clusters* 3 e 5 possuem um número menor de observações que os demais. Assim, é necessário rejeitar a hipótese H2, pois o número de observações dos *clusters* possui uma grande variância, principalmente em relação aos *clusters* 4 e 5.

Dependendo da unidade federativa, é possível compreender as desigualdades na distribuição. Os testes Anova permitiram rejeitar a hipótese H3 em relação às fronteiras das UFs. Esta expectativa é explicada pela teoria, já que inexiste uma padronização de procedimentos organizacionais que vise promover uma coordenação entre os governos estaduais e distrital.

Quando examina-se a distribuição da prestação de assistências por UF, confirma-se que, no geral, os estados que compõem a região Sudeste optam pelo fornecimento direto das assistências de saúde, educação e trabalho de forma mais consistente, destacando-se dentre esses o estado de São Paulo. Há grande heterogeneidade entre os estados pertencentes à região Sudeste e os perfis das UFs pertencentes às demais regiões, demonstrando uma desigualdade no fornecimento direto das assistências analisadas quando comparado com estados como Tocantins e Pará, que possuem concentrações em estratos mais baixos do índice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da presente pesquisa, esperava-se que as assistências de saúde, educação e trabalho prestadas pelos presídios, como acessórios à execução penal, fossem de fato garantidos pelo Estado (Brasil, 1984, 1988). Sabe-se que esse é um passo importante para que o indivíduo encarcerado se reinsira plenamente na sociedade, de forma a não retornar ao cárcere, deixando de contribuir para o aumento das estatísticas de reincidência criminal. Contudo, o que foi observado é que a escolha predominante por parte significativa das unidades da Federação é a não prestação desses serviços de forma direta pelas unidades prisionais. Outrossim, mesmo quando essa prestação é realizada de forma direta, as assistências prestadas padecem de grande carência de equipamentos e profissionais, em desrespeito ao que foi determinado pelas *Nelson Mandela Rules* (Topp *et al.*, 2017).

Embora a execução penal seja um serviço crítico ao Estado Democrático de Direito (Cabral; Ménard, 2019), envolvendo serviços que vão além do mero dever de encarceramento para incluir também uma série de assistências obrigatórias (Scallan; Lancaster; Kouyoumdjian, 2021) segundo a Lei de Execução Penal, a decisão das UFs em não fornecê-las diretamente tem se mostrado consistente nas prisões brasileiras, que, com exceção dos estados que compõem a região Sudeste, tendem a descentralizar o fornecimento das assistências e depender de formas indiretas de garantir os direitos fundamentais dos IPLs, como parcerias público-privadas, convênios e a provisão de assistências de forma descentralizada via Sistema Único de Saúde.

No presente artigo, não é possível afirmar que os IPLs não têm acesso a esses serviços, mas apenas que as unidades federativas atualmente optaram por não fornecê-los diretamente. A pesquisa, em razão das limitações impostas pela utilização do Infopen e sua subsequente descontinuação pós-2019, não permite afirmar diretamente que os presos encontram obstáculos no acesso à saúde, à educação ou ao trabalho. Porém,

onde não existem estruturas de serviços auxiliares, o Estado assume o risco de omissão dessas assistências e, consequentemente, de violações da própria legislação em situações onde há falha no dever contratual.

O presente estudo, sobretudo, visa contribuir para a compreensão da provisão direta de assistências prisionais ao longo do território brasileiro, ao demonstrar que a distribuição dessas assistências vem sendo desigual e insuficiente por anos, sobretudo considerando que entre a análise realizada e o presente momento, com a pandemia de covid-19, mudanças drásticas podem ter ocorrido nesse cenário. Entretanto, a principal limitação do presente estudo encontra-se na escassez de dados posteriores à 2019 em relação às facilidades, uma vez que a publicação do Infopen foi descontinuada até o momento. Para estudos futuros, lega-se a inquietação de se analisar tanto como a pandemia influenciou na provisão direta dessas assistências quanto se as mudanças na política penal brasileira visando à adoção da cooperação público-privada como instrumento de gestão prisional pode ter afetado o cenário analisado.

Dito isso, também são necessários estudos posteriores que possam explicar as nuances do acesso aos serviços auxiliares nas prisões, tomando como base a organização política e estrutural que determina a forma como as assistências são providas aos IPLs em cada UF, o que pode se beneficiar de uma pesquisa empírica realizada com dados primários. Além de lançar luz sobre um problema sistêmico, este artigo visa trazer contribuições ao instigar alguns questionamentos relativos aos serviços prestados aos presos, cujas respostas permitiriam a criação de políticas penitenciárias penais mais igualitárias e racionais do que as que existem atualmente no Brasil.

A prestação de serviços auxiliares nas prisões é essencial para ajudar a mitigar os efeitos de disparidades sociais e econômicas. É necessário criar oportunidades para o indivíduo encarcerado após a sua soltura, o que atualmente é dificultado pela ausência de controle do Estado sobre a provisão de assistências, consequência direta da terceirização desses serviços ao setor privado. Finalmente, argumenta-se que o primeiro passo para uma ressocialização efetiva como objetivo da Política Penal seja a prestação do apoio aos IPLs, representado pelas assistências previstas pela LEP de forma consistente a nível individual, possibilitando que sejam evitadas consequências adversas causadas por desvantagens decorrentes de questões de saúde, educação ou trabalho no cárcere, que tendem a ser cumulativas e a persistir por longos períodos de tempo após a soltura.

REFERÊNCIAS

ABDULLAHI, Isa; YUSOFF, Wan Zahari Wan. Effect of the performance of physical and non-physical facilities on higher institutional facilities. **Journal of Facilities Management**, v. 16, n. 4, p. 374-386, 2018. DOI: https://doi.org/10.1108/JFM-08-2017-0041.

ARCHAMBEAULT, William; DEIS, Donald. **Cost effectiveness comparisons of private versus public prisons in Louisiana**: a comprehensive analysis of Allen, Avoyelles, and Winn Correctional Centers. Baton Rouge: Louisiana State University, 1996.

BARANGER, Jillian; ROUSSEAU, Danielle; MASTRORILLI, Mary Ellen; MATESANZ, James. Doing time wisely: the social and personal benefits of higher education in prison. **The Prison Journal**, v. 98, n. 4, p. 490-513, 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/0032885518776380.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 10227, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-norma-pl.html. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html. Acesso em: 28 nov. 2022.

CABRAL, Sandro; ARAÚJO, Uajará Pessoa. O sistema prisional visto como um nexus de instituições e organizações institucionalizadas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 103-115, 2010.

CABRAL, Sandro; MÉNARD, Claude. Managing critical services through hybrid arrangements. **RAUSP Management Journal**, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 337-356, 2019. DOI: https://doi.org/10.1108/RAUSP-03-2019-0037.

CABRAL, Sandro; SANTOS, Maria-Fátima. Accountability mechanisms in public services: activating new dynamics in a prison system. **International Public Management Journal**, v. 21, n. 5, p. 795-821, 2018. DOI: https://doi.org/10.1080/10967494.2016.1141815.

CABRAL, Sandro; LAZZARINI, Sergio; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Private operation with public supervision: evidence of hybrid modes of governance in prisons. **Public Choice**, v. 145, n. 1-2, p. 281-293, 2010. DOI: https://doi.org/10.1007/s11127-009-9566-0.

CABRAL, Sandro; LAZZARINI, Sergio; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Private entrepreneurs in public services: a longitudinal examination of outsourcing and statization of prisons. **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 7, n. 1, p. 6-25, 2013. DOI: https://doi.org/10.1002/sej.1149.

CARVALHO, Nathália Gomes Oliveira de. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma análise sobre a evolução normativa. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 112-129, 2017.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100002.

CHIES, Luiz Antônio Bogo; ALMEIDA, Bruno Rotta. Mortes sob custódia prisional no Brasil. Prisões que matam; mortes que pouco importam. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, v. 32, n. 45, p. 67-90, 2019.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela**: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016. (série Tratados Internacionais de Direitos Humanos).

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/70. Acesso em: 26 fev. 2024.

COULOUTE, Lucius. Getting Back on Course: Educational exclusion and attainment among formerly incarcerated people. **Portal Prison Policy Initiative**, Reports, out. 2018. Disponível em: https://www.prisonpolicy.org/reports/education.html. Acesso em: 26 fev. 2024.

CURTIS, Christopher; EVANS, Douglas; PELLETIER, Emily. Developing social capital through postsecondary correctional education. **Journal of Offender Rehabilitation**, v. 60, n. 4, p. 270-290, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/10509674.2021.1909200.

DEWBERRY, Chris. **Statistical methods for organizational research**: theory and practice. 1. ed. New York: Routledge, 2004.

EVERITT, Brian; LANDAU, Sabine; LEESE, Morven; SATHL, Daniel. **Cluster Analysis**. 5. ed. United Kingdom: John Wiley & Sons, Ltd, 2011.

FABRIGAR, Leandre; WEGENER, Duane. **Exploratory Factor Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FEDERAL BUREAU OF PRISONS. **Statistics**. 2022. Disponível em: https://www.bop.gov/about/statistics/. Acesso em: 26 fev. 2024.

FRANCA JR., Antônio José; MOREIRA, Nathalia Carvalho; SALGADO, Thais; FÁTIMA, Baby de. Análise e Diagnóstico do Sistema Prisional Sergipano. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 5, n. 3, p. 273-295, 2020. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n3.50847.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1-16, 2021. DOI: https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.10.

HALUSHKA, John. The runaround: punishment, welfare, and poverty survival after prison. **Social Problems**, v. 67, n. 2, p. 233-250, 2020.

HART, Oliver. Incomplete contracts and public ownership: remarks, and an application to public□private partnerships. **The Economic Journal**, v. 113, n. 486, p. C69-C76, 2003. DOI: https://doi.org/10.1111/1468-0297.00119.

HORNEY, Julie; OSGOOD, Wayne; MARSHALL, Ineke Haen. Criminal careers in the short-term: intra-individual variability in crime and its relation to local life circumstances. **American Sociological Review**, v. 60, n. 5, p. 655-673, 1995. DOI: https://doi.org/10.3886/ICPSR09916.v2.

HUSSAIN, Tauseef; BATOOL, Syeda Hina; SOROYA, Saira Hanif; WARRAICH, Nosheen Fatima. Pakistani prison libraries: an assessment of services and challenges. **Global Knowledge, Memory and Communication**, v. 68, n. 1-2, p. 47-59, 2019. DOI: https://doi.org/10.1108/GKMC-08-2018-0075.

ISMAIL, Nasrul. The politics of austerity, imprisonment and ignorance: a case study of English prisons. **Medicine, Science and the Law**, v. 60, n. 2, p. 89-92, 2020. DOI: https://doi.org/10.1177/0025802419899744.

KAUFMAN, Leonard; ROUSSEEUW, Peter. **Finding groups in data**: an introduction to Cluster Analysis. New York: Wiley, 1990.

LERMEN, Helena Salgueiro; GIL, Bruna Laudissi; CÚNICO, Sabrina Daiana; JESUS, Luciana Oliveira de. Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 905-924, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000300012.

LIU, Tingting; WILKINSON, Suzanne. Critical factors affecting the viability of using public-private partnerships for prison development. **Journal of Management in Engineering**, v. 31, n. 5, 2015. DOI: https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000324.

LOURENÇO, Luiz Claudio. O jogo dos sete erros nas prisões do Brasil: discutindo os pilares de um sistema que não existe. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 15, n. 30, p. 285-301, 2017.

MAKARIOS, Matthew; STEINER, Benjamin; TRAVIS, Lawrence. Examining the predictors of recidivism among men and women released from prison in Ohio. **Criminal Justice and Behavior**, v. 37, n. 12, p. 1377-1391, 2010. DOI: https://doi.org/10.1177/0093854810382876.

MCLEOD, Katherine; BUTLER, Amanda; YOUNG, Jesse; SOUTHALAN, Louise; BORSCHMANN, Rohan; STURUP-TOFT, Sunita; DIRKZWAGER, Anja; DOLAN, Kate; ACHEAMPONG, Lawrence Kofi; TOPP, Stephanie; MARTIN, Ruth Elwood; KINNER, Stuart. Global prison health care governance and health equity: a critical lack of evidence. **American Journal of Public Health**, v. 110, n. 3, p. 303-308, 2020. DOI: https://doi.org/10.2105/ajph.2019.305465.

MOHAMMAD, Sofia; BAHRANI, Ahzin; KIM, Minji; NOWOTNY, Kathryn. Barriers and facilitators to health during prison reentry to Miami, FL. **PLOS One**, v. 18, n. 10, p. e0285411, 2023. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0285411.

NARAG, Raymund; JONES, Clarke. Understanding prison management in the Philippines: a case for shared governance. **The Prison Journal**, v. 97, n. 1, p. 3-26, 2017. DOI: https://doi.org/10.1177/0032885516679366.

PEREIRA, Antonio. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões?. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 24, p. 245-252, 2018.

ROSS, Little. Paying the price: consequences for children's education in prison in a market society. **International Journal of Educational Development**, v. 77, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2020.102212.

SALES, Mariana Alencar. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**: o desenvolvimento da política e os reflexos no déficit de acesso aos serviços de saúde. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8ZNVM. Acesso em: 26 fev. 2024.

SCALLAN, Eilish; LANCASTER, Kari; KOUYOUMDJIAN, Fiona. The "problem" of health: an analysis of health care provision in Canada's federal prisons. **Health**: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine, v. 25, n. 1, p. 3-20, 2021. DOI: https://doi.org/10.1177/1363459319846940.

SILVA, Gabriel Santos da; MASSON, Máximo Augusto Campos. Políticas públicas de educação prisional no Brasil: currículo e orientações internacionais. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 6, p. 77-101, 2018.

TONSETH, Christin; BERGSLAND, Ragnhild. Prison education in Norway – The importance for work and life after release. **Cogent Education**, v. 6, n. 1, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/2331186X.2019.1628408.

TOPP, Stephanie; MOONGA, Clement; LUO, Nkandu; KAINGU, Michael; CHILESHE, Chisela; MAGWENDE, George; HENOSTROZA, German. Mapping the Zambian prison health system: an analysis of key structural determinants. **Global Public Health**, v. 12, n. 7, p. 858-875, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/17441692.2016.1202298.

ULINE, Cynthia; TSCHANNEN-MORAN, Megan. The walls speak: the interplay of quality facilities, school climate, and student achievement. **Journal of Educational Administration**, v. 46, n. 1, p. 55-73, 2008. DOI: https://doi.org/10.1108/09578230810849817.

ULMER, Jeffrey. Intermediate sanctions: a comparative analysis of the probability and severity of recidivism. **Sociological Inquiry**, v. 71, n. 2, p. 164-193, 2001. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2001.tb01107.x.

UNO, Kohei; ADACHI, Kohei; TRENDAFILOV, Nickolay. Clustered common factor exploration in factor analysis. **Psychometrika**, v. 84, n. 4, p. 1048-1067, 2019. DOI: https://doi.org/10.1007/s11336-019-09666-5.

WATKINS, Marley. Exploratory factor analysis: a guide to best practice. **Journal of Black Psychology**, v. 44, n. 3, p. 219-246, 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/0095798418771807.

XABA, M I. A qualitative analysis of facilities maintenance – a school governance function in South Africa. **South African Journal of Education**, v. 32, n. 2, p. 215-226, 2012. DOI: https://doi.org/10.15700/saje.v32n2a548.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

O HERÓI DESTRONADO: CLÍNICA PSICODINÂMICA DO TRABALHO ADAPTADA PARA DEMANDA DE SAÚDE MENTAL MASCULINA

RONALDO GOMES-SOUZA

Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (PGPSTO/UnB), com Pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP), psicólogo. Professor, pesquisador e extensionista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Um dos coordenadores do Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde (LAPSIC/UFAM).

País: Brasil **Estado:** Amazonas **Cidade:** Manaus

E-mail: ronaldopsicologo@ufam.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-4349-2688

SÉRGIO SÓCRATES BAÇAL DE OLIVEIRA

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (PPGE/UNICAMP), psicólogo. Professor, pesquisador e extensionista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordena o Laboratório de Psicopatologia, Sujeito e Singularidade (LAPSUS/UFAM).

País: Brasil **Estado:** Amazonas **Cidade:** Manaus

E-mail: ssocrates@ufam.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-2194-5762

KÉZIA SOUSA LIMA

Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI/UFAM), psicóloga pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisadora do Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde (LAPSIC/UFAM). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o mestrado.

País: Brasil **Estado:** Amazonas **Cidade:** Manaus

E-mail: kezia.ufam@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-2704-1705

SARA EVELYN MOTA DA SILVA

Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas PPGPSI/(UFAM), assistente social graduada pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM). Pesquisadora do Laboratório de Psicopatologia, Sujeito e Singularidade (LAPSUS/UFAM). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o mestrado.

País: Brasil **Estado:** Amazonas **Cidade:** Manaus

E-mail: smota731@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-0295-7637

Contribuições dos autores: Ronaldo Gomes-Souza atuou na coleta e análise dos dados; interpretações teóricas; método e revisão. Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, Kézia Sousa Lima e Sara Evelyn Mota da Silva realizaram contribuições teóricas, participaram da discussão e revisão geral do texto.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

O objetivo deste estudo foi promover uma intervenção a partir de uma adaptação mais lúdica da clínica psicodinâmica do trabalho, com homens servidores da segurança pública da Guarda Civil, na região Centro-Oeste do país, com a demanda do coletivo desses trabalhadores sobre gênero masculino e saúde mental. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, com a incorporação de multimétodos e recursos no qual teve nove sujeitos participantes. Os resultados evidenciam como a realidade do trabalho dos guardas homens é complexa, dinâmica e contraditória e como essas configurações, atravessadas por questões do gênero masculino, da virilidade e da figura do herói, impactam negativamente na saúde mental deles, agravando o quadro de adoecimento psíquico dentro e fora do trabalho. Conclui-se que a pesquisa foi exitosa, pois a ludicidade promoveu avanços no processo de ressignificação de fontes de sofrimento e adoecimento, a partir da construção democrática de espaços de fala/escuta em prol da saúde mental.
Palavras-chave: Saúde mental. Gênero masculino. Clínica psicodinâmica do trabalho. Lúdico. Guarda Civil.

THE DETHRONED HERO: PSYCHODYNAMIC OF WORK CLINIC ADAPTED TO MEN'S MENTAL HEALTH DEMANDS

ABSTRACT

The objective of this study was to promote an intervention based on a more playful adaptation of the psychodynamic of work clinic, with male civil security officers from the civil guard, in the central-west region of the country, with the collective demand of these workers regarding male gender and mental health. This is a qualitative study, incorporating multiple methods and resources in which nine subjects participated. The results showed how the reality of the work of male guards is complex, dynamic and contradictory and how these configurations, crossed by issues of male gender, virility and the figure of the hero, negatively impact their mental health, aggravating the picture of psychic illness inside and outside of work. It is concluded that the research was successful because the playfulness promoted advances in the process of resignifying sources of suffering and illness, based on the democratic construction of spaces for speaking/listening in favor of mental health.
Keywords: Mental health. Male gender. Psychodynamic of work clinic. Playful. Civil Guard.

Data de recebimento: 20/09/2024 **Data de aprovação:** 02/10/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2261

INTRODUÇÃO

São muitas as camadas de complexidade que constituem e singularizam a identidade do gênero masculino. E essas camadas ganham uma proporção mais profunda e ampliada quando estão no contexto da segurança pública. Em nome da honra viril, histórica e culturalmente construída, os homens que atuam enquanto trabalhadores com tarefas e funções militares, de polícia, acabam desenvolvendo estratégias psicossociais tanto para manter a figura de um super-homem, capaz de ter força o suficiente para proteger os mais fracos, os mais necessitados/indefesos, quanto para usar essa suposta força para proteger a si mesmos (Barbosa; Miranda; Souza, 2017).

Há uma expectativa para que esses homens desempenhem certas representações sociais da figura masculina (de ser forte, provedor, corajoso, destemido, viril...). Tal expectativa é ainda mais acentuada quando atuam no serviço de segurança pública. Aqui, eles são promovidos de super-homem para um herói (ou super-herói) e um trono da virilidade é, simbolicamente, criado, os distinguindo das mulheres e de outros homens que não são militares, policiais, guardas, seguranças (Antonio; Mansano, 2023). Nessa dinâmica da configuração da imagem masculina, ao exercerem seus trabalhos de segurança pública, isto é, de defender a coragem de lutar, combater, enfrentar perigos, promover a justiça e a ordem, esses homens, também, acabam construindo uma defesa da honra viril, dentro e fora do trabalho.

Assim, no intuito de organização do trabalho desses homens para lidar com as relações de prazer e sofrimento, bem como de adoecimento e saúde, são necessários procedimentos metodológicos capazes de lidar com essas psicodinâmicas do trabalho e essas dimensões de gênero masculino e demais questões psicossociais que atravessam e constituem as atividades desses homens em diferentes contextos em que eles atuam. Portanto, apresenta-se aqui uma proposta de intervenção que é uma adaptação mais lúdica da clínica psicodinâmica do trabalho de Mendes e Araújo (2012).

Santos (2021), Muniz e Morais (2023) e Stoffer (2023) comprovam a eficácia da ludicidade e enfatizam, em seus estudos, a importância e relevância do uso de elementos lúdicos, isto é, de um conjunto de técnicas, métodos, instrumentos e materiais que tornam uma atividade, capacitação, um treinamento, uma pesquisa ou intervenção mais atrativa, no intuito de estimular cognitiva e afetivamente os participantes com diferentes dinâmicas, jogos, abrindo espaço para múltiplas formas tanto de se apropriar dos conteúdos compartilhados quanto de estratégias de participação, interação e expressão de todos os envolvidos. Antonio e Mansano (2023) e Di Santo *et al.* (2023), por exemplo, realizaram atividades lúdicas, em forma de roda de conversa, e obtiveram resultados promissores com homens que atuam na segurança pública, uma vez que, culturalmente, os homens, nas suas formações e expressões de identidade de gênero masculino, tendem a ter mais resistências de expressar seus afetos. Assim, a atividade criou condições e espaço seguro, incentivando essas expressões do campo afetivo para que todos pudessem compartilhar, elaborar, reelaborar e ressignificar desafios psicossociais distintos dos participantes.

Historicamente, o serviço de segurança pública é constituído, majoritariamente, por trabalhadores homens. Estudos que investigam a organização do trabalho dessa categoria profissional apontam dinâmicas que atravessam diferentes complexidades que vão desde a identidade de gênero, performance de gênero, orientação sexual, à construção de defesa viril para lidar com essas e demais questões que afetam negativamente a saúde mental desses homens (Antonio; Mansano, 2023; Lima; Nogueira, 2022; Silva; Melo, 2021; Costa *et al.*, 2022; Silva; Vargas; Holanda, 2023; Souza, 2017; Walger; Santos; Gulin, 2022).

Na Psicodinâmica do Trabalho (PdT), segundo Mendes e Araújo (2012), a organização do trabalho é caracterizada pelos tipos de tarefas que executam as divisões do trabalho, as normas e regras, os tempos e ritmos, a quantidade e qualidade do trabalho, as exigências técnicas e interpessoais, as relações intersubjetivas com os pares e as chefias, os estilos de gestão, as responsabilidades e os riscos de trabalho. Assim, a organização do trabalho da segurança pública implica: uso da virilidade desses homens, uso de suas forças física e afetiva (emocional, sentimental), resistência e resiliência, no sentido de serem "firmes", "duros", "machos" (Ekşi, 2018; Salem; Larkins, 2021, p. 76), tanto para lidarem com as adversidades no trabalho quanto para planejarem, manterem, organizarem e desempenharem suas tarefas diárias. Não demonstrar fraqueza e emoções, fazer-se de forte e embrutecer-se são aspectos da formação do gênero masculino que possuem fortes representação e repercussões na subjetividade de um homem (Salem; Larkins, 2021).

Os serviços da segurança pública são marcados por prejuízos materiais e imateriais diversos, como falta de reconhecimento, de suporte, de treinamento, entre outros, intensificando diferentes fontes de sofrimento e adoecimento. Neste estudo, destacam-se especificidades sobre o trabalho do guarda civil municipal (e/ou metropolitano – GCM), no qual há singularidades que requerem atenção especial. Tal carreira é marcada por prejuízos psicossociais que reconfiguram as relações de prazer e sofrimento, bem como as de saúde e adoecimento, sobretudo quando atravessadas por questões do gênero masculino (Di Santo *et al.*, 2023; Queiroz *et al.*, 2020; Sousa *et al.*, 2021; Souza; Antloga, 2017). Dentre os principais prejuízos, destacam-se as estratégias de Estado, administrativas e interpessoais, sobre qualidade de vida no trabalho, não oferecendo programas organizacionais que acompanhem a complexidade dos quadros de saúde mental dos guardas (Antonio; Mansano, 2023); além das faltas de reconhecimento, suporte organizacional e treinamento, a precarização do trabalho e as lacunas no acompanhamento das demandas psíquicas dos coletivos desses trabalhadores (Souza, 2017; Walger; Santos; Gulin, 2022).

Nesse processo, o trabalhador da Guarda se vê refém de ocupar o papel de herói, ao defender ("guardar", proteger) patrimônios, monumentos, prédios, praças, escolas, unidades de saúde municipais e os cidadãos, contra possíveis depredações, violências. Essa atividade laboral, marcada por inúmeras relações de afeto, traz consigo o peso da responsabilidade em não falhar diante do Outro (campo de linguagem) e de si mesmo. Um fardo que muitas vezes é sentido como invisibilidade, improdutividade e algo sem relevância.

Segundo Pinheiro (2023), a maioria dos homens demonstra e sustenta atitudes e comportamentos viris como forma de negação da castração. Esta negação da castração se manifesta justamente em recusa à figura feminina, devido à constatação da ausência do falo nas mulheres. Assim, muitos homens, sequer, têm a oportunidade de rever, questionar ou assumir um posicionamento crítico e reflexivo sobre o que é "ser homem", "ser mulher", bem como outras possibilidades que abrangem discussões sobre corpo, gênero e sexualidade.

No caso dos trabalhadores da organização Guarda Civil são duplos os papéis masculinos assumidos por esses homens. O primeiro seria referente à sua história de vida, isto é, sua realidade fora do trabalho, enquanto filho, marido, pai, avô, entre outros. Em relação ao segundo papel, este seria sobre a posição que esse trabalhador assume no trabalho como um ser que precisa firmar-se como um super-homem, um herói.

Há outros elementos sociais, políticos e econômicos que agravam, principalmente, a saúde mental desses homens. Dentro da carreira da segurança pública da organização Guarda Civil, por muito tempo, esta não foi reconhecida enquanto poder de Polícia pelos demais profissionais da área: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária. O que resulta tanto em sanções materiais e imateriais no contexto de trabalho, no que diz respeito à posse e aos treinamentos com arma de fogo, por exemplo, quanto ao *status* dentro da profissão e ao reconhecimento entre os demais trabalhadores da segurança pública e da sociedade em geral.

Ser da Guarda Civil Municipal, em alguns cenários, pode ser fonte de sofrimento, vergonha e desamparo. Dentre vários fatores, um exemplo é a histórica baixa remuneração salarial, que pode tornar a carreira menos atrativa. Além disso, mesmo que atualmente já observemos avanços e mudanças positivas na organização e nas condições do trabalho da Guarda Civil em diferentes municípios do Brasil, Antonio e Mansano (2023) afirmam que, historicamente, é perceptível certo menosprezo dos demais trabalhadores da segurança pública com essa categoria profissional, que ainda precisa lidar com diferentes fontes de precarização.

Foi apenas com o advento da Lei nº 13.022/14 (Brasil, 2014) que a Guarda pôde ter seu reconhecimento como poder policial (Campos, 2015; Moraes; Augusto Jr., 2021), constituinte do rol dos demais servidores de segurança pública. A partir disso, outras movimentações e mudanças na carreira começaram a ganhar mais força, implicando em melhorias de trabalho por um lado, mas, por outro, em novos desafios. Considerando essa dimensão política e de direitos que atravessam a organização do trabalho, a PdT se faz potente para lidar com certas singularidades do trabalho da GCM.

Nesse sentido, dentro da PdT, tem-se a clínica psicodinâmica do trabalho. Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica que se interessa, entre outros elementos, em abrir um espaço de escuta/fala aos trabalhadores de forma democrática, estimular a cooperação, oportunizar momentos para os participantes terem uma construção de pensamento crítico e reflexivo, em prol de um trabalho mais digno, justo e saudável. Assim, a partir de uma demanda coletiva, é possível acolher os afetos, compartilhar os desafios e evidenciar fontes de sofrimento e angústia no trabalho, em prol de ações mais criativas tanto para prevenção do adoecimento quanto para a promoção de saúde mental.

Desenvolvida por Dejours, a clínica é repensada e reelaborada para a realidade brasileira por diferentes perspectivas (Ghizoni *et al.*, 2014), indo ao encontro da proposta de adaptação na presente pesquisa. Assim, o objetivo deste estudo foi promover uma intervenção a partir de uma adaptação mais lúdica da clínica psicodinâmica do trabalho, com homens servidores da segurança pública da Guarda Civil, na região Centro-Oeste do país, com a demanda do coletivo desses trabalhadores sobre gênero masculino e saúde mental.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa (Martínez; Rey; Puentes, 2019), fruto de uma tese de doutorado, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Foi utilizada uma adaptação do modelo da Clínica Psicodinâmica do Trabalho, das autoras Mendes e Araújo (2012). Tal modelo consiste em 5 dispositivos, a saber: a) demanda (coletivo de trabalhadores adoecidos que demandam intervenção do pesquisador com formação em Clínica Psicodinâmica do Trabalho); b) elaboração (organização, estruturação, ressignificação dos afetos) e perlaboração (sair da repetição e construir novos caminhos); c) construção de laços afetivos (elo entre todos os envolvidos a partir da escuta; nomeação dos afetos); d) interpretação (dar sentido/significado à fala); e e) formação (técnica, ética e afetiva) do pesquisador-clínico (a subjetividade do próprio pesquisador como constituinte do processo). O procedimento diferenciado usado foi a ludicidade: esses dispositivos foram atravessados e incorporados por atividades e elementos mais didáticos, lúdicos, no intuito de torná-los mais atrativos e efetivos, estimulando as interações de fala/escuta com os guardas homens, considerando que, conforme já mostrado aqui, historicamente, os homens têm mais dificuldade de expressar suas emoções, fontes de sofrimento e adoecimentos psíquicos, conforme detalhados adiante.

De forma sucinta, a partir de uma demanda coletiva, tal intervenção consistiu em abrir um espaço de fala/escuta aos trabalhadores, no qual eles pudessem compartilhar, elaborar e perlaborar suas vivências de prazer/sofrimento. Ademais, a atividade elaborada permitiu a expressão dos pensamentos, afetos, emoções, sentimentos e ações que impactam e constituem suas subjetividades. Por conseguinte, houve a construção de novos rumos e destinos ressignificando precarização, fontes de sofrimento e adoecimento no trabalho.

A demanda recebida e abordada neste artigo foi de um coletivo de homens com adoecimentos psíquicos diversos, que trabalham na segurança pública no Centro-Oeste brasileiro. A chefia responsável pelos tra-

balhadores informou que muitos estavam consumindo álcool em excesso ou apresentavam-se adoecidos, que passaram por junta médica e, consequentemente, foram diagnosticados com depressão, crises de ansiedade, estresse pós-traumático, entre outros, geralmente sendo realocados para o administrativo, não sendo autorizados para serviço externo. Portanto, se prontificaram a buscar ajuda para prevenção do adoecimento psíquico e intervenção com os adoecidos, para a promoção de saúde mental.

O espaço de fala/escuta foi adaptado de forma mais lúdica, estruturado em rodas de conversa, a partir de diferentes atividades que estimularam a fala dos trabalhadores homens que atuavam na segurança pública, na qual foram articulados e sobrepostos os dispositivos de Mendes e Araújo (2012). Segundo estudo de Di Santo *et al.* (2023, p. 102) sobre gênero e sexualidade, o uso da roda de conversa enquanto método, na qual, entre outros temas, foram criadas condições para "[...] diálogos sobre masculinidade, sociedade patriarcal e machismo", se mostrou potente por abrir espaço para a compreensão e reflexão sobre as atividades propostas. Os participantes puderam compartilhar seus afetos e suas opiniões, concordando, discordando ou acrescentando pontos de vista.

Indo ao encontro da proposta dos dispositivos da clínica psicodinâmica, porém com adaptações tanto mais lúdicas quanto ao conteúdo da demanda e de seu público, a escolha da adaptação para o formato de roda de conversa se deu para sair do formato tradicional de ouvir a demanda dos trabalhadores e/ou fazer perguntas para o coletivo. O objetivo foi usar dinâmicas diversas, deixando um contexto mais favorável para a participação dos trabalhadores que solicitaram nossa intervenção, considerando que, na literatura, tem-se que os homens têm mais resistência de compartilhar seus afetos e aderir a atividades de cuidado e saúde (Costa *et al.*, 2023). Na roda de conversa, oportunizou-se um contexto no qual os homens poderiam se sentir mais à vontade para falar.

Foram estruturados seis encontros, quinzenalmente, com 9 trabalhadores do sexo masculino. Todos tinham, em média, mais de 40 anos de idade, eram heterossexuais, pais, casados ou divorciados e com mais de 10 anos de atuação de guarda civil. A pesquisa contou com apoio de estudantes de Psicologia para dar suporte técnico às atividades. A chefia permitiu que os encontros fossem realizados em uma das unidades de trabalho, no turno vespertino, na sala de treinamento, entre 13h e 18h.

A sala era um pouco escura (com baixa luz natural, cortina para não deixar o sol passar por causa do calor e luz artificial à disposição), climatizada, com carteiras que foram organizadas em círculo em todos os encontros. Foram feitos intervalos curtos para café e/ou descanso, em torno de 10 a 30 minutos, dependendo da dinâmica da atividade do dia e da disposição dos participantes. Essa adaptação da clínica é advinda da articulação de um projeto de extensão sobre saúde do trabalhador, em parceria com a mobilização de um coletivo da prefeitura do local estudado, que encaminhou tal demanda dos trabalhadores para intervenção.

Todas as atividades foram transcritas, gerando textos. Foi utilizada análise de conteúdo para realizar as interpretações e construção de categorias (Bardin, 2011). Também foi realizado um diário de campo com anotações das atividades, descrição e detalhes das vivências nos encontros. Seguem a caracterização e o tempo aproximado para a realização de cada atividade:

- **1º encontro**: conhecimento da demanda, apresentação dos participantes, explicação das regras, organização dos encontros, cronograma das atividades.

- 1.1: palestra sobre saúde mental e bem-estar no trabalho, apresentação e formação do pesquisador-clínico (30 minutos);

- 1.2: dinâmica de apresentação dos participantes: em duplas, cada um apresentava seu colega, compartilhando o que conversaram e informações livres sobre eles: nome, idade, gênero, estado civil, de onde é, o que gosta de fazer, questões sobre o trabalho, cargo, quanto tempo atua enquanto agente de segurança pública, etc. Após a apresentação, abriu-se espaço para debate e interações. Na ocasião, foi debatido sobre o tema da palestra e os participantes foram questionados se havia diferenças entre homens e mulheres para cuidar da saúde (80 minutos);

- 1.3: apresentação do Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho – Proart (Facas, 2013). Foram distribuídos os instrumentos de forma impressa, para o preenchimento (60 minutos);

- 1.4: explicação e expectativas dos próximos encontros (20 minutos).

• **2º encontro**: apresentação do Proart (Facas, 2013). O Proart possui 4 escalas: contexto de trabalho (escala_1), estilo de gestão utilizada na organização (escala_2), vivências em relação ao trabalho atual (escala_3) e problemas físicos, psicológicos e sociais causados, essencialmente, pelo trabalho (escala_4). São vários os itens em cada escala, nos quais os trabalhadores podem avaliar, em uma escala do tipo *likert*, variando de 1 (nunca), 2 (raramente), 3 (às vezes), 4 (frequentemente) a 5 (sempre). São considerados itens com risco alto os com média a partir de 3,7 a 5; risco médio os de 2,30 a 3,69; e de baixo risco os de 1,0 a 2,29, para itens negativos. Para itens positivos, basta inverter. A descrição dos riscos, segundo Facas (2013, p. 122) é a seguinte:

  Risco alto – Resultado Negativo, representa altos riscos psicossociais. Demanda intervenções imediatas nas causas, visando eliminá-las e/ou atenuá-las.

  Risco médio – Resultado mediano, representa um estado de alerta/situação limite para os riscos psicossociais no trabalho. Demanda intervenções a curto e médio prazos.

  Risco baixo – Resultado positivo, representa baixos riscos psicossociais. Aspectos a serem mantidos, consolidados e potencializados na Organização do Trabalho.

  E, por fim, três questões abertas: "Deseja fazer algum comentário sobre os itens respondidos?"; "Quais são as principais dificuldades que você enfrenta em seu trabalho?"; e "Como faz para lidar com essas dificuldades?" (Facas, 2013, p. 189-190).

- 2.1: apresentação e discussão dos resultados do Proart (90 minutos);

- 2.2 : expectativas dos próximos encontros (20 minutos).

• **3º encontro**: momento lúdico no qual os participantes são convidados a construir dois cartazes. Os 9 participantes foram divididos em 2 grupos: o grupo 1 com 5 participantes e o grupo 2 com 4. Cada grupo recebeu 2 cartazes. Em um dos cartazes foi instruído que eles colocassem as fontes de prazer e/ou saúde no trabalho e, no outro cartaz, as fontes de sofrimento e/ou adoecimento. Eles poderiam escolher um título para cada cartaz. Foram levadas revistas, colas, tesouras e demais objetos escolares para que eles colassem imagens e escrevessem frases nos cartazes para ilustrar seus pensamentos, sentimentos, afetos etc. (130 minutos).

- **4º encontro**: momento lúdico no qual todos assistiram ao filme "DivertidaMente", que explicita a manifestação das emoções de uma personagem adolescente que está em processo de várias mudanças na vida. Após o filme, foi realizada uma conversa sobre as emoções na vida pessoal e profissional, especialmente no trabalho, os desafios diários e as superações na vida (filme – 95 minutos);

- 4.1 conversas sobre as emoções no trabalho: raiva, alegria, tristeza, "nojinho" (sentimento de repulsa) e medo, entre outros afetos e sentimentos, e as diferenças entre homens e mulheres em relação às emoções (90 minutos).

- **5º encontro**: dinâmica grupal para aprofundar em um tema trazido pelo próprio grupo;

- 5.1: tema livre sobre questões do trabalho. Foi dada a instrução: "o que acontece e/ou o que aconteceu no seu trabalho que tira o seu sono?". Cada participante trouxe uma demanda/uma queixa/um tema, e o mais votado, democraticamente, seria o centro da atenção para compartilhar com os demais. Surgiram 3 temas (1- sobre o novo treinamento ostensivo da Guarda; 2- sobre a carreira na segurança pública e 3- sobre desvalorização profissional) e o mais votado/escolhido foi o tema da desvalorização profissional. Foi questionado a eles se o fato de serem homens agravava a questão de se sentirem desvalorizados (120 minutos).

- **6º encontro**: conversa e *feedback* do grupo sobre as vivências das atividades. Foi dada a palavra de forma grupal (aberta a todos que quiseram, livremente, falar) e individual (foi feita uma rodada na qual cada participante teve de falar sobre a experiência de ter participado da adaptação da clínica psicodinâmica do trabalho proposta e o que aprendeu nos encontros). Foi um momento de avaliação de todos: pesquisador clínico e demais envolvidos. Foram anotadas novas demandas e realizados novos encaminhamentos: validação, encaminhamentos e encerramento do grupo (120 minutos).

Todo o processo metodológico gerou muitos resultados e materiais para análise, por isso optou-se evitar os recortes de falas literais, como é feito tradicionalmente, para trazer os temas mais significativos e que foram nucleares para a construção das categorias. Houve o embasamento nas frequências das discussões, na intensidade da interação dos trabalhadores e o impacto que as interações/falas mobilizaram nos demais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O 1º encontro permitiu acionar o dispositivo pautado na (re)construção de laços de confiança e investimento em uma atividade comum, no qual abriu-se espaço para todos se apresentarem e falarem um pouco de si, cada qual apresentado pelo colega que compôs a dupla na apresentação. Alguns deles já se conheciam e trabalharam juntos, realizando trabalhos externos de segurança. Outros se conheceram no exercício das tarefas administrativas e/ou na formação do grupo deste estudo em questão. Portanto, foi tanto um contexto de construção de laços com os envolvidos com as atividades, incluindo os pesquisadores, quanto de reconstrução com os demais que já se conheciam. Como resultado, foi um momento de descontração e horizontalização do grupo, dando abertura para a fala e espaço para os afetos. No início, as falas estavam mais diretas, sem aprofundamento, mas, do meio para o final da dinâmica, eles começaram a se identificar com as falas dos colegas, interagindo entre as falas das outras duplas, complementando memórias e características do colega apresentado.

Algumas informações, com conteúdo de dentro e de fora do contexto trabalhista, foram novas para os colegas de profissão. Tal situação potencializou o processo de identificação, como: as configurações familiar e ancestrais de cada um, os hobbies, algumas dificuldades que passaram antes e durante o ingresso na carreira de segurança pública etc.

A palestra sobre saúde mental e bem-estar no trabalho serviu tanto para atender uma demanda do coletivo que solicitou saber mais sobre os referidos temas quanto para apresentar a formação dos pesquisadores, potencializar e contextualizar os objetivos dos nossos encontros. Ao final da palestra, seguido da apresentação, foi aberto diálogo sobre diferenças entre homens e mulheres em relação à saúde. Foi unânime a conclusão de que mulher se cuida mais, em todos os sentidos, e se previne mais em relação ao adoecimento, principalmente ao mental. O conteúdo da palestra foi relembrado e (re)ativado em diálogos de outros encontros e, conforme demonstrado nos resultados, possibilitou ressignificações, interações e novas configurações e estratégias para lidar com as fontes de sofrimento e adoecimento psíquico no trabalho.

O 2º encontro ficou mais focado no aprofundamento dos possíveis riscos psicossociais que o coletivo percebia. Nas quatro escalas que classificam os riscos enquanto baixo, médio e alto, todas tiveram resultados de risco médio, o que sugere "[...] alerta/situação limite para os riscos psicossociais no trabalho. Demanda intervenções a curto e médio prazo [...]" (Facas, 2013, p. 122). Todos os 9 participantes responderam a todas as questões fechadas, mas nenhum respondeu às questões abertas. Eles foram questionados sobre o porquê de não terem respondido e convidados a responderem no coletivo, de forma oral.

Sobre a questão "Deseja fazer algum comentário sobre os itens respondidos?", foi unânime a pauta da saúde mental. Segundo os participantes, aquela era a primeira vez que eles recebiam uma intervenção daquela natureza. Eles elogiaram e agradeceram aos pesquisadores e à gestão por permitirem tal iniciativa de atender à demanda deles e agradeceram a todos os demais envolvidos. Os trabalhadores argumentaram que se sentiam acolhidos, ouvidos e que isso causava bem-estar.

Esses sentimentos de pertencimento são importantes, pois permitem criar novos significados que em outros contextos de atividades corriqueiras, gestão e organização do trabalho não seriam possíveis.

Sobre a pergunta "Quais são as principais dificuldades que você enfrenta em seu trabalho?", as respostas divergiram. As interações mais profundas e que mobilizaram mais diálogos e intensidade nas interações foram sobre o fato de, muitas vezes, eles terem de ir trabalhar para prestar serviço de segurança não tendo treinamento de qualidade e equipamentos de segurança oferecidos pela organização para trabalhar. A partir das experiências e vivências dos sujeitos participantes, no contexto em que eles participaram da pesquisa, referente ao momento histórico que adoeceram e foram afastados, notou-se que houve desvalorização, descaso e desamparo da organização para com essas situações e demais itens relacionados à baixa remuneração e falta de reconhecimento no trabalho.

Vale ressaltar que a GCM está em constante processo de melhoria e que, desde 2013, conta com parcerias da Polícia Militar para treinamentos e outros suportes. Ainda, a nível federal, muitas guardas tiveram diferentes tipos de investimento para otimizar infraestrutura, armamentos diversos (inclusive mais pesado, com fuzis, por exemplo) e, em muitos munícipios, até com equipes para ações especializadas, treinamento, carreira, salário, etc. Portanto, como a equipe desta pesquisa teve acesso aos guardas homens afastados, foi possível aferir que essa desvalorização remete-se ao histórico e processo do adoecimento, quando esses trabalhadores não tinham acesso a tais mudanças mais recentes. O que cabe refletir, outrossim,

na melhora da estratégia de suporte psicossocial para todos, realizando acompanhamento sistematizado, de qualidade, em especial, quiçá, realizar programa específico para os guardas mais antigos e/ou afastados, atrelando essas questões de gênero, adoecimento e processo de afastamento e/ou remanejamento em outros espaços da guarda, mais voltado para funções administrativas.

Referente à última questão "Como faz para lidar com essas dificuldades?", as respostas foram singularizadas, sem consenso. Eram todas estratégias individuais: um disse que não fazia nada; outro disse que ia para igreja e fazia orações; outro disse que espairecia no consumo de bebida alcoólica, ou fazendo exercícios físicos, ou jogando futebol; outro argumentou sobre tratamento e se cuidar com medicamentos. Os demais ouviram e não complementaram. A questão do alcoolismo foi comentada, porém não aprofundadas por eles.

O 3º encontro resultou na construção de quatro cartazes, com figuras de revistas recortadas e coladas no cartaz e alguns textos "dando voz" às figuras. Desses quatro cartazes, destaca-se no Quadro 1, abaixo, o cartaz feito pelo grupo 1, por haver elementos icônicos na atividade e que se repetiram nos demais cartazes do grupo 2. As demais figuras e os textos dos outros três cartazes serão descritos adiante.

QUADRO 1

Cartaz feito pelos trabalhadores homens do grupo 1

As dificuldades do trabalho	
Figura colada no cartaz	**Frases (literais) que os trabalhadores homens escreveram próximo à imagem colada no cartaz**
1. Super-herói	*A população precisa que sejamos seus heróis. Temos condições para isso?*
2. Bolsa de sangue	*Na tentativa de sermos heróis damos o sangue; para nossa corporação*
3. Pessoa com uma arma de fogo	*O desafio: trabalhamos em trabalho que necessita armamento para própria proteção do guarda – só que a corporação de 1300 guardas apenas 300 possui porte e armamento*
4. Um gato e um cachorro "Guia de saúde do pet"	*Representa o policiamento comunitário. A guarda é amiga da população*
5. Um homem com as palmas das mãos para frente, insinuando um movimento de calma (se defendendo)	*Mediador de conflitos o GCM tem que ser moderador.*
6. Mãos próximas ao tornozelo insinuando dor	*O trabalho às vezes traz dores intensas*
7. Um ciclista e um pedestre insinuando um desentendimento	*Às vezes há maus relacionamentos entre os próprios GCMs e chefias.*
8. Relógios (de pulso)	*Cargas horárias pesadas – escalas. Dificuldades para chegar nos horários p/ assumir os postos de trabalho.*
9. Pessoas no ambiente de trabalho	*Há dificuldades de entrosamento para realização do trabalho em equipe*

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O outro cartaz do grupo 1 teve o título "*Os prazeres do trabalho nosso de cada dia*". Seguem alguns destaques das figuras coladas por eles e suas respectivas frases: Duas pessoas dando as mãos: "*As amizades*

que fazemos"; As palavras e frase "sociedade; respeito; relacionamento: "*Nosso compromisso é construir o melhor"*; Um homem com sacos de dinheiro e moedas em volta dele: "*É bom recebermos o pagamento para saldarmos nossas dívidas, comprar bens e ter bem-estar"*; Cozinha com eletrodomésticos: "*O dinheiro que ganhamos nos ajuda a trazer bem-estar"*.

O grupo 2 fez um cartaz com o título apontando os desafios de ser guarda. Figura de um *laptop* projetando uma imagem de dois balões de diálogo, com a seguinte frase: "*Falta de comunicação entre os GCMs dentro da corporação"*; Um soldado prestando continência com a palavra "ditadura" acima: "*Existe uma certa ditadura de alguns comandantes"*;. Instrumentos cortantes: "*Falta de EPIs pertinentes à função exercida"*;. Pessoas uniformizadas escalando um prédio: "*Pouco treinamento específico"*;. Cabideiro: "*Inacessibilidade da chefia superior"*;. Caixa azul com objetos de decoração dentro dela: "*Espaço físico inadequado"*;. Frutas fatiadas com letras, insinuando classificação/hierarquia: "*Os benefícios são para poucos"*.

O outro cartaz do grupo 2 teve o título "*Exercício do prazer"*. Colaram uma figura na qual tinham 3 pessoas uniformizadas e armadas com a frase escrita por eles: "*Valorização com equipamentos e treinamento*"; Imagem da modelo Gisele Bündchen: "*sonho GCM"*;. Refeição: "*Adequada alimentação diária: orientação*";. Academia para exercícios físicos: "*Sonho: academia estruturada"*; e, por último, destaca-se a imagem, colada por eles no cartaz, de um troféu: "*Somos vitoriosos e...*".

Como é possível notar, a descrição das figuras e frases remetem ao reforço de uma masculinidade na qual representam certa virilidade para assumir o papel do macho (Ekşi, 2019). Emergem relações desses trabalhadores enquanto provedores, aqueles que saem para trabalhar e são os responsáveis por levar o salário para casa/família, promovendo bem-estar para si dentro e fora do trabalho: o herói da casa, o marido, o filho, o pai, o avô etc.

Conforme já explicitado na introdução deste artigo, o trabalho deles implica em uma dupla exigência de sua masculinidade. Uma na qual ele nasceu com a genitália masculina e, como tal, é esperado dele assumir a identidade de gênero masculina, cumprindo o papel histórico e cultural de ser homem perante a sociedade. A outra seria no contexto e atividade de trabalho, no qual precisa ser o super-homem: aquele que salva as pessoas, que protege os patrimônios públicos, se identificando com a figura do herói. Herói este que usa sua farda, legitimando-o, socialmente, enquanto um homem autorizado a assumir o papel de segurança pública e usar suas armas para exercer o seu trabalho de "guardar", proteger, promover a segurança e honrar essa farda diariamente (Carvalhedo, 2021; Di Santo *et al.*, 2023; Queiroz *et al.*, 2020, Souza; Antloga, 2017; Barbosa; Miranda; Bessa, 2021).

São vastos os elementos que se configuram nessa discussão de gênero e corroboram com a masculinidade/virilidade como a preocupação com o físico: questão básica para desempenhar suas atividades cotidianas de segurança pública. Assim, reforçam a necessidade de se alimentar bem, de ser bem treinados e ter um bom condicionamento físico. Um fator que chamou a atenção foi terem colocado a figura feminina como almejada, de modo a aprovar uma perspectiva de determinada masculinidade hegemônica e heteronormativa, comum, reforçada, legitimada, reconhecida e esperada histórico-cultural e socialmente da figura masculina, em diferentes momentos históricos e civilizações, naturalizando e banalizando o que é próprio do homem macho, do super-homem e, consequentemente, do herói, como eles mesmos se reconhecem, se identificam. Isto é, de serem fortes, valentes, corajosos, imponentes, que controlam e não demostram suas fraquezas e emoções (Pereira, 2022).

Essas reflexões mantêm a fantasia do herói de, por exemplo, salvar uma mulher, (a donzela, a princesa em perigo), supostamente indefesa. Reverbera a analogia que eles podem se tornar uma figura mais aceita e respeitada perante seus pares, homens, e mais atraente para o sexo oposto, por terem um uniforme que os blindam socialmente, como o macho, o herói, atribuindo binarismo e papéis intransponíveis de gênero. Tudo isso, a fim de demarcarem fronteiras rígidas do que é ser homem e do que é ser mulher, com bases sexistas e míopes sobre gênero (Kothe, 2022; Pereira, 2022; Salem; Larkins, 2021; Ferreira; Borges, 2021; Barbosa; Miranda; Bessa, 2021).

Entretanto, os participantes desta clínica do trabalho reconhecem algumas contradições que assumem formas de castrações no exercício das suas profissões. Castrações no sentido de que, ao passo que devem assumir o trono da figura do herói, tendo o dever de proteger os patrimônios e as pessoas, eles se veem impedidos de assumir tal figura. Isso ocorre porque, segundo as narrativas dos sujeitos participantes, eles vivenciaram um contexto histórico de trabalho no qual a organização não tinha condições de oferecer os treinamentos e materiais de trabalho adequados para eles ocuparem o papel do herói (ou super-herói), muito menos terem suporte psicossocial para lidar com as consequências das diferentes precarizações do trabalho que eles passaram. Portanto, eles se sentiam heróis destronados, angustiados, desamparados, isto é, castrados, impotentes perante o real do trabalho, não podendo exercer funções e responsabilidades que estão intimamente atreladas à identidade de gênero masculino (o "macho" viril) enquanto aquele que detém comando, controle e oferece proteção à população. Nesse cenário, tiveram como consequências prejuízos no desempenho e na saúde mental, sendo afastados e/ou realocados de funções administrativas, impactando configurações de afeto e da sua subjetividade dentro e fora do trabalho.

Nesse processo, eles argumentam que a organização do trabalho não oferece o treinamento e os equipamentos e armamentos necessários para assumirem suas próprias atividades. Ademais, não há nem acompanhamento às demais questões de gestão e cuidados com a saúde física e mental. Essas questões refletem em sentimentos de angústia, desamparo e impotência, mesmo eles "dando o sangue" para que o trabalho seja realizado (Mendes; Araújo, 2012).

Contudo, a figura do herói não pode ser desprezível, uma vez que faz traço e marca a diferença fornecendo a ilusória sensação encarnada nas atividades do cotidiano. E esse imaginário do herói atravessa e constitui diariamente os afetos, as formas de pensar, agir e sentir, isto é, o processo de subjetivação dos guardas civis, plasmando uma constante tensão entre prazer e sofrimento. Nessa relação, eles se dão conta que em poucos momentos se apropriam dessa figura de herói. Na maioria das vezes, o real do trabalho é imperativo ao situar esses homens que, na maior parte do seu tempo laboral, são impedidos de ter acesso a tal figura e contexto de heroísmo; em razão do complexo cenário de adversidades que desenhamos aqui. Assim, ser um guarda que já está rotulado e estigmatizado como "adoecido", cumprindo suas atividades com funções administrativas, alheias ao patrulhamento e policiamento comunitário, de promover a proteção, segurança e guarda dos patrimônios públicos da cidade e das pessoas, é desautorizar a identificação do gênero masculino que o constitui enquanto sujeito, desvirilizando e destronando a figura do herói.

Mas há um além da demanda e do desejo: o sofrimento. Noutra escrita literal, os guardas também anunciaram que: "*Na tentativa de sermos heróis damos o sangue; para nossa corporação*". Para pensar essa questão, há a necessidade de constatar, em primeiro plano, uma inerência constitutiva, o *Pathos*. Segundo Martins (1999), o *Pathos* é algo que diz respeito ao sofrimento e é parte do humano, por isso mesmo qualifica tudo o que diz respeito a esse termo. Em suma, o sofrimento se inscreve, queira-se ou não, no

percurso de vida do humano vivente, mesmo porque, na maioria das vezes, não depende dele. Por exemplo, sofre-se quando um amigo sofre, quando familiares padecem, quando a miséria do mundo mostra a agudeza da vida em carne viva, dentre outras fatores. No entanto, algumas vezes, os modos de sofrer se colocam como escolha, ainda que inconsciente.

Talvez esse seja o caso desses trabalhadores, pois ocupam um lugar que pode ser entendido como uma não obrigação necessária. Estar nesse lugar implica reconhecer a impotência diante de muitas situações cotidianas, a começar pela mais premente: trabalhar para prover seu sustento, sua sobrevivência. Portanto, existem sutilezas nas formas de sofrer (e/ou adoecer) que implicam um quadro problemático, podendo se revelar em alcoolismo, depressão, fadiga crônica, entre outros.

O 4º encontro possibilitou um espaço de fala sobre as emoções, no qual os participantes relataram os raros momentos de alegria no trabalho. Os trabalhadores relataram sentir alegria e gratidão quando eram reconhecidos pelos cidadãos por alguma ajuda e/ou pela prestação de segurança para eles. Apontaram também sobre o reconhecimento quando apareciam na mídia, na qual a reportagem sinalizava uma ação relevante, digna de se sentirem orgulhosos de atuarem na Guarda, na segurança pública.

As emoções cujas falas foram mais intensas e tiveram mais profundidade foram sobre raiva, medo e tristeza. Sentiam raiva pelas injustiças da organização do trabalho, pelos baixos salários, pelo sentimento de inutilidade e impotência. No que tange ao medo, este era refletido pelas incertezas de não saberem se voltariam vivos para casa no dia seguinte, pelos pesadelos de não conseguirem mais trabalhar e de não terem mais renda ou pela redução dessa. Houve também medos relacionados à questão da falta de equipamento adequado, treinamento, principalmente quando atuavam nas ruas, antes de adoecerem psiquicamente. Por último, ao retratarem sobre a tristeza, emergiram fatores ligados às injustiças, inseguranças e à falta de reconhecimento da população e da própria organização.

Sobre as emoções, também foi aberto ao diálogo sobre as diferenças de gênero: "As mulheres são mais emotivas em comparação aos homens?"; "Como os homens manifestam suas emoções?"; "Como os homens lidam com as suas emoções?". Os que falaram disseram que as mulheres choram mais, falam mais sobre seus problemas pessoais e se abrem mais sobre o que sentem com outras pessoas, em relação aos homens; e muitos concordaram com essa posição. Os participantes relataram que os homens expressam mais alegria e raiva, tendem a não demonstrar medo e tristeza, e falam menos sobre suas emoções e afetos, sobre o que pensam e o que sentem, com outras pessoas, guardando para si suas fraquezas.

Sobre como os homens lidam com suas emoções, a maioria dos participantes gosta de se descontrair com os amigos, beber cerveja (dentre outras bebidas alcoólicas), sair para caminhar, jogar futebol, entre outras atividades (jogar baralho, assistir a um filme, assistir ou ouvir a transmissão de futebol na rádio etc.). Os participantes desta pesquisa evitam falar sobre suas questões pessoais ou profissionais que envolvam emoções de medo ou tristeza, ressaltando os episódios de alegria, em que venceram algo, ou relembrando algo divertido, fonte de prazer.

Houve, portanto, entre outros processos, negação das fontes de sofrimento e do adoecimento. Registrou-se, por exemplo, um relato no qual um dos participantes foi diagnosticado pela junta médica com o quadro de depressão. Ele argumentou que esse "negócio de depressão" era algo que ele nunca pensou que teria, por isso demorou mais de três anos para aceitar e começar a entender que precisava de suporte de profissionais e de outras pessoas que integravam sua rede pessoal/familiar e do trabalho. O trabalhador expressou que somente se deu conta disso, e de todo o processo, depois de muito lutar para

aceitar que estava doente e precisando de ajuda. O apoio e o auxílio da equipe médica e, principalmente, do acompanhamento psicológico, individualizado, da própria unidade de segurança pública onde atuava foram primordiais para seu tratamento. A partir desse relato, outros se manifestaram corroborando com esse cenário em que se viam com dificuldades de aceitar sobre seus quadros de adoecimento psíquico e da necessidade de acionar ajuda.

O 5º encontro foi marcado por falas que descreveram o contexto de desvalorização da categoria, no qual aprofundaram e ampliaram o diálogo. O sentimento de não se sentirem reconhecidos, segundo eles, não era somente da própria organização do trabalho e gestão da segurança pública que trabalham, mas sim da sociedade e dos próprios familiares.

Houve relatos de sentimento de impotência, de castração, vinculado aos fatores de que essa desvalorização se dava tanto pelos baixos salários quanto pelas faltas de equipamentos adequados, em quantidade e qualidade para todos, treinamento e suporte organizacional, impactando a saúde mental e as relações interpessoais dentro e fora do trabalho. Em síntese, havia a circularidade no ambiente como um todo marcada por uma espécie de fenotipagem ancorada na cultura do (des)valor, direcionando a reflexão sobre o herói destronado. Quanto a isso, indaga-se como escapar do que constitui nosso processo de subjetivação.

Foi dito, em diferentes relatos, que eles ouviam da população que "esses guardinhas não servem para nada", que nem arma tinham para proteger as pessoas. Acrescentaram o menosprezo dos outros profissionais de segurança pública e como isso aumentava o sentimento de insegurança, impotência e desamparo, já que não solicitavam e nem recebiam suporte adequado para lidar com essas demandas mais subjetivas sobre saúde mental e gênero. Relataram também que, quando adoecidos, tinham redução na remuneração e boa parte do salário era para custear os medicamentos. Como consequência, ocorria o impacto no orçamento familiar, enfraquecendo ou desfazendo o casamento deles com suas parceiras. Essa condição afetava inclusive suas relações com filhos, amigos, demais parentes e seus humores e afetos com as pessoas no trabalho; mais uma vez, destronando o herói.

No último e 6º encontro, os participantes puderam compartilhar suas vivências, avaliando a experiência e aprendizagem das atividades articuladas em todos os encontros. Houve relatos sobre a importância de terem, pela primeira vez, um espaço de fala, no formato coletivo. Os participantes argumentaram sobre a potência da adaptação da clínica psicodinâmica do trabalho, que o formato foi atrativo e criativo para eles se sentirem à vontade para falar sobre muitas coisas que não tinham falado antes para ninguém. Em uma linha: falar mobiliza a existência e cria mundos.

Os encontros ganharam contornos e qualidades distintas mediados pelo vínculo afetivo estabelecido com os trabalhadores, possibilitando aprofundamentos e oportunidades de elaborações, perlaborações, ressignificações sem precedentes. Eles reconheceram as diferenças entre homens e mulheres para lidar com questões sobre saúde mental e emoções. Muitos se deram conta que parte de suas angústias e processos de adoecimentos se deram a partir da organização do trabalho e o fato de serem do gênero masculino agravava o quadro de adoecimento. Pelo fato de não encontrarem, no processo, alternativas mais criativas e saudáveis para enfrentarem suas fontes de sofrimento e adoecimento psíquico, acabavam negando-as.

Avaliaram a experiência da clínica como positiva, dizendo que deveriam ter conhecido essa adaptação antes e que acreditam que esse espaço de fala pode auxiliar outros trabalhadores nas suas demandas, no que diz respeito à saúde mental, principalmente as articuladas com as questões de gênero, indo ao

encontro dos estudos de Santos (2021), Muniz e Morais (2023) e Stoffer (2023) sobre a potência e eficácia da ludicidade e, especialmente, nas intervenções dos autores Antonio e Mansano (2023) e Di Santo *et al.* (2023), por adaptarem suas intervenções lúdicas com o público masculino. Os resultados e a discussão da intervenção foram encaminhados para o fortalecimento de continuidade e novas ações para o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), uma instituição de educação e pesquisa filantrópica e comunitária da região, sindicatos, dentre outros coletivos, para parcerias em prol da desmistificação das questões do gênero masculino, segurança pública e da saúde mental de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, com adaptação mais lúdica, se mostrou eficaz no processo de ressignificação dos processos de saúde mental dos homens investigados, especialmente no que diz respeito à reflexão sobre o impacto que as questões do trabalho da segurança pública e do gênero masculino afetam suas vidas dentro e fora do trabalho. Ainda, o exercício de falar e ouvir os demais colegas da profissão mobilizou novas conscientizações e ações em prol do bem-estar, da saúde e qualidade de vida no trabalho de segurança pública metropolitana. Portanto, a ludicidade, conforme detalhado, mostrou-se potente para estimular participação, fala/escuta e outras formas de expressão do campo afetivo, levando à reflexão e sugestão de que atividades dessa natureza possam constituir a formação de todos, especialmente dos homens, desde a infância, em diferentes contextos e instituições: escola, família, entre outros...

A partir dos resultados da intervenção realizada por meio dos encontros construídos da adaptação feita da clínica psicodinâmica do trabalho, conclui-se que a organização do trabalho forja a virilização, fundindo suas estruturas ideológicas, estratégias, seus desejos, suas demandas e necessidades no corpo e na subjetividade dos guardas, sendo a base de seus pensamentos e de suas ações, a partir da colonização dos seus afetos, interferindo, significativamente, na vida deles, nos diferentes espaços que atuam, para além do trabalho. Nesse sentido, pensar a dimensão do Eu com a atividade laboral envolve muitas nuances no processo de subjetivação desses homens, mescladas, sobrepostas e atravessadas pelas singularidades do gênero masculino, resultando no destronamento da figura do herói que ora é revelada enquanto quadros de adoecimentos psíquicos, ora é um campo fértil de ressignificação de diferentes fontes de sofrimento e do próprio adoecimento.

Para estudos futuros, incentiva-se: mais adaptações lúdicas e brasileiras das clínicas do trabalho; maximizar estudos de gênero e trabalho; construir e fortalecer políticas públicas na defesa de mais dignidade, cidadania e suporte organizacional, justiça e saúde aos profissionais de segurança pública.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Camila de Araujo; MANSANO, Sonia Regina Vargas. O Trabalho imaterial de guardas municipais: uma análise psicossocial. **Revista Psicologia & Saúde**, Campo Grande, v. 14, n. 3, p. 161-176, 2023. DOI: https://doi.org/10.20435/pssa.v14i3.1872. Acesso em: 31 mar. 2024.

BARBOSA, Milena de Souza; MIRANDA, Jade Milena Fonseca de; BESSA, Sônia. Estereótipos de gênero e super-heróis: um estudo realizado com crianças do ensino fundamental. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 739-756, 2021. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v9i2.13205. Acesso em: 31 mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, ed. extra, p. 1, 11 ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm. Acesso em: 31 mar. 2024.

CAMPOS, Lima Mauriti de. Análise jurídica da Lei N° 13.022 de 08/08/14 diante das atribuições constitucionais das polícias militares. **Homens do Mato**: Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, Cuiabá, v. 15, n. 1, p. 184-201, 2015. Disponível em: https://revistacientifica.pm.mt.gov.br/index.php/semanal/issue/view/RHM_Vol_15_n_1_2015. Acesso em: 31 mar. 2024.

CARVALHEDO, Ierê Fraga. **Errância de gênero**: percursos para uma relação de desejo entre nós. 2021. 104 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24882. Acesso em: 31 mar. 2024.

COSTA, Felipe dos Santos; SILVA, Jorge Luiz Lima da; TEIXEIRA, Liliane Reis; ALMEIRA, Giulia Lemos de; RAMOS, Gabriella Filippini Silva. Determinantes sociais de saúde e associação com danos à saúde mental da população masculina. **Revista Pró-UniverSUS**, Vassouras, v. 13, n. 1, p. 65-73, 2022. DOI: https://doi.org/10.21727/rpu.v13i1.3178. Acesso em: 31 mar. 2024.

COSTA, Melissa Guterres; OLIVEIRA, Adriane Maria Netto de; SILVA, Bárbara Tarouco da; FRANCIONE, Fabiane Ferreira; EBLING, Sandra Beatris Diniz; CARVALHO, Vanessa Franco de; BORDIGNON, Simoní Saraiva. Inclusão de homens em serviços de saúde e atividades educativas: percepção dos pais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 44, p. 1-10. 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2023.20220047.pt. Acesso em: 31 mar. 2024.

DI SANTO, Marcella Suarez; SOUSA, Wanessa Ferreira de; NASCIMENTO, Jordanna Maria de Souza Silva do; LIMA, Mikéias Carvalho de. Gênero e sexualidade em rodas de conversa: uma análise de projeto desenvolvido no instituto federal de Goiás (IFG), campus Valparaíso. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 39, p. 101-113, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.7700558. Acesso em: 31 mar. 2024.

EKŞI, Betül. Police and masculinities in transition in Turkey: from macho to reformed to militarized policing. **Men and Masculinities**, v. 22, n. 3, p. 491-515, 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/1097184X18768377. Acesso em: 31 mar. 2024.

FACAS, Emilio Peres. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho** – contribuições da psicodinâmica do trabalho. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/15420. Acesso em: 31 mar. 2024.

FERREIRA, Daniel Victor Sousa; BORGES, Jacquelaine Florindo. Policiamento comunitário: dicotomias e imagens fraturadas nas práticas de segurança pública. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 13, n. 3, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21118/apgs.v13i3.10486. Acesso em: 31 mar. 2024.

GHIZONI, Liliam Deisy; MEDEIROS, Solene Nobre de; CARVALHO, Gerusa Menezes de; SANTANA, Priscila Moreira; MAGNUS, Cláudia de Negreiros; LIMA, Perla Alves Martins; MORAES, Rosângela Dutra de; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDESM Ana Magnólia. Clínica Psicodinâmica do Trabalho: a prática em diversos contextos de trabalho. **Revista Desafios**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 74-94, 2014. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p74. Acesso em: 31 mar. 2024.

KOTHE, Flavio René. **O herói**. 1. ed. São Paulo: Cajuína, 2022.

LIMA, Taynara Kelle de Menezes; NOGUEIRA, Clarissa de Pontes Vieira. Saúde mental de policiais militares do Nordeste brasileiro: uma revisão integrativa de literatura. **Revista de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes, v. 16, n. 61, p. 40-57, 2022. DOI: https://doi.org/10.14295/idonline.v16i61.3478. Acesso em: 31 mar. 2024.

MARTINS, Francisco. O que é phatos?. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 62-80, 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/1415-47141999004005. Acesso em: 31 mar. 2024.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; REY, Fernando González; PUENTES, Roberto Valdés (Orgs.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia: Edudu, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-502-2. Acesso em: 31 mar. 2024.

MENDES, Ana Magnólia; ARAÚJO, Luciane Kozicz Reis. **Os dispositivos clínicos para escuta qualificada**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

MORAES, Jucimar Inácio de; AUGUSTO JR., Paulo de Tarso. As atribuições das polícias militares no Sistema de Segurança Pública conforme a Constituição federal de 1988. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, [*s.l.*], v. 4, n. 9, p. 112-126, 2021. DOI: https://doi.org/10.36776/ribsp.v4i9.144. Acesso em: 31 mar. 2024.

MUNIZ, Júlia Luiza; DE MORAIS, Pauliane Aparecida. A eficácia da arterapia para o tratamento de distúrbios emocionais em pessoas idosas durante o período pandêmico: uma revisão bibliográfica. **Caderno de Diálogos**, Itaúna, v. 5, n. 1, p. 71-80, 2023. Disponível em: https://periodicos.faculdadefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/view/135/73. Acesso em 31 jan. 2025.

PEREIRA, Lorena Padilha. **Gênero, violência e a (des)construção da masculinidade**: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro. 2022. 169 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/54444. Acesso em: 31 mar. 2024.

PINHEIRO, Júlia Haueisen. A virilidade e a vigorexia: uma reflexão psicanalítica. **Mosaico**: Estudos em Psicologia, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 4-15, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/37059. Acesso em: 31 mar. 2024.

QUEIROZ, Iasmim Belém Silva; SOUSA, Allex Alves; LUNA, Cícera Alves de Lun; GURGEL, Lucineide Coqueiro; SAMPAIO, Samyra Maria Lima; LUNA, Thayná Bezerra de; SOUSA, Carmelita Maria Silva; CORDEIRO, Abigail de Almeida; LUZ, Dayse Christina Rodrigues Pereira; SANTANA, Willma José de. Abordagens de sexualidade e gênero na saúde do homem: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, n. 43, 2020. DOI: https://doi.org/10.25248/reas.e3000.2020. Acesso em: 31 mar. 2024.

SALEM, Tomas; LARKINS, Erika Robb. Violent masculinities: Gendered dynamics of policing in Rio de Janeiro. **American Ethnologist**, v. 48, n. 1, p. 65-79, 2021. DOI: https://doi.org/10.1111/amet.13005. Acesso em: 31 mar. 2024.

SANTOS, Reynaldo Soares Coelho dos. A possibilidade de uma prática lúdico-dialógica na reflexão do tema drogas nas escolas públicas. **Cadernos de Educação Básica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 25-37, 2021. DOI: https://doi.org/10.33025/ceb.v6i3.2719. Acesso em: 31 jan. 2025.

SILVA, Rafael Pereira; MELO, Eduardo Alves. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, n. 10, p. 4613-4622, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.10612021. Acesso em: 31 mar. 2024.

SILVA, Guilherme Bertassoni da; VARGAS, Raíssa Miranda da Cunha; HOLANDA, Adriano Furtado. Prática Policial e o Not Being-at-ease: a importância do investimento em saúde mental na polícia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 332-347, 2023. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2023.v17.n2.1683. Acesso em: 31 mar. 2024.

SOUSA, Anderson Reis de; ALVES, Gilson Vieira; QUEIROZ, Aline Macêdo; FLORÊNCIO, Raíssa Millena Silva; MOREIRA, Wanderson Carneiro; NÓBREGA, Maria do Perpétuo Socorro de Sousa; TEIXEIRA, Elizabeth; REZENDE, Murilo Fernandes. Saúde mental de homens na pandemia da COVID-19: há mobilização das masculinidades?. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 74, supl. 1, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0915. Acesso em: 31 mar. 2024.

SOUZA, Ronaldo Gomes. **Gênero, sofrimento e virilidade**: psicodinâmica do adoecimento no trabalho dos guardas civis metropolitanos de Goiânia. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/31428. Acesso em: 31 mar. 2024.

SOUZA, Ronaldo Gomes; ANTLOGA, Carla Sabrina. Psicodinâmica do trabalho masculino e a defesa da virilidade: uma questão de gênero. **Trabalho (En)Cena**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 18-38, 2017. DOI: https://doi.org/10.20873/10.20873/2526-1487V2N2. Acesso em: 31 mar. 2024.

STOFFER, Brunna Julliane. A importância e eficácia da ludicidade na dinâmica de grupo como metodologia no processo de treinamento. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 11, n. 232, p. 1-22, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.35265/2236-6717-232-12580. Acesso em: 31 jan. 2025.

WALGER, Carolina de Souza; SANTOS, Ariane; GULIN, Larissa. Saúde mental masculina: um estudo sobre a procura por auxílio profissional. **Revista PsicoFAE**: Pluralidades em Saúde Mental, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 52-67, 2022. DOI: https://doi.org/10.55388/psicofae.v11n2.397. Acesso em: 31 mar. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

DESAFIOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: O GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES EM NÍVEL ESTRATÉGICO DA PMPB

VINÍCIUS PHILLIPE DE ALBUQUERQUEMELLO

Bacharel em Economia e Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Professor Substituto do Departamento de Economia da UFPB e Tenente da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

País: Brasil **Estado:** Paraíba **Cidade:** João Pessoa

E-mail: vinicius.phillipe@hotmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0003-0487-7320

ONIERBETH ELIAS DE OLIVEIRA

Bacharel e especialista em Segurança Pública pela Polícia Militar da Paraíba. Especialista em Gestão Estratégica na Segurança Pública pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), é Tenente-Coronel da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) e atualmente exerce o cargo de Chefe do Centro de Contratações da PMPB.

País: Brasil **Estado:** Paraíba **Cidade:** João Pessoa

E-mail: onierbeth@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0002-5450-5920

Contribuições dos autores: Vinícius Phillipe de Albuquerquemello contribuiu substancialmente na concepção e no planejamento do projeto, na obtenção de dados, na análise e interpretação dos dados, na redação e revisão crítica do conteúdo e na aprovação da versão final do manuscrito. Onierbeth Elias de Oliveira contribuiu significativamente na elaboração do rascunho, na revisão crítica do conteúdo e na aprovação final do artigo para publicação.

Agradecimentos: Os autores agradecem ao Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) pela autorização institucional para a realização desta pesquisa, bem como à Direção do Centro de Educação da PMPB pelo apoio logístico fundamental. Expressamos também nossa sincera gratidão a todos os oficiais e praças da corporação que contribuíram diretamente com o estudo, viabilizando a coleta de dados e o enriquecimento das análises.

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de diagnosticar o grau de conhecimento na feitura de projetos de captação de recursos, dos gestores em nível estratégico da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Para isso, foi adotado um questionário estruturado como instrumento de coleta junto aos oficiais superiores, participantes do 1º Curso de Comando e Estado-Maior – CCEM, curso qualificante e habilitador para promoção ao posto de Coronel e alto comando da instituição, para levantar e analisar a compreensão desses sobre projetos de captação de recursos. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica e a elaboração de gráficos autoexplicativos foi feita em *Power BI*. O estudo permitiu concluir que investir em qualificação profissional por meio de um curso institucional, para produzir mão de obra especializada,

bem como na elaboração de um Procedimento Operacional Padrão – POP, para elaboração de projetos de captação de recursos, são essenciais para o futuro da instituição.
Palavras-Chave: Polícia Militar. Projetos de captação de recursos. Fundo Nacional de Segurança Pública.

CHALLENGES IN SECURING FUNDING FROM THE NATIONAL PUBLIC SECURITY FUND: THE LEVEL OF KNOWLEDGE AMONG STRATEGIC-LEVEL MANAGERS OF THE PMPB

ABSTRACT

This study was developed to diagnose the level of knowledge in preparing fundraising projects by strategic-level managers of the Military Police of the State of Paraíba. To this end, we adopt a structured questionnaire as an instrument to collect responses from senior officers regarding their knowledge about fundraising projects. The respondents are participants of the 1st Command and General Staff Course (CCEM), a course that qualifies and enables for promotion to the rank of Colonel and high command of the institution. The data were tabulated in an electronic spreadsheet, and the preparation of self-explanatory graphs was done in Power BI. The study concluded that investing in professional qualification through an institutional course to produce a specialized labor force, as well as the development of a Standard Operating Procedure (SOP) for the development of fundraising projects, are essential for the future of the institution.
Keywords: Military Police. Fundraising projects. National Public Security Fund.

Data de recebimento: 14/10/2024 **Data de aprovação:** 31/10/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2279

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, permearam o debate nacional, principalmente em época de campanha eleitoral, o crescimento dos índices criminais, a necessidade de adequação das forças de Segurança Pública para o atendimento de grupos vulneráveis, o absenteísmo e o adoecimento psicológico dos policiais. Ao mesmo tempo, o crescimento e fortalecimento da mídia e internet ampliaram a divulgação de notícias e fatos relativos à segurança pública, submetendo cotidianamente as ações policiais ao crivo da população.

Assim, o contexto ensejou a criação de políticas de Segurança Pública em nível federal, algo até então mais afeto às forças estaduais. Em 2018, o Congresso Nacional aprovou a criação do Sistema Único de Segurança Pública – Susp, pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, aumentando a coordenação e governança do Governo Federal.

Nesse sentido, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, instituído pela Lei federal nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, surgiu como um instrumento financeiro que viabiliza e apoia projetos estaduais, distritais e municipais, na área de Segurança Pública e Prevenção à Violência, conforme as diretrizes instituídas pelo Susp. Desse modo, visa, por exemplo, ao fortalecimento de iniciativas que promovam a prevenção e o combate à criminalidade, à modernização das instituições de Segurança Pública, a uma maior capacitação profissional e investimentos tecnológicos.

Há ainda outras benesses. Costa e Grossi (2007) enfatizam que a iniciativa de criação do FNSP promove o favorecimento e a cooperação entre agências de polícia, por exemplo, pela integração entre agências de inteligência e com o compartilhamento de dados e informações relevantes. Já Nunes e Lima (2023) citam o papel que essa política tem tido para coordenação e cooperação federativa, alinhando ações estaduais às diretrizes definidas pela União.

Conforme a Lei federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que revogou a legislação anterior, inovando-a, a gestão do FNSP cabe ao Ministério da Justiça e são fontes de financiamento desse: receitas decorrentes da exploração de loterias (destinação obrigatória de 50% do valor arrecadado); receitas de aplicações de recursos diretos do FNSP e do patrimônio do FNSP; bens móveis e imóveis apreendidos ou sequestrados em decorrência de atividades criminosas perpetradas por organizações criminosas, salvo quanto ao tráfico de drogas, dotações da Lei Orçamentária Anual e Créditos Adicionais; recursos de contratos, convênios e acordos firmados com instituições públicas e privadas; recursos da alienação de bens perdidos em favor da União; e fianças quebradas e perdidas.

Nunes e Lima (2023) levantaram no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento que o valor destinado ao fundo saiu de algo em torno de R$ 500 milhões em 2002, para R$ 2 bilhões em 2022.

Os recursos do FNSP destinados a cada estado são recebidos por transferências fundo a fundo, de modo que, a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP nº 426, de 4 de agosto de 2023, estabelece os percentuais de rateio (Brasil, 2023c). Esses percentuais decorrem de critérios técnicos definidos nas Portarias MJSP nº 275 (Brasil, 2021), nº 322 (Brasil, 2023a) e nº 415 (Brasil 2023b), por exemplo: extensão territorial; população; efetivo policial; índices criminais; etc.

Para a Paraíba, em 2024, o percentual foi de 3,5, o que implica em uma disponibilidade orçamentária de R$ 37.941.714,80, valor esse bastante expressivo, tendo em vista que, pela Lei Orçamentária Anual de 2024, o orçamento discricionário da Polícia Militar foi de R$ 41,87 milhões.

O acesso a esses recursos ocorre por meio dos procedimentos previstos na Portaria MJSP nº 737, de 23 de agosto de 2024 (Brasil 2024b). Essa portaria define ainda a forma de acompanhamento e prestação de contas dos recursos. Entre outros, deve-se elaborar anualmente um plano de aplicação desses recursos para o exercício financeiro seguinte, conforme as áreas temáticas da Portaria MJSP nº 685, de 2024 (Brasil, 2024a), sendo que 80% dos recursos deverão ser destinados à redução das mortes violentas intencionais, ao enfrentamento ao crime organizado e à proteção patrimonial, por meio de ações que previnam a criminalidade e fomentem à defesa social; 10% para o enfrentamento da violência contra a mulher; e 10% para melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

Sendo os recursos para Segurança Pública, concorrem a esses: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militares. Contudo, ao analisar a situação da Polícia Militar da Paraíba – PMPB, percebem-se dificuldades cotidianas para estruturação e formulação de projetos persuasivos ao Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – CONESDS.

Nesse sentido, surge a seguinte **pergunta-problema**: qual é o grau de conhecimento, na elaboração de projetos de captação de recursos, dos gestores em nível estratégico da instituição?

Assim, este trabalho tem como **objetivo geral** diagnosticar o grau de conhecimento na feitura de projetos, dos gestores em nível estratégico da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Como **objetivos específicos**, tem-se: apontar as iniciativas institucionais da PMPB quanto à capacitação em gestão de projetos; e descrever as exigências e os procedimentos requeridos para a ocorrência de repasses do FNSP, pela análise da legislação vigente.

As demais partes do trabalho são divididas da seguinte forma: na segunda seção, tem-se a Fundamentação Teórica; a terceira seção apresenta a Revisão da literatura sobre projetos de captação de recursos públicos e a Legislação Específica; na quarta seção, demonstra-se a Metodologia; na quinta seção, os Resultados da pesquisa; a sexta seção tece as Conclusões; por fim, tem-se as Referências, os Apêndices e Anexos.

PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme o PMI (2018), em sua obra PMBOK, 6ª edição, um projeto consiste em um esforço que é temporariamente empreendido para consecução de um resultado único, como um produto, um serviço, um documento, um processo de execução de uma atividade.

Vargas (2018) arrola como características de um projeto: feito não repetitivo; tem objetivo claro e definido; é conduzido por pessoas; demanda recursos planejados e especificamente alocados; segue uma sequência lógica; tem início, meio e fim. Por exemplo, pode-se citar a implementação de um *software* para gestão de informações corporativas, ou ainda, a realização de um curso de capacitação profissional.

Lafer (2014) destaca ainda que a apresentação de justificativa plausível, objetivos claros, atividades bem planejadas, orçamentos e cronograma consoante com o contexto histórico, político e social é fator determinante para aprovação de um projeto. Prates *et al.* (2006) chama as ações acima como articulação de múltiplas áreas do saber.

Reich e Wee (2006) mencionam que a gestão de projetos pode ser concebida em diversos processos, que se agrupam em cinco etapas: iniciação; planejamento; execução; monitoramento e controle; e encerramento. Assim, o gerenciamento de projetos requer, entre outras coisas, a identificação dos requisitos, a definição do escopo, o estabelecimento do padrão de qualidade aceitável, a elaboração do seu cronograma, um levantamento do seu orçamento requerido e uma estimativa do nível de risco aceitável.

Santos (2019) separa os ciclos de captação de recursos públicos por meio de projetos da seguinte forma:

a) 1ª fase: pesquisa de documentos para verificação das regras do jogo impostas pela concedente, por exemplo, em editais, portarias, chamamento público, ofício, etc.

b) 2ª fase: elaboração de documentos que prevejam os itens necessários para atingir os resultados esperados, como o projeto, o termo de referência dos itens que se deseja adquirir e o plano de trabalho.

c) 3ª fase: inicia-se após o desembaraço dos recursos, sendo o imediato emprego do gestor, conforme o que preconiza a lei de licitações e contratos.

d) 4ª fase: trata-se do monitoramento e controle, que, apesar de dividida para fins didáticos, ocorre ao longo de todo o projeto, com ênfase no momento da execução; para isso, estabelece métricas de acompanhamento quanto à eficiência e eficácia.

e) 5ª fase: é a prestação de contas. Quando o convênio firmado se encerra e é preciso entregar documentos fiscais, contábeis, patrimoniais, relatórios, entre outros, que comprovem ao concedente e aos órgãos fiscalizadores a forma de emprego dos recursos.

Trazendo para a Segurança Pública, o gerenciamento de projetos tem sido comumente empregado para captação de recursos financeiros. Anualmente, o legislativo estadual aprova a Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima as receitas e fixa as despesas a serem realizadas por cada poder no exercício seguinte. Contudo, na maioria das vezes, tem-se recursos insuficientes para Segurança Pública, dado que a maior parte do orçamento é comprometida com folha de pagamentos de pessoal. É nesse contexto que são elaborados projetos que visam captar recursos, principalmente junto ao orçamento da União, por exemplo: Emendas, Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Fomento, Colaboração e de Parceria, Termo de Execução Descentralizada.

De acordo com Costa (2012), converter boas ideias em projetos que viabilizem recursos para Segurança Pública perpassa compreender sobre: I – Informações e Procedimentos Fundamentais para Captação de Recursos; II – Programas de Governo (como identificar, pesquisar e captar); III – Emendas Parlamentares; IV – Ações viabilizadoras.

No primeiro grupo, tem-se os Princípios Norteadores da Administração Pública, o Embasamento legal, as Modalidades de Transferência de recursos federais, conceitos básicos, instrumentos. No segundo grupo, tem-se a compreensão recorrente de Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, o conhecimento do Catálogo dos programas do governo federal, legislação aplicada, manuais e cartilhas. O terceiro grupo requer a noção de emendas parlamentares, quanto ao conceito, a tipos, aplicações, destinações, impedimentos de ordem técnica, procedimentos e prazos para operacionalização e execução. O quarto grupo, trata-se de acordo com o Chamamento Público, com realização do Cadastramento e a elaboração da Proposta, do Plano de Trabalho, do Projeto Básico, do Termo de Referência, prevendo ainda cláusulas suspensivas e contrapartidas.

REVISÃO DA LITERATURA

Para se ter uma ideia do quanto a literatura em projetos de captação de recursos públicos para instituições de segurança pública tem avançado, Santos (2019) cita a criação de escritórios de desenvolvimento de projetos pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, bem como para o Corpo de Bombeiros Militar desse estado. Nesse sentido, o autor mostra que a centralização nas secretarias estaduais limita a obtenção de recursos, sendo necessária a alternativa supracitada.

Amaro (2021), por sua vez, menciona o uso de projetos na celebração de convênios de recursos federais para as instituições militares do Pará. O estudo culmina com a propositura de algumas melhorias administrativas para incremento nos recursos captados junto à União, como a criação de um setor especializado, com foco em FNSP, emendas parlamentares e transferências voluntárias.

Na mesma linha, Ramos e Costa (2023) apontam que um estudo institucional culminou com a criação de um escritório de projetos na Polícia Militar do Estado de Sergipe, o que se mostrou como uma prática acertada, tendo ampliado o volume de recursos captados.

Na Polícia Militar do Paraná, Vieira (2023) relata que o uso de projetos de captação de recursos inclusive financia a área de ensino da instituição, com o Colégio da Polícia Militar, por exemplo, para aquisição de equipamentos informáticos de ponta e na construção de laboratórios de ensino.

Spaniol, Moraes Jr. e Rodrigues (2020) mencionam que a necessidade de adequação a Planos e Programas Nacionais de Segurança surgidos recentemente exige das instituições estaduais Planejamento Estratégico, algo até então negligenciado. E que na ausência desse é baixa a redução na criminalidade. Nesse sentido, uma das soluções seria a elaboração de projetos descentralizados, o que na prática é a criação de escritórios de projetos para as instituições de segurança pública. Assim, haveria um melhor diálogo com os entes e dedicação com os editais e as exigências da União.

No tocante à captação de recursos de transferências fundo a fundo (do Fundo Nacional de Segurança Pública para o Fundo Estadual de Segurança e Defesa Social), além da parte referente ao conteúdo do projeto, existem uma série de especificidades e requisitos que devem ser satisfeitos para que o projeto possa ser aceitável. Essas são expostas na Portaria MJSP nº 685, de maio de 2024, que regulamenta as áreas temáticas para uso eficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, seguindo a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Brasil, 2024a).

EXIGÊNCIAS GERAIS DA PORTARIA MJSP Nº 685

Em primeiro lugar, os estados e o Distrito Federal deverão apresentar um plano de ação que contemple projetos, ações, objetivos, resultados e impactos, alinhados com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS e às áreas temáticas desta portaria.

Esse plano de ação deverá conter indicadores e metas específicas definidos pelos estados e pelo Distrito Federal e que reflitam as realidades locais, bem como sejam adequados para as atividades e ações a serem financiadas pelo fundo. Também devem demonstrar a correlação e/ou causalidade entre os resultados buscados e os efeitos diretos das intervenções propostas em curto e longo prazos.

Para isso, os indicadores criminais devem considerar os dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.

São impactos esperados: diminuição no adoecimento de profissionais de segurança pública; melhoria na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social; maior integração entre unidades de saúde e instituições de segurança pública; fortalecimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública – Pró-Vida; maior percepção de segurança em pesquisas de opinião; redução: dos impactos econômicos do crime, da letalidade, de índices de criminalidade violenta, relacionada às drogas, de crimes contra grupos vulneráveis e patrimonial, de vitimização policial e suicídio policial, do absenteísmo por doenças ocupacionais, dos riscos à liberdade individual das pessoas, da impunidade; da melhoria: da qualidade de vida e bem-estar social; credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública.

Os planos de ação elaborados pelos estados e pelo Distrito Federal devem versar sobre as seguintes áreas temáticas, de acordo com os percentuais de recursos: I) redução de mortes violentas intencionais, combate ao crime organizado, proteção patrimonial, prevenção criminal e fomento à defesa social, 80%; II) enfrentamento da violência contra a mulher, 10%; III) melhoria da qualidade de vida dos profissionais de Segurança Pública, 10%. Sendo que 30% dos recursos deverão ser atribuídos para custeio e 70% para investimento nas áreas I e II; e 50% para custeio e 50% para investimento na área III.

Além disso, a estruturação das ações deve obedecer aos seguintes componentes: I) diagnóstico detalhado do problema; II) mecanismo de governança e acompanhamento do resultado das ações; III) desenvolvimento institucional com capacitação e adoção de tecnologias; IV) aquisição de bens e serviços. Também é importante frisar que os recursos não podem ser destinados para pagamento de despesas e encargos sociais de pessoal, atividades administrativas e aquisição de material de escritório, medicamentos, brindes e assemelhados, havendo um anexo com um rol exemplificativo de itens financiáveis.

Para a área temática I, tem-se como diretrizes e ações: I) integração de registro e despacho de ocorrências com aperfeiçoamento digital e adoção de centrais conectadas ao Sinesp; II) uso de câmeras corporais e veiculares; III) prevenção social e situacional da violência; IV) implementação do novo documento de identidade nacional; V) facilidade nas operações entre os diferentes sistemas tecnológicas adotados nas instituições de segurança pública e defesa social; VI) policiamento comunitário; VII) fomento a melhorias na investigação e resolução de crimes por delegacias especializadas, ao controle de armas e munições, a atividades periciais, atendimentos pré-hospitalares e resgates, ações de inteligência, salvamento, busca e resgate; VIII) combate às organizações criminosas; IX) redução da letalidade policial; X) melhoramentos no sistema de gestão de informações; XI) elaboração de planejamento estratégico, gestão de riscos, gestão de resultados; XII) financiamento de pesquisas em segurança pública e defesa social; XIII) compra de equipamentos, materiais e insumos para atividades finalísticas de segurança pública.

Para a área temática do Enfrentamento à Violência contra Mulher, tem-se as seguintes ações: I) expansão e melhoria da Patrulha Maria da Penha e outros programas de prevenção de violência às mulheres e seu atendimento; II) expansão e melhoria de Delegacias Especializadas no Atendimento às mulheres vítimas de violência, em especial quanto à investigação criminal e ao atendimento; III) expansão e melhoria da Perícia criminal para situações de violência contra mulheres; IV) criação e melhoria de serviços de atendimento de urgência e emergência para mulheres que sofreram algum tipo de violência; V) capacitação de Servidores; VI) implementação ou melhoramento do sistema de gestão de informações integrado ao Sistema Nacional de Segurança Pública; VII) fortalecimento do combate ao feminicídio e tráfico de mulheres e meninas para exploração sexual; VIII) estímulo à participação social; IX) estímulo à repressão da violência contra a mulher e do machismo dentro das instituições; X) elaboração de planejamento estratégico, gestão de riscos e gestão de resultados; XI) elaboração de pesquisas, diagnósticos e estudos institucionais.

Quanto à área temática de Melhoria na qualidade de vida dos profissionais de Segurança Pública, com ênfase na saúde mental e atenção biopsicossocial, tem-se: I) acompanhamento e tratamento de saúde; II) ações de prevenção ao suicídio; III) estímulos à realização de atividade física e construção de hábitos saudáveis; IV) cuidados quanto a situações de estresse, confrontos com vítimas, riscos cotidianos, vício digital, incidentes, uso de drogas; V) cuidados com profissionais com alguma deficiência decorrente da atuação funcional; VI) diagnóstico e tratamento de doenças, bem como mitigação de riscos; VII) reabilitação para o trabalho; VIII) estudos sobre equipamentos para maior segurança no trabalho; IX) capacitação funcional; X) implementação ou melhoramento do sistema de gestão de informações integrado ao

Sistema Nacional de Segurança Pública; XI) elaboração de planejamento estratégico, gestão de riscos e gestão de resultados; XII) elaboração de pesquisas, diagnósticos e estudos institucionais; entre outros, como preparação para aposentadoria, políticas de reconhecimento profissional, assistência jurídica, etc.

Também é importante salientar que equipamentos e tecnologias adotados para as atividades de investigação, inteligência e perícia criminal devem ser auditáveis e rastreáveis, de modo a coibir abusos e usos inadequados. Na área de Enfrentamento da Violência contra a mulher não podem ser objetos de financiamento equipamentos mobiliários e materiais de escritório, salvo os usados para estruturação de unidades de combate e atendimento de situações de violência contra a mulher. Na área de Melhoria da Qualidade de Vida dos profissionais de Segurança Pública não pode ser financiado: armas e munições; medicamentos, viaturas, equipamentos de proteção respiratória, equipamentos de auditório, mobiliário, exceto o necessário para estruturação dos centros biopsicossociais, melhoria do ambiente de trabalho ou núcleos de ensino.

A Portaria nº 685/2024 (Brasil, 2024a) também versa sobre a possibilidade do uso dos recursos já repassados para situações de emergência ou calamidade pública, mediante o decreto do estado de emergência e de comunicação à Senasp sobre a forma de utilização do dinheiro. Ou seja, permite a utilização de um plano substitutivo para uso em curto prazo, até trinta dias, podendo esse prazo ser prorrogado mediante justificativa, mas sem ensejar a compensação com novos repasses ao ente federativo.

A transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP aos Fundos de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal é condicionada também pelos procedimentos arrolados na Portaria MJSP nº 440.

PORTARIA MJSP Nº 737: PROCEDIMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Dentre os procedimentos previstos para habilitação e posterior contemplação de uma unidade Federativa com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública estão: a instituição e o funcionamento do Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, bem como dos Conselhos Estaduais ou Distritais de Segurança Pública e Defesa Social; a existência de Plano de Segurança Pública e Defesa Social para o Estado ou Distrito Federal, aprovado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública; apresentação de um plano de aplicação, em cada exercício orçamentário, limitado aos bens e serviços previamente estabelecidos na Portaria MJSP nº 685, conforme as áreas temáticas. Os estados e o Distrito Federal deverão também:

> V – Existência de conjunto de critérios para a promoção e progressão funcional por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes de corpo de bombeiros militares;
> VI – Integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Justiça e Segurança Pública;
> VII – observância de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuam fora das corporações de segurança pública; e
> VIII – implementação e desenvolvimento de um plano estadual ou distrital de combate à violência contra a mulher (Brasil, 2024b).

A transferência de recursos ainda é condicionada à celebração anual de Termo de Adesão às áreas temáticas tratadas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e à existência de uma estrutura administrativa nos estados e no Distrito Federal que realize com exclusividade a gestão e a execução dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Nos planos de aplicação dos recursos supracitados devem obrigatoriamente constar: relação de metas e ações a serem executadas com os recursos; justificativa, diagnóstico do problema e metas esperadas após a intervenção, bem como formas de medição do resultado; indicação de valores e natureza de despesa de cada gasto proposto; estratégia de implementação, constando produtos e serviços a serem contratados, instituições beneficiárias e participantes; indicadores e metas; detalhamento do alinhamento com as Ações Estratégicas e Metas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; dados do Fundo Estadual ou Distrital, e também a data e assinatura do responsável pela gestão do Fundo.

Ainda sobre o plano de aplicação, este deverá seguir o modelo disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; terá prazo para o seu envio de até noventa dias, a partir de julho do ano-exercício anterior ao do repasse. Também é preciso que, no tocante à área temática "Enfrentamento da Violência contra a Mulher", contar com a participação do setor estadual ou distrital responsável pelas políticas públicas para mulheres.

O art. 10 da Portaria MJSP nº 737 prevê ainda que, para financiamento de construção, reforma e ampliação, é necessária a comprovação de projeto básico e documentos de titularidade dominial da área de intervenção (Brasil, 2024b). No entanto, é proibida a contratação de projetos de engenharia, salvo as necessárias para execução de obra prevista no plano de aplicação.

O Termo de Adesão tem validade até 31 de dezembro do segundo ano-exercício subsequente ao do repasse, mas poderá ter a execução dos recursos prorrogada por até sessenta dias, mediante ofício ou a pedido, pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, mediante justificativa e execução mínima de 35% dos recursos anteriormente pactuados.

Os recursos serão repassados de forma parcelada, em contas específicas e segregadas por exercício, área temática, natureza da despesa, criadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Deverão ser manuseados exclusivamente pelo meio eletrônico, não poderão ser transferidos para contas do ente ou outros entes federativos e, enquanto não utilizados serão automaticamente aplicados pela instituição financeira em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

É possível o uso excepcional dos recursos do FNSP para o enfrentamento de estado local de emergência ou calamidade pública, mediante requerimento ao Secretário Nacional de Segurança Pública que apresente o decreto do estado de emergência ou calamidade pública, descrição detalhada dos recursos a serem utilizados e prestação de contas por meio do Relatório de Gestão.

Tendo sido recebidos os recursos, cabe aos estados e ao Distrito Federal providenciar a inclusão desses em dotação específica de seus orçamentos; liquidar a despesa pública durante o prazo de validade; manter o registro contábil atualizado das despesas realizadas; afixar nos bens permanentes e obras adquiridos com recursos do fundo placas identificadoras do Governo Federal, Sistema Único de Segurança Pública e FNSP; comunicar com antecedência a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp sobre inaugurações de obras e entrega de equipamentos.

Quanto ao monitoramento físico e financeiro, deve-se dispor de sistema informatizado, tendo controle sobre as contas bancárias, bem como realizar a inspeção *in loco* de inaugurações e entregas. Deve-se ainda prover relatórios de detalhamento financeiro e demonstrativo de execução de despesas. A Senasp terá acesso a saldos e extratos de movimentações financeiras, podendo efetuar bloqueio das contas e do saldo bancário, bem como transferir recursos delas.

A prestação de contas dos recursos recebidos sujeita-se a relatório de gestão, de periodicidade anual, referente ao que foi feito ao longo do exercício financeiro.

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em 15 de novembro de 2019, foi decretada pela Assembleia Legislativa Estadual e sancionada pelo governador João Azevêdo Lins Filho a Lei nº 11.515, do estado da Paraíba, que altera a Lei nº 3.928, de 25 de outubro de 1977, que criou o Fundo Especial de Segurança Pública (Paraíba, 2019).

O então Fundo Especial de Segurança Pública passa a ser denominado Fundo da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba – FSDS, cabendo à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS, a sua operacionalização e suporte técnico e material.

De acordo com a lei, são objetivos do FSDS: garantir recursos para projetos, atividades e ações na área de Segurança Pública e prevenção à violência; prover, em caráter complementar, recursos para modernização, reequipamento, manutenção e aquisição de bens de consumo e serviços para o Sistema de Segurança Pública da Paraíba; formar e capacitar profissional operadores de Segurança Pública; informatização de arquivos e dados da Segurança Pública.

Para o cumprimento dos objetivos acima, tem-se como fontes de receitas: doações, contribuições em dinheiro, bens móveis e imóveis que venha a receber de organismos internacionais, nacionais ou pessoas físicas e jurídicas; recursos de convênios, contratos, acordos, repasses, parcerias e outros instrumentos firmados com outros entes; recursos da alienação de bens móveis do patrimônio da SESDS; juros e rendimentos financeiros da SESDS; recursos de repasses fundo a fundo; e outros recursos que não do tesouro.

MÉTODO

O presente trabalho parte da constatação de um problema cotidiano na Polícia Militar do Estado da Paraíba, a dificuldade na formulação de projetos de captação de recursos oriundos de transferências fundo a fundo, junto ao CONESDS. Assim, requer a compreensão sobre a temática, bem como quais as soluções realizadas por instituições coirmãs, que vivem a mesma realidade. Além disso, exige estudo e detalhamento da legislação estadual e federal. Também é preciso diagnosticar o nível de conhecimento que os gestores estratégicos da instituição possuem quanto à feitura de projetos e como esses podem impactar na captação de recursos do FNSP.

No que concerne ao diagnóstico interno, visando verificar o conhecimento dos gestores em nível estratégico da instituição PMPB quanto à feitura de projetos e como esses podem impactar na captação de recursos junto ao FNSP, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado. Esse foi dis-

ponibilizado em meio eletrônico, em *Google Forms*, com questões objetivas atinentes ao tema. Portanto, foi feito o que Neves e Domingues (2007) definem como uma abordagem qualitativa de caráter exploratório.

Em linhas gerais, o questionário é dividido em dois blocos de perguntas. O primeiro levanta a caracterização dos respondentes. Já o segundo aborda questões atinentes ao conhecimento quanto à gestão e elaboração de projetos, conforme pode ser visualizado no Apêndice.

Os respondentes consistiram em 82 oficiais superiores da PMPB, que foram participantes do 1º Curso de Comando e Estado-Maior – CCEM, ano 2024. O questionário foi enviado a todos, de modo que a participação foi espontânea e não identificada.

Essa amostra foi escolhida pois, conforme a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares), é esse curso que capacitará os gestores públicos em nível estratégico da instituição, qualificando-os para o desempenho de suas atribuições e habilitando-os para promoção ao posto de Coronel e nomeação ao cargo de Comandante-geral.

A análise dos dados levantados se deu por meio de tabulação em planilha eletrônica, com uso posterior de ferramenta de inteligência de negócios, *Power BI*, para elaboração de gráficos autoexplicativos e estatística descritiva. Nesse sentido, adota-se o que Gerhardt e Silveira (2009) definem como uma pesquisa quantitativa, em que se compreende melhor o problema pela análise estatística das informações.

RESULTADOS

Na Polícia Militar do Estado da Paraíba, o primeiro esforço para habilitação e capacitação de servidores em projetos e seu respectivo gerenciamento foi pela promoção do Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos, criado em 23 de junho de 2010, pela Portaria nº 0080/2010 do Centro de Educação da Polícia Militar.

Conforme o Boletim Institucional 126/2010, nesse curso foram inscritos 28 militares, sendo 20 oficiais e 08 Praças. Desde então, não houve outro curso específico para elaboração e gerenciamento de projetos na instituição. Contudo, houve a inserção da disciplina de gestão de projetos nos Cursos de Especialização em Segurança Pública, realizado pelos capitães como habilitação para o oficialato superior, a partir do ano de 2023.

Em 2024, com o advento da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 – Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, que estabeleceu a obrigatoriedade do Curso de Comando e Estado-Maior para os oficiais superiores, foi estreado na PMPB o 1º Curso de Comando e Estado-Maior Estratégico (CCEM). Este contou com a participação de 83 oficiais majores, tenentes-coronéis e coronéis da PMPB, teve duração de seis meses e contou com sete disciplinas, dentre elas, Gestão de Projetos. Dessa forma, formou inclusive um universo estatístico a ser estudado, quanto ao grau de conhecimento dos gestores em nível estratégico da PMPB, permitindo a aplicação do questionário descrito na seção Método. A análise das respostas pode ser verificada a seguir.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS RESPONDENTES

A análise das respostas ao questionário inicia-se com a caracterização geral dos respondentes, quanto ao posto que ocupam, idade, gênero, grau de instrução, tempo de serviço na PMPB e tempo em atividade de gestão administrativa na instituição.

Quanto ao posto que ocupam, dos 82 respondentes, tem-se: 12 coronéis (14,6%), 37 tenentes-coronéis (45,1%) e 33 majores (40,2%). A idade média dos respondentes é de 49 anos, com distribuição de frequência tri-modal, de 52, 50 e 47 anos. O oficial mais jovem tem 37 anos, enquanto o mais velho tem 61 anos. 86,4% são do gênero masculino, enquanto 13,6% são do gênero feminino, ou seja, 71 homens e 11 mulheres. No que concerne ao grau de instrução: 5 (6,1%) têm apenas graduação, 66 (80,5%) têm especialização, 10 (12,2%) possuem mestrado e 1,2%, doutorado (1).

No tocante ao tempo de serviço na PMPB: apenas 1 militar tem entre 16 e 20 anos (1,2%), 20 têm entre 21 e 25 anos de serviço (24,4%), 54 (65,9%) têm entre 26 e 30 anos de serviço, e 7 (8,5%) têm acima de 30 anos de serviço. Já no que se refere ao tempo em atividade de gestão administrativa: 7 (8,5%) afirmam que nunca exerceram esse mister, 7 (14,6%) têm entre 1 e 5 anos, 10 (12,2%) têm entre 6 e 10 anos, 20 (24,4%) têm entre 11 e 15 anos, e 33 (40,2%) têm mais de 15 anos.

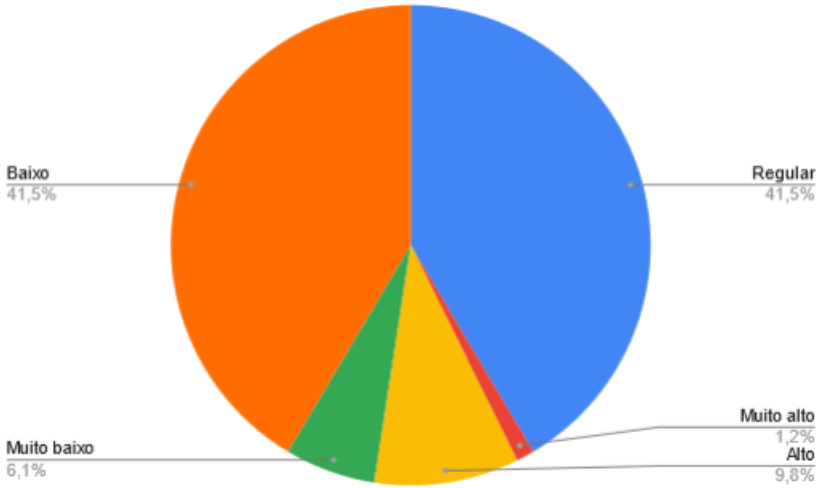
CONHECIMENTO EM PROJETOS E DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

As respostas à segunda parte do questionário levantam o nível de conhecimento em gestão de projetos dos respondentes, o nível de conhecimento em projetos de captação de recursos financeiros, a importância atribuída pelos oficiais superiores em posição de gestão estratégica da instituição aos projetos de captação de recursos, a experiência desses em projetos de captação de recursos, bem como o que veem como principal entrave institucional na elaboração desses.

A Figura 1, a seguir, aponta que 5 (6,1%) respondentes afirmam ter um nível de conhecimento muito baixo em projetos, ou seja, nunca elaboraram, nem ao menos sabem do que se trata; 34 (41,5%) têm um baixo nível de conhecimento em projetos, de modo que, sabem do que se trata, mas nunca elaboraram; 34 (41,5%) têm conhecimento regular (sabem do que se trata e já elaboraram ou auxiliaram um projeto de captação de recursos); 8 (9,8%) têm um nível de conhecimento alto, possuindo cursos que qualificam ou habilitam na área e já elaboraram ou auxiliaram algum projeto; e apenas 1 (1,2%) tem um nível de conhecimento muito alto, tendo tanto curso que qualifica ou habilita na área quanto atuação cotidianamente com projetos.

FIGURA 1

Nível de conhecimento em projetos dos respondentes

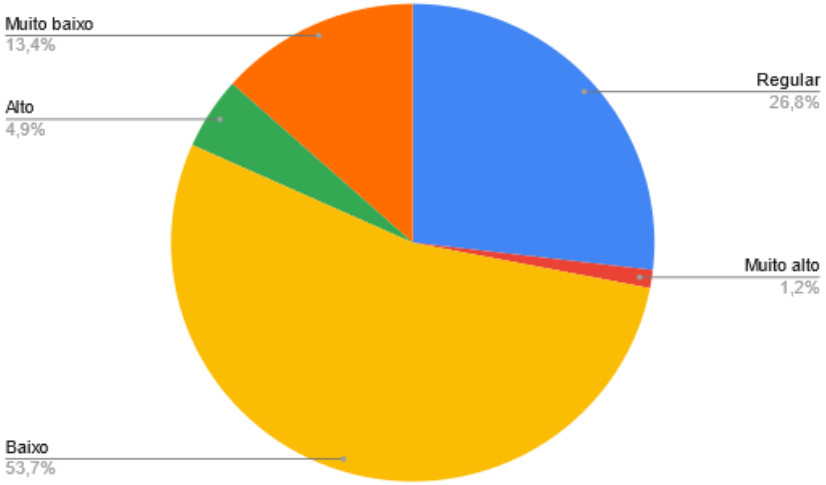


Fonte: Elaboração própria (2024).

Olhando especificamente para o nível de conhecimento em projetos voltados à captação de recursos financeiros, percebe-se, pela análise da Figura 2, um menor nível de conhecimento, pois 67,1% estão em muito baixo (13,4%) ou baixo (53,7%), ou seja, 55 oficiais superiores; ao passo que 26,8% (22) têm conhecimento regular, 4,9% (4) têm conhecimento alto, e 1,2% (1), conhecimento muito alto. Esse resultado é alarmante, tendo em vista que a gestão de projetos é uma contrapartida para aplicação de uma gestão de resultados, ou ainda é uma forma de efetivação de uma política estratégica. Martins e Rosa (2014) mencionam que na Polícia Militar de Santa Catarina o Gerenciamento de Projetos é utilizado inclusive para avaliação de operações policiais militares.

FIGURA 2

Nível de conhecimento em projetos de captação de recursos financeiros



Fonte: Elaboração própria (2024).

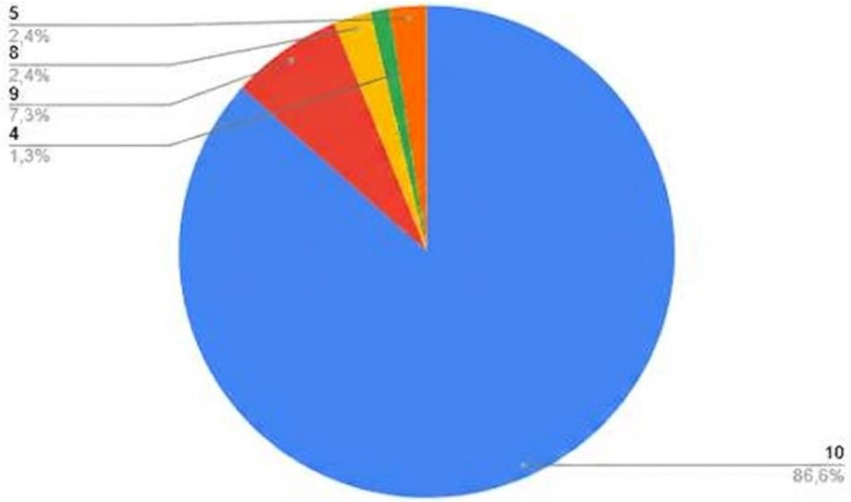
Contudo, a grande maioria dos gestores em nível estratégico supracitados, 86,6% ou 65 oficiais, enxerga os projetos de captação de recursos como de extrema importância para a PMPB, atribuindo pontuação máxima nesse quesito: 6 deram nota 9; 2 de nota 8; 2 a nota 5; e 1 deu nota 4.

Conforme visto, a literatura destaca a necessidade de profissionalização dos setores de captação de recursos nas polícias militares, tendo em vista que isso garantirá uma maior autonomia e para isso o conhecimento técnico é essencial. Nesse sentido, melhorar a capacitação para os servidores gestores, que pela estatística levantada é majoritariamente baixa, é uma forma de assegurar maior agilidade na busca e execução dos financiamentos.

Santos (2013) frisa em seu trabalho que a execução inadequada dos recursos captados, vêm resultando inclusive na devolução de verbas por falta de planejamento. Para tanto, cita em seu estudo o levantamento efetuado para a Polícia Militar de Minas Gerais e como a maior qualificação dada aos gestores após esse diagnóstico ajudou na implementação de uma Gestão de resultados.

FIGURA 3

Importância dos projetos de captação de recursos financeiros para a PMPB



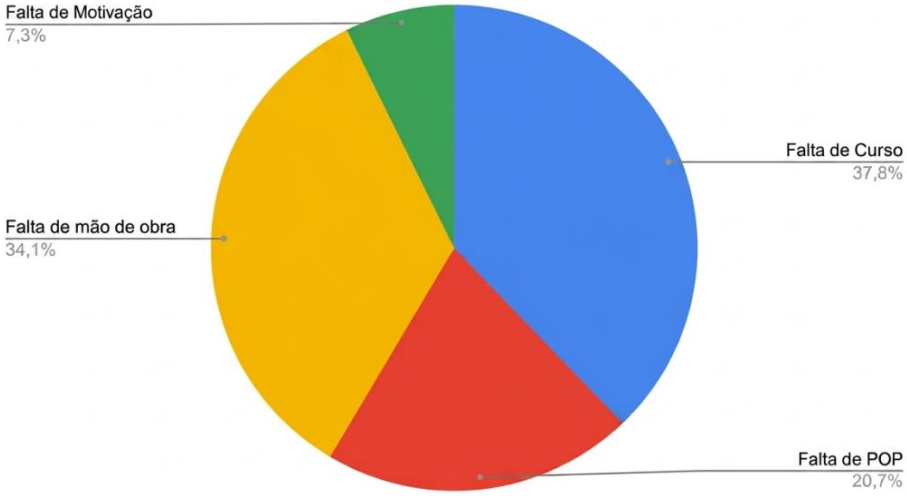
Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao que se pode ver na Figura 4, os oficiais superiores participantes do 1º CCEM classificaram como principais entraves institucionais: em primeiro lugar, a falta de um curso institucional específico para a elaboração de projetos de captação de recursos (37,8%); em segundo lugar, a falta de mão de obra especializada para atuação nesse setor de grande relevância para a corporação (34,1%); em terceiro lugar, a falta de um procedimento operacional padrão – POP, ou uma cartilha, que estabelecesse um passo a passo para elaboração e norteamento de projetos de captação de recursos (20,7%); e por último, a falta de motivação para elaboração de projetos de captação de recursos decorrente da escassez desses.

Esse achado revela a necessidade de maior conscientização e qualificação interna para uma metodologia de captação de recursos, tendo em vista que a Paraíba é um estado com economia em ascensão e baixo orçamento. Em 2024, mediante as disponibilidades do FNSP, a Paraíba gozou de R$ 37.941.714,80, valor esse que é bastante expressivo, tendo em vista que, pela LOA 2024, o orçamento discricionário da Polícia Militar foi de R$ 41,87 milhões.

FIGURA 4

Entrave institucional para elaboração de projetos de captação de recursos financeiros



Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise da experiência autorrelatada dos participantes do questionário aponta que 72% ou 59 oficiais nunca elaboraram ou participaram de nenhuma espécie de projeto de captação de recursos; 5 oficiais já trabalharam ou auxiliaram em uma modalidade de projeto de captação de recursos, seja: projeto junto ao FNSP (1), emendas parlamentares federais (2), emendas impositivas estaduais (1), ou termo de parceria com organizações da sociedade civil (1); 8 já desenvolveram convênios, repasses ou acordos de cooperação técnica; 10 já atuaram em todas as modalidades de projetos de captação de recursos financeiros em algum momento das suas carreiras.

Esse resultado é alinhado com Amaro (2021) e mostra a falta de conhecimento estratégico dos gestores, seja por necessidade de estruturação administrativa, seja porque falta uma disciplina que norteia esse conhecimento ao longo de sua formação, por exemplo, um curso sobre gestão de projetos ou a criação de uma divisão especializada.

CONCLUSÕES

O presente estudo surgiu com a necessidade de buscar uma resposta à pergunta-problema: "Qual é o grau de conhecimento na elaboração de projetos de captação de recursos, dos gestores em nível estratégico da instituição Polícia Militar do Estado da Paraíba?".

Nesse sentido, objetivou efetuar um diagnóstico institucional do conhecimento dos gestores, ao passo em que buscou apontar as iniciativas institucionais da PMPB quanto à capacitação em gestão de projetos e descrever as exigências e os procedimentos requeridos para a ocorrência de repasses do FNSP, pela análise da legislação vigente.

Quanto a isso, permitiu chegar nos seguintes achados: apesar de a instituição ter tido um curso de capacitação em Elaboração e Gerenciamento de Projetos, com 28 militares, esse foi em 2010, tendo sido fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento da PMPB, a inclusão da disciplina de Gestão de

Projetos nos cursos de Especialização em Segurança Pública e Comando e Estado-Maior Estratégico, em 2023 e 2024, respectivamente.

Conforme o diagnóstico efetuado, 47,6% dos respondentes do questionário consideraram o seu nível de conhecimento em projetos como muito baixo ou baixo. E ao olhar para o conhecimento em projetos de captação de recursos financeiros, percebeu-se um aprofundamento para 67,1%, revelando uma necessidade de melhoria nesse aspecto, que é considerado por 86% dos gestores estratégicos da amostra como de extrema importância para PMPB.

O estudo também permitiu concluir que investir em qualificação profissional por meio de um curso institucional, para produzir mão de obra especializada, bem como na elaboração de um Procedimento Operacional Padrão – POP, para elaboração de projetos de captação de recursos, são essenciais para o futuro da instituição. Nesse sentido, o mapeamento da legislação vigente do FNSP, principal fonte de recursos para gasto discricionário da PMPB na atualidade, mostrou-se como um meio para consecução posterior de um manual de projetos de captação de recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Everton Paixão; SOUSA JÚNIOR, Carlos Alberto Gomes de. **Orçamento da Polícia Militar do Estado de Rondônia**: os desafios na Gestão dos Recursos Financeiros. 2020. 22 p. TCC (Especialização em Gestão Pública) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2020.

AMARO, Renan José Almeida Amaro. **Estudo sobre a captação de recursos federais no Corpo de Bombeiros Militar do Pará com foco na celebração de convênios**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <Repositório de Monografias do CBMDF>. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001**. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13675.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <Link Oficial do Planalto>. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 236, p. 1-6, 13 dez. 2023.BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP Nº 275, de 5 de julho de 2021. Dispõe sobre os critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos estados e ao distrito federal, na modalidade fundo a fundo. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, ed. 125, p. 48-53, 6 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP Nº 322, de 9 de março de 2023. Estabelece medidas para conferir fluidez e efetividade na execução dos recursos transferidos aos Estados e ao Distrito Federal, entre os anos de 2019 e 2022, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e altera a Portaria MJSP nº 275, de 5 de julho de 2021, para estabelecer novos critérios de rateio. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 48, p. 41-42, 10 mar. 2023a.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP Nº 415, de 2 de julho de 2023. Altera a Portaria MJSP nº 322, de 9 de março de 2023, que estabelece medidas para conferir fluidez e efetividade na execução dos recursos transferidos aos Estados e ao Distrito Federal, entre os anos de 2019 e 2022, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e altera a Portaria MJSP nº 275, de 5 de julho de 2021, para estabelecer novos critérios de rateio. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 124-A, ed. extra, p. 1, 3 jul. 2023b.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP Nº 426, de 4 de agosto de 2023. Estabelece os percentuais de rateio de recursos transferidos do Fundo Nacional de Segurança pública aos fundos estaduais e distrital de Segurança Pública, na modalidade fundo a fundo, para o exercício 2023, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 149, p. 43, 7 ago. 2023c.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria do Ministro Nº 685, de 16 de maio de 2024**. Regulamenta as áreas temáticas para uso eficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, transferidos na forma do inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Brasília, DF, 2024a.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP Nº 737, de 23 de agosto de 2024. Dispõe sobre os procedimentos para transferência obrigatória de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP aos fundos de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e define modelo para o acompanhamento e a prestação de contas desses recursos, bem como para a eventual apuração de responsabilidade. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 163-A, ed. extra, p. 1-4, 23 ago. 2024b.

COSTA, Jader Dawydy Mendes. Transferências voluntárias e obrigatórias: novos caminhos para a gestão pública estadual no âmbito da Segurança pública. **Publicações da Escola Superior da AGU**, Brasília, n. 23, 2012.

COSTA, Arthur; GROSSI, Bruno. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 6-20, 2007. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2007.v1.n1.4.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAFER, Inês Mindlin. **Dicas para captação de recursos para projetos**. Programa DOAR. São Paulo: Idis, 2014.

MARTINS, Jorge Augusto de Souza; ROSA, Izaías Otacílio da. A análise da gestão de projetos operacionais no âmbito da Polícia Militar de Santa Catarina. **Revista Ordem Pública**, [*s.l.*], v. 7, n. 1, 2014.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. 204 p.

NUNES, Alisson Nava; LIMA, Diana Vaz de. Transferências fundo a fundo: coordenação e cooperação federativa na Segurança Pública do Brasil. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 57, n. 3, p. e2022-0388, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220220388.

PARAÍBA. Lei Nº 11.515, de 15 de novembro de 2019. Altera a Lei nº 3.928, de 25 de outubro de 1977, que criou o Fundo Especial de Segurança Pública. Paraíba: **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, n. 16.997, p. 3, 16 nov. 2019.

PMI – Project Management Institute. **Guia PMBOK**, Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. 6. ed. EUA: Project Management Institute, 2018.

PRATES, Janio; PRATES, Flavio; ADAMI, Luciane; LENTINO, Zuleika; BARREIRO, Denise; SOUZA, Maria Regina Rau de. A captação de recursos e o poder local. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 1-14, 2006.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; COSTA, Jader Dawydy Mendes. A necessidade da criação de um setor de assessoria para captação de recursos federais na Secretaria de Segurança Pública. **Revista Jurídica UniCuritiba**, Curitiba, v. 4, n. 75, p. 1-25, 2023. Disponível em: <Revista Jurídica UniCuritiba>. Acesso em: 1 set. 2026.

REICH, Blaize Horner; WEE, Siew Yong. Searching for Knowledge in the PMBOK® Guide. **Project Management Journal**, v. 37, n. 2, p. 11-26, 2006. DOI: https://doi.org/10.1177/875697280603700203.

SANTOS, Fabiano Leandro dos. Projetos e captação de recursos em organizações militares: importância e competência. **Ignis**: Revista Técnico Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 150-160, 2019.

SANTOS, Helvécio Fraga dos. **Captação de recursos**: análise do alinhamento entre as estruturas e as alternativas de captação de recursos da Polícia Militar de Minas Gerais e do Governo Mineiro. Belo Horizonte, 2013.

SPANIOL, Marlene Inês; MORAES JR., Martim Cabeleira Moraes; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados pós-redemocratização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2020. Acesso em: mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1035.

VARGAS, Ricardo. Manual Prático do Plano de Projeto (6a. edição): utilizando o PMBOK Guide. Brasport, 2018.

VIEIRA, E. I. **A importância da captação de recursos para a área de ensino da Polícia Militar do Paraná**. *Brazilian Journal of Animal and Environmental Research*, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 2154-2167, 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/65374. Acesso em: 1 set. 2026.

APÊNDICE A

Questionário - Projetos de Captação de Recursos em Segurança Pública

O presente questionário objetiva identificar o grau de conhecimento dos gestores em nível estratégico da instituição Polícia Militar do Estado da Paraíba quanto a feitura de projetos.

Trata-se, portanto, de um instrumento de coleta de dados para Pesquisa Acadêmica.

Informa-se que as informações coletadas por este questionário seguirão os ditames do Comando Geral da instituição, bem como os protocolos do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP/Conep), estabelecidos na Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, que regulamenta, em nível nacional, Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, entre outros pontos, terá garantida a privacidade e confidencialidade das informações pessoais.

Seção 2 de 3

Caracterização dos Respondentes

Posto *

- ○ CEL
- ○ TEN CEL
- ○ MAJ

Idade *

Gênero

- ○ Masculino
- ○ Feminino

Grau de Instrução

- ◯ Graduação
- ◯ Especialização
- ◯ Mestrado
- ◯ Doutorado

Tempo de Serviço na PMPB

- ◯ entre 10 e 15 anos
- ◯ entre 16 e 20 anos
- ◯ entre 21 e 25 anos
- ◯ entre 26 e 30 anos
- ◯ 31 anos ou mais

Tempo em atividade de gestão administrativa na corporação

- ◯ entre 1 e 5 anos
- ◯ entre 6 e 10 anos
- ◯ entre 11 e 15 anos
- ◯ mais de 15 anos
- ◯ nunca exerci atividade de gestão administrativa na Corporação

Seção 3 de 3

Conhecimentos em Gestão e Projetos

Como o(a) senhor(a) avalia o seu nível de conhecimento em projetos? *

- ○ Muito baixo (nunca elaborei, nem sei do que se trata)
- ○ Baixo (em linhas gerais, sei do que se trata, mas nunca elaborei)
- ○ Regular (sei do que se trata e já elaborei projetos em alguma área)
- ○ Alto (tenho curso que qualifica ou habilita na elaboração de projetos ou gestão de projetos e já elaborei ...
- ○ Muito alto (tenho curso que qualifica ou habilita na elaboração de projetos e trabalho com isso cotidiana ...

Quanto a projetos de captação de recursos financeiros, como o(a) senhor(a) avalia o seu nível de conhecimento? *

- ○ Muito baixo (nunca elaborei, nem sei do que se trata)
- ○ Baixo (em linhas gerais, sei do que se trata, mas nunca elaborei)
- ○ Regular (sei do que se trata e já elaborei ou auxiliei em projetos de captação de recursos)
- ○ Alto (tenho curso que qualifica ou habilita na elaboração de projetos ou gestão de projetos e já elaborei)
- ○ Muito alto (tenho curso que qualifica ou habilita na elaboração de projetos e trabalho com isso)

De 0 a 10, em quanto o(a) sr(a) avalia como importante os projetos de captação de recursos financeiros para a PMPB? *

- [ ] 0 (Sem importância)
- [ ] 1
- [ ] 2
- [ ] 3
- [ ] 4
- [ ] 5
- [ ] 6
- [ ] 7
- [ ] 8
- [ ] 9
- [ ] 10 (Extremamente importante)

Quanto a projetos de captação de recursos financeiros, o que o(a) senhor(a) considera como maior entrave institucional para elaboração desses no dia a dia? *

- [ ] Falta de Curso Institucional específico
- [ ] Falta de Cartilha ou Procedimento Operacional Padrão com forma de fazer e principais itens
- [ ] Falta de Mão-de-obra específica para elaboração de projetos de captação de recursos
- [ ] Falta de Motivação, devido a escassez de recursos a serem captados

Caso o(a) senhor(a), tenha trabalhado na elaboração de algum projeto de captação de recursos para a PMPB, tem ou teve experiência com qual fonte? *

- [ ] Emenda federal
- [ ] Emenda estadual
- [ ] Convênio, repasse, cooperação técnica, acordo de adesão
- [ ] Termo de parceria com organizações da sociedade civil
- [ ] Termo de Execução Descentralizada
- [ ] Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
- [ ] Nenhuma das opções acima

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

PADRÕES DE VIOLÊNCIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM ORIENTADA A DADOS

RODRIGO GARCIA BRUNINI

Cientista de Dados pela Universidade de São Paulo (USP) e Engenheiro Ph.D. pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialista em ciência de dados aplicada à segurança pública.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

E-mail: rgbrunini@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-9714-2344

DOUGLAS COSTA MACARIO

Cientista de Dados pela USP, Gestor de Projetos pela USP e Especialista em Redes de Computadores pela Faculdade Impacta. Atua na gestão de projetos voltados à análise de dados.

País: Espanha **Estado:** Catalunha **Cidade:** Barcelona

E-mail: dcmacario@outlook.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0008-5454-5360

PAULA BRUZADELLE VIEIRA

Doutora e mestre em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP, graduada pela FAACZ/ES. Pesquisadora em processos biotecnológicos e interface industrial.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

E-mail: paulbruzadelle@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-9693-6289

EDNA COSTA

Psicóloga pela UNORP e Assistente Social pela UNISA. Professora e especialista em mediação de conflitos e violência doméstica, com foco em grupos vulneráveis.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Jaboticabal

E-mail: edsico@live.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0006-5046-3013

Contribuições dos autores: Os autores participaram da concepção do estudo, coleta e tratamento dos dados, análise estatística e redação do manuscrito final.

Agradecimentos: Aos revisores e à equipe editorial da revista pela análise e sugestões para a melhoria do texto.

RESUMO

A violência é um problema global grave que afeta a saúde, o bem-estar psicológico, a economia e o comportamento social. A Organização Mundial da Saúde estima que há mais de 100 milhões de vítimas da violência anualmente, sendo que, no Brasil, o número ultrapassa 21 milhões de casos registrados. Entre os tipos de violência mais comuns estão a psicológica, a física e a sexual, afetando principalmente mulheres, jovens e crianças e grupos vulneráveis. Embora diversas políticas e ferramentas sociais sejam utilizadas para combater a violência, poucas medidas consideram a correlação entre variáveis-chave no momento da agressão. O uso de

modelos de aprendizado de máquina e inteligência artificial oferece grande potencial no treinamento de algoritmos capazes de analisar cenários e padrões contribuindo para mitigação da violência. Este estudo tem como objetivo identificar e evidenciar padrões da violência no Brasil por meio de técnicas avançadas de Análise de Correspondência Múltipla. Os resultados indicam que a violência no Brasil é influenciada por particularidades regionais e seus padrões podem ser visualizados a partir de análises de correspondência múltipla.
Palavras-chave: Análise. Agressão. Crime. Dados. Vítimas.

PATTERNS OF VIOLENCE IN BRAZIL: A DATA-DRIVEN APPROACH

ABSTRACT

Violence is a serious global issue that affects health, psychological well-being, the economy, and social behavior. The World Health Organization estimates that there are over 100 million victims of violence annually, with Brazil exceeding 21 million recorded cases. Among the most common types of violence are psychological, physical, and sexual violence, primarily affecting women, youth, children, and vulnerable groups. Although various policies and social tools are used to combat violence, few measures consider the correlation between key variables at the time of the aggression. The use of machine learning and artificial intelligence models offers great potential in training algorithms capable of analyzing scenarios and patterns, contributing to the mitigation of violence. This study aims to identify and highlight patterns of violence in Brazil using advanced data analysis techniques. The results indicate that violence in Brazil is influenced by regional particularities, and its patterns can be visualized through multiple correspondence analysis.
Keywords: Analysis. Aggression. Crime. Data. Victims.

Data de recebimento: 29/10/2024 **Data de aprovação:** 03/04/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2295

INTRODUÇÃO

A violência é um sério obstáculo para o progresso da população, pois afeta diretamente a saúde pública e seus efeitos na sociedade causam dificuldades sanitárias, traumas psicológicos, abalo na economia e perturbações comportamentais aos cidadãos (Santos; Souza, 2023).

Para a Organização Mundial de Saúde (WHO), a violência afeta mais de 100 milhões de vítimas todo ano, entre casos com e sem fatalidades, sendo uma das causas mais comuns de óbitos ao redor do mundo, definindo a violência como o uso intencional de força ou poder, de forma real ou sob ameaça, contra si ou outros, abrangendo quatro categorias principais: violência psicológica, física, sexual e negligência, esta última caracterizada pela omissão de socorro ou cumplicidade (Krug et al., 2002; WHO, 2023). O Conselho Europeu (COE) complementa essa definição ao afirmar que todas as formas de violência possuem um componente psicológico, cujo objetivo é prejudicar a integridade e dignidade da vítima. A violência física visa causar dor ou lesão corporal, enquanto a violência sexual envolve a coerção ou indução de atos sexuais sem consentimento (COE, [*s.d.*]).

Definir os tipos de violência que ocorrem em uma sociedade torna-se um fator de grande importância no entendimento das principais causas envolvidas em atos de crueldade entre seres humanos, sendo

esta divisão de definições essencial para criar dispositivos públicos que facilitem a identificação do crime cometido e tratem de forma precisa cada ocorrência de atos violentos (Willians, 2021). A violência, muitas vezes inserida em um contexto social, demanda a definição de fatores demográficos e culturais das vítimas, como idade, raça, sexo, gênero e escolaridade, essenciais para a prevenção (Bireme, [*s.d.*]).

Em agosto de 2024, o Brasil celebrou os 18 anos da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), que intensificou a punição de crimes contra mulheres. Segundo a Justiça Federal do Rio de Janeiro, essas duas décadas trouxeram avanços significativos no combate à violência de gênero, com a implementação de leis mais rígidas e um maior engajamento político e social na proteção de grupos vulneráveis (Justiça Federal, 2024). Essas medidas são possíveis devido à captura e ao entendimento de dados que deflagram ocorrências de atos violentos no país, como o relatório da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), cujos dados revelaram que, em 2019, foram registrados mais de 21 milhões de casos de violência, sendo a maior incidência entre mulheres, jovens, pessoas pretas ou pardas e a população de baixa renda, em relação às agressões psicológicas, físicas e sexuais (Nery, 2021).

Embora essas estatísticas apontem os grupos mais afetados e a frequência dos casos, a análise das associações e dos padrões entre vítima, agressor e variáveis contextuais é fundamental para a formulação de estratégias eficazes.

No Brasil existem diversos estudos utilizando dados estatísticos que discorrem sobre a violência, tais como os apresentados por Macedo *et al.* (2019), Silva e Oliveira (2015) e Romfeld (2024), onde os autores deflagram e discutem dados sobre a violência direcionada às crianças e adolescentes, mulheres e grupos LBTQ, respectivamente. No entanto, são poucos os estudos publicados na literatura nacional que correlacionem uma gama de variáveis categóricas ou mistas e que, em conjunto, propõem revelar padrões de comportamento entre essas observações, os tipos de violência e sua tipologia (Silva; Ramos, 2023), ainda mais em âmbito nacional, ou seja, expondo uma visão macro da situação.

O uso de técnicas estatísticas como a análise exploratória, os modelos de aprendizado de máquina e a inteligência artificial apresentam grande potencial no treinamento de algoritmos capazes de prever cenários e padrões e contribuir para a mitigação da violência na sociedade (Xue *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a análise e a ciência de dados emergem como técnicas e ferramentas cruciais, permitindo a investigação de variáveis e a identificação de padrões relacionados a atos violentos com o uso de grande quantidade de dados referentes aos casos registrados (Barez *et al.*, 2022).

Ao gerar *insights* por meio de tecnologias de análise de dados, órgãos públicos, ONGs e profissionais de diversas áreas podem desenvolver estratégias informadas para mitigar as causas da violência. Assim, este estudo visa determinar os padrões de violência no Brasil utilizando a análise exploratória de dados e suas ferramentas, com foco nas variáveis mais correlacionadas aos casos e à natureza da violência.

MATERIAL E MÉTODOS

Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos do relatório da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)[1], referente ao ano de 2019, realizado pelo Ministério da Saúde com o objetivo de produzir informações sobre a saúde e o estilo de vida da população brasileira (IBGE, 2019).

1 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=PNS/2019/Microdados/Documentacao. Acesso em: 29 jul. 2026.

O relatório de 2019 foi escolhido por ser o levantamento mais recente publicado, além de ter incluído um maior número de perguntas e respostas relacionadas à violência. Ademais, naquele ano foi criada uma seção específica sobre o tema, o Módulo V (Violência para pessoas de 18 anos ou mais), conforme ilustrado na Tabela 1.

TABELA 1

Exemplo da entrevista e dados do Módulo V – Violência (Para pessoas de 18 anos ou mais de idade)

Posição	Tamanho	Código	Quesito		Categorias	
			nº	Descrição	Tipo	Descrição
1246	1	V001	V1	Foi assegurada a privacidade para aplicação desse módulo	1 2	Sim Não Não aplicável
1247	1	V00101	V1a	O questionário foi preenchido por:	1 2	Próprio morador Entrevistador Não aplicável
1248	1	V00201	V2	Nos últimos doze meses, alguém: Te ofendeu, humilhou ou ridicularizou na frente de outras pessoas?	1 2	Sim Não Não aplicável
1249	1	V00202	V2	Nos últimos doze meses, alguém: Gritou com você ou te xingou?	1 2	Sim Não Não aplicável
1250	1	V00203	V2	Nos últimos doze meses, alguém: Usou redes sociais ou celular para ameaçar, ofender, xingar ou expor imagens suas sem o seu consentimento?	1 2 12 13	Sim Não Não aplicável Policial Outro Não aplicável

Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

As etapas de extração, limpeza, manipulação e análise dos dados foram realizadas por meio de acesso direto à documentação da PNS (get_pns(year = 2019)), utilizando o *software* R Studio (R Core Team, 2024) e suas bibliotecas com funções específicas dentro do fluxo de trabalho analítico, por exemplo: a FactoMineR, utilizada para realizar Análise de Correspondência Múltipla (ACM), por ser uma biblioteca robusta e amplamente reconhecida em análises estatísticas multivariadas de dados categóricos; a factoextra, empregada para visualizar e interpretar os resultados da ACM, fornecendo gráficos intuitivos e personalizáveis; e a biblioteca plotly, utilizada para criar gráficos interativos, permitindo uma exploração dinâmica dos dados e dos resultados obtidos. Já para as etapas de manipulação e transformação dos dados, utilizou-se: a biblioteca dplyr, que oferece uma gramática eficiente para filtragem, seleção, agregação e organização de dados; e a ggplot2, empregada na visualização gráfica dos dados, permitindo a construção de gráficos estáticos com alto grau de controle estético e informativo.

Em relação às cores dos gráficos e mapas, optou-se pela paleta viridis, integrada, a qual garante uma representação cromática acessível e visualmente equilibrada, especialmente importante para materiais voltados à publicação. Por fim, a biblioteca brmaps foi utilizada para a visualização espacial de dados por meio de mapas do território brasileiro, o que possibilitou representar a distribuição geográfica de variáveis relevantes à pesquisa.

Após a extração dos dados, foi feita a limpeza e padronização, criando um *dataframe* contendo apenas as variáveis de interesse listadas abaixo, totalizando 55 colunas e 279.382 observações.

Variáveis padronizadas:

UF; Tipo_Entrevista; Total_Moradores; Situacao_Censitaria; Tipo_Area; Condicao_Domicilio; Sexo; Idade; Cor_Raca; Estado_Civil; Ler_Escrever; Dificuldade_Enxergar; Dificuldade_Enxergar_Permanente; Dificuldade_Ouvir; Dificuldade_Ouvir_Permanente; Sabe_Libras; Dificuldade_Caminhar; Dificuldade_Caminhar_Permanente; Dificuldade_Levantar_Objeto; Dificuldade_Pegar_Objeto; Dificuldade_Levantar_Objeto_Permanente; Dificuldade_Pegar_Objeto_Permanente; Dificuldade_Atividades_Intelectual; Consumo_Alcool; Aviso_Consumo_Alcool; Ofensa_Humilhacao; Grito_Xingamento; Ameaca_Rede_Social; Ameaca_Fisica; Destruicao_Propriedade; Frequencia_Agressao; Responsavel_Agressao; Local_Agressao; Agressao_Fisica; Agressao_Violenta; Agressao_Grave; Tentativa_Queimar_Asfixiar; Ameaca_Arma; Frequencia_Agressao_Grave; Responsavel_Agressao_Grave; Local_Agressao_Grave; Agressao_Sexual; Ameaca_Sexual; Frequencia_Agressao_Sexual; Responsavel_Agressao_Sexual; Local_Agressao_Sexual; Interrupcao_Atividade_Agressao; Consequencia_Saude_Fisica; Consequencia_Saude_Psicologica; Consequencia_Saude_Sexual; Atendimento_Saude; Internacao_Saude; Orientacao_Sexual; Nivel_Instrucao e Faixa_Rendimento.

Para a etapa de análise dos dados, as respostas de cada variável da pesquisa foram agrupadas qualitativamente, permitindo identificar os casos de violência em cada tipo e as características sociodemográficas relevantes das vítimas. Além disso, a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) foi aplicada para analisar as variáveis socioeconômicas, os tipos de agressão, os comportamentos culturais das vítimas e dos agressores, a faixa etária e os parâmetros geográficos, no espaço relacional estudado, com o uso de variáveis ativas e passivas.

Introduzida por Fisher (1940), a ACM é uma técnica estatística voltada para a exploração de dados qualitativos, permitindo visualizar associações entre categorias de mais de duas variáveis categóricas. Sendo uma ferramenta de análise amplamente utilizada em estudos de natureza socioeconômica e cultural, possibilita a construção de teorias e a produção de gráficos e tabelas, cuja eficácia resulta na observação de conexões entre variáveis e indivíduos (Monroy; Rivera, 2012; Carneiro; Pedroso Neto, 2024).

Na literatura brasileira sobre padrões e tipos de violência, poucas abordagens estatísticas exploratórias vêm sendo empregadas para compreender a complexidade desse fenômeno. Técnicas como análise de agrupamentos (*cluster analysis*) poderiam estar sendo melhor utilizadas para identificar perfis regionais de criminalidade, enquanto a análise fatorial auxiliaria na redução da dimensionalidade de conjuntos de indicadores socioeconômicos.

Dessa forma, no presente estudo, a escolha pela ACM justifica-se pela natureza categórica dos dados analisados, como: faixas etárias, tipos de crime, turnos de ocorrência e variáveis socioeconômicas, regionais e culturais, permitindo explorar relações latentes e associações complexas entre essas dimensões. A representação visual gerada por essa técnica favorece a interpretação dos dados, ao destacar agrupamentos de categorias que ocorrem com frequência conjunta, o que é essencial para a compreensão dos padrões de violência sob uma perspectiva multivariada. Dessa forma, a ACM se mostra uma ferramenta eficaz tanto do ponto de vista metodológico quanto interpretativo, contribuindo significativamente para os estudos na área.

A interpretação de um gráfico de ACM envolve analisar a posição dos pontos no gráfico, que representam categorias de variáveis. A distância entre os pontos indica a similaridade entre as categorias, enquanto a direção dos pontos pode indicar relações positivas ou negativas. O gráfico também pode ser dividido em quadrantes, que podem ser usados para interpretar as relações entre as categorias. Ao considerar as características das variáveis e as relações entre elas, é possível interpretar o gráfico de ACM e obter *insights* valiosos sobre as interações entre as variáveis analisadas (Fisher, 1940).

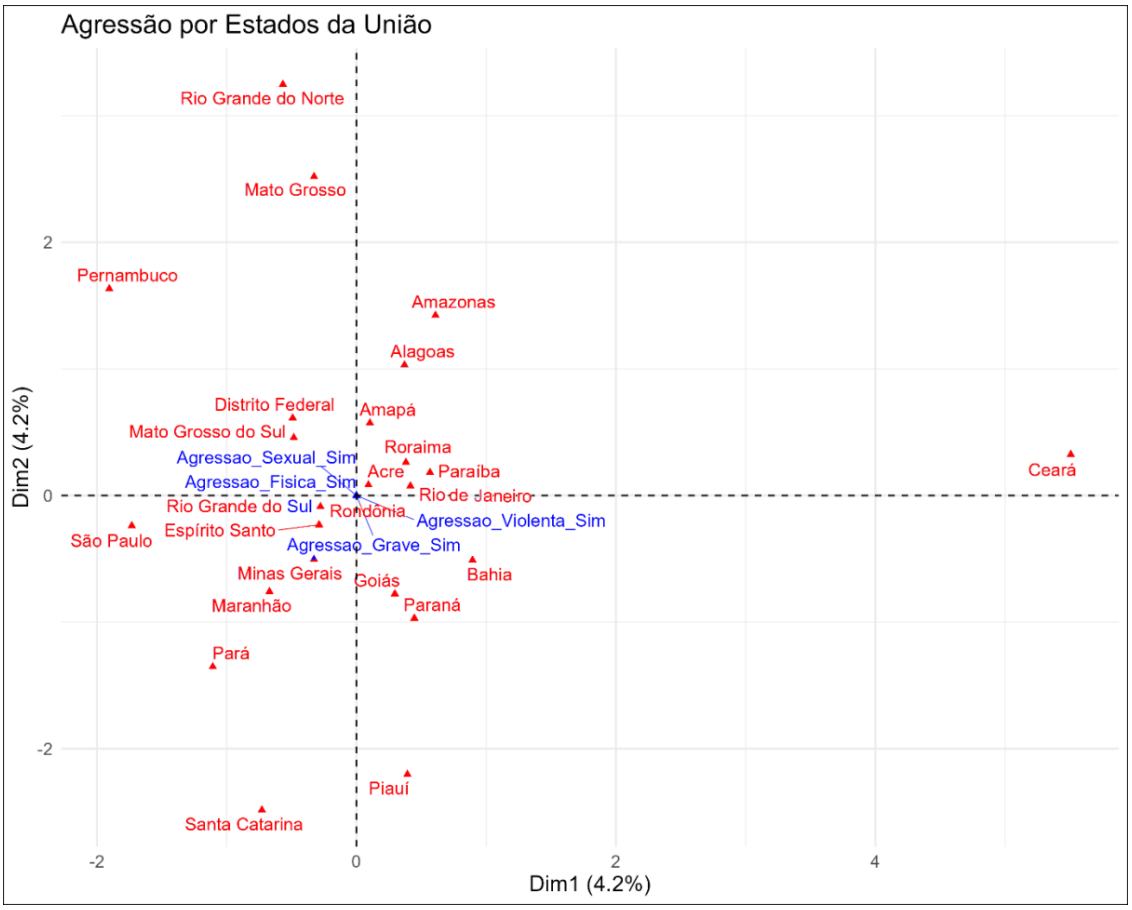
Nesse sentido, acredita-se que o uso da ACM contribui significativamente para o estudo de padrões de violência orientado a dados por dois motivos principais: o preenchimento da lacuna metodológica (apesar de sua adequação, a ACM ainda é pouco explorada em estudos de violência no Brasil); e seu valor interpretativo (a capacidade da ACM de revelar padrões complexos de concorrência entre categorias permite uma visão mais rica do fenômeno da violência, potencialmente subsidiando políticas públicas mais direcionadas e focadas em soluções assertivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados de agressão por unidade da Federação (UF), observa-se através da Figura 1 a relação entre diferentes unidades federativas brasileiras e as variáveis categóricas de agressões (física, sexual, grave e violenta). Cada ponto dentro do gráfico representa uma UF, e a proximidade entre pontos ou variáveis indica que esses locais dividem comportamentos ou características semelhantes em relação à variável agressão. Por exemplo, o Acre está próximo da variável "Agressão Violenta", sugerindo uma maior prevalência desse tipo de agressão no estado, enquanto estados mais distantes, como o Rio Grande do Norte, sugerem ter um perfil diferente de agressão.

FIGURA 1

Análise de ACM para os tipos de agressão (azul) por UF (vermelho) para o ano de 2019



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

Os eixos do gráfico (Dim1 e Dim2) representam as principais dimensões que explicam as variações entre as UFs e os tipos de agressão; neste caso, os eixos da análise interpretam 4,2% da variabilidade dos dados, embora capturem apenas uma pequena porcentagem da variação total. Isso significa que muitos outros fatores estão sendo resumidos nessas duas dimensões, sugerindo que as associações capturadas somente pelas variáveis UFs em função das agressões são pouco significativas para explicar o comportamento da violência.

A interpretação da dispersão dos pontos no gráfico também permite inferências sobre a influência de fatores estruturais e sociais específicos em cada unidade federativa. Elementos como desigualdade socioeconômica, densidade populacional, presença de organizações criminosas e infraestrutura de segurança pública podem impactar diretamente os tipos e as intensidades das agressões registradas (Carneiro; Pedroso Neto, 2024). Nesse sentido, a proximidade de certas UFs com variáveis específicas pode refletir não apenas comportamentos individuais, mas também contextos históricos e econômicos regionais que perpetuam formas diferenciadas de violência.

Ainda que a variabilidade explicada pelas dimensões seja limitada, a análise fornece indícios de que a violência é heterogênea e influenciada por dinâmicas locais. O perfil de violência no Ceará, por exemplo, pode se relacionar com questões de marginalização social e disputas territoriais, enquanto no Rio Grande do Sul, onde há forte interação entre todos os tipos de agressão, a violência pode estar associada a uma combinação de fatores urbanos e rurais, incluindo migrações internas e desigualdade de acesso a serviços públicos (Garcia; Silva, 2018).

Esses dados sugerem que a violência, em suas diferentes formas, pode ser influenciada por particularidades regionais. Por exemplo, enquanto Rio Grande do Sul e Rondônia apresentam forte interação entre todos os tipos de agressão, estados como Ceará, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso estão mais isolados, sugerindo pouca relação com as mesmas variáveis de agressão.

Outro aspecto relevante para a compreensão da dispersão é o impacto das políticas públicas na configuração dos padrões de violência. De acordo com Pena e Gonçalves Filho (2022), estudando a relação entre despesas com segurança pública por estados brasileiros, entende-se que a eficácia de programas estaduais de segurança e assistência social pode contribuir para a prevenção ou o agravamento de certos tipos de agressão, sendo necessário avaliar como diferentes estados implementam essas medidas. Além disso, fatores culturais e históricos moldam tanto a percepção da violência quanto a disposição da população e das autoridades para lidar com os conflitos, criando uma complexa teia de interações entre governança e dinâmicas sociais locais.

Uma abordagem pontual e focada por cada órgão estadual pode ter um impacto mais eficaz do que uma estratégia generalista aplicada pelo Governo Federal. Como mencionado por Canettieri (2024), estudos sobre a relação da violência com conflitos sociais locais indicam que a violência está ligada a lógicas econômicas de despossessão e destruição, revelando problemáticas transescalares que moldam as dimensões da crise contemporânea.

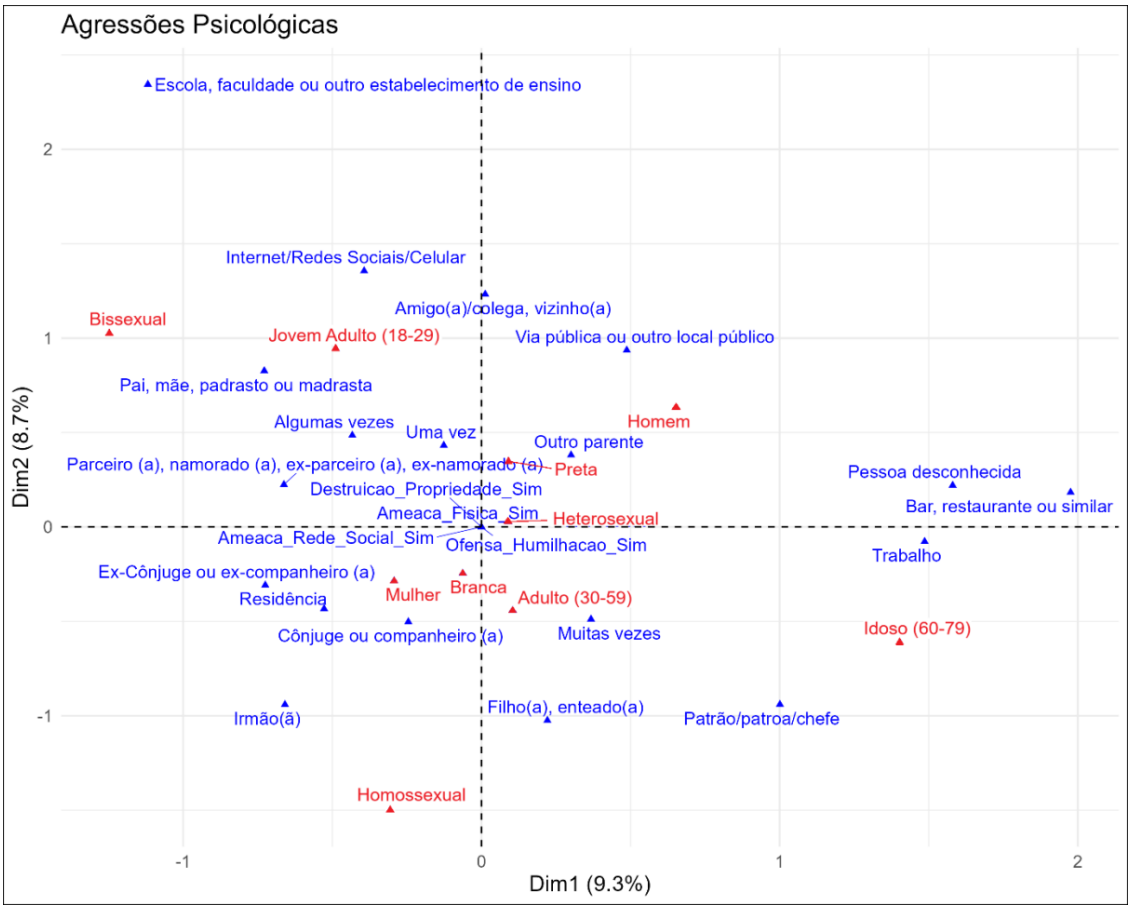
Para a variável "agressão psicológica" (Figura 2A), foram identificadas associações entre vítimas: gênero, cor e idade (vermelho), agressores e locais de ocorrência (azul), com as dimensões Dim1 e Dim2 explicando 9,3% e 2,7% da variabilidade dos dados, respectivamente. Na Dim1, à direita, as agressões em locais públicos, como "Bar, restaurante ou similar" e "Trabalho", estão associadas a agressores desconhecidos e

a vítimas idosas (60-79 anos). Esses resultados sugerem que tais agressões ocorrem com maior frequência em ambientes fora do contexto doméstico e familiar, afetando especialmente as pessoas idosas.

FIGURA 2

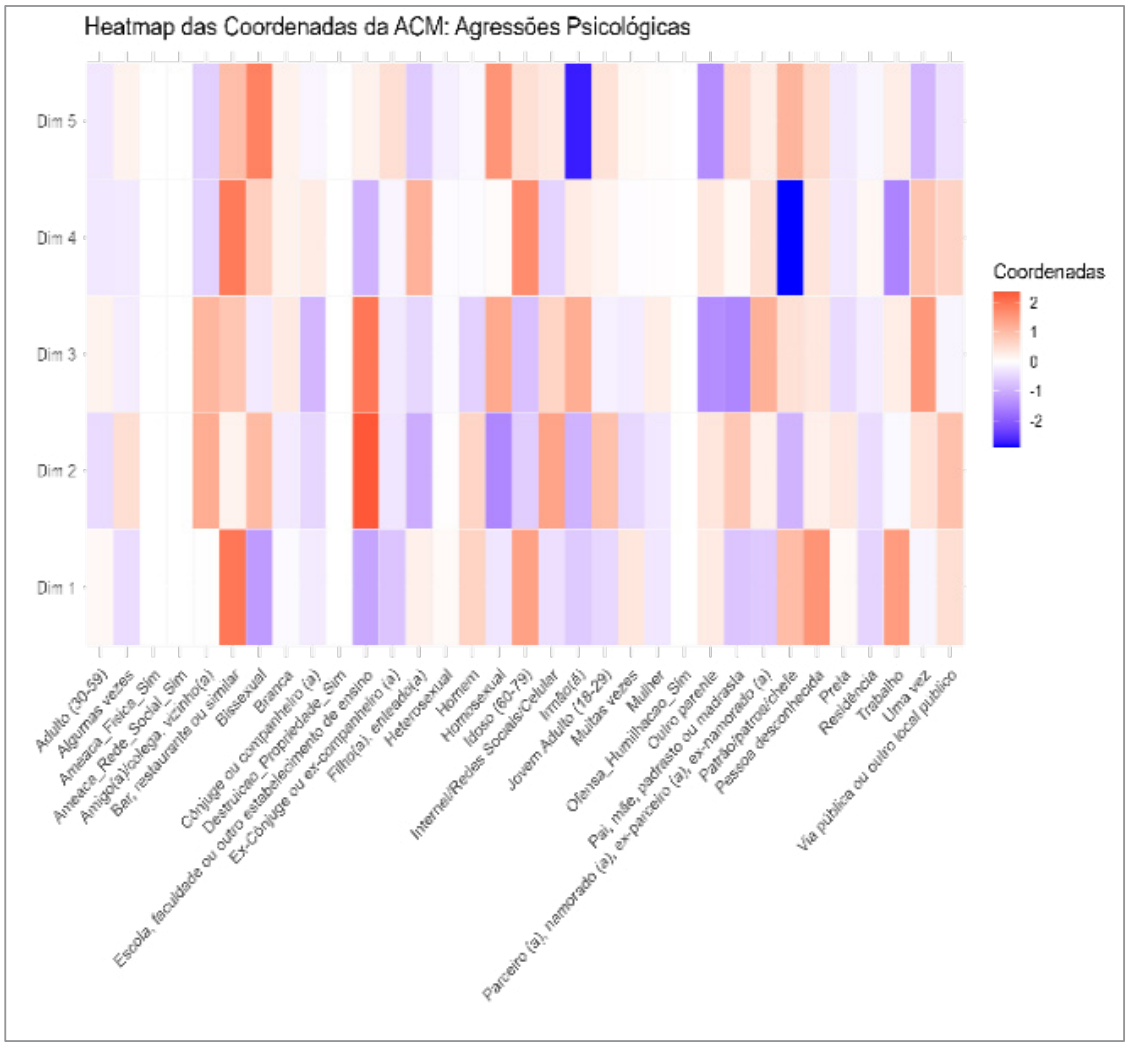
Análise de ACM (A) e Mapa de calor (B), para agressão psicológica por agressor, frequência e local, no ano de 2019

A.



Continua

B.



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

No quadrante inferior esquerdo, observa-se a associação de agressões psicológicas ocorridas em "Residência", envolvendo parceiros (cônjuges, ex-cônjuges e namorados), com vítimas predominantemente do sexo feminino. Isso reforça a prevalência da violência psicológica no ambiente doméstico. A correlação com variáveis como "Ofensa_Humilhacao_Sim" e "Ameaca_Fisica_Sim" sugere a coexistência de múltiplos tipos de violência nesses contextos.

Esses padrões demonstram como o contexto social e a vulnerabilidade dos indivíduos influenciam a forma como a violência psicológica se manifesta. Idosos, por exemplo, estão mais suscetíveis a abusos em espaços públicos, muitas vezes resultantes de atitudes discriminatórias ou da falta de paciência por parte de terceiros. Assim, como observado por Moraes *et al.* (2020), esse comportamento pode estar relacionado ao etarismo, preconceito direcionado às pessoas mais velhas, o qual se intensifica em ambientes onde essas interações ocorrem com maior frequência, como no comércio e no ambiente de trabalho. Além disso, a falta de uma rede de apoio social nesses contextos agrava a vulnerabilidade dessas vítimas.

O contexto doméstico, marcado pela violência psicológica contra mulheres, reflete as desigualdades de gênero e a dinâmica de poder dentro das relações afetivas. A sobreposição de tipos de violência, como ofensas verbais e ameaças físicas, indica que a agressão psicológica frequentemente é um componente de uma violência mais ampla e sistemática, denominada violência patrimonial ou mora (Mendes; Freitas Júnior, 2021). Esse padrão é consistente com dados de estudos sobre violência de gênero, os quais denotam importância de intervenções preventivas e educativas para romper ciclos de violência no ambiente familiar (Haefliger; Herdman, 2024).

No Mapa de calor (Figura 2B), cada cor indica a intensidade da associação das variáveis com as dimensões (Dim1 a Dim5). Tons de vermelho indicam contribuições positivas, enquanto tons de azul representam contribuições negativas.

Na Dim1, destacam-se as variáveis "Homem", "Idoso (60-79)", "Trabalho", "Bar, Restaurante ou similar" e "Patrão/Patroa/chefe", que apresentam fortes contribuições positivas, reforçando a predominância dessas características em contextos de violência psicológica no ambiente de trabalho contra idosos. Nas Dim2, Dim3, Dim4 e Dim5, variáveis como "Jovem Adulto (18-29)", "Bissexual", "Homossexual", "Escola/Faculdade/Ensino", "Internet/Redes Sociais", "Residência", "Irmão(ã)" e "Pessoa desconhecida" mostram fortes associações, sugerindo que a agressão psicológica relacionada a esses fatores está mais ligada a interações com base na orientação sexual, no tipo de ambiente (virtual, residencial e educacional) e no perfil do agressor (familiar ou desconhecido).

Segundo estudos realizados por Machado e Ferraz (2024), a respeito de violência por meio de microagressões contra minorias de orientação sexual e identidade de gênero, os autores deflagram que as agressões relacionadas à orientação sexual são particularmente visíveis em espaços educacionais e nas redes sociais, apontando para uma vulnerabilidade específica da população LGBTQIA+. Nesse sentido, a análise das Figuras 2A e 2B sugere que esses indivíduos enfrentam não apenas violência física, mas também uma exposição significativa à violência psicológica, muitas vezes acompanhada de discriminação e discurso de ódio. O papel das mídias sociais, por sua vez, amplia o alcance dessas agressões, criando um ambiente onde a violência psicológica pode ocorrer de forma anônima e repetitiva, potencializando os danos emocionais.

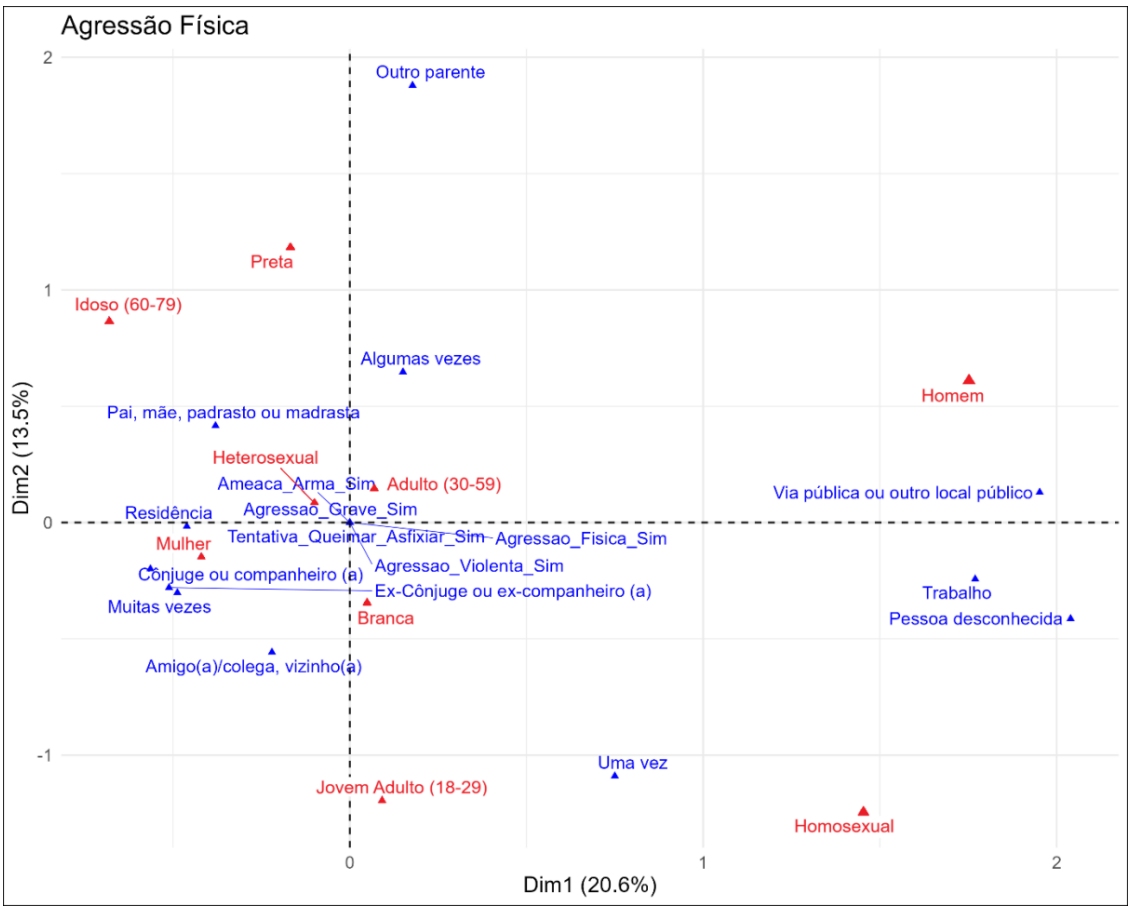
Isso indica a relevância das relações de gênero na violência psicológica e sugere uma polarização desse tipo de agressão em ambientes educacionais, domésticos e virtuais; assim como observado em estudos realizados por Lozano-Blasco e Soto-Sánchez (2022) e Xue *et al.* (2023), encontrando altos índices de violência e agressões em ambientes virtuais e externos combinados ao tipo de gênero das vítimas.

A ACM dos dados de agressão física em 2019 (Figura 3A) revelou padrões significativos relacionados ao perfil das vítimas: gênero, cor e idade (vermelho), agressores e locais de ocorrência (azul). No gráfico de correspondência, observa-se que as variáveis "Homem" e "Pessoa desconhecida", assim como as agressões que ocorrem em locais públicos ou no trabalho, estão fortemente associadas entre si e distantes dos grupos mais centralizados. Esse padrão representa um contexto de violência muitas vezes mais impessoal e relacionado ao ambiente público. Por outro lado, as variáveis concentradas no centro do gráfico estão fortemente associadas, sugerindo que a violência doméstica é a principal causa das agressões físicas, assim como observado por Santos e Souza (2023). Essas agressões ocorrem predominantemente em residências, são cometidas por conhecidos ou familiares e têm como principais vítimas as mulheres.

FIGURA 3

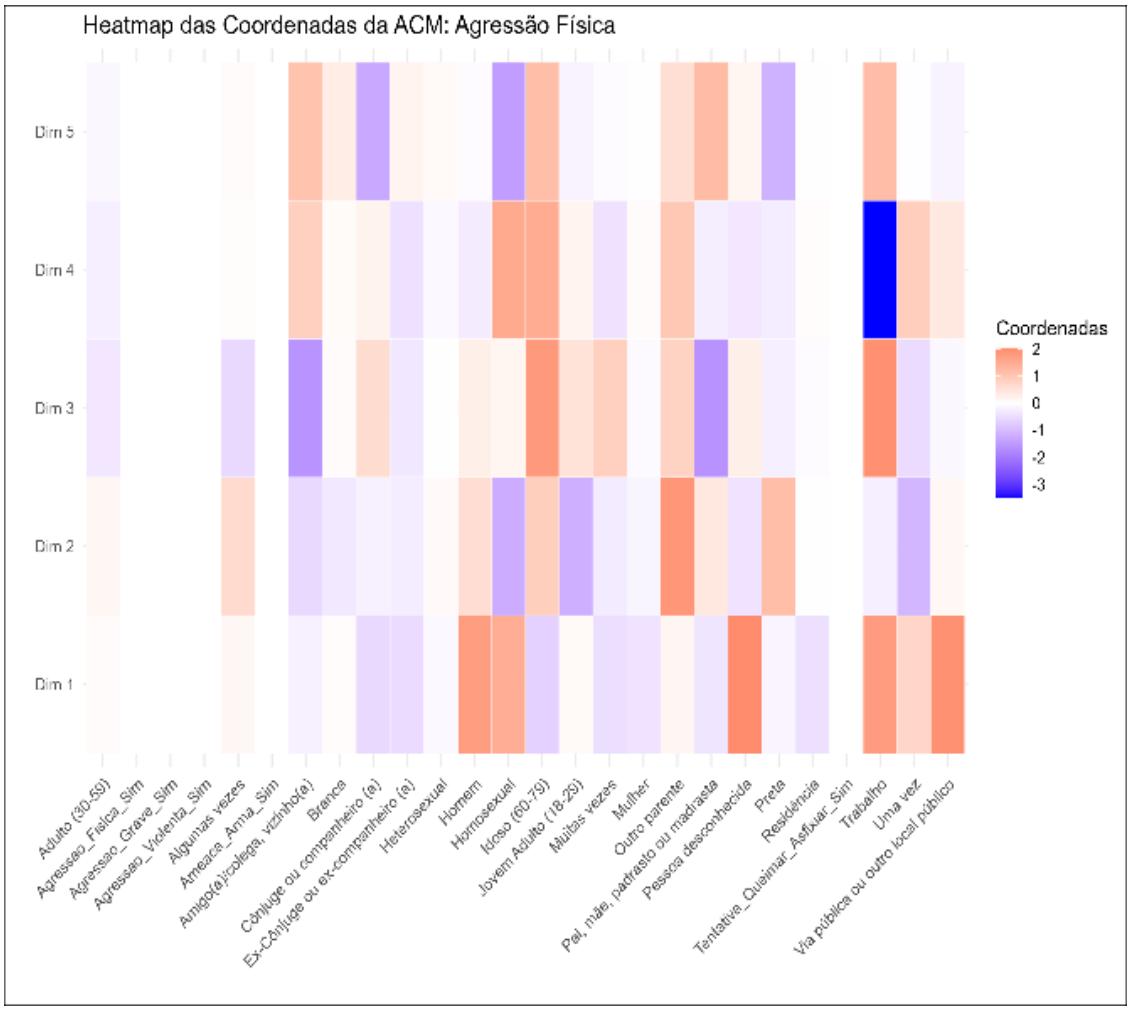
Análise de ACM (A) e Mapa de calor (B), para agressão física por agressor, frequência e local, no ano de 2019

A.



Continua

B.



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

A distinção entre violência pública e doméstica evidencia como a natureza das interações sociais influencia o tipo de agressão. Em um estudo conduzido por Aperocho *et al.* (2023), os autores exploram os efeitos da linguagem violenta sob grupos segregados na sociedade em locais públicos e de trabalho, evidenciando que a violência física frequentemente se manifesta de forma esporádica e é direcionada a alvos aleatórios ou a grupos que sofrem discriminação, como pessoas LGBTQIA+. Por outro lado, estudos sobre violência pública e doméstica, conduzidos há décadas, já sinalizam que, no ambiente doméstico, as agressões são mais recorrentes e envolvem relações de poder assimétricas entre vítima e agressor, refletindo padrões de violência estrutural e histórica que atingem principalmente mulheres e grupos vulneráveis (Wilkinson, 1947; Malik; Lindahl, 1998; Scripcaru *et al.*, 2024).

O Mapa de calor (Figura 3B) das coordenadas da ACM reforça essas associações, evidenciando um forte vínculo entre as variáveis relacionadas ao local público, ao trabalho e, com maior significância, ao gênero da vítima (homossexual). Isso destaca a relevância desses ambientes para a ocorrência de agressões físicas contra grupos que se identificam fora da heteronormatividade. A análise sugere que as pessoas que não se enquadram nas normas sociais de gênero e sexualidade estão mais expostas à violência em espaços públi-

cos, muitas vezes resultando de preconceito e discriminação. Autores como Sousa *et al.* (2023) indicam que esse tipo de violência é potencializado pela ausência de políticas públicas inclusivas e por práticas de omissão das autoridades, que frequentemente não oferecem o apoio necessário para a proteção desses grupos.

Na Dim2, observa-se que mulheres, pessoas idosas e negras são mais afetadas pela violência doméstica. Outra observação relevante, evidente em todas as dimensões, é a forte associação entre vítimas jovens e idosas e as agressões físicas cometidas por familiares próximos (parceiros, ex-companheiros e parentes), ocorrendo predominantemente no ambiente residencial. Essa correlação sugere que, para esses grupos, as agressões físicas tendem a ser perpetradas por pessoas próximas, reforçando o padrão de violência doméstica a vulneráveis e/ou incapacitados.

O envolvimento de pessoas idosas em agressões físicas dentro do ambiente familiar é um fenômeno preocupante, que se intensificou durante períodos de isolamento social, como na pandemia da covid-19. Dados de Moraes *et al.* (2020) apontam para um aumento nas ocorrências de violência contra idosos por filhos e parentes próximos, destacando como o confinamento e a sobrecarga emocional afetam dinâmicas familiares preexistentes e agravam situações de violência.

Um aspecto notável é a relação entre vítimas idosas (60-79 anos) e a violência cometida por familiares próximos, o que aponta para um padrão de violência familiar que afeta especialmente essa faixa etária. O gráfico também mostra que esse grupo está frequentemente envolvido em múltiplas ocorrências de agressão, assim como evidenciado por Araújo e Reis (2024), analisando dados de agressão doméstica em idosos por filhos e parentes durante o período de isolamento da pandemia da covid-19. Essas análises destacam a necessidade de políticas específicas de proteção para vítimas vulneráveis, especialmente no contexto doméstico.

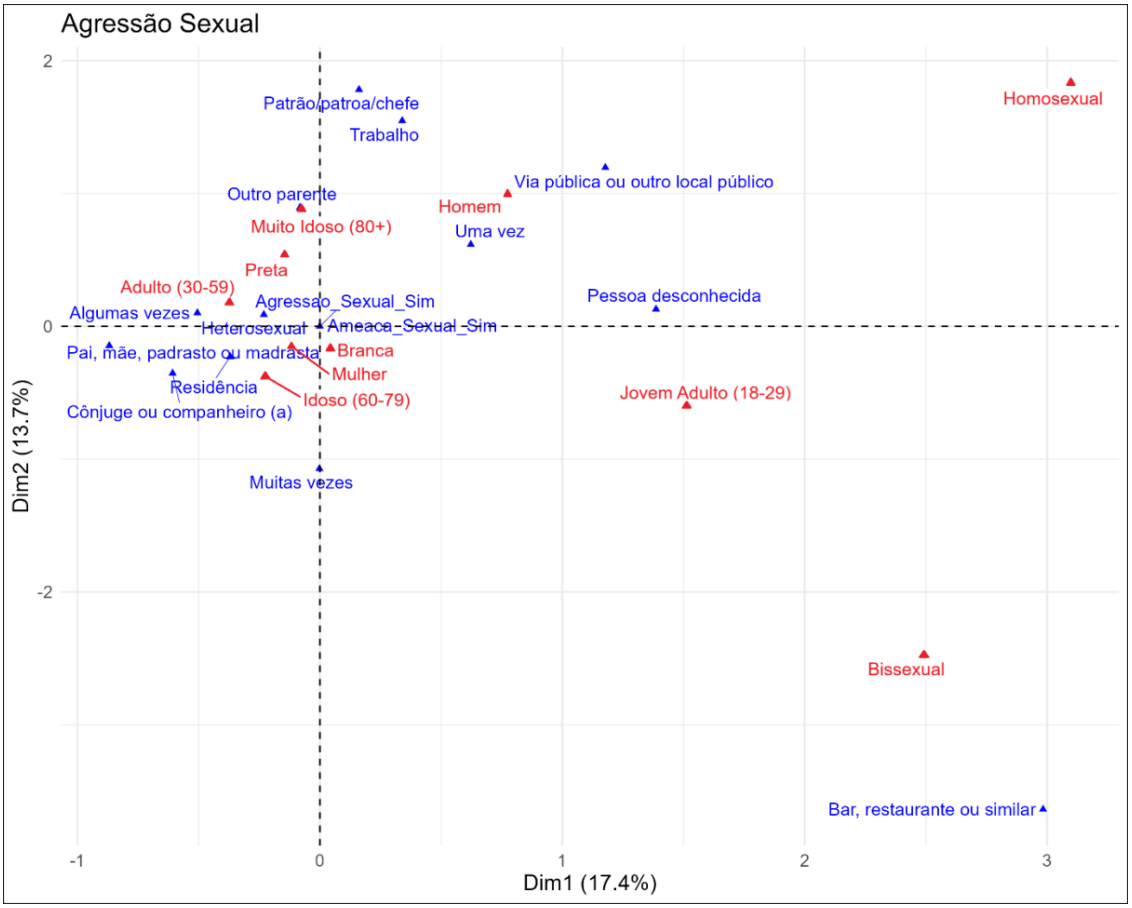
A divisão entre violência familiar/doméstica e agressões em locais públicos sublinha a importância de medidas específicas para cada grupo e ambiente, enfatizando a necessidade de estratégias de prevenção e proteção adequadas. A formulação de políticas públicas deve considerar tanto a promoção da segurança nos espaços públicos quanto a implementação de programas de intervenção familiar e apoio psicológico às vítimas. Além disso, é essencial que as iniciativas de combate à violência integrem esforços intersetoriais, envolvendo saúde, educação e segurança pública, para garantir uma resposta eficaz e inclusiva diante dos diversos perfis de vítimas e agressores.

A ACM referente às agressões sexuais em 2019 (Figura 4A) revela uma forte associação entre agressores do sexo masculino e agressões que ocorrem dentro de casa, afetando principalmente vítimas adultas (acima de 30 anos), sejam homens ou mulheres, heterossexuais e de cor preta ou branca. Isso reforça o padrão de que o abuso sexual, em sua maioria, ocorre em ambientes familiares e é cometido por pessoas próximas da vítima (McKillop *et al.*, 2015; Ardenghi; Fonseca; Sanches, 2024). Essa dinâmica de violência sexual no ambiente doméstico destaca a complexidade das relações familiares, onde abusos são frequentemente silenciados por medo, vergonha ou dependência emocional e financeira da vítima em relação ao agressor. Esses fatores dificultam a denúncia e a ruptura desse ciclo, exigindo que as políticas públicas avancem em estratégias de apoio contínuo às vítimas e de capacitação de profissionais de saúde e segurança para detectar casos de violência sexual latente.

FIGURA 4

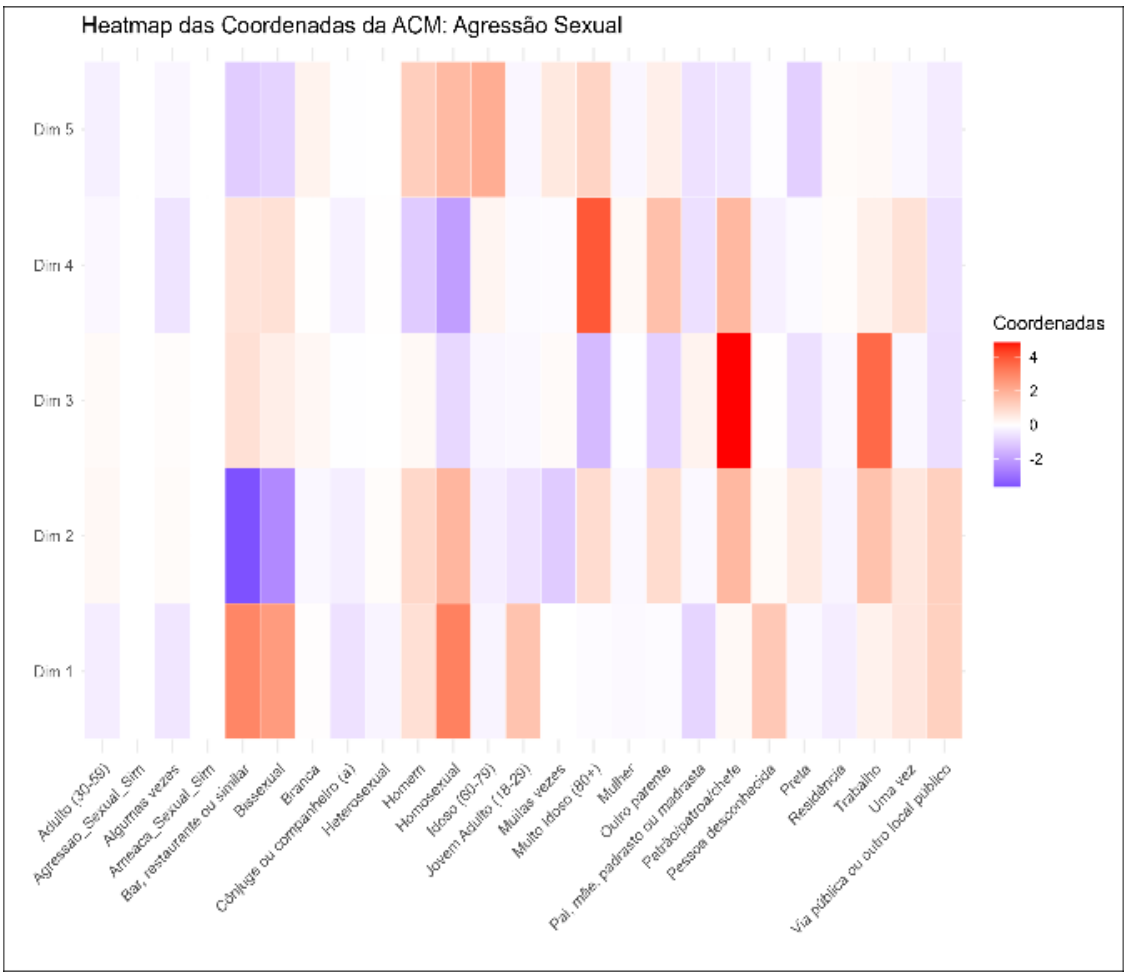
Análise de ACM (A) e Mapa de calor (B), para agressão sexual por agressor, frequência e local, no ano de 2019

A.



Continua

B.



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

No caso de vítimas jovens, os dados indicam que esse grupo tende a ser mais exposto à agressão sexual por desconhecidos. A análise sugere que essa faixa etária, especialmente no caso de adolescentes, encontra-se em maior risco em espaços sociais mais abertos, como escolas, festas e áreas públicas. A vulnerabilidade pode estar atrelada pela falta de uma rede protetora adequada e pelas dificuldades em reconhecer ou evitar situações de risco.

Além disso, pessoas de orientação homossexual e bissexual estão mais distantes do centro da análise, correlacionadas com violência em locais públicos, o que pode indicar uma vulnerabilidade específica desses grupos fora do ambiente residencial, destacando a importância de considerar que esses grupos têm riscos específicos de violência em espaços públicos, exigindo uma abordagem mais diversificada de políticas públicas. A violência direcionada a esses grupos reflete um padrão de discriminação estrutural que atravessa diversas esferas sociais, como a escola, o trabalho e o espaço urbano.

Essa divisão entre violência familiar/doméstica e agressões em locais públicos enfatiza a importância de medidas específicas para cada grupo e ambiente, ressaltando a necessidade de estratégias de prevenção

e proteção adequadas. As abordagens precisam ser articuladas de forma intersetorial, considerando a interação entre saúde, educação e segurança pública, e oferecendo um atendimento sensível às necessidades particulares das vítimas.

No Mapa de calor (Figura 4B), observa-se com mais detalhes a variabilidade de cada dimensão analisada, com destaque na Dim3 para o abuso sexual no ambiente de trabalho, cometido por superiores hierárquicos. Esse padrão revela uma prevalência de violência sexual em locais onde a vítima pode estar sob maior pressão psicológica, sendo coagida pelo agressor devido à hierarquia no trabalho e à dependência financeira. As análises reforçam a necessidade de políticas mais rígidas de prevenção ao assédio e abuso nas organizações, além de canais seguros e anônimos para denúncia.

A exploração do poder hierárquico no ambiente profissional está ligada a uma dinâmica de dominação que envolve fatores como classe, raça e gênero, conforme apontado por Vieira (2023). A saúde dos trabalhadores precisa adotar uma abordagem que leve em conta diferentes aspectos sociais, enfrentando de forma inevitável a exploração econômica, o racismo e a desigualdade de gênero. Sem essas ações, as desigualdades permanecerão latentes, perpetuando situações de violência sexual e assédio.

A frequência das agressões também desempenha um papel crucial na diferenciação dos grupos. Agressões recorrentes ("muitas vezes") estão frequentemente associadas ao ambiente doméstico e a agressores familiares, enquanto agressões esporádicas ("uma vez") tendem a ocorrer em ambientes públicos e a serem cometidas por desconhecidos. Esse padrão indica a necessidade de intervenções específicas, tanto de segurança pública quanto de políticas voltadas para a proteção de grupos vulneráveis nos contextos familiares, de trabalho e público.

Essas distinções na natureza e frequência das agressões reforçam a importância de abordagens personalizadas, como campanhas educativas que incentivem a denúncia precoce em ambientes públicos e programas de proteção contínua para vítimas de abuso familiar. Além disso, a criação de redes de apoio comunitário pode desempenhar um papel essencial na prevenção da violência, oferecendo suporte psicológico e jurídico às vítimas em todas as fases do processo de recuperação.

As Figura 5, 6 e 7 apresentam três gráficos de ACM que relacionam as agressões a variáveis de natureza social, política e geográfica (azul), e à vulnerabilidade da saúde das vítimas (vermelho).

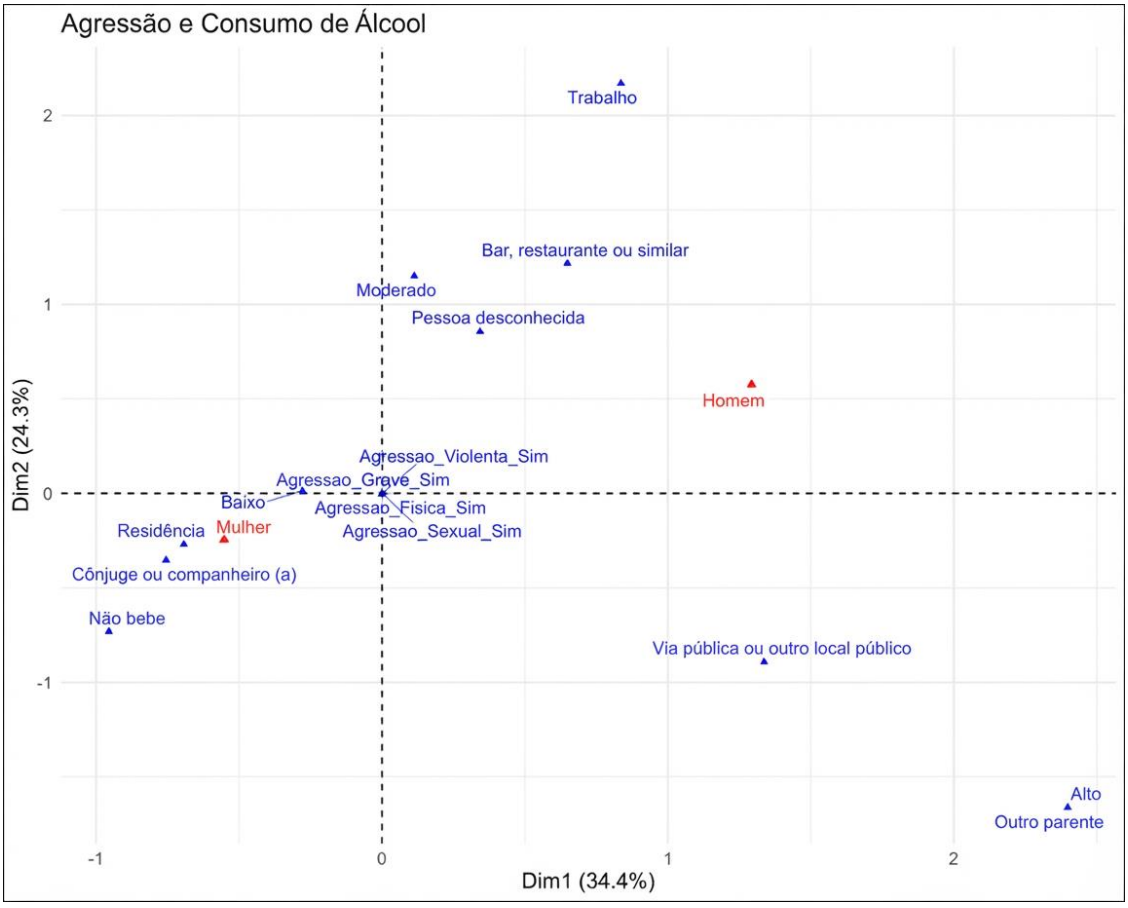
O gráfico que analisa a relação entre agressão e consumo de álcool revela padrões preocupantes de vulnerabilidade associados ao comportamento de consumo (Figura 5). Indivíduos que relatam violência cometida por agressores com consumo moderado de álcool tendem a estar mais expostos em espaços públicos, como bares, restaurantes e ruas, onde os agressores são frequentemente desconhecidos. Pode-se observar uma correlação entre o consumo de álcool em ambientes sociais e o aumento da exposição a situações de risco, bem como destaca-se também que o comportamento desinibido causado pelo álcool pode aumentar a probabilidade de conflitos e interações com desconhecidos, resultando em episódios de violência pública.

Soares *et al.* (2021), ao estudarem a violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil, enfatizam a importância de avaliar a conexão entre o uso de álcool e os atos violentos dentro das famílias, abordando essa relação de maneira complexa e contextualizada, diferenciando os padrões de consumo. Por outro lado, divergindo de Soares *et al.* (2021) referente ao contexto público,

os dados revelam que os agressores com baixo ou nenhum consumo de álcool estão associados à violência doméstica envolvendo cônjuges ou companheiros, em sua maioria. Esse contraste demonstra que, enquanto o consumo de álcool pode aumentar a exposição à violência fora de casa, a ausência dele não garante proteção completa, já que muitos ainda sofrem agressões no ambiente familiar. Esse padrão reflete a complexidade das dinâmicas da violência doméstica, onde a proximidade e a convivência diária, independentemente do consumo de álcool, podem culminar em situações de agressão.

FIGURA 5

Análise de ACM, para agressões relacionadas ao Alcoolismo, no ano de 2019



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

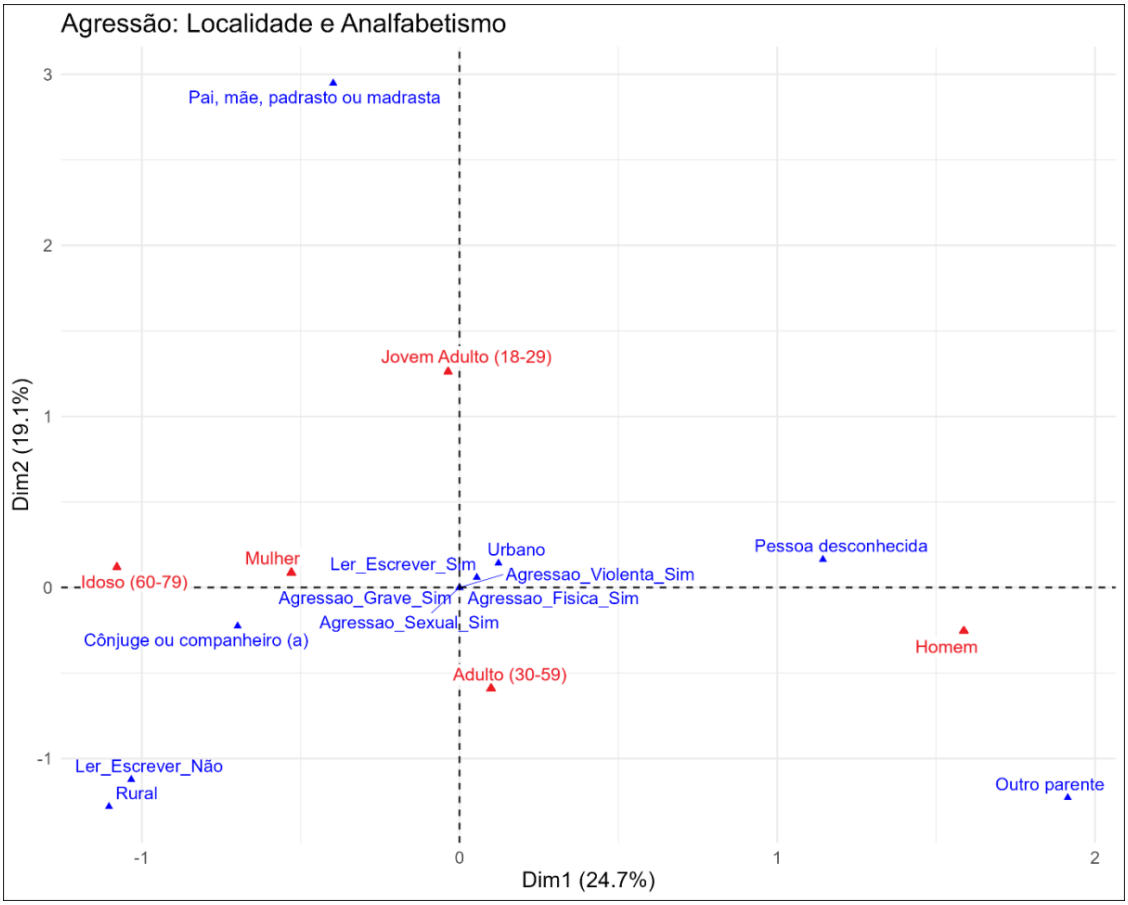
A Figura 6 evidencia a vulnerabilidade de populações rurais e pessoas não alfabetizadas, tendendo a sofrer mais agressões no ambiente doméstico por estarem relacionadas a fatores como isolamento social, não acesso à educação formal, dependência econômica e dificuldade de acesso a serviços de proteção; compostas majoritariamente por mulheres e idosos, que enfrentam maiores riscos devido à sua posição vulnerável nas dinâmicas familiares e comunitárias, como também observado por Santos e Souza (2023).

Em contraste, nas áreas urbanas, as agressões são mais frequentes entre jovens adultos alfabetizados, o que sugere que a educação, por si só, não é um fator completamente protetor contra a violência. O gráfico ainda indica que, embora a urbanização possa proporcionar melhores oportunidades educacionais, ela

também expõe os indivíduos a novos tipos de riscos, especialmente em interações com pessoas desconhecidas, onde a violência tende a ser anônima e imprevisível.

FIGURA 6

Análise de ACM, para agressões relacionadas a Localidade e Não Alfabetizado, no ano de 2019



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

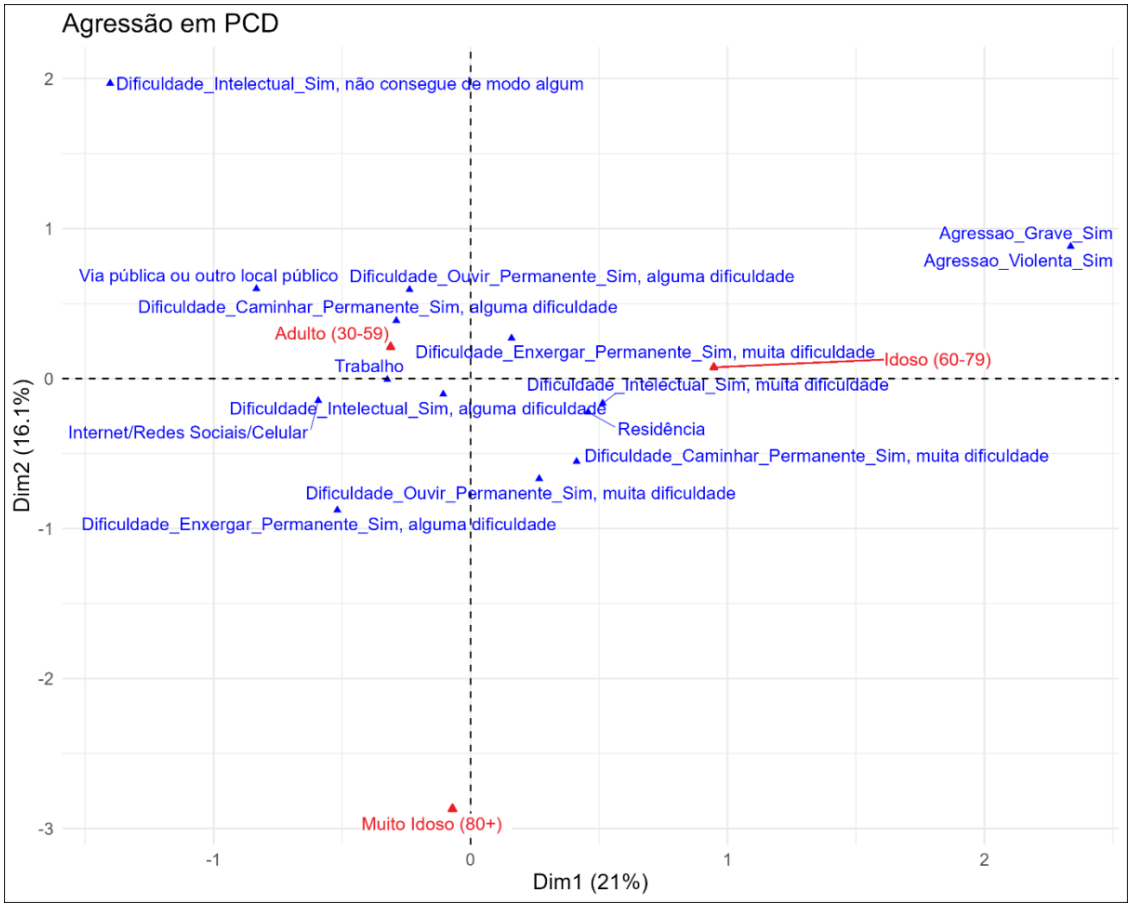
O gráfico de ACM que analisa agressões contra pessoas com deficiência (PCDs), na Figura 7, expõe um cenário alarmante. Indivíduos com deficiências permanentes, especialmente visual e motora, estão desproporcionalmente associados a agressões graves e violentas. Os idosos, particularmente, enfrentam desafios adicionais que aumentam sua vulnerabilidade, como limitações físicas e maior dependência de cuidadores ou familiares.

Cazalis *et al.* (2022), que conduziram estudos de violência sexual contra mulheres com deficiência, evidenciaram que há constância de frequência de abuso correlacionada com o fato de a vítima ser principalmente jovem, contudo, apenas um terço conseguiu relatar as agressões. Na Figura 7, observa-se que as agressões ocorreram tanto em espaços públicos quanto privados, destacando a falta de proteção adequada para PCDs em diferentes contextos, expondo-os a riscos de múltiplas fontes.

Os dados ressaltam a necessidade urgente de políticas específicas para proteger PCDs contra a violência; a agressão, muitas vezes, passa despercebida ou é minimizada, já que suas limitações podem dificultar a denúncia ou o acesso a serviços de apoio. Além disso, o fato de os agressores frequentemente serem pessoas próximas, como cuidadores ou familiares, tornam a identificação e a intervenção ainda mais complexas. Esta análise destaca a importância de implementar mecanismos de proteção robustos e acessíveis, que levem em conta as necessidades particulares das PCDs em diversos contextos.

FIGURA 7

Análise de ACM, para agressões relacionadas a Pessoas com Deficiência (PCDs), no ano de 2019



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

A análise do mapa de frequência de agressões por UFs no Brasil em 2019 (Figura 8) revela disparidades significativas na distribuição da violência. São Paulo se destaca como o estado com a maior incidência, com frequências superiores a 300 agressões, representado pela cor amarela. Isso sugere que a violência tende a se concentrar em áreas de alta densidade populacional, onde desafios relacionados à urbanização e a divergências socioculturais são mais evidentes. Outros estados, como Minas Gerais e Goiás, também apresentam frequências moderadas, com incidências entre 150 e 200 casos, refletindo padrões semelhantes nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Estados do Norte, como Amazonas e Pará, registram altas frequências de agressões, variando entre 150 e 200 casos, o que pode estar relacionado a fatores como conflitos por terras e recursos naturais, além de desafios logísticos. O Pará se destaca por ser um dos estados com maior incidência de violência no campo, devido a disputas territoriais, desmatamento ilegal e exploração de recursos naturais (CPT, 2022). No Amazonas, a vasta extensão territorial e o difícil acesso a algumas áreas, aliados ao crescimento do crime organizado e à exploração ilegal, agravam o cenário de violência. Ferreira e Framento (2020), em estudo sobre os atores não-estatais violentos transnacionais na América do Sul, analisaram a relação entre o crescimento urbano desordenado e a falta de políticas públicas eficazes e sua causa na intensificação da violência em Manaus, incluindo agressões físicas e conflitos relacionados ao tráfico de drogas.

No Nordeste, estados como Bahia e Pernambuco registram elevados índices de agressões, resultado de uma herança histórica de desigualdade social que influencia a distribuição de recursos e oportunidades. A concentração de renda, pobreza e a atuação de organizações criminosas aumentam a vulnerabilidade em determinadas regiões, perpetuando ciclos de violência (Cardoso; Silva, 2022). Em Pernambuco, o crescimento de facções criminosas e a violência urbana são temas recorrentes em estudos sobre segurança pública, enquanto na Bahia a violência agrária é significativa, especialmente em áreas rurais (Pestana *et al.*, 2021).

Por outro lado, estados como Acre, Roraima e Tocantins apresentam menores frequências de agressões (abaixo de 100), sugerindo que, embora existam problemas de violência, eles podem ser menos intensos ou de outra natureza. Essa diferença também pode refletir a necessidade de uma amostra de dados maior e de análises mais detalhadas, considerando que a baixa densidade populacional e o menor nível de urbanização influenciam diretamente a incidência de agressões reportadas. Esses estados, com populações mais dispersas e cidades menores, possuem dinâmicas sociais e econômicas distintas em comparação com regiões mais urbanizadas, o que pode tornar a violência mais relacionada a conflitos locais e vulnerabilidade social em áreas rurais, onde o acesso a serviços públicos e a presença do Estado são mais limitados.

De acordo com Cerqueira, Ferreira e Bueno (2021), no Atlas da Violência 2021, fatores como densidade populacional e grau de urbanização têm impacto direto na violência, já que áreas mais densamente povoadas tendem a concentrar mais conflitos sociais, atividades criminosas e desigualdade, o que pode aumentar a incidência de agressões.

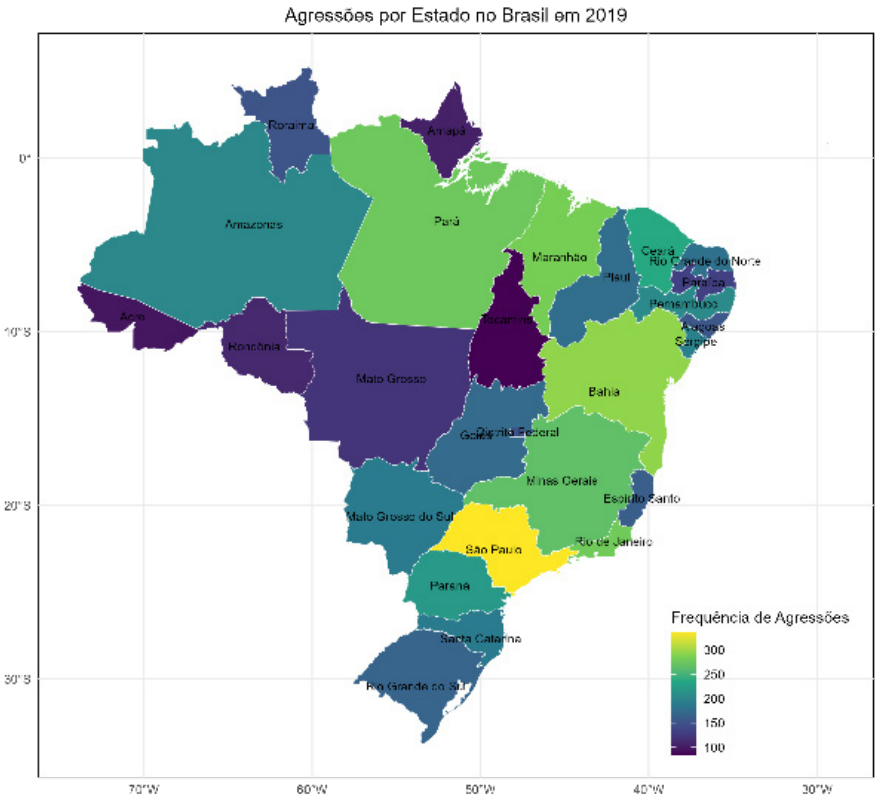
Nos estados do Acre, de Roraima e do Tocantins, a menor presença de grandes centros urbanos e a dinâmica socioeconômica diferenciada ajudam a explicar, em parte, a menor frequência de agressões. No entanto, isso não implica que não existam problemas graves de violência, apenas que a sua intensidade e forma podem ser distintas das encontradas em regiões mais urbanizadas.

Nesse sentido, através da análise e observação dos dados sobre violência no Brasil, o presente estudo destaca que a violência doméstica prevalece, com familiares sendo os principais agressores. As vítimas mais afetadas por essa forma de violência são, em grande parte, mulheres, idosos e pessoas com deficiência (PCDs), evidenciando vulnerabilidades específicas nesses grupos dentro do ambiente familiar.

Por outro lado, a violência fora de casa é mais comum entre jovens, pessoas negras e indivíduos LGBTQIAPN+, especialmente em espaços públicos, onde se observam maiores riscos de agressão física e discriminação. Esses padrões indicam que a violência atinge diferentes grupos de maneiras distintas, dependendo do local e das relações envolvidas.

FIGURA 8

Mapa da frequência de agressões por Estados do Brasil, para o ano de 2019



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2024).

Esses dados ressaltam a importância de políticas públicas voltadas à proteção das vítimas, levando em consideração as particularidades e os padrões dos diferentes contextos de violência. A ciência de dados é essencial nesse processo, pois permite identificar e analisar padrões complexos, ajudando a entender melhor as correlações entre fatores socioeconômicos, geográficos e culturais que influenciam a violência no Brasil. Tanto a violência no ambiente familiar quanto em espaços públicos exige estratégias de prevenção e intervenção específicas, que abordem as causas estruturais, culturais e sociais que perpetuam esses comportamentos violentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a necessidade urgente de pesquisas e análises mais abrangentes e atualizadas sobre a violência no Brasil. A principal limitação encontrada foi a ausência de dados mais recentes, com a única fonte disponível com riqueza de detalhes sendo a PNS de 2019. Isso ressalta a importância de que novas pesquisas sejam realizadas, permitindo que as políticas públicas e sanitárias estejam alinhadas à realidade atual do país.

A análise conduzida a partir da PNS 2019, associada à Análise de Correspondência Múltipla (ACM), revelou que a violência no Brasil é um fenômeno multifacetado, atravessando diversas camadas sociodemográfi-

cas. Não se trata de um problema restrito a uma única classe social, cor, gênero ou faixa etária, mas de um aspecto presente de forma generalizada no cotidiano dos brasileiros.

Além disso, a ciência de dados, embora ainda subutilizada no Brasil, demonstrou seu grande potencial para elucidar essas disparidades e identificar falhas e necessidades sociais. Assim como já auxilia na tomada de decisões estratégicas em empresas, a ciência de dados pode desempenhar um papel crucial na formulação de políticas públicas mais eficazes, ajudando a construir respostas mais robustas para enfrentar a violência de maneira direcionada e informada.

REFERÊNCIAS

APEROCHO, Maico Demi Banate; ALIÑABON, Gianelli; CAMIA, Kenneth; TENORIO, Aerol Jay. Exploring the hate language: an analysis of discourses against the LGBTQIA+ Community. **Psychology and Education**: A Multidisciplinary Journal, v. 8, n. 6, p. 729-737, 2023.

ARAÚJO, Marcella Campos de; REIS, Deyvylan Araujo. Violência contra a pessoa idosa no domicílio em tempos de pandemia da Covid-19. **Revisa**, Valparaíso, v. 13, n. 4, p. 978-990, 2024.

ARDENGHI, Fabiane Olivia; FONSECA, Luana Florentino; SANCHES, Mário Antonio. Caracterização do ato do abuso na agressão sexual infantil: uma revisão de escopo. **Cadernos Cajuína**, São Paulo, v. 9, n. 6, e249621, 2024. DOI: https://doi.org/10.52641/cadcajv9i6.690.

BAREZ, Malikeh Amel; NAJMABADI, Khadijeh Mirzaii; ROUNDSARI, Robab Latifnejad; BAZAZ, Mojtaba Mousavi; BABAZADEH, Raheleh. 'It is a hard decision': a qualitative study of perinatal intimate partner violence disclosure. **Reproductive Health**, v. 19, n. 1, 208, 2022. DOI: https://doi.org/10.1186/s12978-022-01514-7.

BIREME – El Centro Latinoamericano y del Caribe de Información en Ciencias de la Saúde. **Descriptores em Ciências da Saúde**. Retrieved from Biblioteca virtual em saúde. [*s.d.*]. Disponível em: https://decs.bvsalud.org/es/ths/resource/?id=59890#Concepts. Acesso em: jan. 2024.

CANETTIERI, Thiago. Extensive urbanization and violent neo extractivism in Brazil: ten considerations on the explosion of the Brazilian social conflict. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Natal, v. 26, n. 1, e202417, 2024. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202417.

CARDOSO, Fernando da Silva; SILVA, Paulo Marinheiro das Neves. Diagnóstico das ações extensionistas promovidas por universidades públicas do Nordeste do Brasil no combate à violência contra a mulher. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, Santos, v. 48, n. 136, p. 7-31, 2022. DOI: https://doi.org/10.58422/releo2022.e1344.

CARNEIRO, Leonardo Andrade; PEDROSO NETO, Antônio José. Uma análise do espaço relacional dos homicídios na Região Norte do Brasil. **DRd** – Desenvolvimento Regional em Debate, Canoinhas, v. 14, p. 432-455, 2024. DOI: https://doi.org/10.24302/drd.v14.5308.

CAZALIS, Fabienne; REYES, Elisabeth; LEDUC, Séverine; GOURION, David. Evidence that nine autistic women out of ten have been victims of sexual violence. **Frontiers in Behavioral Neuroscience**, v. 16, 852203, 2022. DOI: https://doi.org/10.3389/fnbeh.2022.852203.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (Coords.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. 108 p.

COE – Council of Europe. **Types of gender-based violence**. Retrieved from Council of Europe. [*s.d.*]. Disponível em: https://www.coe.int/en/web/gender-matters/types-of-gender-based-violence. Acesso em: fev. 2024.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p.

FERREIRA, Marcos Alan; FRAMENTO, Rodrigo de Souza. Atores não-estatais violentos transnacionais na América do Sul: um exame dos casos do Primeiro Comando da Capital e da Família do Norte. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 72-87, 2020. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1011.

FISHER, Ronald. The precision of discriminant functions. **Annals of Eugenics**, v. 10, p. 422-429, 1940. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1469-1809.1940.tb02264.x.

GARCIA, Leila Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00062317, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317.

HAEFLIGER, Claudio Roberto; HERDMAN, Eleandro. Romper o ciclo do silêncio: a Lei Maria da Penha e o papel da segurança pública. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 9, e8222, 2024. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n9-274.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNS – Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Portal do IBGE**, Estatística, Sociais, Saúde, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html. Acesso em: jun. 2024.

JUSTIÇA FEDERAL. Governo do Rio de Janeiro. **Agosto Lilás: Lei Maria da Penha completa 18 anos pressionando por maior proteção a mulheres vítimas de violência**. Disponível em: https://trf2.jus.br/jfrj/noticia/2024/agosto-lilas-lei-maria-da-penha-completa-18-anos-pressionando-por-maior-protecao. Acesso em: maio 2024.

KRUG, Etienne; DAHLBERG, Linda; MERCY, James; ZWI, Anthony; LOZANO, Rafael (Eds.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization Library, 2002. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: out. 2023.

LOZANO-BLASCO, Raquel; SOTO-SÁNCHEZ, Alberto. Violencia virtual contra el colectivo LGBTIQ+: una revisión sistemática. **En-claves del Pensamiento**, v. 16, n. 31, e498, 2022.

MACHADO, Higor Flávio de Oliveira; FERRAZ, Thais Cristina Pereira. Levantamento de microagressões contra minorias de orientação sexual e identidade de gênero em um curso de psicologia. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p. 612-637, 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.12827206.

MACEDO, Davi Manzini; FOSCHIERA, Laura Nichele; BORDINI, Thays Carolyna Pires Mazzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 487-496, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016.

MALIK, Neena; LINDAHL, Kristin. Aggression and dominance: the roles of power and culture in domestic violence. **Clinical Psychology**: Science and Practice, v. 5, n. 4, p. 409-423, 1998. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1468-2850.1998.tb00164.x.

MCKILLOP, Nadine; BROWN, Sarah; WORTLEY, Richard; SMALLBONE, Stephen. How victim age affects the context and timing of child sexual abuse: applying the routine activities approach to the first sexual abuse incident. **Crime Science**, v. 4, n. 17, 2015. DOI: https://doi.org/10.1186/s40163-015-0031-8.

MENDES, Gabriel Marques Silva; FREITAS JÚNIOR, Osmar de. A Lei Maria da Penha no aspecto da violência patrimonial. **Revista Recifaqui**, Quirinópolis, v. 2, n. 11, p. 99-114, 2021.

MONROY, Luis Guillermo Díaz; RIVERA, Mario Alfonso Morales. **Análisis Estadístico de Datos Multivariados**. 1. ed. Bogotá: University National Colombia, 2012.

MORAES, Claudia Leite de; MARQUES, Emanuele Souza; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, suppl. 2, p. 4177-4184, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.27662020.

PENA, Stanley Araújo; GONÇALVES FILHO, Cid. Investir em segurança pública reduz a criminalidade? Análise da relação entre as despesas em segurança pública e o controle da violência. **Anais** do IX Encontro Brasileiro de Administração Pública. Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, out. 2022. Disponível em: https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/521. Acesso em: out. 2024.

PESTANA, Jesyka Thamires da Silva; SANTOS, Emmanuela Kethully Mota dos; SILVA, Aline Maria de Melo; ROCHA, Camila Maria da; NASCIMENTO, Gabriele Amorim do; RODRIGUES, Isabela Silva; SILVA, Maria Camila da; MONTEIRO, Thalice Michielle de Queiroz. Epidemia invisível: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de Pernambuco entre 2015 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 7, n. 6, p. 64290-64308, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-691.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. **R Foundation for Statistical Computing**. Vienna, 2024. Disponível em: https://www.R-project.org. Acesso em: jun. 2024.

ROMFELD, Victor Sugamosto. Criminologia e estudos LGBTQ: uma área a ser explorada pelas ciências criminais brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 205, n. 205, p. 273-314, 2024.

SANTOS, Aline Araújo dos; SOUZA, Júlio César Pinto de. Trauma Bonding: os fatores psicossociais ligados aos vínculos amorosos abusivos. **Psicologia e Saúde em Debate**, Patos de Minas, v. 9, n. 2, p. 909-921, 2023.

SCRIPCARU, Andrei; ILIESCU, Diana Bulgaru; IOV, Tatiana; CHIRILA, Bogdan Daniel; DIAC, Madalina Maria; SCRIPCARU, Călin. The dark side of domestic violence. **Sănătate Publică, Economie şi Management în Medicină**, p. 9-14, 2024.

SILVA, Fábio Ragateiro da; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. **Diagrama e Taxonomia da Tipologia das Violências**. Belém: Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2023. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/739724/2/Manual%20-%20Diagrama%20e%20Taxonomia%20da%20Tipologia%20das%20Viol%C3%AAncias.pdf. Acesso em: 29 jul. 2026.

SILVA, Lídia Ester Lopes da; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3523-3532, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014.

SOARES, Grazielle Neves; FERNANDES, Marconi Moura; CUNHA, Aline Maria Figueiredo Ko da; SOUZA, Luís Paulo Souza e. Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 44-73, 2021. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n2.1212.

SOUSA, Ronny Batista de; LEITE, Adna Luiza Oliveira; COELHO, Francisco das Chagas Araújo; SILVA, Viviane Soares; SILVA, Ionara da Silva; CUNHA, Hefaísto Sousa da; ABREU, Josiane Lima de. Políticas públicas de proteção a mulher em situação de violência por seu parceiro íntimo. **Cadernos de InterPesquisas**, [*S.l.*], v. 1, p. 268-285, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.10144182.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. Violência no trabalho: dimensões estruturais e interseccionais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 48, edcinq2, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369/24922pt2023v48edcinq2.

WHO – World Health Organization. **The VPA Approach**. Geneva: WHO, 2023.

WILKINSON, Clare. Drama in the dailies: violence and gender in Dutch newspapers, 1880 to 1930. **Power**, v. 152, p. 156, 1947.

WILLIAMS, Matthew. **A ciência do ódio**: a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam o futuro da sociedade humana. 1. ed. São Paulo: Globo Livros, 2021. 368 p.

XUE, Jia; ZHANG, Bolun; ZHANG, Qiaoru; HU, Ran; JIANG, Jielin; LIU, Nian; PENG, Yingdong; LI, Ziqian; LOGAN, Judith. Using Twitter-based data for sexual violence research: scoping review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 25, e46084, 2023. DOI: https://doi.org/10.2196/46084.

REVISTA
BRASILEIRA
DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

QUALIDADE DE VIDA E EFICIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: EVIDÊNCIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FÁBIO LEITE DE OLIVEIRA

Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) graduado em Ciências Contábeis pela mesma instituição, com especialização em Administração Pública e Engenharia de Produção pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Sargento da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com atuação na área de gestão orçamentária e financeira.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Cariacica

E-mail: fabioleite_sjc@hotmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0006-3819-114X

MIGUEL RODRIGUES

Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com dissertação defendida e aprovada em 20/08/2026. Graduado em Ciências Contábeis pela UFES, com especialização em Engenharia de Produção pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Subtenente da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com atuação na área de gestão orçamentária e financeira.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Cariacica

E-mail: miguel.rdsm@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0006-4898-0011

ERIVELTO FIORESI DE SOUSA

Professor de Ciências Econômicas do IFES Cariacica. Doutor em Engenharia de Produção (UFRGS), Mestre em Ciências Contábeis (FUCAPE) e Bacharel pela UFES. Coordenador do NEPP e do Núcleo Incubador local. Pesquisador do ODC, LabDES e CECEG, atua em pesquisas sobre Insumo-Produto, Logística Portuária, Finanças e Desenvolvimento Regional.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Cariacica

E-mail: erivelto.sousa@ifes.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-0470-1926

GUILHERME GUILHERMINO NETO

Doutor e Mestre em Modelagem Computacional (UFJF) e Engenheiro de Produção. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) desde 2014, atua do ensino técnico à pós-graduação. Leciona e pesquisa nas áreas de Estatística Aplicada, Modelagem Matemática, Machine Learning e Engenharia de Produção, com projetos premiados em Hackathons e Startups.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Cariacica

E-mail: guilherme.neto@ifes.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-7444-0485

TIAGO JOSÉ MENESES GONÇALVES

Pesquisador no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pelo ITA, com foco em apoio multicritério à decisão e infraestrutura aeroportuária. Possui experiência em manufatura digital (CCM-ITA), gestão de riscos no projeto do Satélite ITA-SAT e consultoria em otimização de processos e concessões aeroportuárias.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Cariacica

E-mail: tiago.goncalves@ifes.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5334-4104

Contribuições dos autores: Flávio Leite de Oliveira e Matheus Rodrigues atuaram na concepção e delineamento, análise e interpretação dos dados e redação do manuscrito. Erivelto Fioresi de Sousa atuou na análise e interpretação dos dados, redação do manuscrito e revisão crítica. Guilherme Guilhermino Neto e Tiago José Meneses Gonçalves atuaram na análise e interpretação dos dados e revisão crítica.

RESUMO

A segurança pública é uma questão central para a sociedade e para os governos, sendo particularmente urgente no Brasil, um país com altos índices de criminalidade. No estado do Espírito Santo (ES), as forças policiais têm sido objeto de estudos quanto à sua eficiência. Este trabalho foca na eficácia das unidades policiais do ES na redução da criminalidade, utilizando a ***Análise Envoltória de Dados*** (DEA – *Data Envelopment Analysis*) para avaliar 20 unidades, no período de 2018 a 2023. Os resultados mostraram que, das 20 unidades analisadas, apenas 8 apresentaram-se como eficientes, sendo que, notadamente, as maiores unidades operacionais da Região Metropolitana da Grande Vitória não foram eficientes. A qualidade de vida dos policiais militares, avaliada pelo questionário *World Health Organization Quality of Life Instrument Bref* (**WHOQOL-bref**), foi analisada sob a ótica da eficiência das unidades; contudo, o modelo de regressão Tobit não indicou uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis, segundo o modelo utilizado. Este estudo avança ao incorporar variáveis humanas na análise da eficiência policial, o que pode contribuir para uma gestão aprimorada e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à modernização da segurança pública no ES.
Palavras-chave: Segurança Pública. Eficiência. Qualidade de vida. Polícia Militar. DEA.

QUALITY OF LIFE AND EFFICIENCY IN PUBLIC SECURITY: EVIDENCE FROM THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT

Public security is a central issue for society and governments, being particularly urgent in Brazil, a country with high crime rates. In the state of Espírito Santo (ES), police forces have been the subject of studies regarding their efficiency. This study focuses on the effectiveness of police units in ES in reducing crime, using **Data Envelopment Analysis** (DEA) to evaluate 20 units from 2018 to 2023. The results showed that, of the 20 units analyzed, only 8 were found to be efficient, with the largest operational units in the Greater Vitória Metropolitan Area notably failing to meet efficiency standards. The quality of life of military police officers, assessed using the World Health Organization Quality of Life Instrument Bref (**WHOQOL-bref**) questionnaire, was analyzed in light of unit efficiency; however, the Tobit regression model did not indicate a statistically significant relationship between the variables, according to the model applied. This study advances by incorporating human variables into the analysis of police efficiency, potentially contributing to improved management and the development of public policies aimed at modernizing public security in ES.
Keywords: Public Security. Efficiency. Quality of life. Military Police. DEA.

Data de recebimento: 30/10/2024 **Data de aprovação:** 20/05/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2296

INTRODUÇÃO

A segurança pública tem sido uma das principais preocupações de cidadãos e governos, em razão de fatores socioeconômicos, demográficos e geográficos (Flegl; Gress, 2023). A crescente insatisfação com

a qualidade do policiamento tem gerado uma demanda pela implementação de mecanismos capazes de monitorar e avaliar o desempenho das forças policiais, em resposta às expectativas da população (Agarwal *et al.*, 2021).

Ao focarmos na segurança pública no Brasil, observa-se que o tema vem ganhando relevância diante do aumento de registros de crimes (Ervilha *et al.*, 2015). Em relação à defesa nacional, o Brasil e a América do Sul apresentam um panorama relativamente pacífico; contudo, quando se trata de segurança pública, a realidade interna é distinta (Matos, 2020). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) mostram que, em 2020, o Brasil concentrou 20,5% dos homicídios registrados globalmente, apesar de representar apenas cerca de 2,7% da população mundial.

No âmbito estadual, a segurança pública está sob a responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, por meio das polícias civis e militares (Carvalho; Silva, 2011). Dentro desse contexto, o estado do Espírito Santo (ES) merece atenção especial, pois entre 1980 e 2010, o crescimento do número de homicídios ocorreu em um ritmo duas vezes maior que a média nacional (Cerqueira *et al.*, 2021). Esses autores destacam que, entre 1993 e 2012, o ES esteve entre os estados mais violentos do país na maioria dos anos, alcançando em 2009 uma taxa de homicídios de 56,9% por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional era de 27,2%.

Mais recentemente, de acordo com o Relatório de Atividades do Observatório de Segurança Cidadã do Espírito Santo (OSC), criado para contribuir com a política de segurança pública, o ES tem apresentado melhoras constantes nos principais indicadores de criminalidade. Por exemplo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes caiu de 58,3% em 2009 para 24,6% em 2019 (Andrade, 2022). No índice de ocorrências de roubos à pessoa por 100 mil habitantes, o ES ocupa a sexta posição entre as unidades federativas, com uma média de 758,4 roubos por 100 mil habitantes, destacando-se como o estado com maior incidência de roubos na região Sudeste (Andrade; Gomes Filho; Jabor, 2022). Em nível nacional, a média é de 404,5 casos por 100 mil habitantes.

Considerando o cenário apresentado, a avaliação da eficiência no combate à criminalidade pode oferecer dados valiosos para a formulação de políticas públicas no setor. Na literatura, encontram-se tentativas de avaliar essa eficiência, recorrendo à Análise Envoltória de Dados (DEA, do inglês *Data Envelopment Analysis*) como ferramenta de análise.

A literatura aponta que a média do grau de eficiência de despesa em segurança pública é em torno de 67,6% (Cavalcante; Machado; Soares, 2021), considerado pelos autores um nível de média baixa eficiência. Adicionalmente, ao relacionar os gastos no setor de segurança pública dos estados brasileiros com os seus índices de criminalidade, foi observado que, dos estados analisados, nove atingiram médio grau de eficiência (Schull; Feitósa; Hein, 2014).

Incrementando a literatura, este estudo sugere que a qualidade de vida dos agentes de segurança pode ser um fator que influencia a eficiência policial na redução dos índices de criminalidade. Os policiais militares atuam sob condições de exposição à violência, risco de morte, altos níveis de estresse e carga horária intensa, fatores que podem impactar sua qualidade de vida e saúde (Oliveira; Quemelo, 2014).

Diante desse contexto, o estudo propõe responder à seguinte questão: **A qualidade de vida do agente de segurança pública pode ser um fator que influencia a eficiência na segurança?** Para responder a

essa questão, utilizou-se a DEA como ferramenta para avaliar a eficiência das unidades policiais na redução dos indicadores de criminalidade, com base nas variáveis selecionadas e com o suporte do Sistema Integrado de Apoio à Decisão – Siad (Meza *et al.*, 2003).

O período analisado foi de 2018 a 2023, excluindo períodos quadrienais coincidentes com mandatos eletivos e a paralisação de 2017, que comprometeu a prestação plena dos serviços de segurança e poderia interferir nos cálculos de eficiência das unidades. Além disso, aplicou-se o questionário WHOQOL-*bref* (do inglês *World Health Organization Quality of Life* – versão abreviada), instrumento utilizado pela Organização Mundial da Saúde para avaliar a qualidade de vida em diversos contextos (Souza Filho *et al.*, 2015). A análise final utilizou uma regressão Tobit para verificar a existência de uma relação estatisticamente significativa entre a qualidade de vida dos policiais e a eficiência aferida pela DEA.

Este estudo pretende contribuir com a literatura ao considerar, além das variáveis orçamentárias tradicionalmente analisadas na eficiência da segurança pública, aspectos humanos envolvidos no trabalho policial. Nos planos gerenciais e práticos, o estudo pode auxiliar na avaliação das unidades da PMES, promovendo uma gestão mais eficaz de recursos e resultados na prestação dos serviços de segurança pública. Adicionalmente, o Comando da PMES poderá usar as avaliações de eficiência para monitorar o desempenho e estabelecer metas para as unidades ineficientes, tomando como referência as mais eficientes. O estudo também poderá fundamentar discussões para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à modernização da segurança.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução: referencial teórico, que aborda os conceitos fundamentais e a estrutura da segurança no ES; processos metodológicos, onde são descritos os passos da pesquisa; apresentação e discussão dos resultados; e, finalmente, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

SEGURANÇA PÚBLICA E A PMES

No Brasil, a perspectiva clássica de segurança pública é estabelecida como uma função do Estado, que detém o monopólio do uso legítimo da força nas atuações em repressão, na manutenção da ordem e da segurança pública (Fontoura; Schmidt, 2020). Semelhantemente, a Constituição Federal de 1988 define que a segurança pública é dever do Estado e constitui um direito e uma responsabilidade de todos, consolidando-se como um dos fundamentos do Estado democrático de direito (Brasil, 1988).

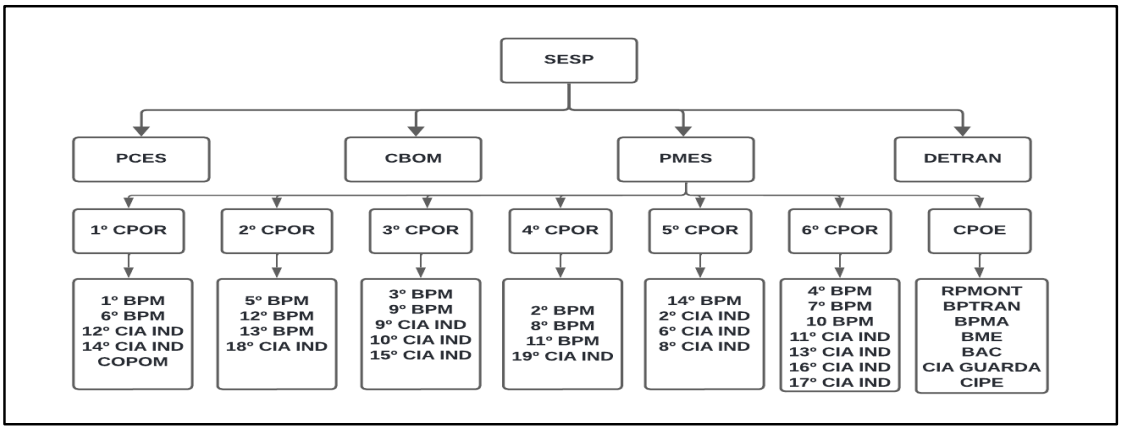
O dever da segurança pública pelo Estado se dá por meio dos órgãos que constam no art. 144 da Constituição Federal, dentre os quais está a Polícia Militar, objeto do presente estudo, à qual cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, conforme o parágrafo quinto do artigo citado (Brasil, 1988).

A PMES é uma instituição com 191 anos de existência, que tem seu efetivo fixado em 10.748 policiais militares, conforme disposto na Lei Complementar nº 627, de 24 de maio de 2012, e está presente em todos os 78 municípios do ES, consolidando-se, dessa forma, como uma importante instituição pública do estado (Espírito Santo, 2012).

A área da segurança pública é gerenciada pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), à qual a PMES está subordinada, conforme previsto no Decreto nº 4.828-R (Espírito Santo, 2021b). Atualmente, o Decreto Estadual nº 4.970-R (Espírito Santo, 2021c), que dispõe sobre a organização básica da PMES, apresenta sua estrutura em três órgãos: Direção Geral, Direção Setorial e Direção de Execução, sendo este último formado pelos Comandos de Polícia Ostensiva Regional (Cpor) e Unidades Operacionais (Batalhões – BPM e Companhias Independentes – CIA IND.), divididos em regiões, áreas e subáreas de atuação, conforme a Figura 1:

FIGURA 1

Organograma da Segurança Pública do ES



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos Decretos nº 4.828-R e nº 4.970-R (Espírito Santo, 2021b, 2021c).

Avançando na estrutura organizacional da PMES, Andrade, Silva Neto e Cerqueira (2023), ao avaliarem os impactos da criação das três Companhias Independentes da Polícia Militar no estado do Espírito Santo em março de 2017, nas cidades de Vitória, Serra e Vila Velha, apontam que os índices de homicídios em duas das cidades citadas, Vila Velha e Serra, foram impactados positivamente, concluindo que, sem a criação das novas unidades, tais índices seriam, em média, 36% e 18% maiores, respectivamente, no período de 2018 a 2021.

A preocupação que conduz a presente pesquisa na tarefa de responder satisfatoriamente à questão apresentada passa pela redução dos índices de criminalidade no Espírito Santo, que, segundo consta no Planejamento Estratégico 2019-2022 (Espírito Santo, 2019b), requer ações que visem melhorar a infraestrutura das forças de segurança, bem como as condições de trabalho de seus servidores.

Faz-se necessária a participação de todos os setores da sociedade para o alcance do objetivo de proporcionar a sensação de segurança à população. É imperativo refletir acerca das medidas que vêm sendo tomadas, tanto em relação ao direcionamento das ações quanto às alternativas oferecidas pelos gestores de políticas públicas na área de segurança, pois isso é fundamental para a melhoria da vida em sociedade (Fontoura; Schmidt, 2020). Contudo, recomenda-se um olhar voltado para o componente humano da instituição, representado por seus integrantes.

QUALIDADE DE VIDA DOS INTEGRANTES DA PMES

Dentro da perspectiva a ser estudada, é necessário entender a condição dos integrantes da PMES como parte importante no combate à criminalidade. Os policiais militares pertencem a uma classe especial de trabalhadores, diferente das demais, devido a vários fatores que influenciam o exercício da profissão (Oliveira; Quemelo, 2014).

A manutenção da saúde do policial é essencial e traz outros benefícios, pois impacta diretamente a prestação de serviços de segurança pública à população, o que, consequentemente, melhora a avaliação da imagem da corporação e do agente, aumentando o nível de confiança na relação entre a sociedade, a corporação e os agentes (Silva; Vargas; Holanda, 2023).

A promoção da melhoria da qualidade de vida dos policiais brasileiros requer um melhor entendimento dos aspectos ambientais, psicológicos, sociais e físicos. É necessário mensurar os níveis de qualidade de vida dos policiais, pois isso pode contribuir para embasar ações que têm o potencial de aumentar o desempenho e as condições de saúde e qualidade de vida desses profissionais (Brasil; Lourenção, 2017).

O instrumento WHOQOL, utilizado na coleta de dados sobre a qualidade de vida dos integrantes da PMES, foi desenvolvido pelo Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde, contendo 100 itens distribuídos em 6 domínios e 24 facetas, sendo a versão brasileira validada por Fleck *et al.* (1999). Como opção simplificada, com menor tempo de preenchimento e mantendo satisfatoriamente as características psicométricas, foi desenvolvida a versão abreviada (WHOQOL-*bref*), igualmente validada no Brasil. A versão brasileira abreviada é constituída de 26 perguntas, das quais as duas primeiras abordam a qualidade de vida geral, seguidas de outras vinte e quatro relacionadas aos quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. As respostas são apresentadas em uma escala de Likert, variando de 1 a 5 (Souza Filho *et al.*, 2015).

Utilizando esse instrumento, Souza Filho *et al.* (2015) investigaram a percepção de qualidade de vida de policiais militares da Região Metropolitana de Belo Horizonte e concluíram que há prevalência de fatores envolvendo os domínios psicossociais, pois os domínios relações sociais e psicológico apresentaram os maiores *scores*, quando comparados aos domínios físico e meio ambiente. Na mesma linha, Arroyo, Borges e Lourenção (2019) concluíram pela existência do comprometimento da qualidade de vida dos policiais militares do estado de São Paulo em relação aos fatores do domínio meio ambiente.

EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS E A SEGURANÇA PÚBLICA

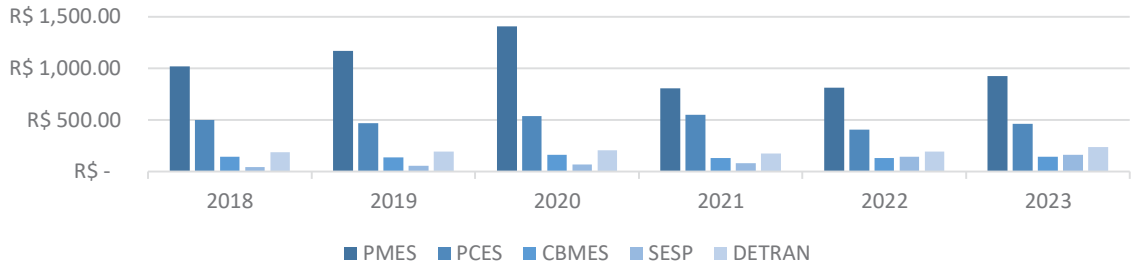
O planejamento é essencial e indispensável em qualquer processo de gestão (Schull; Feitósa; Hein, 2014). No Brasil, a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu art. 165, estabelece os instrumentos de planejamento que devem ser elaborados pelo Poder Executivo: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. O orçamento público é regido pela Lei nº 4.320/64, que também prevê os instrumentos de planejamento citados (Brasil, 1964).

A obtenção de bons resultados em políticas públicas do setor público requer bons gestores e investimentos adequados (Araújo *et al.*, 2020). No Espírito Santo (ES), a PMES direciona inicialmente a sua proposta de Lei Orçamentária Anual à Sesp. Entretanto, antes mesmo da elaboração propriamente dita, ainda na fase preparatória, a PMES procede ao levantamento interno das demandas, que posteriormente é ajustado ao teto orçamentário estipulado pela Secretaria de Economia e Planejamento (SEP).

Para se ter uma ideia da importância da PMES no contexto da segurança pública no ES, a seguir são apresentados dados relativos à sua participação no orçamento total destinado à segurança pública, em comparação com as demais instituições, com base nas leis orçamentárias anuais (LOA) de 2018 a 2023 (Espírito Santo, 2017, 2019a, 2020, 2121a, 2021d, 2022). Conforme se verifica no Gráfico 1, a PMES recebe o equivalente a 50,99% do total de recursos destinado à segurança pública, considerando a média de todo o período:

GRÁFICO 1

Despesas fixadas para a área da Segurança Pública (em milhões)



Fonte: Leis orçamentárias anuais do ES de 2018 a 2023. Lei nº 10.784, de 19/12/2017 (Espírito Santo, 2017); Lei nº 10.978, de 18/01/2019 ((Espírito Santo, 2019b); Lei nº 11.096, de 09/01/2020 (Espírito Santo, 2020); Lei nº 11.231, de 07/01/2021 (Espírito Santo, 2021a); Lei nº 11.509, de 12/01/2022 (Espírito Santo, 2021d); e Lei nº 11.767, de 10/02/2023 (Espírito Santo, 2023).

O comportamento do orçamento autorizado na LOA e destinado à PMES de um ano para o outro, no período de 2018 a 2023, foi de crescimento, excetuando-se o ano de 2020 para 2021, provavelmente em razão da queda na arrecadação decorrente da pandemia de covid-19.

Ainda sobre os aspectos orçamentários, verifica-se que os gastos do orçamento de defesa e de segurança pública no Brasil, no período de 2013 a 2017, apresentaram tendência de crescimento, considerando os valores absolutos. No caso da segurança pública, esse aumento não resultou na melhora dos índices de criminalidade no país. Isso demonstra que a temática da segurança pública não é impactada apenas pela falta de orçamento, mas também por aspectos relacionados à política de segurança pública, com foco na busca por eficiência na aplicação dos gastos públicos (Matos, 2020).

Apesar disso, a polícia pode alterar sua atividade de apreensão em resposta a mudanças no orçamento, e incentivos financeiros proporcionam alinhamento entre os interesses dos agentes locais e os interesses dos decisores políticos (Baicker; Jacobson, 2007). Ao estudarem instrumentos de monitoramento gerencial para a adequada destinação de recursos públicos, Evangelista, Almeida e Abreu (2020) concluem que é vantajosa a utilização de indicadores para a melhoria do desempenho institucional, bem como para uma melhor compreensão do orçamento.

Os indicadores de eficiência policial utilizados pelas polícias dos estados brasileiros se baseiam em descritores operacionais e índices criminais, sem levar em conta os aspectos relacionados aos resultados (Rolim; Pereira, 2022). Os autores alertam para a necessidade de cautela na avaliação dos dados obtidos e afirmam que as deficiências presentes nos dados coletados sugerem que a maioria das instituições policiais brasileiras está longe de um padrão gerencial de excelência, bem como de indicadores de eficiência apropriados que possibilitem a medição do desempenho institucional.

Uma seleção de indicadores apropriados é crucial para conseguir uma avaliação abrangente e objetiva da eficiência da gestão (Hu *et al.*, 2020). Na segurança pública no Brasil, os indicadores oficiais fazem parte de um conjunto de informações produzidas por diversos órgãos públicos, entre os quais se destaca o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que lista, dentre os principais indicadores de violência: crimes letais intencionais, tentativa de homicídio, estupro e sua tentativa, porte ilegal de armas, tráfico de entorpecentes, roubo e furto (Marzzoni; Battesinix, 2022).

No Espírito Santo, o Observatório de Segurança Cidadã trabalha com vários indicadores relacionados à temática da segurança que possuem afinidades com aqueles apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Andrade, 2022).

PROCESSOS METODOLÓGICOS

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem de estudo de caso, que se revela cada vez mais importante como instrumento de pesquisa, utilizando dados primários resultantes de casos reais, com a finalidade de investigar fenômenos contemporâneos (Ventura, 2007). Nesse contexto, a análise foi efetivada em duas fases paralelas.

Na primeira fase, realizou-se o levantamento de dados para a avaliação da eficiência das unidades policiais por meio da DEA. A segunda fase consistiu na aplicação do questionário WHOQOL-*bref*, seguido de um bloco de caracterização dos respondentes. Finalmente, procedeu-se à análise de regressão Tobit para compreender as relações entre a qualidade de vida dos policiais e a eficiência avaliada por meio da DEA.

Quanto ao problema de pesquisa, o método utilizado caracteriza-se como quantitativo, considerando a coleta e o tratamento das informações, que se configuram, entre outros aspectos, quando se objetiva medir as percepções do público-alvo por meio de uma amostra estatisticamente significativa (Silva, 2010).

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA POR MEIO DA DEA

Como método de análise, a DEA tem sido amplamente utilizada na análise de eficiência desde a sua concepção por Charnes, Cooper e Rhodes, em 1978 (Hu *et al.*, 2020). Esse método permite a análise da eficiência e constitui um aspecto importante do desempenho, bem como indica como uma organização tem sido capaz de utilizar os seus recursos, chamados de *inputs*, para produzir os serviços desejados, os *outputs* (Murova; Khan, 2017).

Nessa linha, a DEA é considerada por Ramanathan (2003) como uma ferramenta para a medição do desempenho, baseada em uma programação linear técnica para medir a eficiência do desempenho de unidades organizacionais denominadas Unidades de Tomada de Decisão (*Decision Making Units* – DMUs). Para o autor, essa técnica visa medir a eficiência com que uma DMU utiliza os recursos disponíveis para gerar um conjunto de resultados.

A literatura destaca dois modelos tradicionais que são amplamente utilizados em DEA. O modelo CCR (ou CRS, do inglês *Constant Return to Scale*) pressupõe que uma variação nos *inputs* provoca uma mudança proporcional nos *outputs*, assumindo, assim, a existência de retornos constantes à escala. Esse modelo foi proposto originalmente por Charnes, Cooper e Rhodes (1978). O outro modelo é o BCC, introduzido por Banker, Charnes e Cooper (1984), também conhecido por VRS (*Variable Return to Scale*), que, por sua vez, não assume a proporcionalidade verificada no modelo CCR, permitindo retornos variáveis de escala.

No Quadro 1, a seguir, estão demonstrados os modelos citados:

QUADRO 1

Modelos clássicos em DEA

Modelo CCR	Modelo BCC
$\boldsymbol{MaxE_0 = \sum_{i=1}^{m} Y_{i0} * u_i}$	$\boldsymbol{MaxE_0 = \sum_{i=1}^{m} Y_{i0} * u_i - w}$
s.t.	*s.t.*
$\boldsymbol{\sum_{j=1}^{n} X_{J0} * v_j = 1}$	$\boldsymbol{\sum_{j=1}^{n} X_{J0} * v_j = 1}$
$\boldsymbol{\sum_{i=1}^{n} Y_{i0} * u_i - \sum_{j=1}^{n} X_{J0} * v_j \leq 0}$	$\boldsymbol{\sum_{i=1}^{n} Y_{i0} * u_i - \sum_{j=1}^{n} X_{J0} * v_j + w \leq 0}$
$i = 1,2,...,n$	$i = 1,2,...,n$
$j = 1,2,...,m$	$j = 1,2,...,m$
$u_i \geq 0$	$u_i \geq 0$
$v_j \geq 0$	$v_j \geq 0$
	$w = irrestrito$

Fonte: Charnes, Cooper e Rhodes (1978); Banker, Charnes e Cooper (1984).

A análise de eficiência por meio da DEA é um método que se aplica à avaliação da eficiência técnica de unidades produtivas, que possuem a peculiaridade de utilizar vários insumos para produzir múltiplos bens e serviços, que, por sua vez, são medidos em diferentes unidades (Peña, 2008). O autor recomenda o estudo da eficiência da administração pública de instituições sem fins lucrativos e organizações que exercem suas atividades através de unidade, comparando os insumos e os produtos de cada unidade e determinando os índices de eficiência relativa.

Esse método é adequado para a avaliação de desempenho de órgãos públicos, pois fornece informações relevantes aos gestores por meio dos índices de eficiência das DMUs. Isso possibilita a criação de um *ranking* de eficiência, além da identificação das unidades ineficientes e da produção de metas para que essas unidades possam alcançar o índice das unidades consideradas eficientes (Schull; Feitósa; Hein, 2014).

A organização do método segue três etapas: a primeira define a seleção de DMUs, a segunda escolhe o modelo apropriado e a terceira estabelece a relação das variáveis *inputs* e *outputs* para determinar a efici-

ência das unidades selecionadas (Ribeiro; Longaray, 2022). Assim, é possível verificar a eficiência de cada DMU, comparando as que realizam atividades semelhantes e as que se diferenciam nas quantidades de *inputs* que consomem e *outputs* que produzem (Mello *et al.*, 2003).

O conjunto de DMUs deve ser homogêneo, e os *inputs* e *outputs* devem ser os mesmos (Lins *et al.*, 2007). Foram estabelecidas como DMUs as unidades de policiamento ordinário da PMES distribuídas pelo território do estado do Espírito Santo, assim entendidas aquelas que prestam o serviço de policiamento ostensivo de forma ininterrupta. Ao todo, são 28, sendo 14 BPMs e 14 CIAs IND., conforme previsto no Decreto nº 4.970-R, de 27 de setembro de 2021 (Espírito Santo, 2021c).

Em casos específicos, duas ou mais unidades de policiamento ordinário foram agrupadas em uma única DMU, por estarem localizadas em um mesmo município e pelo fato de algumas delas terem sido criadas durante o período em análise. Para exemplificar, no município de Vila Velha, nos anos de 2018 a 2020, as unidades responsáveis pelo policiamento eram o 4º BPM e a 13ª CIA IND., porém, a partir de dezembro de 2021, o município passou a contar com a 17ª CIA IND. Como os *outputs* – índices criminais, detalhados mais à frente – estão agrupados por município, o mesmo raciocínio foi aplicado, resultando na transformação das 28 unidades sob análise em 20 DMUs, conforme demonstrado na Tabela 1:

TABELA 1

Unidades operacionais avaliadas

DMU	Unidades Operacionais PMES	Municípios de Abrangência
1	1º BPM/12º CIA IND.	Vitória
2	2º BPM/19ª CIA IND.	Boa Esperança, Montanha, Nova Venécia, Pinheiros, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Vila Valério/ Pinheiros, Montanha, Mucurici e Ponto Belo
3	3º BPM	Alegre, Bom Jesus do Norte, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Jerônimo Monteiro, Guaçuí e São José do Calçado
4	4º BPM/13ª/17ª CIA IND.	Vila Velha
5	5º BPM	Aracruz, Fundão, João Neiva e Ibiraçu
6	6º BPM/14ª CIA IND.	Serra
7	7º BPM/16ª CIA IND.	Cariacica
8	8º BPM	Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindemberg, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte
9	9º BPM/15ª CIA IND.	Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Vargem Alta / Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul, Muqui e Apiacá
10	10º BPM	Guarapari
11	11º BPM	Águia Branca, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga e Mantenópolis
12	12º BPM	Linhares, Rio Bananal e Sooretama
13	13º BPM/18ª CIA IND.	São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário / Jaguaré e Vila Valério

Continua

14	14º BPM	Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi, Ibitirama e Muniz Freire
15	2ª CIA IND.	Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Laranja da Terra e Venda Nova do Imigrante
16	6ª CIA IND.	Domingos Martins, Marechal Floriano
17	8ª CIA IND.	Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Maria de Jetibá, Itarana, Itaguaçu e Santa Leopoldina
18	9ª CIA IND.	Marataízes, Itapemirim, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul
19	10ª CIA IND.	Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha
20	11ª CIA IND.	Viana

Organização Básica da PMES com adaptações dos autores (Polícia Militar do Espírito Santo, 2024).

Para a aplicação da DEA, utilizou-se o modelo BCC, pois não há proporcionalidade entre *inputs* e *outputs*, o que permite retornos variáveis de escala. Ao analisar a eficiência da segurança pública no estado de Minas Gerais, Nascimento *et al.* (2021) justificam o uso desse modelo pelo fato de os municípios possuírem diferentes características socioeconômicas; portanto, tendem a ter diferentes retornos de escala.

As variáveis são apresentadas no Quadro 2, onde os recursos (*inputs*) são os valores dos orçamentos aplicados em Folha de Pagamento (FPG), Frota, Material Bélico (MB) e Custeio Geral (CG). Como resultados (*outputs*), utilizaram-se os índices de Crimes Contra a Pessoa (CCP) e Crimes Contra o Patrimônio (CCPAT). Os valores foram coletados junto aos Órgãos de Direção Setorial da PMES e no site do Observatório da Segurança Cidadã, para os períodos de 2018 a 2023:

QUADRO 2

Síntese das variáveis para análise da eficiência

Variável		Descrição	Fonte
Inputs (Recursos)	Folha de Pagamento	Salários, Horas-Extras e Gratificações em Geral	Diretoria de Recursos Humanos (DRH), por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes)
	Frota	Viaturas, Manutenção e Combustível	Diretoria de Administração de Frota, por meio de controle próprio
	Material Bélico	Armamentos, Munições e Equipamentos de Proteção Individual	Diretoria de Logística, por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo (Siga)
	Custeio Geral	Água e Energia	Diretoria de Logística, por meio de controle próprio
Outputs (Resultados)	Crimes Contra a Pessoa	Homicídios Dolosos, Mortes em Confronto com a Polícia, Lesão Corporal seguida de Morte e Latrocínio	Observatório da Segurança Cidadã, do Instituto Jones do Santos Neves
	Crimes Contra o Patrimônio	Roubo e Furto	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos Órgãos de Direção Setorial da PMES e Observatório de Segurança Cidadã do Espírito Santo (2023).

Destaca-se que a coleta de dados no âmbito da PMES foi autorizada pelo Comando Geral da Corporação, por meio do Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo (E-docs 2023-CQ3LHC).

Uma consideração importante refere-se à regra de ouro, que estabelece que o número mínimo de DMUs deve ser maior ou igual ao maior valor entre o triplo do número total de variáveis (*inputs* e *outputs*) analisadas e o produto do número de *inputs* e *outputs* (Ribeiro; Longaray, 2022). No caso concreto, com 4 *inputs* e 2 *outputs*, o produto do número de *inputs* e *outputs* é 8, e o triplo do número total de variáveis é 18; logo, o total de DMUs deve ser maior ou igual a 18. Cada unidade citada foi analisada seis vezes, no período de 2018 a 2023, totalizando 120 (cento e vinte) DMUs.

A técnica DEA possui aspectos práticos de considerar *inputs* e *outputs* na mesma direção; portanto, pressupõe que o aumento de recursos orçamentários ocasiona a redução dos indicadores de criminalidade (Araújo *et al.*, 2020). Nesse contexto, caso os indicadores de criminalidade considerados como *outputs* sejam utilizados da forma que se apresentam, a análise irá considerar que quanto maior o número apresentado, maior a eficiência, o que não corresponde à realidade.

Na presente pesquisa, ocorre exatamente o contrário; ou seja, quanto menor o valor apresentado nos *outputs*, com a mesma quantidade de *inputs*, maior a eficiência. Assim, segundo o modelo utilizado por Araújo *et al.* (2020), os indicadores foram adaptados para o cálculo da eficiência DEA, conforme a equação abaixo:

$$Indicador\ Adaptado = \frac{indicador\ bruto}{100.000} \quad (1)$$

Onde:

- $Indicador\ Adaptado$: consiste no valor dos indicadores utilizados como *outputs* após a aplicação da equação;

- $indicador\ bruto$: equivale ao valor de cada *output*.

Os modelos DEA permitem a identificação das DMUs eficientes e ineficientes, fornecendo o *benchmark* como padrão para as ineficientes, obtido por meio da projeção das DMUs ineficientes na fronteira de eficiência (Mello *et al.*, 2003). O método DEA calcula um índice de eficiência que varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, mais eficiente é a unidade. As DMUs com máxima eficiência compõem uma linha que representa a fronteira de eficiência (Ribeiro; Longaray, 2022).

Nesse sentido, Schull, Feitósa e Hein (2014), em estudo sobre a eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros, estabeleceram as faixas de eficiência, onde: valores abaixo de 0,25 correspondem a um baixo grau de eficiência; de 0,26 a 0,74 representam um médio grau de eficiência; de 0,75 a 0,99 correspondem a um alto grau de eficiência; e 1,00 significa que o nível máximo de eficiência foi atingido. Dessa forma, o presente estudo considera os *scores* a partir de 0,75 como eficientes e abaixo disso, ineficientes.

A organização dos *inputs* e *outputs* para análise foi feita por meio do estabelecimento de janelas de tempo, que consiste em um método estruturado para combinar, numa única aplicação, dados de DMUs em uma variedade de anos diferentes, o que contribui para minimizar os efeitos do fator tempo (Rocha; Rebelatto; Camioto, 2015). Nesse sentido, foram utilizadas as seguintes equações para determinar as janelas:

$$Tamanho\ da\ Janela\ (p) = \frac{b}{2} \quad (2)$$

$$Número\ de\ Janelas = b - p + 1 \quad (3)$$

Aplicando as equações acima, onde b é o número de períodos (b = 6), foi calculado o tamanho de 3 períodos para cada janela, o que resultou no total de 4 janelas: janela 1 (2018 a 2020); janela 2 (2019 a 2021); janela 3 (2020 a 2022); e janela 4 (2021 a 2023).

Com os dados estruturados em janelas, calculou-se a eficiência por meio do modelo DEA-BCC, sendo os resultados de cada DMU também arranjados em janelas. Na sequência, obteve-se a média dos períodos de cada janela, o que permitiu a análise da tendência ao longo do período. Por fim, a média dos períodos de cada janela subsidiou o cálculo da média geral de cada DMU, que foi considerada na regressão Tobit.

RELAÇÃO EFICIÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA

A DEA é coerente para agregar os indicadores de qualidade de vida, pois consegue trabalhar com várias frentes, representadas pelos *inputs* e *outputs*, de forma flexível, sem estabelecer uma estrutura rígida sobre as relações entre elas (Romanello; Abregú, 2021).

Nesse contexto, além de determinar a eficiência dos serviços das unidades de policiamento ordinário da PMES, estudou-se a relação com a qualidade de vida dos integrantes da PMES. Para isso, aplicou-se o questionário ***WHOQOL-bref***, seguido de um bloco de caracterização dos respondentes, com o propósito de mensurar o índice de qualidade de vida dos integrantes da PMES, considerando os múltiplos domínios que compõem o instrumento citado (físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente).

A cobrança por eficiência das forças policiais é elevada, e uma política de Estado eficaz é a promoção da qualidade de vida no trabalho para o profissional de segurança, uma vez que os policiais militares são vitimizados, o que impacta negativamente na qualidade de vida e também na saúde física e mental (Marcondes; Laat, 2021).

Após as duas fases, nas quais foi calculada a escala de eficiência das DMUs e aplicado o questionário WHOQOL-*-bref*, utilizou-se o modelo de regressão Tobit, que estabelece quais das variáveis selecionadas são significativas para explicar a eficiência obtida (Santos; Freitas; Flach, 2020). O objetivo é compreender as relações entre essa escala e o índice de qualidade de vida dos policiais militares da PMES, além da variável orçamento, que é a soma dos *inputs*. Considerou-se, ainda, a eficiência como variável dependente (0 a 1), e as variáveis independentes foram os quatro domínios mencionados, o número de habitantes e o orçamento destinado (*input*).

EFEITOS DA QUALIDADE DE VIDA NA EFICIÊNCIA

A busca pela compreensão da relação entre eficiência, qualidade de vida e o montante de recursos públicos aplicados, conforme explanado, passou por uma análise de regressão Tobit, com a finalidade de conhecer as variáveis que tiveram maior impacto na eficiência das DMUs. Também foi realizado um estudo qualitativo dos domínios abordados no questionário ***WHOQOL-bref*** (físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente).

Dentre os modelos de regressão linear, o modelo Tobit vem sendo utilizado de forma recorrente na literatura aeroportuária, sendo comum a aplicação de uma segunda etapa ao estudo complementar, que abrange a utilização de variáveis dependentes de caráter qualitativo, devido às limitações conceituais no tocante à produção de informações que permitam a compreensão dos fatores que levaram aos valores de eficiência obtidos (Falcão *et al.*, 2022).

Na regressão Tobit, os índices de eficiência do modelo BCC, mensurados pela DEA, variam entre 0 e 1. Com os *scores* de eficiência, avaliou-se, por meio do modelo de regressão Tobit, os fatores da eficiência (Silva; Macambira; Rocha, 2019). A regressão Tobit é adequada quando a variável dependente está situada dentro de um intervalo numérico determinado por uma forma de censura nas observações da amostra (Amaral; Gonçalves; Barbosa Neto, 2022).

Assim, de posse dos *scores* de eficiência de cada DMU e das variáveis que possam explicar as diferenças entre elas, definiu-se o seguinte modelo de regressão:

$$E_{ff} = \beta_0 + \beta_1 D_1 + \beta_2 D_2 + \beta_3 D_3 + \beta_4 D_4 + \beta_5 NunHab + \beta_6 OrçPC + \varepsilon \quad (4)$$

Onde:
E_{ff} – eficiência obtida por meio da DEA
D_1 – domínio físico
D_2 – domínio psicológico
D_3 – domínio relações sociais
D_4 – domínio meio ambiente
$NunHab$ = número de habitantes
$OrçPC$ = orçamento *per capita*

No modelo acima, as variáveis independentes D_1, D_2, D_3 e D_4 representam os quatro domínios que compõem o índice de qualidade de vida (físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente), que podem influenciar a eficiência das DMUs ao refletirem condições que facilitam ou dificultam a entrega de serviços públicos. Dessa forma, em conformidade com a literatura, acredita-se que indicadores de bem-estar dos agentes podem atuar como catalisadores de produtividade (Marcondes; Laat, 2021).

A variável $NunHab$ representa o número de habitantes de cada cidade da área de atuação das DMUs padronizado, ou seja, todos os valores foram divididos pelo maior valor da sequência, e a variável $OrçPC$ é o orçamento destinado a cada DMU no ano de 2023, somando os quatro *inputs* considerados, dividido pelo número de habitantes de cada cidade. O ano de 2023 foi escolhido por ser o período do levantamento junto aos respondentes. Por fim, o ε se refere ao termo de erro aleatório da regressão.

No presente estudo, entende-se que a dotação orçamentária determina a disponibilidade de insumos críticos, como viaturas, armamento, tecnologia e pessoal. Estudos como o de Schull, Feitósa e Hein (2014) demonstram que estados com maior eficiência na segurança pública tendem a alocar recursos de forma estratégica, priorizando áreas com maior demanda criminal.

RESULTADOS

Conforme metodologia adotada, de posse dos dados relativos às seis variáveis (4 *inputs* e 2 *outputs*), foram obtidas as estatísticas descritivas para cada janela temporal considerada na análise, conforme demonstrado na Tabela 2:

TABELA 2

Estatística descritiva das variáveis utilizadas como entradas e saídas

Janela 1 – 2018 a 2020	CG (R$)	MB (R$)	FROTA (R$)	FPG (R$)	CCP	CCPAT
Média	100.596,43	167.838,96	973.181,21	22.861.438,22	57	2.540
Desvio-Padrão	86.979,45	129.193,79	500.737,40	13.731.550,59	54	3.215
Máximo	373.802,43	770.809,65	2.736.147,01	56.740.825,26	192	10.762
Mínimo	1.042,49	11.876,39	404.518,43	8.129.471,09	4	156
Contagem	80	80	80	80	80	80
Janela 2 – 2019 a 2021	**CG (R$)**	**MB (R$)**	**FROTA (R$)**	**FPG (R$)**	**CCP**	**CCPAT**
Média	103.921,30	229.783,69	1.067.146,28	23.389.582,19	57	2.151
Desvio-Padrão	89.581,67	175.275,48	576.938,20	14.083.837,51	52	2.715
Máximo	373.802,43	770.809,65	2.736.147,01	56.740.825,26	189	10.290
Mínimo	677,96	11.876,39	431.612,94	8.129.471,09	5	152
Contagem	80	80	80	80	80	80
Janela 3 – 2020 a 2022	**CG (R$)**	**MB (R$)**	**FROTA (R$)**	**FPG (R$)**	**CCP**	**CCPAT**
Média	108.469,08	224.928,89	1.200.741,17	25.642.064,98	58	1.868
Desvio-Padrão	95.780,14	192.623,03	646.815,79	15.545.277,22	53	2.334
Máximo	402.348,98	770.809,65	2.770.368,58	65.158.441,62	189	8.307
Mínimo	677,96	11.876,39	431.612,94	8.663.496,04	5	152
Contagem	80	80	80	80	80	80
Janela 4 – 2021 a 2023	**CG (R$)**	**MB (R$)**	**FROTA (R$)**	**FPG (R$)**	**CCP**	**CCPAT**
Média	109.340,63	310.085,38	1.192.171,54	28.448.615,70	54	1.819
Desvio-Padrão	99.326,90	264.479,52	647.213,93	17.391.361,74	48	2.343
Máximo	402.348,98	1.113.531,54	2.770.368,58	72.066.214,16	169	8.307
Mínimo	677,96	2.730,00	389.179,81	9.349.221,50	5	125
Contagem	80	80	80	80	80	80

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com a Tabela 2, em relação ao valor da média, pode-se observar que os *inputs* (CG, MB, FROTA e FPG), de maneira geral, possuem tendência de alta, e os *outputs* (CCP e CCPAT) se apresentam em sentido contrário, com tendência de baixa. Com esses dados, calculou-se a eficiência através do Siad, com os dados divididos em janelas de tempo, sendo encontrados os resultados apresentados na Tabela 3:

TABELA 3

***Ranking* das unidades eficientes da PMES**

DMUs	Janelas	Períodos						Média	Média das Janelas
		2018	2019	2020	2021	2022	2023		
1	J1	1,0000	0,3495	0,3638				0,5711	0,3329
	J2		0,2732	0,2550	0,2205			0,2496	
	J3			0,2640	0,2205	0,2665		0,2503	
	J4				0,2361	0,2263	0,3189	0,2604	

Continua

2	J1	0,4077	0,4050	0,4169			0,4099	0,3960
	J2		0,4258	0,4370	0,3697		0,4108	
	J3			0,4385	0,3806	0,3271	0,3821	
	J4				0,4188	0,3577	0,3672	0,3812
3	J1	0,7719	0,8292	1,0000			0,8670	**0,7746**
	J2		1,0000	1,0000	0,4998		0,8333	
	J3			1,0000	0,5953	0,8403	0,8119	
	J4				0,5938	0,5431	0,6219	0,5863
4	J1	0,2464	0,2226	0,2333			0,2341	0,2173
	J2		0,2325	0,2501	0,1779		0,2202	
	J3			0,2575	0,1779	0,1685	0,2013	
	J4				0,2112	0,1925	0,2375	0,2137
5	J1	0,4743	0,5058	1,0000			0,6600	**0,8733**
	J2		0,4992	1,0000	1,0000		0,8331	
	J3			1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	
	J4				1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
6	J1	0,1914	0,1885	0,2008			0,1936	0,1876
	J2		0,1975	0,2101	0,1577		0,1884	
	J3			0,2310	0,1577	0,1564	0,1817	
	J4				0,1908	0,1776	0,1919	0,1868
7	J1	0,2675	0,2898	0,3200			0,2924	0,2623
	J2		0,2850	0,3040	0,2078		0,2656	
	J3			0,3390	0,2236	0,2004	0,2543	
	J4				0,2464	0,2207	0,2436	0,2369
8	J1	0,3558	0,3512	0,3703			0,3591	0,3479
	J2		0,3671	0,3827	0,3075		0,3525	
	J3			0,4066	0,3265	0,2655	0,3329	
	J4				0,3671	0,3203	0,3546	0,3473
9	J1	0,3122	0,3076	0,2894			0,3031	0,2941
	J2		0,3077	0,2981	0,2663		0,2907	
	J3			0,3167	0,2837	0,2434	0,2813	
	J4				0,3113	0,2803	0,3129	0,3015
10	J1	0,4581	0,4627	0,4760			0,4656	0,5036
	J2		0,4698	0,4902	0,4074		0,4558	
	J3			0,5477	0,4282	0,3961	0,4573	
	J4				0,4654	0,4416	1,0000	0,6356
11	J1	0,6021	0,6008	0,6325			0,6118	0,6533
	J2		0,5974	0,6280	0,4796		0,5683	
	J3			0,6581	0,4988	0,9054	0,6874	
	J4				0,5836	1,0000	0,6537	0,7458
12	J1	0,4426	0,5137	0,5166			0,4909	0,4883
	J2		0,5333	0,5244	0,4225		0,4934	
	J3			0,5834	0,4338	0,4340	0,4837	
	J4				0,5009	0,4498	0,5042	0,4850
13	J1	0,4429	0,4545	0,4401			0,4458	0,4208
	J2		0,4572	0,4512	0,3839		0,4308	
	J3			0,4762	0,4092	0,3304	0,4053	
	J4				0,4418	0,3757	0,3868	0,4014
14	J1	0,7267	0,7220	0,7950			0,7479	0,7281
	J2		0,7360	0,6952	0,6076		0,6796	
	J3			0,6982	0,6076	0,8034	0,7031	
	J4				0,6989	1,0000	0,6470	0,7820

Continua

15	J1	1,0000	1,0000	1,0000				1,0000	**0,9761**
	J2		1,0000	1,0000	0,9039			0,9680	
	J3			1,0000	0,9146	1,0000		0,9715	
	J4				1,0000	1,0000	0,8945	0,9648	
16	J1	1,0000	1,0000	1,0000				1,0000	**1,0000**
	J2		1,0000	1,0000	1,0000			1,0000	
	J3			1,0000	1,0000	1,0000		1,0000	
	J4				1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	
17	J1	1,0000	1,0000	1,0000				1,0000	**0,9553**
	J2		1,0000	1,0000	0,9237			0,9746	
	J3			1,0000	1,0000	0,7202		0,9067	
	J4				1,0000	0,8827	0,9375	0,9401	
18	J1	0,8627	0,8759	1,0000				0,9129	**0,9547**
	J2		0,8807	1,0000	0,9664			0,9490	
	J3			1,0000	0,9664	0,9293		0,9652	
	J4				1,0000	0,9744	1,0000	0,9915	
19	J1	0,9839	0,9236	1,0000				0,9692	**0,9872**
	J2		0,9391	1,0000	1,0000			0,9797	
	J3			1,0000	1,0000	1,0000		1,0000	
	J4				1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	
20	J1	1,0000	0,9512	0,8446				0,9319	**0,9103**
	J2		0,9862	0,8492	0,8199			0,8851	
	J3			0,8689	0,8199	0,8807		0,8565	
	J4				0,9757	0,9265	1,0000	0,9674	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme a premissa estabelecida para a análise dos dados do presente estudo, a fronteira de eficiência considerou os *scores* a partir de 0,75 como eficientes, e abaixo disso, ineficientes. Portanto, verificou-se que, das 20 DMUs, 8 foram consideradas eficientes ao longo do período avaliado. As unidades correspondentes são: 3º BPM, 5º BPM, 2ª CIA IND., 6ª CIA IND., 8ª CIA IND., 9ª CIA IND., 10ª CIA IND., e 11ª CIA IND.

Entre as unidades consideradas eficientes, a 6ª CIA IND. apresentou o indicador máximo de eficiência. Ainda sobre o grupo das 8 unidades consideradas eficientes, verificou-se a ausência das DMUs que correspondem às unidades situadas na Região Metropolitana da Grande Vitória, que, para o período em análise, representaram 45,23% do orçamento total disponibilizado para todas as DMUs.

A partir de uma análise de tendências das médias das janelas estabelecidas na Tabela 3, com a finalidade de observar os comportamentos de crescimento ou redução na eficiência, verificou-se que os resultados mostraram que, das DMUs consideradas eficientes, três delas (5º BPM, 9ª CIA IND. e 10ª CIA IND.) apresentaram comportamento de crescimento da eficiência, e outras três (3º BPM, 2ª CIA IND. e 8ª CIA IND.) manifestaram tendências de queda na eficiência.

As unidades com *scores* abaixo de 0,75 foram consideradas ineficientes, totalizando 12. São elas: 1º BPM/12ª CIA IND.; 2º BPM/9ª CIA IND.; 4º BPM/13ª CIA IND./17ª CIA IND.; 6º BPM/14ª CIA IND.; 7º BPM/16ª CIA IND.; 8º BPM; 9º BPM/15ª CIA IND.; 10º BPM; 11º BPM; 12º BPM; 13º BPM/18ª CIA IND.; e 14º BPM. Nesse grupo, duas apresentaram os menores índices de eficiência, abaixo de 0,25: 4º BPM/13ª CIA IND./17ª CIA IND. e 6º BPM/14ª CIA IND., localizadas nos municípios de Vila Velha e Serra, respectivamente.

Vale relembrar o estudo de Andrade, Silva Neto e Cerqueira (2023), que concluiu que a criação das três Companhias Independentes da PMES nas cidades de Vitória, Serra e Vila Velha, em março de 2017, impactou positivamente os índices de homicídios nas duas cidades citadas. Segundo o estudo, sem a criação das novas unidades, tais índices seriam, em média, 36% e 18% maiores, respectivamente, no período de 2018 e 2021.

Na avaliação da qualidade de vida dos militares da PMES, especificamente no bloco de perguntas relacionadas à caracterização dos respondentes, que contemplou as variáveis sociodemográficas (idade, renda e estado civil) e ocupacionais (unidade de trabalho), obtiveram-se os resultados que constam na Tabela 4:

TABELA 4

Perfil dos respondentes

Questões	Frequência Absoluta (%)
Faixa Etária	
19-24	6
25-34	31
35-44	71
45-54	44
55-64	5
Estado Civil	
Solteiro	29
Casado	105
Divorciado	16
Viúvo	4
Outro	3
Renda	
3 a 5 salários mínimos	80
6 a 10 salários mínimos	67
Acima de 10 salários mínimos	10
Unidade	
1º BPM/12º BPM	13
2º BPM/19ª CIA IND.	6
3º BPM	9
4º BPM/13ª/17ª CIA IND.	5
5º BPM	1
6º BPM/14ª CIA IND.	1
7º BPM/16ª CIA IND.	2
8º BPM	2
9º BPM/15ª CIA IND.	1
10º BPM	2
11º BPM	6
12º BPM	4
13º BPM/18ª CIA IND.	16
14º BPM	3
2ª CIA IND.	5
6ª CIA IND.	2
8ª CIA IND.	5
9ª CIA IND.	4
10ª CIA IND.	3
11ª CIA IND.	4
Outras unidades	63

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No total, foram obtidas 157 respostas, que demonstraram que a faixa etária prevalente foi a de 35 a 44 anos. Quanto ao estado civil, observou-se que 66,88% dos respondentes são casados e a faixa de renda predominante foi de 3 a 5 salários mínimos. No aspecto ocupacional, verificou-se que, do total de respondentes, 59,87% trabalham nas unidades definidas como DMUs, totalizando 94 respondentes, enquanto os outros 63 trabalham em outras unidades.

A Tabela 5 expõe os dados descritivos associados aos *scores* da qualidade de vida de modo geral e também para cada domínio, obtidos na amostra de policiais militares que atuam nas DMUs e em outras unidades, tais como as unidades Especializadas e de Direção Geral e Setorial. Para o cálculo dos *scores* finais de cada domínio, foi utilizada uma sintaxe com base nos critérios propostos pelo grupo *WHOQOL-bref*.

TABELA 5

Qualidade de vida na PMES por meio do questionário *WHOQOL-bref*

	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-Padrão	Contagem
DMUs	58,16	59,38	100,00	6,25	18,12	94
Domínio Físico	57,39	57,14	100,00	14,29	19,51	94
Domínio Psicológico	62,35	70,83	95,83	16,67	16,99	94
Domínio Relações Sociais	60,95	66,67	100,00	16,67	18,27	94
Domínio Meio Ambiente	51,93	54,69	84,38	6,25	15,99	94
	Média	**Mediana**	**Máximo**	**Mínimo**	**Desvio-Padrão**	**Contagem**
Outras Unidades	62,20	62,77	93,01	31,92	12,76	63
Domínio Físico	61,64	62,50	100,00	21,43	15,77	63
Domínio Psicológico	64,99	66,67	91,67	33,33	13,78	63
Domínio Relações Sociais	65,32	66,67	100,00	16,67	17,87	63
Domínio Meio Ambiente	56,96	59,38	87,50	18,75	13,30	63

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com os resultados apresentados, verificou-se que a média da qualidade de vida dos policiais militares de todas as DMUs é de 58,16 pontos, sendo que esse resultado é menor quando comparado à média das outras unidades da PMES, que é de 62,20 pontos. Isso nos permite inferir que o índice de qualidade de vida dos agentes que trabalham nas unidades de policiamento ordinário é inferior ao registrado nas demais unidades, que incluem as Especializadas e as de Direção Geral e Setorial.

No que diz respeito aos domínios do *WHOQOL-bref*, foram observados comportamentos diferentes. Os domínios que mais contribuíram para a qualidade de vida dos policiais militares das DMUs e das outras unidades foram o psicológico e o de relações sociais, respectivamente, enquanto o domínio ambiente foi o que obteve a menor contribuição em ambos os casos. Esse baixo *score* para o domínio ambiente também foi verificado em estudos similares.

Semelhantemente aos achados deste estudo, Calheiros, Cavalcante Neto e Calheiros (2013), ao investigarem a qualidade de vida de policiais militares do estado de Alagoas, encontraram uma média da qualidade de vida de 55,09 pontos e apontaram que os domínios de relações sociais e ambiente apresentaram os maiores e menores *scores*, respectivamente.

Ao investigarem a percepção de qualidade de vida de policiais militares da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Souza Filho *et al.* (2015) chegaram a uma mediana geral de 75 pontos e concluíram que os

domínios relações sociais e psicológico apresentaram os maiores *scores* de qualidade de vida, quando comparados aos domínios físico e ambiente.

Em outro estudo, Oliveira e Quemelo (2014) obtiveram uma média geral de 70,7 pontos ao avaliar a qualidade de vida de policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar do Interior do Estado de São Paulo. Também na mesma temática, Brasil e Lourenção (2017), ao avaliarem a qualidade de vida de policiais militares do interior do estado de São Paulo, calcularam uma média geral de 69,49 pontos, com comprometimento da qualidade de vida nos fatores relacionados ao domínio ambiente. O maior *score* foi para o domínio psicológico, enquanto o menor foi para o domínio ambiente.

Seguindo na execução dos processos metodológicos, na etapa final foi aplicado o modelo de regressão Tobit, utilizando as eficiências médias apresentadas na Tabela 3, os *scores* dos domínios que compõem o índice de qualidade de vida apresentados na Tabela 5 e o orçamento destinado a cada DMU no ano de 2023. Do total de resultados provenientes dos 94 respondentes que trabalham nas unidades definidas como DMUs, 34 não eram censurados e 60 eram censurados à esquerda. Os resultados estão apresentados na Tabela 5:

TABELA 5

Resultados das regressões Tobit

	Variável Dependente			
	effN			
	(1)	(2)	(3)	(4)
DF	-0.005			
	(0.004)			
DP		-0.001		
		(0.005)		
DS			-0.004	
			(0.004)	
DA				-0.002
				(0.005)
NumHabP	-9.536***	-9.183***	-9.267***	-9.136***
	(1.801)	(1.738)	(1.513)	(1.502)
ORC_PC			-0.005**	-0.005**
			(0.002)	(0.002)
logSigma	-0.642***	-0.625***	-0.703***	-0.696***
	(0.133)	(0.133)	(0.133)	(0.133)
Constant	2.710***	2.415***	3.349***	3.202***
	(0.454)	(0.480)	(0.541)	(0.533)
Observations	94	94	94	94
Log Likelihood	-40.076	-40.974	-37.852	-38.205
Akaike Inf. Crit.	88.152	89.948	85.703	86.410
Bayesian Inf. Crit.	98.326	100.121	98.420	99.126

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os resultados da regressão Tobit mostram que não há evidências estatisticamente significativas de que exista alguma relação de causa e efeito entres os *scores* de cada domínio da qualidade de vida avaliado

e a eficiência de cada DMU analisada. Esse resultado é referente apenas à amostra analisada e pode ter sofrido influência da quantidade de respondentes que foi possível alcançar.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da análise DEA revelaram que apenas 40% das unidades policiais do ES atingiram níveis de eficiência satisfatórios (*scores* ≥ 0,75), enquanto 60% apresentaram desempenho abaixo desse ponto, com duas unidades apresentando índices significativamente baixos (< 0,25). Esse padrão sugere heterogeneidade na alocação e aplicação de recursos orçamentários, corroborando estudos anteriores que identificaram ineficiências similares em sistemas de segurança pública brasileiros (Cavalcante; Machado; Soares, 2021; Schull; Feitósa; Hein, 2014). A concentração de unidades ineficientes na Região Metropolitana da Grande Vitória, responsável por 45,23% do orçamento, indica possíveis disfunções na gestão de escala ou na priorização de investimentos em áreas de maior densidade populacional e complexidade operacional.

A qualidade de vida dos policiais militares, avaliada pelo WHOQOL-*bref*, apresentou média inferior (58,16 pontos) nas unidades operacionais em comparação às administrativas (62,20 pontos), com destaque para os domínios psicológico e de relações sociais como os mais elevados, enquanto o domínio ambiental foi o menos satisfatório. Esses resultados alinham-se a pesquisas em outros estados, como São Paulo e Alagoas (Brasil; Lourenção, 2017; Calheiros; Cavalcante Neto; Calheiros, 2013), reforçando a hipótese de que condições estruturais e organizacionais impactam diferencialmente o bem-estar dos profissionais. Contudo, a regressão Tobit não evidenciou relação estatisticamente significativa entre qualidade de vida e eficiência na segurança pública, sugerindo que outros fatores, não capturados pelo modelo, podem mediar essa associação.

A ausência de relação de causa e efeito significativa entre variáveis humanas e eficiência contraria parcialmente a literatura que destaca o bem-estar dos agentes como catalisador de produtividade (Marcondes; Laat, 2021). Uma possível explicação reside na natureza censurada da amostra (60% dos dados censurados à esquerda) ou na influência de variáveis omitidas, como carga horária, treinamento ou apoio institucional. Ademais, a adaptação dos *outputs* criminais para o modelo DEA pode ter introduzido vieses, uma vez que a redução de crimes não depende exclusivamente da ação policial, mas também de fatores socioeconômicos e territoriais (Flegl; Gress, 2023), não capturados no presente estudo.

A eficiência superior de unidades menores e descentralizadas (Companhias Independentes) em comparação às maiores (Batalhões Metropolitanos) sugere que modelos operacionais flexíveis e focalizados podem ser mais eficazes, conforme observado no ES por Andrade, Silva Neto e Cerqueira (2023). Esse achado apoia a tese de que a descentralização de comandos e a alocação de recursos proporcional às demandas locais são estratégias promissoras para otimizar resultados. No entanto, a limitação metodológica de agrupar unidades por município impede análises individualizadas, dificultando a identificação de práticas específicas associadas à eficiência.

Por fim, o estudo reforça a utilidade da DEA como ferramenta de diagnóstico para políticas de segurança pública, ao quantificar ineficiências e orientar realocações orçamentárias. A incorporação de variáveis qualitativas, como qualidade de vida, representa um avanço metodológico, ainda que seus efeitos não tenham sido estatisticamente validados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida avaliou a eficiência das unidades policiais na aplicação dos recursos do orçamento da segurança pública no período de 2018 a 2023 e analisou a relação entre o nível de eficiência e a qualidade de vida dos integrantes da corporação.

Os resultados revelaram que, para o período analisado, 8 unidades apresentaram-se eficientes, ou seja, 40% do total de unidades analisadas obtiveram *scores* a partir de 0,75. Por outro lado, 60% das DMUs foram consideradas ineficientes, com *scores* abaixo de 0,75, sendo que duas DMUs, que representam 16,66% das DMUs consideradas ineficientes, apresentaram *scores* abaixo de 0,25.

Para a amostra analisada, verificou-se que os policiais que atuam nas unidades que integram as DMUs com um *score* de qualidade de vida de 58,16 pontos, em média, conforme o instrumento utilizado, apresentaram menor nível de qualidade de vida quando comparados com os agentes que atuam nas divisões administrativas e especializadas da PMES, que, por sua vez, apresentaram *score* de 62,20 pontos.

Em outra comparação, desta vez com estudos similares, verificou-se que a média da qualidade de vida dos militares do estado de Alagoas é menor do que a do ES. Já no interior do estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o índice calculado foi superior ao obtido no presente estudo para o ES.

A análise possibilitada pela regressão Tobit evidenciou que a eficiência da aplicação dos recursos públicos em segurança independe da qualidade de vida dos militares. Ou seja, não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre a qualidade de vida dos agentes policiais e a eficiência avaliada.

Assim, é possível concluir que a discussão sobre o tema, sob o prisma da Análise Envoltória de Dados, pode contribuir na avaliação das unidades da PMES, permitindo avanços na gestão dos recursos e dos resultados na prestação de serviços públicos de segurança. Além disso, os resultados demonstram a importância do tema e do trabalho desenvolvido, e a metodologia utilizada pode subsidiar ações relacionadas às atividades de gestão e monitoramento pelos gestores nas atividades voltadas à segurança pública.

O presente trabalho agrupou diferentes unidades localizadas no mesmo município em uma mesma DMU, o que impossibilitou a análise individualizada de todas as 28 unidades de policiamento ordinário da PMES, e também o recorte temporal. Vale ressaltar que a análise de eficiência foi feita sob a ótica da aplicação de recursos em cada DMU e dos índices criminais relacionados aos crimes contra o patrimônio e contra a vida. Quanto à amostra, os resultados podem ter sofrido influência da quantidade de respondentes.

Além disso, outros fatores ou características importantes não foram abordadas diretamente na metodologia, como aspectos populacionais, socioeconômicos, cultura local, entre outros, o que pode, de certa forma, trazer novos resultados em uma análise futura. Assim, sugere-se o desenvolvimento de um modelo que contemple esses fatores e características, incluindo todas as unidades operacionais e de Direção Geral e Setorial e também as Especializadas, haja vista que todas trabalham com um mesmo objetivo. Adicionalmente, pesquisas futuras podem ampliar o escopo de variáveis contextuais (*e.g.*, indicadores socioeconômicos, taxa de resolutividade de crimes) e adotar *designs* longitudinais para capturar relações de causalidade. Tais refinamentos podem subsidiar políticas mais assertivas, equilibrando investimentos materiais e humanos na busca por eficiência sistêmica.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, Puneet; HUNT, Kyle; ZHUANG, Jun; SARKAR, Bijan; SARKAR, Amitrajit; SHARMA, Ramesh. An exploratory analysis for performance assessment of state police forces in india: an eclectic approach. **Operational Research**, v. 21, p. 1125-1151, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s12351-019-00469-1.

AMARAL, Leonardo Barbosa; GONÇALVES, Simone Rocha; BARBOSA NETO, João Estevão. Efeitos do desenvolvimento socioeconômico sobre a transparência pública em municípios brasileiros. **Anais** do XLVI Encontro da Anpad, on-line, 21-23 set. 2022. Disponível em: https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/23edd566480c510a2d22eb3f2fb04a62.pdf. Acesso em: 9 jun. 2024.

ANDRADE, Bárbara Caballero de. **Atividades do Observatório da Segurança Cidadã – 2019/2022**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2022. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/relatorios/atividades-do-observatorio-da-seguranca-cidada. Acesso em: 19 maio 2024.

ANDRADE, Bárbara Caballero de; GOMES FILHO, Hélio; JABOR, Pablo. **Onde o crime acontece no Espírito Santo?**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2022. (Texto para Discussão nº 63). Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/textosdiscussao/IJSN_2022-TD_63.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

ANDRADE, Bárbara Caballero de; SILVA NETO, Darcy Ramos da; CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Avaliação quase-experimental da descentralização policial**: o caso da criação das Companhias Independentes da Polícia Militar no Estado do Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2023. (Texto para Discussão nº 64). Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/textos-discussao/IJSN_TD64-1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

ARAÚJO, José Ronaldo Rêgo de; FREITAS JÚNIOR, Francisco Lopes de; SILVA, Pablo Eduardo Nikolais Teixeira Bonifácio da; LINS, Daniel Coutinho. Segurança pública estadual brasileira: o que influencia seu desempenho?. **Reunir**: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade, Campina Grande, v. 10, n. 1, p. 89-99, 2020. DOI: https://doi.org/10.18696/reunir.v10i1.

ARROYO, Thiago Roberto; BORGES, Marcio Andrade; LOURENÇÃO, Luciano Garcia. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 32, 2019. DOI: https://doi.org/10.5020/18061230.2019.7738. Acesso em: 19 maio 2024.

BAICKER, Katherine; JACOBSON, Mireille. Finders keepers: forfeiture laws, policing incentives, and local budgets. **Journal of Public Economics**, v. 91, n. 11-12, p. 2113-2136, 2007.

BANKER, Rajiv; CHARNES, Abraham; COOPER, William. Some models for estimating technical and scale inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984. DOI: http://dx.doi.org/10.1287/mnsc.30.9.1078.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei No 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 2745, 23 mar. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL, Vinicius Puiti; LOURENÇÃO, Luciano Garcia. Qualidade de vida de policiais militares do interior do estado de São Paulo. **Arquivos de Ciências da Saúde**, São José do Rio Preto, v. 24, n. 1, p. 81-85, 2017.

CALHEIROS, Danilo dos Santos; CAVALCANTE NETO, Jorge Lopes; CALHEIROS, David dos Santos. A qualidade de vida e os níveis de atividade física de policiais militares de Alagoas, Brasil. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 5, n. 3, p. 59-71, 2013. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/1647/1066. Acesso em: 20 maio 2024.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Floriánopolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100007.

CAVALCANTE, Danival Sousa; MACHADO, Marcus Vinícius Veras; SOARES, Alisson dos Santos. Eficiência de despesas com segurança pública: uma análise dos estados brasileiros por meio da Análise Envoltória de Dados. **Anais** do XV Congresso ANPCONT, on-line, 2021.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; SILVA NETO, Darcy Ramos da; COELHO, Danilo Santa Cruz; LINS, Gabriel de Oliveira Accioly. **Uma avaliação de impacto de política de segurança pública**: o Programa Estado Presente do Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2021. (Texto para Discussão nº 61). Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/textos-para-discussao/td-61-uma-avaliacao-de-impacto-de-politica-de-seguranca-publica-o-programa-estado-presente-do-espirito-santo. Acesso em: 19 maio 2024.

CHARNES, Abraham; COOPER, William; RHODES, Edwardo. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, n. 6, p. 429–444, 1978. DOI: https://doi.org/10.1016/0377-2217(78)90138-8.

ERVILHA, Gabriel Teixeira; BOHN, Liana; DALBERTO, Cassiano Ricardo Gomes; GOMES, Adriano Provesano. Os determinantes da eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios mineiros: uma análise a partir da metodologia DEA. **Análise Econômica da Revisão Jurídica**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 34-54, 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei Complementar No 627, de 22 de maio de 2012. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 467, de 04.12.2008, e 533, de 28.12.2009, e dá outras providências. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 24 maio 2012. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei No 10.784, de 18 de dezembro de 2017. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 19 dez. 2017. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei No 10.978, de 18 de janeiro de 2019. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 18 jan. 2019a. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. **Planejamento estratégico 2019-2022**. Vitória: Secretaria de Economia e Planejamento, 2019b. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Planejamento%20Estrat%C3%A9gico/Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%202019-2022/PLANEJAMENTO%20ESTRAT%C3%89GICO%20GOVERNO%20ES%202019-2022.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei No 11.096, de 08 de janeiro de 2020. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 9 jan. 2020. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei No 11.231, de 06 de janeiro de 2021. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2021. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 15 jan. 2021a. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto No 4.828-R, de 25 de fevereiro de 2021. Modifica a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESP, instituída pela Lei Complementar nº 690, de 08/05/2013 e regulamentada pelo Decreto nº 3.958-R, de 31/03/2016, e transforma cargos de provimento em comissão e função gratificada, sem elevação da despesa fixada. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 26 fev. 2021b. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 3 jun. 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto No 4.970-R, de 27 de setembro de 2021. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e dá outras providências. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 28 set. 2021c. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei No 11.509, de 22 de dezembro de 2021. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2022. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 23 dez. 2021d (ed. extra). Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. Lei No 11.767, de 27 de dezembro de 2022. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023. Vitória: **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, 28 dez. 2022. Disponível em: https://conslegis.es.gov.br/. Acesso em: 19 maio 2024.

EVANGELISTA, Gláucia Lopes Luiz; ALMEIDA, Alexandre Nascimento de; ABREU, Lucijane monteiro de. Indicadores de avaliação da gestão orçamentária universitária – um estudo de caso para a Universidade de Brasília. **Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 689-718, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v12i36.2721.

FALCÃO, Viviane Adriano; QUEIROZ JÚNIOR, Hélio da Silva. Mendes, Lucas Tavares de Barros; SILVA, Francisco Gildemir Ferreira da. Vista de impacto da pandemia da COVID-19 na eficiência dos aeroportos brasileiros – aplicação de análise envoltória de dados e regressão Tobit. **Revista Transporte y Territorio**, v. 27, p. 72-102, 2022.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5. Acesso em: 19 maio 2024.

FLECK, Marcelo; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Martha; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lyssandra; PINZON, Vanessa. Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 198-205, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000200012.

FLEGL, Martin; GRESS, Eva Selene Hernández. A two-stage Data Envelopment Analysis model for investigating the efficiency of the public security in Mexico. **Decision Analytics Journal**, v. 6, 100181, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.dajour.2023.100181.

FONTOURA, Alex; SCHMIDT, João Pedro. Modelo Estatal e Modelo Comunitário de Segurança Pública. **Revista Jurídica Direito & Paz**, [*s. l.*], v. 42, p. 175–196, 2020.

HU, Yangming; WU, Yingjun; ZHOU, Wei; LI, Tao; LI, Liging. A three-stage DEA-based efficiency evaluation of social security expenditure in China. **PLoS ONE**, v. 15, n. 2, e0226046, 2020. DOI: https://doi.org/10.1371/journal. pone.0226046. Acesso em: 10 jun. 2024.

LINS, Marcos Estellita; LOBO, Maria Stella de Castro; SILVA, Angela Cristina Moreira da; FISZMAN, Roberto; RIBEIRO, Vagner josé de Paula. O uso da Análise Envoltória de Dados (DEA) para avaliação de hospitais universitários brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 985-998, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400020.

MARCONDES, Paulo Cesar; LAAT, Erivelton Fontana de. Segurança Pública: qualidade de vida no trabalho como direito fundamental para eficiência do sistema. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 2020-2038, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-138.

MARZZONI, David Nogueira da Silva; BATTESINI, Marcelo. Eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros: uma abordagem com Análise Envoltória de Dados. **Anais** do XLVI Encontro da Anpad, on-line, 21-23 set. 2022. Disponível em: https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/44ba1d-022ff64c3e9281781b13d0eef9.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

MATOS, Patrícia de Oliveira. Orçamento de segurança pública e orçamento de defesa no Brasil: análise comparativa da estrutura e variação dos gastos públicos (2003-2017). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-31, 2020. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1039.

MELLO, João Carlos Correia Baptista Soares de; MEZA, Lidia Angulo; GOMES, Eliane Gonçalves; SERAPIÃO, Bruno Pessoa; LINS, Marcos Pereira Estellita. Análise envoltória de dados no estudo da eficiência e dos benchmarks para companhias aéreas brasileiras. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 325-345, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-74382003000200005.

MEZA, Lidia Ângulo, BIONDI NETO, Luiz; MELLO, João Carlos Correia Baptista Soares de; GOMES, Eliane Gonçalves; COELHO, Pedro Henrique Gouveia. **SIAD – Sistema Integrado de Apoio à Decisão**: uma implementação computacional de modelos de Análise Envoltória de Dados. [*s.l.*: *s.n.*], 2003.

MUROVA, Olga; KHAN, Aman. Public investments, productivity and economic growth: a cross-state study of selected public expenditures in the United States. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 66, n. 2, p. 251-265, 2017. DOI: https://doi.org/10.1108/IJPPM-12-2015-0190.

NASCIMENTO, Érica Suélen do; OLIVEIRA, Izadora Ribeiro e Garcia; SIQUEIRA, Letícia Bettoni; QUERINO, Fabiane Fidelis; SANDIM, Natalí Dela-Sávia. Eficiência relativa da segurança pública no Estado de Minas Gerais. **Anais** do XLI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Foz do Iguaçu/PR, 18-21 out. 2021. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_360_1858_42238.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Luis Carlos Nobre; QUEMELO, Paulo Roberto Veiga. Qualidade de vida de policiais militares. **Arquivos de Ciências da Saúde**, São José do Rio Preto, v. 21, n. 3, p. 72-75, 2014.

PEÑA, Carlos Rosano. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 83-106, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000100005.

RAMANATHAN, R. **An introduction to Data Envelopment Analysis**: A tool for performance measurement. Sage Publications, New Delhi, 2003. DOI: https://doi.org/10.1177/097206341001300107. Acesso em: 19 maio 2024.

RIBEIRO, Dalvana Lopes; LONGARAY, André Andrade. O uso da Análise Envoltória de Dados (DEA) na mensuração da eficiência da segurança pública. **Anais** do XLI CNMAC – Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional, Unicamp, Campinas/SP, v. 9, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.5540/03.2022.009.01.0284. Acesso em: 21 set. 2023.

ROCHA, Roberta Teixeira; REBELATTO, Daisy Aparecida Nascimento; CAMIOTO, Flávia de Castro. Análise da eficiência de fatores nos países do BRICS a partir da Análise Envoltória de Dados. **Racef**: Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 68-128, 2015. DOI: https://doi.org/10.13059/racef.v6i1.245.

ROLIM, Marcos; PEREIRA, Vanessa de Quadros. A eficiência policial e seus indicadores. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 314-331, 2022. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1445.

ROMANELLO, Michele; ABREGÚ, Marcos Ezequiel. Mensurando a qualidade de vida nos municípios de Santa Catarina: análise por envoltória de dados. **RDE**: Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 3, n. 50, p. 173-189, 2021. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/7284. Acesso em: 19 maio 2024.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; FREITAS, Marcelo Machado de; FLACH, Leonardo. Avaliação da Eficiência dos Gastos Públicos com Educação dos Municípios de Santa Catarina. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 12, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.21118/apgs.v12i2.5755.

SCHULL, Adiulli Natã; FEITÓSA, Camila Gonçalves; HEIN, André Fernando. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v. 12, n. 3, 2014. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2623/2318. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA; Francisco Gildemir Ferreira da; MACAMBIRA, José Kleber; ROCHA, Carlos Henrique. Medindo a eficiência produtiva do transporte por ferrovias brasileiras: uma aplicação dos modelos DEA e TOBIT. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 49, n. 3, p. 153-186, 2019.

SILVA, Guilherme Bertassoni da; VARGAS, Raíssa Miranda da Cunha; HOLANDA, Adriano Furtado. Police practice e o not being-at-ease: a importância do investimento em saúde mental na polícia. **Revista Brasileira de Seguranca Publica**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 332-347, 2023. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2023.v17.n2.1683.

SOUZA FILHO, Maurício José de; NOCE, Franco; ANDRADE, André Gustavo Pereira de; CALIXTO, Robson de Matos; ALBUQUERQUE, Maicon Rodrigues; COSTA, Varley Teoldo. Avaliação da qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 159-169, 2015.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. **Revista Socerj**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

REAVALIANDO A FUNDADA SUSPEITA: O JULGAMENTO DO HC 208.240/SP PELO STF E SEUS REFLEXOS SOBRE AS ABORDAGENS POLICIAIS

ISADORA REZENDE BONAMIM

Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento Social pela PUC-Campinas (2026). Pós-graduada em Direito Penal e Criminologia pelo INTROCRIM/CEI, certificação Faculdade CERS (2022). Pós-graduada em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), certificação UNINTER (2021). Bacharel em Direito pela PUC-Campinas (2019).

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Campinas

E-mail: ibonamim@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-1820-1295

FERNANDA CAROLINA DE ARAUJO IFANGER

Professora da PUC-Campinas. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito (PPGD) da PUC-Campinas. Doutora em Direito pela USP (2014), mestre em Direito Pela USP (2010), Bacharel em Direito PUC-Campinas (2006).

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Campinas

E-mail: fernanda.ifanger@puc-campinas.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5596-6695

LUCAS CATIB DE LAURENTIIS

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP e professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pesquisador vinculado à Escola de Direito de São Paulo da FGV e à UNICAMP. É doutor e mestre em Direito Constitucional pela USP especialista em Direito Constitucional pela PUC-SP, graduado em Direito pela PUC-SP e em Filosofia pela USP.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Campinas

E-mail: lucaslaurentiis@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5596-6695

Contribuições dos autores: A autora Isadora contribuiu substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção, análise e interpretação dos dados, elaboração e revisão crítica do manuscrito, participando da aprovação da versão final. A autora Fernanda contribuiu substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção, análise e interpretação dos dados, elaboração e revisão crítica do manuscrito, participando da aprovação da versão final. O autor Lucas contribuiu substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção, análise e interpretação dos dados, elaboração e revisão crítica do manuscrito, participando da aprovação da versão final.

RESUMO

Em abril de 2024, ao julgar o HC 208.240/SP, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou tese de que as abordagens policiais devem se basear em fundamentos objetivos, sendo ilícita a medida fundada em raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física. Contudo, o julgamento gerou controvérsia sobre

os efeitos práticos da decisão, uma vez que, no caso concreto, negou-se que a abordagem tivesse sido pautada em perfilamento racial. Nesse cenário, o presente artigo busca refletir sobre o julgamento e suas possíveis repercussões práticas. A partir de revisão bibliográfica e do exame do termo "fundada suspeita", categoria normativa que permite analisar a licitude da abordagem policial, busca-se discutir os possíveis desdobramentos da decisão para as instituições do sistema de justiça criminal. Os resultados indicam que, embora constitua importante marco no enfrentamento do perfilamento racial, a decisão suscita dúvidas quanto à capacidade das instâncias judiciais de identificar e enfrentar tais situações.
Palavras-chave: Abordagem policial. Fundada suspeita. Perfilamento racial.

REASSESSING THE REASONABLE SUSPICION: THE JUDGMENT OF HC 208.240/SP BY THE BRAZILIAN SUPREME COURT (STF) AND ITS IMPLICATIONS FOR POLICE STOPS AND SEARCHES

ABSTRACT

In April 2024, when judging Habeas Corpus 208.240/SP, the Brazilian Federal Supreme Court (STF) established the doctrine that police stops and searches must be based on objective criteria, holding it unlawful for such measures to be based on race, sex, sexual orientation, skin color, or physical appearance. The ruling, however, proved controversial with respect to its practical effects, since in the case at hand the court denied that the stop had in fact been driven by racial profiling. Against this backdrop, this article seeks to reflect on the ruling and its possible practical repercussions. Drawing on a literature review and an examination of the term "reasonable suspicion," the normative category used to assess the lawfulness of a police stop and search, the article discusses the potential implications of the decision for the institutions of the criminal justice system. The findings suggest that, while the ruling marks an important milestone in addressing racial profiling, it also raises doubts about the capacity of the courts to identify and confront such situations in practice.
Keywords: Police stop and search. Reasonable suspicion. Racial profiling.

Data de recebimento: 04/12/2024 **Data de aprovação:** 03/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2326

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a abordagem policial no Brasil não é uma questão recente, visto que há muito vem sendo debatida tanto no meio acadêmico quanto no judiciário. Diversas pesquisas realizadas, tais como por Reis (2002), Ramos e Musumeci (2004), Pinc (2007) e Barros (2008), mostram que o tema despertou um notável interesse no início dos anos 2000 e, devido à sua contínua importância no contexto do sistema de justiça criminal, permanece como objeto de estudo até os dias de hoje (Sinhoretto *et al.*, 2014; Sinhoretto, 2021; Ramos *et al.,* 2021, 2022; Azevedo; Dutra, 2024; Rocha; Uziel, 2024).

A despeito da relevância do tema e das tentativas de conceituação e delimitação atribuídas ao termo, no Brasil, não existe, hoje, uma definição legal sobre a "abordagem policial" ou o que preenche seu conteúdo de forma adequada com o ordenamento jurídico. Há, por outro lado, dispositivos na legislação processual penal que possibilitam que esse tipo de procedimento seja realizado, abrindo campo para discussão acerca dos limites da atuação policial. Do ponto de vista processual, as discussões se concentram, em

grande parte, na categoria da "fundada suspeita", que permite que a abordagem policial seja efetuada na prática. Sobre este aspecto, é importante ressaltar que as contínuas denúncias da sociedade civil e de movimentos organizados em relação à seletividade do sistema penal e ao perfilamento racial têm desempenhado um papel crucial na crescente relevância desse tema, com repercussões significativas no âmbito do sistema judiciário.

Nesse contexto, destaca-se a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2024, no *Habeas Corpus* (HC) 208.240, no qual se estabeleceu a tese de que abordagens policiais pautadas em critérios subjetivos ou discriminatórios são ilegais (Brasil, 2024b). No caso, o Tribunal discutia se a abordagem policial foi pautada em critérios raciais, prática conhecida como perfilamento racial. De acordo com o documento "Prevenindo e Combatendo o Perfilamento Racial de Pessoas Afrodescendentes – Boas Práticas e Desafios", da Organização das Nações Unidas (ONU), o perfilamento racial pode ser definido como "a associação sistemática de um conjunto de características físicas, comportamentais ou psicológicas com delitos específicos e seu uso como base para tomar decisões de aplicação da lei" (ONU, 2020, p. 1-2).

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar os resultados do julgamento do *Habeas Corpus* (HC) 208.240. Para isso, discutem-se os desafios relacionados à normatividade aberta do conceito de "fundada suspeita", confrontando-o com dados concretos sobre o perfil das pessoas abordadas no Brasil. Busca-se, assim, uma análise crítica do julgamento, que, embora tenha estabelecido uma tese aparentemente progressista, não reconheceu o perfilamento racial no caso concreto. Por fim, busca-se evidenciar como a abertura dessa categoria normativa pode reforçar práticas discriminatórias, especialmente no que diz respeito ao perfilamento racial, e refletir sobre a necessidade de critérios objetivos que busquem minimizar a discricionariedade nas abordagens.

Este artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica de textos que discutem a prática da abordagem policial, bem como em pesquisas que analisam os dados do sistema de justiça criminal, com ênfase nas abordagens policiais. Ele está divido em quatro seções: (i) panorama normativo brasileiro, em que se aborda o quadro jurídico que permite e regula as abordagens policiais, explorando as normas legais e constitucionais que fundamentam essa prática no Brasil; (ii) estatísticas e estudos empíricos sobre o perfil das pessoas abordadas pela polícia, destacando questões como perfilamento racial e disparidades no tratamento; (iii) aspectos fáticos do caso que levou ao julgamento do HC 208.240 pelo STF e a tese fixada pelo tribunal e suas implicações jurídicas; e (iv) análise crítica da decisão do STF, avaliando suas limitações e o impacto prático, ou a falta dele, em relação ao combate ao perfilamento racial nas abordagens policiais.

PANORAMA NORMATIVO BRASILEIRO

Em seu art. 5º, X, a Constituição Federal protege a intimidade e a privacidade como direitos individuais fundamentais. Além disso, o art. 3º, inciso IV, estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade justa, plural e solidária, sempre vedando quaisquer formas de discriminação por origem, raça, sexo, cor, idade ou outras características (Brasil, 2016).

Considerando que essas normas estabelecem direitos fundamentais que protegem a vida privada contra a ingerência de terceiros, pode-se afirmar que as buscas pessoais realizadas em um indivíduo constituem uma limitação aos direitos abarcados no âmbito de proteção dessas normas, existindo previsão para essa mitigação na legislação infraconstitucional.

O Código de Processo Penal disciplina a busca pessoal nos art. 240 e 244, inseridos no Capítulo XI (Da Busca e Da Apreensão) do Título VII do Livro I (Brasil, 2020). De acordo com o art. 240, *caput*, a busca pode ser domiciliar ou pessoal, e seu parágrafo segundo dispõe que: "Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior". Já o art. 244 prevê que a busca pessoal independerá de mandado nos casos de prisão ou quando houver "fundada suspeita" de que a pessoa esteja na posse de arma proibida, objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de uma busca domiciliar.

O que, afinal, compreende o conceito de fundada suspeita? O que permite que policiais abordem de forma legítima um indivíduo? E como se dá o controle da legalidade e constitucionalidade dessas abordagens? Como apontam Gomes e Gonçalves (2022), o debate sobre a atribuição de significado à expressão "fundada suspeita" no Poder Judiciário brasileiro não é de hoje, remetendo ao menos ao início dos anos 2000. A "suspeita" significa uma percepção subjetiva da autoridade, que, neste caso, pode estar fundamentada em preconceitos pessoais e culturais (Badaró, 2015). Uma interpretação ampla do dispositivo autorizaria a busca em casos em que a autoridade age com base em "experiência ou pressentimento" (Nucci, 2018, p. 667) caso a "suspeita" não seja fundamentada em fatos concretos. Porém, como o dispositivo não lista as situações que podem fundamentar a suspeita da autoridade, qualquer ato ou situação pode servir de fundamento para a revista. Por isso atualmente não existem regras claras e objetivas que definam o que caracteriza a fundada suspeita. Diante desse panorama, em 2022, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a fundada suspeita deve ser descrita com a maior precisão possível e aferida de modo objetivo, destacando que:

> Não satisfazem a exigência legal, por si sós, meras informações de fonte não identificada (e.g. denúncias anônimas) ou intuições e impressões subjetivas, intangíveis e não demonstráveis de maneira clara e concreta, apoiadas, por exemplo, exclusivamente, no tirocínio policial (Brasil, 2022c, p. 2).

O "tirocínio policial" pode ser compreendido como a expertise ou a experiência adquirida por agentes de segurança pública, no desempenho de suas atividades cotidianas, para "suspeitar" de atitudes potencialmente criminosas (Sinhoretto; Batitucci, 2023). Essa prática, que é apoiada por uma ampla carga de subjetivismo, aciona estereótipos de suspeição (Sinhoretto; Batitucci, 2023). Em termos concretos:

> A materialidade do tirocínio é expressada quando o policial tem a habilidade de mapear lugares, horários, condições em que é possível realizar uma operação policial "bem-sucedida", bem como quando é capaz de avaliar a existência de armas ou de objetos ilícitos a parir de uma leitura dos movimentos corporais dos transeuntes ou dos motoristas (Sinhoretto *et al.*, 2014).

Assim, desde o referido julgamento, as duas Turmas têm divergido sobre o que o configura uma fundada suspeita válida. A título de exemplo, a descrição de que um sujeito apresentou nervosismo ao visualizar a viatura policial não foi considerada como justificativa idônea para a abordagem policial [1]. Em momento posterior, estar portando uma mochila e fuga abrupta foi considerado motivo idôneo para a abordagem[2].

1 No caso julgado pelo STJ, os policiais militares informaram que o sujeito avistou a viatura e apresentou nervosismo ao visualizar os policiais, sem descrever outros elementos prévios à aproximação da viatura. Cf. HC n. 735.271/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 13/9/2022, DJe de 19/9/2022 (Brasil, 2022b).

2 Cf. HC n. 834.943/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 10/10/2023, DJe de 18/10/2023 (Brasil, 2023b).

Mais recentemente, a Quinta Turma tem se posicionado pelo fato de que empreender fuga não configura fundada suspeita para busca domiciliar, mas configura para busca pessoal[3]. Tanto no STJ como no STF, os Ministros orientam-se para o entendimento de que denúncias anônimas, por si só, não constituem fundamentos idôneos para busca pessoal ou domiciliar[4].

Do ponto de vista da dogmática jurídica, Gisela Wanderley (2017) destaca que, embora a doutrina muitas vezes oriente a interpretação de que a expressão sugere uma proibição legal de buscas arbitrárias, outra parte dos autores dirige a crítica para abertura do termo "fundada suspeita" destacando seu caráter vago e o espaço para prática de excessos[5]. Contudo, a autora ressalta que essas interpretações têm pouca efetividade em alterar as rotinas policiais, que frequentemente são conduzidas de maneira generalizada e descontrolada, indicando ainda que a crítica vem desacompanhada de tentativa de conferir objetividade e concretude a essa categoria normativa.

O QUE OS DADOS DIZEM SOBRE A PRÁTICA POLICIAL

A seleção de suspeitos pela polícia já foi objeto de estudos ao longo dos anos, inclusive por membros da corporação, como Geová da Silva Barros (2008), capitão da Polícia Militar de Pernambuco, e Tânia Pinc (2007, 2014), Major da Reserva da Polícia Militar, fator que certamente facilitou a permeabilidade e a coleta de dados desses locais. Esses autores trouxeram contribuições relevantes sobre os principais fatores que geram suspeição entre os policiais militares, com base em entrevistas realizadas com membros da corporação. Entre as informações destacadas, está a constatação de que a Polícia Militar paulista realiza muitas abordagens, mas efetua poucas prisões decorrentes dessa prática (Pinc, 2014). Além disso, foi identificado que a justificativa declarada para a abordagem está, a princípio, relacionada a marcadores de classe social, como vestimenta e o local onde a abordagem ocorre (Barros, 2008). Soma-se a esses autores a pesquisa de Reis (2002), provavelmente uma das primeiras sobre o tema, que, apesar de não integrar a corporação, realizou entrevistas diretas com policiais atuantes na cidade de Salvador, Bahia, concluindo que existem, na prática, dois aspectos fundamentais nos critérios de suspeição: o biológico, fundado principalmente na aparência física e na cor da pele, e o social, que se relaciona com as condições de vida do sujeito.

Importa ressaltar que o problema de ausência de produção de dados sobre o sistema de justiça criminal no Brasil é fato notório já discutido em inúmeras pesquisas antigas e recentes (Adorno, 2002; Ramos *et al.*, 2021). No estudo "Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro", o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania relatou a dificuldade crescente de acesso a informações das polícias e de entrevistas com membros da corporação (Ramos *et al.*, 2021). Mesmo quando esses dados estão disponíveis, há dificuldade em sistematizá-los no âmbito nacional, pois os estados produzem informações de forma não padronizada sobre a ação policial (Sinhoretto *et al.*, 2014).

Por outro lado, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Sistema Nacional de Informações Penais, organizados, respectivamente, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pela Secretaria Nacional

3 Cf. EDcl no AgRg no AREsp n. 2.467.687/RN, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 21/5/2024, DJe de 28/5/2024 (Brasil, 2024a).

4 No STJ, conferir AgRg no HC n. 734.263/RS, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 14/6/2022, DJe de 20/6/2022 (Brasil, 2022a). No STF: HC n. 230.560/PB, relator Ministro André Mendonça, julgado em 06/08/2023, DJe 07/08/2023 (Brasil, 2023a).

5 Antes mesmo do advento da Constituição de 88, processualistas como Edgard Noronha, Romeu Barros, Ivan Moraes de Andrade e Eduardo Espínola Filho destacavam que a prática da busca pessoal envolve afetação de direitos fundamentais, razão pela qual requer um fundamento objetivo (Wanderley, 2017).

de Políticas Penais (Senappen), são importantes iniciativas que evidenciam, por meio de dados, o funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil. As informações compiladas por esses dois mecanismos de pesquisa há muito tempo já apontam a existência de seletividade penal, especialmente ao comparar os dados de raça/cor de pessoas encarceradas e das vítimas da letalidade policial. Como exemplo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 revela que 82,7% das vítimas da letalidade policial são negras (FBSP, 2024). Da mesma forma, a população prisional é majoritariamente composta por pessoas negras: em 2023, 69,1% dos encarcerados eram pessoas negras, seguidos por 29,7% de brancas, 1% de amarelas e 0,2% de indígenas (FBSP, 2024).

Em visita ao Brasil, o Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Pessoas Afrodescendentes, da ONU, apurou uma cultura de perfilamento e discriminação racial em todos os níveis do sistema de justiça (ONU, 2020). Embora esses dados sejam de grande importância, não há informações estatais oficiais desagregadas sobre as abordagens policiais. A pertinência teórica desse tema é evidente e merece destaque: enquanto os dados de encarceramento indicam quem foi criminalizado, os dados sobre abordagens policiais revelam quais grupos estão sujeitos a maior vigilância policial, antes mesmo de passarem pelo sistema de justiça criminal (Mata, 2021). Esse dado se mostra extremamente relevante, especialmente no caso dos jovens. Pesquisas nacionais e internacionais indicam que o contato com atores do sistema de justiça criminal desempenha um papel socializador significativo, influenciando a percepção de legitimidade e a confiança desses indivíduos na polícia (Justice; Meares, 2013; Theodoro *et al.*, 2022).

Apesar da ausência de estatísticas que tenham por base o universo de abordagens policiais realizadas, pesquisas amostrais têm sugerido que os dados coletados sobre essas abordagens não se diferem significativamente dos dados do sistema de justiça criminal em geral. Jéssica da Mata (2021) conclui que a amplitude da categoria "fundada suspeita" tem como consequência a ausência de parâmetros objetivos para a sua concretização, apontando para uma tendência desproporcional em direção a jovens do sexo masculino, de origem negra e residentes de bairros pobres das periferias. No mesmo sentido, pesquisa realizada em 2022 pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) em parceira com o Data_Labe chegou à conclusão que a cada dez pessoas abordadas pela polícia, oito são negras. A proporção para brancos foi na razão de 2 em cada 10 pessoas ouvidas. Ainda tratando da raça, dos entrevistados que responderam que foram abordados, 46% afirmam que tiveram raça/cor mencionadas durante a abordagem[6]. O estudo aponta que é possível notar que as pessoas negras participantes foram abordadas pela polícia mais de uma vez em maior frequência (84,4%) do que as pessoas brancas (70,8%) que contribuíram com a pesquisa. Além disso, dos respondentes que disseram ter sido abordados mais de 10 vezes, o percentual de negros foi mais que o dobro (19,1%) do percentual de brancos (8,5%) que passaram pela mesma quantidade de abordagens (IDDD; Data_Labe, 2022).

A discussão sobre o perfilamento racial nas abordagens policiais também foi estudada por Sinhoretto (2021). A pesquisa quantitativa realizada nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal concluiu que há uma sobrerrepresentação negra nos índices de letalidade policial e de presos em flagrante. Além disso, a pesquisa concluiu que a prática de filtragem racial é negada pelos agentes de segurança sob a justificativa neutralizadora de que a "fundada suspeita" é o método utilizado para a seleção de pessoas suspeitas, muito embora a análise das entrevistas com os policiais tenha permitido compreender que há, de fato, a construção do sujeito suspeito de forma racializada (Sinhoretto, 2021).

6 A pesquisa teve por base 1.716 (uma mil setecentas e dezesseis) respostas enviadas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, das quais 1.018 (uma mil e dezoito) respostas válidas para os estados do Rio de Janeiro (510) e de São Paulo (508).

Estudos anteriores já apontavam para a sobrerrepresentação de pessoas negras na abordagem policial. Ramos e Musumeci (2004) realizaram entrevistas por meio de um *survey* aplicado a um grupo de jovens cariocas e afirmaram que 55% de negros parados pela polícia passaram por revista, enquanto brancos totalizaram 33%. Além disso, as autoras concluíram que a abordagem era qualitativamente diferente para pessoas negras, que tinham mais chances de passar por revista corporal, enquanto pessoas brancas eram liberadas após a apresentação de seus documentos (Ramos; Musumeci, 2004).

Dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo indicam que, apenas no terceiro semestre de 2024, no estado de São Paulo, cerca de 3.108.130 pessoas foram abordadas para fins de revista pessoal ou identificação. Dessas, cerca de 1,54%[7] foram efetivamente presas, seja em virtude de estado de flagrância ou em virtude de mandado judicial a ser cumprido (São Paulo, 2024a).

Esses elementos, aliados a dados que indicam a sobrerrepresentação de jovens negros no sistema de justiça criminal, levantam questionamentos sobre o uso dessa prática enquanto instrumento de medida preventiva e repressiva da criminalidade. Essa discussão tem mobilizado os tribunais superiores brasileiros, suscitando a necessidade de estabelecer critérios objetivos para definir o que constitui uma fundada suspeita.

O JULGAMENTO DO HC 208.240 NO STF E A DISCUSSÃO SOBRE O PERFILAMENTO RACIAL

O julgamento do HC 208.240, de São Paulo, realizado em 2024 pelo STF, estabeleceu uma importante tese sobre abordagens policiais:

> A busca pessoal independente de mandado judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física (Brasil, 2024b).

Apesar de a tese inicialmente parecer progressista ao estabelecer limites para a discricionariedade policial em abordagens, o caso levantou questões controversas sobre a conclusão prática do julgamento. Isso porque embora o tribunal tenha adotado uma postura aparentemente transformadora no campo da "fundada suspeita", ao analisar o caso concreto, o Tribunal concluiu que a abordagem policial realizada era válida.

O processo tem origem na cidade de Bauru, interior de São Paulo. No caso específico, Francisco Cícero dos Santos foi abordado por policiais militares e com ele foi localizada a quantidade de 1,53 g de entorpecente (cocaína). Em razão disso, ele foi condenado à pena de 7 anos, 11 meses e 8 dias de reclusão, em regime inicial fechado. A Defensoria Pública recorreu, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao recurso. Impetrado o *habeas corpus* perante o STJ, a Corte entendeu que seria cabível a incidência da minorante prevista no art. 33, parágrafo 4º, da Lei nº 11.343/2006 (Brasil, 2006), reduzindo-se a pena para 2 anos e 11 meses em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

7 Destaca-se que a leitura dos dados apresenta potenciais inconsistências, uma vez que a soma das ocorrências não é compatível em todo o documento. Por exemplo, no item relativo às atividades policiais, é informado que o número total de "prisões efetuadas (em flagrante + por mandado)" no Estado é de 41.599. No entanto, ao se analisar os dados de prisões em flagrante e por mandado de forma desagregada, o documento indica que foram realizadas 27.534 prisões em flagrante e 20.246 prisões por mandado, o que, evidentemente, não corresponde à soma total mencionada. Esse descompasso levanta questionamentos sobre a confiabilidade dos números apresentados ou, ainda, clareza em relação à divisão de categorias. Comparando o mesmo documento produzido para o quarto semestre de 2023, o número total de "prisões efetuadas (em flagrante + por mandado)" no Estado constava de 41.840, enquanto de forma desagregada constava 27.802 em flagrante e 15.269 por mandado judicial (São Paulo, 2024b). A despeito dessa grave constatação, independentemente do valor a ser considerado, fato é que os números de prisões em flagrante e por mandado são consideravelmente inferiores ao número de abordagens realizadas.

Restou vencido, em parte, o ministro relator Sebastião Reis Junior quanto à concessão da ordem de ofício no ponto em que reconhecia a nulidade das provas e absolvia o réu. O relator argumentou que o que despertou a fundada suspeita do policial e, posteriormente, a busca pessoal no réu, foi, originalmente, a cor da pele, uma vez que avistaram de longe um indivíduo de cor negra em pé no meio-fio da via pública. Conforme mencionado no acórdão, a justificativa apresentada por um dos policiais que efetuou a abordagem foi a seguinte:

> Que nesta manhã estava em companhia de seu colega de farda e se dirigiam ao bairro Fortunato Rocha Lima para atender uma ocorrência; que no caminho passaram pela vila industrial, por um conhecido ponto de tráfico de drogas, até porque era o caminho que tinham que fazer; que ao se aproximarem da rua Santa Teresa viram um indivíduo negro que "servia" algum usuário de droga em um carro de cor clara; que o indivíduo ao ver a aproximação da viatura policial saiu andando sorrateiramente e arremessou algo no chão, isto enquanto o motorista do carro saía do local rapidamente; que o indivíduo foi abordado e quando revistado foram localizados no bolso de sua calça de moletom 05 pinos de cocaína e no outro bolso R$ 80,00; que no chão viu que havia vários pinos de cocaína abertos e esparramados seu conteúdo e eram os objetos que o indivíduo havia arremessado ao solo quando da aproximação da equipe policial; que não deu para recolher o pó caído no chão por serem finos e em pouca quantidade; que o indivíduo é sempre visto naquele local em atitude suspeita (Brasil, 2021, p. 11).

Embora essa fosse a conclusão do relator, que concedia a ordem de ofício para reconhecer a nulidade das provas obtidas em decorrência da fundada suspeita ilegal, o restante da turma divergiu do entendimento e apenas concedeu a ordem para redimensionar a pena. Considerando o resultado do julgamento no STJ, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo impetrou novo *habeas corpus,* agora, perante o STF, alegando a ilicitude das provas decorrentes da busca pessoal baseada em filtragem racial. Segundo a Defensoria, a fundada suspeita que motivou a abordagem policial, resultando na revista corporal e apreensão da droga, foi essencialmente baseada na cor da pele da pessoa suspeita, neste caso, negra, o que configuraria um claro exemplo de perfilamento racial.

Além disso, a Defensoria requereu, em caráter subsidiário, a aplicação do princípio da insignificância, considerando a quantidade de drogas encontrada, e a reclassificação do crime de tráfico de drogas para aquele previsto no art. 28 da Lei de Drogas (Brasil, 2006), que prevê a infração penal de porte de drogas para uso pessoal[8].

Diversas entidades também se manifestaram no processo, solicitando habilitação como *amici curiae.* Foram admitidas as seguintes organizações: Conectas Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Justa, Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Coalizão Negra por Direitos, Instituto de Referência Negra Peregum, Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos, Educafro Brasil, Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas, Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS, Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras (Idafro), Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim), Associação Nacional da Advocacia Negra e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

8 Em 2024, após o julgamento do caso em questão, o STF decidiu o Tema 506 (Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal) e estabeleceu, entre outras teses, que não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou portar a substância *cannabis sativa* para consumo pessoal. No entanto, essa decisão, a princípio, não se aplica a outras drogas, como no caso em questão.

Ao final do julgamento, o Tribunal, por maioria dos votos, denegou a ordem, vencidos os Ministros Edson Fachin, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso que reconheciam o perfilamento racial no caso concreto. As demais teses defensivas foram negadas. Em contrapartida, por unanimidade, foi fixada a tese sobre ilicitude de abordagens policiais de caráter discriminatório.

A FORMALIDADE COMO OBSTÁCULO; O PERFILAMENTO RACIAL COMO PRÁTICA INADMISSÍVEL E A NEGAÇÃO DO CASO CONCRETO

Participaram do julgamento do *habeas corpus* nove ministros: Edson Fachin, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Nunes Marques e Cristiano Zanin.

Ao analisar os votos dos Ministros[9], nota-se que certos elementos são recorrentes, dos quais se destacam três: i) a forma processual é utilizada ora como obstáculo à análise do mérito, ora como justificativa para validar o mérito; ii) há unanimidade quanto à necessidade de coibir a prática de perfilamento racial; iii) a referência à cor da pele pelo policial é minimizada, enquanto justificativa, em comparação com as supostas condições objetivas que justificariam a abordagem.

Quanto ao aspecto da formalidade[10], destaca-se que esse elemento aparece com frequência nos votos dos Ministros. Flávio Dino não analisa o mérito da abordagem, pois considera que o caso é baseado em fatos e provas, argumentando que, sendo o STF um tribunal que trata de questões de "direito", não teria condições de corroborar se houve vício na operação policial (Brasil, 2024b). André Mendonça, por outro lado, apesar de discutir o mérito da abordagem, descrevendo que não visualiza os fatos narrados como um caso de perfilamento racial, dá ênfase ao fato de que a tese de nulidade em virtude do perfilamento não foi aventada pela defesa nas instâncias ordinárias, mas apenas após a decisão do STJ (Brasil, 2024). Alexandre de Moraes incrementa e parece utilizar essa questão para enfatizar a tese de que não houve perfilamento no caso concreto: "Por isso, ressalto que não há provas necessárias para a questão do perfilamento, tanto que a própria defesa, durante toda a instrução, não a alegou" (Brasil, 2024b, p. 93).

A preocupação e o combate ao perfilamento racial aparece em todos os votos, resultando na fixação da tese. Contudo, percebe-se que aqueles que não identificaram o perfilamento racial justificam sua posição em outros elementos da abordagem, tais como estar a pessoa num "ponto conhecido de tráfico de drogas"[11] e exercer o "*modos operandi* típico de compra e venda de drogas"[12].

O resultado do julgamento foi previsto por Danilo Paulino Filho (2021) que, no ano em que o *habeas corpus* foi impetrado, afirmou que as chances de anulação do processo eram praticamente zero, pois reconhecê-la

9 Para os fins deste artigo, a análise dos votos teve como objetivo: (i) identificar se os Ministros reconheciam o perfilamento racial como um problema das abordagens realizadas pela polícia brasileira; e (ii) se verificavam, no caso concreto, a existência de perfilamento racial. O exame foi realizado a partir da leitura integral dos votos, buscando identificar, por meio de expressões diretas ou inferências dos argumentos despendidos, se os Ministros situam o debate do perfilamento racial nas polícias e quais os critérios utilizados para identificação dessa prática no caso concreto.

10 Por "formalidade" entende-se aspectos da legislação processual que: i) autorizam o manejo de *habeas corpus* como meio impugnativo de decisões judiciais; ii) autorizam a análise pelo STF de recursos ou ações originárias.

11 A título de exemplo, voto do ministro Nunes Marques: "[...] lugar conhecido pela prática do tráfico de drogas, onde, durante a madrugada e a manhã, houvera prisão de outros indivíduos em razão do cometimento do mesmo crime" (Brasil, 2024b, p. 131).

12 Voto do Ministro Alexandre de Moraes: "[...] O que gerou a fundada suspeita na polícia de atuar? O *modus operandi* regular em uma boca de fumo" (Brasil, 2024b, p. 111).

demandaria um exercício de incluir a zona do não ser nas previsões de direitos e garantias fundamentais. A "zona do ser" e a "zona do não ser" são conceitos trabalhados por Thula Pires (2018) e Ana Luiza Flauzina e Thula Pires (2020), a partir de uma leitura de Franz Fanon e Sueli Carneiro. Esses conceitos buscam explicar a dinâmica da colonização e o papel do Direito e do sistema de justiça na manutenção da estrutura colonial, especialmente no que diz respeito aos processos de desumanização nas relações intersubjetivas e institucionais. A "zona do ser" refere-se àqueles considerados humanos, com acesso a direitos, enquanto a "zona do não ser" circunscreve os indivíduos a quem são negadas as suas humanidades e seus direitos, sendo essa exclusão marcada, fundamentalmente, pela violência. Nessa divisão, raça é uma categoria fundamental na distinção entre aqueles que pertencem a cada uma dessas zonas. Assim, as características dos julgadores – pessoas brancas e em condições socioeconômicas absolutamente distintas do sujeito em julgamento – foi apontada pelo autor como elemento essencial para o então possível resultado (Paulino Filho, 2021, p. 205).

Amparado nos textos de Ana Luiza Flauzina (2016), Flauzina e Freitas (2017) e Thula Pires (2018), Daniel Paulino Filho (2021) problematiza a legitimidade de essas pessoas decidirem casos em que indivíduos racializados foram vítimas de violência, argumentando que esses julgadores operam a partir de um imaginário incapaz de reconhecer e registrar o sofrimento dessas pessoas, tendendo a não os reconhecer na condição de vítima. Por isso mesmo, esse julgamento foi apontado como mais um exemplo de racismo institucional do Judiciário (Costa, 2024). A dificuldade em reconhecer a cor da pele como o fator principal, apesar de estar expressa no depoimento como descrição precedente à abordagem policial, e a ênfase nas outras condições objetivas do caso podem ser interpretadas como um reforço dessa perspectiva. Aliás, como destacado pelo próprio relator do *habeas corpus*, Ministro Edson Fachin:

> Inicialmente, pode-se supor que essa seria uma mera descrição física do indivíduo a ser abordado; mas, não. Nada mais foi acrescentado. Não se menciona, por exemplo, altura (alto ou baixo), composição corporal ou qualquer outra característica física. É dizer, pelo que se extrai do auto de prisão em flagrante, a cor da pele foi o que primeiramente despertou a atenção dos policiais (Brasil, 2024b, p. 13).

Sob uma outra perspectiva, a decisão que fixa a tese antidiscriminatória, mas nega o racismo na prática adotada, pode ser lida como mais um reflexo do racismo institucional, caracterizado por "práticas discriminatórias que não estão explicitamente definidas em lei ou codificadas na política, mas são reproduzidas (intencionalmente ou não) nas rotinas, administrações, normas, hábitos e práticas profissionais de instituições de educação, controle social, tecnociência ou cultura" (Amar, 2005, p. 231).

Quando se está falando da interação entre raça, crime e justiça, o racismo pode ser observado a partir de três mecanismos principais: (1) por meio da ação do Estado, concretizada por uma legislação que promove a segregação, e na atuação direta de seus agentes; (2) por omissão, ao reproduzir práticas e instrumentos que geram distorções sociorraciais; e (3) pela atuação de indivíduos ou grupos movidos por seus próprios preconceitos alarmados pelas condições institucionais que viabilizam as violações de direitos, a estigmatização e outros processos discriminatórios (Andrade; Andrade, 2014). Essas práticas parecem estar intrinsecamente relacionadas com a chamada "cegueira racial", modo pelo qual as instituições:

> [...] negam a existência de práticas raciais ao reenquadrar as realidades raciais dentro dos discursos "neutros" tecnicoprofissionais, projetando percepções raciais em fatores de risco étnicos ou comportamentais ou identificando erroneamente as próprias análises conscientes da questão racial como racistas (Amar, 2005, p. 231-232).

Essa interpretação, aplicada ao caso, pode ser exemplificada pela maneira como condutas semelhantes recebem significados distintos a depender do local onde estão ocorrendo. Na periferia, a simples troca de objetos entre pessoas pode ser interpretada como tráfico de drogas, enquanto em outro local, essa mesma transação pode não ser vista como criminosa. Parece ser esse o alerta de Fachin a Alexandre de Moraes, ao dizer que:

> [...] Portanto, o fato de ter alguém parado no meio-fio com um carro, num lugar que, eventualmente, seja conhecido como de alguma transação ilícita... Agora, há casas noturnas de elevado padrão onde esse tipo de comportamento também se dá. Portanto, a questão está: qual é o quadro apriorístico que levou essa busca pessoal. [...] A questão central colocada é: a busca teve motivação objetiva e racional diversa de que teria se o contexto fosse outro? (Brasil, 2024b, p. 89).

Além disso, é de se destacar que a tese, em si, não oferece contornos objetivos sobre o que é uma fundada suspeita. Não resolve, portanto, o problema da discricionariedade na atuação policial, nem proporciona critérios para que o judiciário avalie sua legalidade. Com o resultado do julgamento, embora a tese "antidiscriminatória" possa simbolizar um avanço no debate, a expectativa é de que poucas mudanças ocorram na prática, já que a interpretação do que configura um caso de prática ilegal pela polícia continuará sendo feita de forma casuística. Levanta-se ainda a questão de como os tribunais interpretarão, a partir de agora, o que caracteriza uma abordagem pautada em critérios raciais. Diante de um caso em que o próprio policial descreve expressamente a cor da pele do indivíduo como justificativa para a abordagem, fica a dúvida: em que circunstâncias os tribunais serão capazes de reconhecer e condenar abordagens discriminatórias?

A decisão levanta dúvidas sobre a capacidade das instâncias judiciais de identificar e enfrentar situações de perfilamento racial, especialmente quando o racismo é mascarado por justificativas de ordem prática. Explicações baseadas nas impressões pessoais e no tirocínio policial, embora a princípio vedadas pela jurisprudência, são constantemente referendadas pelo judiciário sob o argumento de que são "locais conhecidos por tráfico de drogas" e que houve "atuação típica de venda e compra de drogas". Assim, a ausência de parâmetros claros para definir o que configura discriminação racial na atuação policial também sugere que a avaliação continuará sendo feita caso a caso, o que pode dificultar o seu reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do julgamento do HC 208.240/SP pelo STF revela a complexidade e os desafios no estabelecimento de critérios para a análise da fundada suspeita, bem como para reduzir a discricionariedade na prática das abordagens policiais no Brasil. Embora a decisão tenha estabelecido uma tese importante sobre a ilicitude de abordagens pautadas em critérios discriminatórios, projeta-se uma limitação significativa para o reconhecimento da tese pelos tribunais.

O reconhecimento expresso pelo STF da discriminação racial nas abordagens policiais representa um avanço significativo. No entanto, a decisão não resolveu o problema da discricionariedade policial e evidenciou uma grave contradição entre o reconhecimento no discurso e a negação na prática: um homem negro foi condenado pelo crime de tráfico de drogas ao ser abordado e com ele foi encontrado apenas 1,53 gramas de entorpecente. O fato de que a decisão do STF não tenha reconhecido o perfilamento racial no caso concreto, apesar das evidências apresentadas, indica uma resistência em enfrentar de maneira mais decisiva o racismo institucional.

Os dados da justiça criminal no Brasil revelam uma persistente desigualdade racial, com uma sobrerrepresentação de pessoas negras no cárcere e na letalidade policial. Contudo, a falta de dados oficiais desagregados em matéria de abordagem policial inviabiliza a constatação da real prática dos agentes de segurança no campo de seleção de suspeitos.

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo do texto, conclui-se que a decisão do STF é apenas um ponto de partida para um debate sobre a regulamentação e o controle legal das práticas policiais, inclusive na definição de critérios objetivos que consigam abarcar os diferentes significados atribuídos a situações semelhantes, mas protagonizados por pessoas e espaços distintos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Crise no sistema de justiça criminal. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 50-51, 2002.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. *In*: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do rio de janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 231-281.

ANDRADE, Francisco Jatobá de; ANDRADE, Rayane. Raça, crime justiça. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 256-264.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; DUTRA, Luiza Correa de Magalhães. Policiamento ostensivo e a abordagem policial: as representações sociais de oficiais da brigada militar sobre a construção do suspeito racializado. **Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 1-19, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-20243902e50220 .

BADARÓ, Gustavo. **Processo Penal**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 134-135, 2008. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2008.v2.n1.31.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 498 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 200 p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/569703. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). **Agravo Regimental no *Habeas Corpus* nº 734.263/RS**. Relator: Min. Sebastião Reis Júnior, 14 jun. 2022a. Diário de Justiça eletrônico, Brasília, DF, 20 jun. 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=202201002764&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea. Acesso em: 06 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). ***Habeas Corpus* nº 735.271/SP**. Relator: Min. Antonio Saldanha Palheiro, 13 set. 2022b. Diário de Justiça eletrônico, Brasília, DF, 19 set. 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=202201057837&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea. Acesso em: 06 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). ***Habeas Corpus* nº 660.930/SP**. Relator: Ministro Sebastião Reis Junior, 14 set. 2021. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 21 set. 2021. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=202101169756&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). **Recurso em *Habeas Corpus* nº 158.580/BA**. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz, 19 abr. 2022c. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 25 abr. 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=202104036090&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea. Acesso em: 1º dez. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª Turma). **Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 2.467.687/RN**. Relator: Min. Ribeiro Dantas, 21 maio 2024a. Diário de Justiça eletrônico, Brasília, DF, 28 maio 2024. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?termo=2467687&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&chkordem=DESC&chkMorto=MORTO. Acesso em: 06 set. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). ***Habeas Corpus* nº 208.240/SP**. Relator: Ministro Edson Fachin, 11 abr. 2024b. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 28 jun. 2024. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6287873. Acesso em: 1º dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão monocrática no ***Habeas Corpus* nº 230.560/PB**. Relator: Min. André Mendonça, 6 ago. 2023a. Diário de Justiça eletrônico, Brasília, DF, 7 ago. 2023. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-anula-condenacao-de-homem-que-teve-casa-invadida-pela-policia-com-base-em-denuncia-anonima/. Acesso em: 06 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). ***Habeas Corpus* nº 834.943/RS**. Relatora: Ministra Laurita Vaz, 10 out. 2023b. Diário de Justiça eletrônico, Brasília, DF, 18 out. 2023. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=202302248752&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea. Acesso em 06 set. 2026.

COSTA, Rafael Ferreira de Albuquerque. Racismo estrutural na guerra às drogas: o papel da jurisprudência. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 32, n. 375, p. 33-34, 2024. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/854/351. Acesso em: 20 ago. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/253. Acesso em: 7 ago. 2024.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. A medida da dor: politizando o sofrimento negro. *In*: FLAUZINA, Ana; PIRES, Tula (Orgs.). **Encrespando** – Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024). Brasília: Brado Negro, 2016, p. 63-74.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 135, p. 49-71, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1211-1237, abr. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50270.

GOMES, Nestor Castilho; GONÇALVES, Ana Carolina Torres. Abordagem policial, seletividade e fundada suspeita: contribuições da Teoria Estruturante do Direito. **Direito Público**, Brasília, v. 19, n. 103, p. 234-254, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.11117/rdp.v19i103.6591 .

IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa; DATA_LABE. **#Por que eu?:** como o racismo faz com que as pessoas negras sejam o perfil alvo das abordagens policiais. 2022.

JUSTICE, Benjamin; MEARES, Tracey. How the Criminal Justice System Educates Citizens. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 651, n. 1, p. 159-177, 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.1177/0002716213502929.

MATA, Jéssica da. **A política do enquadro**. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2021.

NUCCI, Guilherme. **Código de processo penal comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. Perfilamento racial: debates realizados pela ONU discutem recorrência de casos e desafios para combater o problema. **Portal da ONU**, Brasil, Centro de Imprensa, Notícias, 15 dez. 2020 Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/105298-perfilamento-racial-debates-realizados-pela-onu-discutem-recorr%C3%AAncia-de-casos-e-desafios. Acesso em: 10 jun. 2023.

PAULINO FILHO, Daniel. Aos brancos, os direitos humanos, aos negros, nada: considerações acerca do julgamento do *habeas corpus* 208.240 sobre perfilamento racial. **Convergência Crítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p. 185-210, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/issue/view/3003. Acesso em: 1º ago. 2024.

PINC, Tânia. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-23, 2007. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2007.v1.n2.13. Acesso em: 13 mar. 2025.

PINC, Tania. Por que o policial aborda? Um estudo empírico sobre a fundada suspeita. **Confluências**: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 34-59, 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/confluencias/article/download/34470/19873. Acesso em: 29 out. 2023.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre os direitos humanos. Limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **SUR 28**, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

RAMOS, Silvia; FRANCISCO, Diego; SILVA; Pedro Paulo da; SILVA, Itamar. **Elemento suspeito**: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2021. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/livro/elemento-suspeito-racismo-e-abordagem-policial-no-rio-de-janeiro/. Acesso em: 1º ago. 2024.

RAMOS, Silvia; SILVA, Pedro Paulo da; SILVA, Itamar; FRANCISCO, Diego. **Negro trauma**: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

REIS, Dyana Brito. A marca de Caim: as características que identificam o "suspeito", segundo relatos de policiais militares. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 36, 2002. DOI: https://doi.org/10.9771/ccrh.v15i36.18627. Acesso em: 4 mar. 2025.

ROCHA, Bárbara Silva da; UZIEL, Anna Paula. Da ordem indizível ao imperativo flagrante: o tirocínio como recurso de suspeição nas abordagens policiais. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-27, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.4322/dilemas.v17.n.1.54568.

SÃO PAULO (Estado). SSP-SP – Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. **Painel estatístico**: terceiro trimestre de 2024. São Paulo: SSP-SP, 2024a.Disponível em: https://www.ssp.sp.gov.br/assets/estatistica/trimestral/arquivos/2024-03.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). SSP-SP – Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. **Painel estatístico**: quarto trimestre de 2024.. São Paulo: SSP-SP 2024b. Disponível em: https://www.ssp.sp.gov.br/assets/estatistica/trimestral/arquivos/2024-03.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

SINHORETTO, Jacqueline (Org.). **Policiamento ostensivo e relações raciais**: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo. Policiamento ostensivo e desigualdades em São Paulo e Minas Gerais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. e023010, 2023. DOI: https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.42433 . Acesso em: 15 jan. 2025.

SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo; MOTA, Fábio Reis; SCHLITTLER, Maria Carolina; SILVESTRE, Giane; MORAIS, Danilo de Souza; SOUZA, Letícia Godinho; SOUSA, Rosânia Rodrigues de; SILVA, Sabrina Souza da; OVALLE, Luiza Aragon; RAMOS, Paulo César; ALMEIDA, Fabrício Bonecini de; MACIEL, Welliton Caixeta. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (Orgs.). **Segurança pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014, p. 121-158.

THEODORO, Renan; PICCIRILLO, Debora; GOMES, Aline Morais Mizutani; OLIVEIRA, Thiago. Violência como fator socializador na construção da legitimidade da polícia: um estudo com adolescentes de São Paulo, Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 57, n. 243, p. 204-231, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.31447/AS00032573.2022243.01.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. A busca pessoal no direito brasileiro: medida processual probatória ou medida de polícia preventiva?. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 1117-1154, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.22197/rbdpp.v3i3.96.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

MEDO DO CRIME, SEXO E IDADE: *INSIGHTS* DA PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO DO DF[1]

CLÁUDIO V. TORRES

Ph.D. em Psicologia Transcultural pela Universidade da Califórnia, San Diego (EUA - 1999). Professor do Departamento de Processos Psicológicos Básicos da Universidade de Brasília, onde ministra disciplinas e desenvolve pesquisas na área de Psicologia Transcultural com foco na Teoria de Valores Humanos e Psicologia Policial.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: claudio.v.torres@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-3727-7391

LAURA NOVAES ANDRADE

Ph.D. em Psicologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e professora do curso de Psicologia do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), onde coordena pesquisas que desenvolvem intervenções psicossociais, visando fortalecer as capacidades institucionais e comunitárias brasileiras.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: lauranovaesa@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-1876-3650

FRANCISCO GUILHERME L. MACEDO

Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Tenente-Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal e Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), com pesquisas em cultura organizacional, tomada de decisão, segurança pública e medo do crime.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: guilhermelima03@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-5785-3026

KAMILLA L. A. M. L. NASCIMENTO

Doutora em Ciências Genômicas e Biotecnologia e pesquisadora vinculada à Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas no campo das Ciências do Comportamento, com foco em valores humanos, saúde mental e comportamento alimentar.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: hennykamilla@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-9946-1119

THIAGO G. L. A. M. NASCIMENTO

Doutor em Ciências de Gestão pela Aix-Marseille Université (França) e em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professor e pesquisador na UnB, no IDP e no ISCP. Tenente-Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal e Chefe da Assessoria de Gestão e Governança da Casa Militar do DF.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: tgn.1980@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-2432-3117

1 O estudo foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - Edital FAPDF nº10/2023 – TOA 576/2023; e pelo projeto de pós-doutoramento do primeiro autor apoiado pelo Edital FAPDF nº05/2025 e Edital DGP/UnB n°003/2026 – processo 23106.029976/2026-29.

EDNA A. B. TÔRRES

Mestre em Governança e Inovação em Políticas Públicas (2025) pela Universidade de Brasília (UnB). Servidora Técnico-Administrativa da UnB desde 1994 e pesquisadora do Cepats/IP/UnB e do Laboratório de Psicologia Transcultural (LPT/UnB).

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: alci@unb.br **ORCID:** https://orcid.org/0009-0008-0845-2550

Contribuições dos autores: Cláudio V. Torres e Laura N. Andrade atuaram ativamente na concepção, delineamento do estudo, análise e interpretação dos dados, e na redação completa do manuscrito. Francisco Guilherme L. Macedo atuou ativamente na obtenção e autorização para utilização dos dados, e contribuiu na revisão crítica do manuscrito final. Henny Kamilla R. de Lima contribuiu no tratamento dos dados, interpretação dos resultados e na revisão crítica do manuscrito final. Thiago G. Nascimento e Edna A. B. Tôrres contribuíram na interpretação dos dados e revisão crítica do manuscrito final.

Financiamento: O estudo foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - Edital FAPDF nº10/2023 – processo 576/2023; e pelo projeto de pós-doutoramento do primeiro autor apoiado pelo Edital FAPDF nº05/2025 e Edital DGP/UnB n°003/2026 – processo 23106.029976/2026-29.

Considerações éticas e autorizações: Os dados analisados foram obtidos com autorização da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme Termo de Anuência SEI nº 00050-00033860/2020-03. Todos os procedimentos do estudo foram realizados de acordo com os padrões éticos do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – Brasil, e com a Declaração de Helsinque de 1964 e suas alterações posteriores ou padrões éticos comparáveis. O consentimento informado dos respondentes foi o seguido pela Pesquisa de Vitimização do Distrito Federal; os autores não têm acesso à declaração de consentimento por se tratar de dados secundários.

RESUMO

O estudo investiga como as características demográficas de sexo e idade influenciam o medo do crime no Distrito Federal. Utilizando dados da Pesquisa Distrital de Vitimização (2015/2018), foram analisados 28.608 respondentes com modelos lineares mistos generalizados. Medo do crime se revelou maior entre mulheres do que em homens, aumentando moderadamente com a idade. Contudo, a relação entre faixa etária e medo do crime apresentou efeitos pouco expressivos. Flutuações anuais no medo do crime sugerem influência de fatores contextuais, como instabilidade social e cobertura midiática. Apesar de baixos índices de correlação com crimes violentos, mulheres demonstraram maior vulnerabilidade percebida, influenciada por contextos sociais e culturais, como o efeito da "sombra da agressão sexual". O estudo evidencia a necessidade de abordagens intersetoriais para mitigar o medo do crime, considerando dinâmicas sociais, emocionais e políticas públicas que promovam segurança objetiva e percebida.

Palavras-chave: Medo do crime. Vitimização. Percepção de segurança. Correlatos demográficos. Influência midiática.

FEAR OF CRIME, GENDER, AND AGE: INSIGHTS FROM THE DF VICTIMIZATION SURVEY

ABSTRACT

The study examines how demographic characteristics such as gender and age influence fear of crime in the Federal District. Using data from the District Victimization Survey (2015–2018), 28,608 respondents

were analyzed through generalized linear mixed models. Fear of crime was found to be higher among women than men, with a moderate increase with age. However, the relationship between age groups and fear of crime showed only marginal effects. Annual fluctuations in fear of crime suggest the influence of contextual factors, such as social instability and media coverage. Despite low correlation rates with violent crime, women demonstrated greater perceived vulnerability, shaped by social and cultural contexts, such as the "shadow of sexual assault" effect. The study highlights the need for intersectoral approaches to mitigate fear of crime, addressing social dynamics, emotional factors, and public policies that promote both objective and perceived security.
Keywords: Fear of crime. Victimization. Perception of security. Demographic correlates. Media influence.

Data de recebimento: 16/12/2024 **Data de aprovação:** 06/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2335

INTRODUÇÃO

O medo do crime tem ganhado cada vez mais relevância nas pesquisas em ciências sociais, como nas áreas da Psicologia e da Sociologia, sendo um fenômeno de grande importância para disciplinas como a Criminologia e a Vitimologia (Ferraro, 1995), além de ser fundamental na tomada de decisões em intervenções sobre criminalidade no mundo (Brunton-Smith; Sturgis, 2011; Lee, 2007). Ao analisar a literatura científica, nota-se que o interesse internacional sobre o tema cresce desde os anos 1960, evidenciando a preocupação com os impactos negativos do medo do crime na qualidade de vida das comunidades e demandando políticas que foquem não apenas a redução da criminalidade, mas também o aumento na percepção de segurança dos cidadãos (Hale, 1996). A revisão de Hale (1996) dos primeiros 30 anos de produção sobre o tópico destaca os efeitos sociais do medo e analisa como fatores ambientais e sociais intensificam ou mitigam esse medo, especialmente entre grupos vulneráveis, como idosos e mulheres.

O presente estudo adota a definição de Hale (1996) do MDC que trata do *medo* de ser vítima de um crime, que não necessariamente reflete a probabilidade real de ser vitimizado. Com base nessa definição, o objetivo geral deste estudo é *investigar diferenças na percepção do medo do crime de acordo com características demográficas, como sexo e idade, e como cada uma elas atuaria sobre essa variável*. Se, conforme apontado na literatura revisada, há diferenças entre os conceitos de emoção e sentimento com relação às características demográficas como sexo e idade (Warrier *et al.*, 2018), o que resulta em diferenças sexuais e etárias (Löckenhoff; Costa Jr.; Lane, 2008; Schirmer, 2013) no processamento das emoções, então é preciso investigar até que ponto essas diferenças ocorrem no medo e como interagem entre si. Para alcançar tais objetivos, segue-se a literatura revista, assim como as hipóteses que foram formuladas com base nessa literatura e os demais aspectos do estudo, como desenho metodológico, resultados e discussão.

REVISÃO DE LITERATURA

Desde a definição de Hale (1996) para MDC, o debate vem se intensificando entre criminologistas, vitimologistas, políticos, organizações policiais, meios de comunicação e o público em geral. Dentre outras preocupações, o conhecimento sobre medo do crime e seus antecedentes possibilita a alocação de recursos e a utilização de ferramentas adequadas referentes à prevenção e à solução de crimes (Hale, 1996). Ainda que essas sejam preocupações de diversos países, a maioria das pesquisas (p. ex., Hodgkinson; Lunney,

2021) se concentra em países conhecidos, como em *Weird: Western, Educated, Industrialized, Rich* e *Democratic* (Henrich; Heine; Norenzayan, 2010) – a palavra inglesa *weird*, que se traduz como "esquisito', no caso ganha significado pelo acrônimo *Western, Educated, Industrialized, Rich* e *Democratic*, traduzido como Ocidentais, Educados, Industrializados, Ricos e Democráticos) – com louváveis exceções no contexto nacional (p. ex., Costa; Durante, 2019a).

Com o avanço dos estudos, diversas foram as explicações apresentadas para a compreensão do medo do crime. Uma das abordagens mais conhecidas enfoca as características ambientais do local em que o fenômeno se manifesta, considerando elementos como desordem física e social na comunidade (Skogan, 1990). Nesse sentido, variáveis como casas e carros abandonados, lixo acumulado e patrimônio depredado, bem como a presença de indivíduos alcoolizados, pessoas em situação de rua, gangues e pontos de prostituição são vistas como fatores que intensificam o medo do crime (Lagrange; Ferraro; Supancic, 1992).

Paralelamente, há pesquisadores que explicam o medo do crime a partir do entendimento da vitimização, sugerindo que experiências diretas ou indiretas de violência influenciam significativamente essa percepção (Garofalo, 1977). Nesse modelo, tanto vítimas diretas quanto pessoas que tomaram conhecimento de crimes envolvendo terceiros tendem a apresentar níveis mais elevados de medo. Na atualidade, essa perspectiva foi ampliada ao se considerar o papel da mídia, que frequentemente enfatiza casos de criminalidade e violência, criando uma sensação de insegurança mesmo entre aqueles sem contato direto com o crime.

Estudos recentes indicam que a exposição a notícias de crimes pode exacerbar o medo e distorcer a percepção de risco, fazendo com que ele ultrapasse os níveis de vitimização real e se transforme em uma insegurança coletiva alimentada pela mídia (Roman, 2023; Costa; Durante, 2019b). Esses resultados sugerem que, além das experiências pessoais, o consumo de conteúdo midiático desempenha um papel fundamental na formação e intensificação do medo do crime, contribuindo para uma sensação de insegurança coletiva que ultrapassa as fronteiras da vitimização direta (Prieto-Curiel *et al.*, 2020).

Por fim, outro fator crucial é a percepção de vulnerabilidade, que acrescenta uma dimensão subjetiva ao entendimento do medo do crime. Esse modelo sugere que certas características demográficas – como idade e sexo – aumentam a sensação de vulnerabilidade, levando alguns indivíduos a se sentirem mais expostos ao risco (Lagrange; Ferraro, 1989; Rader; Cossman; Porter, 2012). Dessa forma, o medo do crime não é apenas uma resposta a eventos ou a informações sobre violência, mas também um reflexo das fragilidades percebidas e das desigualdades que certos grupos enfrentam.

Observando a confusão conceitual entre o medo do crime e outros termos/construtos teóricos, como vitimização, realidade do crime, crimes reais, percepções de risco, dentre outros, é essencial explorar as definições de medo do crime desenvolvidas ao longo dos anos. O termo Medo do Crime (MDC) parece ter sido cunhado em 1967 por uma comissão montada pelo governo federal dos EUA sobre a *Aplicação da Lei e Administração da Justiça*, que buscou reunir pela primeira vez inquéritos sobre vitimização e investigações sobre o que foi então chamado de Medo do Crime (President's Comission, 1967). A publicação iguala MDC a vitimização, construto que foi adotado pela literatura especializada a partir da década de 1970 com definições e sentidos diversos (Lee, 2007).

Do ponto de vista psicológico, a experiência de medo pode ser compreendida como uma emoção ou um sentimento vivenciado pelo indivíduo. Enquanto emoção, entende-se que se trata de uma reação imediata a um estímulo específico (Ekman, 1992), como o som abrupto de um tiro disparado, e que, portanto,

depende da relação com o mundo exterior para existir. As emoções desencadeiam respostas químicas e neurais (p. ex. sudorese, tremor) que surgem quando o cérebro recebe um estímulo ambiental sem preparação prévia. Já enquanto sentimento, o medo não se relaciona a um único estímulo, mas a uma construção mental que permeia as demais experiências da vida social. Como outros sentimentos, o medo está associado a um trabalho cognitivo (Buck, 1980) que pode envolver ativação da memória, dos valores sociais e individuais, do raciocínio, da imaginação etc. Os sentimentos são interpretações das emoções, sendo assim uma resposta a elas.

Com relação ao MDC, especificamente, Garofalo (1981) o definiu como uma reação emocional caracterizada por um *sentimento* de perigo de ser vítima de dano físico, sendo tal reação provocada no indivíduo por percepções do ambiente que se relacionam a algum aspecto relacionado ao crime para a pessoa. Outras definições incluem uma *preocupação* abrangente relacionada ao crime e baseada em experiências diretas ou indiretas de criminalidade (Skogan, 1989), *reações emocionais* às percepções de risco (Jackson; Gouseti, 2014), um *sentimento* de alarme ou pavor causado por uma consciência ou expectativa de perigo (Warr, 2000), ou ainda como uma *angústia* individual diante do fenômeno da criminalidade, expandida à comunidade e causando estado de insegurança (Dantas; Persinj; Silva, 2007).

FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

Considerando os impactos da percepção de vulnerabilidade da experiência de medo do crime, espera-se que dados demográficos, como sexo e idade (Jackson, 2004), se revelem preditores eficientes de MDC. De acordo com Rader, Cossman e Porter (2012), a vulnerabilidade física e social é parte fundamental na interpretação do porquê certos grupos de pessoas temem mais o crime do que outros. Para os autores, essas vulnerabilidades são mais importantes na determinação do MDC em alguns grupos (p. ex., sexo, idade) do que em outros (p. ex., *status* socioeconômico). Outras perspectivas sugerem ainda que esses grupos têm maior risco de vitimização, enfatizando a experiência de vitimização (direta e indireta) no conceito de MDC (Lane *et al.*, 2014).

Já nos anos 1980, Lagrange e Ferraro (1989) notaram que boa parte da investigação no tema indicava que as mulheres e os idosos teriam mais MDC, o que já era amplamente divulgado nos meios de comunicação científicos e populares à época. Num esforço para esclarecer essa imagem, os autores examinaram as diferenças de idade e sexo no MDC e encontraram que mulheres relatavam índices de MDC significativamente maiores do que os homens, independentemente de como a variável foi medida, enquanto que indivíduos mais velhos relataram maior MDC quando a medida era a Pesquisa Nacional do Crime nos EUA (NCS), mas não quando outras medidas eram utilizadas, concluindo que a extensão de maior MDC entre pessoas idosas era sobrestimada devido a problemas de medição, o que sugeria a necessidade de estudos mais criteriosos sobre essas diferenças.

Em estudo recente na Costa Rica, Barrantes-Chaves (2024) investigou a relação entre MDC e o cercamento de residências no país; esse fenômeno ficou conhecido como *gating*. Alinhado ao disposto nas teorias de vulnerabilidade, a autora encontrou variações significativas relacionadas às informações demográficas dos participantes do estudo. Em relação à idade, com adolescentes e idosos apresentando índices mais elevados de MDC quando comparados aos demais participantes do estudo; em relação ao sexo, as mulheres relataram MDC mais elevado do que os homens e maior frequência de isolamento com *gating*.

No Brasil, os resultados têm convergido com a literatura internacional com relação ao sexo, com MDC sendo maior entre as mulheres em comparação com os homens; porém, quanto à idade, parece não haver uma concordância. Por exemplo, utilizando dados da Pesquisa Nacional de Vitimização (Senasp, 2013), Plassa, Bernardelli e Kortt (2023) encontraram que indivíduos mais velhos apresentaram índices menores de MDC, indo na contramão de pesquisas internacionais. Também analisando pesquisas de vitimização em capitais de quatro estados brasileiros (RJ, MT, GO e MG), Valente e Vacchiano (2021) acharam que sexo prediz MDC em todas as regiões, enquanto idade foi significativa apenas em Goiás. Em São Paulo, a variável sexo se apresentou como preditora independente do componente de MDC analisado (Natal; Oliveira, 2021), com mulheres com maior preocupação sobre a possibilidade de se tornarem vítimas do que homens.

Estudando os dados da primeira onda da Pesquisa de Vitimização do DF, Costa e Durante (2019b, p. 262) encontraram que mulheres foram o grupo com maior MDC, enquanto as conclusões sobre a influência da idade foram menos contundentes, apesar de pessoas mais velhas constituírem "os grupos mais vulneráveis" em relação ao crime.

Com base na literatura apresentada, este estudo pretende testar a hipótese de que existem diferenças significativas na percepção do medo do crime de acordo com as características demográficas de sexo e faixa etária, de tal forma que:

i. Mulheres apresentarão maior medo do crime do que homens;

ii. Idosos apresentarão maior medo do crime do que jovens.

A Pesquisa Distrital de Vitimização, realizada pela Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), servirá de base de dados para o estudo. Ela investigou anualmente, entre os anos de 2015 e 2019, diversas variáveis econômicas e ambientais relacionadas ao medo do crime em todo o Distrito Federal (DF). A coleta desses dados foi interrompida após 2019 devido à pandemia do vírus SARS-COV-2 (covid-19) e não foi retomada até a data da produção deste artigo. A coleta de dados foi realizada com um questionário baseado no *International Crime Victims Survey* e administrado a amostras representativas da população residente no Distrito Federal. Os detalhes sobre os instrumentos e procedimentos da pesquisa serão apresentados na seção seguinte.

MÉTODO

LÓCUS DA PESQUISA

Enquanto distrito, o DF possui estrutura administrativa singular, que inclui a inexistência de cidades e prefeitos. Sua divisão geográfica é feita por meio de Regiões Administrativas (RAs), cujos limites físicos são estabelecidos pelo poder público, que define a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização e coordenação dos serviços públicos locais. A depender das necessidades do DF, é discricionário ao governador do DF a criação ou a extinção de RAs.

Dadas as diferenças na sua delimitação territorial e na cobertura populacional, o número de RAs por ano não é igual. De 2015 a 2018, por exemplo, o DF contava com 31 RAs[2] (das 35 existentes em 2024). Também cabe ao governador a promoção da segurança pública do DF por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-DF), que dentre outras competências busca a racionalização do emprego dos meios para maior eficácia operacional na redução da criminalidade e violência em todas as RAs. Nesse contexto se localiza a coleta dos dados utilizados no estudo.

PARTICIPANTES

Um total de 28.168 indivíduos residentes nas 31 RAs então estabelecidas responderam à pesquisa, ao longo de três anos de coleta[3] (2015, 2016 e 2018). Especificamente, em 2015 foram coletadas 19.659 respostas; em 2016 foram 3.277; e em 2018 foram 5.232. Do total de participantes, 54,3% eram do sexo feminino e seguindo a categorização utilizada na pesquisa, 33,8% desses tinham entre 40 e 59 anos (16 a 24 anos: 16,1%; 25 a 39 anos: 30,8%; e 60 anos ou mais: 19,1%). Dados demográficos detalhados por RA e por ano de coleta são apresentados nos Materiais Suplementares, Tabela S1. Esta e todas as tabelas aqui apresentadas foram elaboradas com base na Pesquisa Distrital de Vitimização SSP-DF.

INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

A pesquisa contou com a aplicação de *survey* em amostras de residentes das RAs maiores de 16 anos. A seleção dos participantes foi feita por: (a) seleção aleatória dos domicílios a serem visitados em cada RA a partir do cadastro de endereços (IPTU); e (b) seleção aleatória do morador a ser entrevistado em cada residência partindo da lista de pessoas residentes daquele domicílio. Os itens do *survey* foram gerados pela SSP-DF em parceria com a Companhia de Planejamento do DF, com base no *International Crime Victims Survey*, uma pesquisa internacional de grande escala sobre crime e vitimização realizada em mais de 80 países em diferentes regiões do mundo (Kesteren; Dijk; Mayhew, 2014). Sua aplicação foi feita por empresas de pesquisa de opinião licitadas para tal a cada ano, teve tempo médio de aplicação (presencial ou por telefone, a depender do ano da coleta) de 45 minutos e margem de erro de 0,7%. Quatrocentos itens foram utilizados originalmente na Pesquisa Distrital, visando medir diferentes construtos individuais (p. ex., dados demográficos e de vitimização criminal), ambientais, de segurança pública, e de MDC e violência. Deste último grupo, seis itens utilizados no presente estudo foram recorrentes no período de 2015 a 2018 e mediram o MDC em termos de percepção de insegurança e de risco de ser vítima de crimes (p. ex., "sente-se seguro em andar nas ruas de onde reside de dia/noite", "andar nas ruas de outros locais", "ficar em casa sozinho/acompanhado" etc.). Todos os itens foram respondidos em uma escala de quatro pontos (1 = muito inseguro; 4 = muito seguro), conforme apresentado no exemplo abaixo:

Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde reside durante o dia?

1 – muito inseguro; 2 – inseguro; 3 – seguro; 4 – muito seguro.

2 As Regiões Administrativas pesquisadas à época da coleta de dados eram: Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA, SAI, Sobradinho, Sobradinho II, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão, e Vicente Pires.

3 Dados sobre vitimização no DF também foram pesquisados nos anos de 2017 e 2019. Contudo, por diferenças significativas no procedimento e *survey* utilizado, eles não foram incluídos no presente artigo.

O participante deveria responder a cada item utilizando a escala apresentada no exemplo. Também foram utilizados os itens referentes aos dados demográficos do respondente (*i.e.*, sexo, faixa etária).

A esses dados foram agregados, para cada RA e por ano de coleta, os índices de *Crimes Violentos Letais Intencionais* (CVLI), criados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para agrupar os crimes de maior relevância social. Incluem-se no CVLI: taxa de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e outros crimes resultantes em morte, excetuando-se morte por intervenção de agente do Estado. Os dados que compõe o CVLI são coletados pelo IML, pela Polícia Científica, pela Polícia Civil e por serviços de inteligência e analisados pela Gerência Geral de Análise Criminal e Estatística da Senasp. Os dados foram obtidos com autorização da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme Termo de Anuência SEI nº 00050-00033860/2020-03.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Embora coletados nas mesmas RAs nos três períodos, os dados foram tratados como coletas transversais independentes, uma vez que não houve consistência nos participantes da pesquisa ao longo dos anos. Após o tratamento de casos extremos e omissos, o teste da diferença de sexo e idade em relação ao MDC por RA foi feito a partir de Modelos Mistos Lineares Generalizados (GLMM) com o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS) (IBM, 2023), versão 29.0. Este modelo é uma extensão do Modelo Linear Generalizado (GLM), no qual o preditor linear contém efeitos aleatórios além dos efeitos fixos usuais, que permite gerir e analisar diversos conjuntos de dados, como dados binários, ordinais e outras variáveis não contínuas, adequando-se às bases de dados secundários como no presente estudo (Lima, 2025). Além disso, o GLMM permite a análise de modelos lineares mistos para dados não normais, fornecendo modelos para a análise de dados agrupados, com as diferenças entre os grupos sendo modeladas como um efeito aleatório ou fixo (Zuur *et al.*, 2009).

Considerando que os dados não apresentaram distribuição normal, mas distribuição exponencial gama, com a presença de assimetria positiva leptocúrtica (p. ex., MDCtotal; Fisher's g1assimetria/erro padrão = 20,64; Fisher's g1curtose/erro padrão = 8,25) (Tabachnick; Fidell, 2021), as distribuições de dados foram tratadas como fatores aleatórios. Apesar de algumas variáveis demográficas (p. ex., sexo) poderem ser tratadas como fatores fixos, considera-se que a variável dependente, neste caso a variável critério, não apresenta essa possibilidade – fato que orientou a decisão dos pesquisadores pelo tratamento aleatório, assumindo que nem todos os níveis da variável são representados na amostra de dados (Zuur *et al.*, 2009). A análise gráfica dos padrões de unidade de análise, assim como a *intra-class correlation* (ICC > 5%) também apontam para fatores aleatórios.

Para a análise secundária e exploratória da relação do efeito de crimes violentos (índice CVLI) sobre MDC, foi realizada uma série de regressões hierárquicas analisando o poder preditivo do sexo dos respondentes e controlando os efeitos de faixa etária (Bloco 1) e CVLI (Bloco 2) sobre o MDC. As regressões foram realizadas por RA e por ano de aplicação. Dado o volume resultante de regressões geradas (93 regressões), os resultados são discutidos em termos de ano de coleta apenas.

RESULTADOS

A seguir, apresentam-se os dados descritivos da amostra, as correlações entre as médias das variáveis pesquisadas e os resultados dos testes realizados para testagem das hipóteses, tais como o GLMM e as regressões hierárquicas. A Tabela 1 apresenta as médias, os desvios-padrão e a frequência das variáveis investigadas por ano para o total da amostra. Esses dados são apresentados por RA na Tabela S1.

TABELA 1

Médias e frequências das variáveis por ano de coleta

Ano de Coleta	Variáveis Investigadas			
	Medo do Crime (média/DP)	Sexo %	Idade %	CVLI (número/ano)
2015 (n = 19.659)	M = 2,40 (DP = 0,49)	Feminino: 55,1% Masculino: 44,9%	16 a 24 anos: 16,5% 25 a 39 anos: 29,7% 40 a 59 anos: 33,8% Mais 60 anos: 20,0%	671 Casos (M = 28,02; DP = 29,75)
2016 (n = 3.719)	M = 2,56 (DP = 0,73)	Feminino: 51,9% Masculino: 48,1%	16 a 24 anos: 13,2% 25 a 39 anos: 30,8% 40 a 59 anos: 36,2% Mais 60 anos: 19,8%	635 Casos (M = 26,33; DP = 26,93)
2018 (n = 5.230)	M = 2,35 (DP = 0,78)	Feminino: 52,9% Masculino: 47,1%	16 a 24 anos: 17,7% 25 a 39 anos: 34,8% 40 a 59 anos: 32,5% Mais 60 anos: 15,0%	486 Casos (M = 21,59; DP = 23,02)
Total da Amostra (N = 28.608)	M = 2,41 (DP = 0,59)	Feminino: 54,3% Masculino: 45,7%	16 a 24 anos: 16,1% 25 a 39 anos: 30,8% 40 a 59 anos: 33,8% Mais 60 anos: 19,1%	1.792 Casos (M = 26,55; DP = 28,32)

Fonte: Elaboração própria, 2024.

As médias de MDC foram M = 2,40 (D.P. = 0,49) em 2015; em 2016 M = 2,56 (0,73); e em 2018 M = 2,35 (0,78). Uma Anova apontou diferenças significativas entre as médias ($F = 153,60$ $p < 0,001$), com a análise *post-hoc* de Bonferroni indicando significância de $p < 0,001$ para todos os pares de médias entre os anos.

Para as correlações entre MDC, sexo e faixa etária, calculou-se o Coeficiente Phi ($r\varphi$) para sexo e o Rho de Spearman (ρ) para faixa etária (mensurada como variável categórica na pesquisa original). O $r\varphi$ é a medida de associação entre variáveis binárias ou entre um par de variáveis binária-contínua, enquanto o ρ mede a relação entre variáveis ordinais ou entre um par de variáveis ordinal-contínua. Ambos avaliam relações não-lineares monótonas e são interpretados de forma similar ao Coeficiente de Pearson (apropriado apenas para relações entre variáveis contínuas). Essas correlações são apresentadas na Tabela 2.

TABELA 2

Correlações entre medo do crime, sexo e faixa etária por ano

Ano de coleta	Medo do Crime	
	Sexo (r_φ)	Faixa Etária (ρ)
2015 (n = 19.659)	0,16**	0,04*
2016 (n = 3.719)	0,18**	0,05*
2018 (n = 5.230)	0,17**	0,03*
Total da amostra (N = 28.608)	0,15**	0,04*

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Embora não tenha sido o objetivo primordial deste estudo, as correlações entre MDC e crimes violentos por ano também foram verificadas utilizando o r de Pearson. Os resultados evidenciam correlações significativas ($p < 0,001$) ao longo dos anos de coleta (2015: r = 0,21; 2016: r = 0,22; 2018: r = 0,20).

Com relação às hipóteses centrais do estudo, esperava-se que mulheres apresentassem maior MDC do que homens, e que o MDC aumentaria com a idade. Os resultados obtidos pelo GLMM são descritos na Tabela 3.

TABELA 3

Resultados GLMM

Variáveis	Estimativa de Efeito	Efeito Aleatório para RA
Intercepto (ano 2015)	2,37147	
Ano 2016[1]	0,14828	
Ano 2018[1]	-0,05791	
DP do efeito aleatório para RA		0,1926
DP residual		0,5543
Intercepto (sexo e faixa etária)	2,04203	
Sexo Feminino	0,17124	
Faixa 25-39 anos[2]	0,05297	
Faixa 40-59 anos[2]	0,08819	
Faixa 60 mais[2]	0,09478	
Intercepto (interação sexo x faixa etária)	1,9876	
Interação (25-39 x feminino)[12]	-0,02497	
Interação (40-59 x feminino)[12]	-0,02992	
Interação (60mais x feminino)[12]	-0,0954	

[1]: Diferença de 2015

[2]: Diferença de faixa 16-24 anos

DP: Desvio-padrão

Todas as estimativas foram significativas a p < 0,001

Nota. Parâmetros e valores de p estimados com GLMM, com distribuição *quasipoisson*, para variação do medo do crime predita por sexo e faixa etária em 2016 e 2018, tendo como base o ano de 2015.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

O ano-base de 2015 foi utilizado como intercepto para o teste de diferença entre ano, enquanto para faixa etária a classificação 16-24 anos foi usada como referência. Como na GLMM, os modelos são ajustados pela máxima verossimilhança restrita (REML), que corrige as estimativas de variância do modelo da máxima verossimilhança (ML) (Field, 2017). O REML final observado foi de 46.109,82. Assim, há a indicação de se manter o modelo mais complexo, apresentado acima, que é comparável a modelos ajustados aos mesmos dados, aumentando a confiabilidade dos resultados.

No teste da variação do MDC entre anos de coleta, os resultados indicam que a variável apresenta variações significativas ao longo dos anos, com elevação em 2016 seguida de diminuição em 2018, com diferença significativa a $p < 0,001$. Neste modelo, o intercepto de 2,371472 representa a média de MDC para o ano-base de 2015. As estimativas de efeito por ano indicam que o MDC em 2016 foi 0,14828 maior em comparação a 2015, enquanto em 2018 houve uma variação menos relevante, com redução de 0,05791 na média em relação àquele ano. Além disso, a análise dos efeitos aleatórios revelou um desvio-padrão para o efeito aleatório de Região Administrativa de 0,1926, indicando uma variação moderada no MDC entre as diferentes regiões da cidade. O desvio-padrão residual de 0,5543 indica a variabilidade não-explicada pelo modelo.

Para os testes dos efeitos de sexo e faixa etária, o modelo linear misto revelou um intercepto de 2,04203, que é a média de MDC para o grupo de referência (homens, faixa etária de 16 a 24 anos, no ano de 2015). O efeito para sexo foi de 0,17124, indicando que as mulheres apresentam maior MDC do que os homens. As estimativas de efeito para as faixas etárias sugerem que o MDC aumenta com a idade de tal forma que, em média: participantes de 25 a 39 anos, 40 a 59 anos e com mais de 60 anos têm percepções de MDC 0,05297; 0,08819 e 0,09478 maiores, respectivamente, em comparação à faixa etária de 16 a 24 anos. Apesar dessas diferenças serem significativas em termos de faixa etária, a variação entre elas é muito pequena, sugerindo um efeito pouco relevante dessa variável demográfica.

A inclusão de uma interação entre sexo e faixa etária no modelo linear misto permitiu uma análise mais detalhada sobre como esses fatores se relacionam ao MDC. O GLMM com a inclusão das interações produz um modelo complexo com intercepto de 1,98760 representando a média de MDC para o grupo de referência (homens, na faixa etária de 16 a 24 anos). As estimativas de efeito da interação revelaram que o efeito do sexo sobre o MDC varia com a faixa etária. Na primeira interação, obteve-se um efeito de -0,02497, sugerindo que o aumento no MDC para os homens é 0,02497 menor na faixa etária de 25 a 39 anos em comparação à faixa de 16 a 24 anos. Esse padrão se manteve em outras faixas etárias, com a interação entre: sexo e faixa de 40-59 anos em -0,02992; e sexo e faixa de 60 ou mais anos em -0,09540.

Finalizados os testes de hipóteses do estudo, prosseguiu-se ao teste do efeito de crimes violentos sobre MDC por sexo. Conforme apontado anteriormente, o resultado da GLMM apontou para um pequeno, embora significativo, efeito das faixas etárias sobre MDC. Com o objetivo de controlar o efeito da faixa etária, essa variável foi incluída em regressões hierárquicas no Bloco 1. Já no segundo bloco, verificou-se a relação preditiva entre CVLI e MDC, considerando o sexo do respondente. As regressões por ano de coleta serão apresentadas na Tabela 4.

TABELA 4

Regressões hierárquicas de faixa etária (Bloco 1) e CVLI (Bloco 2) sobre Medo do Crime por sexo do respondente

Grupo	Ano	Bloco	R^2	F	Sig. F	R^2 Mudança	F Mudança	Sig. Mudança	β
Feminino	2015	1	0	0,869	0,351				0,01 n.s.
		2	0,041			0,041	447,82	0,001	0,20***
	2016	1	0,002	3,162	0,076				0,04 n.s.
		2	0,049			0,047	83,06	0,001	0,22***
	2018	1	0	0,515	0,473				0,02 n.s.
		2	0,036			0,036	103,67	0,001	0,19***
Masculino	2015	1	0,004	37,73	0,001				0,07*
		2	0,048			0,043	389,02	0,001	0,21***
	2016	1	0,006	8,98	0,003				0,08*
		2	0,053			0,047	74,06	0,001	0,22***
	2018	1	0,001	3,13	0,077				0,04 n.s.
		2	0,052			0,051	132,13	0,001	0,23***

Nota. Critério: Medo do Crime; Bloco 1: Faixa Etária; Bloco: CVLI.
*p < 0,05; **p < 0,01; ***p < 0,001; n.s.: Não-significativo
Fonte: Elaboração própria, 2024.

De especial interesse é o R2 de Mudança (ΔR2) do Bloco 2, que apresenta a predição de CVLI controlada por faixa etária. Para todos os anos, o ΔR2 foi significativo e substancial (entre 0,036 e 0,051) para a predição de CVLI sobre MDC, uma vez que o efeito de faixa etária foi controlado, em ambos os sexos. Dos seis casos possíveis, apenas em dois o R2 de faixa etária sobre MDC foi significativo, mas não substancial (predições de 4% e 6%) e apenas para homens nos anos de 2015 e 2016. As contribuições individuais de CVLI para a explicação de MDC, quando o efeito de faixa etária foi controlado, variaram de β = 0,23 a β = 0,19, sendo apenas que nos dois casos apontados acima a contribuição individual de faixa etária foi significativa, mas baixa (β = 0,07 e β = 0,08 respectivamente).

DISCUSSÃO

As análises descritivas indicaram uma variação significativa no medo do crime (MDC) em função das variáveis de interesse deste estudo. Considerando a alteração do fenômeno ao longo dos anos, tomando os índices de 2015 como base, observou-se uma elevação da média de MDC em 2016, seguido por uma redução no ano de 2018, com os índices voltando a se aproximar do nível inicial. Essa flutuação pode ser entendida à luz do conceito de nostalgia social, que Farrall, Gray e Jones (2021) descrevem como um sentimento coletivo de saudade de um passado idealizado, percebido como mais seguro ou estável.

Em contextos de crise política e social, como o vivido no Brasil em 2016, com o processo de *impeachment* da presidente à época, movimentos grevistas de grande escala e crise de abastecimento em diversos setores da sociedade, a nostalgia social pode ter exacerbado a percepção de insegurança. É possível nes-

se contexto que respondentes tenham reinterpretado suas realidades, considerando o período anterior como mais seguro, o que elevaria o medo do crime a um nível atípico, mesmo que os índices reais de criminalidade não tenham registrado um aumento significativo.

Dessa forma, como já descrito em estudos anteriores (Costa; Durante, 2019a), o fenômeno do medo do crime parece não estar necessariamente relacionado a dados objetivos de criminalidade, mas também a uma dinâmica emocional que é moldada pela percepção de perda de segurança, muitas vezes amplificada pela mídia e pelas condições políticas e sociais do momento. Esse pico de MDC parece ter sido seguido de uma regressão natural à média anterior, como frequentemente ocorre em resultados atípicos.

Complementarmente, é interessante notar que em 2016 houve uma queda no número de CVLI no DF, o que se repetiu em 2018. Dados oficiais (Distrito Federal, 2018) associam essas quedas a programas e políticas públicas voltadas para campanhas educacionais e ações de redução da criminalidade focadas não apenas no policiamento, como o estabelecimento de metas para as polícias, mas também no aumento de iluminação, limpeza de áreas abandonadas e outras medidas relacionadas à abordagem da Prevenção Criminal pelo *Design* do Ambiente (*Crime Prevention Through Environmental Design* – CPTED) (Cozens; Love, 2015).

Dada a aparente desvinculação entre MDC e criminalidade, é preciso considerar também os efeitos da mídia no fenômeno estudado. Sobre isso, Caldeira (2003) destaca que a ênfase na disseminação de informações sobre criminalidade, muitas vezes, amplifica a sensação de insegurança social, criando uma percepção de perigo maior do que a realidade sugere.

Essa dinâmica é corroborada por Roman (2023), que observa que, nas áreas urbanas, o medo do crime tende a aumentar não tanto pela criminalidade em si, mas pela maior exposição midiática aos crimes, que são amplamente divulgados pelas notícias. Portanto, a simples redução de índices criminais não é suficiente para alterar o medo coletivo; é fundamental que a informação sobre a queda dos crimes também seja amplamente divulgada, a fim de impactar a forma como esses dados são interpretados pela população. Assim, propõe-se que, seguindo a lógica descrita anteriormente, um maior investimento na publicitação da queda de crimes, paralelamente às campanhas e políticas públicas estabelecidas para tal, poderia ter um impacto no MDC na população.

Observando as demais variáveis investigadas, os resultados do GLMM apresentam uma descrição mais detalhada da relação entre MDC e variáveis demográficas de sexo e idade. As correlações encontradas já apontavam para relações mais fortes e significativas do MDC com sexo em comparação à faixa etária dos respondentes. Modelos confiáveis, com base no REML, confirmam o aumento em 2016 e a diminuição em 2018 do MDC, em relação a 2015, em termos da população geral do DF, e de maneira moderada nas RAs (ver tamanho de efeitos na Tabela 3).

O efeito moderado observado pode estar vinculado à alta variabilidade nas RAs em termos de fatores econômico-sociais. Para fins de comparação interna, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), adequado para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, aponta que, apenas em 2015, o IDHM do DF era de 0,814 (Ipea; PNUD, 2019), o maior em todo o país. Nesta comparação, o IDHM da RA mais desenvolvida no DF foi de 955,00 (“Lago Norte”) em 2015, em contraposição ao IDHM da RA menos favorecida, que foi 82,00 (“São Sebastião”), representando uma desigualdade de 11,65 vezes entre as duas RAs. Essa desigualdade se mantém nos anos de 2016 e 2018, com pequenas variações em magnitude (Codeplan, 2013). Todavia, em termos da amostra geral, a queda no ano de 2018 reflete a pouca

relação entre criminalidade e MDC, conforme observado anteriormente, reforçando a necessidade de campanhas de divulgação dos dados reais de crimes.

Com relação à faixa etária a existência de uma correlação positiva entre idade e MDC tem sido sistematicamente aceita a partir de estudos seminais na área (p. ex., Hale, 1996). Porém, estudos recentes no Brasil encontraram que idade (medida em faixas etárias) não é uma variável eficiente para a explicação de MDC, sendo apenas marginalmente significativa em uma única capital estudada (Valente; Vacchiano, 2021). Outros estudos nacionais também colocam em xeque a associação direta entre idade e MDC. Plassa *et al.* (2023), ao estudarem a Pesquisa Nacional de Vitimização de 2012 (Senasp, 2012), observaram que indivíduos mais velhos (faixa de 45-59 anos) apresentavam resultados mais baixos em variáveis relacionadas ao MDC quando comparados àqueles de 16-24 anos, apresentando uma lógica inversa ao que seria esperado da relação entre essas variáveis.

Apesar de haver uma relação significativa entre os níveis de MDC e a idade dos respondentes, os resultados do presente estudo indicam que o tamanho de efeito encontrado é baixo, o que sugere uma influência irrelevante da idade no medo (ver tamanho de efeito para faixa etária na Tabela 3). A divergência entre os índices de significância e o tamanho de efeito pode ser atribuída ao elevado número de participantes na amostra, que pode agir como variável de confusão da relação entre as variáveis, inflando o nível de significância dos resultados.

Para testar a magnitude do efeito, foi utilizado o *d* de Cohen para a diferença de MDC nas idades, que revelou um efeito pequeno ($d < 0,2$) (Cohen, 2013). Uma vez que a idade dos participantes foi coletada em faixas etárias, também se observou o teste das proporções populacionais para amostras independentes do teste de Wald z com estimativas de variância (Price; Bonett, 2004). O critério de quase-probabilidade corrigida do modelo de independência (QICC = 9.246,40) apontou o pequeno ajuste para a diferença entre as faixas, indicando um valor de Wald z significativo apenas para o ano de 2015 (Wald = 12,86), reforçando o baixo efeito encontrado para o GLMM. Juntos, esses resultados descrevem a instabilidade da associação entre idade e MDC, ao menos quando a idade é coletada em faixas etárias.

Embora seja razoável antecipar o aumento do MDC por idade, é preciso considerar que esta variável pode ocultar o efeito de outras variáveis importantes, tais como a experiência de exposição a crimes dos participantes e o comportamento de riscos de populações mais jovens. Assim, seria necessário utilizar desenhos metodológicos específicos para testar o efeito de idade sobre o MDC, por meio da coleta da idade como variável intervalar e/ou com abordagem longitudinal, investigando também a exposição direta e indireta dos indivíduos à criminalidade ao longo dos anos. Somente assim seria possível avaliar se a idade é realmente uma variável positivamente relacionada ao MDC.

De todo modo, idade já havia se mostrado um preditor ruim de MDC em diversos estudos ao longo dos anos, conforme verificado na revisão de Hale (1996) dos primeiros 30 anos de produção sobre o tema, em que todos os estudos avaliados apontaram efeitos fracos ou inexistentes dessa variável (p. ex., Ferraro; LaGrange, 1992). Além disso, seja essa relação pequena ou insignificante, ela também parece estar associada a outros fatores, como baixa renda, morar sozinho ou saúde debilitada (p. ex., Kappes; Greve; Hellmers, 2013; Tulloch, 2000). Dito isso, a crença no imaginário popular de que os idosos se isolam do mundo exterior devido ao MDC, vivendo uma vida de confinamento autoimposto, sendo cativos em suas próprias casas, simplesmente parece não ser verdadeira.

Já em relação a sexo, os resultados apontam para o maior MDC entre mulheres quando comparadas a homens. Tais resultados não parecem ser novidade na literatura (Hale, 1996) e confirmam diversos outros estudos no país (p. ex., Borges; Cano, 2021; Natal; Oliveira, 2021) e no exterior (p. ex., Farrall; Gray; Jones, 2021). Mulheres parecem manter um estado de alerta constante (Barrantes-Chaves, 2024) e modificam mais sua rotina em comparação aos homens, restringindo-se de sair no período da noite ou em atender pessoas desconhecidas (Costa; Durante, 2021), o que torna essa variável uma preditora mais consistente de MDC em diferentes contextos, como já sugerido na literatura. De acordo com a pesquisa de Hodgkinson e Lunney (2021), embora a vitimização seja maior entre homens, mulheres relatam maiores níveis de MDC, o que, para os autores, pode estar relacionado à natureza dos crimes praticados contra mulheres, especialmente crimes sexuais.

De fato, os dados levantados para a presente investigação indicam uma taxa significativamente maior de CVLI para homens quando crimes sexuais são controlados ($t = 41{,}335$; $p < 0{,}001$; $M = 28{,}81$; $DP = 29{,}65$ para homens e $M = 26{,}55$; $DP = 28{,}32$ para mulheres); o efeito é contrário quando crimes sexuais são considerados. Maiores níveis de MDC entre mulheres podem refletir o medo pela agressão sexual que é transferido para outras mulheres que não foram vítimas desses crimes, o que foi chamado de "hipótese da sombra da agressão sexual" (Ferraro, 1995).

Tal resultado tem sido sistematicamente encontrado (p. ex., Chataway; Hart, 2019) quando a taxa de vitimização é controlada para crimes sexuais. Contudo, os resultados de Hodgkinson e Lunney (2021) não apontaram para uma diferença significativa de MDC para sexo em áreas urbanas do Canadá. Os autores sugerem uma série de mecanismos sociais presentes em áreas não-metropolitanas, como a existência de uma cultura masculina que impede as mulheres de se manifestarem quanto ao MDC, especialmente em relação a crimes de naturezas sexual e doméstica. Logo, há a indicação de uma investigação aprofundada do MDC em mulheres não só em contextos urbanos e não-urbanos, como também o aprofundamento na explicação de que essa diferença se deva a fatores como aumento da percepção de vulnerabilidade física por parte de mulheres; ao reforçamento da imagem de vulnerabilidade feminina na socialização das crianças; e à sombra da agressão sexual.

Também é interessante notar que os dados analisados aqui indicaram um efeito da interação entre sexo e faixa etária, isto é, mulheres não só relatam sentirem mais MDC, mas também há um aumento no efeito do MDC à medida que elas se tornam mais velhas. Farrall, Gray e Jones (2021) obtiveram um resultado semelhante na Grã-Bretanha, explicando seus resultados como um efeito da nostalgia social, descrita anteriormente, com mulheres mais velhas exibindo uma relação mais forte entre MDC e sentimentos de nostalgia, e sugerindo que a experiência de MDC pode não estar ligada a um evento específico, mas relacionada ao clima social e econômico no qual a pessoa cresceu. Nossos resultados dão certo suporte a essa interpretação.

Finalmente, o estudo também explorou a predição de CVLI sobre o MDC, retirando-se a variância da faixa etária nesta relação. Conforme explicitado anteriormente, a ocorrência de crimes não necessariamente guarda forte relação com o MDC (Costa; Durante, 2019a); contudo, os resultados indicaram que os crimes violentos predisseram entre 3,6% e 5,1% da variância de MDC nos três anos investigados, tanto para homens quanto para mulheres, o que é considerado um nível razoável de predição para ciências sociais (Ozili, 2023) e não deve ser ignorado.

No geral, essa predição é mais fraca para mulheres do que para homens, e guardou uma dimensão desprezível com relação à faixa etária. Esta predição parece reforçar a proposta de Zaluar (2019), que associa o

MDC às experiências cotidianas de violência e crime, como latrocínios e assassinatos. A autora propõe que uma das fontes do MDC efetivamente se relaciona às manifestações fisiológicas do medo (p. ex., tensão muscular) resultantes da experiência direta de ataque violento ou ameaça de morte e que integram a emoção de medo, descrita por Ekman (1992) como uma das seis emoções básicas (junto com raiva, nojo, felicidade, tristeza e surpresa), amplamente aceitas na literatura.

Outra fonte do MDC descrita por Zaluar (2019) complementar ao medo fisiológico resultante da experiência direta é a construção social de MDC, que descreve um medo difuso, não pontual a uma experiência específica, e que tem forte ligação com o "falar sobre crime" de Caldeira (2003) e à divulgação ampla de crimes violentos pela mídia que foi descrita por Roman (2023). Embora o segundo "tipo" de MDC pareça ser o mais estudado (p. ex., Hodgkinson; Lunney, 2021), o que esses resultados apontam é que o MDC como emoção básica não pode ser desprezado quando se busca compreensão abrangente do MDC e sua predição como evidências que subsidiem políticas públicas de segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a literatura científica dedicada a compreender o medo do crime acumulou evidências de que esse fenômeno pode ser modulado por fatores demográficos e individuais, como diferenças sexuais e etárias, que afetam o processamento de estímulos de forma variada e complexa (Warrier *et al.*, 2018; Schirmer, 2013; Löckenhoff; Costa Jr.; Lane, 2008). O presente estudo teve como objetivo investigar as diferenças na percepção do medo do crime em função de características demográficas, buscando entender como essas variáveis influenciam a experiência desse medo.

Os resultados obtidos oferecem uma visão abrangente sobre os fatores associados ao medo do crime (MDC) na população do Distrito Federal, destacando sua complexa relação com variáveis sociodemográficas, percepção de segurança e criminalidade. A flutuação observada no MDC ao longo dos anos, especialmente o aumento atípico em 2016 e a subsequente regressão à média em 2018, aponta para a influência de fatores complexos, como a nostalgia social e a exposição midiática, sobre o MDC. Esses achados reforçam a ideia de que medo do crime não pode ser explicado apenas por índices objetivos de criminalidade, sendo preciso considerar as dinâmicas emocionais e contextuais.

No que tange às variáveis demográficas, o maior MDC relatado por mulheres, em comparação aos homens, segue as tendências já descritas na literatura, sugerindo uma maior vulnerabilidade percebida e influência da "sombra da agressão sexual". Por outro lado, a relação entre MDC e idade mostrou-se fraca e instável, apontando para a necessidade de investigações metodológicas mais específicas que considerem variáveis como exposição direta à criminalidade e coleta de dados longitudinais. Os dados também indicaram que, embora os índices de criminalidade, como os CVLI, tenham algum impacto na percepção de medo, estes têm uma relação de predição pequena em relação ao MDC. Tais números reforçam a importância de ações integradas, como políticas públicas focadas na segurança objetiva e na comunicação clara de resultados positivos à população, com vistas a mitigar a sensação de insegurança.

Considerado estes achados, sugere-se que pesquisas futuras adotem abordagens longitudinais e considerem a interação de variáveis sociais, econômicas e emocionais para ampliar a compreensão do fenômeno. Além disso, recomenda-se investigar o papel de intervenções comunitárias e campanhas de conscientização na redução do MDC, especialmente entre grupos mais vulneráveis.

Em síntese, este trabalho evidencia que o MDC é um fenômeno multidimensional, influenciado por fatores objetivos e subjetivos. Compreender suas causas e manifestações requer uma abordagem intersetorial que inclua não apenas a redução da criminalidade, mas também estratégias que promovam a confiança da população e a percepção de segurança em diferentes contextos sociais.

REFERÊNCIAS

BARRANTES-CHAVES, Karla. More than walls: fear of crime in neighbourhoods with different poverty levels bordering gated communities. The Greater Metropolitan Area of Costa Rica. **Cities**, v. 154, n. 1, art. 105331, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.105331.

BORGES, Doriam; CANO, Ignácio. Determinants of fear of crime in Brazil: the effect of social cohesion. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 455-466, 2021. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.35603.

BRUNTON-SMITH, Ian; STURGIS, Patrick. Do neighborhoods generate fear of crime? An empirical test using the British Crime Survey. **Criminology**: An Interdisciplinary Journal, v. 49, n. 2, p. 331-369, 2011. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2011.00228.x.

BUCK, Ross. Nonverbal behavior and the theory of emotion: the facial feedback hypothesis. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n. 5, p. 811-824, 1980. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.38.5.811.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2003.

CHATAWAY, Michael; HART, Timothy. A social-psychological process of "fear of crime" for men and women: revisiting gender differences from a new perspective. **Victims and Offenders**, v. 14, n. 2, p. 143-164, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/15564886.2018.1552221.

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Evolução do IDH no DF e Municípios da área Metropolitana de Brasília comparativamente às demais unidades da Federação e Municípios do Brasil**. Codeplan, 2013. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Evolu%C3%A7%C3%A3o-do-IDH-do-DF-e-dos-Munic%C3%ADpios-da-AMB-Comparativamente-%C3%A0s-demais-Unidades.pdf. Acesso em: 1 nov. 2024.

COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. New York: Academic Press, 2013.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; DURANTE, Marcelo Ottoni. A polícia e o medo do crime no Distrito Federal. **Dados**, v. 62, n. 1, art. e20180032 2019a. DOI: https://doi.org/10.1590/001152582019172.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; DURANTE, Marcelo Ottoni. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de sexo, idade, raça e renda. **Dilemas Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 239-265, 2019b.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; DURANTE, Marcelo Ottoni. Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 613-637, 2021.

COZENS, Paul; LOVE, Terence. A review and current status of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED). **Journal of Planning Literature**, v. 30, n. 4, p. 393-412, 2015. DOI: https://doi.org/10.1177/0885412215595440.

DANTAS, George Felipe de Lima; PERSINJ, Annik de; SILVA, Álvaro Pereira da. O Medo do Crime. **O Alferes**: Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 62, p. 1-138, 2007.

EKMAN, Paul. An argument for basic emotions. **Cognition and Emotion**, v. 6, n. 3/4, p. 169-200, 1992.

FARRALL, Stephen; GRAY, Emily; JONES, Phil Mike. Worrying times: the fear of crime and nostalgia. **Current Issues in Criminal Justice**, v. 33, n. 3, p. 340-358, 2021.

FERRARO, Kenneth. **Fear of crime**: interpreting victimization risk. Albany: State University of New York Press, 1995.

FERRARO, Kenneth; LAGRANGE, Randy. Are older people most afraid of crime? Reconsidering age differences in fear of victimization. **Journal of Gerontology**, v. 47, n. 5, p. 233-244, 1992. DOI: https://doi.org/10.1093/geronj/47.5.S233.

FIELD, Andy. **Discovering statistics using IBM SPSS Statistics**. 5. ed. New York: Sage, 2017.

GAROFALO, James. **Public opinion about crime**: the attitudes of victims and non-victims in selected cities. Washington DC: U.S. Department of Justice, 1977.

GAROFALO, James. The fear of crime: causes and consequences. **The Journal of Criminal Law and Criminology**, v. 72, n. 2, p. 839-857, 1981.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Quantidade de homicídios cai em 2018. Brasília, 15 jun. 2018.** Atualizado em 29 out. 2018. Disponível em: https://www.df.gov.br/quantidade-de-homicidios-cai-em-2018/. Acesso em: 30 out. 2024.

HALE, Chris. Fear of crime: a review of the literature. **International Review of Victimology**, v. 4, n. 2, p. 79-150, 1996. DOI: https://doi.org/10.1177/026975809600400201.

HENRICH, Joseph; HEINE, Steven; NORENZAYAN, Ara. The weirdest people in the world?. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, n. 1, p. 61-135, 2010. DOI: https://doi.org/10.1017/s0140525x0999152x.

HODGKINSON, Tarah; LUNNEY, Kate. Across the wide prairie: exploring fear of crime in a small Canadian municipality. **Journal of Criminology**, v. 54, n. 2, p. 109-125, 2021. DOI: https://doi.org/10.1177/0004865821999082.

IBM – International Business Machines. **IBM SPSS Statistics for Windows, Version 29.0.2.0**. Armonk, NY: IBM Corp., 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; FJP – Fundação João Pinheiro. **Radar IDMH**: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília: Ipea; Pnud; FJP, 2019.

JACKSON, Jonathan. Experience and expression: social and cultural significance in the fear of crime. **The British Journal of Criminology**, v. 44, n. 6, p. 946-966, 2004. DOI: https://doi.org/10.1093/bjc/azh048.

JACKSON, Jonathan; GOUSETI, Ioanna. Fear of Crime and the Psychology of Risk. *In*: BRUINSMA, Gerben; WESIBURD, David (Eds.). **Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**. New York: Springer, 2014, p. 1594-1603.

KAPPES, Cathleen; GREVE, Werner; HELLMERS, Sabine. Fear of crime in old age: precautious behaviour and its relation to situational fear. **European Journal of Ageing**, v. 10, p. 111-125, 2013. DOI: https://doi.org/10.1007/s10433-012-0255-3.

KESTEREN, John Van; DIJK, Jan Van; MAYHEW, Pat. The international crime victims surveys: a retrospective. **International Review of Victimology**, v. 20, n. 1, p. 49-69, 2014. DOI: https://doi.org/10.1177/0269758013511742.

LAGRANGE, Randy; FERRARO, Kenneth. Assessing age and gender differences in perceived risk and fear of crime. **Criminology**, v. 27, n. 4, p. 697-719, 1989. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1989.tb01051.x.

LAGRANGE, Randy; FERRARO, Kenneth; SUPANCIC, Michael. Perceived risk and fear of crime: role of social and physical incivilities. **Journal of Research in Crime and Delinquency,** v. 29, n. 3, p. 311-334, 1992. DOI: https://doi.org/10.1177/0022427892029003004.

LANE, Jodi; RADER, Nicole; HENSON, Billy; FISHER, Bonnie; MAY, David. **Fear of crime in the United States**: causes, consequences and contradictions. Durham: Carolina Academic Press, 2014.

LEE, Murray. **Inventing fear of crime**: criminology and the politics of anxiety. New York: Willan Publishing, 2007.

LIMA, Marcos. Diferenças entre modelos lineares e modelos lineares generalizados (GLMs). **Psicometria Online**, Blog, 27 jun. 2025. Disponível em: https://www.blog.psicometriaonline.com.br/diferencas-entre-modelos-lineares-e-modelos-lineares-generalizados-glms/. Acesso em: 19 ago. 2026.

LÖCKENHOFF, Corinna; COSTA JR., Paul; LANE, Richard. Age differences in descriptions of emotional experiences in oneself and others. **The Journal of Gerontology**: Series B, v. 63, n. 2, p. 92-99, 2008. DOI: https://doi.org/10.1093/geronb/63.2.P92.

NATAL, Ariadne; OLIVEIRA, André Rodrigues de. Medo do crime: mensurando o fenômeno e explorando seus preditores na cidade de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 757-796, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-01912021273757.

OZILI, Peterson. The acceptable R-Square in empirical modelling for social science research. *In*: SALIYA, Candauda Arachchige (Ed.). **Social Research Methodology and Publishing Results**: A Guide to Non-Native English Speakers. Hershey: IGI Global, 2023, p. 134-143.

PLASSA, Wander; BERNARDELLI, Luan; KORTT, Michael. Victimisation and fear of crime in Brazil: the effect on the desire to move. **Journal of Criminology**, v. 56, n. 2-3, p. 194-212, 2023. DOI: https://doi.org/10.1177/26338076231168403.

PRESIDENT'S COMMISSION. **The challenge of crime in a free society**: a report of the President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice. Washington DC: United States Government Printing Office, 1967.

PRICE, Robert; BONETT, Douglas. An improved confidence interval for the difference of two binomial proportions. **Computational Statistics & Data Analysis**, Amsterdam, v. 45, n. 3, p. 449-456, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/S0167-9473(03)00007-0.

PRIETO-CURIEL, Rafael; CRESCI, Stefano; MUNTEAN, Cristina Ioana; BISHOP, Steven Richard. Crime and its fear in social media. **Palgrave Communications**, v. 6, n. 1, art. 57, 2020. DOI: https://doi.org/10.1057/s41599-020-0430-7.

RADER, Nicole; COSSMAN, Jeralynn; PORTER, Jeremy. Fear of crime and vulnerability: using a national sample of Americans to examine two competing paradigms. **Journal of Criminal Justice**, v. 40, n. 2, p. 134-141, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.02.003.

ROMAN, John. Why Fear of Crime is Increasing. **External Processing**, 15 ago. 2023. Disponível em: https://johnkroman.substack.com/p/why-fear-of-crime-is-increasing. Acesso em: 25 out. 2024.

SCHIRMER, Annett. Sex Differences in Emotion. *In*: ARMONY, Jorge; VUILLEUMIER, Patrik (Eds.). **The Cambridge Handbook of Human Affective Neuroscience**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 591-610.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Senasp, Datafolha, 2013. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/04/MJ_Senasp_PesquisaNacionalVitimizacao_maio2013.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

SKOGAN, Wesley. Communities, crime, and neighborhood organization. **Crime & Delinquency**, v. 35, n. 3, p. 437-457, 1989.

SKOGAN, Wesley. **Disorder and decline**: crime and the spiral of decay in american cities. New York: The Free Press, 1990.

TABACHNICK, Barbara; FIDELL, Linda. **Using multivariate statistics**. 7. ed. New York: Pearson, 2021.

TULLOCH, M. The Meaning of age differences in the fear of crime. **British Journal of Criminology**, v. 40, n. 3, p. 451-467, 2000.

VALENTE, Riccardo; VACCHIANO, Mattia. Determinants of the fear of crime in Argentina and Brazil: a cross-country comparison of non-criminal and environmental factors affecting feelings of insecurity. **Social Indicators Research**, v. 154, p. 1077-1096, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s11205-020-02545-y.

WARR, Mark. Fear of crime in the United States: avenues for research and policy. **Criminal Justice**, v. 4, n. 4, p. 451-489, 2000.

WARRIER, Varun; GRASBY, Katrina; UZEFOVSKY, Florina; TORO, Roberto; SMITH, Paula; CHAKRABARTI, Bhismadev; KHADAKE, Jyoti; MAWBEY-ADAMSON, E.; LITTERMAN, N.; HOTTENGA, Jouke-Jan; LUBKE, Gitta; BOOMSMA, Dorret; MARTIN, N. G.; HATEMI, Peter; MEDLAND, Sarah Elizabeth; HINDS, David; BOURGERON, Thomas; BARON-COHEN, Simon. Genome-wide meta-analysis of cognitive empathy: Heritability, and correlates with sex, neuropsychiatric conditions and cognition. **Molecular Psychiatry**, v. 23, n. 6, p. 1402-1409, 2018. DOI: https://doi.org/10.1038/mp.2017.122.

ZALUAR, Alba. Os medos na política de segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 5-22, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0002.

ZUUR, Alain; IENO, Elena; WALKER, Neil; SAVELIEV, Anatoly; SMITH, Graham. **Mixed effects models and extensions in ecology**. Newburg: Springer, 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

EVOLUCIÓN Y DESAFÍOS EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LA MEDIACIÓN POLICIAL EN LA COMUNIDAD VALENCIANA (ESPAÑA)[1*]

HELENA PÉREZ-BELTRÁN

Graduada em Direito e doutoranda em Direito pela Universitat Jaume I. Mestre em Mediação e Gestão Eficiente de Conflitos e em Acesso à Advocacia. Técnica Superior de Pesquisa da Cátedra de Mediación Policial Ciudad de Vila-real e professora associada de Direito Constitucional da Universitat Jaume I. Professora-tutora da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED).

País: Espanha **Estado:** Comunidade Valenciana **Cidade:** Castellón

E-mail: heperez@uji.es **ORCID:** https://orcid.org/0000-0003-2609-8600

ANDREA PLANCHADELL-GARGALLO

Catedrática de Direito Processual da Universidade Jaume I e Mestre em Mediação. Diretora da Mediación Policial Ciudad de Vila-real. Membro da Comissão Geral de Codificação (Ministério da Justiça) e secretária-geral da Universidade Jaume I.

País: Espanha **Estado:** Comunidade Valenciana **Cidade:** Castellón

E-mail: planchad@uji.es **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-0448-0326

Contribuições dos autores: Helena Pérez-Beltrán contribuiu substancialmente para a concepção e o planejamento do projeto, a obtenção de dados ou sua análise e interpretação, bem como para a elaboração do rascunho e a revisão crítica do conteúdo. Andrea Planchadell-Gargallo contribuiu significativamente para a elaboração do rascunho e a revisão crítica do conteúdo. Ambas as autoras revisaram e aprovaram a versão final do manuscrito.

RESUMEN

Este artículo presenta, por primera vez, un análisis exhaustivo sobre el desarrollo de la mediación policial en la Comunidad Valenciana, región pionera en España en reconocer legalmente esta práctica como una función propia de la Policía Local. A pesar de los beneficios para la convivencia y el fortalecimiento de la relación policía-sociedad, este modelo de resolución de conflictos enfrenta retos clave en su consolidación. Utilizando un enfoque metodológico descriptivo, el estudio recoge y examina las respuestas de los 274 municipios con Policía Local de dicha Comunidad autónoma, ofreciendo una visión integral del grado de implementación, la formación disponible y los obstáculos a su expansión. Esta investigación constituye una contribución significativa al campo de la seguridad pública, proporcionando un marco empírico esencial para comprender el estado actual de la mediación policial y sentar las bases de su futuro desarrollo en otras regiones.

Palabras clave: Mediación policial. Policía. Conflictos. Convivencia.

1 * Los resultados básicos del estudio se expusieron en una breve presentación de la investigación.

EVOLUÇÃO E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO POLICIAL NA COMUNIDADE VALENCIANA (ESPANHA)

RESUMO

Este artigo apresenta, pela primeira vez, uma análise exaustiva do desenvolvimento da mediação policial na Comunidade Valenciana, uma região pioneira em Espanha no reconhecimento legal desta prática como função da Polícia Local. Apesar dos benefícios para a coexistência e para o fortalecimento da relação polícia-sociedade, este modelo de resolução de conflitos enfrenta desafios fundamentais na sua consolidação. Utilizando uma abordagem metodológica descritiva, o estudo recolhe e examina as respostas dos 274 municípios com Polícia Local na referida Comunidade Autónoma, oferecendo uma visão abrangente do grau de implementação, da formação disponível e dos obstáculos à sua expansão. Esta investigação constitui um contributo significativo para o domínio da segurança pública, fornecendo um quadro empírico essencial para compreender o estado actual da mediação policial e lançar as bases para o seu desenvolvimento futuro noutras regiões.
Palavras-Chave: Mediação policial. Polícia. Conflitos. Convivência.

EVOLUTION AND CHALLENGES IN THE IMPLEMENTATION OF POLICE MEDIATION IN THE VALENCIAN COMMUNITY (SPAIN)

ABSTRACT

This article presents, for the first time, an exhaustive analysis of the development of police mediation in the Valencian Community, a pioneer region in Spain in legally recognising this practice as a function of the Local Police. Despite the benefits for coexistence and the strengthening of the police-society relationship, this model of conflict resolution faces key challenges in its consolidation. Using a descriptive methodological approach, the study collects and examines the responses of the 274 municipalities with Local Police in this autonomous Community, offering a comprehensive view of the degree of implementation, available training and obstacles to its expansion. This research constitutes a significant contribution to the field of public safety, providing an essential empirical framework for understanding the current state of police mediation and laying the groundwork for its future development in other regions.
Keywords: Police mediation. Police. Conflicts. Coexistence.

Data de recebimento: 20/12/2024 **Data de aprovação:** 08/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2340

1. INTRODUCCIÓN

1.1. CONTEXTUALIZACIÓN DEL ESTUDIO

La percepción y las expectativas de la ciudadanía respecto a las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad ha experimentado una transformación significativa en los últimos años. La sociedad actual demanda una Policía que no solo actúe en situaciones de conflicto, sino que también desempeñe un papel proactivo y empáti-

co en la resolución de estos. Este cambio de paradigma representa un alejamiento de los enfoques tradicionalmente represivos o punitivos y promueve el diálogo y la colaboración comunitaria.

En este contexto, la Policía Local, como cuerpo de seguridad más cercano a la ciudadanía[2], cobra especial relevancia. Hablamos de una Policía que está inmersa en el tejido social de nuestros barrios y ciudades, que trabaja en entornos donde se desarrolla la vida cotidiana y que, por ello, desempeña un papel crucial en la convivencia vecinal. Así, esta institución se convierte en un actor clave para prevenir y gestionar conflictos, fomentar la confianza ciudadana y responder de manera ágil a las necesidades de la comunidad.

Para satisfacer estas nuevas expectativas, los cuerpos de Policía Local han iniciado un proceso de adaptación de sus métodos y prácticas. Este proceso busca transitar hacia un modelo de policía más moderno y colaborativo, enfocado en la prevención y la resolución pacífica de conflictos. Como parte de esta transformación, de manera pionera en España, la Comunidad Valenciana ha integrado la mediación como una función propia de la Policía Local, conforme a lo dispuesto en la Ley 17/2017 de coordinación de policías locales de la Comunidad Valenciana. Esta nueva función tiene un gran potencial, pues, tal y como se explicará más adelante, la mediación policial se ha revelado como un método eficaz para gestionar conflictos de manera constructiva, fomentando el diálogo y los acuerdos mutuamente beneficiosos.

El presente estudio tiene como objetivo principal analizar el desarrollo e implementación de la mediación policial en la Comunidad Valenciana. Además, se evalúa el impacto de la formación en mediación recibida por los cuerpos de Policía Local y se identifican los factores que afectan la creación y efectividad de las unidades de mediación. A través de este análisis se pretende proporcionar una comprensión integral del estado actual de la mediación policial en la región y ofrecer recomendaciones para su mejora y expansión futura.

1.2. OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN

El propósito principal de este estudio es analizar de manera exhaustiva el desarrollo y la implementación de la mediación policial en la Comunidad Valenciana. Para abordar este objetivo, se han establecido tres metas específicas:

1. Investigar la prevalencia de unidades especializadas en mediación en los municipios con Policía Local.

2. Analizar el nivel y tipo de formación en mediación de los miembros de los cuerpos de Policía Local.

3. Estudiar los factores que influyen en el número de casos mediados y evaluar los tipos de conflictos que son comúnmente mediados, proporcionando una visión clara sobre la efectividad y el alcance de la mediación policial en la resolución de conflictos.

1.3. RELEVANCIA DEL ESTUDIO

Este estudio examina por primera vez cómo se está implementando la mediación policial en la Comunidad Valenciana, siete años después de que se reconociera de manera pionera en España como una función

2 Depende orgánica y funcionalmente de la Administración Local.

propia de los cuerpos de Policía Local. Este reconocimiento, mediante la Ley 17/2017, de 13 de diciembre, de coordinación de policías locales de la Comunidad Valenciana, ha sentado un precedente en la modernización y especialización de la Policía Local.

A través de este análisis se exploran diversos aspectos clave, incluyendo, entre otros, el número de unidades de mediación implementadas, los motivos detrás de la falta de estas unidades y la capacitación en mediación que reciben los efectivos.

El estudio del número de unidades de mediación permite evaluar la disponibilidad de recursos especializados en la Comunidad Valenciana capaces de gestionar los conflictos cotidianos de manera más efectiva y adaptada a las necesidades de la ciudadanía. Estas unidades no solo representan el núcleo de la mediación policial, sino que también son esenciales para su promoción y difusión.

Por otro lado, examinar las causas de la ausencia de estas unidades es crucial para identificar los principales obstáculos que impiden su implementación. Conocer la naturaleza e impacto de estas barreras se convierte en un paso inicial imprescindible para diseñar estrategias que impulsen su creación en más municipios de la región.

En lo que respecta a la formación en mediación, este análisis ofrece información sobre el grado de aceptación y adopción de la mediación policial como parte esencial de la formación de la Policía Local. Además, conocer cómo se adquiere esta formación permite evaluar la diversidad y eficacia de los programas formativos disponibles.

Así, este estudio no solo ofrece una visión práctica y actualizada sobre la implementación de la mediación en los municipios valencianos, sino que también destaca su influencia como modelo de referencia para otras regiones de España e incluso para otros países.

2. ORÍGENES Y FUNDAMENTOS CONCEPTUALES DE LA MEDIACIÓN POLICIAL

La mediación policial se enmarca en una evolución gradual del rol de la Policía y su relación con la comunidad, un proceso que, a su vez, está íntimamente ligado a las transformaciones sociales y políticas de cada época. Para comprender los orígenes y fundamentos conceptuales de la mediación policial es necesario analizar la transformación del modelo policial tradicional, a menudo caracterizado por el autoritarismo y la distancia con la ciudadanía, hacia un enfoque más cercano y colaborativo, conocido como Policía Comunitaria o de Proximidad.

Este cambio de paradigma no se produjo de manera aislada, sino que se enmarca en un contexto sociopolítico más amplio. A mediados del siglo XX, las sociedades occidentales experimentaron profundas transformaciones que cuestionaron los modelos de autoridad tradicionales: la creciente demanda de democracia, participación ciudadana y respeto a los derechos humanos impulsó una revisión crítica de las instituciones, incluida, también, la Policía. Dadas esas circunstancias, la Policía Comunitaria surgió como una respuesta a las necesidades de una sociedad que buscaba una relación más cercana y colaborativa con sus fuerzas del orden.

Desde finales de la década de los años setenta hasta la actualidad se han ofrecido diferentes definiciones de Policía Comunitaria; cada aportación enfatiza unas funciones o identifica unos componentes diferentes de este modelo policial. La institución pública que más esfuerzo e inversión ha dedicado a su estudio y difusión es el Departamento de Justicia de los Estados Unidos, que en su guía sobre *La definición de políticas comunitarias* de 2003, ofrece una definición relevante de la Policía Comunitaria:

> Es una filosofía que promueve estrategias organizativas que se apoyan en la utilización de las alianzas y las técnicas de resolución de problemas, para abordar de manera proactiva las circunstancias que dan lugar a problemas de seguridad pública, como la delincuencia, el desorden social y el miedo al crimen[3].

A pesar de los múltiples intentos por definir con precisión la Policía Comunitaria hay consenso en concebirla como una filosofía de trabajo que integra a la Policía en el tejido social del que provienen. Así se desprende también de una versión actualizada del clásico libro *Community Policing: A Contemporary Perspective*, en la que se define como (Kappeler et al., 2020, p. 7):

> […] una filosofía policial basada en el concepto de que la Policía y los ciudadanos, trabajando juntos de manera creativa, pueden ayudar a resolver los problemas actuales de la comunidad, relacionados con la delincuencia, el miedo a la inseguridad, la calidad de vida y las propias condiciones de la comunidad[4].

Aunque esta definición actualizada ya no se atribuye directamente al profesor Robert Trojanowicz, ampliamente conocido por ser el padre de este modelo de gestión policial[5], refleja la misma esencia que él planteó en 1990 en la primera edición del citado libro. La actualización, que incluye términos contemporáneos como "calidad de vida", es una evolución mínima que se adapta a los desafíos actuales sin alterar los principios fundamentales. Ello pone de manifiesto tanto la vigencia como la aceptación generalizada del enfoque propuesto por Trojanowicz.

Tal como se desprende de las dos definiciones aportadas, este modelo se basa en dos ideas clave: la necesidad de un enfoque proactivo, que prioriza la prevención del delito antes que su mera represión y la implicación activa de la comunidad en la identificación de problemas y en la cocreación de soluciones. Así, como decíamos, este modelo rompe con el enfoque tradicional reactivo y con la percepción de la Policía como una entidad aislada de la sociedad, que solo interviene cuando se produce un delito. En lugar de limitarse a reaccionar ante incidentes, la Policía Comunitaria se basa en una estrategia preventiva y proactiva que fomenta la participación ciudadana en la gestión de la seguridad.

Este enfoque mantiene viva la visión de Sir Robert Peel, ministro del Interior y posteriormente Primer Ministro de Reino Unido. Peel fundó en 1829 el primer cuerpo de policía profesional, designado como *London Metropolitan Police*, que ha sido considerado el primer cuerpo de policía moderno (actualmente

3 Traducción nuestra. Cita original: "Community policing is a philosophy that promotes organizational strategies that support the systematic use of partnerships and problem-solving techniques to proactively address the immediate conditions that give rise to public safety issues such as crime, social disorder, and fear of crime".

4 Traducción nuestra. Cita original: "Community policing is a philosophy of policing, based on the concept that police officers and people working together in creative ways can help solve contemporary community problems related to crime, fear of crime, quality of life, and neighborhood conditions".

5 Su labor en Estados Unidos, sobre todo a través del *Nacional Center for Community Policing*, fundado por él en la Universidad de Michigan, tuvo una influencia decisiva en el desarrollo teórico y práctico de la Policía Comunitaria desde la década de 1980.

conocido también como *Scotland Yard*[6]) y, además, desarrolló los nueve principios que debían guiar su actuación, conocidos como "Los Principios Policiales de Peel". Estos principios subrayan valores como el compromiso, la transparencia y la responsabilidad de los cuerpos policiales hacia la ciudadanía y pueden resumirse bajo el axioma de que la Policía es el pueblo y el pueblo es la Policía. Esta frase sintetiza una visión de proximidad y cooperación que trasciende el tiempo, reforzando la idea de que la Policía debe actuar en representación de la comunidad y no sobre ella. Así, dos siglos después, estos principios continúan siendo un referente ético en el ámbito de la seguridad pública, sirviendo de base para cualquier modelo policial democrático y, especialmente, para la Policía Comunitaria o de Proximidad.

Hacemos referencia a los términos Policía Comunitaria y Policía de Proximidad de manera indistinta ya que ambos reflejan la misma filosofía de servicio y de relación estrecha con la ciudadanía. Sin embargo, cabe apuntar que cada término tiene matices históricos y contextuales que explican su coexistencia en el ámbito de la seguridad pública. En España, inicialmente, se importó el concepto anglosajón *community policing* y se tradujo directamente por Policía Comunitaria. En algunos países latinoamericanos también se adoptó el término "policiamiento comunitario" (Camardon, 2013).

Sin embargo, en España, esta denominación no siempre encajó de manera precisa con la realidad estructural y social del país. En algunas localidades, especialmente en Madrid, se comenzó a utilizar el concepto de Policía de Barrio (en otros municipios, como alternativa, se empleó la denominación de Policía de Distrito). Más adelante, a mediados de la década de 1990, se generalizó el término Policía de Proximidad, influenciado por corrientes doctrinales administrativistas francesas, que ponían énfasis en la cercanía a la población y en la gestión de las demandas cotidianas de los ciudadanos de manera más directa, en lugar de enfocarse exclusivamente en el criterio territorial. Aunque Policía de Proximidad parece ser la adaptación más acorde al concepto original en la realidad española, su uso todavía no se ha generalizado entre todos los cuerpos policiales (Rodríguez, 2014, p. 33). Por ello, en este artículo utilizamos indistintamente los términos Policía Comunitaria y Policía de Proximidad, sin decantarnos por uno en particular, reflejando así la coexistencia de ambas denominaciones.

La evolución hacia el modelo de Policía Comunitaria o de Proximidad ha sentado las bases conceptuales para el desarrollo de la mediación policial. El enfoque proactivo y accesible en el que se basa este modelo, orientado no solo a responder al delito sino a prevenir y gestionar los conflictos desde su origen, converge naturalmente con los principios de la mediación.

En este contexto, la mediación policial emerge como una herramienta clave para la gestión pacífica y dialogada de conflictos, especialmente para aquellos surgidos en entornos vecinales. A diferencia de la intervención tradicional, que se centra en la aplicación de la ley y las sanciones, la mediación policial tiene como objetivo comprender las causas profundas del conflicto y promover soluciones consensuadas que atiendan las necesidades de todas las partes implicadas.

Esta orientación proactiva en la gestión del conflicto se alinea con la evolución reciente de la justicia restaurativa, que ha dejado de verse únicamente como una opción para delitos leves y se ha consolidado como un modelo centrado en el diálogo y la reparación relacional (Alonso, 2024, p. 64-65). Este enfoque se basa en el principio de que "la reparación se construye mediante el diálogo" y no mediante la imposición de sanciones por parte del Estado, incluso cuando estas pretendan tener contenido reparador (Dias,

6 Oficialmente, *New Scotland Yard*.

2018, p. 63). De este modo, la mediación policial se perfila como un mecanismo privilegiado para trasladar esos principios restaurativos al ámbito cotidiano, permitiendo abordar incluso cuestiones menores que, sin constituir delitos graves, erosionan la convivencia (Llorente, 2024, p. 721).

Así, la mediación, que ya estaba siendo aplicada en otros ámbitos, sobre todo en el de las relaciones familiares[7], comenzó a trasladarse al ámbito policial. El empleo de la mediación por parte de la Policía Local ha resultado estratégico para fortalecer la relación con la ciudadanía, mejorar la percepción de seguridad y resolver de forma efectiva los conflictos cotidianos que afectan la convivencia y la calidad de vida de los ciudadanos. Esta práctica permite a la Policía Local no solo actuar frente a incidentes específicos, sino también anticiparse a situaciones de tensión que, de no tratarse, podrían perturbar la armonía social.

No obstante, a pesar de lo valiosa que ha demostrado ser la mediación policial, el presente estudio evidencia que su implementación aún no está suficientemente extendida en muchos municipios. Ante este escenario, la existencia de un marco normativo que no comprometa la flexibilidad inherente a esta metodología puede facilitar su consolidación al proporcionar directrices generales y dotarla de mayor legitimidad institucional.

3. MARCO LEGAL

A nivel nacional, no encontramos una norma general en que se haga referencia expresa a la posibilidad de mediar o a la función mediadora de las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad. No obstante, dicha falta de referencia legal no debe llevarnos a concluir la imposibilidad o la prohibición de mediar para estas autoridades[8]. Todo lo contrario, sin perjuicio de lo establecido en el art. 104.1 de la Constitución española[9], la base jurídica para la práctica de la mediación policial se establece en la Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo, de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad. Esta legislación menciona en su art. 53.1.i la colaboración en la resolución de conflictos privados como una función inherente a la labor de la Policía Local ("Cooperar en la resolución de los conflictos privados cuando sean requeridos para ello"), para cuyo cumplimiento deberá utilizar los instrumentos o herramientas adecuados, pudiendo ser uno de ellos la mediación.

Si bien este precepto sirve como marco legal para la mayoría de las autonomías en España, la Comunidad Valenciana ha promulgado legislación específica. La Ley 17/2017, de 13 de diciembre, de coordinación de policías locales de la Comunitat Valenciana, es pionera en España porque recoge la mediación policial como una de las funciones específicas de la Policía Local en su artículo 33.2.e)[10].

7 En España se empieza a hablar de mediación en la década de los 80. A lo largo de los años 90 se desarrollan experiencias pioneras en mediación familiar, tanto en el sector público como desde la iniciativa social, y en el año 2001 surgen las primeras regulaciones autonómicas sobre esta vía alternativa para resolver conflictos familiares (Pérez, 2019, p. 31-32).

8 La posible sensación de alegalidad que esta ausencia podría generar en la propia Policía Local desaparece ante la indudable aplicación de la normativa general reguladora de la mediación, en especial, la Ley 5/2012, de 6 de julio, de mediación en asuntos civiles y mercantiles, y la reciente Ley Orgánica 1/2015, de 2 de enero, de medidas en materia de eficiencia del Servicio Público de Justicia (Pérez y Planchadell, 2023, p. 716-719).

9 "Las Fuerzas y Cuerpos de seguridad, bajo la dependencia del Gobierno, tendrán como misión proteger el libre ejercicio de los derechos y libertades y garantizar la seguridad ciudadana".

10 Siguiendo esta iniciativa, encontramos también referencias en las normas reguladoras de la Policía Local de otras comunidades autónomas, como el País Vasco o las Islas Baleares.

> Artículo 33. Funciones:
>
> 2.e) Intervenir en la gestión de los conflictos de la ciudadanía en el marco de la mediación policial cuando sean requeridos por la ciudadanía, colaborando de forma proactiva en la transformación de dichos conflictos.

Este enfoque legislativo ha permitido que el Instituto Valenciano de Seguridad Pública y Emergencias (IVASPE) incluya conocimientos básicos en mediación en su programa formativo para policías. Esta iniciativa ha promovido de manera significativa la difusión de los conocimientos en materia de mediación entre los efectivos de la Policía Local de la Comunidad Valenciana, consolidando así a esta región como un referente nacional en mediación policial.

4. METODOLOGÍA

Para garantizar la validez y la fiabilidad de los datos recopilados en este estudio, se ha seguido un diseño metodológico riguroso y sistemático. A continuación, se detallan los pasos y técnicas empleadas:

4.1. DISEÑO DEL ESTUDIO

El estudio adoptó un enfoque descriptivo y transversal, permitiendo así una visión detallada y puntual de la situación actual de la mediación policial en la Comunidad Valenciana. Este enfoque es adecuado para explorar y describir fenómenos en un momento específico, proporcionando una base sólida para futuras investigaciones y actuaciones en el ámbito de la mediación policial.

4.2. INSTRUMENTOS DE RECOGIDA DE DATOS

Se emplearon dos formularios de Google diseñados con preguntas cerradas de respuesta múltiple (Anexos):

- Formulario 1: dirigido a las entidades de Policía Local que no cuentan con una unidad de mediación policial y que no ofrecen servicios de mediación policial. Se centró en temas relacionados con la formación de los efectivos policiales y los motivos por los que carecen de dicha unidad.

- Formulario 2: dirigido a las entidades de Policía Local que disponen de unidad de mediación policial u ofrecen este servicio. Abordó aspectos relacionados con la Unidad de Mediación, la formación de los efectivos policiales y, en su caso, las razones por las cuales no cuentan con esta unidad.

Ambos formularios fueron remitidos por correo electrónico a todos los municipios con Policía Local en la Comunidad Valenciana. Para asegurar la máxima participación, se complementó esta tarea con llamadas telefónicas a aquellas localidades de las que no se disponía de correo electrónico.

4.3. PARTICIPACIÓN

Se logró la participación de 274 municipios, lo que representa una muestra casi completa de la población objetivo, dado que el total de municipios con Policía Local en la Comunidad Valenciana es de 275. Esto significa que solo un municipio, con poco más de 1000 habitantes, no respondió al cuestionario. La elevada tasa de respuesta se atribuye a las estrategias de seguimiento empleadas, incluyendo llamadas telefónicas y recordatorios por correo electrónico.

4.4. ANÁLISIS DE DATOS

Tras la recopilación, las respuestas se almacenaron en una hoja de cálculo de Excel. Se realizó una revisión exhaustiva para garantizar la consistencia y veracidad de los datos. Posteriormente, se elaboraron gráficos que representan visualmente la información relevante, sirviendo como base para los análisis y conclusiones del estudio.

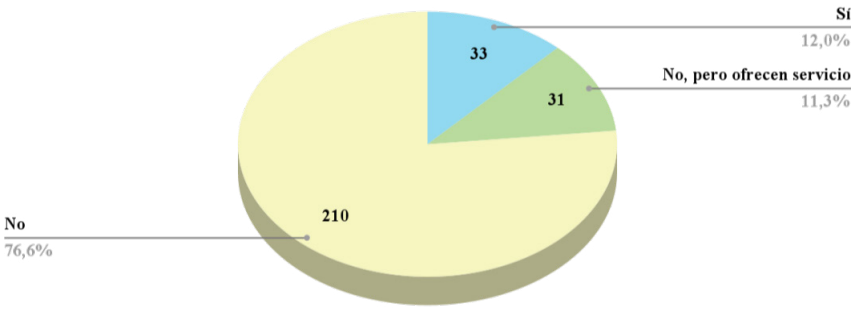
Esta metodología permite una evaluación precisa y objetiva del estado actual de la mediación policial en la Comunidad Valenciana, proporcionando información valiosa para la mejora continua de este servicio esencial para la comunidad.

5. RESULTADOS

5.1. UNIDADES DE MEDIACIÓN POLICIAL EN LA COMUNIDAD VALENCIANA

Para identificar el número de unidades de mediación policiales se han considerado las respuestas de los 274 municipios de la Comunidad Valenciana que disponen de Policía Local, sin considerar el tamaño poblacional de dichos municipios ni el número de efectivos policiales en cada localidad. De este modo, se ha logrado un análisis integral de la situación actual.

FIGURA 1
Unidades de mediación policial en la Comunidad Valenciana



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

El número de municipios que carece de una unidad específica en mediación policial es de 241. Sin embargo, 31 de estos municipios aseguran ofrecer estos servicios sin disponer de una unidad especializada.

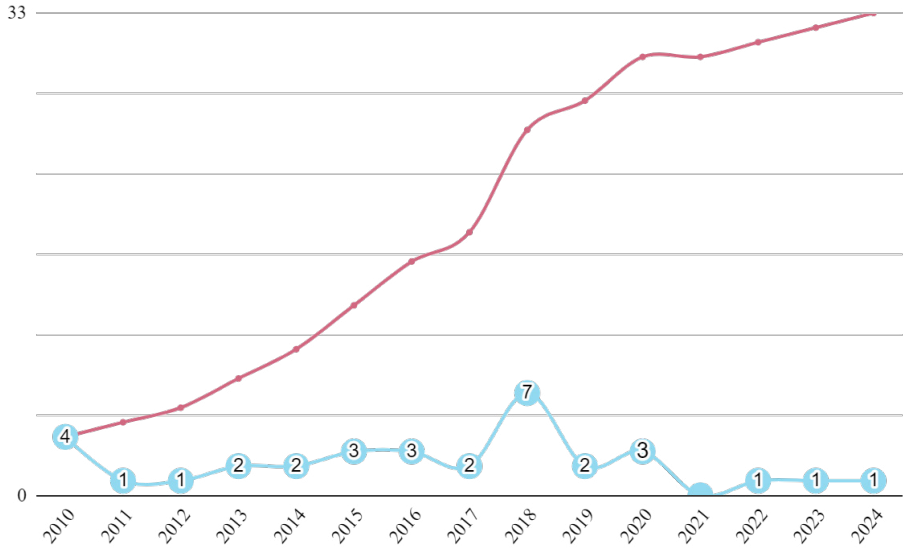
Sumando estos 31 municipios a los 33 que cuentan con una unidad de mediación policial, se obtiene que un total de 64 municipios ofrecen servicios en mediación. Esto representa que un 23,5 % del total de municipios en la Comunidad Valenciana ofrecen servicios de mediación policial.

5.2. EVOLUCIÓN ANUAL Y ACUMULATIVA DE LA CREACIÓN DE UNIDADES DE MEDIACIÓN

Para obtener estos resultados se han tenido en cuenta los datos aportados por los 33 municipios que disponen de unidad específica en mediación policial. La finalidad es obtener una visión concreta de cómo ha evolucionado la creación de estas unidades en la Comunidad Valenciana. La línea azul representa la creación de unidades por año, mientras que la roja representa el total de unidades que crece con los años.

FIGURA 2

Evolución anual y acumulativa de unidades de mediación



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

La creación de unidades de mediación ha experimentado un crecimiento constante en las últimas dos décadas, alcanzando, en 2018, la implementación de un total de 7 unidades en un año. Este pico puede atribuirse, en parte, a la promulgación de la Ley 17/2017, de 13 de diciembre, de coordinación de policías locales de la Comunitat Valenciana, que establece la mediación como una función propia de la Policía Local. Además, es importante destacar que la Cátedra de Mediación Policial "Ciutat de Vila-real", impartió su primer Curso de Experto de 500 h en el mismo año. Este curso proporciona una formación avanzada y especializada en mediación policial, lo que probablemente incentivó a los municipios a establecer unidades específicas para esta función.

Sin embargo, la gráfica revela una notable disminución en la creación de nuevas unidades durante el año 2021, periodo en el que no se registraron nuevas incorporaciones. Este hecho puede atribuirse a los efectos de la pandemia provocada por la COVID-19 y a la implementación del Real Decreto 1449/2018, de 14 de diciembre, que establece el coeficiente reductor de la edad de jubilación en favor de los policías locales

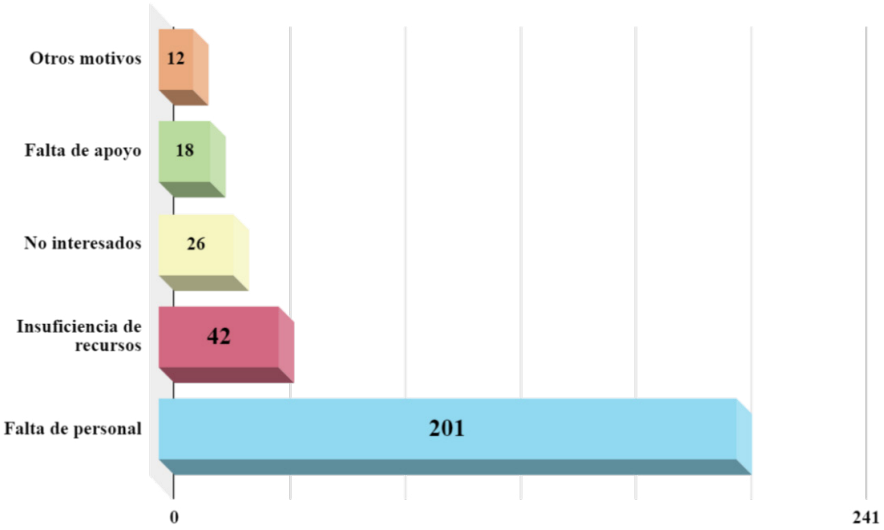
al servicio de las entidades que integran la Administración local, permitiendo la jubilación anticipada de efectivos. La sucesión de estos acontecimientos ha dejado a la mayoría de los municipios con una plantilla reducida, dificultando la realización de diversas tareas, incluida la mediación policial.

5.3. CAUSAS QUE IMPIDEN LA CREACIÓN DE NUEVAS UNIDADES DE MEDIACIÓN

Para identificar las causas que dificultan la creación de nuevas unidades de mediación, se han analizado las respuestas de los 210 municipios que no disponen de unidad específica en mediación policial y los 31 municipios que ofrecen mediación policial sin tener unidad especializada. Cada columna de la gráfica representa la cantidad de municipios que han mencionado dicho motivo.

FIGURA 3

Causas que impiden la creación de nuevas unidades de mediación



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

El principal obstáculo señalado, y que se ha apuntado en el punto 4.2, es la insuficiencia de personal, mencionada por el 83 % de los encuestados. Esta carencia es uniforme en todo tipo de municipios, independientemente de su tamaño y del nivel de capacitación de sus efectivos. La falta de personal limita la capacidad de los municipios para diversificar sus funciones, obligándolos a priorizar tareas como la dirección del tráfico, la asistencia a eventos como elementos de seguridad o el acompañamiento a víctimas de violencia de género. Aunque estas tareas son cruciales, la mediación policial se perfila como una herramienta transformadora, capaz de no solo reducir las tensiones vecinales, sino también de consolidar una cultura de diálogo y resolución pacífica de conflictos, fortaleciendo así el tejido social de los municipios.

Es esencial considerar la relevancia de la mediación policial en la gestión integral de la seguridad ciudadana. Esto implica una revisión exhaustiva de las políticas de asignación de personal y de los procedimientos operativos para asegurar que la mediación policial reciba la atención y los recursos necesarios para cumplir con su función de manera eficaz.

El segundo motivo más citado, con un 17 %, es la falta de recursos económicos o materiales. La implementación de una unidad de mediación requiere de infraestructura adecuada, como un despacho que ofrezca privacidad y esté equipado de manera acogedora para facilitar un ambiente propicio para la mediación. Sin embargo, muchos municipios carecen de los fondos necesarios para establecer y mantener estas instalaciones. En estos casos, es crucial considerar alternativas creativas, como el uso compartido de espacios municipales y la asignación de fondos adicionales por parte de las autoridades locales para mejorar las condiciones de trabajo de los mediadores policiales.

El 11 % de los municipios expresan desinterés en la creación de una unidad de mediación. Este desinterés se observa principalmente en municipios pequeños, con menos de 5000 habitantes y que enfrentan mayores problemas de falta de personal. Este análisis sugiere que, en lugar de considerar la mediación como innecesaria, estos municipios la consideran como una materia no prioritaria y optan por asignar sus recursos a otras áreas consideradas más urgentes o críticas en términos de seguridad pública. Sin embargo, también se encuentran casos aislados en municipios más grandes que, a pesar de contar con personal formado, no ven la necesidad de establecer una unidad de mediación. Aunque estos casos son excepcionales, es fundamental abordar estas percepciones erróneas y promover los beneficios de la mediación policial para maximizar su adopción y efectividad en la resolución de conflictos comunitarios.

La falta de apoyo puede manifestarse de diversas formas, no solo en términos de financiamiento o recursos materiales, sino también como falta de voluntad política o resistencia interna ante la adopción de la mediación. Un 8 % de los municipios mencionan esta causa como motivo para no establecer una unidad de mediación policial. Esto podría sugerir que, en general, existe una cierta receptividad o, al menos, no una oposición abierta por parte de los Ayuntamientos y altos cargos de la Policía Local ante la idea de implementar la mediación policial.

Otros motivos específicos incluyen la condición de municipios pequeños o la realización de estos servicios de mediación por otras instituciones públicas como el JUSTIPROP[11] o MEDIAPROP[12]. La existencia de estos servicios no debería ser un obstáculo para la creación de unidades de mediación policial. La mediación debe estar disponible para los ciudadanos a través de la mayor cantidad de canales posible, ya que cada uno puede ofrecer enfoques y recursos únicos para la resolución de conflictos.

La mediación policial, al ser dirigida por agentes del orden público, ofrece un enfoque único que incorpora aspectos de seguridad y justicia, lo que es especialmente útil en situaciones donde la intervención policial es necesaria o deseada por las partes involucradas. La existencia simultánea de la mediación policial y otros servicios en un municipio es positiva, ya que se complementan y fortalecen, cimentando una red de mediación más amplia.

5.4. ÁREAS DE INTERVENCIÓN

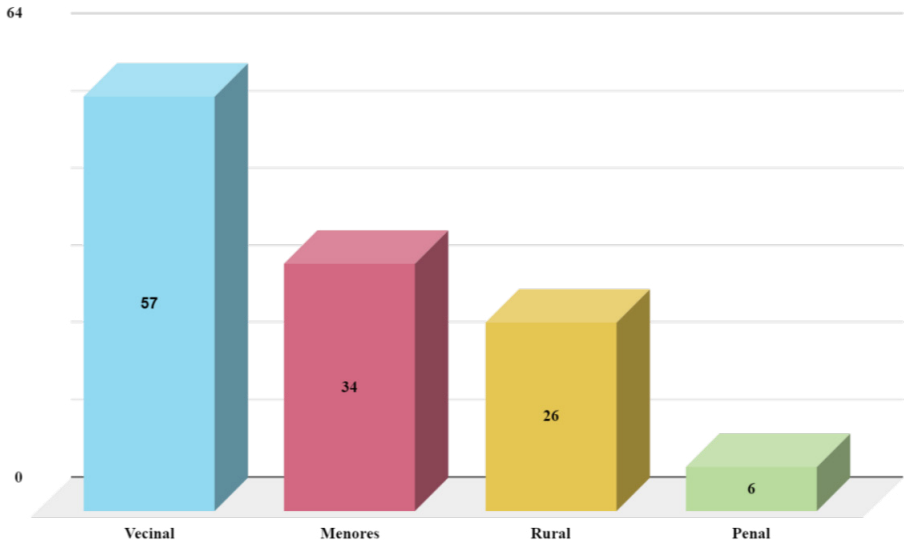
Para valorar este apartado se han considerado las respuestas de los 33 municipios que disponen de unidad de mediación policial y los 31 municipios que, aunque no cuentan con unidad especializada, llevan a cabo funciones de mediación. Cada columna de la gráfica representa el número de municipios que ofrecen servicios de mediación en esa área.

11 Disponible en: https://cjusticia.gva.es/es/web/atencion-a-las-victimas/justiprop.

12 Disponible en: https://cjusticia.gva.es/es/web/justicia/mediacio/que-es-mediaprop.

FIGURA 4

Áreas de intervención



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

Casi la totalidad de los municipios que ofrecen el servicio de mediación policial para la resolución de conflictos realizan mediaciones vecinales, con un porcentaje cercano al 90 %.

Los conflictos vecinales son una realidad común en nuestras localidades, y aunque la intervención policial puede calmar temporalmente estas situaciones, es importante reconocer que muchas veces estas tensiones resurgen debido a problemas subyacentes más profundos. Estos problemas subyacentes suelen consistir en diferencias personales que requieren una atención más cuidadosa y sostenida que la que puede proporcionar una simple intervención policial, la cual mitiga los síntomas, pero no soluciona las complejidades emocionales y relacionales que son la raíz del conflicto.

La mediación policial es una herramienta valiosa en este sentido, ya que permite a las partes involucradas en el conflicto abordar sus diferencias de manera constructiva y llegar a acuerdos mutuamente aceptables. Al proporcionar un espacio seguro y neutral para la comunicación y la negociación, la mediación policial puede ayudar a resolver los conflictos vecinales de manera más duradera y efectiva, reduciendo así la necesidad de una presencia policial constante en estas situaciones. Además, abordar las causas subyacentes de los conflictos puede ayudar a prevenir su recurrencia en el futuro, beneficiando tanto a los vecinos involucrados como a la comunidad en general.

La mediación policial con menores es una práctica cada vez más extendida en el ámbito municipal, ofrecida por el 53 % de los municipios. Esta forma de mediación se posiciona como la segunda más practicada después de la mediación vecinal, lo que indica su relevancia y efectividad. Consiste en la intervención de las autoridades policiales para facilitar la resolución pacífica de conflictos surgidos entre estudiantes dentro o fuera de los centros educativos. Este enfoque no solo busca abordar los problemas de manera eficaz, sino también fomentar un clima de convivencia y respeto mutuo entre los menores.

El ámbito rural enfrenta sus propios desafíos en términos de conflictos entre particulares. Problemas relacionados con el riego, los límites de las propiedades y la gestión de residuos son solo algunos ejemplos de disputas comunes que gestionan el 38 % de los municipios encuestados.

En cuanto a la mediación penal, un 9 % de los municipios afirman realizar este tipo de mediaciones. Esta es un área relativamente novedosa en nuestro país, existen proyectos piloto relacionados con la mediación penal en adultos, pero su regulación específica aún está en desarrollo. Respecto a los menores, la Ley Orgánica 5/2000, de 12 de enero, reguladora de la responsabilidad penal de los menores, sí contempla la conciliación penal. En su artículo 19, esta Ley Orgánica contempla la posibilidad de conciliación como un medio sustitutivo de las medidas sancionadoras impuestas. Esta sustitución se propondrá por el Ministerio Fiscal que instruya el caso, atendiendo a que el delito sea menos grave o una falta.

> Artículo 19
>
> 1. También podrá el Ministerio Fiscal desistir de la continuación del expediente, atendiendo a la gravedad y circunstancias de los hechos y del menor, de modo particular a la falta de violencia o intimidación graves en la comisión de los hechos, y a la circunstancia de que además el menor se haya conciliado con la víctima o haya asumido el compromiso de reparar el daño causado a la víctima o al perjudicado por el delito, o se haya comprometido a cumplir la actividad educativa propuesta por el equipo técnico en su informe.
>
> El desistimiento en la continuación del expediente sólo será posible cuando el hecho imputado al menor constituya delito menos grave o falta.
>
> 2. […]
>
> 3. El correspondiente equipo técnico realizará las funciones de mediación entre el menor y la víctima o perjudicado, a los efectos indicados en los apartados anteriores, e informará al Ministerio Fiscal de los compromisos adquiridos y de su grado de cumplimiento.

El Real Decreto 1774/2004, de 30 de julio, por el que se aprueba el Reglamento de la Ley Orgánica 5/2000, de 12 de enero, reguladora de la responsabilidad penal de los menores, desarrolla esta conciliación y establece los elementos indispensables para su implementación. El artículo 5.d establece que dicho proceso se realizará por medio del propio equipo técnico del centro o por otro medio que permita dejar constancia del acuerdo.

> Artículo 5
>
> […]
>
> d) El equipo técnico se pondrá en contacto con la víctima para que manifieste su conformidad o disconformidad a participar en un procedimiento de mediación, ya sea a través de comparecencia personal ante el equipo técnico, ya sea por cualquier otro medio que permita dejar constancia.

Resulta interesante considerar la posibilidad de que policías debidamente formados en mediación puedan llevar a cabo este tipo de conciliaciones, especialmente enfocadas en la reeducación de los menores

infractores. Esta iniciativa no solo podría contribuir a una resolución más efectiva y humana de los conflictos penales juveniles, sino que también podría fomentar la reintegración y la rehabilitación de los jóvenes infractores en la sociedad.

La capacitación de los efectivos policiales en mediación penal ofrece una oportunidad valiosa para abordar los delitos juveniles desde una perspectiva más restaurativa y educativa, promoviendo así una justicia más inclusiva y orientada hacia la prevención del delito y la reinserción social de los menores.

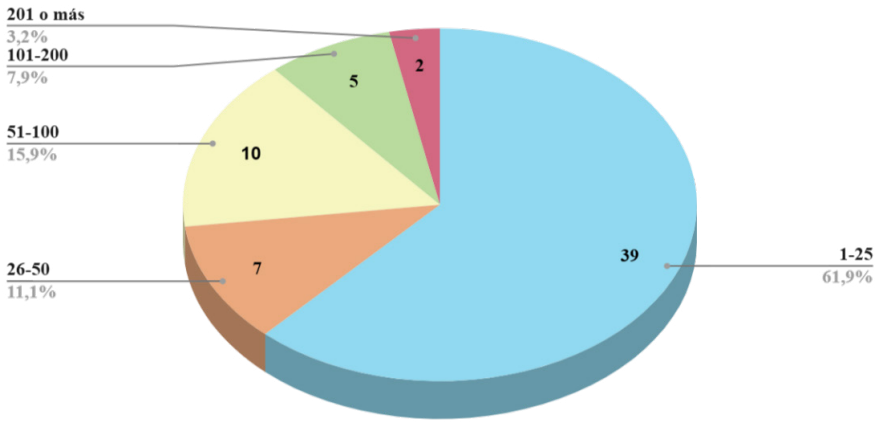
5.5. ANÁLISIS PORMENORIZADO DE LA CANTIDAD DE CASOS MEDIADOS

El análisis de los casos mediados permite comprender la magnitud y la efectividad de la mediación policial en la Comunidad Valenciana. Se han clasificado los casos mediados en diferentes intervalos para facilitar la interpretación de los datos.

Para elaborar esta gráfica se han considerado las respuestas proporcionadas por los 33 municipios que disponen de unidad de mediación, así como los 31 municipios que ofrecen servicios de mediación, aunque no cuenten con unidad específica. De esta manera se ha obtenido una visión general de la cantidad de casos al año que llegan a las localidades que ofrecen este servicio.

FIGURA 5

Volumen anual de casos mediados



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

La gran mayoría de los municipios encuestados llevan a cabo hasta 25 mediaciones al año, con un descenso progresivo en la cantidad de municipios por cantidad de mediaciones, alcanzando un 3 % de municipios que realizan más de 200 mediaciones al año. La distribución de casos entre los municipios no es uniforme, lo que sugiere que hay múltiples factores que influyen en la cantidad de mediaciones realizadas por cada municipio. Algunos de estos factores pueden incluir la densidad de población, la disponibilidad de una unidad especializada en mediación, el número de efectivos policiales capacitados en mediación policial y la demanda de servicios de mediación por parte de la comunidad.

Comprender la distribución de casos de mediación entre los municipios puede ayudar a identificar las necesidades y desafíos específicos que enfrenta cada localidad en términos de gestión de conflictos y

promoción de la convivencia pacífica. Esto permitirá una asignación más eficiente de recursos y una planificación más efectiva de programas y actividades relacionadas con la mediación policial.

A) Intervalo de 1 a 25 mediaciones al año

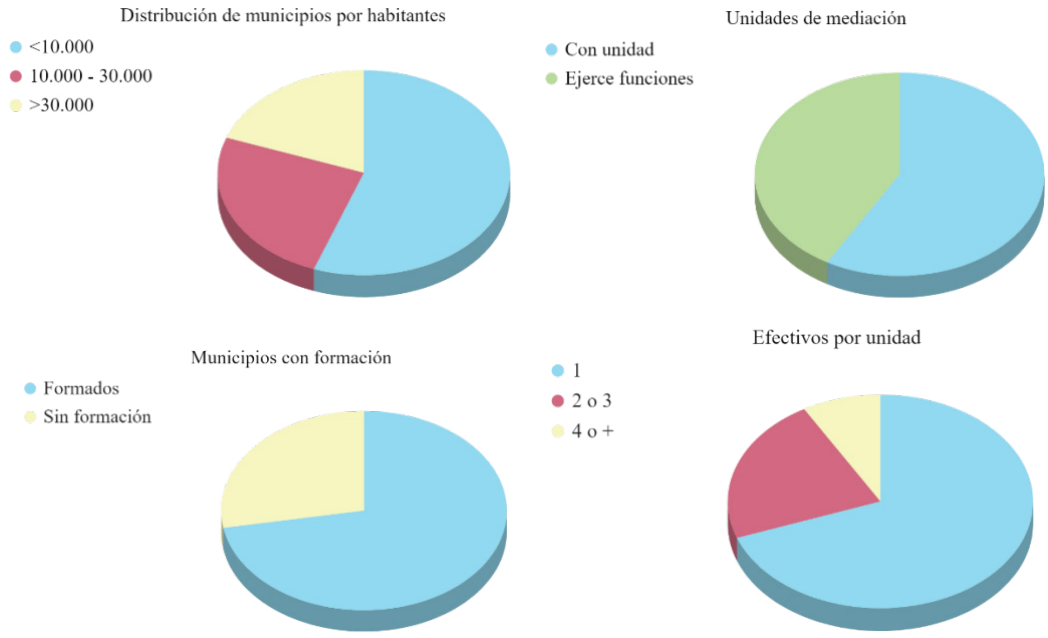
La mayoría de los municipios de esta franja tiene una población de menos de 10 000 habitantes. El resto se compone principalmente de municipios con poblaciones entre 10 000 y 30 000 habitantes, con algunas excepciones de municipios que superan los 30 000 habitantes.

Ligeramente más de la mitad de los municipios cuentan con una unidad de mediación policial establecida, lo que refleja el reconocimiento de la importancia de este servicio para la resolución de conflictos dentro de la comunidad. Además, la mayoría de los municipios dispone de personal con formación especializada en mediación, lo que sugiere un compromiso con la capacitación de los efectivos policiales para abordar de manera efectiva los conflictos.

En cuanto al personal asignado al servicio de mediación policial, la mayoría de los municipios tienen un efectivo dedicado a esta labor. Algunos municipios cuentan con dos o tres mediadores, y en casos excepcionales, con cuatro o más.

FIGURA 6

Perfil de los municipios con 1 a 25 mediaciones anuales



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

B) Intervalo de 26 a 50 mediaciones al año

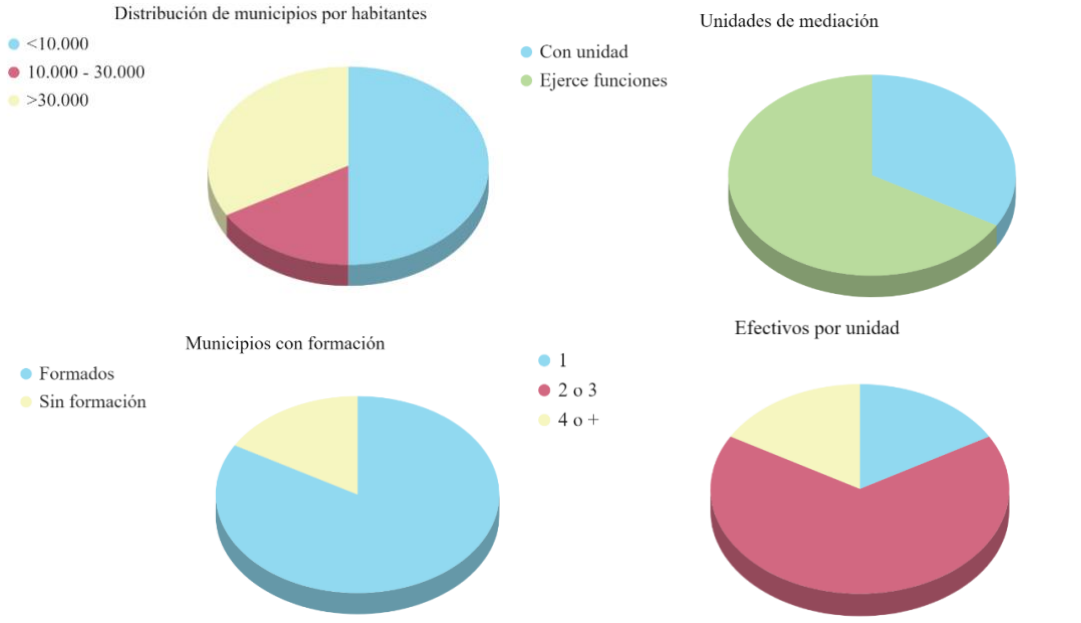
En la franja de entre 26 a 50 mediaciones por año, la mitad de los municipios tienen más de 10 000 habitantes, siendo la mayoría de estos de más de 30 000 habitantes. Aunque muchos de estos municipios no cuentan con una unidad especializada en mediación, una cantidad considerable de ellos dispone de per-

sonal especializado en mediación. Esto sugiere que, a pesar de la falta de una unidad formal, los agentes de policía están capacitados para ofrecer servicios de mediación cuando sea necesario. Sin embargo, sería importante asegurar que este personal cuenta con los medios materiales y el respaldo necesario para realizar estas tareas de manera efectiva.

La mayoría de estos municipios tienen entre dos y tres policías dedicados a labores de mediación.

FIGURA 7

Perfil de los municipios con 25 a 50 mediaciones anuales



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

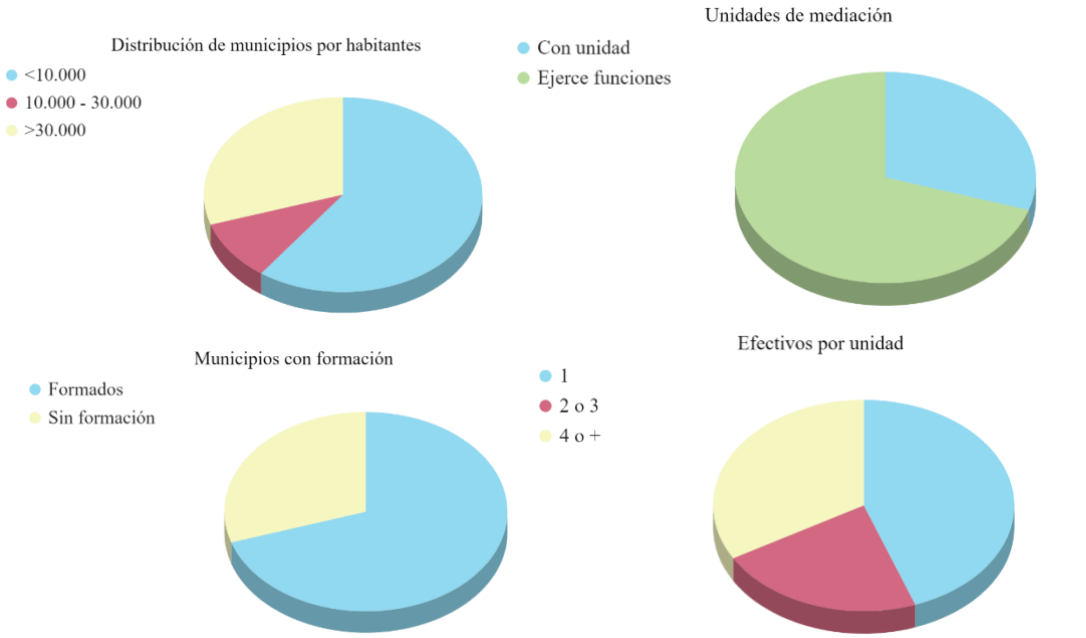
C) Intervalo de 51 a 100 mediaciones al año

En la franja de los 51 a 100 casos mediados al año, la mayoría de los municipios tienen menos de 10 000 habitantes. Los municipios con más de 30 000 habitantes cuentan con unidad de mediación específica y personal formado. En contraste, los municipios más pequeños, a pesar de disponer de personal formado, no cuentan con una unidad de mediación formal.

El número de efectivos dedicados a la mediación varía considerablemente entre municipios grandes y pequeños. En los municipios con menos de 10 000 habitantes destaca una mayor proporción de policías encargados de estas funciones. Este dato sugiere que, aunque el tamaño del municipio influye en la capacidad para diversificar funciones policiales, las localidades más pequeñas parecen priorizar un mayor enfoque en la mediación. Esto podría interpretarse como un esfuerzo consciente por abordar con mayor eficacia los conflictos propios de comunidades donde las relaciones interpersonales están más estrechamente vinculadas.

FIGURA 8

Perfil de los municipios con 51 a 100 mediaciones anuales



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

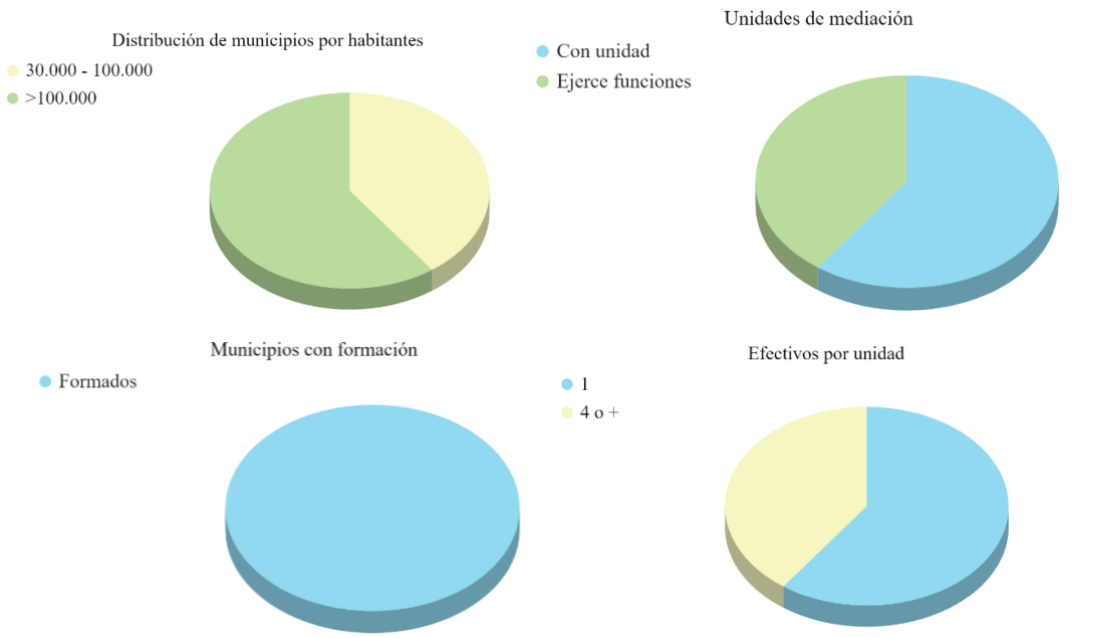
D) Intervalo de 101 a 200 mediaciones al año

Aproximadamente el 8 % de los municipios realizan entre 100 y 200 mediaciones al año. Estos municipios son en su mayoría de gran tamaño, con más de 30 000 habitantes y tres cuartas partes de ellos tienen poblaciones que superan los 100 000 habitantes. La mayor densidad de población en estas áreas urbanas puede estar relacionada con la mayor incidencia de conflictos y, por ende, con la mayor cantidad de mediaciones. La gran mayoría de estos municipios cuentan con una unidad de mediación específica y personal especializado, lo que sugiere un fuerte compromiso por parte de las autoridades locales para abordar los conflictos de manera efectiva y pacífica a través de la mediación.

En más de la mitad de estos municipios, la unidad de mediación está a cargo de un único policía, lo que resalta la importancia de proporcionar apoyo y recursos adecuados para que estos agentes puedan desempeñar sus funciones de manera efectiva, dada la exigencia de gestionar un alto volumen de casos de mediación.

FIGURA 9

Perfil de los municipios con 101 a 200 mediaciones anuales



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

E) Intervalo de más de 200 mediaciones al año

Los municipios de Vila-real y Valencia registran la mayor actividad en mediación policial, superando los 200 casos anuales. Este volumen no solo se explica por la población, sino, sobre todo, por el compromiso y la dedicación de las autoridades locales y el personal policial en la promoción y práctica de la mediación.

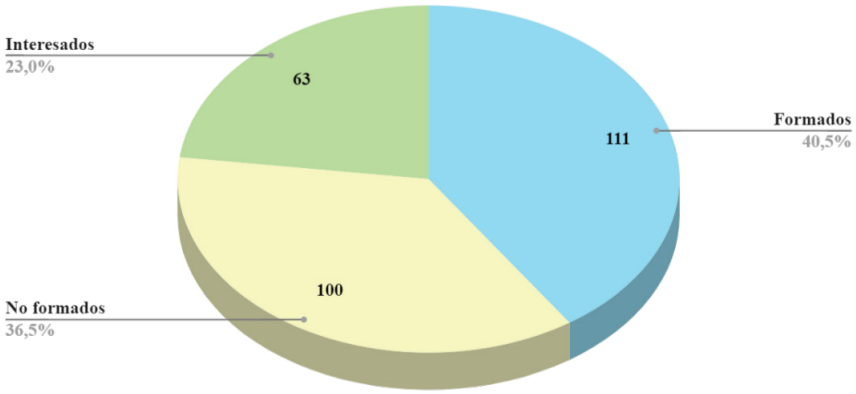
Ambos municipios cuentan con personal formado en mediación, apoyado por unidades especializadas, lo que evidencia su capacidad para implementar estrategias efectivas en la gestión de conflictos. Además, el hecho de que Vila-real y Valencia hayan llevado a cabo funciones de mediación desde hace más de una década resalta no solo su experiencia y liderazgo, sino también su capacidad para innovar y adaptarse a las necesidades cambiantes de sus comunidades, consolidándose como referentes de buenas prácticas en mediación policial a nivel regional y nacional.

5.6. FORMACIÓN EN MEDIACIÓN POLICIAL EN LA COMUNIDAD VALENCIANA

Para obtener una visión completa del nivel de formación especializada en mediación policial, se encuestó a los 274 municipios de la Comunidad Valenciana que disponen de Policía Local, independientemente de su tamaño o número de efectivos.

FIGURA 10

Formación en mediación policial en los municipios de la Comunidad Valenciana



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

De los 274 municipios encuestados, 111 (40,5 %) cuentan con al menos un efectivo con formación específica en mediación, ya sea a través de cursos ofrecidos por la Cátedra de Mediación Policial o mediante la acreditación de alguna formación especializada en este ámbito. Por otro lado, aunque el 59,5 % de los municipios no dispone de personal especializado en mediación policial, resulta relevante destacar que 63 de estos municipios (el 23 %) ha manifestado interés en capacitar a personal de su plantilla en mediación. Este dato subraya una tendencia positiva hacia la expansión de un servicio de mediación policial de calidad.

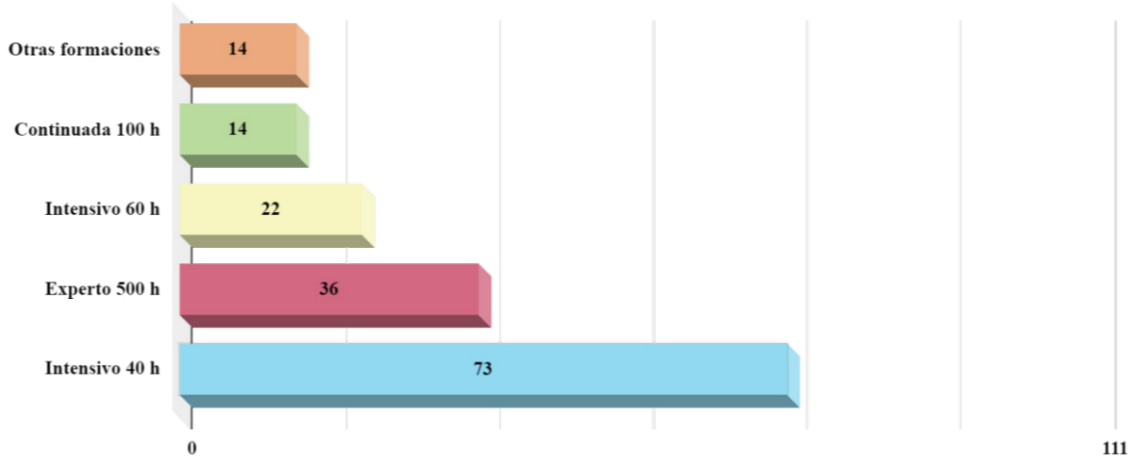
Es importante señalar que el Instituto Valenciano de Seguridad Pública y Emergencias (IVASPE) imparte formación básica en mediación como parte de la formación policial. Aunque esta capacitación ofrece un valioso punto de partida al proporcionar conocimientos elementales, no forma parte del objeto de análisis del presente estudio, cuyo enfoque se centra en la formación específica.

5.7. CURSOS FORMATIVOS PARA ADQUIRIR CONOCIMIENTOS EN MEDIACIÓN POLICIAL

Para analizar los datos relativos a la formación en mediación policial se han tomado en cuenta las respuestas de los 111 municipios que afirman disponer de personal con formación específica en esta materia, independientemente de si ofrecen o no servicios de mediación. Cada columna de la gráfica representa la cantidad de municipios que han mencionado haber completado uno de estos programas formativos.

FIGURA 11

Cursos de mediación policial realizados



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

La mayoría de los municipios indican que su personal ha recibido la formación intensiva en mediación policial de 40 horas, considerada como la puerta de entrada al ámbito de la mediación debido a su carácter gratuito y su enfoque introductorio. Este curso, iniciado en el curso académico 2013-2014, ha alcanzado su 12.ª edición y cuenta con una notable afluencia de participantes de toda España, reflejo de su accesibilidad y utilidad práctica. A menudo, quienes completan esta formación inicial optan por continuar su desarrollo profesional inscribiéndose en el Curso de Experto en Mediación Policial, lo que refuerza su papel como plataforma de inicio.

El Curso de Experto en Mediación Policial, título de posgrado de 500 horas ofrecido por la Universitat Jaume I, es actualmente la formación más completa que hay en España en este ámbito. Desde su creación en el curso académico 2017-2018, ha celebrado ya cinco ediciones, consolidándose como un referente en la capacitación avanzada para la resolución de conflictos en el ámbito policial. Este curso no solo atrae a policías de la Comunidad Valenciana, sino también a profesionales de toda España, lo que destaca su relevancia a nivel nacional. El respaldo académico de la Universitat Jaume I y del IVASPE asegura su calidad y pertinencia, lo que se traduce en una alta aceptación: casi un 33 % de los municipios valencianos con personal formado reportan haber completado esta especialización. Este dato refleja no solo el interés en los cursos de alta especialización, sino también su impacto en el fortalecimiento de la mediación policial.

Respecto al Curso de formación continuada de 100 horas, fue el primer curso universitario en ofrecerse. Se inició en el curso académico 2015-2016 como respuesta a las necesidades prácticas de los estudiantes y con la finalidad de ofrecer una formación avanzada. Tras la implementación del Curso de Experto arriba mencionado, el interés en esta formación descendió, motivo por el cual ya no se encuentra disponible en la actualidad.

En cuanto al apartado "Otras formaciones", incluye programas de especialización ofrecidos fuera de la Cátedra de Mediación Policial, como cursos superiores universitarios de mediación, formaciones organizadas por la Federación Española de Municipios y Provincias o cursos de mediación homologados por el Ministerio de la Presidencia, Justicia y Relaciones con Las Cortes.

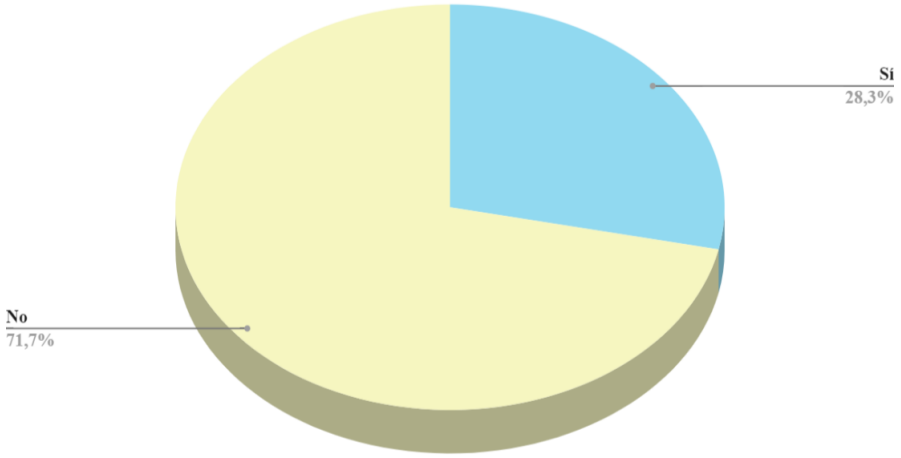
Tal y como se ha apuntado en el punto 5.6, aunque se reconoce la importancia de incluir la mediación policial como una materia más en el Curso Básico de Acceso a la Categoría de Agente de la Policía Local, ofrecido por el IVASPE, esta formación no ha sido contemplada en este estudio. Dado que el objetivo principal de la investigación es contabilizar la formación específica en mediación, se han excluido aquellas materias integradas en el currículum básico policial y que no están orientadas a la especialización.

5.8. VALORACIÓN DEL SERVICIO DE MEDIACIÓN POLICIAL

Para conocer el uso de herramientas de evaluación en los servicios de mediación policial se han analizado las respuestas de los 33 municipios que tienen una unidad de mediación policial, así como los 31 municipios que ofrecen la mediación, a pesar de no contar con una unidad específica. El objetivo de este análisis es identificar cuántos de estos municipios emplean encuestas u otros mecanismos para medir el grado de satisfacción de los ciudadanos con el servicio prestado.

FIGURA 12

Realización de encuestas de satisfacción sobre el servicio de mediación policial



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

La gráfica muestra que una proporción significativa de los municipios que ofrecen mediación no realizan encuestas de valoración de resultados. Este dato señala una clara oportunidad desaprovechada para recoger la opinión de los ciudadanos y mejorar la calidad del servicio de mediación. La falta de estas encuestas podría limitar la capacidad de los municipios para identificar áreas de mejora, adaptar sus enfoques y fortalecer la eficacia de sus intervenciones, lo que a su vez podría impactar en la confianza y satisfacción de la comunidad con los servicios ofrecidos.

FIGURA 13

Encuestas de satisfacción en municipios con y sin unidad de mediación policial



Fuente: Elaboración propia basada en datos recopilados por las autoras (diciembre 2024).

Una observación clave es que la mayoría de los municipios que brindan mediación policial sin contar con una unidad especializada no facilitan encuestas de valoración a los usuarios del servicio. Por otro lado, aproximadamente la mitad de los municipios que han establecido una unidad de mediación sí implementan este tipo de encuestas. Esto muestra una brecha significativa en la adopción de prácticas de evaluación de resultados entre los municipios con y sin unidad de mediación establecida.

Este análisis pormenorizado sugiere que la formalización de la mediación policial a través de la creación de una unidad específica establece un procedimiento de mediación claro que en muchos casos recoge la encuesta de valoración como punto final. Esto, a su vez, facilita la rendición de cuentas, ya que se asignan responsabilidades claras y se establecen estándares de desempeño medibles. Además, promueve una cultura de mejora continua, donde la retroalimentación de los usuarios y otros actores relevantes se utiliza para ajustar y perfeccionar los procesos de mediación.

6. CONCLUSIONES

El estudio realizado proporciona una visión detallada y precisa sobre la implementación y evolución de la mediación policial en la Comunidad Valenciana, destacando varios aspectos clave que influyen en su desarrollo.

En primer lugar, se observa que el 23,5 % de los municipios de la Comunidad Valenciana ofrecen servicios de mediación policial, aunque solo el 12 % cuentan con unidades especializadas. Esto refleja un reconocimiento creciente de la importancia de la mediación, pero también subraya la necesidad de continuar trabajando para expandir esta práctica a más municipios.

El ritmo de creación de nuevas unidades de mediación ha sido afectado por factores externos, como la pandemia de COVID-19 y la jubilación anticipada de efectivos policiales, lo que ha reducido significativamente la capacidad operativa de los municipios. Este contexto destaca la importancia de abordar las barreras estructurales para la implementación efectiva de la mediación policial.

Los principales obstáculos identificados para la creación de unidades de mediación son la insuficiencia de personal (83 %) y la falta de recursos económicos o materiales (17 %). Además, existe un desinterés en algunos municipios, especialmente en los más pequeños, para priorizar la mediación sobre otras necesidades percibidas de seguridad pública.

La mediación vecinal es la más comúnmente practicada, seguida por la mediación con menores y en áreas rurales. Aunque la mediación penal es menos frecuente, presenta una oportunidad significativa para la expansión y especialización de los servicios de mediación policial, especialmente en la reeducación de menores infractores.

En cuanto a la cantidad de casos mediados, la mayoría de los municipios realizan hasta 25 mediaciones al año, con pocos alcanzando más de 100 mediaciones anuales. Existe una correlación positiva entre el número de casos mediados, la formación de los agentes, la presencia de unidades especializadas y el tamaño de los municipios, sugiriendo que la formalización del servicio mediante la creación de unidades de mediación puede aumentar la eficacia en la resolución de conflictos.

El 40 % de los municipios cuenta con personal formado en mediación y un 23 % adicional está interesado en recibir formación. Este dato es alentador para la expansión futura de la mediación policial. La formación más popular es el Curso Intensivo de 40 horas, seguido por el Curso de Experto de 500 horas, ambos ofrecidos por la Cátedra de Mediación Policial ciutat de Vila-real, reflejando una tendencia hacia la especialización y profesionalización en el campo.

La falta de encuestas de valoración en muchos municipios representa una oportunidad perdida para mejorar la calidad del servicio. Implementar procedimientos de retroalimentación formalizados podría ayudar a refinar y optimizar los procesos de mediación, asegurando una mayor satisfacción y efectividad.

La mediación policial constituye una herramienta esencial para que la sociedad pueda resolver sus conflictos de forma pacífica y eficaz. La Policía Local, al ser a menudo la primera en intervenir en situaciones conflictivas, se encuentra en una posición privilegiada para facilitar la mediación. Además, la formación en este campo no solo beneficia a los efectivos que intervienen directamente en procesos de mediación, sino que también les proporciona habilidades valiosas, como una mejor comunicación, mayor asertividad y una capacidad mejorada para desescalar conflictos, herramientas que resultan útiles en todas sus intervenciones policiales.

La integración y promoción de la mediación dentro de las funciones de la Policía Local es una estrategia fundamental para mejorar la convivencia y seguridad ciudadana. Al estar en contacto directo con la ciudadanía, la Policía Local puede promover y facilitar la mediación como un método adecuado para resolver conflictos. Esto contribuye a la creación de una sociedad más colaborativa y pacífica, donde los ciudadanos tienen acceso a herramientas para resolver sus diferencias de manera constructiva.

Para consolidar y expandir la mediación policial en la Comunidad Valenciana, se recomiendan las siguientes acciones:

1. Aumento de recursos humanos y materiales. A bordar la insuficiencia de personal y recursos mediante una mejor asignación de fondos y la implementación de políticas de personal que prioricen la formación y el reclutamiento en mediación.

2. Fomento de la formación especializada. Continuar ofreciendo y promoviendo cursos de formación en mediación, con énfasis en programas avanzados y de especialización.

3. Establecimiento de procedimientos de evaluación. Implementar encuestas de valoración de

resultados y otros mecanismos de retroalimentación para mejorar continuamente el servicio de mediación.

4. Promoción de la mediación penal. Explorar y desarrollar más proyectos piloto y regulaciones específicas para la mediación penal, especialmente para menores, como una forma de ampliar el alcance y la eficacia de la mediación policial.

5. Incentivo a la colaboración interinstitucional. Fomentar la colaboración entre la Policía Local y otras instituciones públicas que ofrecen servicios de mediación para crear una red de apoyo más robusta y efectiva.

Este estudio pionero proporciona una base sólida para entender la situación actual de la mediación policial en la Comunidad Valenciana y ofrece una guía práctica para futuras iniciativas y mejoras en este campo esencial para la seguridad y convivencia ciudadana.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO Rimo, Alberto. **El diálogo como derecho:** Bases para la concepción y aplicación de un modelo extensivo de justicia restaurativa. Madrid: Dykinson, 2024.

CAMARDON, Lucía. **El modelo de policiamiento comunitario. ¿Cambio o continuidad?** In: X JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, Buenos Aires, 2013. p. 1-26. Disponível em: https://www.aacademica.org/000-038/530. Acesso em: 23 jun. 2026.

CONSELLERIA DE JUSTICIA, Transparencia y Participación. Disponível em: https://cjusticia.gva.es/es/web/justicia/mediacio/que-es-mediaprop. Acesso em: 22 jun. 2023.

DIAS DOS SANTOS, Ílison. **En busca de la justicia restaurativa. Un cambio de paradigma en el Derecho Penal de garantías**. Buenos Aires: Editorial BdeF, 2018.

JUSTIPROP - SERVICIO de Orientación Jurídica de Proximidad. Conselleria de Justicia, Transparencia y Participación. Disponível em: https://cjusticia.gva.es/es/web/atencion-a-las-victimas/justiprop. Acesso em: 23 jun. 2026.

KAPPELER, Victor E.; GAINES Larry K.; SCHAEFER Brian P. **Community Policing: A Contemporary Perspective**. 8 ed. New York: Routledge, 2020. DOI: https://doi.org/10.4324/9780429398056.

LLORENTE Sánchez-Arjona, Mercedes. Justicia restaurativa, una justicia para la reparación. In: BARONA Vilar, Silvia (ed.). **MASC, to be or not to be? (Medios Adecuados de Solución de Conflictos en la Justicia)**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2024. p. 719-741.

PÉREZ Beltrán, Helena. Training in mediation as a guarantee of quality of the mediating institution. **Journal of Modern Science**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 31-43, 2019. DOI: https://doi.org/10.13166/jms/106051.

PÉREZ Beltrán, Helena; PLANCHADELL Gargallo, Andrea. Policía Local y resolución de conflictos privados. In: FUENTES y Gasó, Josep Ramón.; BLASCO Díaz, José Luís.; ABDELKADER García, José Miguel.; CAPELL y Manzanares, Joan Miquel (dirs.). **Régimen jurídico de las Policías Locales en el estado español**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2023. p. 705-724.

RODRÍGUEZ Herrera, Manuel. La Policía Comunitaria: una aproximación a su concepto y principios. In: VIDALES Rodríguez, Caty.; CARQUE Vera, José Luis (coord.). **Policía comunitaria. Una policía para la sociedad del siglo XXI**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2014. p. 15-63.

TROJANOWICZ, Robert.; BUCQUEROUX, Bonnie. **Community Policing: A Contemporary Perspective**. Cincinnati: Anderson Publishing Company, 1990.

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE. Office of Community Oriented Policing Services. **Community Policing Defined**. Washington, 2003. p. 3.

8. ANEXOS

FORMULARIO 1

Dirigido a las entidades de Policía Local que no cuentan con una unidad de mediación policial y que no ofrecen servicios de mediación policial

Información Unidades Mediación Policial

Desde el Observatorio de la Cátedra de Mediación Policial Ciudad de Vila-real de la Universitat Jaume I, estamos desarrollando un estudio para determinar los avances en la implementación de las Unidades de Mediación que están dentro de las funciones de las Policías Locales, según el art. 33 de la Ley 17/2017, de 13 diciembre, de la Generalitat, de coordinación de policías locales de la Comunitat Valenciana. Es por este motivo que se requiere su colaboración para seguir avanzando en la recolección de los datos y les pedimos el favor de dar respuesta a las siguientes preguntas:

* Indica que la pregunta és obligatòria

1. Adreça electrònica *

2. Nombre del municipio *

3. ¿Por qué motivos cree que en su municipio no existe una Unidad de Mediación Policial? *

Seleccioneu totes les opcions que corresponguin.

- [ ] Falta de personal en la plantilla.
- [ ] Insuficiencia de recursos económicos.
- [ ] Ausencia de apoyo político.
- [ ] No se estima necesario disponer de dicha Unidad.
- [ ] Altres: _____

Continua

4. A pesar de ello, ¿dispone su plantilla de personal formado en Mediación Policial? *

Marqueu només un oval.

- ◯ Sí.
- ◯ No.
- ◯ No, pero estaríamos interesados en capacitar personal en Mediación Policial.

5. En su caso, ¿qué curso/s de formación en la materia han realizado?

Seleccioneu totes les opcions que corresponguin.

- ☐ Curso intensivo I en Mediación Policial (40 horas).
- ☐ Curso intensivo II en Mediación Policial (60 horas).
- ☐ Curso de formación continua de iniciación a la Mediación Policial (100 horas).
- ☐ Curso de experto en Mediación Policial (500 horas).
- ☐ Altres: _____

Uso de la información recabada

La información recogida en este formulario será utilizada exclusivamente para fines de investigación académica en relación con el estudio sobre la actividad y las unidades de mediación policial.

Google Formularis

FORMULARIO 2

Dirigido a las entidades de Policía Local que disponen de unidad de mediación policial u ofrecen este servicio

Información Unidades Mediación Policial

Desde el Observatorio de la Cátedra de Mediación Policial Ciudad de Vila-real de la Universitat Jaume I estamos desarrollando un estudio para determinar los avances en la implementación de las Unidades de Mediación que están dentro de las funciones de las Policías Locales, según el art. 33 de la Ley 17/2017, de 13 diciembre, de la Generalitat, de coordinación de policías locales de la Comunitat Valenciana. Es por este motivo que se requiere su colaboración para seguir avanzando en la recolección de los datos y les pedimos el favor de dar respuesta a las siguientes preguntas:

* Indica que la pregunta és obligatòria

1. Adreça electrònica *

2. Nombre del municipio *

3. ¿Dispone su plantilla de personal formado en Mediación Policial? *

Marqueu només un oval.

- ◯ Sí.
- ◯ No.
- ◯ No, pero estaríamos interesados en capacitar personal en Mediación Policial.

4. ¿Qué curso/s de formación en la materia han realizado los miembros de su plantilla?

Seleccioneu totes les opcions que corresponguin.

- ☐ Curso intensivo I en Mediación Policial (40 horas).
- ☐ Curso intensivo II en Mediación Policial (60 horas).
- ☐ Curso de formación continua de iniciación a la Mediación Policial (100 horas).
- ☐ Curso de experto en Mediación Policial (500 horas).
- ☐ Altres:

5. En caso de que exista Unidad de Mediación Policial, indique su año de creación:

Exemple: 7 de gener de 2019

Continua

6. En caso de no disponer de Unidad de Mediación Policial, ¿a cuál/es de los siguientes motivos cree que es debido?

Seleccioneu totes les opcions que corresponguin.

- [ ] Falta de personal en la plantilla.
- [ ] Insuficiencia de recursos económicos.
- [ ] Ausencia de apoyo político.
- [ ] No se estima necesario disponer de dicha Unidad ya que es posible ofrecer el servicio igualmente.
- [ ] Altres: _____

7. ¿Cuántos miembros forman la Unidad de Mediación Policial o ejercen funciones en la materia? *

Marqueu només un oval.

- ◯ Un único policía.
- ◯ Dos o tres policías.
- ◯ Cuatro o más policías.

8. ¿Alguno de dichos miembros posee título oficial universitario o de formación profesional de grado superior? *

Marqueu només un oval.

- ◯ Sí.
- ◯ No.

9. Nombre y Apellidos de la persona responsable de la Unidad de Mediación Policial / persona que ofrece dicho servicio: *

_____

10. Número de contacto de la persona responsable de la Unidad de Mediación Policial / persona que ofrece dicho servicio: *

_____

11. Correo electrónico de la persona responsable de la Unidad de Mediación Policial / persona que ofrece dicho servicio: *

_____

Continua

12. ¿Qué tipo de intervenciones realiza la Unidad o el servicio de Mediación Policial? *

Seleccioneu totes les opcions que corresponguin.

- [ ] Comunitaria o vecinal.
- [ ] Escolar.
- [ ] Rural.
- [ ] Penal.
- [ ] Altres: _____

13. ¿Cuántas mediaciones formales aproximadamente realiza por año? *

Marqueu només un oval.

- ◯ 0-25.
- ◯ 26-50.
- ◯ 51-100.
- ◯ 101-200.
- ◯ más de 200.

14. Una vez finalizada la mediación, ¿realiza encuestas de satisfacción a los usuarios del servicio? *

Marqueu només un oval.

- ◯ Sí.
- ◯ No.

Uso de la información recabada

La información recogida en este formulario será utilizada exclusivamente para fines de investigación académica en relación con el estudio sobre la actividad y las unidades de mediación policial.

Google Formularis

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

INOVAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: INTEGRAÇÃO DO DESIGN THINKING CANVAS E DA FERRAMENTA "BÚSSOLA" PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS E VULNERABILIDADES

SÉRGIO XIMENES DA SILVA

Doutor em Design pela UFPE, Mestre em Design pela UFPE, Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio do Recife, e Bacharel em Geografia pela UFPE. Atuou como Comissário de Policia Civil do Governo do Estado de Pernambuco, como Chefe da Coordenação de Planejamento Operacional, junto ao Sistema de Inteligência da Polícia Civil de Pernambuco.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

E-mail: sergioxim@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0001-4189-9214

WALTER FRANKLIN MARQUES CORREIA

Pós-Doutorado pelo Dep. de Digital Media Concepts, Academy for AI, Games Media pela BUas - Breda University of Applied Sciences (Holanda), Doutorado e Mestrado em Engenharia de Produção pela UFPE com período Sanduíche (doutor.) na Universidade Técnica de Lisboa (UTL), em Portugal, e Bacharelado em Desenho Industrial pela UFPE. Professor Titular do Dep. de Design da UFPE.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

E-mail: walter.franklin@ufpe.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-6491-9783

JOÃO MARCELO XAVIER NATARIO TEIXEIRA

Doutorado, Mestrado e Bacharelado em Ciências da Computação pela UFPE, com período sanduíche (doutor.) na Universidade do Chile. Atualmente é professor Adjunto 3 do Departamento de Eletrônica e Sistemas da UFPE, membro do Colegiado da Pós-graduação em Design (UFPE) e membro do Colegiado da Pós-graduação em Engenharia Elétrica (UFPE).

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

E-mail: joao.teixe@ufpe.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-7180-512X

Contribuições dos autores:

Sérgio Ximenes contribuiu para a concepção da pesquisa, desenvolvimento e aplicação do estudo de caso, obtenção e análise dos dados e redação do manuscrito. Walter Correia contribuiu para a orientação conceitual e metodológica, aplicação do Design Thinking, análise dos resultados e revisão crítica do manuscrito. João Natario Teixeira contribuiu para o delineamento metodológico, análise e interpretação dos resultados e revisão. Todos os autores revisaram e aprovaram a versão final.

RESUMO

Este estudo apresenta o desenvolvimento e a validação de um protocolo de gestão de segurança pública fundamentado na integração do Design Thinking Canvas com a ferramenta "Bússola", voltada ao gerenciamento de riscos e vulnerabilidades. A proposta busca aprimorar o planejamento e o monitoramento das ações das forças de segurança, apoiando a seleção de recursos, a tomada de decisão e a redução da

exposição das equipes a riscos operacionais. A metodologia articula conhecimento acadêmico e experiência de profissionais especializados, promovendo uma abordagem sistemática aplicada às operações de repressão qualificada. Como resultado, foi desenvolvida e validada, teórica e empiricamente, uma metodologia de gestão capaz de organizar informações, apoiar decisões estratégicas e orientar o emprego de recursos. Sua aplicação ocorreu em centenas de operações, e a metodologia foi posteriormente incorporada às forças de segurança pública estaduais.
Palavras-Chave: Design Thinking Canvas. Ferramenta Bússola. Gestão de Riscos. Segurança Pública.

INNOVATION IN PUBLIC SECURITY: INTEGRATING THE DESIGN THINKING CANVAS AND THE "BÚSSOLA" TOOL FOR RISK AND VULNERABILITY MITIGATION

ABSTRACT

This study presents the development and validation of a public security management protocol based on the integration of the Design Thinking Canvas with the "Bússola" tool, focused on risk and vulnerability management. The proposal seeks to improve the planning and monitoring of security forces' actions, supporting resource selection, decision-making, and the reduction of teams' exposure to operational risks. The methodology combines academic knowledge with the experience of specialized professionals, promoting a systematic approach applied to qualified law enforcement operations. As a result, a management methodology was theoretically and empirically developed and validated to organize information, support strategic decisions, and guide the allocation of resources. It was applied in hundreds of operations and was later incorporated into state public security forces.
Keywords: Design Thinking Canvas. "Bússola" Tool. Risk Management. Public Security.

Data de recebimento: 01/01/2025 **Data de aprovação:** 05/04/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2344

INTRODUÇÃO

O uso do *design* como ferramenta de modificação de processos tem ganhado destaque em diversos setores, incluindo a segurança pública, uma vez que possibilita maior conforto e proteção para os usuários envolvidos. O *design* desempenha papel fundamental no processo de inovação, potencializando a integração de saberes multidisciplinares e atendendo às necessidades dos usuários de maneira mais eficaz. Nesse sentido, o "fazer *design*" não deve ser compreendido apenas como a concepção de um produto, mas sim como um processo contínuo que visa à melhoria de práticas e protocolos em distintos contextos, configurando-se como um recurso estratégico que promove eficiência, competitividade, otimização de *performance* e transformação comportamental.

A aplicação do *design* em segurança pública, ou "*designer* de segurança pública", busca aperfeiçoar protocolos de gestão de pessoal e de tomada de decisão, de modo a criar soluções que unam a teoria acadêmica à experiência prática de agentes e especialistas na área. O presente estudo, portanto, propõe o desenvolvimento de protocolos de segurança baseados na metodologia Design Thinking Canvas e na ferramenta Bússola, ampliando a capacidade de monitoramento das ações das forças de segurança, melhorando a escolha de artefatos e equipes e, consequentemente, reduzindo a exposição das tropas a riscos operacionais.

Este trabalho dialoga com a afirmação de que a análise de riscos na segurança pública deve ser conduzida de forma colaborativa por todas as partes envolvidas. Ao integrar a abordagem de Design Thinking Canvas com uma ferramenta de gestão de vulnerabilidades (ferramenta Bússola), este projeto inova ao propor caminhos para reduzir imprecisões na cooperação interorganizacional, fortalecendo a eficiência e a eficácia das ações policiais.

Em paralelo, destaca-se que o fazer *design* no contexto contemporâneo transcende a produção de artefatos tangíveis, abrangendo serviços, experiências e informações. Sob essa perspectiva, a metodologia do *design* passa a envolver todas as etapas de um projeto, desde a compreensão das necessidades do usuário até a entrega final do produto ou serviço. Assim, a atuação do *designer* torna-se fundamental para a adequação e melhoria de protocolos, tanto pela abordagem multidisciplinar quanto pela ênfase na experiência do usuário – neste caso, policiais, gestores de segurança e a população beneficiária das ações.

A relevância deste projeto torna-se ainda mais evidente diante dos dados alarmantes sobre violência e criminalidade no Brasil, conforme apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017). Entre os anos de 2015 e 2016, houve crescimento nos índices de mortes violentas, bem como aumento no número de policiais civis e militares assassinados. Em uma perspectiva comparativa, tanto em termos de mortes em confronto quanto de armas de fogo apreendidas, observa-se a necessidade de intervenções que promovam maior segurança e eficiência das ações policiais.

Nesse contexto, o Design Thinking Canvas, em conjunto com a ferramenta Bússola, surge como estratégia para dar novo enfoque a informações já disponíveis, favorecendo a classificação e o reprocessamento de dados de forma a gerar melhorias nas práticas de segurança. As possibilidades de intervenção situam-se tanto no refinamento de protocolos operacionais quanto na própria modernização das forças de segurança, por meio da construção de um banco de dados flexível e de processos de planejamento mais precisos.

Assim, este estudo visa desenvolver um sistema de gestão de protocolos de segurança pública, centrado no Planejamento Operacional das Operações de Repressão Qualificada da Polícia Civil de Pernambuco.

Foi realizada uma revisão da literatura seguindo processos de pesquisa que ordenassem material acadêmico voltado para a aplicação do *design* à segurança pública e, mais ainda, que fosse relacionado ao planejamento operacional nos mesmos moldes ou de forma semelhante ao que se estava sendo trabalhado no artefato desenvolvido no estudo de caso.

Foi identificado que a quantidade de publicações relacionadas diretamente à área da pesquisa não era tão diversificada e apresentava poucos estudos publicados que se assemelhavam. Porém, seria possível realizar cortes transversais de comparação que permitissem a realização da devida revisão de maneira satisfatória.

A principal base de dados utilizada foi a SciVerse Scopus, que é um banco de dados de propriedade da Elsevier, que disponibiliza resumos e citações de artigos de jornais e revistas acadêmicas. Com foco em questões como: É possível subsidiar o processo de criação de metodologia específica para a área de estudo? É possível contribuir para a avaliação da utilização da metodologia Design Thinking Canvas? É possível auxiliar no desenvolvimento de protocolos de segurança pública? É possível avaliar a aplicação da ferramenta Bússola em um novo objeto-foco? É possível otimizar o processo de composição de meios (pessoal e material) quando surgir uma demanda na atividade relacionada às Operações de Repressão Qualificada?

É possível criar um banco de dados flexível para subsidiar o planejamento de ações táticas da Polícia Civil de Pernambuco através do desenvolvimento do projeto em questão? É possível diminuir a quantidade de mortes em confronto com forças de segurança? É possível auxiliar na modernização das forças de segurança?

Foi realizada uma busca por título, área do conhecimento e conteúdo para encontrar artigos acadêmicos de interesse, tendo sido feita a busca através de palavras-chave como "Design", "Management", "Crime", "Protocols", "Public Security", "Police", buscando embasamento para a pesquisa bibliográfica.

Após a identificação dos estudos primários que interessavam ao desenvolvimento da pesquisa, foi feita uma avaliação da qualidade desses estudos, considerando o nível de afinidade das informações dispostas com a temática do projeto. Uma vez extraídas as informações dos estudos primários, foi realizada uma síntese dessas, correlacionando-as e buscando responder às questões da pesquisa.

O projeto teve como base o desenvolvimento de uma metodologia que possibilitasse a definição de melhores escolhas para a gestão de protocolos de segurança pública. A atuação dos profissionais de segurança pública pode ser auxiliada com um melhor direcionamento de seus protocolos de ação.

Foram aplicados questionários avaliativos a especialistas da área de segurança pública, buscando medir os diferentes níveis de aceitação de requisitos que devem estar ou não presentes nos protocolos de segurança utilizados nas Operações de Repressão Qualificada (ORQs). Através da aplicação da metodologia Design Thinking Canvas, foi estruturado o artefato destinado a direcionar o passo a passo do Planejamento Operacional Avançado aplicado no ciclo de planejamento das ORQs. Por fim, foi feita a aplicação do artefato e sua avaliação quanto ao desempenho dos agentes de segurança pública ao longo da linha temporal de desenvolvimento das ORQs.

Dessa maneira, o presente trabalho se justifica pela urgência em abordar questões como a diminuição de falhas operacionais, a redução das fatalidades entre profissionais de segurança e a efetivação de intervenções estratégicas capazes de resguardar vidas. Ao propor um artefato metodológico centrado no Design Thinking, este trabalho contribui para a melhoria contínua dos procedimentos e das operações policiais, promovendo avanços tanto sociais quanto tecnológicos na esfera da segurança pública.

O presente artigo está estruturado conforme segue: a próxima seção localiza a área de atuação da pesquisa, destacando os impactos na sociedade, bem como a inovação trazida; a seguir, apresentam-se discussões sobre a natureza do risco na segurança pública, desde os aspectos relacionados à prevenção até o planejamento das ações policiais; a quarta seção detalha o estudo de caso desenvolvido; enquanto a quinta seção realiza um fechamento de todo o trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico situa-se na intersecção entre segurança pública, planejamento operacional e práticas de *design*, com ênfase no Design Thinking Canvas e na ferramenta Bússola. Sob essa ótica, revisam-se conceitos fundamentais acerca da organização das Operações de Repressão Qualificada (ORQs) na Polícia Civil de Pernambuco, bem como a base metodológica que embasa processos de inovação em segurança pública.

OPERAÇÕES DE REPRESSÃO QUALIFICADA

As ORQs foram institucionalizadas pela Portaria nº 3.168, de 25 de novembro de 2011 (Pernambuco, 2011), visando desarticular grupos criminosos organizados por meio de investigações especializadas, atividade de inteligência e Planejamento Operacional Avançado (POA). Conforme o art. 2º dessa Portaria, a ORQ constitui-se em uma estratégia policial que integra investigação tradicional, assessoria de inteligência e planejamento minucioso, sob comando de um delegado que não participou das investigações (Pernambuco, 2011). Além disso, a Portaria nº 3.168 categoriza as operações em três níveis (grandes, medianas ou pequenas) de acordo com a quantidade de alvos identificados e presos, o que determina a amplitude e os recursos necessários para sua execução. A relevância dessas operações reside, ainda, no fato de serem articuladas por diversos setores da Polícia Civil (Investigação, Inteligência e Planejamento Operacional), demandando meses ou até anos de apuração, com foco na prisão de líderes de organizações criminosas.

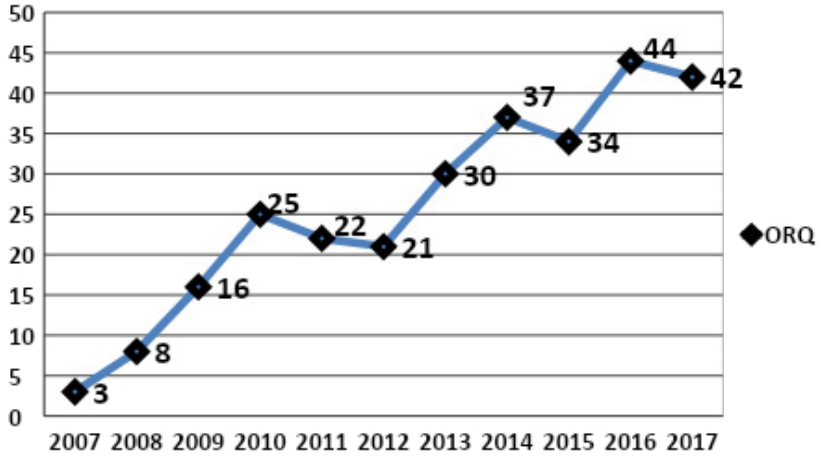
A criação de uma equipe especializada em planejamento (Coordenação de Planejamento Operacional – CPO/PCPE), oficializada pela Lei nº 15.026, de 20 de junho de 2013 (Pernambuco, 2013), enfatiza a importância do POA na condução das ORQs. Tal integração favorece maior precisão nas prisões, reduz tempo de exposição social e aprimora a troca de informações entre setores policiais, fortalecendo a eficácia da investigação e minimizando danos colaterais.

De acordo com estatísticas fornecidas pela própria CPO/PCPE, entre os anos de 2007 e 2017, foram realizadas 282 ORQs, resultando na captura de 4.535 indivíduos, inclusive lideranças de grupos de extermínio, tráfico de drogas e quadrilhas de assaltantes. A eficiência desse modelo remete a um processo contínuo de inovação, incorporando técnicas de inteligência e planejamento avançado, o que se alinha ao propósito do presente estudo de introduzir novas metodologias para gestão de protocolos policiais.

O Gráfico 1 demonstra que há um desenvolvimento com variação uniforme na quantidade de ORQs por ano, com um desenvolvimento modesto nos anos de 2007 a 2009. Posteriormente, nos anos de 2010 a 2012, assume um novo patamar e já sobe para outro nível nos anos de 2013 a 2015, vindo a atingir seu maior desenvolvimento nos anos de 2016 e 2017.

GRÁFICO 1

Quantidade de Operações de Repressão Qualificada da Polícia Civil de Pernambuco entre os anos de 2007 e 2017



Fonte: Coordenação de Planejamento Operacional da Polícia Civil de Pernambuco (2017).

A Tabela 1 traz a relação absoluta entre a quantidade de ORQs e as respectivas quantidades de presos nelas anualmente. A sequência da quantidade de prisões segue um padrão muito semelhante proporcionalmente à sequência da quantidade de ORQs.

TABELA 1

Quantidade de Operações de Repressão Qualificada da Polícia Civil de Pernambuco entre 2007 e 2017

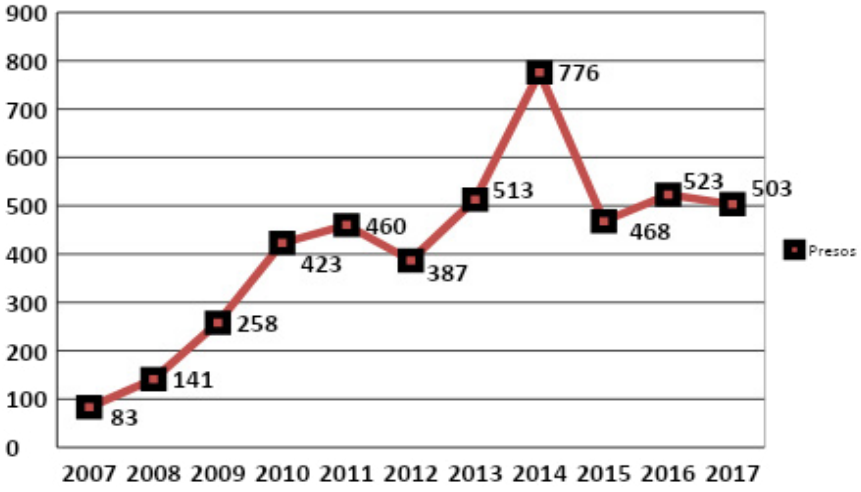
Ano	Quantidade de Operações de Repressão Qualificada	Presos
2007 (*ago. a dez.)	3	83
2008	8	141
2009	16	258
2010	25	423
2011	22	460
2012	21	387
2013	30	513
2014	37	776
2015	34	468
2016	44	523
2017 (*até out.)	42	503
Total	**282**	**4.535**

Fonte: Coordenação de Planejamento Operacional da Polícia Civil de Pernambuco (2017).

O Gráfico 2 traz uma visualização espacial da variação da quantidade de presos em ORQs. Houve um pico no ano de 2014, com 776 presos, e após isso manteve-se numa estabilidade, com pouco mais de 500 presos.

GRÁFICO 2

Quantidade de Presos em Operações de Repressão Qualificada da Polícia Civil de Pernambuco entre 2007 e 2017

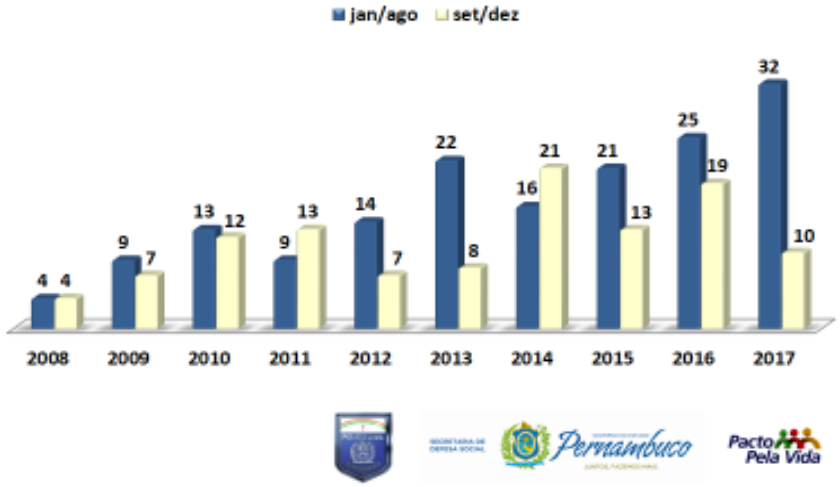


Fonte: Coordenação de Planejamento Operacional da Polícia Civil de Pernambuco (2017).

O Gráfico 3 demonstra uma tendência à diminuição na quantidade de ORQs realizadas nos últimos quatro meses dos anos de 2015, 2016 e 2017, o que pode ser objeto de avaliação posterior para analisar a influência de outros fatores no desencadeamento de investigações que resultem em ORQs. Esse aspecto pode vir a ser expressivo por poder impactar na tomada de decisões sobre o andamento das investigações, podendo repercutir no processo de aplicação da vertente tríplice: Investigação tradicional / Inteligência / Planejamento Operacional Avançado.

GRÁFICO 3

Quadro Comparativo entre a quantidade de Operações de Repressão Qualificada da Polícia Civil de Pernambuco no mesmo período anual entre os anos de 2007 e 2017



Fonte: Coordenação de Planejamento Operacional da Polícia Civil de Pernambuco (2017).

EXPERIÊNCIAS ANTERIORES E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A consolidação das ORQs está atrelada às transformações ocorridas desde 2005 na Polícia Civil de Pernambuco, quando se implantou o Curso Nacional de Inteligência em Segurança Pública e, posteriormente, o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública, regulamentado pelo Decreto nº 30.847, de 1º de outubro de 2007. A estruturação da Unidade de Inteligência Policial - UNINTELPOL e dos Núcleos de Inteligência contribuiu para o desenvolvimento de investigações mais estruturadas, articulando investigação tradicional, inteligência e planejamento operacional (PERNAMBUCO, 2007).

Essa consolidação possibilitou a realização de operações sem disparar tiros, com grande número de prisões de pessoas consideradas de alta periculosidade. O componente essencial nesse processo foi o fator planejar, que implica antecipar cenários, gerir recursos escassos e mitigar riscos à vida (Klink, 2016). Somadas à experiência de campo, tais estratégias sedimentaram a importância de protocolos e metodologias específicas, as quais o presente projeto propõe otimizar e atualizar por meio da aplicação de ferramentas de *design*.

DESIGN THINKING CANVAS

O Design Thinking Canvas, desenvolvido pelo professor André Neves (UFPE), é uma adaptação do método Canvas (Osterwalder, 2011) direcionada aos processos de *design*. Estrutura-se em quatro etapas cíclicas – Observação, Concepção, Configuração e Publicação, subdivididas em "decks" de cartas que capturam informações-chave ao longo do ciclo de vida do projeto. Dentre os elementos primordiais, destacam-se:

- Observação: coleta de dados sobre o cenário, usuários (personas), oportunidades, problemas e concorrentes.
- Concepção: geração de ideias e análise heurística (viabilidade tecnológica, econômica, sociocultural e legal).
- Configuração: definição das funcionalidades e da forma do artefato a partir da compreensão profunda de necessidades e restrições.
- Publicação: planejamento de estratégias de aquisição, retenção e monetização do produto ou serviço, além de validação final.

A ênfase nas vivências reais do usuário, aliada à dinâmica dos "decks" informacionais, permite que os participantes do projeto (técnicos, agentes de segurança, gestores) utilizem linguagem comum, sistematizando ideias e facilitando a tomada de decisões de forma conjunta. Esse caráter colaborativo e iterativo é especialmente relevante em contextos de segurança pública, onde falhas procedimentais podem acarretar riscos à vida (CALADO *et al*, 2016).

FERRAMENTA BÚSSOLA

A ferramenta Bússola, produto de uma dissertação de mestrado em *design* (2014), consiste em um método de Gerenciamento de Riscos e Vulnerabilidades aplicado, inicialmente, a viaturas policiais. Embora criada para um contexto específico, possui aplicabilidade ampla em diversos artefatos e processos de segurança pública.

Sua utilização combina a análise de riscos e vulnerabilidades, ponderada por escalas de priorização (Escala Likert e Tabela GUT), gerando uma *guideline* que elenca requisitos críticos para cada funcionalidade do artefato. Referenciada no livro "Risk Management in Public Administration" (Raczkowski, 2017), a Bússola está alinhada à necessidade de controle de riscos em contextos multidimensionais, corroborando a importância de avaliar incidentes de forma colaborativa e sistemática.

INOVAÇÃO PRINCIPAL E IMPACTOS NO MERCADO

A principal inovação do projeto reside em integrar o Design Thinking Canvas à ferramenta Bússola, propondo protocolos de segurança pública mais eficientes nas ORQs. Essa sinergia consolida, em linguagem e sistemática de *design*, o conhecimento acumulado em planejamento operacional avançado, inteligência policial e gestão de risco.

Do ponto de vista de mercado, a metodologia extrapola o ambiente policial, podendo ser aplicada na indústria, em empresas de grande porte e em outros setores que demandem análise de riscos, planejamento e coordenação entre múltiplos atores (Pernambuco, 2013). No contexto específico da segurança pública, a adoção dessa metodologia em diversos estados brasileiros, ou até mesmo em forças federais, representa significativa oportunidade de ganhos sociais e econômicos, considerando o alto custo humano e financeiro relacionado a erros operacionais (FBSP, 2016).

IMPACTOS NA SOCIEDADE

A adoção de modelos operacionais mais seguros e fundamentados em *design* pode reduzir a probabilidade de conflitos letais, proteger agentes públicos em serviço e reforçar a confiança da sociedade nas instituições policiais. A multidisciplinaridade presente no Design Thinking Canvas, somada ao gerenciamento de riscos proposto pela ferramenta Bússola, viabiliza ações policiais mais precisas e menos invasivas, contribuindo para a redução de mortes em confrontos e de custos processuais ou indenizatórios.

Além disso, o projeto embasa uma gestão pública orientada por evidências e melhor desempenho, atuando diretamente na manutenção da vida humana ao promover decisões fundamentadas e coordenação intersetorial. Tal alinhamento fortalece a legitimidade das forças policiais e abre caminho para um debate mais amplo sobre inovação em segurança pública e participação comunitária no desenvolvimento de políticas de prevenção e repressão.

REVISÃO DE LITERATURA

A elaboração de novos modelos de gestão de segurança pública passa, necessariamente, por uma reflexão a respeito dos riscos intrínsecos à atividade policial. Diversos estudos apontam a necessidade de identificar e gerenciar esses riscos de forma abrangente, considerando fatores ambientais, organizacionais, relacionais e situacionais (Raczkowisk, 2017; Olsen; Kruke; Hovden, 2007). A revisão de literatura, portanto, abrange desde as discussões sobre a natureza do risco na segurança pública até os aspectos relacionados à prevenção e ao planejamento das ações policiais, evidenciando a importância de protocolos otimizados e metodologias de gestão que contribuam para a modernização do setor público (Grote, 2012; De Jong, 2010).

RISCO E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com Olsen, Kruke e Hovden (2007), o risco na gestão da segurança pública constitui um campo de estudos que exige pesquisas futuras, dada a elevada complexidade de suas dimensões e subprocessos. Raczkowisk (2017) reforça essa perspectiva ao discutir a tipologia de riscos que pode envolver aspectos legais, organizacionais, relacionais, situacionais e ambientais, configurando um fenômeno multidimensional. Tais fatores vão além dos riscos climáticos ou desastres naturais, geralmente mais abordados na literatura, abrangendo ainda estruturas institucionais, distribuição de autoridade, tecnologia e relações externas (Grote, 2012).

A gestão desses riscos demanda uma visão estratégica, na qual se considerem tarefas, processos de trabalho, competências profissionais e mecanismos de decisão (Raczkowisk, 2017). Nessa linha, autores como

De Jong (2010) defendem uma abordagem mais ampla de avaliação, que contemple a identificação de fatores de risco e a adoção de protocolos sistemáticos para mitigar vulnerabilidades. Desse modo, a elaboração de qualquer proposta voltada ao aperfeiçoamento do planejamento ou à implementação de inovações, como a integração de metodologias de *design*, deve incluir mecanismos de avaliação de incertezas e de otimização dos recursos disponíveis.

PREVENÇÃO DO CRIME E REDES URBANAS

A prevenção criminal a partir da concessão ambiental (Zahm, 2005) e o remodelamento de ambientes urbanos (Davies *et al.*, 2013) despontam como campos investigativos que influenciam diretamente a formatação de políticas públicas em segurança. Tais abordagens, frequentemente associadas à Criminologia Ambiental, destacam a importância de intervenções que modifiquem as características físicas dos espaços para reduzir oportunidades de delitos. Crowe e Zahm (1994) salientam que essa estratégia deve ser multisetorial, envolvendo agentes policiais e a comunidade na definição de problemas e soluções, o que converge com o enfoque do Design Thinking na participação colaborativa.

Segundo Davies *et al.* (2013), fenômenos criminais podem ser analisados por modelos matemáticos que consideram a configuração urbana e as redes de ruas, fator crucial para entender como surgem "zonas de concentração" ou "*hot spots*" de violência. A análise espacial, portanto, remete à necessidade de criação de sistemas de mapeamento e de protocolos que, ao considerarem a dinâmica territorial, favoreçam estratégias mais eficazes de policiamento.

CONCENTRAÇÃO CRIMINAL E ANÁLISE DE FENÔMENOS SOCIAIS

Eck *et al.* (2017) argumentam que o crime tende a se concentrar em determinados locais, de maneira análoga a outros fenômenos sociais. Nesse sentido, políticas de inteligência policial e protocolos de intervenção devem pautar-se pelo entendimento de como essa concentração ocorre, levando em conta aspectos como tipologia de crimes (Kuang; Brantingham; Bertozzi, 2017), configurações espaciais e características socioeconômicas da região.

A dinâmica criminal depende ainda de fatores como distribuição de recursos, sistemas de segurança doméstica e desigualdades sociais (Tseloni *et al.*, 2017; Tilley; Tseloni; Farrell, 2011). Pesquisas em países desenvolvidos, como o Canadá (Ouimet, 1999; Farrell; Hodgkinson; Andresen, 2018), indicam que índices de queda na criminalidade correlacionam-se com níveis mais altos de renda e políticas de urbanização planejada (Zimring, 2006). Desse modo, a mensuração e o acompanhamento de indicadores criminais devem integrar o desenvolvimento de protocolos voltados a reduzir vulnerabilidades e maximizar a eficácia das forças policiais.

NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA EM SEGURANÇA

A partir da década de 1980, a "Nova Gestão Pública" (NPM) ganhou projeção internacional, introduzindo na administração pública princípios como transparência, responsabilização e medição de desempenho (Dixon; Kouzmin; Korac-Kakabadse, 1998; Gray; Jenkins, 1995). Essas ideias foram aplicadas também ao policiamento, resultando em sistemas de gerencialização das forças de segurança (Mann, 2016). Contudo,

há debates acerca de possíveis efeitos adversos, como a competição entre agências e a manipulação de métricas (Eterno; Silverman, 2012), o que pode prejudicar a troca de informações e a cooperação interinstitucional (Hood, 1991).

Ainda assim, a introdução de métodos de gestão do setor privado na segurança pública aponta oportunidades de modernização, especialmente ao promover protocolos de avaliação mais claros e a incorporação de ferramentas tecnológicas de controle e análise (Noordegraaf; Abma, 2003). Esse contexto reforça a necessidade de estudos que aliem os princípios da NPM com a busca por inovação – como o uso do Design Thinking e da ferramenta Bússola –, visando soluções estratégicas e colaborativas de prevenção e combate ao crime.

DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO

Com o objetivo de aprimorar os protocolos de segurança pública voltados às ORQs da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, foi realizada uma análise pautada nos princípios do Design Thinking Canvas e na ferramenta Bússola. A seguir, descrevem-se as fases da metodologia empregada, a aplicação prática em campo e os principais achados decorrentes dessa experiência.

METODOLOGIA

Para consolidar um formato de gestão de segurança pública centrado na inovação, o estudo de caso compreendeu duas grandes abordagens:

- Design Thinking Canvas: Metodologia que sistematiza a concepção de soluções por meio de etapas como observação, concepção, configuração e publicação;

- Ferramenta Bússola: Procedimento de identificação e priorização de riscos e vulnerabilidades, cujo propósito é fornecer subsídios para tomadas de decisão mais seguras e assertivas.

O trabalho desenvolveu-se a partir da análise dos protocolos vigentes nas ORQs e da posterior reordenação desses processos, de modo a reduzir falhas, eliminar redundâncias, otimizar recursos e fortalecer a eficiência operacional.

A aplicação conjunta do Design Thinking Canvas e da ferramenta Bússola foi realizada com base em 16 especialistas em segurança pública (7 mulheres e 9 homens), todos policiais com mais de cinco anos de experiência em planejamento de operações policiais e atuação tática. Essa diversidade de experiências profissionais contribuiu para validar os achados e ampliar a confiabilidade das conclusões.

O Design Thinking Canvas estruturou o processo de desenvolvimento em quatro etapas sequenciais:

1. Observação:

- Deck Cenário (Figura 1): caracterização do ambiente físico (urbanos e rurais) e dos usuários (policiais e suspeitos). Nesta fase, analisou-se o momento ideal para o cumprimento de mandados (geralmente em período diurno) e as particularidades do contexto de atuação.

FIGURA 1

Deck Cenário



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Persona (Figura 2): descrição dos potenciais usuários, com destaque para o perfil médio de um policial civil atuante tanto em investigações quanto em operações táticas.

FIGURA 2

Deck Persona



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Oportunidades (Figura 3): mapeamento dos problemas enfrentados (excesso de demandas rotineiras, pouca compensação pela participação em ORQs, dificuldade de alocação de equipes especializadas). Identificaram-se oportunidades de aprimorar os critérios de seleção de equipes e de compatibilizar a rotina policial com as exigências das ORQs.

FIGURA 3

Deck Oportunidades



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Concorrentes (Figura 4): exame de metodologias similares utilizadas por outras instituições (por exemplo, manuais de operações conjuntas das Forças Armadas, Sistema de Comando de Incidentes do Corpo de Bombeiros).

FIGURA 4

Deck Concorrentes



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

2. Concepção:

- Deck Diferencial (Figura 5): identificação dos fatores-chave de inovação tecnológica, financeira e operacional (p. ex. protocolos lógicos, oferta gratuita de instrução).

FIGURA 5

Deck Diferencial

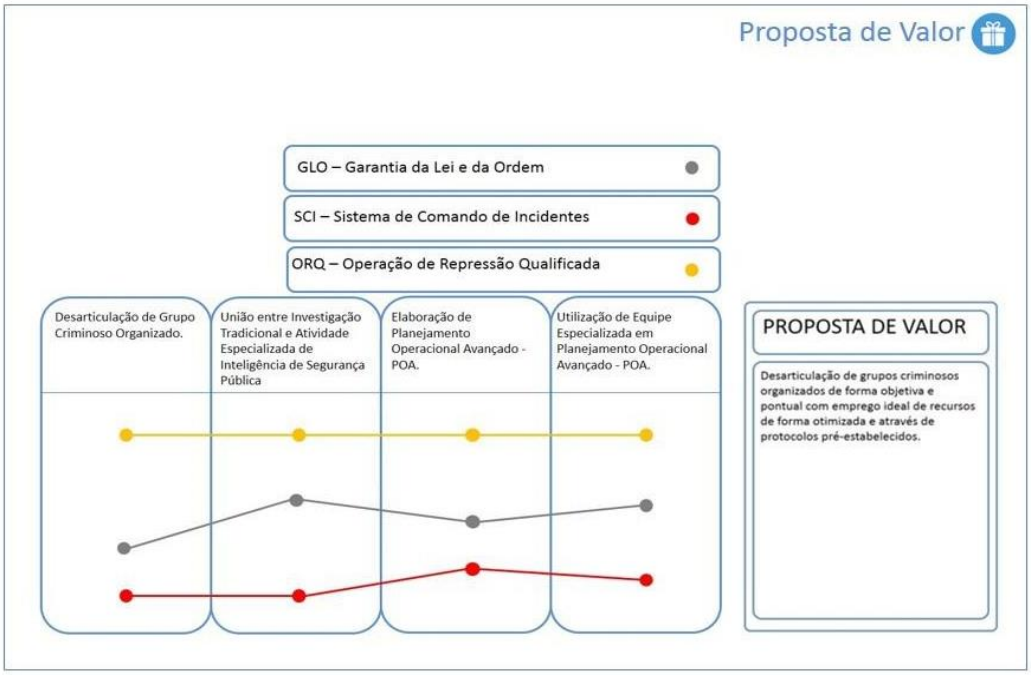


Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Proposta de Valor (Figura 6): definição de uma curva de valor, demonstrando a eficácia de um protocolo que possibilite a desarticulação de grupos criminosos com emprego otimizado de recursos.

FIGURA 6

Deck Proposta de Valor



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Ideação (Figura 7): emprego do método da "Caixa Morfológica" para gerar ideias de aprimoramento, associando atributos de diferentes naturezas (ex.: comportamento de abelhas para representar organização).

FIGURA 7

Deck Ideação

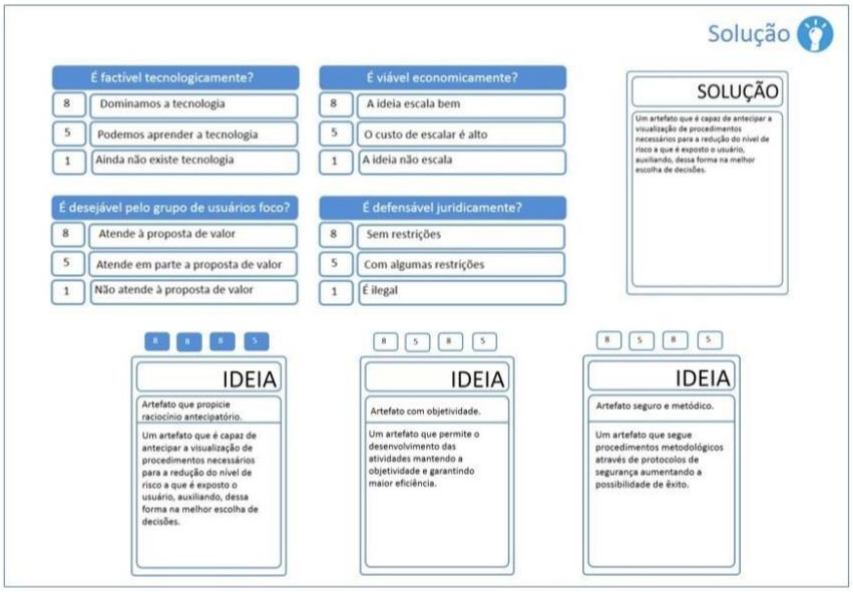


Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Solução (Figura 8): aplicação de heurísticas (viabilidade tecnológica, econômica, sociocultural e jurídica) para filtrar as ideias geradas. Concluiu-se pela relevância de um artefato capaz de antecipar procedimentos e reduzir riscos no momento da ação.

FIGURA 8

Deck Solução



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Experiência de Uso (Figura 9): descrição do ciclo de utilização do artefato (descoberta, abertura, engajamento, divulgação e descarte). Destacou-se a importância do fácil acesso às instruções e da integração com rotinas policiais.

FIGURA 9

Deck Experiência de Uso



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

3. Configuração:

- Deck Função (Figura 10): delineamento das funcionalidades essenciais do artefato (processos de seleção de equipes, organização dos prontuários, mapeamento do ambiente operacional e antecipação de procedimentos).

FIGURA 10

Deck Função



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Forma (Figura 11): definição dos aspectos de identidade visual e usabilidade (linhas retas, cores escuras, tons neutros), em consonância com a identidade institucional da Polícia Civil de Pernambuco.

FIGURA 11

Deck Forma



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

4. Publicação:

- Deck Aquisição (Figura 12): estratégias para disseminar o artefato, incluindo apresentação aos gestores (Chefia de Polícia e Secretaria de Defesa Social) e desenvolvimento de cursos de capacitação.

FIGURA 12

Deck Aquisição

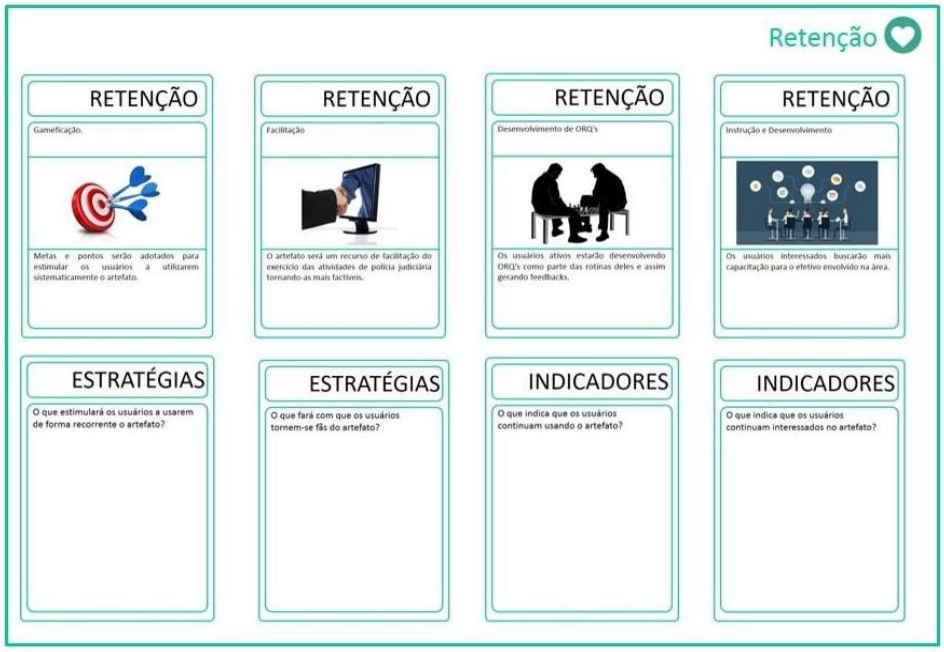


Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Retenção (Figura 13): iniciativas de incentivo ao uso contínuo (gamificação, estabelecimento de metas e pontos).

FIGURA 13

Deck Retenção



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Monetização (Figura 14): enfatizou-se a geração de economias indiretas (melhor aproveitamento de mão de obra e recursos materiais) e a possibilidade de parcerias com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

FIGURA 14

Deck Monetização



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

- Deck Validação (Figura 15): 16 especialistas responderam a enquetes envolvendo critérios como funcionalidade, estética, aspectos cognitivos, simbólicos, sociais e motivacionais. A maior parte das avaliações foi positiva, destacando-se o entusiasmo dos usuários com o artefato.

FIGURA 15

Deck Validação



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

APLICAÇÃO DA FERRAMENTA BÚSSOLA

A ferramenta Bússola foi aplicada de modo complementar, com foco na etapa de Configuração (Função do Artefato). A dinâmica compreendeu cinco etapas:

- Listagem: Identificação de todos os requisitos que podem gerar riscos e vulnerabilidades em uma ORQ (ex.: informações iniciais, características dos alvos, documentação essencial, ações a executar, equipes envolvidas e meios materiais).

- Organização: Agrupamento e explicação dos requisitos por funcionalidade e relevância, destacando aqueles que demandam maior atenção (ex.: grau de periculosidade dos alvos, necessidade de coordenação interestadual, entre outros).

- Escala Likert: Avaliação do grau de importância de cada requisito na geração de riscos e vulnerabilidades. A maioria dos itens recebeu pontuação superior a 3, indicando alta relevância.

- Tabela GUT (Gravidade, Urgência, Tendência): Definição de prioridades a partir de uma matriz de priorização. Itens considerados críticos foram aqueles associados a contexto operacional (endereço e foto dos alvos, interceptação telefônica, definição do local de *briefing*, autorização do Chefe de Polícia etc.).

- Cruzamento Likert-GUT: Identificação de um conjunto de requisitos prioritários que compuseram uma "*guideline*" mínima para o desenvolvimento e execução de uma ORQ. Essa *guideline* contempla, por exemplo, o motivo gerador da investigação, o grau de periculosidade dos alvos, a ficha de cada alvo e a presença de ações devidamente coordenadas entre diferentes órgãos.

DISCUSSÃO

A integração entre Design Thinking Canvas e ferramenta Bússola no planejamento das ORQs trouxe diversos benefícios, como:

- Otimização de processos: a identificação clara da sequência de protocolos reduziu desperdícios de tempo e recursos, evitando, por exemplo, contratações ou ações táticas precipitadas;

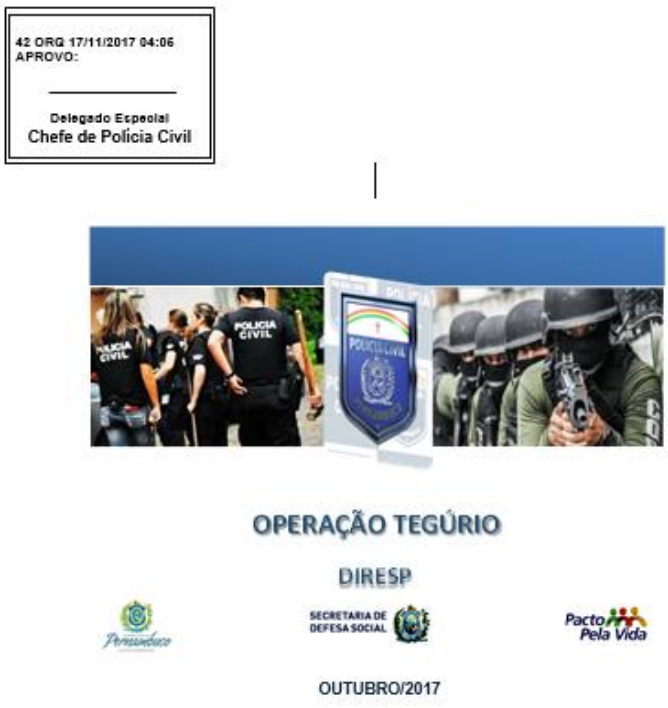
- Melhoria na tomada de decisão: o enfoque metodológico garantiu que cada etapa (desde a reunião inicial com a Chefia de Polícia até a análise pós-operação) seguisse um roteiro validado em experimentos práticos e heurísticos;

- Padronização documental: foram criados ou adaptados documentos – por exemplo, Plano Operacional (Figura 16), Pasta de Alvo (Figura 17), Quadro de Acompanhamento Geral de forma uniforme (Figura 18) –, favorecendo a comunicação entre diferentes equipes;

- Aumento de segurança: A análise de riscos e vulnerabilidades indicou pontos críticos antes desvalorizados, fortalecendo a proteção dos profissionais envolvidos e da própria comunidade.

FIGURA 16

Exemplo de parte do documento "Plano Operacional"



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

FIGURA 17

Exemplo de parte do documento "Pasta de Alvo"



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

FIGURA 18

Exemplo de parte do documento "Quadro de Acompanhamento Geral"



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Essa abordagem também demonstrou flexibilidade ao lidar com situações específicas, como alvos em outros estados ou a necessidade de equipes especializadas (apoio aéreo, k-9, cerco). Ao alinhar informações de inteligência com a investigação tradicional, evitaram-se redundâncias e falhas decorrentes de dubiedades ou *gaps* informacionais.

CONCLUSÃO

O projeto, ao ser implantado, tende a tornar-se um procedimento indispensável no combate à criminalidade, pois trata diretamente do recurso mais precioso e insubstituível: a vida humana. É passível de aplicação em vários segmentos relacionados à atividade de segurança pública, uma vez que otimiza a aplicação de recursos e aumenta a eficácia das ações policiais, nas quais os erros são inadmissíveis e o nível de co-

brança é o mais alto possível. A gestão da segurança pública não permite o desperdício de oportunidades. O aproveitamento de recursos pode ser melhorado através de análise de incidência criminal e protocolos procedimentais.

Chega uma hora em que se tem que partir para a ação, porém, não se deve cortar caminhos. Pautando-se nesse norte, foi trabalhada a metodologia Design Thinking Canvas, conjuntamente com a ferramenta Bússola, na busca pelo aprimoramento do fazer *design* e, consequentemente, no fazer segurança pública. A pesquisa desenvolvida possibilitou um reforço positivo na maneira de fazer *design*.

O *design* desponta através da aplicação de seus princípios à gestão de segurança pública como sendo fator de aprimoramento procedimental, consolidando um avanço na metodologia utilizada nas Operações de Repressão Qualificada.

A atuação do *designer* de segurança pública demonstrou ser de extrema valia para a correta gestão de protocolos e, consequentemente, para uma intervenção mais adequada, aprimorando o fazer segurança pública e tornando-o mais eficaz. Foi possível reforçar o aspecto multidisciplinar do *design* ao aplicá-lo a uma área tão ímpar como é a de gestão de protocolos de segurança pública.

Além do que, com a metodologia proposta, há um fortalecimento para o *designer* no tocante ao processo de criação e desenvolvimento de protocolos voltados para a atividade de gestão de segurança pública, facilitando e reforçando o desenvolvimento dessa área de atuação e aumentando o nível de segurança das atividades desenvolvidas pelos profissionais da área em questão.

É desafiador trabalhar sob os olhos do *design* com a temática gestão de protocolos de segurança pública, pois é uma área de confluência onde dificilmente se encontram trabalhos realizados. Essa foi a principal dificuldade encontrada, que não está lastreada na maneira como essa aplicação deveria ser feita, mas na forma de trilhar um caminho tão infimamente explorado e carente de mapas que pudessem nortear uma exploração mais aprofundada.

Questões relevantes necessitam de desdobramentos posteriores devido à dinamicidade do tema trabalhado, podendo vir a compor pesquisas diferenciadas, acarretando importantes modificações procedimentais na atividade de segurança pública. Sugere-se, para o desenvolvimento de pesquisas futuras, que sejam trabalhados aspectos como:

- O desenvolvimento de App voltado para fornecer um suporte à gestão de Operações de Repressão Qualificada;
- O estabelecimento periódico de cursos de capacitação em gestão de Operações de Repressão Qualificada;
- O desenvolvimento de um Manual de Gestão de Planejamento Operacional Avançado para Operações de Repressão Qualificada;
- A expansão do estudo de caso realizando aplicações e comparativos com instituições de segurança pública em outros estados e até mesmo países, possibilitando testar a metodologia em ambientes com experiências diferenciadas;

- O entendimento da relação entre o volume de trabalho da Polícia Civil no tocante à quantidade de prisões efetuadas, quer seja em ORQs ou não, e à disposição estatística da criminalidade, podendo ser sobreposta comparativa e espacialmente com a distribuição do ambiente operacional das ações policiais.

O processo de utilização do Design Thinking Canvas conjuntamente com a ferramenta Bússola, aplicado à gestão de protocolos de segurança pública, serviu para desenvolver e consolidar a metodologia de desenvolvimento das ORQs.

É possível extrair deste projeto um manual de gestão de planejamento operacional avançado para ORQs. Não foi encontrada nenhuma metodologia de *design* aplicada no melhoramento da gestão de segurança pública no que tange ORQs e planejamento operacional avançado. O projeto possibilitou um avanço através do *design* no fazer segurança pública, saindo do empirismo e estabelecendo parâmetros procedimentais comprovadamente eficazes. Restou demonstrada a versatilidade do *design* quanto ao melhoramento de interfaces humanas, facilitando o trabalho desenvolvido por profissionais que atuam na segurança pública, dando vazão à força da multidisciplinaridade do *design*.

REFERÊNCIAS

CROWE, Thimoty; ZAHM, Diane. Crime Prevention Through Environmental Design. **Land Development**, p. 22-27, 1994.

DAVIES, Toby; FRY, Hanna; WILSON, Alan; BISHOP, Steven. A mathematical model of the London riots and their policing. **Scientific Reports**, v. 3, 2013. DOI: https://doi.org/10.1038/srep01303.

DE JONG, Joop. A public health framework to translate risk factors related to political violence and war into multi-level preventive interventions.

Social Science and Medicine, v. 70, n. 1, p. 71-79, 2010. DOI: https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2009.09.044.

DIXON, John; KOUZMIN, Alexander; KORAC-KAKABADSE, Nada. Managerialism – something old, something borrowed, little new. **International Journal of Public Sector Management**, v. 11, n. 2/3, p. 164-187, 1998. DOI: https://doi.org/10.1108/09513559810216483.

ECK, John; LEE, YongJei; SOOHYUN, O.; MARTINEZ, Natalie. Compared to what? Estimating the relative concentration of crime at places using systematic and other reviews. **Crime Science**, v. 6, n. 8, 2017. DOI: https://doi.org/10.1186/s40163-017-0070-4.

ETERNO, John; SILVERMAN, Eli. **The Crime Numbers Game**: management by manipulation. Boca Raton, FL: CRC Press, 2012.

FARRELL, Graham; HODGKINSON, Tarah; ANDRESEN, Martin. Homicide in Canada and the crime drop. **Crime Science**, v. 7, 2018. DOI: https://doi.org/10.1186/s40163-017-0076-y.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. São Paulo: FBSP, 2016.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. São Paulo: FBSP, 2017.

GRAY, Andrew; JENKINS, Bill. From public administration to public management: reassessing a revolution. **Public Administration**, v. 73, p. 75-99, 1995. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1995.tb00818.x.

GROTE, Gudela. Safety management in different high-risk domains – All the same?. **Safety Science**, v. 50, n. 10, p. 1983-1992, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ssci.2011.07.017.

HOOD, Christopher. A public management for all seasons?. **Public Administration**, v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x.

KLINK, Amyr. **Não há tempo a perder**: em depoimento a Isa Pessoa. Rio de janeiro: Foz /Tordesilhas, 2016.

KUANG, Da; BRANTINGHAM, Jeffrey; BERTOZZI, Andrea. Crime Topic Modeling. **Crime Science**, v. 6, n. 12, 2017. DOI: https://doi.org/10.1186/s40163-017-0074-0.

MANN, Monique. New public management and the 'business' of policing organised crime in Australia. **Criminology & Criminal Justice**, v. 17. n. 4, p. 382-400, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177/1748895816671384.

CALADO, Felipe Matheus; MILANO, Farley; NEVES, André; SÓTER, Clarissa Menezes de Azevedo. Design Thinking Canvas methodology: using canvas with cards to innovative artifact design. *In*: DUARTE, Emília; DUARTE, Carlos; RODRIGUES, Fernando Carvalho (Orgs.). **Design Doctoral Conference'16**: TRANSversality – Proceedings of the DDC 3rd Conference. 1. ed. Lisboa: Edições Iade, v. 1, 2016, p. 50-57.

NOORDEGRAAF, Mirko; ABMA, Tineke. Management by measurement? Public management practices amidst ambiguity. **Public Administration**, v. 81, n. 4, p. 853-871, 2003. DOI: https://doi.org/10.1111/j.0033-3298.2003.00374.x.

OLSEN, Odd Eirnar; KRUKE, Bjørk Ivar; HOVDEN, Jan. Societal safety: concept, borders and dilemmas. **Journal of Contingencies and Crisis Management**, v. 15, n. 2, p. 69-79, 2007. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1468-5973.2007.00509.x.

OSTERWALDER, Alexander. **Business Model Generation** – Inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. 300p.

OUIMET, Marc. Crime in Canada and the United States: a comparative analysis. **Canadian Review of Sociology and Anthropology**, v. 36, n. 3, p. 389-408, 1999. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1755-618X.1999.tb00581.x.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. Lei Nº 15.026, de 20 de junho de 2013. Altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências. Recife: **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, ano 90, n. 116, p. 5, 21 jun. 2013.

PERNAMBUCO. Decreto nº 30.847, de 1º de outubro de 2007. Regulamenta a Lei nº 13.241, de 29 de maio de 2007, que cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco - SEINSP, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco: Poder Executivo**, Recife, 2 out. 2007, p. 13, col. 1. Disponível em: Alepe Legis. Acesso em: 15 set. 2026.

PERNAMBUCO. Polícia Militar de Pernambuco. Portaria Gab/SDS Nº 3168, de 25 de novembro de 2011. Disciplina os parâmetros para a concessão da assessoria de inteligência às investigações que possam desencadear Operações de Repressão Qualificada (ORQ). Recife: **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, ano 88, n. 226, p. 10, 29 nov. 2011.

RACZKOWISK, Konrad (Ed.). **Risk Management in Public Administration**. Warsaw, Polônia: Palgrave Macmillan, 2017.

TILLEY, Nick; TSELONI, Andromachi; FARRELL, Graham. Income disparities of burglary risk and security availability over time. **The British Journal of Criminology**, v. 51, n. 2, p. 296-313, 2011. DOI: https://doi.org/10.1093/bjc/azr010.

TSELONI, Andromachi; FARRELL, Graham; THOMPSON, Rebecca; EVANS, Emily; TILLEY, Nick. Domestic burglary drop and the security hypothesis. **Crime Science**, v. 6, n. 3, 2017. DOI: https://doi.org/10.1186/s40163-017-0064-2.

ZAHM, Diane. Learning, translating, and implementing CPTED. **Journal of Architectural and Planning Research**, v. 22, n. 4, p. 284-293, 2015.

ZIMRING, Franklin. The necessity and value of transnational comparative study: some preaching from a recent convert. **Criminology and Public Policy**, v. 5, n. 4, p. 615-622, 2006. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2006.00407.x.

Inovação em segurança pública: integração do Design Thinking Canvas e da ferramenta "Bússola" para mitigação de riscos e vulnerabilidades

Sérgio Ximenes da Silva, Walter Franklin Marques Correia e João Marcelo Xavier Natario Teixeira

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

"TORTURA COMO *MODUS OPERANDI*": A GESTÃO DO TERROR EM UMA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

KAYAH NICHOLAS DE SOUZA

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (EGC/TCM-SP). Atualmente, cursa o mestrado em Antropologia Social na USP. Atua na Procuradoria Geral do Município de São Paulo desde 2023, onde lidera o Hub de Inovação da Coordenadoria de Inovação Tecnológica (CIT/PGM-SP).

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

E-mail: kayahnicholas@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5466-5903

Agradecimentos: Este ensaio nasceu de um trabalho de conclusão de curso e deve muito a três encontros ao longo desse percurso. Agradeço ao Prof. Dr. Luis Morimatsu Lourenço (EGC/TCM-SP), que prontamente se dispôs a me orientar e abriu espaço para uma perspectiva antropológica sobre o direito em um contexto onde ela não era esperada; à Profa. Dra. Carolina Parreiras (PPGAS/USP), que me apresentou à obra de Veena Das e, com ela, a um modo de olhar que reorganizou o que eu conseguia ver nos dados; e à Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (PPGAS/USP), cuja leitura atenta e generosa ofereceu caminhos férteis para que o trabalho chegasse à sua melhor forma.

RESUMO

Este estudo propõe uma análise crítica do sistema prisional do Rio Grande do Norte sob uma perspectiva antropológica, destacando a "magia do Estado", conceito apropriado da antropóloga Veena Das, na perpetuação da violência. Partindo de um caso em particular, o da Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz), o ensaio vale-se da bricolagem como método de investigação. O corpus é composto por dados qualitativos — a saber, textos normativos, relatórios institucionais e registros jornalísticos e audiovisuais —, mobilizados com o propósito de identificar aspectos da ambivalência estatal diante do sistema penitenciário, que oscila entre uma presença opressora e uma ausência negligente. O trabalho propõe-se a responder, à luz da antropologia do direito e da violência, a seguinte questão: quais os mecanismos mobilizados pelo Estado para conduzir a gestão do terror no sistema penitenciário? Os resultados sugerem que a gestão posterior à Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária deslocou o eixo da execução penal da ressocialização para a contenção, o que se manifesta tanto no aparato normativo quanto nas práticas cotidianas de castigo relatadas por órgãos de inspeção. Deste modo, é atribuído ao próprio sistema penitenciário — e não mais à vida e ao bem-estar de pessoas custodiadas — o estatuto de principal bem jurídico a ser protegido pelo Estado. Conclui-se que, sob a prerrogativa de conter a violência, o Estado articula sua própria, permitindo que o terror opere como um mecanismo de gestão.

Palavras-chave: Sistema penitenciário. Tortura institucional. Violência estatal. Gestão. Execução penal.

"*TORTURE AS A MODUS OPERANDI*": THE MANAGEMENT OF TERROR IN A PENITENTIARY INSTITUTION OF THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE (BRAZIL)

ABSTRACT

The following study proposes a critical analysis of the prison system of Rio Grande do Norte from an anthropological perspective, highlighting the "magic of the State", a concept appropriated from the anthropologist Veena Das, in the perpetuation of violence. Departing from a particular case, that of the Dr. Francisco Nogueira Fernandes State Penitentiary (Alcaçuz), the essay draws on bricolage as a method of investigation. The corpus consists of qualitative data — namely, normative texts, institutional reports, and journalistic and audiovisual records — mobilised in order to identify aspects of the State's ambivalence towards the penitentiary system, which oscillates between an oppressive presence and a negligent absence. In the light of the anthropology of law and of violence, the study sets out to answer the following question: which mechanisms are mobilised by the State in order to conduct the management of terror within the penitentiary system? The findings suggest that the administration that followed the Penitentiary Intervention Task Force shifted the axis of penal enforcement from rehabilitation to containment, which is manifest both in the normative apparatus and in the everyday practices of punishment reported by inspection bodies. In this way, it is the penitentiary system itself — and no longer the life and well-being of incarcerated persons — that is granted the status of the principal legal good to be protected by the State. The study concludes that, under the prerogative of containing violence, the State articulates its own, allowing terror to operate as a mechanism of management.
Keywords: Brazilian penitentiary system. Institutional torture. State violence. Management. Correctional rehabilitation.

Data de recebimento: 17/01/2025 **Data de aprovação:** 24/10/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2348

INTRODUÇÃO

A investigação que aqui flui busca caminhar, junto da Antropologia e das Políticas Públicas, em uma zona de desconforto. Propõe um olhar oscilante, entre o exploratório e o descritivo, sobre o modo como determinadas ações do Estado não só produzem o terror como atuam ativamente para sua manutenção e institucionalização. Particularmente, busca analisar, por meio de uma abordagem teórico-documental, o modo como a gestão posterior à Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) no Rio Grande do Norte permitiu a continuidade da instrumentalização da violência às margens do Estado. A pesquisa é direcionada pela seguinte questão: quais os mecanismos mobilizados pelo Estado para efetivamente conduzir a gestão do terror no sistema penitenciário?

A situação de miséria no sistema prisional brasileiro é amplamente reconhecida, seja por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF)[1], por relatórios de órgãos de controle e execução (Brasil, 2018, 2023), pela mídia (Mazda, 2017; BBC Brasil, 2017; Tavares; Carvalho, 2017 etc.), pela Academia (Mariath, 2008; Marques Jr.,

1 Como o julgamento da medida cautelar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, protocolada em 2015 e julgada em 2023, que declarou o "estado de coisas inconstitucional" no sistema carcerário brasileiro (STF, 2023). Por outro lado, os votos de diversos ministros na Ação Penal 470/2012 (STF, 2012) reconheceram a situação de miséria no sistema prisional, demonstrando que o STF percebe o problema desde antes da declaração de estado de coisas inconstitucional – trataremos deste caso no decorrer do texto.

2009; Chaves; Barros, 2020; Melo, 2023 etc.), ou mesmo pelo senso comum. Darcy Ribeiro poderia incluir esse dado em seu ensaio "Sobre o óbvio" (2013), dizendo: "é óbvio que o sistema prisional brasileiro produz o terror!" E trabalhamos mesmo com o óbvio: o terror no sistema prisional é narrado, visto e sentido, mas ainda aceito enquanto verdade unívoca de forma acrítica por muitos setores da sociedade. É neste cenário que a compreensão dos mecanismos para gestão do terror se apresenta como pertinente.

Partindo do terror, da *incerteza certa da tortura que alimenta a grande máquina da arbitrariedade do poder* (Taussig, 1997) enquanto potência analítica para a compreensão das ações do Estado, a investigação propõe uma bricolagem que orbita em torno de um caso particular. A saber, aquele da Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes – Alcaçuz (doravante, PEA), localizada na cidade de Nísia Floresta (RN). Em virtude do método, o olhar será expandido para imagens, documentos, relatórios, textos normativos, dentre outras tecnologias que marcam a ação do Estado e de seus agentes.

Há vários caminhos para compreendermos a bricolagem. Consideremos aquilo dito por Lévi-Strauss (2008, p. 32), que concebe esta técnica como uma prática "auxiliada por um repertório cuja composição é heteróclita e que, mesmo sendo extenso, permanece limitado; entretanto, é necessário que o utilize, qualquer que seja a tarefa proposta". A bricolagem adotada aqui não se limita à coleta de materiais diversos, mas envolve um processo ativo de reorganização e ressignificação dos elementos empíricos, em um constante deslocamento entre o que se mostra e o que se oculta, o que se normatiza e o que se pratica. Lévi-Strauss (2008, p. 32) nos lembra que o *bricoleur* trabalha com um repertório heterogêneo e limitado, mobilizando cada fragmento não pelo que ele é em si, mas pelo que pode se tornar quando recontextualizado.

Diante de fontes heteróclitas, os dados são definidos por sua instrumentalidade, recolhidos em função do princípio de que "isso sempre pode servir". Seus usos, contudo, permanecerão constantemente incertos. Cada fragmento poderá assumir um novo significado quando (re)posicionado em uma montagem: uma colcha de retalhos de extensão imprecisa, onde a cada pedaço costurado, um outro tornou-se possível. A seleção dos dados foi guiada pela capacidade de cada material de revelar os mecanismos que sustentam a produção do terror no cárcere potiguar. O *corpus* empírico foi organizado em três categorias principais: 1. Textos normativos, como portarias, resoluções e leis estaduais (particularmente do RN), nacionais e federais; 2. Relatórios institucionais, como relatórios de auditoria, de inspeção e de gestão, produzidos por instituições do Estado; e 3. Registros audiovisuais e jornalísticos, como imagens capturadas em períodos de crise, entrevistas jornalísticas com agentes públicos e narrativas midiáticas sobre a violência no cárcere.

A triangulação dos dados buscou cruzar as narrativas institucionais, os registros visuais e narrativos e os textos normativos, para revelar as zonas de dissonância entre o que se diz, o que se faz e o que é percebido no sistema prisional. Essa articulação permitiu contrastar os discursos do Estado com as práticas de seus agentes (como as normativas formais muitas vezes coexistem com mecanismos informais de tortura e controle) e identificar padrões narrativos e estruturais na gestão da violência (como a tortura se torna um dispositivo administrativo, normalizado na gestão carcerária).

Seguindo o percurso traçado por Das (2020), a investigação se debruça sobre a noção de magia do Estado, que evidencia como sua presença é simultaneamente racional e espectral. O Estado opera em uma oscilação entre sua força burocrática e uma dimensão mágica que torna suas práticas eficazes mesmo quando incompletas. No caso em tela, essa "magia" se revela no controle de corpos, no uso de normas suspensas no bojo da lei que abrem espaço para imposição do terror como estratégia de gestão nas margens do Estado. Das e Poole (2004) concebem as margens como territórios nos quais o Estado constantemente

reformula seus modos de ordenação e normatização. Elas são o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina, que produzem tramas de opacidade na dimensão racional-burocrática do Estado, tornando-o presente por expressões que fogem da lógica inscrita em suas fontes oficiais. Assim, abre-se espaço para que diferentes atores negociem a aplicação da lei e, em especial, seus dispositivos de punição.

Das (2020, p. 220) elenca quatro premissas para compreendermos a magia do Estado: 1. Ela tem consequências que são reais; 2. Suas forças executoras não são transparentes; 3. Suas práticas estão estreitamente alinhadas às forças de perigo devido à combinação de obscuridade e poder; e 4. O comprometimento dos sujeitos com essa magia implica colocar-se em uma posição de vulnerabilidade. Como entidade racional, o Estado está presente na estrutura de regras e regulamentos, mas suas qualidades mágicas são visíveis na presença misteriosa que alcança a vida, mesmo nos momentos onde a vida desafia o Estado.

A suspensão da racionalidade burocrática não conduz à ausência do Estado: ele está lá, ainda assim, e se inscreve no cotidiano de maneiras muitas vezes não enunciadas em discursos e documentos oficiais. Lembremos que democracias concebem seus próprios maquinários para tolerar o fato de que a tortura ocorre dentro de um aparato legal. Aqui, reforça-se uma das questões elencadas por Das (2022, p. 116, tradução livre): "por que somos menos assombrados pelo aparato de uma democracia que pratica a tortura sistemática do que pelo aparato de um estado totalitário?" Chaves e Barros (2020, p. 50) observam que a imposição direta e física do poder do Estado sobre a individualidade humana remonta às práticas típicas dos governos totalitários, nos quais a Constituição transforma-se em um mero texto de autoconfirmação de poder e força. Cabe-nos, portanto, identificar e refletir sobre os mecanismos mobilizados pelo Estado democrático, por meio de sua magia, para gestão do terror no sistema prisional.

Castro (1991) pontua a existência de formas sutis de violência no cárcere, constituídas por mecanismos e estratégias tanto para controle da massa carcerária por parte da equipe dirigente quanto para construção da experiência de dominação para as pessoas custodiadas. Godoi (2019) complementa essa perspectiva ao pontuar que, no cárcere, onde a tortura se apresenta de forma difusa e continuada, a violência revela um aspecto constitutivo das próprias condições de confinamento. Com isso, a prisão torna-se um território simultaneamente "acima da lei" (independente) e "fora da lei" (em desacordo). Foucault (2014) já nos alertava para o fato de que a execução penal pertence a um mecanismo razoavelmente autônomo, que controla os efeitos da punição no interior do aparelho que a produz. Com isso, a ação da prisão sobre os detentos se efetiva material e simbolicamente.

Por outro lado, estudos sobre a interpretação de categorias administrativas indicam que há uma ampla discricionariedade dos agentes executores das ações do Estado, reforçando a ideia de uma presença incompleta e constantemente atualizada à medida em que se manifesta. Marques Jr. (2009), ao discutir os limites da interpretação jurídica sobre a Lei de Execução Penal por promotores e juízes em Campinas (SP), observa que as interpretações selecionam as leis de acordo com a moldura social e doutrinária sobre determinada matéria. O ordenamento jurídico é estrategicamente recortado, o que permite a manutenção de condições de indignidade dentro dos cárceres. Epp, Maynard-Moody e Haider-Markel (2014), por outro lado, ao estudarem as abordagens policiais no trânsito, nos Estados Unidos, pontuam o modo como as práticas de diferenciação assumidas pelos agentes são frequentemente associadas a clivagens raciais. Em sua descida ao ordinário, nos instantes mais corriqueiros da vida cotidiana (cf. Das, 2020), os sentidos da – e mesmo as normas que regulam a – ação do Estado se reconfiguram ao transitar entre contextos. Nesse cenário, a investigação propõe compreender o modo como o Estado transforma sua incompletude em eficácia sob o signo da "gestão".

APONTAMENTOS SOBRE A GESTÃO RECENTE DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DR. FRANCISCO NOGUEIRA FERNANDES (ALCAÇUZ)

A história recente da PEA é marcada por massacres e rebeliões. Em 2015, ocorreu uma rebelião que deixou 60 pessoas mortas. Dois anos depois, outra rebelião ocorreu, resultando em 27 pessoas mortas. Estes não foram casos isolados, seja a nível regional, nacional ou global. Contudo, especialmente após a rebelião de 2017, houve uma particularidade no modo como o Estado tratou a situação de crise: uma política pública federal inédita foi instituída para a intervenção penitenciária, a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP).

Há fontes que relatam que, em ambas as rebeliões, as motivações orbitaram em torno da ineficácia da atuação do Estado, observada a crescente superlotação, a modificação restritiva das regras de visita e alimentação, dentre outros fatores. Em 2017, a equipe do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) (Brasil, 2018), realizou visitas de inspeção pouco tempo após a rebelião, desvelando "omissões diversas" – sobretudo à garantia ao direito à vida e a demais direitos das pessoas presas; prática de tortura; transferências irregulares; mortes e desaparecimentos de internos. Contudo, fontes jornalísticas (BBC Brasil, 2017; Mazda, 2017; Tavares; Carvalho, 2017) e oficiais (Araújo, 2018; Baltazar, 2023) caracterizaram a rebelião de outro modo. A saber, como um confronto em campo aberto entre duas facções rivais, resultando na perda de controle da administração penitenciária por parte do Estado. As justificativas para os massacres e as rebeliões não se anulam. Pelo contrário, se complementam ao revelar uma tessitura complexa que deu espaço ao evento. Melo e Rodrigues (2017) conceituam o massacre de 2017 como uma chacina protagonizada pelos próprios presos, porém construída e legitimada social e institucionalmente. A miséria prisional, assim como o modo como ela é gerida, criaram o contexto ideal para intensificar tensões entre coletivos prisionais rivais.

No mesmo ano, diante das crises que assolavam o sistema penitenciário potiguar, foi instituída a FTIP por meio da Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) n° 93/2017 (Brasil, 2017). Pioneira, esta política pública foi implementada inicialmente em penitenciárias das regiões norte e nordeste que passavam por períodos de rebelião – inclusive a PEA. O emprego da FTIP enquanto política pública possui como condicionalidade a ocorrência de situações extraordinárias nos sistemas prisionais estaduais. De acordo com Rottava (2020), a FTIP surgiu com o propósito de restabelecer a disciplina, a segurança e a vigilância penitenciária por meio do enfrentamento à violência e ao crime organizado que atua dentro dos estabelecimentos prisionais. Ao final das missões, "é esperado que a crise no sistema penitenciário estadual tenha sido controlada e que conhecimento e procedimentos tenham sido transferidos aos entes federados objetos de intervenção" (Brasil, 2022, p. 179).

Conforme auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) (Brasil, 2022), para além da retomada de controle, a FTIP deixa como legado procedimentos que visam elevar o nível de segurança das unidades. Contrariando Rottava (2020), que defende a eficácia dessa política pública, a mesma auditoria conclui que sua atuação para resolução de crises nos sistemas penitenciários estaduais possui uma eficácia momentânea. Para a CGU, o Departamento Penitenciário Nacional, instância central na gestão da FTIP, não apresentou evidências suficientes que comprovassem sua eficácia como medida perene para prevenção de crises. Segundo a auditoria, faltaram elementos mínimos de planejamento, como etapas da intervenção, metas, resultados esperados e mecanismos de monitoramento.

Em 2019, a FTIP ganhou ainda mais força com a Portaria MJSP n° 65/2019 (Brasil, 2019), passando a exercer atividades de inteligência policial. No mesmo ano, o Estado retomou o controle da administração da PEA,

sendo instituída uma Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), parte integrante da Administração Pública Estadual Direta. Conforme o parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar Estadual nº 649/2019, a SEAP surge do desdobramento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC) em duas outras secretarias. As demais competências da SEJUC foram absorvidas pela Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SMJIDH) (cf. Rio Grande do Norte, 2019).

A criação da SEAP representa uma tentativa de centralizar a gestão penitenciária no RN, mas suas práticas administrativas sugerem uma abordagem focada mais na manutenção da segurança do sistema penitenciário do que na ressocialização dos custodiados. As normativas que instituíram tanto a FTIP quanto a SEAP podem ser enquadradas naquilo que Mariath (2008, p. 106) denomina "legislação do pânico": o Estado passa a depositar todas as suas esperanças em normas penais, bem como a criar novos instrumentos e órgãos de controle da violência e da criminalidade, visando preencher lacunas geradas por sua "ausência secular", desarmonizando o ordenamento jurídico vigente, ou mesmo expandindo-o para as margens.

Das e Poole (2004) nos lembram que, nas margens, uma imagem diferente do bem comum é posta em jogo: são territórios onde o Estado é continuamente formado nos interstícios da vida cotidiana. Nestes territórios, as figuras locais de autoridade (como os policiais penais) representam tanto formas altamente particularizadas de poder privado como a autoridade supostamente impessoal do Estado. Nesse cenário, a complexidade do cotidiano flexiona noções de justiça com diferentes tipos de imaginários, diversos daqueles disponíveis nas representações oficiais de justiça e direito.

Em 2022, a SEAP publicou o relatório de gestão do período entre 2019 e 2022 sob o título "Sistema Prisional do Rio Grande do Norte (2019 a 2022): Uma mudança de paradigma" (Rio Grande do Norte, 2022). Logo nas primeiras páginas, é enunciado que o documento traz mais do que uma "exposição de procedimentos e medidas adotadas na busca de prestar serviços públicos de qualidade": ele traz "uma verdadeira mudança de paradigma no sistema prisional do Rio Grande do Norte" (Rio Grande do Norte, 2022, p. 11-12). Henrique Baltazar, juiz de execução penal e corregedor da PEA, em entrevista ao programa de televisão "Fantástico" em 2023, fez coro com esse discurso. Ao tratar das mudanças na instituição desde as rebeliões de 2017, disse que "o Estado distribuía a alimentação e a facção decidia se o preso receberia ou não. Era tudo controlado pela facção, hoje é controlado pelo Estado" (Baltazar, 2023, 6 min 22 s – 6 min 28 s). Interessa notar que, em 2023, o Juízo[2] da Vara de Execuções Penais estava há quase dois anos sem visitar a PEA, sendo a atividade de fiscalização de instituições penitenciárias pelo Poder Judiciário estabelecida no inciso VII, art. 66, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal). "Art. 66. Compete ao Juiz da execução: [...] VII – inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;" (Brasil, 1984).

A investigação realizada pelo MNPCT (Brasil, 2023) verificou que as inspeções são realizadas por meio de um formulário, preenchido por agentes públicos lotados nas unidades carcerárias. Ao final da investigação, o órgão recebeu cinco relatórios de inspeções produzidos pelo Juízo da Vara de Execuções Penais, com dados equivocados e que negavam as violações de direitos já observadas por diversas instâncias.

> Junto com o despacho do DMF/CNJ [Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho

2 Apesar de sutil, há uma distinção que merece esclarecimento: o juiz é a pessoa física que exerce a atribuição estatal de dizer o direito, enquanto o juízo é o próprio tribunal, quer considerado como órgão julgador ou fiscalizador, quer tido como estrutura de decisão (cf. Costa, 2018).

> Nacional de Justiça], foi enviado ao MNPCT cinco relatórios de inspeções produzidos recentemente pelo Juízo da VEP/TJRN [Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte], [...] Ao analisarmos alguns relatórios, verificamos dados equivocados, justamente na Unidade Prisional de Alcaçuz, onde o relatório informa por exemplo, que da lotação atual na unidade, 1.870 pessoas presas, todas são indígenas. E que durante as inspeções "não recebi queixas de maus-tratos aos internos" (Brasil, 2023, p. 23).

A ausência do Poder Judiciário se fez presente, inclusive, durante os dias de conflito em 2017. Melo e Rodrigues (2017, p. 53), em sua etnografia sobre as famílias que viveram o massacre de parentes na PEA, relatam que nos primeiros dez dias de conflito não houve a presença "de qualquer advogado representando a OAB, tampouco da Defensoria Pública, de membro do Ministério Público ou mesmo do Judiciário".

Há uma simultaneidade entre presenças e ausências. A partir do Relatório de Inspeções (Brasil, 2023), percebe-se que o Estado se manifesta no cotidiano da PEA por meio da ação de 60 policiais penais. Às vezes, por meio de defensores públicos e promotores de justiça. Com mais frequência, se manifesta por meio de um enfermeiro e um psiquiatra, ou membros de comitês e conselhos voltados à garantia dos Direitos Humanos. Em meio a essas presenças oscilantes, o Estado não se manifesta por meio do juízo fiscalizador – ou mesmo julgador, visto que há processos que ainda carecem de encaminhamentos. A equipe do MNPCT relata que, para muitos detentos, "mesmo alcançando o tempo de obter o benefício do direito à progressão de regime de pena, ou até livramento condicional, [...] o Juízo da VEP [Vara de Execução Penal] vem negando a concessão de tal benefício, e prorrogando o tempo no regime fechado por mais de dois anos" (Brasil, 2023, p. 19).

Quando o Estado se torna presente, é por meio de uma presença incompleta, ou complementada por agentes que atuam nas margens. A questão, portanto, não é se o Estado protege as pessoas presas nos termos da lei, mas como o Estado utiliza de suas próprias estruturas para conduzir a ausência de proteção.

"TORTURA COMO *MODUS OPERANDI*"[3], OU A PRODUÇÃO ESTATAL DO TERROR

Retomemos Benjamin (2013) em sua célebre crítica à violência. Tratando das implicações do direito de uso da violência, Benjamin pontua que, na mão de indivíduos, ela representa um perigo capaz de solapar a ordenação do direito: apenas aquela contrária aos fins de direito é condenada. Particularmente, a violência da instituição policial opera para fins de direito, mas com competência simultânea para ampliar o alcance desses fins. É, portanto, uma instituição que produz a lei à medida que a mantém. Taussig (2020, p. 2) nos esclarece esta passagem: Benjamin diz que a polícia ocupa um tipo de "terra de ninguém", indispensável à manutenção da lei. A "lei" da polícia é *independente* do restante da lei.

Um exemplo nítido dessa suspensão espectral da lei, entre tantos outros descritos pelo relatório do MNPCT (cf. Brasil, 2023), é o regulamento do acesso à água pelos custodiados na PEA. Três vezes ao dia, cada vez com duração de vinte a trinta minutos, há água. Nesse período, mesmo sem recipientes, as

3 A expressão "tortura como *modus operandi*" (que, inclusive, é parte do título deste ensaio) foi apropriada do Relatório de Inspeções elaborado pelo MNPCT (Brasil, 2023, p. 83, grifo dos autores), onde lê-se: "Alcaçuz apresenta um cenário conformado por camadas de violações de direitos e práticas de tortura como *modus operandi* da unidade. São várias as engrenagens que constroem a privação de liberdade desta unidade de forma torturante".

pessoas precisam se hidratar, tomar um banho, limpar as roupas e as celas. Em uma "cela de castigo", pessoas possuíam apenas garrafas vazias de xampu para armazenar água. Quando questionados sobre esse regulamento pelas peritas do MNPCT, os policiais penais afirmaram que isso era feito propositalmente a título de castigo (Brasil, 2023).

Rottava (2020, p. 173), em seu artigo sobre a institucionalização da FTIP, pontua que o desenvolvimento de políticas públicas é fundamental para a execução da pena, pois atende aos objetivos da ressocialização. Ele diferencia três esferas para possíveis soluções: "a estatal, a criminal e a penitenciária". Ao propor soluções práticas, apenas a primeira esfera é posta em cena, deixando o questionamento: o que diferencia a esfera estatal das esferas criminal e penitenciária? A distância entre o Estado e o sistema penitenciário também se manifesta no Judiciário, que assume uma posição ambígua diante do estado de coisas do sistema prisional.

O Ministro Celso de Mello, em voto na Ação Penal 470/2012, relata que a prática da Lei de Execução Penal tornou-se um exercício quase irresponsável de ficção jurídica. "O Estado, em sua expressão institucional, mantém-se desinteressado na implementação das sanções penais proclamadas pelo Judiciário" (STF, 2012, 2 h 21 min 15 s – 2 h 22 min 6 s). Se a prática da LEP pelo Judiciário – que também é uma expressão institucional do Estado – tornou-se uma ficção jurídica, que sanções deveriam ser implementadas? Como e por quem, já que mesmo o Judiciário é capaz de ficcionalizar a Lei de Execução Penal? Afinal, seria a implementação de políticas públicas a saída messiânica para a situação?

De acordo com Das (2022), as ficções jurídicas são dispositivos para ocultar o fato de que uma decisão judicial não está totalmente de acordo com a lei – e, portanto, que os juízes não só interpretam a lei, mas também a fazem. Pode-se, então, pensar nas ficções jurídicas não em oposição à sua verdade, mas antes como uma espécie de duplo que se esconde na linguagem factual, mas deixa sinais reveladores. Nesse jogo de responsabilidades e competências, em meio a instâncias produtoras da lei e distantes de um "grande Estado", os sentidos da instituição são postos em xeque. Observa-se, em alguns textos normativos, que o legislador optou por delimitar o próprio sistema penitenciário como o bem a ser protegido, e não os sujeitos que ocupam esse espaço: as razões de ser e os sentidos mais amplos da instituição são deslocados para uma outra unidade semântica, revelando a face mágica do Estado.

Essa face mágica não carece de uma lógica interna. Pelo contrário, atende a interesses que, apesar de contrários à lei, são ancorados em sentidos de maior abrangência – como aqueles que atribuem à pena a função de restringir outros direitos que não a liberdade. Lemgruber, Cano e Musumeci (2017) apontam que a cultura punitivista no Brasil, operando sob o mote "bandido bom é bandido morto", é marcada pela resistência à imposição de limites ao poder punitivo do Estado. Direitos e garantias são frequentemente vistos como obstáculos à eficiência repressiva, o que legitima o uso da força como principal meio de resolução de conflitos, inclusive no sistema prisional.

A Portaria GS/SEAP n° 176/2023 nos aproxima da ideia de um sistema voltado para si. Este texto normativo foi responsável por criar o Conselho Superior da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte, órgão auxiliar voltado para o assessoramento de "questões estratégicas de alta relevância". Em um cenário de evidente sofrimento por parte das pessoas impactadas pela administração penitenciária, soa adequado examinar o que podem vir a ser tais questões. O art. 3° da Portaria delimita as competências do Conselho, que é responsável por opinar, propor e analisar ações estratégicas voltadas à modernização e à eficiência da Polícia Penal. Suas competências incluem: colaborar com o planejamento estratégico, sugerir melhorias técnicas, avaliar prerrogativas e ética profissional, revisar o orçamento anual e analisar propostas de expansão de recursos humanos e infraestrutura, dentre outras atividades (Rio Grande do Norte, 2023).

Dos seus membros, a maioria ocupa uma posição de chefia em unidades administrativas e executivas vinculadas direta ou indiretamente às atividades de polícia[4]. Qualquer ação destinada à garantia dos direitos e da ressocialização de pessoas custodiadas só poderia ser incluída com centralidade em pautas do Conselho em situações excepcionais. Isto, em conformidade com o inciso VII, art. 3° da referida portaria, que elenca como atribuição do Conselho "opinar sobre as demais matérias que lhe forem submetidas pelo Secretário de Estado da SEAP". Dentre as demais competências, a discussão sobre os direitos e a situação do cárcere para pessoas custodiadas poderia ser tratada apenas tangencialmente (Rio Grande do Norte, 2023). O que está na ordem do dia é a eficiência da instituição para atingir seus fins. Na PEA, mesmo as oportunidades de trabalho ofertadas às pessoas custodiadas – elemento fundamental para o processo de ressocialização – se reduzem a atividades baseadas no interesse de manter a unidade limpa e funcionando. O rol de funções possíveis aos detentos compreende a entrega de alimentação, limpeza, costura e manutenções em geral na unidade (Brasil, 2023). Quanto à utilidade do trabalho penal, Foucault (2014, p. 236-237) nos recorda que seu objetivo não é o lucro, tampouco a formação de uma habilidade útil: é a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia. Na PEA, o trabalho opera como um ajustamento dos sujeitos ao aparelho central de produção da pena – a prisão.

Em se tratando do sistema penitenciário brasileiro, uma "polícia" que existe para administrar, proteger e desenvolver a própria polícia não é novidade. Consideremos a figura do policial penal, principal carreira pública em espaços deliberativos, decisivos e executórios do sistema penitenciário potiguar. Mariath (2008), tratando da implementação da polícia penal, pontua que a garantia da integridade física dos funcionários ou terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, com o sistema penitenciário é realizada pelo Estado da mesma forma que ocorre em relação aos policiais civis, federais e militares – ou seja, seria juridicamente inviável uma "polícia" protegendo outra "polícia". Mas cá estamos, com uma nova polícia que veio para garantir a integridade de uma instituição de Estado – o sistema penitenciário. Taussig (2020), em sua etnografia sobre o *New York Police Department* (NYPD), traz questões pertinentes para pensar o caso em tela: a lei pode depender de algo tão fluido e misterioso como o policiamento por meio da regressão infinita? Quem policia a polícia policiando a polícia?

É possível afirmar que, em certa medida, a gestão do terror parte da definição clara de agentes públicos para a condução eficiente de ações estratégicas para o Estado – e a tortura pode, sim, ser uma delas. O Relatório de Gestão SEAP/RN 2019-2022 (Rio Grande do Norte, 2022) oferece dados interessantes para se pensar o assunto. O documento possui uma quantidade expressiva de citações do primeiro Secretário de Administração Penitenciária, Pedro Florêncio, que é policial federal aposentado. Tais citações são conjugadas com frases bíblicas e "filosóficas" na introdução dos capítulos. Podemos compreendê-las como um entrelaçamento do posicionamento institucional diante da gestão decorrente de um período de crise com os valores morais que constituem a sensibilidade jurídica nacional – que associa os sentidos de justiça ao de punição e redenção, lógica que é direcionada para os "corpos dos condenados" (cf. Lima, 2010).

Com a gestão que sucedeu a atuação da FTIP – tida como uma renovação das estruturas e um rompimento de paradigmas – o Estado buscou, dentre outras ações, providenciar material bélico como uma das ações para "cuidar dos servidores e resgatar sua dignidade". Outra ação foi a capacitação de servidores em temas de interesse do sistema penitenciário estadual. Capacitações em Direitos Humanos foram men-

4 Conforme o art. 4º da Portaria GS/SEAP n° 176/2023, participam coordenadores, diretores ou chefes das seguintes unidades: Coordenadoria Executiva da Administração Penitenciária; Departamento de Inteligência Penitenciária; Academia de Polícia Penal; Unidade Instrumental de Administração Geral; Unidade Instrumental de Finanças e Planejamento; Comissão de Processo Administrativo Disciplinar; Departamento de Tecnologia da Informação; Departamento de Operações Táticas; Estabelecimentos Penais (Rio Grande do Norte, 2023).

cionadas apenas de modo passageiro, mas indicadas como recorrentes. Destaca-se que "os servidores da SEAP puderam participar de vários treinamentos de inteligência emocional, a exemplo do método CIS[5], que aplica ferramentas de *coaching*, comprovadamente importante para ajudar as pessoas a eliminarem obstáculos emocionais e crenças limitantes" (Rio Grande do Norte, 2022, p. 16, grifo próprio). O uso de técnicas de *coaching* parece também ser um legado da FTIP, já que parte das ações desta política pública envolviam a capacitação de servidores, marca que se manteve na gestão 2019-2022. Aguiar (2024), em sua etnografia do *coaching* em prisões, indica que projetos destinados a esse tema também são tratados como instrumentos voltados para o "cuidado com a saúde mental" dos operadores de segurança em outros estados que passaram por intervenção da FTIP, como Ceará e Roraima.

Embora o relatório proclame uma "mudança de paradigma", as práticas descritas pelo MNPCT – como o uso de armas em espaços confinados e a ausência de fiscalização judicial – reforçam uma lógica de gestão voltada à manutenção do terror, evidenciando a eficácia simbólica e material do Estado como operador de violência. Uma fala particular de Florêncio salta aos olhos: "a arma é a extensão do braço do policial" (Rio Grande do Norte, 2022, p. 14). A menção ocorre logo na descrição do primeiro pilar do sistema penitenciário potiguar – a saber, "Segurança e Controle do Estado". Outro ponto destacado pelo relatório é que "a Polícia Penal tinha o porte, mas não tinha arma" (Rio Grande do Norte, 2022, p. 14). Novamente, a centralidade dos agentes é evidente, além de uma espécie de devir-ciborgue de tais sujeitos. Um devir no qual o corpo – humano e com sua dignidade supostamente violada – torna-se pleno desde sua assimilação a determinadas tecnologias. Se a figura do policial evoca uma incorporação fantasmagórica da lei, como bem pontuou Benjamin (2013), Taussig (2020) e Das (2022), a própria lei carecia de um corpo pleno nos períodos de crise.

O corpo do agente é ressignificado, tornando-se um instrumento para a conceituação e garantia da ordem. Na PEA, mesmo os sons emitidos a partir da conjugação "policial-arma" evocam uma lei que não é escrita, mas inscrita nos corpos. Ao longo das entrevistas, as peritas do MNPCT relatam que policiais penais observavam à distância, mexendo em suas armas e gerando ruídos. Ao ouvirem esses sons, os detentos corriam e se colocavam em posição de "procedimento", o que costuma ser iniciado com um comando de voz do policial penal. Os custodiados são forçados a se sentar no chão, enfileirados, com as pernas cruzadas e as mãos atrás da cabeça. Qualquer movimento, som ou olhar é punido com "isolamento disciplinar" ou "correção" por meio de violências físicas com instrumentos diversos. Esses relatos evidenciam a lógica de punição que direciona a suspensão da racionalidade burocrática. O ruído se torna um dispositivo de controle, uma forma de dominação que depende mais da internalização do terror que da força física direta.

Aliás, o investimento em material bélico parece não ter sido desperdiçado no cotidiano dos agentes penais. As peritas do MNPCT, diante dos corpos dos custodiados, descrevem lesões físicas de várias ordens, inclusive por munição de elastômero. Relatam que no interior de uma cela, havia um cartucho deflagrado de "munição menos letal" não recomendada para espaços confinados (Brasil, 2023, p. 59). O Relatório de Gestão inclui essas armas ao listar as aquisições de material bélico. Além disso, menciona que, dentre as diversas capacitações ofertadas, várias incluíram "a forma de utilização de armas de fogo e de menor potencial ofensivo" (Rio Grande do Norte, 2022, p. 15). Opera uma lei repudiada pela doutrina e jurisprudência nacional, uma lei fugidia. Melo (2023, 23 min 20 s – 23 min 29 s), em uma conferência sobre pesquisa e

5 A sigla refere-se ao "Coach Integral Sistêmico", técnica desenvolvida pelo *coach* Paulo Vieira. De acordo com a carta proposta da empresa CIS Treinamento em Desenvolvimento Profissional (Ramos, 2024): "o Método CIS é um programa de Inteligência Emocional onde através dele você será capaz de transformar e produzir crenças que sustentem e alavanquem seus objetivos e metas potencializando sua melhor performance". A empresa proponente afirma que o curso "fundamenta-se na linguagem avançada para alterações de crenças utilizando da comunicação humana integrada como fator de reprogramação mental" (*sic*).

engajamento no sistema prisional, retoma a expressão "aos presos o rigor da lei" para dizer que, na PEA, mesmo os presos pedem o rigor da lei, já que a lei garante o direito de não serem torturados.

A coexistência entre uma burocracia eficaz para impor terror e ficções jurídicas que mascaram suas (in) competências revela a natureza paradoxal do Estado: simultaneamente, presente e ausente, racional e mágico. Contudo, aqui não estamos tratando das leis que proíbem a tortura. Há uma extensa lista de diplomas legais que poderiam ser mencionados para observarmos a ilegalidade das práticas violentas conduzidas na PEA (cf. Chaves; Barros, 2020). Interessa-nos a lei que se faz presente por meio de ruídos e munições, a lei que se inscreve nos corpos e no cotidiano. Retomemos uma fala de Luís Mauro Araújo, último secretário de Justiça e Cidadania do RN, em entrevista ao jornal "O Globo", realizada em 2018 – momento em que a FTIP ainda ocupava a PEA:

> Nós fizemos todo esse trabalho de reestruturação e domínio total do sistema. Ou seja, o Estado é quem manda. O Estado não reconhece facção. O Estado faz o seu trabalho sem negociar e sem aceitar qualquer intervenção de preso, ou qualquer solicitação de preso. Ou seja, a gente faz aquilo que está dentro da lei (Araújo, 2018, 1 min 3 s – 1 min 23 s).

A evocação do princípio constitucional da legalidade e da isonomia jurídica revela que as ações de repressão são legitimadas pela força da lei e corporificadas nos agentes. O "Estado" também é "a gente", e é o Estado quem manda e o faz sem negociação com presos. Nesse sentido, o Estado se fez presente precisamente onde sua ausência enquanto entidade governada por regras era mais evidente, onde a lei estava inoperante (cf. Das, 2020) – e assim, anunciando sua presença espectral.

Aqui, uma distinção é necessária: aquela entre presos faccionados e não-faccionados. Melo (2023) destaca que o sistema penitenciário não é homogêneo. A população carcerária não é constituída somente por pessoas vinculadas a facções. Entretanto, o Estado influencia no crescimento das facções ao permitir que pessoas não-faccionadas, presas por delitos de menor potencial ofensivo, sejam "adotadas" por uma facção – o que não é a regra. Com isso, percebemos que a equivalência semântica entre presos faccionados e não-faccionados, expressa no uso da palavra "preso" pelo Secretário à época, manifesta uma percepção equivocada que possui implicações práticas – como a desconsideração efetiva de quaisquer solicitações de detentos pela pressuposição de que interesses de facções seriam atendidos, mesmo se tais solicitações forem referentes a direitos previstos em lei (cf. Brasil, 2023).

Caldeira (1991) nos recorda que, em razão de sua condição limitada de cidadania, as pessoas presas encontram-se bastante restritas em sua capacidade de organizar, por si mesmas, movimentos em defesa de seus direitos. Essa fragilidade é agravada pela lógica punitivista que fundamenta a suspensão espectral do Estado. Como indicam Lemgruber, Cano e Musumeci (2017), essa lógica transforma os direitos humanos – que deveriam ser uma reivindicação democrática central – em "privilégios de bandidos". Dessa forma, a marginalização das pessoas presas, sejam elas faccionadas ou não, reflete, além da ambivalência do Estado, a negação sistemática de sua condição de cidadãos, perpetuando um ciclo de exclusão e violência.

CONCLUSÕES

Consideremos, a princípio e em um plano hipotético, duas pessoas que trabalham no serviço público. Cada uma escreveu um relatório distinto, um de gestão e outro, de inspeção. São pessoas vinculadas a setores

distintos, mas que respondem aos interesses do mesmo Estado – uma República Federativa constituída pela "união indissolúvel entre Estados, Municípios e Distrito Federal", conforme o art. 1° da Constituição Federal de 1988. Uma pessoa atua no nível estadual e responde à "Administração Penitenciária" e outra, no federal, respondendo aos "Direitos Humanos". Alguém assinou uma licitação para comprar material bélico, "cuidando" dos servidores de sua instituição. Esse material foi utilizado pelos mesmos servidores para violências contra outras pessoas. Alguém denunciou as marcas dessa violência, chamando-as de tortura e questionando aquela que comprou os materiais utilizados na violência, mas sem retorno concreto. Ambas falam em nome do Estado, mesmo que com fins distintos e desarticulados. O Estado se ausenta diante de si mesmo – aí encontra-se uma manifestação de sua própria magia. Com isso, em que Estado devemos confiar?

Diante da discussão, podemos compreender a PEA enquanto território onde formas de vida são destituídas de qualquer potência por vias administrativas, concretas e espectrais. Sob a prerrogativa de contenção à violência (e não mais de ressocialização, conforme previsto na Lei de Execução Penal), o Estado articula sua própria: a condição de sujeito é suspensa em nome da punição nos termos de uma lei não enunciada. A punição de uma pessoa imputada por algum crime (a violação de algum bem jurídico, material, imaterial ou ambiental), implica a transgressão legítima de direitos fundamentais garantidos pelo Estado por parte do mesmo Estado.

O Estado que tortura é o mesmo que avisa quando alguém está sendo torturado? Parece paradoxal, mas aí repousa a suspensão da racionalidade burocrática para que uma dimensão mágica tome forma e eficácia. A mesma unidade federativa – e a mesma secretaria de Estado, se considerarmos que a SEAP nasce da SEJUC – que adota a tortura como *modus operandi* "a nível de rua" também assume a garantia dos direitos humanos como compromisso institucional, conforme expresso no art. 3° do Regimento Interno Único dos Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Norte (Portaria GS-SEJUC n° 72/2011):

> Art. 3. O Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte adota os princípios contidos nas Regras Mínimas para Tratamento dos Reclusos e Recomendações pertinentes, formuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e respeita as diretrizes fixadas pela Lei 7.210/84 (Lei de Execuções Penais) e nas Recomendações Básicas para uma programação prisional editadas pelo Ministério da Justiça (Rio Grande do Norte, 2011).

Se a lei da polícia opera em nome do Estado, mas suas práticas independem das leis do próprio Estado, talvez seja necessário pensar em múltiplas dimensões da burocracia, nas quais a legalidade é constantemente reinterpretada. Vale lembrar que o MNPCT, na conclusão do relatório de inspeções, direciona recomendações a 18 instâncias distintas – da Presidência da República às diretorias das unidades prisionais –, demonstrando uma responsabilidade estatal amplamente compartilhada pelas práticas de violência (cf. Brasil, 2023, p. 139-153). Das (2022) lembra que a polícia possui um corpo disperso, que esconde realidades que funcionam de modo particular a depender do contexto. Tratamos de uma polícia que não se limita à atuação "a nível de rua", mas que está intimamente envolvida com a gestão e a manutenção de suas próprias instituições nos gabinetes do Estado. Sua existência é atravessada também por outros poderes – como o Judiciário que, ao ficcionalizar a Lei de Execução Penal, corrobora para a manutenção das situações indignas do cárcere e para a impunibilidade da violência estatal.

A gestão do terror parece consolidar-se em meio a diálogos secretos entre entes mágicos, que supõem-se plenamente racionais. Ao operar no sistema prisional, a magia do Estado não se reduz a uma suspensão plena da racionalidade burocrática, mas revela uma lógica oculta de vingança e punição. A tortura, longe

de um desvio irracional, parece constituir um mecanismo sistemático de controle, sustentado pela lógica do terror e pela violação reiterada dos direitos das pessoas presas. É aberto um caminho para o governo da razão, mas que está para além da razão – e, aqui, compartilha-se do desconforto de Taussig (2020) diante do terror: é um dado, absoluto de certa forma, onde a explicação cessa.

Desse modo, viu-se como a "magia do Estado" opera para transformar práticas arbitrárias em instrumentos de controle legitimados, evidenciando que o terror não é apenas uma falha, mas uma estratégia de gestão. A violência no cárcere, como discutido por Godoi (2019) e Castro (1991), é uma condição constitutiva do sistema prisional, que opera em um limbo jurídico. Nesse contexto, a (re)montagem de fontes heteróclitas permitiu perceber os deslizamentos entre o Estado formal e suas normas informais, em meio às quais a vida acontece. O conjunto de informalidades nas práticas cotidianas dos próprios agentes do Estado revelam o modo como o terror e a tortura obedecem a uma lógica punitivista que escapa à assepsia da lei, correspondente a outras lógicas de maior abrangência – particularmente, aquela que defende o "castigo dentro do castigo", a tortura como método justo de punição e vingança.

O Estado, em sua ambivalência, é ao mesmo tempo presença que aterroriza e ausência que desampara. Essa oscilação, contudo, parece ser uma parte da engrenagem que sustenta a gestão do cárcere. Nos corredores das prisões, onde o som das armas ecoa como ritual de obediência e a água, o sol, o vento e o alimento se transformam em privilégios, o terror se torna a gramática cotidiana para corpos cuja existência, para o Estado, só tem lugar nos labirintos da violência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Taylor Pedroso de. **Cristianismo não religioso**: uma etnografia do coaching em igrejas, prisões e corporações de segurança pública no Brasil. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/280620. Acesso em: 28 ago. 2026.

ARAÚJO, Luís Mauro. [Depoimento]. *In*: Rebelião em Alcaçuz, um ano depois: ocupação, reforma e superlotação. **Canal Jornal O Globo**, YouTube, 12 jan. 2018. 1 vídeo (2 min 55 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YAbeKTzldLs&ab_channel=JornalOGlobo. Acesso em: 28 ago. 2026.

BALTAZAR, Henrique. **[**Entrevista concedida a Maurício Ferraz]. *In*: Fantástico entra no presídio onde estão os detentos mais perigosos do RN e traz detalhes exclusivos sobre onda de violência. **Portal G1**, Fantástico, 19 mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/03/19/fantastico-entra-no-presidio-onde-estao-os-detentos-mais-perigosos-do-rn-e-traz-detalhes-exclusivos-sobre-onda-de-violencia.ghtml. Acesso em: 28 ago. 2026.

BBC BRASIL. Situação em presídio era crítica, diz secretário de Segurança Pública. **Portal BBC Brasil**, 14 jan. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38626405. Acesso em: 28 ago. 2026.

BENJAMIN, Walter. **Para a crítica da violência [1921]**. *In*: Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921). São Paulo: Editora 34; Livraria Duas Cidades, 2013, p. 121 - 156.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei N° 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 10227, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório de Avaliação do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (Exercício 2021)**. Anexo. 2022. In: BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Relatório de inspeções realizadas no Estado do Rio Grande do Norte. Brasília: MNPCT, 2023. p. 155-194. Disponível em: https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-rio-grande-do-norte.pdf Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório Anual (2017)**. Brasília: MNPCT, 2018. Disponível em: https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/relatrioanual20172018.pdf Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório de Inspeções realizadas no Estado do Rio Grande do Norte**. Brasília: MNPCT, 2023. Disponível em: https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-rio-grande-do-norte.pdf Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Portaria N° 93, de 23 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a formação da Força-tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 28, 25 jan. 2017. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/novasaquisicoes/Prt_93_2017_Min_justica.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP N° 65, de 25 de janeiro de 2019**.** Dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 93, 28 jan. 2019. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/659/4/PRT_GM_2019_65.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou "privilégio de bandidos"? Desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 30, p. 162-174, 1991. Disponível em: https://novosestudos.com.br/produto/edicao-30/#58dbd825f3874&gsc.tab=0. Acesso em: 28 ago. 2026.

CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 57-64, 1991. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p57-64. Acesso em: 28 ago. 2026.

CHAVES, Paulo Victor Leôncio; BARROS, Luis Felipe Rodrigues Brandão de. Considerações sobre a tortura no sistema prisional brasileiro e violações às garantias penais constitucionais. **Revista da Escola Judiciária do Piauí**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 47-58, 2020. Disponível em: https://sysejud.tjpi.jus.br/revistas/1/edicoes/2/secoes/7/capitulos/33. Acesso em: 28 ago. 2026.

COSTA, José Maria da. Juízo é sinônimo de juiz?. **Portal Migalhas**, Colunas, Gramatigalhas, 30 maio 2018. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/gramatigalhas/280975/juizo-e-sinonimo-de-juiz. Acesso em: 28 ago. 2026.

DAS, Veena. **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

DAS, Veena. **Slum Acts**. Cambridge: Polity Press, 2022.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. *In*: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). **Anthropology in the margins of The State**. Nova Delhi: Oxford University Press, 2004, p. 3-34.

EPP, Charles; MAYNARD-MOODY, Steven; HAIDER-MARKEL, Donald. **Pulled over**: how police stops define race and citizenship. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GODOI, Rafael. A prisão fora e acima da lei. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 141-160, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.161053. Acesso em: 28 ago. 2026.

LEMGRUBER, Julita; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda (Coords.). **Olho por olho?** O que pensam os cariocas sobre "bandido bom é bandido morto". Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. *In*: **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 2008, p. 15-52.

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 25-51, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.885. Acesso em: 28 ago. 2026.

MARIATH, Carlos Roberto. Polícia Penitenciária (Penal): mera ficção jurídica. **Segurança Pública & Cidadania**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 105-117, 2008. Disponível em: https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RSPC/article/view/75/78 Acesso em: 28 ago. 2026.

MARQUES JR., Jessé. A Lei de Execução Penal e os limites da interpretação jurídica. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 145-155, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782009000200011. Acesso em: 28 ago. 2026.

MAZDA, Aura. Maior presídio do RN tem presos fora de cela desde 2015. **Portal O Globo**, Política, 17 jan. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/maior-presidio-do-rn-tem-presos-fora-de-cela-desde-2015-20784498. Acesso em: 28 ago. 2026.

MELO, Juliana. Reflexões sobre o sistema prisional: pesquisa e engajamento. *In*: Conferências PET Ciências Sociais – UFRN, online, 2023. Apresentação oral. **Canal PET Ciências Sociais UFRN**, YouTube, 8 dez. 2023. 1 vídeo (2 h 9 min 58 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LsZRrHd2XUI&list=LL&index=1&ab_channel=PET-Ci%C3%AAnciasSociaisUFRN. Acesso em: 28 ago. 2026.

MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.31060/rbsp.2017.v11.n2.857. Acesso em: 28 ago. 2026.

RAMOS, Jackeline. **Carta proposta**. Curso Método CIS. Barueri/SP, 22 jul. 2024. Disponível em: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/04794681000168/compras/2024/29/arquivos/3. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. *In*: RIBEIRO, Darcy. **Ensaios insólitos**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 3-20.

RIO GRANDE DO NORTE. Poder Legislativo. Lei Complementar Nº 649, de 10 de maio de 2019. Dispõe sobre a reorganização do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, altera a Lei Complementar Estadual nº 163, de 5 de fevereiro de 1999, e dá outras providências. Natal: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, n. 14.411, p. 1-7, 11 maio 2019. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rn/lei-complementar-n-649-2019-rio-grande-do-norte-dispoe-sobre-a-reorganizacao-do-poder-executivo-do-estado-do-rio-grande-do-norte-altera-a-lei-complementar-estadual-no-163-de-5-de-fevereiro-de-1999-e-da-outras-providencias. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Administração Penitenciária. Portaria GS/SEAP N° 176, de 8 de março de 2023. Dispõe sobre a criação do Conselho Superior da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte. Natal: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, 9 mar. 2023. Disponível em: https://deirn.sdoe.com.br/diariooficialweb/#/visualizar-diario?dataPublicacao=09-03-2023&diario=MTIx. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Administração Penitenciária. **Sistema Prisional do Rio Grande do Norte (2019 a 2022)**: uma mudança de paradigma. [Relatório de gestão]. Natal: Secretaria de Administração Penitenciária, 2022. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sejuc/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=+333472&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=secretaria Acesso em: 28 ago. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Justiça e Cidadania. Portaria GS/SEJUC N° 72, de 28 de março de 2011. Institui o Regimento Interno Único dos Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Norte Natal: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, no XC, n. 15382, 28 mar. 2011. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/DPE/DOC/DOC000000000007149.pdf. Acesso em: 28 de Set. 2026.

ROTTAVA, Maycon Cesar. A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária e a garantia da segurança nos estados brasileiros. **Revista Brasileira de Execução Penal**, v. 1, n. 2, p. 163-176, mar. 2020. Disponível em: https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pt_BR/article/view/relatos1. Acesso em: 28 ago. 2026.

STF. Supremo Tribunal Federal. Ação Penal 470 - 14/11/12 - (1/1). **Canal do STF**, YouTube, 14 nov. 2012. 1 vídeo (3 h 32 min 43 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QdIbJeJPr6s&ab_channel=STF. Acesso em: 28 ago. 2026.

STF. Supremo Tribunal Federal. STF reconhece violação massiva de direitos no sistema carcerário brasileiro. **Portal do STF**, Notícias, 4 out. 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=515220&ori=1. Acesso em: 28 ago. 2026.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

TAUSSIG, Michael. NYPD Blues. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 27, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4000/pontourbe.9917. Acesso em: 28 ago. 2026.

TAVARES, Andréa; CARVALHO, Fred. Maior penitenciária do RN tem 7º dia de motim; presos voltam ao telhado. **Portal G1 RN**, 20 jan. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/maior-penitenciaria-do-rn-tem-7-dia-de-motim-presos-voltam-ao-telhado.html. Acesso em: 28 ago. 2026.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

IMPLEMENTAÇÃO DA ABNT NBR ISO/IEC 17025 EM LABORATÓRIO FORENSE DO ESTADO DE GOIÁS: UM TRABALHO DE ADEQUAÇÃO NORMATIVA[1]

LARYSSA SILVA DE ANDRADE BEZERRA

Bacharel e mestre em Biologia e em Engenharia de Produção pela UFG, com atuação na área de Biologia Celular e Molecular e Genética Forense. Perita Criminal na Polícia Cientifica de Goiás (PCI-GO), onde desenvolve atividade como gestora do Laboratório de Biologia e DNA Forense. Seu foco de atuação inclui gestão de processos, genética forense e gestão da qualidade.

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

E-mail: laryssa.sabezerra@goias.gov.br **ORCID:** https://orcid.org/0009-0005-9719-903X

BRUNO MARTINUCCI

Biomédico e mestre em Biologia Geral e Aplicada pela UNESP, com atuação na área de Biologia Molecular, Genética e Genética Forense. Perito Criminal na Polícia Científica de Goiás (PCI-GO), onde desenvolve atividade como Administrador do Banco de Perfis Genéticos. Seu foco de atuação inclui gestão de processos e genética forense.

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

E-mail: bruno.martinucci@goias.gov.br **ORCID:** https://orcid.org/0009-0005-4583-1726

GRASIELLY DE OLIVEIRA LÁZARO E ARÃO

Bacharel em Ciências Farmacêuticas pela UNB e mestre em Genética pela PUC-GO, com atuação na área de Genética Forense. Perita Criminal na Polícia Cientifica de Goiás (PCI-GO), onde desenvolve atividade como gestora da qualidade. Seu foco de atuação inclui genética forense e gestão da qualidade.

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

E-mail: grasielly.arao@goias.gov.br **ORCID:** https://orcid.org/0009-0002-1340-9158

ADVALDO CARLOS DE SOUZA NETO

Bacharel e licenciado em Biologia, mestre e doutor em Ecologia e Evolução pela UFG, com atuação na área de Ecologia Molecular e Genética Forense. Perito Criminal na Polícia Cientifica de Goiás (PCI-GO), onde desenvolve atividade como gestor técnico. Seu foco de atuação inclui genética forense e gestão da qualidade.

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

E-mail: advaldo.csneto@goias.gov.br **ORCID:** https://orcid.org/0009-0001-8053-7988

CAMILA FABRÍCIO POLTRONIERI

Engenheira de Produção, mestre e doutora em Engenharia de Produção. Docente do curso de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia de Lorena (EEL) da USP, do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFG e pós-doutoranda em Engenharia pela UNESP. Seu foco de atuação é gestão da qualidade, sustentabilidade e desenvolvimento de produtos.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Lorena

E-mail: camilafp@usp.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5829-2462

1 Este trabalho é resultado de uma Dissertação de Mestrado.

Contribuições dos autores: Laryssa Silva de Andrade Bezerra contribuiu com a concepção e delineamento do estudo e da participou da redação do manuscrito. Bruno Martinucci participou da concepção e delineamento do estudo e da revisão crítica do manuscrito. Grasielly de Oliveira Lázaro e Arão participou da análise e interpretação dos dados e da revisão crítica do manuscrito. Camila Fabrício Poltronieri contribuiu da análise e interpretação dos dados e da revisão crítica do manuscrito. Camila Fabrício Poltronieri participou da análise e interpretação dos dados e da revisão crítica do manuscrito e aprovação final.

RESUMO

A crescente demanda por resultados periciais tecnicamente válidos e juridicamente admissíveis tem impulsionado laboratórios forenses a buscar mecanismos que assegurem confiabilidade, rastreabilidade e padronização de seus processos analíticos. No Brasil, embora a Resolução nº 12 da RIBPG estabeleça diretrizes técnicas para os laboratórios vinculados ao Banco Nacional de Perfis Genéticos, ainda são limitados os relatos sistematizados sobre experiências práticas de implementação da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 nesse contexto. Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a adequação do laboratório de genética forense de Goiás à referida norma, utilizando abordagem de pesquisa-ação como estratégia metodológica. O objetivo é descrever as estratégias utilizadas para estruturar um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em conformidade com a norma, considerando as particularidades de um laboratório forense público estadual. Como resultado, foram implementadas ações de capacitação técnica, revisão de documentos, validação de métodos, rastreabilidade metrológica e gestão de riscos, com *feedback* positivo de mais de 80% dos servidores envolvidos. Os resultados indicam que a aplicação estruturada da norma fortalece a governança institucional, otimiza rotinas operacionais e amplia a confiabilidade dos resultados laboratoriais. Este artigo oferece subsídios práticos que podem ser adaptados por outros laboratórios forenses no processo de acreditação, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de segurança no Brasil.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Goiás. Laboratório forense. ISO/IEC 17025. Pesquisa-ação.

IMPLEMENTATION OF ABNT NBR ISO/IEC 17025 IN A FORENSIC LABORATORY IN THE STATE OF GOIÁS: A REGULATORY COMPLIANCE INITIATIVE

ABSTRACT

The growing demand for forensic results that are both technically valid and legally admissible has driven forensic laboratories to seek mechanisms that ensure the reliability, traceability, and standardization of their analytical processes. In Brazil, although Resolution No. 12 of the RIBPG establishes technical guidelines for laboratories linked to the National DNA Database, there are still limited systematized reports on practical experiences related to the implementation of the ABNT NBR ISO/IEC 17025 standard in this context. This article presents a qualitative case study on the adaptation of the forensic genetics laboratory of Goiás to the aforementioned standard, using a research-action approach as a methodological strategy. The objective is to describe and analyze the strategies used to structure a Quality Management System (QMS) in compliance with the standard, considering the specific characteristics of a state-run public forensic laboratory. As a result, actions such as technical training, document revision, method validation, metrological traceability, and risk management were implemented, with positive feedback from more than 80% of the personnel involved. The findings indicate that the structured application of the stan-

dard strengthens institutional governance, optimizes operational routines, and enhances the reliability of laboratory results. This article provides practical insights that may be adapted by other forensic laboratories in the accreditation process, contributing to the improvement of public safety policies in Brazil.
Keywords: Quality management. Goiás. Forensic laboratory. ISO/IEC 17025. Research-action.

Data de recebimento: 15/02/2025 **Data de aprovação:** 06/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2372

INTRODUÇÃO

A genética forense, por meio de técnicas avançadas de biologia molecular, exerce um papel crucial no esclarecimento de investigações criminais, na identificação de vítimas e na localização de pessoas desaparecidas. Laboratórios especializados nessa área são fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas de segurança, fornecendo provas científicas robustas, com resultados confiáveis que auxiliam na resolução de crimes e na redução da impunidade. Para assegurar essa contribuição, é essencial que operem sob sistemas de gestão rigorosos, alinhados às melhores práticas científicas e normativas internacionais (Interpol, 2019; Crespillo; Barrio, 2019; Amankwaa; McCartney, 2021; Butler, 2023).

No Brasil, a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), criada pelo Decreto Presidencial nº 7.950, de 12 de março de 2013, constitui uma política pública estratégica para a qualificação da atuação pericial em âmbito nacional. Ao promover a cooperação técnica entre laboratórios estaduais e a Polícia Federal, por meio do compartilhamento de perfis no Banco Nacional de Perfis Genéticos, a RIBPG representa um exemplo bem-sucedido de integração federativa no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Essa articulação contribui para a elucidação de crimes, a identificação de suspeitos e o enfrentamento do desaparecimento de pessoas. Coordenada por um comitê multidisciplinar, a rede se destaca pela padronização de procedimentos técnicos e operacionais, assegurando a uniformidade dos resultados em todo o território nacional (Brasil, 2013; RIBPG, 2024).

Desde a sua criação, a RIBPG tem se consolidado como uma ferramenta indispensável no enfrentamento à criminalidade (Bittencourt; Iwamura, 2019; Carvalho *et al.*, 2020; Silva Junior *et al.*, 2022; Minervino; Silva Júnior; Corte-Real, 2024). Essa relevância reforça a necessidade de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) robusto que garanta a confiabilidade dos resultados produzidos nos laboratórios forenses (Inmetro, 2016; Ross; Neuteboom, 2022). A Resolução nº 12 do Comitê Gestor da RIBPG é a norma de referência que estabelece os requisitos técnicos e operacionais que padronizam os procedimentos necessários para assegurar a qualidade e a validade dos resultados analíticos (RIBPG, 2019).

Ainda assim, a Resolução nº 12 não supre a necessidade de acreditação. A adoção da ABNT NBR ISO/IEC 17025 é estratégica para o reconhecimento mútuo de resultados entre países, especialmente em um cenário de crescente cooperação global no combate ao crime (Inmetro, 2016; Triverio; Márquez, 2022). Em diversas nações, como os Estados Unidos e os países membros da União Europeia, embora a acreditação de laboratórios forenses não seja legalmente obrigatória, ela passou a ser exigida por instituições do sistema de justiça, órgãos reguladores e entidades governamentais como critério essencial para garantir a confiabilidade dos resultados periciais. Essa exigência decorre da necessidade de assegurar a validade científica dos laudos apresentados em processos judiciais, evitando questionamentos quanto à integridade técnica dos exames. Na prática, laudos emitidos por laboratórios não acreditados tendem a ser

contestados com maior frequência ou até desconsiderados por tribunais, comprometendo a sua admissibilidade como prova. Além disso, a acreditação se tornou um diferencial entre os laboratórios, sendo frequentemente um requisito para participação em redes nacionais e internacionais de cooperação técnica. Nos Estados Unidos, por exemplo, os laboratórios que integram o *National DNA Index System* (NDIS), banco nacional de perfis genéticos, precisam ser acreditados por organismos reconhecidos, como a ANSI *National Accreditation Board* (ANAB), entidade responsável por avaliar e certificar a competência técnica de laboratórios forenses. Na União Europeia, a Decisão-Quadro 2009/905/JHA estabelece a obrigatoriedade da acreditação para garantir a interoperabilidade entre os sistemas de dados forenses (Council of the Europe Union, 2009; Nogel *et al.*, 2019; Zarwell; Grace; Pilkington, 2024). O processo é conduzido por organismos independentes, o que reforça a transparência e a imparcialidade na avaliação da conformidade com normas reconhecidas internacionalmente (Council of the Europe Union, 2009, 2011; Nogel *et al.*, 2019; ANAB, ([*s.d.*]); Grassel *et al.*, 2022; Zarwell; Grace; Pilkington, 2024).

Pelo fato da acreditação de laboratórios forenses apresentar desafios, uma vez que a ISO/IEC 17025 estabelece requisitos amplos que precisam ser adaptados às especificidades da ciência forense – exigências legais, éticas, operacionais – documentos como o ILAC-G19:08/2014 (ILAC, 2014), traduzido no Brasil como DOC-CGCRE-084 (Inmetro, 2016), são importantes ao oferecerem diretrizes e orientações específicas para essa área, evidenciando a importância da colaboração entre laboratórios forenses e órgãos de acreditação (Neuteboom *et al.*, 2023).

O Laboratório de Biologia e DNA Forense (LBDF), localizado no Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR), da Polícia Científica de Goiás, é responsável pela análise genética de vestígios biológicos relacionados a investigações criminais e à identificação de pessoas desaparecidas. Integrante da RIBPG desde 2015, o laboratório tem contribuído de forma sistemática com o Banco Nacional de Perfis Genéticos. De acordo com o XXI Relatório do Comitê Gestor da RIBPG, o estado de Goiás figura entre os cinco maiores colaboradores em número de perfis inseridos na base nacional (Goiás, 2023; RIBPG, 2024b). Esse contexto, marcado por uma elevada demanda pericial, pela atuação enquanto laboratório público com recursos limitados e pelas exigências da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, impõe desafios significativos à organização dos processos de trabalho e exige adaptações contínuas para garantir a conformidade técnica e a eficiência operacional.

Assim, o presente artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: *De que maneira o LBDF implementou as exigências contidas na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, considerando sua realidade de funcionamento e os desafios operacionais enfrentados?*

O objetivo do trabalho é analisar criticamente a experiência do LBDF na implementação de um SGQ baseado na ABNT NBR ISO/IEC 17025, com ênfase nas estratégias desenvolvidas para compatibilizar os requisitos normativos com as particularidades operacionais de um laboratório forense em atividade contínua.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa descritiva, pautada em análise documental e pesquisa-ação como estratégia para intervenção e sistematização das ações internas adotadas ao longo do processo de estruturação do SGQ. A experiência relatada tem como propósito oferecer subsídios práticos que possam ser adaptados por outros laboratórios forenses, contribuindo para o fortalecimento institucional da perícia no âmbito do Susp, bem como para a promoção de maior eficiência, sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas de segurança e justiça criminal.

REFERENCIAL TEÓRICO

A implementação de um SGQ em laboratórios forenses demanda tanto o domínio dos fundamentos teóricos da Qualidade quanto a compreensão das normativas específicas que regem esses serviços. Esta seção apresenta os conceitos e as diretrizes que embasam a estruturação de sistemas voltados à confiabilidade, rastreabilidade e padronização em laboratórios forenses, dividindo-se em quatro eixos fundamentais:

1. GESTÃO DA QUALIDADE: FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE EM LABORATÓRIOS FORENSES

A gestão da qualidade constitui um conjunto sistemático de práticas que garantem que produtos e serviços sejam produzidos de maneira consistente, segura e confiável. Em sua essência, envolve a padronização de processos, o controle de variabilidades e a melhoria contínua, sempre focando na satisfação das partes interessadas (Milosevic; Bjelovuk; Kesic, 2009; ABNT, 2015). Nos laboratórios, essa abordagem tem como objetivo central assegurar a rastreabilidade, validade técnica e a confiabilidade dos resultados analíticos.

Na ciência forense, a aplicação da gestão da qualidade ganha relevância particular, dado que os exames laboratoriais servem como suporte técnico para decisões judiciais, afetando diretamente os direitos individuais e a condução da justiça criminal. O fortalecimento da credibilidade institucional das análises forenses está vinculado à adoção de sistemas capazes de garantir rigor metodológico, transparência e responsabilidade técnica (Ross; Neuteboom, 2022; Merlin, 2023).

A literatura destaca que a implementação de um SGQ em laboratórios forenses requer tanto a observância de normativos internacionais, como a ISO/IEC 17025, quanto a internalização de uma cultura institucional voltada à qualidade. Isso inclui o engajamento das lideranças, capacitação contínua das equipes, institucionalização de mecanismos de avaliação e adoção de ferramentas gerenciais para melhoria contínua (Neuteboom *et al.*, 2023; Heavey *et al.*, 2023).

Bezerra *et al.* (2025) demonstraram que a implementação da ISO/IEC 17025 em laboratórios de genética forense apresenta níveis variados de estruturação entre os órgãos de perícia oficial no Brasil. O estudo identificou que as maiores dificuldades enfrentadas estão relacionadas, sobretudo, às exigências da norma que envolvem processos de aquisição e contratação – áreas frequentemente limitadas por entraves administrativos e orçamentários na esfera pública. Para tanto, os autores destacam que motivações externas, como programas de fomento e exigências institucionais, podem desempenhar um papel decisivo no engajamento das lideranças, e por consequência a consolidação do processo de acreditação.

Nesse contexto, o uso de ferramentas gerenciais assume papel estratégico na operacionalização e no fortalecimento do SGQ de laboratórios forenses. Modelos como o ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*), a matriz SWOT, análise de riscos, mapeamento de processos e indicadores de desempenho têm sido amplamente utilizados como instrumentos de apoio à gestão, contribuindo para o controle sistemático das atividades e para a tomada de decisões baseadas em evidências (Catini *et al.*, 2015; Duarte; Müller; Spanemberg, 2021; Heavey *et al.*, 2023; Costa; Costa, 2024).

A adoção dessas ferramentas permite buscar não apenas a conformidade técnica, mas também a integração entre áreas operacionais, administrativas e gerenciais, promovendo maior eficiência organizacional.

Em laboratórios públicos seu uso fortalece os mecanismos de *accountability*, racionalização de recursos e gestão por resultados, elementos centrais em contextos de crescente demanda por serviços de qualidade e transparência institucional (Nogel *et al.*, 2019, Silva; Martins, 2022).

2. RESOLUÇÃO Nº 12 DO COMITÊ GESTOR DA RIBPG

A Resolução nº 12, de 1º de agosto de 2019, estabelece os requisitos técnicos e operacionais para a gestão da qualidade e auditorias nos laboratórios e bancos que compõem a RIBPG. Esse documento desempenha papel essencial na padronização e harmonização das atividades forenses relacionadas ao Banco Nacional de Perfis Genéticos, promovendo a confiabilidade dos resultados emitidos por esses laboratórios (RIBPG, 2024).

O principal objetivo da Resolução nº 12 é assegurar que os laboratórios operem em conformidade com práticas padronizadas, garantindo a qualidade dos resultados e a integridade dos dados genéticos compartilhados. Além disso, o documento enfatiza a necessidade de adequação gradual dos laboratórios aos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025, reconhecida como referência mundial para estabelecer competência técnica (RIBPG, 2019).

Os requisitos descritos abrangem aspectos fundamentais, como: imparcialidade, confidencialidade, estrutura organizacional com atribuições e responsabilidades claras, controle de documentos, rastreabilidade de amostras, métodos analíticos e relato de resultados (RIBPG, 2019). Esses elementos estão alinhados à Norma NIT-DICLA-075, que estabelece critérios para a acreditação de laboratórios forenses no Brasil, reforçando a necessidade de práticas rigorosas de controle da qualidade e rastreabilidade metrológica (Inmetro, 2018b).

Da mesma forma, cumprem diretrizes da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, que fortalece a cadeia de custódia de vestígios criminais e a integridade das provas periciais, exigindo padrões técnicos que garantam a confiabilidade dos resultados laboratoriais (Brasil, 2019).

A Resolução também determina a realização periódica de auditorias internas e externas para avaliar a conformidade, sendo as avaliações externas conduzidas por equipes auditoras da Senasp compostas por especialistas em biologia molecular e em SGQ. Essas auditorias incluem verificações presenciais e análise de evidências, registrando conformidades, não conformidades e oportunidades de melhoria (RIBPG, 2019).

A estrutura normativa da Resolução nº 12 é baseada em referências reconhecidas nacional e internacionalmente, como a ABNT NBR ISO 9000 (Fundamentos e vocabulário dos sistemas de gestão da qualidade) (ABNT, 2015), a ABNT NBR ISO/IEC 17000 (Vocabulário e princípios gerais de avaliação da conformidade) (ABNT, 2005) e a ABNT NBR ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração) (ABNT, 2017). Documentos específicos da área, como o Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG (RIBPG, 2024a) e os padrões de garantia da qualidade do FBI aplicáveis a laboratórios forenses (FBI, 2020), também são utilizados para alinhar requisitos às melhores práticas de gestão e operação laboratoriais.

Além de promover a melhoria contínua, a Resolução prevê que, no caso de serem detectadas não conformidades que possam comprometer a qualidade e a confiabilidade dos dados, o laboratório poderá ser

suspenso temporariamente do compartilhamento de perfis genéticos com o Banco Nacional de Perfis Genéticos, até a resolução efetiva das não conformidades. Em situações mais graves, pode ser determinada a remoção retroativa de perfis já inseridos (RIBPG, 2019).

3. ABNT NBR ISO/IEC 17025

A ABNT NBR ISO/IEC 17025 estabelece os requisitos gerais para a competência técnica de laboratórios de ensaio e calibração e a operação de seus sistemas de gestão da qualidade. Reconhecida internacionalmente, a norma é amplamente adotada para assegurar a confiabilidade dos resultados e a rastreabilidade metrológica em diversos setores, incluindo os laboratórios forenses. Seu objetivo principal é garantir que as atividades de laboratório sejam conduzidas de maneira tecnicamente competente, com processos padronizados e integrados a um sistema robusto de gestão (ABNT, 2017).

A norma é estruturada em dois grupos principais: requisitos de gestão e requisitos técnicos. Entre os aspectos fundamentais estão imparcialidade, confidencialidade, controle de documentos, validação de métodos analíticos, rastreabilidade de medições e gestão de riscos. Esses elementos são projetados para assegurar a qualidade e a validade dos resultados emitidos (ABNT, 2017).

Auditorias internas e avaliações externas desempenham papel central na verificação da conformidade. Enquanto as auditorias internas devem ser realizadas regularmente seguindo programas planejados, as avaliações externas são conduzidas por organismos de acreditação, como a Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) no Brasil. Essas avaliações incluem análise de registros, entrevistas e observação de processos críticos. Durante as avaliações, conformidades e não conformidades são registradas, e ações corretivas são exigidas para sanar deficiências identificadas (Inmetro, 2023).

Outro aspecto essencial da norma é a gestão de riscos, que incentiva os laboratórios a identificar, avaliar e mitigar potenciais riscos que possam comprometer a qualidade dos resultados. Esse enfoque sistemático contribui para a estabilidade operacional e fortalece a confiança dos clientes nos serviços prestados (ABNT, 2018).

No Brasil, a aplicação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 em laboratórios forenses é complementada por normativos específicos como a NIT-DICLA-074 (Inmetro, 2018a), a NIT-DICLA-075 (Inmetro, 2018b) e orientações da CGCRE/Inmetro descritas no documento DOC-CGCRE-084, que corresponde à tradução do ILAC-G19:08/2014 (Inmetro, 2016), que ajustam as diretrizes da norma às particularidades da ciência forense.

4. CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS

O LBDF tem como missão analisar amostras biológicas para auxiliar no processo de investigação criminal e identificação de pessoas no estado de Goiás. Para isso, conta com equipe multidisciplinar de peritos criminais especializados em análises genéticas, auxiliares de laboratório, assistentes administrativos e estagiários.

O laboratório é integrante da RIBPG e compartilha dados com o Banco Nacional de Perfis Genéticos, contribuindo para a ampliação e o aprimoramento da base de dados genéticos utilizados em investigações criminais. Ele também está em conformidade com a Resolução nº 12, conforme avaliações realizadas em auditoria do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) nos anos de 2022 e 2024, mas ainda não possui acreditação na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025.

A formação acadêmica dos profissionais do LBDF inclui principalmente profissionais graduados em ciências biológicas, biomédicas e farmacêuticas, com pós-graduação em genética e biologia molecular. De acordo com a política de treinamento contínuo e monitoramento de pessoal que visa garantir requisitos de competência laboratorial, os peritos participaram nos últimos cinco anos de cursos de capacitação ofertados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), pelo estado de Goiás e por instituições privadas, abordando temas como gestão da qualidade, banco de perfis genéticos, validação de métodos, auditorias internas, gerenciamento de riscos e análise e interpretação de resultados. O Quadro 1 apresenta a formação dos peritos criminas do LBDF.

QUADRO 1

Quadro de formação dos peritos criminais do LBDF na Seção de DNA Forense

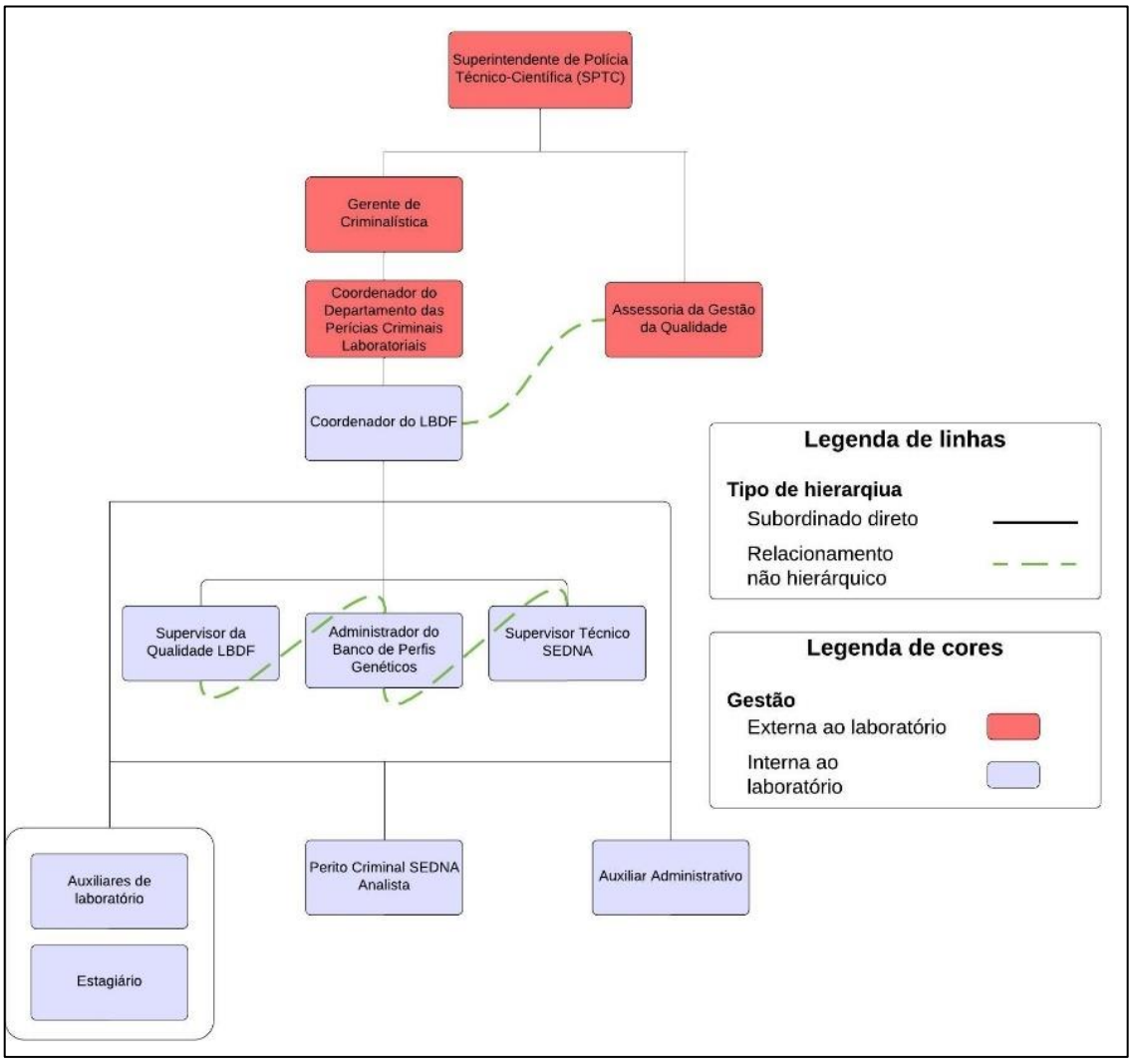
Formação	Nº Peritos
Especialização	3
Mestrado	11
Doutorado	2
Total	16

Fonte: elaboração própria (2025).

A estrutura organizacional do laboratório foi projetada para atender às funções exigidas na Resolução nº 12 e às responsabilidades previstas na ABNT NBR ISO/IEC 17025 (Figura 1), destacando-se funções como: i) coordenador – responsável pela gestão geral das atividades e pela integração entre as áreas técnica, administrativa e de qualidade; ii) supervisor da qualidade – responsável em assegurar que todas as atividades cumpram com os requisitos normativos estabelecidos; iii) supervisor técnico – responsável por supervisionar a execução das análises e monitorar os métodos analíticos utilizados para garantir a qualidade e a precisão dos resultados; iv) administrador do Banco de Perfis Genéticos (BPG) – responsável pela gestão do sistema e dos dados armazenados; e v) peritos analistas – realizam as análises de DNA e interpretação dos resultados, incluindo a inserção de perfis genéticos no BPG.

FIGURA 1

Estrutura organizacional do LBDF



Fonte: elaboração própria (2025).

O LBDF recebe uma demanda média de 5.800 requisições de exames periciais de DNA por ano, voltados principalmente para investigações de homicídios, crimes sexuais, identificação de restos mortais, busca de pessoas desaparecidas e identificações criminais. Os exames de DNA começaram a ser realizados em 2010, e o BPG foi implementado em 2015.

O laboratório oferece serviços alinhados às demandas da RIBPG, destacando-se: i) a identificação humana e exames de vínculo genético por STR autossômico (STR-AS), incluindo as etapas de análise, interpretação de resultados para confronto e inserção de perfis genéticos no BPG; e ii) identificação humana e exames por STR do cromossomo Y (STR-Y), com foco na análise e interpretação de resultados. Esses serviços seguem protocolos rigorosos que garantem a confiabilidade técnica em todas as etapas do processo.

Para a execução desses serviços, o laboratório possui um parque analítico atual e robusto: i) sistemas de extração de DNA, utilizados para isolar material genético de amostras biológicas por meio de *beads* mag-

néticas; ii) equipamentos de quantificação em tempo real (qPCR), essenciais para determinar a quantidade de DNA humano extraído; iii) sistemas de amplificação por reação em cadeia da polimerase (PCR), que permitem a replicação seletiva de regiões específicas do genoma; iv) instrumentos de eletroforese capilar, responsáveis pela separação e detecção de fragmentos amplificados; e v) *softwares* especializados, que possibilitam interpretação de perfis genéticos, comparação de dados, análise estatística e emissão de resultados.

MÉTODO

A implementação dos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF seguiu um processo estruturado, com foco na conformidade normativa e melhoria contínua dos processos laboratoriais. Do ponto de vista metodológico, este estudo adota uma abordagem de caráter descritivo, fundamentada na análise documental e na aplicação da pesquisa-ação como estratégia metodológica principal.

A pesquisa-ação constitui uma forma de investigação social com base empírica, desenvolvida em estreita articulação com a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes estão envolvidos de maneira cooperativa e participativa (Franco, 2005; Koerich *et al.*, 2009). No contexto deste estudo, os autores estiveram diretamente inseridos no processo de implementação do SGQ, atuando de forma integrada com a equipe do laboratório e contribuindo para a formulação e execução de estratégias de adequação à norma, o que permitiu não apenas o acompanhamento contínuo das etapas operacionais, mas também a proposição de intervenções práticas e contextualizadas.

Registros de reuniões, anotações técnicas, atualizações documentais e comunicações internas foram utilizados como fontes empíricas complementares, possibilitando a descrição aprofundada das fases que compuseram a implementação. Para gerenciar o processo, utilizou-se a plataforma *Trello*, ferramenta *online* de gerenciamento de projetos e tarefas que utiliza o sistema de quadros (*boards*), listas e cartões (*cards*) para organizar informações de forma visual e intuitiva. A abordagem Kanban foi adotada para monitorar, redistribuir responsabilidades e priorizar ações críticas.

Embora a metodologia apresentada dividida o processo em fases sequenciais para facilitar a compreensão, algumas etapas foram conduzidas simultaneamente, permitindo maior integração das atividades e otimização do tempo disponível, sem comprometer a qualidade dos resultados obtidos ou a continuidade dos serviços essenciais do laboratório.

PLANEJAMENTO

O planejamento da implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF teve início em janeiro de 2023. Esta fase foi estruturada de forma a definir objetivos, estabelecer metas, identificar recursos necessários e elaborar estratégias de mitigação de riscos, seguindo os princípios do ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*).

A abordagem adotada seguiu um protocolo metodológico estruturado em três dimensões: (i) análise contextual, (ii) definição estratégica e (iii) elaboração operacional, buscando integrar as diretrizes da norma à realidade do laboratório. A análise contextual envolveu a coleta sistemática de informações sobre as condições operacionais existentes, as capacidades técnicas disponíveis e os recursos limitantes. Para tanto, foram utilizadas ferramentas de diagnóstico organizacional, com uso da matriz SWOT, que permitiu mapear forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao processo de acreditação.

A construção da matriz SWOT seguiu metodologia participativa, envolvendo todos os níveis hierárquicos do laboratório em sessões estruturadas de *brainstorming* e entrevistas individuais. As informações coletadas foram sistematizadas e categorizadas segundo critérios de impacto e probabilidade, resultando em uma representação gráfica das variáveis ambientais que poderiam influenciar o sucesso da implementação

ANÁLISE DAS NORMAS

A análise comparativa entre a Resolução nº 12 da RIBPG e a ABNT NBR ISO/IEC 17025 visou proporcionar o entendimento estruturado das complementaridades e distinções entre os normativos. Este processo seguiu uma abordagem baseada em análise documental e discussão coletiva, permitindo identificar os requisitos que já estavam incorporados à rotina laboratorial e aqueles que demandariam esforços adicionais para implementação.

A metodologia aplicada envolveu três etapas principais: (i) estudo aprofundado e individualizado de cada normativo; (ii) mapeamento comparativo dos requisitos; e (iii) análise de impacto operacional.

Dessa forma, realizou-se a leitura crítica da Resolução nº 12/2019 do Comitê Gestor da RIBPG e da ABNT NBR ISO/IEC 17025, para posteriormente identificar as relações de interdependência entre os requisitos, identificando convergências e complementaridades. Para cada requisito da norma ISO, foram identificados os correspondentes na Resolução nº 12, avaliando o grau de alinhamento (total, parcial ou inexistente).

A análise comparativa foi fundamental para otimizar esforços e recursos, evitando duplicidades e priorizando ações que atendessem simultaneamente a ambos os normativos

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico consistiu na avaliação do estado atual do laboratório em relação aos requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. A coleta de evidências foi realizada por meio de múltiplas fontes de dados, incluindo análise documental detalhada de procedimentos operacionais padrão (POPs), manuais técnicos, registros de ensaio e relatórios anteriores. Complementarmente, foram conduzidas observações diretas das práticas laboratoriais, possibilitando a identificação de discrepâncias entre procedimentos documentados e práticas reais.

Além disso, os resultados das auditorias internas realizadas sob a Resolução nº 12 foram sistematizados para a identificação de não conformidades e oportunidades de melhoria.

O diagnóstico foi determinante para assegurar a objetividade e a precisão da avaliação, permitindo uma transição fundamentada da análise situacional para a intervenção prática.

IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do SGQ baseado na ABNT NBR ISO/IEC 17025 constituiu etapa central da pesquisa-ação. Com base no diagnóstico das lacunas identificadas, foram desenvolvidas intervenções para adequação do laboratório aos requisitos normativos, seguindo uma abordagem metodológica dividida em duas dimensões: organizacional e técnica.

Na dimensão organizacional, o processo foi orientado por princípios de gestão do conhecimento e mudança cultural, reconhecendo que a implementação de sistemas da qualidade exige não apenas modificações documentais, mas transformações nas práticas laboratoriais cotidianas. A pesquisa-ação proporcionou aos autores acompanhamento direto das intervenções, participação ativa na tomada de decisões e proposição de soluções frente aos desafios, gerando dados empíricos que fundamentaram a análise dos resultados.

Na dimensão técnica, foram priorizadas ações-chave que incluíram:

1. Designação formal de responsabilidades para áreas críticas do SGQ, com definição documentada de atribuições e autoridades;

2. Alocação estratégica de recursos humanos dedicados a atividades específicas de implementação;

3. Estabelecimento de plano de comunicação interna para engajamento da equipe;

4. Realização de capacitações técnicas focadas nas lacunas de conhecimento identificadas;

5. Definição de premissas operacionais para garantir a continuidade de casos críticos;

6. Contratação de serviços técnicos especializados para áreas específicas, como calibração, ensaios de proficiência e validação de métodos.

A revisão documental abrangeu a atualização dos POPs e demais documentos técnicos, com foco na rastreabilidade, padronização de procedimentos e uniformidade das práticas laboratoriais.

Durante todo o processo, a troca de experiências com outros laboratórios de ensaio ofereceu referências práticas valiosas que foram analisadas e adaptadas à realidade do LBDF. Essa abordagem colaborativa facilitou a superação de obstáculos comuns e acelerou a implementação de soluções já testadas em contextos similares.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos constituiu elemento importante na implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF, sendo estruturada como um processo de identificação, análise e resposta aos fatores que poderiam comprometer os resultados do laboratório ou a eficácia do SGQ. Tal abordagem foi desenvolvida em consonância com as diretrizes da norma, que embora não exija "métodos formais para gestão de riscos ou um processo de gestão de risco documentado", estabelece que o laboratório deve considerar riscos e oportunidades associados às suas atividades.

A metodologia aplicada para gestão de riscos seguiu princípios da ABNT NBR ISO 31000:2018 e foi coordenado pela equipe de gestão do laboratório, envolvendo todos os servidores em sessões de *brainstorming*, o que permitiu o mapeamento abrangente de ameaças e oportunidades relacionadas tanto à implementação da norma quanto à manutenção da confiabilidade analítica.

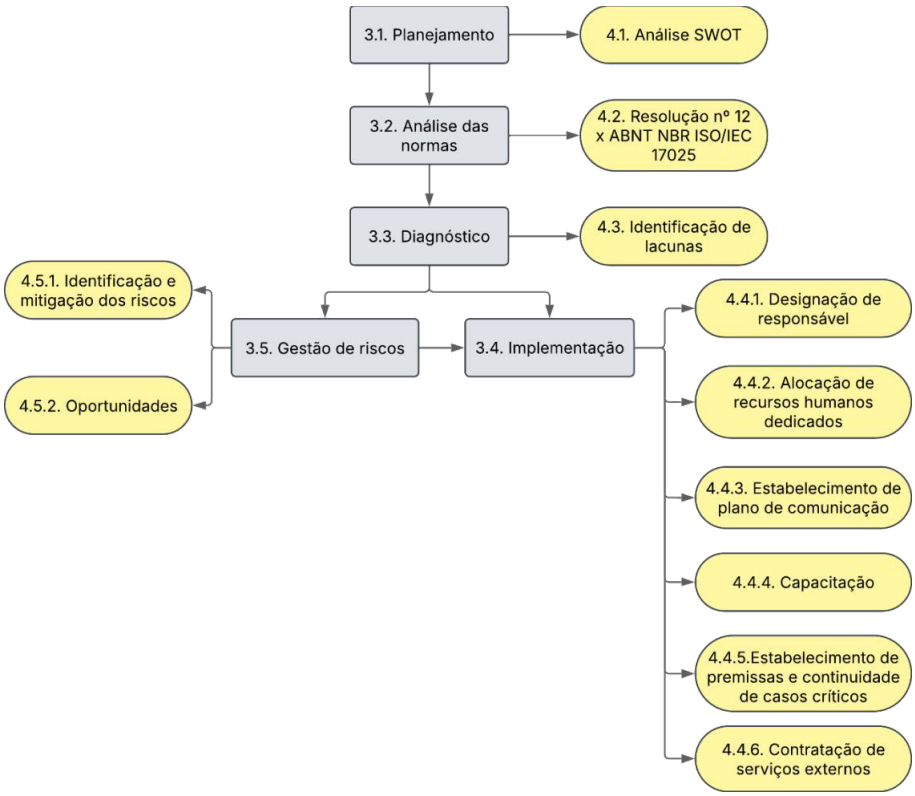
A Figura 2 apresenta o fluxo metodológico adotado para a implementação do SGQ, a partir da análise dos requisitos normativos até a aplicação prática das ações. Esse fluxograma representa visualmente a sequência e a integração das etapas descritas anteriormente, oferecendo uma perspectiva sistêmica do processo de adequação à norma. A representação foi construída com base na documentação do processo, incluindo registros internos, atas de reuniões, planejamento de tarefas, documentos normativos e interações com os profissionais envolvidos na implementação.

A organização visual das etapas metodológicas permite identificar claramente as relações entre planejamento, diagnóstico, implementação e gestão de riscos, demonstrando como essas fases se articulam dentro do processo global de adequação normativa. Além disso, o fluxograma estabelece a conexão entre as etapas metodológicas (representadas em azul) e os resultados correspondentes (indicados em amarelo), facilitando a compreensão da relação entre método e resultados.

Ao sistematizar esse percurso, a Figura 2 não apenas documenta o caminho seguido pelo LBDF, mas também oferece um modelo referencial que pode ser adaptado por outros laboratórios forenses em processo de adequação à ABNT NBR ISO/IEC 17025.

FIGURA 2

Fluxo das etapas metodológicas e relação com apresentação dos resultados (as etapas no método estão em azul e os resultados correspondentes, em amarelo)



Fonte: elaboração própria (2025).

RESULTADOS

Os resultados apresentados refletem o trabalho desenvolvido na implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF, abordando aspectos estratégicos, operacionais e técnicos. É importante destacar que, até o momento da finalização deste estudo, o processo formal de avaliação pela CGCRE ainda não foi realizado. No entanto, a apresentação desses resultados se justifica pela relevância do processo de implementação e pela contribuição que a experiência sistematizada pode oferecer a outros laboratórios forenses em situação similar.

Esta seção visa não apenas documentar as escolhas técnicas e gerenciais realizadas, mas também analisar criticamente os desafios enfrentados e as soluções adotadas, que podem servir como referência para outros laboratórios e contribuir para o aprimoramento contínuo dos SGQ em instituições periciais brasileiras.

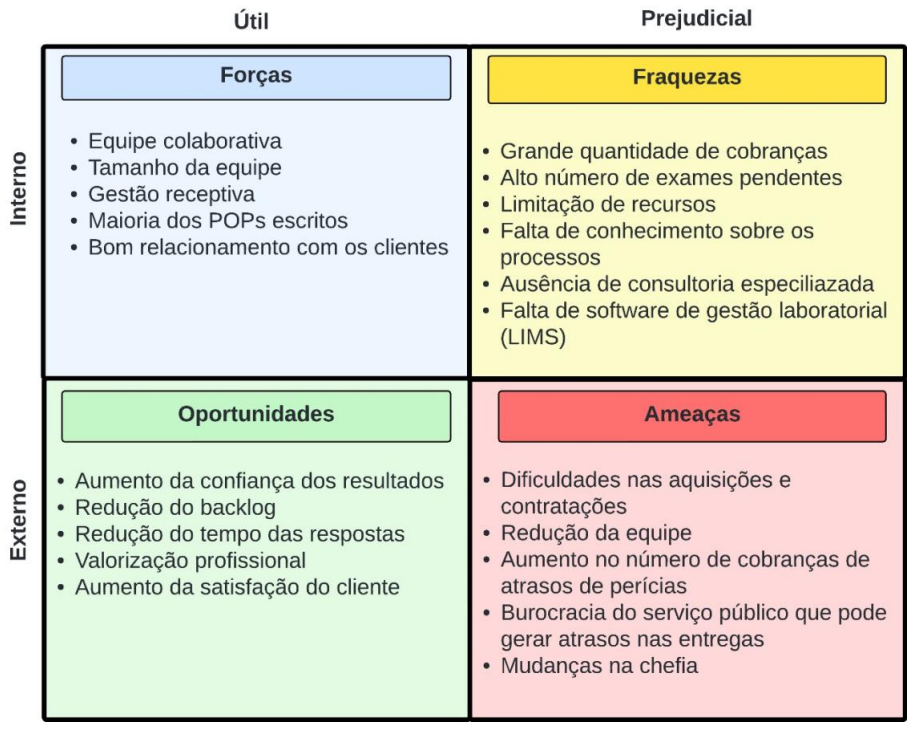
PLANEJAMENTO: ANÁLISE SWOT

A análise SWOT desempenhou papel estratégico fundamental no planejamento da implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no laboratório. Essa ferramenta foi aplicada por meio de sessões estruturadas, incluindo peritos criminais, auxiliares de laboratório e equipe administrativa. A metodologia envolveu entrevistas individuais e reuniões coletivas para consolidação e priorização dos fatores identificados, assegurando uma abordagem participativa e abrangente na identificação dos elementos internos e externos que poderiam influenciar o sucesso da acreditação.

Os fatores identificados foram classificados, permitindo a priorização das ações necessárias. A matriz resultante está representada na Figura 3, sintetizando os principais elementos de cada quadrante.

FIGURA 3

Matriz SWOT: Análise Estratégica para Implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025



Fonte: elaboração própria (2025).

Forças: as alavancas para a acreditação

Os pontos fortes identificados representam um sólido ponto de partida para a implementação da norma. A presença de uma equipe colaborativa demonstra um ambiente propício para a integração e capacitação interna. A gestão receptiva a mudanças é um diferencial importante, pois facilita a implementação das novas diretrizes sem grandes resistências organizacionais. Outro fator positivo foi a existência de POPs já documentados, o que reduziu o esforço necessário para estruturar os processos laboratoriais conforme os requisitos normativos. Adicionalmente, o relacionamento positivo com os clientes confere credibilidade ao laboratório, favorecendo a comunicação e a adaptação às exigências legais.

Para maximizar essas forças, foi essencial fortalecer ainda mais o engajamento da equipe por meio de treinamentos regulares e participação ativa nas decisões do processo de acreditação. A boa comunicação interna e a clareza dos objetivos do projeto foram fatores críticos para transformar esses pontos fortes em vantagens sustentáveis.

Fraquezas: os desafios internos

As fraquezas identificadas refletiram os principais obstáculos que poderiam dificultar a implementação da norma. O elevado número de exames pendentes representou um desafio operacional, pois a equipe poderia ter dificuldades em conciliar a rotina com as exigências do processo de acreditação. Essa sobrecarga poderia resultar em resistência interna, caso não fossem adotadas medidas eficazes para otimizar os fluxos de trabalho e reduzir o *backlog*.

A limitação de recursos financeiros e tecnológicos também se destacou como barreira importante, especialmente para aquisição de insumos e serviços. A ausência de um sistema informatizado de gestão laboratorial (LIMS) representou risco adicional, uma vez que dificulta o controle da rastreabilidade e a gestão dos recursos. A falta de conhecimento técnico específico em processos como validação de métodos e metrologia, agravada pela ausência de consultoria especializada, tornou a capacitação da equipe um fator crucial para garantir o sucesso do projeto. Como estratégia, buscamos parcerias com outras instituições acreditadas e treinamentos externos e internos para suprir essa lacuna.

Oportunidades: os benefícios estratégicos

A análise identificou que a acreditação poderia proporcionar vantagens estratégicas que transcendem a simples conformidade normativa. Entre os impactos mais significativos, destacou-se o aumento da confiança nos resultados laboratoriais, fortalecendo a reputação do laboratório e sua credibilidade no cenário nacional e internacional. A implementação da norma também poderia contribuir para a otimização dos processos, reduzindo o tempo de resposta às demandas e mitigando os problemas relacionados ao *backlog* de exames. Isso não apenas melhora a eficiência operacional, mas também contribui para o incremento na satisfação dos clientes, que passam a contar com resultados mais ágeis e confiáveis.

A valorização profissional da equipe emergiu como oportunidade relevante, com potencial para abrir novas oportunidades de capacitação, promover o desenvolvimento técnico e aumentar o reconhecimento do trabalho realizado. Esse fator é essencial para motivar a equipe e minimizar resistências às mudanças necessárias. Ainda, a acreditação pode consolidar o laboratório como referência nacional em genética forense, ampliando suas oportunidades em colaborações institucionais e projetos estratégicos. Para ma-

ximizar esses benefícios, é fundamental que a comunicação sobre os avanços do projeto fosse clara e contínua, tanto internamente quanto para as partes interessadas (chefias).

Ameaças: os riscos externos

Os desafios externos identificados evidenciaram riscos que poderiam comprometer o processo de acreditação. A burocracia do setor público poderia causar atrasos significativos na aquisição de insumos, contratação de serviços e investimentos em infraestrutura. Esse fator exigiu planejamento detalhado e ações proativas para minimizar impactos, como a antecipação de processos administrativos e o estabelecimento de planos alternativos para suprimentos críticos.

A possível redução do quadro de pessoal foi identificada como ameaça que poderia aumentar a sobrecarga de trabalho e gerar cobranças excessivas sobre os colaboradores remanescentes. Esse cenário pode comprometer a qualidade do trabalho e aumentar a taxa de erros, dificultando a implementação eficaz da norma. Estratégias como a redistribuição eficiente de tarefas e a automação de processos foram levantadas como ações para mitigar esses efeitos.

As possíveis instabilidades na gestão representaram outro fator de risco, pois mudanças na chefia poderiam resultar em redirecionamento de prioridades ou falta de continuidade no projeto. Para evitar esse problema, foi essencial documentar detalhadamente todas as etapas da implementação e garantir que as decisões sejam respaldadas por diretrizes institucionais claras, reduzindo a dependência de gestores específicos.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A RESOLUÇÃO Nº 12 DA RIBPG E A ABNT NBR ISO/IEC 17025

A análise comparativa entre a Resolução nº 12 e a ABNT NBR ISO/IEC 17025 revelou uma relação de complementaridade, evidenciando a necessidade de sua aplicação conjunta nos laboratórios forenses brasileiros.

A Resolução nº 12 foi concebida para atender às especificidades da realidade brasileira, especialmente às demandas da RIBPG. A norma se concentra em diretrizes operacionais específicas ao grau de implementação e desenvolvimento dos laboratórios forenses e às necessidades do BNPG. Entre seus principais requisitos estão o controle da cadeia de custódia, controles de qualidade, os critérios para a inserção de perfis genéticos no BNPG e a definição de parâmetros para funções específicas, como Administrador e Analista de Bancos de Perfis Genéticos.

Por outro lado, a ABNT NBR ISO/IEC 17025 possui escopo mais amplo e aplicação internacional, fornecendo diretrizes gerais para competência técnica e gestão da qualidade aplicáveis a diversos tipos de laboratórios. Elementos como validação de métodos, rastreabilidade metrológica, gestão de riscos e melhoria contínua são centrais na norma internacional. Esses aspectos, muitas vezes ainda não detalhados nas normas da RIBPG, são importantes para garantir que os resultados laboratoriais sejam tecnicamente válidos e reconhecidos globalmente.

A própria Resolução nº 12 já estabelece a ABNT NBR ISO/IEC 17025 como horizonte normativo para os laboratórios da rede. Em seu art. 15, a Resolução determina explicitamente que: "Os laboratórios devem ter em seus quadros integrantes com capacitação em leitura e interpretação da Norma ABNT NBR ISO/

IEC 17025 e em auditorias de sistemas de gestão da qualidade". Adicionalmente, o Anexo II da Resolução estabelece que seus requisitos visam "a adequação gradual aos requisitos da Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, conforme estabelecido no Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG".

Esta análise demonstrou que a implementação conjunta desses instrumentos normativos potencializa a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade. Enquanto a Resolução nº 12 oferece diretrizes técnicas específicas alinhadas às demandas da RIBPG, focando nos requisitos necessários para o compartilhamento confiável de perfis genéticos, a norma internacional complementa com requisitos que ampliam a competência técnica e o reconhecimento global dos resultados.

A estrutura da Resolução nº 12 evidencia sua concepção como uma etapa intermediária no processo de adequação dos laboratórios da RIBPG aos padrões internacionais. Na prática, laboratórios que já atendem adequadamente à Resolução nº 12 possuem uma base sólida para avançar em direção à acreditação pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, necessitando principalmente aprofundar aspectos relacionados à gestão de riscos, validação de métodos e rastreabilidade metrológica.

DIAGNÓSTICO: IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DO SISTEMA DE GESTÃO PARA A ABNT NBR ISO/IEC 17025

Entre 2020 e 2021, o LBDF conduziu um programa de auditorias internas com duplo objetivo: avaliar a conformidade com os requisitos da Resolução nº 12/2019 e identificar lacunas relacionadas à futura implementação da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. Para garantir a imparcialidade e robustez técnica desse processo, foram convidados profissionais externos, vinculados a laboratórios de ensaio já acreditados na norma, com experiência consolidada em avaliação de conformidade e gestão da qualidade. Essa abordagem proporcionou uma análise técnica qualificada e isenta, permitindo a identificação de pontos críticos e oportunidades de melhoria relevantes para o alinhamento do SGQ aos requisitos internacionais.

A análise crítica dos resultados das auditorias foi conduzida pela equipe de gestão do laboratório, composta pelo coordenador, supervisor da qualidade, supervisor técnico e administrador do Banco de Perfis Genéticos (BPG). Complementarmente, foram utilizados os conhecimentos adquiridos pela equipe nas capacitações específicas sobre a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das exigências normativas e sua aplicação no contexto forense.

As lacunas foram classificadas segundo o critério de criticidade: i) alta, quando associadas a riscos que poderiam comprometer diretamente a confiabilidade dos resultados periciais ou a validade técnica dos ensaios, exigindo ação imediata; ii) média, quando relacionadas à eficiência e fluidez operacional e à otimização de recursos, com impacto indireto na qualidade dos resultados; e iii) baixa, quando vinculadas a melhorias incrementais ou ajustes secundários, que poderiam ser implementados progressivamente.

Essa categorização, alinhada às práticas recomendadas para avaliação de conformidade, permitiu estabelecer prioridades claras e cronograma factível para as ações subsequentes. Para cada lacuna identificada, foram definidas ações corretivas e preventivas específicas, considerando não apenas a correção pontual da não conformidade, mas também medidas para evitar sua recorrência, em consonância com o princípio de melhoria contínua preconizado pela norma.

O Quadro 2 apresenta a síntese das lacunas identificadas e as respectivas ações corretivas e preventivas planejadas, agrupadas segundo os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025. Entre os pontos críticos identificados, destacaram-se a necessidade de aprimoramento da validação de métodos analíticos, a implementação de um sistema robusto de gestão de riscos e o fortalecimento dos processos de rastreabilidade metrológica.

Os resultados do diagnóstico serviram como base para o planejamento estratégico da implementação, permitindo a otimização de recursos e a definição de um roteiro estruturado para adequação normativa que respeitasse tanto as exigências técnicas quanto as particularidades operacionais do laboratório forense de Goiás.

QUADRO 2

Lacunas identificadas no diagnóstico e respectivas ações propostas para conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 17025

Requisito	Lacunas identificadas	Criticidade	Ação Requerida
4.1 Imparcialidade	Ausência de controle formal de riscos à imparcialidade.	Média	Elaboração de procedimento documentado para identificar e mitigar riscos.
4.2 Confidencialidade	Falta de cláusulas de confidencialidade em declarações individuais.	Média	Implementação de termos de confidencialidade para colaboradores e controle de acesso a documentos sensíveis.
5.1 Estrutura Organizacional	Inconsistência na definição de responsabilidades e hierarquias.	Média	Revisão do organograma e criação de descrições claras de cargos e funções.
6.1 Pessoal	Ausência de programa de capacitação contínuo	Média	Elaboração de planos de treinamentos e matriz de competências. Estabelecimento de requisitos de competência e monitoramento.
	Capacitação insuficiente em gestão da qualidade.	Alta	Treinamentos especializados e certificações para a equipe gerencial.
6.3 Equipamentos	Equipamentos não calibrados regularmente.	Alta	Implementação de programa de calibração.
	Ausência de plano de manutenção para todos os equipamentos críticos.	Alta	Estabelecimento de programas para manutenções preventivas com base nas recomendações dos fabricantes. Contratação de serviços com fornecedores especializados.
	Ausência de validação ou verificação do desempenho dos equipamentos após manutenção ou calibração.	Alta	Implementação de critérios de aceitação para validar o desempenho dos equipamentos. Registro dos resultados das verificações, vinculados ao histórico do equipamento.
6.4 Rastreabilidade Metrológica	Falta de comprovação de rastreabilidade.	Média	Contratação de serviços de calibração com rastreabilidade ao Sistema Internacional de Medidas (SI).
6.5 Produtos e Serviços Externos	Ausência de procedimento e registro sobre os critérios para avaliação de fornecedores.	Média	Estabelecimento de critérios de seleção, avaliação e monitoramento de fornecedores em procedimento documentado.
	Falta de definição clara sobre os critérios de aceitação dos produtos e serviços.	Média	Implementação de procedimento e registro para recebimento. Elaboração de modelos que detalhem especificações técnicas, requisitos normativos e condições de entrega.

Continua

Requisito	Lacunas identificadas	Criticidade	Ação Requerida
7.1 Revisão de Pedidos, Propostas e Contratos	Ausência de detalhamento das responsabilidades.	Baixa	Padronização de requisitos para requisições e atendimento. Definição de responsabilidades em procedimento.
7.2 Seleção, Verificação e Validação de Métodos	Métodos aplicados sem validação documentada.	Alta	Realização de estudos de validação realizados conforme guias internacionais. Contratação de serviços especializados.
7.6 Avaliação da Incerteza de Medição	Incertezas de medição não identificadas.	Alta	Elaboração de procedimento e registro das incertezas identificadas.
7.9 Reclamações	Ausência de um procedimento documentado para lidar com reclamações de clientes.	Média	Implementação de um procedimento formal, com prazos definidos para resposta.
7.11 Controle de Dados e Gestão da Informação	Falta de validação de *softwares* utilizados para gerenciar dados laboratoriais.	Alta	Realização de testes de funcionalidade com relatórios emitidos.
7.12 Garantia de Validade dos Resultados	Falta de participação em programas de ensaio de proficiência acreditados pela ISO/IEC 17043.	Alta	Adesão a programas de proficiência reconhecidos com financiamento externo.
7.13 Atividades Subcontratadas	Ausência de registro de competência técnica do fornecedor.	Média	Elaboração de procedimento para registro de avaliação de fornecedores.
8.5 Ações para Abordar Riscos e Oportunidades	Ausência de uma matriz de avaliação de riscos.	Alta	Elaboração de uma matriz de riscos com base na ISO 31000, incluindo monitoramento contínuo.
8.6 Melhoria Contínua	Falta de registros de iniciativas sistemáticas para identificar e implementar melhorias.	Média	Elaboração de procedimento e registro em formulário específico.
8.8 Auditorias Internas	Critérios e equipe inadequada.	Média	Contração de serviço externo. Avaliação de qualificação de fornecedores e colaboradores.
8.9 Análise Crítica pela Direção	Falta de análises críticas formais e documentadas.	Alta	Elaboração de procedimento para padronização e estabelecimento da periodicidade. Realização de reuniões periódicas para análise crítica, com geração de ata e relatório.

Fonte: elaboração própria (2025).

IMPLEMENTAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE ADEQUAÇÃO À ABNT NBR ISO/IEC 17025

A implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF foi estruturada a partir de um conjunto de estratégias complementares, metodologicamente fundamentadas na pesquisa-ação e alinhadas aos objetivos da gestão do laboratório. A abordagem adotada permitiu não apenas atender aos requisitos normativos, mas também fortalecer a governança laboratorial.

A adesão da equipe técnica foi um fator crítico para o sucesso do processo. A totalidade dos peritos criminais do laboratório participou ativamente das ações de capacitação voltadas à compreensão dos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025. Um grupo de trabalho voluntário foi constituído para a validação de métodos, composto por profissionais que se dispuseram a contribuir com a análise crítica dos procedimentos e a proposição de melhorias. Essa participação técnica voluntária demonstrou alinhamento com os princípios de envolvimento e responsabilidade previstos no modelo de gestão da qualidade.

Como parte do processo avaliativo, foi conduzida uma pesquisa de satisfação interna com todos os servidores lotados no laboratório, com o objetivo de aferir a percepção da equipe acerca da implementação e dos efeitos do SGQ na rotina técnico-administrativa. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, aplicado de forma anônima e voluntária, composto por dez questões fechadas em escala Likert (de 1 a 5) e uma pergunta aberta. Os temas abordados incluíram: a clareza nas atribuições de cada função, a efetividade das capacitações oferecidas, a adequação dos documentos normativos, a comunicação interna e a percepção sobre a utilidade do SGQ no desempenho das atividades cotidianas. Os resultados indicaram níveis superiores a 80% de concordância nas dimensões analisadas, o que foi considerado um indicativo relevante do grau de aceitação e apropriação do sistema pela equipe.

DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL

Para garantir a coordenação e o sucesso das ações necessárias à implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025, foi designada a tarefa a um gestor da qualidade como responsável. Essa escolha estratégica assegurou que as atividades fossem conduzidas de forma estruturada, eficiente e alinhada às prioridades identificadas no planejamento. O responsável pela implementação desempenhou um papel central, com as seguintes atribuições:

- **Coordenação das atividades**: gerenciando o andamento das ações, garantindo o cumprimento de prazos e a realização das tarefas conforme as metas estabelecidas.
- **Acompanhamento do progresso**: monitorando continuamente as etapas de implementação, identificando possíveis gargalos e propondo soluções para manter o cronograma em dia.
- **Intermediação entre equipes**: atuando como elo de comunicação entre a equipe técnica, a gestão superior do laboratório e a alta direção, garantindo alinhamento e suporte para as decisões estratégicas.
- **Supervisão da execução técnica**: verificando a qualidade das entregas, como a elaboração de documentos, validações de métodos e preparação para auditorias.
- **Reporte contínuo**: apresentando relatórios sobre os avanços, as dificuldades e as necessidades para ajustar estratégias, quando necessário.

A designação de um responsável proporcionou centralização e clareza nas diretrizes, evitando sobreposições de tarefas ou falhas de comunicação. Esse modelo de gestão permitiu uma visão ampla e estruturada do processo de implementação. Além disso, a experiência e o conhecimento técnico do gestor contribuíram para a construção de um ambiente de colaboração e confiança entre as partes envolvidas. Essa estratégia centralizada possibilitou minimizar os riscos e maximizar a eficiência no cumprimento das etapas críticas.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DEDICADOS

A alocação de recursos humanos dedicados a atividades específicas foi uma das estratégias essenciais para o sucesso do processo de implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025. Essa abordagem consistiu em afastar temporiamente servidores de suas funções rotineiras, como emissão de laudos e outras demandas operacionais, para que pudessem se concentrar nas ações necessárias à acreditação.

Os servidores alocados assumiram responsabilidades cruciais, incluindo:

- **Validação de métodos analíticos**: garantindo que os métodos utilizados no laboratório atendessem aos critérios de robustez, precisão e repetibilidade exigidos pela norma. Embora o serviço tenha sido contratado externamente, foi indispensável a designação de uma equipe interna para compor um grupo de trabalho responsável por executar as atividades no local, acompanhar o andamento do processo – que é extenso e detalhado – e aplicar os resultados no contexto laboratorial. Esse envolvimento direto da equipe garantiu a integração das soluções implementadas com a realidade operacional do laboratório, promovendo a eficácia do processo e fortalecendo a competência técnica interna.

- **Revisão e elaboração de POPs**: documentando, de maneira clara e padronizada, os processos laboratoriais, assegurando consistência e conformidade com os requisitos normativos.

- **Preparação para auditorias e avaliações**: organizando e revisando evidências documentais e práticas operacionais, de modo a identificar e corrigir possíveis não conformidades antes das auditorias externas.

Isso permitiu que as atividades críticas fossem realizadas sem comprometer a qualidade das entregas. Embora a retirada de servidores das rotinas operacionais tenha representado um desafio inicial, a decisão revelou-se estratégica, ao permitir a dedicação necessária para atender às exigências da norma.

Adicionalmente, a realocação temporária foi planejada de forma a preservar o atendimento de casos críticos e emergenciais, minimizando o impacto nas operações regulares. Houve o acompanhamento do responsável pela implementação, que monitorava as entregas e redistribuía tarefas conforme necessário.

A alocação de recursos humanos dedicados demonstrou ser uma medida indispensável para a execução eficaz do projeto. Essa abordagem promoveu um ambiente de trabalho focado e organizado, assegurando que as demandas da acreditação fossem atendidas com o rigor e a atenção necessária, sem comprometer a funcionalidade essencial do laboratório.

ESTABELECIMENTO DE UM PLANO DE COMUNICAÇÃO

Reconhecendo a importância da clareza e do alinhamento em um projeto de alta complexidade, o plano foi projetado para garantir um fluxo constante de informações entre todos os níveis da organização, promovendo engajamento, transparência e colaboração. O plano foi projetado para atender a três frentes principais de comunicação:

- **Comunicação entre a equipe de implementação**: com reuniões periódicas para monitorar o progresso das atividades, discutir desafios e alinhar estratégias. A utilização de ferramentas de gestão visual, como o *Kanban*, facilitou a organização e o acompanhamento das tarefas, garantindo que todos estivessem cientes de suas responsabilidades.

- **Comunicação com o restante da equipe do laboratório**: com atualizações regulares com os membros da equipe que não estavam diretamente envolvidos na implementação, mas cujas funções poderiam ser impactadas pelas mudanças. Reuniões de esclarecimento foram realizadas para explicar os objetivos do projeto, dissipar dúvidas e alinhar expectativas. Essa abordagem assegurou que toda a equipe se sentisse parte do processo, reduzindo resistências e fortalecendo a coesão organizacional.

- **Comunicação com a alta direção**: com atualizações para a gerência e superintendência, fornecendo uma visão completa do progresso, das dificuldades encontradas e dos resultados alcançados.

O plano garantiu que as informações fluíssem de maneira clara em todas as direções, promovendo uma gestão proativa e colaborativa do projeto. A comunicação interna reforçou o engajamento da equipe, enquanto a interação com a gestão assegurou que as necessidades do laboratório fossem atendidas. Essa abordagem integrada foi fundamental para superar desafios e manter o alinhamento em todas as etapas da implementação.

CAPACITAÇÃO

Os treinamentos externos foram essenciais para capacitar o supervisor da qualidade do laboratório na compreensão da ABNT NBR ISO/IEC 17025 e na aplicação prática de seus requisitos, principalmente nas lacunas identificadas durante o planejamento inicial. Esses treinamentos abordaram uma certificação em Curso de Formação de Gestores da Qualidade de Laboratório, de 150 horas, e incluíram:

- **Compreensão da norma e aplicação de requisitos**: com aprofundamento nos critérios e orientações de como integrá-los aos processos existentes do laboratório.

- **Gestão de riscos**: com capacitação para identificar, analisar e mitigar riscos relacionados aos processos laboratoriais.

- **Garantia da validade dos resultados**: com treinamento no uso de técnicas e ferramentas para monitorar e assegurar a confiabilidade dos resultados analíticos.

- **Interpretação de certificados de calibração**: com diretrizes práticas para avaliar a conformidade e a rastreabilidade de instrumentos de medição.

- **Condução da rotina de um gestor de qualidade**: com formação voltada para o planejamento e a execução de tarefas críticas, como auditorias internas, gestão de documentos, gestão de pessoas, não conformidades e análises críticas.

Os treinamentos foram ministrados por uma empresa de reconhecida credibilidade, especializada nesse tipo de capacitação, com profissionais experientes na aplicação da norma, avaliações e consultorias. O

custeio dessa capacitação foi realizado pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC), através de transferência de recursos de acordos de não persecução penal, que reconheceu a relevância estratégica da qualificação para o sucesso da implementação.

Após a sua formação, o supervisor da qualidade assumiu a responsabilidade de multiplicar o conhecimento dentro do laboratório. A capacitação interna foi realizada por meio da Coordenadoria de Ensino (CEPTC), garantindo que toda a equipe fosse treinada, aumentando o engajamento e a compreensão coletiva dos requisitos da norma.

Esses treinamentos resultaram no fortalecimento da competência técnica da equipe e contribuíram significativamente para a eficiência e objetividade na implementação da norma.

ESTABELECIMENTO DE PREMISSAS E CONTINUIDADE DE CASOS CRÍTICOS

Durante a implementação do SGQ, a gestão do LBDF definiu premissas para assegurar que as funções essenciais do laboratório fossem mantidas, mesmo diante das mudanças e adaptações necessárias. O objetivo era equilibrar as demandas do projeto com a continuidade operacional, especialmente no atendimento de casos de alta prioridade. As premissas estabelecidas incluíram:

- **Garantia da continuidade no atendimento a casos críticos**: como investigações criminais envolvendo réu preso, ordens judiciais e identificação de cadáveres, que receberam tratamento prioritário. A execução desses exames foi integrada ao planejamento para garantir que não houvesse atrasos ou prejuízos às partes envolvidas.

- **Manutenção de padrões mínimos de operação**: com definição de atividades que não poderiam ser interrompidas, mesmo temporariamente, assegurando a funcionalidade básica do laboratório.

- **Planejamento e redistribuição de recursos**: com ajustes na alocação de pessoal e equipamentos que foram realizados para evitar sobrecarga e garantir que as rotinas essenciais fossem preservadas.

A equipe técnica colaborou para revisar constantemente essas premissas, adaptando-as conforme necessário ao longo da implementação. Essa flexibilidade permitiu responder rapidamente a imprevistos, mantendo o compromisso com a qualidade e a eficiência.

O estabelecimento dessas diretrizes mostrou-se essencial para preservar a confiança das partes interessadas (chefias) e garantir que o laboratório cumprisse sua missão, mesmo em um período de transição. A integração de casos críticos ao planejamento estratégico reforçou o compromisso do laboratório com a entrega de resultados confiáveis e alinhados às expectativas dos clientes.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS

A contratação de serviços especializados desempenhou papel crucial para suprir lacunas técnicas enquanto o laboratório fortalecia sua competência interna. Os serviços incluíram:

- **Calibração de equipamentos**: garantiu a rastreabilidade metrológica a padrões internacionais (SI). O serviço foi contratado via licitação, o que permitiu a implementação de um programa de calibração abrangente que contempla pipetas automáticas monocanais, balanças analíticas e termômetros, garantindo a conformidade dos equipamentos críticos para as atividades analíticas.

- **Ensaios de proficiência**: conduzidos em programas acreditados conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17043. Para atender aos requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, o laboratório optou pela aquisição do ensaio de proficiência do GHEP-ISFG (Grupo Hispano-Luso de Especialistas em Identificação Genética da International Society for Forensic Genetics) (GHEP-FSG, 2025). Este ensaio, reconhecido internacionalmente, avalia a competência técnica de laboratórios por meio de testes interlaboratoriais na área de genética forense. Entretanto, por se tratar de uma compra internacional, o processo enfrentou desafios significativos devido à burocracia característica do setor público brasileiro. A viabilização dessas aquisições foi garantida por meio de diferentes estratégias no período. A primeira compra foi realizada com o apoio da Associação de Peritos Criminais de Goiás (Aspec-GO), que custeou o reembolso da aquisição direta. A segunda aquisição foi financiada com verba proveniente de acordos de não persecução penal firmado pelo Ministério Público de Goiás (MPGO), evidenciando a busca criativa por fontes alternativas de financiamento. Finalmente, a terceira compra foi concretizada pela SPTC, que realizou o pagamento de forma direta. Todas as aquisições foram feitas por reembolso.

- **Validação de métodos**: a validação de métodos analíticos seguiu diretrizes internacionais do *Scientific Working Group on DNA Analysis Methods* (SWGDAM) (SWGDAM, 2016). Profissionais especializados foram contratados para realizar a validação do parque analítico e dos insumos necessários, incluindo *kits* de quantificação e amplificação para marcadores autossômicos e do cromossomo Y, além de materiais de referência. O trabalho envolveu capacitação, serviço no local e assistência contínua com acompanhamento das atividades subsequentes. No LBDF, foi formado um grupo de trabalho interno composto por seis peritos criminais para acompanhar e conduzir as atividades internas, possibilitando a incorporação de conhecimento técnico avançado, permitindo à equipe adotar práticas eficazes para necessidades futuras.

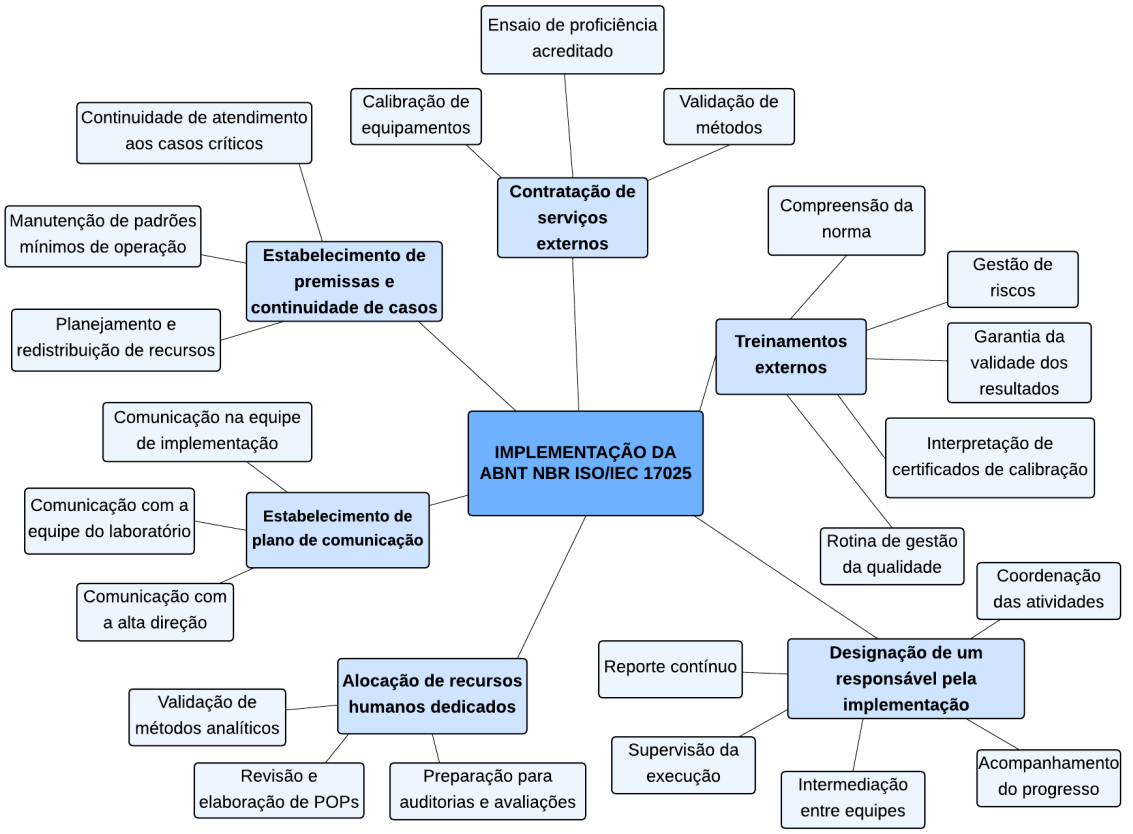
A validação foi viabilizada por meio de uma aquisição, via licitação, que contemplou insumos de quantificação e amplificação de DNA acrescidos do serviço de validação. Essa aquisição foi financiada com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e planejada para atender todo o parque analítico do laboratório. Essa abordagem não apenas assegurou a conformidade técnica, mas também otimizou a execução do projeto, garantindo alinhamento com as exigências normativas e suprindo desafios relacionados ao tempo e à disponibilidade de materiais de referência adequados.

A combinação de serviços acelerou a adequação do laboratório às exigências normativas, enquanto desenvolvia capacidade técnica para lidar com desafios operacionais e de gestão no longo prazo.

A Figura 4 apresenta uma representação gráfica abrangente das estratégias e ações adotadas pelo LBDF durante o processo de implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025. Essa figura sintetiza os principais elementos trabalhados para atender aos requisitos da norma, destacando tanto os aspectos técnicos quanto os gerenciais, com o objetivo de alcançar a acreditação.

FIGURA 4

Estratégias e elementos-chave na implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF



Fonte: elaboração própria (2025).

GESTÃO DE RISCOS: IDENTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

IDENTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS

A implementação da norma revelou diversos riscos potenciais, sendo necessário adotar estratégias específicas para mitigá-los e garantir o sucesso do projeto. Entre os principais riscos identificados, destacam-se:

- **Falta de compreensão da gestão**: a ausência de entendimento sobre a importância e as implicações da acreditação poderia comprometer o alinhamento estratégico e a alocação adequada de recursos. Como estratégia de mitigação, foram realizadas ações de sensibilização, destacando os objetivos, benefícios e desafios do processo de acreditação.

- **Restrições de recursos**: as limitações orçamentárias foram identificadas como fatores críticos. Para contornar esse risco, o laboratório elaborou um planejamento detalhado dos investimentos necessários e buscou alternativas, como o estabelecimento de parcerias. Além disso, a sensibilização continuada, com ênfase nos resultados positivos alcançados para a segurança pública, reforçou o compromisso institucional com o projeto.

- **Resistência às mudanças**: a adaptação a novos procedimentos e rotinas foi tratado como um desafio. Para enfrentar essa problemática, foram implementadas estratégias baseadas em comunicação clara e contínua, além de treinamentos voltados para equipe.

- **Manutenção da acreditação**: garantir a sustentabilidade do sistema de gestão da qualidade após a obtenção da acreditação foi identificado como um desafio de longo prazo. Para mitigá-lo, foram propostas rotinas de revisão, auditorias internas regulares e capacitações contínuas.

- **Impacto na demanda regular**: o foco no projeto de acreditação poderia comprometer a rotina do laboratório. Como solução, houve a reorganização dos processos, com otimização das atividades e readequação de prioridades para evitar prejuízos às demandas regulares.

OPORTUNIDADES

A implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 também revelou importantes oportunidades estratégicas, que reforçam o impacto positivo e os benefícios da acreditação. Entre elas, destacam-se:

- **Fortalecimento da credibilidade**: a acreditação aumenta substancialmente a confiança nos resultados analíticos do laboratório, consolidando sua credibilidade como referência técnica em genética forense.

- **Padronização e melhoria de processos**: a implementação promove maior eficiência operacional, padroniza procedimentos e assegura consistência nos resultados, reduzindo a ocorrência de erros e retrabalhos.

- **Integração em redes internacionais**: a conformidade com a norma facilita a colaboração global, permitindo o reconhecimento mútuo dos resultados analíticos e fortalecendo parcerias.

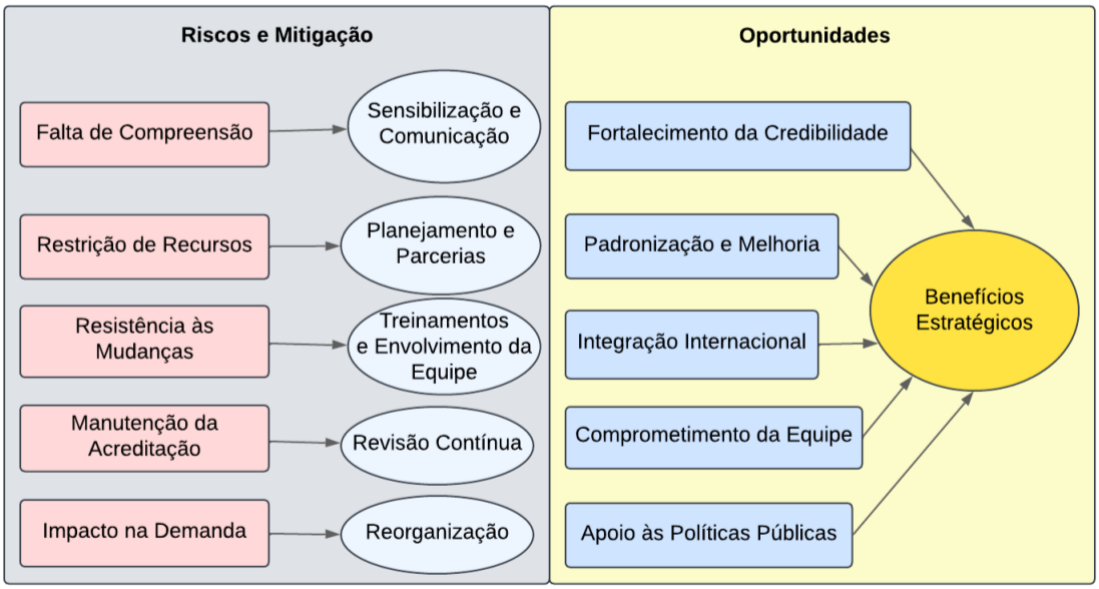
- **Comprometimento da equipe**: padrões elevados inspiram maior comprometimento dos colaboradores, favorecendo um ambiente de trabalho mais integrado, com maior senso de responsabilidade e confiança nas análises realizadas.

- **Reforço às políticas públicas de segurança**: a acreditação contribui para a transparência, eficiência e credibilidade das políticas de segurança pública.

A Figura 5 apresenta uma síntese dos principais riscos e estratégias de mitigação identificados, bem como das oportunidades estratégicas associadas ao processo. Essa representação visual destaca como a gestão de riscos, alinhada à identificação de benefícios potenciais, contribui para estruturar as ações do laboratório em busca da acreditação. A integração dessas dimensões reforça os benefícios estratégicos.

FIGURA 5

Análise de riscos e oportunidades na implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no LBDF



Fonte: elaboração própria (2025).

DISCUSSÃO

A implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 reafirma o papel estratégico da acreditação como ferramenta essencial para fortalecer políticas públicas de segurança e a credibilidade do sistema forense no Brasil. O trabalho demonstrou avanços significativos na estruturação do SGQ em um laboratório forense brasileiro estadual, alinhados a padrões internacionais, mas também evidenciou desafios complexos inerentes ao processo.

Entre os resultados mais relevantes, destaca-se a adoção de iniciativas coordenadas, como a capacitação técnica da equipe, a formação de grupos de trabalho dedicados e a utilização de ferramentas de gestão visual, com destaque para o método Kanban. Essa abordagem permitiu uma organização mais eficiente das tarefas, a priorização de ações e o monitoramento contínuo das atividades relacionadas à implementação da norma, garantindo maior controle e transparência nos processos.

O método Kanban, conforme destacado por Ribeiro (2020), apresenta uma abordagem sistêmica que favorece a integração entre os diferentes atores envolvidos no sistema de gestão, sendo particularmente eficaz em contextos complexos, como a gestão de segurança pública. Além disso, Sabino (2021) reforça que a visualização clara do *status* dos projetos, associada a discussões regulares, aumenta significativamente as chances de sucesso, contribuindo para o alinhamento das equipes e a execução coordenada das ações.

No contexto do LBDF, essa abordagem contribuiu não apenas para a execução das etapas de implementação, mas também para a manutenção das operações regulares do laboratório. A integração estratégica da emissão de laudos periciais ao planejamento das ações de acreditação foi fundamental para mitigar impactos na rotina operacional, preservar a confiança dos órgãos requisitantes e equilibrar as exigências norma-

tivas com as demandas práticas do dia a dia do laboratório. Incorporar atividades periciais no planejamento estratégico permitiu mitigar os impactos na produtividade, demonstrando que o alinhamento entre metas normativas e entregas operacionais pode ser alcançado por meio de uma gestão eficiente e coordenada.

O tamanho da equipe do laboratório, considerado um ponto forte, foi fundamental para viabilizar essa integração, permitindo a distribuição estratégica das tarefas. Contudo, o laboratório ainda enfrenta o desafio de lidar com um *backlog* significativo de exames acumulados. Esse problema requer atenção em projetos futuros, com o objetivo de desenvolver estratégias específicas para reduzir o acúmulo e garantir que a eficiência operacional alcançada seja sustentável a longo prazo.

A validação de métodos, etapa indispensável para a acreditação, foi identificada como um dos maiores desafios enfrentados. Esse processo exigiu uma abordagem bem planejada, envolvendo gestão eficiente do tempo, aquisição de materiais de referência apropriados e desenvolvimento de planos detalhados. Para superar essas barreiras, o laboratório recorreu à contratação de serviços especializados e estabeleceu uma equipe interna dedicada a acompanhar e executar as ações.

Embora o Laboratório de DNA Forense de Goiás ainda não tenha obtido a acreditação, suas estratégias destacam-se como exemplo de superação de desafios típicos do setor, como restrições financeiras e operacionais. A ausência de consultoria externa foi compensada por um plano de capacitação interna estruturado, no qual o supervisor da qualidade, após treinamentos especializados, atuou como multiplicador, disseminando conhecimento técnico entre a equipe. Além disso, o laboratório estabeleceu parcerias estratégicas com outros instituições e setores para troca de experiências e acesso a recursos financeiros, demonstrando que a colaboração é essencial na superação de barreiras técnicas e financeiras.

Um aspecto central desse processo foi o envolvimento direto da alta direção, que desempenhou um papel estratégico no suporte às decisões críticas e na viabilização das contratações, imprescindíveis para o avanço do processo de acreditação. Esses serviços, adquiridos por diferentes modalidades de contratação, incluíram licitações para calibração de equipamentos e validação de métodos, bem como aquisições internacionais de ensaios de proficiência. Essa atuação integrada entre a alta direção e a equipe técnica garantiu que as ações planejadas fossem executadas com eficácia, assegurando o cumprimento dos requisitos normativos e o fortalecimento contínuo da competência técnica do laboratório. Como destacado por Agata, Assis e Garcia (2024), para alcançar o sucesso de planejamento e execução de contratações, é indispensável analisar a estrutura da instituição, estabelecer prioridades e assegurar o apoio da alta administração, com o engajamento dos gestores. Essa abordagem contribui significativamente para o avanço do grau de maturidade em governança e planejamento de compras.

Essas abordagens reforçam que, mesmo sem a acreditação formal, é possível construir bases sólidas para a confiabilidade e eficiência por meio de uma combinação de capacitação interna, parcerias estratégicas e suporte da alta direção. O laboratório mantém o compromisso de alcançar a acreditação, próxima etapa desse processo. A experiência de Goiás, portanto, não apenas avança na conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, mas também oferece um modelo replicável para outros laboratórios no Brasil, com as suas adaptações locais. Esse caso reafirma, assim, a importância de estratégias integradas que considerem as particularidades locais e promovam o fortalecimento dos sistemas forenses em um cenário nacional diversificado.

Nesse contexto, o alinhamento do processo de acreditação dos laboratórios da RIBPG com suas operações técnicas é crucial. Acreditação e serviços regulares devem ser tratados de forma integrada, para que

o processo não se torne um obstáculo ao atendimento das demandas periciais ou à execução de outras políticas públicas interligadas. Esse alinhamento, quando bem estruturado, não apenas fortalece a qualidade técnica e a confiabilidade dos resultados, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável de políticas públicas de segurança.

O desafio de conciliar a produção de laudos com a redução de *backlog* e o cumprimento de metas de exames requer uma abordagem coordenada. Embora esforços do Governo Federal, como capacitações e financiamento para contratação de consultorias, tenham sido realizados, os resultados permanecem insuficientes. Até o momento, nenhum laboratório estadual foi acreditado.

Estudos internacionais demonstram abordagens eficazes para promover a acreditação em larga escala. Na União Europeia, iniciativas como o EFSA2020 estabeleceram padrões rigorosos de qualidade, enquanto, nos Estados Unidos, o programa ASCLD *Accreditation Initiative* alcançou taxas de acreditação de aproximadamente 88% dos laboratórios forenses (Grassel *et al.*, 2022; Zarwell; Grassel; Pilkington, 2024). Esses exemplos sugerem que o sucesso depende de ações integradas que combinem recursos financeiros, treinamentos especializados e suporte técnico contínuo.

Um aspecto fundamental é a necessidade de alinhar planos nacionais aos contextos locais. Embora a RIBPG tenha estabelecido metas relevantes para o aprimoramento técnico da rede, sua concretização depende de uma articulação eficaz entre os diferentes entes envolvidos, como as autoridades federais, os laboratórios estaduais e a CGCRE. Estratégias integradas que considerem as especificidades estruturais e operacionais de cada laboratório são fundamentais para garantir a viabilidade e a continuidade do processo de acreditação. Nesse sentido, a expansão de programas de apoio à implementação – sob supervisão da CGCRE – com treinamentos orientados à realidade forense pode contribuir significativamente para acelerar o processo, a exemplo do modelo adotado pela ANAB nos Estados Unidos, que oferece suporte técnico contínuo aos laboratórios (ANAB, [*s.d.*]).

A governança desempenha papel fundamental no êxito do processo de acreditação, pois permite a integração eficiente entre diferentes níveis de gestão e a harmonização de diretrizes normativas. Para que a acreditação seja sustentável e eficaz, os esforços internos dos laboratórios devem ser fortalecidos por uma coordenação estratégica entre as esferas federal e estadual, contando com o suporte técnico e regulatório da CGCRE. Uma governança sólida é crucial para conectar planos estratégicos nacionais às especificidades regionais, assegurando que as iniciativas implementadas sejam sustentáveis e atendam às demandas locais (Baptista, 2021; Costa, 2023).

Nesse contexto, experiências colaborativas e ações interinstitucionais têm demonstrado potencial para fortalecer processos de implementação técnica na área da segurança pública, particularmente ao permitir a troca de informações, o diagnóstico conjunto de desafios e a disseminação de boas práticas. A atuação em rede pode favorecer o desenvolvimento de capacidades institucionais e a adaptação de soluções testadas em outros contextos. No entanto, a eficácia dessas iniciativas depende da existência de mecanismos de coordenação adequados, capazes de conciliar a autonomia dos atores com a necessidade de alinhamento estratégico. A literatura aponta que estruturas colaborativas exigem modelos de governança ajustados às dinâmicas de interdependência, a fim de assegurar que seus objetivos sejam alcançados de forma integrada e eficiente (Costa, 2023).

Nesse contexto, a RIBPG configura-se não apenas como uma rede técnica de colaboração, mas como um exemplo de política pública estruturada no âmbito da segurança pública brasileira. Sua implementação articula diretrizes federais e execução descentralizada por unidades estaduais e distrital, o que se aproxima de modelos contemporâneos de governança em rede, caracterizados pela interdependência entre atores e pela construção coletiva de soluções (Costa, 2023; Ataíde; Sousa, 2023). A padronização normativa, por meio da Resolução nº 12 e do compartilhamento de perfis genéticos com o Banco Nacional, associa-se à flexibilidade operacional dos laboratórios estaduais, o que permite uma adaptação às diferentes capacidades institucionais e realidades locais.

Como destacam Hood e Rothstein (2020), políticas públicas implementadas em ambientes organizacionais complexos, como o da ciência forense, demandam arranjos institucionais capazes de lidar simultaneamente com a necessidade de controle e a valorização da autonomia dos entes envolvidos. A RIBPG, nesse sentido, representa um modelo híbrido, no qual a governança não é centralizada, mas coordenada, e os fluxos de informação e de conhecimento técnico fluem horizontalmente entre os integrantes da rede. Isso se reflete, por exemplo, nas auditorias colaborativas, no intercâmbio de metodologias e nas estratégias compartilhadas de capacitação, como as promovidas pela Senasp e pela utilização de padrões internacionais como a ISO/IEC 17025.

Essa configuração permite interpretar a RIBPG como um bom exemplo de política pública dentro da proposta mais ampla do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que busca integrar as instituições de segurança em âmbito nacional por meio de articulação federativa (Brasil, 2018; Britto; Souza, 2018). O modelo de funcionamento da RIBPG revela como políticas de segurança podem ser concebidas a partir de arranjos cooperativos que reconhecem as particularidades regionais sem abrir mão da qualidade técnica e da padronização normativa. A literatura sobre gestão da qualidade em laboratórios reforça a importância de tais redes para a difusão de boas práticas, a gestão de riscos e a promoção da melhoria contínua (Nogel *et al.*, 2019; Heavey *et al.*, 2023; Bezerra *et al.*, 2025).

Ademais, o fortalecimento de redes como a RIBPG desempenha um papel estratégico na valorização institucional da perícia criminal no Brasil. Ao integrar laboratórios forenses de diferentes estados sob um marco normativo comum, promover ações contínuas de capacitação técnica e incentivar a acreditação segundo padrões internacionais, a RIBPG contribui significativamente para a qualificação da atuação pericial e para o reconhecimento de sua importância no sistema de justiça.

Essa articulação entre qualidade técnica, gestão organizacional e diretrizes nacionais de política pública constitui um modelo de governança que pode inspirar outras iniciativas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), especialmente em áreas que também enfrentam desafios de coordenação federativa e heterogeneidade institucional (Silva Júnior *et al.*, 2022; Minervino; Silva Júnior; Corte-Real, 2024). Como observa Costa (2004), a implementação de políticas públicas em contextos federativos complexos depende da capacidade do governo federal de articular mecanismos eficazes de indução e cooperação vertical entre os entes subnacionais, cenário que demanda instrumentos normativos, incentivos e alinhamento estratégico.

A análise da Lei do Susp por Marcineiro e Protásio dos Reis (2018) evidencia, contudo, limitações estruturais no desenho do sistema, especialmente quanto à ausência de uma inteligência sistêmica capaz de integrar efetivamente os diferentes níveis federativos. A RIBPG surge, nesse sentido, como um exemplo de como é possível articular diretrizes nacionais com execução local, mediante arranjos interinstitucionais

funcionais, padronização de processos e compartilhamento de dados. Tais experiências podem ser incorporadas como referência para o fortalecimento das políticas públicas na área, contribuindo para que o Susp se desenvolva com base em práticas bem-sucedidas.

Cabe ressaltar que riscos sistêmicos podem emergir em políticas públicas interdependentes. Ramos (2020) alerta que decisões fragmentadas e individualizadas podem gerar externalidades negativas, afetando outros setores ou organizações. No contexto da RIBPG, é essencial que o processo de acreditação esteja integrado às operações técnicas e às políticas públicas de segurança, evitando que este se torne um entrave à prestação de serviços periciais ou ao funcionamento de outras iniciativas interligadas, como políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

CONCLUSÃO

A implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no Laboratório de Biologia e DNA Forense da Polícia Científica de Goiás representa um avanço significativo para a qualificação dos serviços periciais. Este estudo, desenvolvido por meio de pesquisa-ação e análise documental sistemática, evidenciou que a estruturação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) robusto contribui não apenas para o fortalecimento da governança institucional e para a otimização de processos operacionais, mas também para a integração efetiva do laboratório às políticas nacionais de segurança pública.

Os resultados alcançados demonstram que fatores como capacitação técnica da equipe, validação de métodos analíticos e implementação de estratégias eficazes de gestão de riscos são determinantes para o sucesso da adequação normativa. A abordagem adotada pelo laboratório, fundamentada na integração entre planejamento estratégico, treinamento interno e suporte da alta direção, comprovou que a conformidade com a norma pode ser construída de forma consistente e sustentável, mesmo com as limitações de recursos típicas de instituições públicas brasileiras.

Embora a acreditação formal ainda não tenha sido concluída, os avanços alcançados já refletem impactos positivos na rotina laboratorial, com melhorias na confiabilidade dos laudos periciais, na rastreabilidade dos processos e na gestão dos recursos técnicos. A consolidação dessas práticas reforça o papel do laboratório como componente estratégico do sistema de justiça criminal, especialmente por sua contribuição para o Banco Nacional de Perfis Genéticos.

É importante reconhecer que este estudo apresenta limitações ao concentrar-se em um único laboratório, que restringe a generalização dos achados para outros contextos institucionais. Fatores como estrutura organizacional, disponibilidade de recursos e apoio institucional podem variar significativamente entre estados e instituições, influenciando os desafios e as soluções necessárias.

Pesquisas futuras podem explorar os impactos concretos da acreditação na eficiência operacional e na admissibilidade judicial dos laudos após a certificação formal. Recomenda-se também a ampliação do estudo para outros laboratórios forenses brasileiros, a fim de identificar desafios e soluções comuns na implementação da norma. A investigação de estratégias para a redução do *backlog* de exames pendentes e a implementação de um LIMS pode contribuir para um melhor gerenciamento da carga de trabalho e aumento da produtividade.

Por fim, o trabalho reforça a importância de uma abordagem integrada para a acreditação dos laboratórios da RIBPG, garantindo que o cumprimento dos requisitos normativos esteja alinhado às necessidades operacionais e às políticas públicas de segurança. A experiência do estado de Goiás destaca a necessidade de articulação entre autoridades federais e estaduais para ampliar o suporte técnico e financeiro, visando acelerar a implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025 em âmbito nacional. Assim, o fortalecimento da governança e o investimento contínuo na capacitação de profissionais são essenciais para consolidar a qualidade e a confiabilidade dos exames forenses no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO/IEC 17000:2005** – Avaliação da conformidade – Vocabulário e princípios gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 9000:2015** – Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017** – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 31000** – Gestão de riscos – Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

AGATA, Priscila Barbosa; ASSIS, Izabel Pereira de; GARCIA, Luan Augusto Alves. Alinhamento do plano de contratações anual com o planejamento de compras. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 15, n. 10, p. 1-21, 2024. DOI: http://doi.org/10.7769/gesec.v15i10.4240.

AMANKWAA, Aaron Opoku; MCCARTNEY, Carole. The effectiveness of the current use of forensic DNA in criminal investigations in England and Wales. **WIRES Forensic Sci**, v. 3, n. 6, 2021. DOI: https://doi.org/10.1002/wfs2.1414.

ANAB – Ansi National Accreditation Board. **Forensic Service Provider Accreditations**. [*s.d.*]. Disponível em: https://anab.ansi.org/accreds/accreditation-for-forensic-service-providers/?srsltid=AfmBOoox0hmkpv71lN01XfalycOTqcuRbmHSSh0Ku-UAso1IZKN9-nlW. Acesso em: 22 jul. 2026.

ATAIDE, Maria Célia Ferreira; SOUSA, Marcos de Moraes. Revisão sistemática dos indicadores de eficácia em bancos de DNA forenses. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, n. 17, v. 1, p. 166-187, 2023. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1527.

BAPTISTA, Gustavo Camilo. Oportunidades e os riscos da governança de políticas públicas brasileiras: reflexões sobre o Sisnad e Susp. **Revista Susp**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 2021.

BEZERRA, Laryssa Silva de Andrade; SOUZA-NETO, Advaldo Carlos de; CHAVES, Parulo; POLTRONIERI, Camila Fabricio. Implementation of ISO/IEC 17025 in forensic genetics laboratories in Brazil. **Forensic Science International**, v. 371, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2025.112489.

BITTENCOURT, Eloisa Auler; IWAMURA, Edna Sadayo Miazato. Brazilian DNA database – Establishment, legislation and accreditation. **Forensic Science International**: Genetics Supplement Series, v. 7, n. 1, p. 422-423, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/J.FSIGSS.2019.10.036.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 7.950, de 12 de março de 2013. Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 4, 13 mar. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7950.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 4, 12 jun. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, ed. Extra – A, p. 1, 24 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRITTO, Carlos Alberto de Souza; SOUZA, Andrei Sicsu de. Uma análise jurídica do Sistema Único de Segurança Pública – Susp e o papel policial no combate à violência. **Revista Acadêmica Online**, v. 4, n. 23, 2018. Disponível em: https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/576. Acesso em: 22 jul. 2026.

BUTLER, John. Recent advances in forensic biology and forensic DNA typing: INTERPOL review 2019-2022. **Forensic Science International**: Synergy, v. 6, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.fsisyn.2022.100311.

CARVALHO, Nígela Rodrigues; ARÃO, Grasielly de Oliveira Lázaro; LIMA, Yanna Andressa Ramos; GODINHO, Neide Maria de Oliveira; MOTA, Mariana Flavia; GIGONZAG, Thaís Cidália Vieira. The contribution of DNA databases for stored sexual crimes evidences in the central of Brazil. **Forensic Science International Genetics**, v. 46, n. 102235, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.fsigen.2020.102235.

CATINI, Raquel Helena; DE SOUZA, Fernando Jose Pires; PINHEL, Maria de Fátima Martins; MENDONÇA, Andre de Oliveira; PACCES, Vitor Hugo Polisekl; OLIVARES, Igor. Application of indicators and quality index as a tool for critical analysis and continuous improvement of laboratories accredited against ISO/IEC 17025**. Accreditation and Quality Assurance**, v. 20, n. 5, p. 431-436, 2015. DOI: https://doi:10.1007/s00769-015-1143-2.

COSTA, Arthur Trindade. **Segurança pública, redes e governança** [online]. Brasília: Editora UnB, 2023. 304 p. ISBN: 978-65-5846-096-1. DOI: https://doi.org/10.7476/9786558461708.

COSTA, Tiago Rodrigues da; COSTA, Taís Rodrigues da. Caracterização da ferramenta da qualidade PDCA: uma pesquisa bibliográfica. **Revista Foco**, v. 17, n. 5, 2024. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-133.

COSTA, Valeriano. Federalismo. *In*: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 173-184.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Council framework Decision 2009/905/JHA of 30 November 2009 on Accreditation of forensic service providers carrying out laboratory activities**. Bruxelas, nov. 2009.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Council conclusions on the vision for European Forensic Science 2020 including the creation of a European Forensic Science Area and the development of forensic science infrastructure in Europe**. Bruxelas, dez. 2011.

CRESPILLO, Manuel; BARRIO, Pedro. Genética Forense: del laboratorio a los tribunales. Reseña Bibliográfica. **Revista Mexicana de Medicina Forense**, Boca del Río, v. 4, n. 2, p. 52-56, 2019. DOI: https://doi.org/10.25009/revmedforense.v4i2.2668.

DUARTE, Caroline dos Santos; MÜLLER, Sabrina Hellwig; SPANEMBERG, Flavio Edney Macuglia. Desafios enfrentados e ferramentas utilizadas para a manutenção da ABNT NBR ISO/IEC 17025 pós acreditação. **Revista Thema**, Pelotas, v. 19, n. 3, p. 656-669, 2021. DOI: https://doi.org/10.15536/thema.v19.2021.656-669.2111.

FBI – Federal Bureau of Investigation. **Quality assurance standards for forensic DNA testing laboratories**. 2020.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011.

GHEP-IFSG – Grupo de Línguas Espanhola e Portuguesa da International Society for Forensic Genetics. **Ensaios, Aptidões e Desafios**, 2025. Disponível em: https://ghep-isfg.org/pt/proficiency/. Acesso em: 23 jul. 2026.

GOIÁS. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. Portaria Nº 106, de 15 de junho de 2023. Estabelece a estrutura organizacional da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO). Goiânia: **Diário Oficial do Estado de Goiás**, ano 186, n. 24.067-A, 22 jun. 2023.

GRASSEL, John; HENDRIX, Joshua; SANCHEZ, Michelle; DANIEL, Charisma; SHUTE, Rebecca; ROPERO-MILLER, Jeri. The American Society of Crime Laboratory Directors (ASCLD). Accreditation Initiative: Successes, Challenges, and Future Directions. **Forensic Technology Center of Excellence**, U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, Office of Investigative and Forensic Sciences, 2022.

HEAVEY, Anna; TURBETT, Gavin; HOUCK, Max; LEWIS, Simon. Management and disclosure of quality issues in forensic science: A survey of current practice in Australia and New Zealand. **Forensic Science International**: Synergy, v. 7, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.fsisyn.2023.100339.

HOOD, Christopher C.; ROTHSTEIN, Henry. Business Risk Management in Government: Pitfalls and Possibilities. **CARR Discussion Paper No. 0** (Launch Paper), 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.471221

ILAC – International Laboratory Accreditation Cooperation. **ILAC G19:08/2014** – Guidelines for forensic science laboratories. Silverwater NSW: Ilac, 2014.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **DOQ-Cgcre-084**: tradução brasileira do documento ILAC-G19:08/2014 – Módulos de um processo forense. Coordenação Geral de Acreditação, Rio de Janeiro, Brasil, 2016. (Revisão 00). Disponível em: https://www.gov.br/cdtn/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos-cgcre-abnt-nbr-iso-iec-17025/doq-cgcre-84/view. Acesso em: 23 jul. 2026.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Norma nº NIT-DICLA-074**: Elaboração de escopo de laboratórios de criminalística (projeto piloto). Rio de Janeiro, Brasil, 2018a. (Revisão 01). Disponível em: https://www.gov.br/cdtn/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos-cgcre-abnt-nbr-iso-iec-17025/nit-dicla-74/view. Acesso em: 23. jul. 2026.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Norma nº NIT-DICLA-075**: Aplicações da ABNT NBR ISO/IEC 17025 para laboratórios de criminalística (projeto piloto). Rio de Janeiro, Brasil, 2018b. (Revisão 02). Disponível em: https://www.gov.br/cdtn/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos-cgcre-abnt-nbr-iso-iec-17025/nit-dicla-75/view. Acesso em: 23 jul. 2026.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Manual da Qualidade** – Cgcre. Coordenação Geral de Acreditação, Rio de Janeiro, Brasil, 2023. (Revisão 27). Disponível em: https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/acreditacao-reconhecimento-bpl/cgcre/manual-de-qualidade-da-cgcre-m-q-cgcre.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

INTERPOL – International Criminal Police Organization. **Global DNA Profiling Survey Results 2019**. França, 2019.

KOERICH, Magda Santos; BACKES, Dirce Stein; DE SOUSA, Francisca Georgina Macêdo; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; ALBURQUERQUE, Gelson Luiz. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 717-723, 2009. DOI: https://doi.org/10.5216/ree.v11.47234.

MARCINEIRO, Nazareno; PROTÁSIO DOS REIS, Gilberto. "Saiu" a lei do Sistema Único de Segurança Pública! Como afinal monitorar a sinergia entre os três níveis federativos?. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, v. 1, n. 3, p. 54-57, 2018. DOI: https://doi.org/10.36776/ribsp.v1i3.25.

MERLIN, Lissete Pierina García. La calidad en los laboratorios genéticos forenses, **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 1, p. 5578-5598, 2023. DOI: https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v7i1.4847.

MILOSEVIC, Milan; BJELOVUK, Ivana; KESIC, Tanja. Quality management system in forensic laboratories. **NBP – Nauka, Bezbednost, Policija**, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2009.

MINERVINO, Aline Costa; SILVA JÚNIOR, Ronaldo Carneiro; CORTE-REAL, Francisco. Advancing justice: The impact of Brazil's convict genetic profile identification project after 5 years. **Science & Justice**, v. 64, n. 6, p. 660-664, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.scijus.2024.10.001.

NEUTEBOOM, Wim; ROSS, Alastair; BUGEJA, Lyndal; WILLIS, Sheila; ROUX, Claude; LOTHRIDGE, Kevin. Quality Management in forensic science: A closer inspection. **Forensic Science International**, v. 358, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2023.111779.

NOGEL, Mónika; CZEBE, András; KOVÁCS, Gábor; PÁDÁR, Zsolt. A work in progress – accreditation of forensic DNA laboratories as a part of the European Forensic Science Area 2020 (EFSA 2020) concept. **Forensic Science International Genetics Supplement Series**, v. 7, n. 1, p. 836-837, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.fsigss.2019.10.195.

RAMOS, Flávia Cristina Canêdo. **Gestão de riscos aplicadas às políticas públicas**: sistematização teórica e práticas das contribuições dos estudos de implementação. 2020. 108 p. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020.

RIBEIRO, Vitor Tadeu Silva. **Segurança Pública**: em busca de um modelo sistêmico de gestão para o estado de Sergipe. 2020. 147 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração de Empresas) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

RIBPG – Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. **Resolução Nº 12, de 01 de agosto de 2019**. Dispõe sobre os requisitos técnicos para a realização de auditorias nos laboratórios e bancos que compõem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. Brasília, Comitê Gestor da RIBPG, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/resolucoes/resolucoes-vigentes/sei_mj-9337301-resolucao-1.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

RIBPG – Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. **Manual de Procedimentos Operacionais da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos**. (Versão 6.1). Brasília, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Comitê Gestor da RIBPG, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/manual/manual-vigente/manual-de-procedimentos-operacionais-da-ribpg_versao_6-1.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

RIBPG – Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. **XXI Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG)**: dados estatísticos e resultados – Mai/2024 a Nov/2024. Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/relatorio/xxi-relatorio-da-rede-integrada-de-bancos-de-perfis-geneticos-novembro-2024.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

ROSS, Alastair; NEUTEBOOM, Wim. ISO-accreditation – is that all there is for forensic science?. **Australian Journal of Forensic Sciences**, v. 54, n. 1, p. 2-14, 2022. DOI: https://doi.org/10.1080/00450618.2020.1819414.

SABINO, Roberto. Kanban: o que é, o Método Kanban, principais conceitos e como funciona no dia a dia. **Alura**, Inovação e Gestão, 2 out. 2021. Disponível em: https://www.alura.com.br/artigos/metodo-kanban. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Thiago Henrique Costa; MARTINS, André Luiz Lopes. Avaliação de uma ferramenta de gerenciamento de projetos na seção de balística forense da Polícia Científica de Goiás. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, v. 5, n. 13, p. 156-176, 2022. DOI: https://doi.org/10.36776/ribsp.v5i13.155.

SILVA JUNIOR, Ronaldo; BEZERRA, Laryssa; MATTE, Cecília; SALES, Selma; OLIVEIRA, Elza; BELTRAMI, Laiana; MORAIS, Bruno; ALTMANN, Vivian; MALLMANN, Patrick; FIGUEIREDO, Ethienne; MENDES, Marcelo; MINERVINO, Aline; JACQUES, Guilherme; MONTEIRO, Helena; CUTRIM, Christiane; AMBRÓSIO, João. DNA databases as a tool to improve the search for missing persons in Brazil. **Forensic Science International Genetics Supplement Series**, v. 8, p. 167-169, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.fsigss.2022.10.023.

SWGDAN – Scientific Working Group on DNA Analysis Methods. **SWGDAM Validation Guidelines for DNA Analysis Methods**. 2016. Disponível em: https://www.swgdam.org/publications. Acesso em: 23 jul. 2026.

TRIVERIO, Silvia Cristina; MÁRQUEZ, Manuel Crespillo. The need for cross-border exchange of genetic data for criminal investigation purposes in Latin America: implementation challenges. **Revista Española de Medicina Legal**, v. 48, n. 4, p. 158-165. 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.reml.2022.03.001.

ZARWELL, Lucas; GRASSEL, John; PILKINGTON, Maya Metni. Police Crime Lab Accreditation Initiative. **Portal do NIJ** – National Institute of Justice, Topics, 31 jan. 2024. Disponível em: https://nij.ojp.gov/topics/articles/police-crime-lab-accreditation-initiative. Acesso em: 11 nov. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

ALÉM DA FARDA: O POLICIAL BRASILEIRO SOB A LENTE DA ACADEMIA

RAFAEL JOSÉ ANTUNES

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Policial militar da Polícia Militar do Paraná (PMPR).

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Ponta Grossa

E-mail: rjantunes.pg@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0005-0965-5884

DIEGO FABRICIO SCHLOSSER

Doutor e mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor da Faculdade Senac Ponta Grossa e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR).

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Ponta Grossa

E-mail: diego.schlosser@docente.pr.senac.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-2493-6474

LUIZ ALBERTO PILATTI

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Ponta Grossa, com atuação nos programas de pós-graduação em Engenharia de Produção e em Ensino de Ciência e Tecnologia.

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Ponta Grossa

E-mail: lapilatti@utfpr.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0003-2679-9191

RESUMO

Este estudo investiga a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente. A pesquisa adota uma revisão narrativa, permitindo uma análise flexível das dimensões institucionais, ocupacionais e sociais do trabalho policial. Foram analisados 35 artigos indexados na SciELO Brasil (2019-2024) utilizando os descritores "policing" OR "law enforcement". A análise de conteúdo identificou cinco categorias principais: saúde física e mental dos policiais, estruturas institucionais, relações polícia-sociedade, condições de trabalho e estratégias para melhoria da atuação. Os resultados evidenciam desafios, como o estresse ocupacional, a cultura hierárquica e o impacto das práticas institucionais na percepção pública da polícia. A revisão destaca a necessidade de políticas que equilibrem segurança pública, valorização profissional e aproximação entre agentes e comunidade.

Palavras-Chave: Policial. Condições de trabalho. Organização do trabalho. Estresse. Políticas de segurança pública.

BEYOND THE UNIFORM: THE BRAZILIAN POLICE OFFICER THROUGH THE LENS OF ACADEMIA

ABSTRACT

This study investigates the representation of Brazilian police officers in recent academic literature. The research adopts a narrative review, enabling a flexible analysis of institutional, occupational, and social dimensions of police work. Thirty-five articles indexed in SciELO Brazil (2019-2024) were analyzed using the descriptors "policing" OR "law enforcement". Content analysis identified five main categories: police officers' physical and mental health, institutional structures, police-society relations, working conditions, and strategies for improving police performance. The findings highlight challenges such as occupational stress, hierarchical culture, and the impact of institutional practices on public perception of the police. The review underscores the need for policies that balance public security, professional appreciation, and closer ties between officers and communities.
Keywords: Police officer. Working conditions. Work organization. Stress. Public security policies.

Data de recebimento: 10/03/2025 **Data de aprovação:** 05/05/2025
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2383

INTRODUÇÃO

A atuação policial no Brasil reveste-se de importância estratégica para a garantia da ordem pública, a proteção de direitos e a mediação de conflitos sociais (Teles; Teixeira, 2023). Historicamente, as corporações policiais emergiram de processos políticos marcados por heranças autoritárias, resultando em estruturas hierarquizadas e repressivas (Brandão, 2022; Gisi; Silvestre, 2020). Nesse cenário, o policial brasileiro é comumente visto sob uma ótica dual: de um lado, como figura fundamental para a manutenção da segurança; de outro, como profissional sobrecarregado por jornadas exaustivas, riscos constantes, precariedade de recursos e, em alguns casos, associado a episódios de violência e denúncias de corrupção (Barreto; Lins-Kusterer; Carvalho, 2019; Hermann, 2023; Maia; Assis; Minayo, 2022). Tal dualidade reflete tensões institucionais e sociais, evidenciadas por pesquisas que apontam índices alarmantes de estresse ocupacional, distúrbios psicológicos e desgaste físico entre os agentes (Costa *et al.*, 2020; Ribeiro *et al.*, 2024; Tavares *et al.*, 2022).

A literatura acadêmica recente revela ainda como a cultura "guerreira" – marcada pela repressão e pelo confronto – predomina em diversas instituições, dificultando a adoção de modelos de policiamento mais democráticos e colaborativos (Rolim, 2023). Soma-se a isso a desconfiança mútua entre população e polícia, alimentada por relatos de uso excessivo da força e práticas ilícitas que fragilizam a legitimidade dos órgãos de segurança (Gisi; Silvestre, 2020; Hermann, 2023). Paralelamente, estudos sobre saúde mental, condições de trabalho e suporte psicológico ganham cada vez mais relevância, apontando a necessidade de reformas estruturais que privilegiem o bem-estar dos profissionais e uma relação de maior proximidade com as comunidades (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Soares *et al.*, 2019; Vilarouca; Ribeiro; Menezes, 2022).

Apesar do crescimento de pesquisas acerca das forças de segurança e suas interfaces com a sociedade, muitos trabalhos ainda se concentram em análises pontuais – por exemplo, focalizando apenas a saúde mental, a violência policial ou as dinâmicas institucionais – sem articular tais achados em um olhar sistêmico. Em decorrência disso, há lacunas sobre como se constrói, de maneira integrada, a representação

do policial brasileiro no pensamento acadêmico (Lima; Sapori; Ribeiro, 2021; Mazzurana; Almeida, 2022). Por um lado, estudos referentes à cultura organizacional reiteram a prevalência de práticas hierárquicas e repressivas; por outro, discussões sobre relações policiais e sociedade evidenciam o distanciamento entre agentes e comunidades. Ademais, questões como a corrupção, embora nem sempre investigadas em profundidade, emergem como fator agravante da crise de legitimidade enfrentada pelas corporações.

Assim, este artigo tem como objetivo caracterizar a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, a partir das categorias que emergiram da análise de conteúdo dos estudos que compõem o *corpus* da pesquisa: saúde física e mental dos policiais; estruturas e dinâmicas institucionais; relações policiais e sociedade; condições de trabalho e riscos ocupacionais; intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial. Ao reunir estudos que tratam de temas diversos – como a tensão entre o modelo de policiamento "guerreiro" e o de "guardião", a hierarquia rígida e repressiva das corporações, o estresse ocupacional e as iniciativas de prevenção e tratamento psicológico – busca-se oferecer um panorama abrangente das forças que moldam a identidade e a atuação desses profissionais. Desse modo, espera-se contribuir para um debate público mais consistente acerca da elaboração de políticas que transcendam a dimensão meramente repressiva, promovendo tanto o fortalecimento da segurança quanto a valorização e o bem-estar dos agentes, em consonância com as demandas democráticas e as necessidades sociais.

MÉTODO

Este estudo adota a abordagem de revisão narrativa para caracterizar a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, considerando a necessidade de uma análise flexível que incorpore múltiplos enfoques (sociológicos, organizacionais, ocupacionais e outros) de maneira integrada (Rother, 2007). A revisão narrativa permite explorar em profundidade as nuances do tema, identificando convergências, lacunas e tendências emergentes na produção científica.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: como a literatura acadêmica recente representa o policial brasileiro? Para respondê-la, realizou-se uma busca na base SciELO Brasil, selecionada por sua relevância para estudos que abordam as dinâmicas institucionais, ocupacionais e sociais relacionadas à atuação policial, considerando a delimitação espacial proposta, o Brasil. O recorte temporal abrangeu os anos de 2019 a 2024, garantindo a inclusão de produções acadêmicas alinhadas às discussões contemporâneas sobre o tema. Para possibilitar uma pesquisa ampla e abranger o maior número possível de publicações relevantes, foram utilizados os descritores em inglês "policing" OR "law enforcement", delimitando a recuperação aos termos empregados, sem assegurar a identificação de todas as publicações pertinentes ao tema.

Foram incluídos estudos que abordassem diretamente a atuação do policial brasileiro, considerando aspectos institucionais, ocupacionais, de saúde e de interação com a sociedade. Foram excluídos: (i) revisões de literatura, por não conterem dados empíricos originais; (ii) estudos que tratassem exclusivamente de contextos internacionais, sem relação direta com a realidade brasileira; e (iii) trabalhos focados apenas em aspectos jurídicos ou normativos, sem conexão com a prática profissional dos policiais. A definição desses critérios seguiu o princípio de delimitação rigorosa da população-alvo, assegurando que os estudos analisados fossem relevantes para a questão de pesquisa. A explicitação dos critérios de elegibilidade contribui para a transparência da seleção (Patino; Ferreira, 2018), mas não assegura, por si só, a generalização dos resultados. Na conferência final de elegibilidade, três revisões de literatura foram retiradas do conjunto inicialmente selecionado, resultando em 35 artigos.

Para a interpretação do material, empregou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Em um primeiro momento, foi realizada uma leitura inicial de todos os textos (leitura flutuante), identificando-se tópicos recorrentes que subsidiaram a criação de cinco categorias temáticas: (1) saúde física e mental dos policiais; (2) estruturas e dinâmicas institucionais; (3) relações policiais e sociedade; (4) condições de trabalho e riscos ocupacionais; (5) intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial. Em seguida, cada estudo foi codificado e agrupado segundo essas categorias, não mutuamente exclusivas, permitindo a identificação de padrões, convergências e lacunas quanto às representações do policial brasileiro. Finalmente, procedeu-se a uma análise interpretativa que possibilitou sintetizar as principais contribuições dos artigos e evidenciar as múltiplas dimensões associadas ao trabalho policial no Brasil.

Por tratar-se de uma revisão narrativa, não se pretendeu oferecer uma síntese exaustiva do conhecimento produzido sobre o tema; em vez disso, buscou-se aprofundar a compreensão das questões-chave identificadas na literatura e contribuir para um debate mais qualificado acerca dos desafios estruturais, institucionais e individuais que envolvem a atividade policial.

COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Este estudo analisou 35 artigos científicos que investigam diferentes perspectivas sobre a atuação do policial brasileiro. A seleção dos estudos seguiu os critérios previamente estabelecidos na seção método, garantindo que os trabalhos analisados refletissem as dimensões institucionais, ocupacionais, sociais e de saúde relacionadas à profissão policial.

Os artigos foram organizados em cinco categorias principais emergentes da literatura acadêmica:

- Saúde física e mental dos policiais – estudos que investigam as condições de saúde dos policiais, incluindo estresse ocupacional, transtornos psicológicos, impactos do trabalho na saúde física e estratégias de suporte psicológico;
- Estruturas e dinâmicas institucionais – pesquisas sobre a organização das forças de segurança, relações hierárquicas, modelos de policiamento e desafios institucionais enfrentados pelas corporações;
- Relações policiais e sociedade – análises sobre as interações entre policiais e cidadãos, incluindo percepção pública, confiança na polícia e impacto das práticas de policiamento na sociedade;
- Condições de trabalho e riscos ocupacionais – estudos que abordam a precarização das condições laborais, riscos associados à atividade policial e implicações para a qualidade de vida dos agentes;
- Intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial – investigações sobre iniciativas voltadas à valorização profissional, ao aprimoramento das práticas de policiamento e à promoção de um modelo de segurança pública mais democrático.

Os artigos categorizados foram sintetizados no Quadro 1, que apresenta a distribuição das referências dentro de cada uma das cinco categorias de análise. Um mesmo artigo pode integrar mais de uma categoria; por isso, a soma das frequências (53 alocações) supera o total de 35 artigos distintos.

QUADRO 1

Distribuição dos estudos no corpus da pesquisa

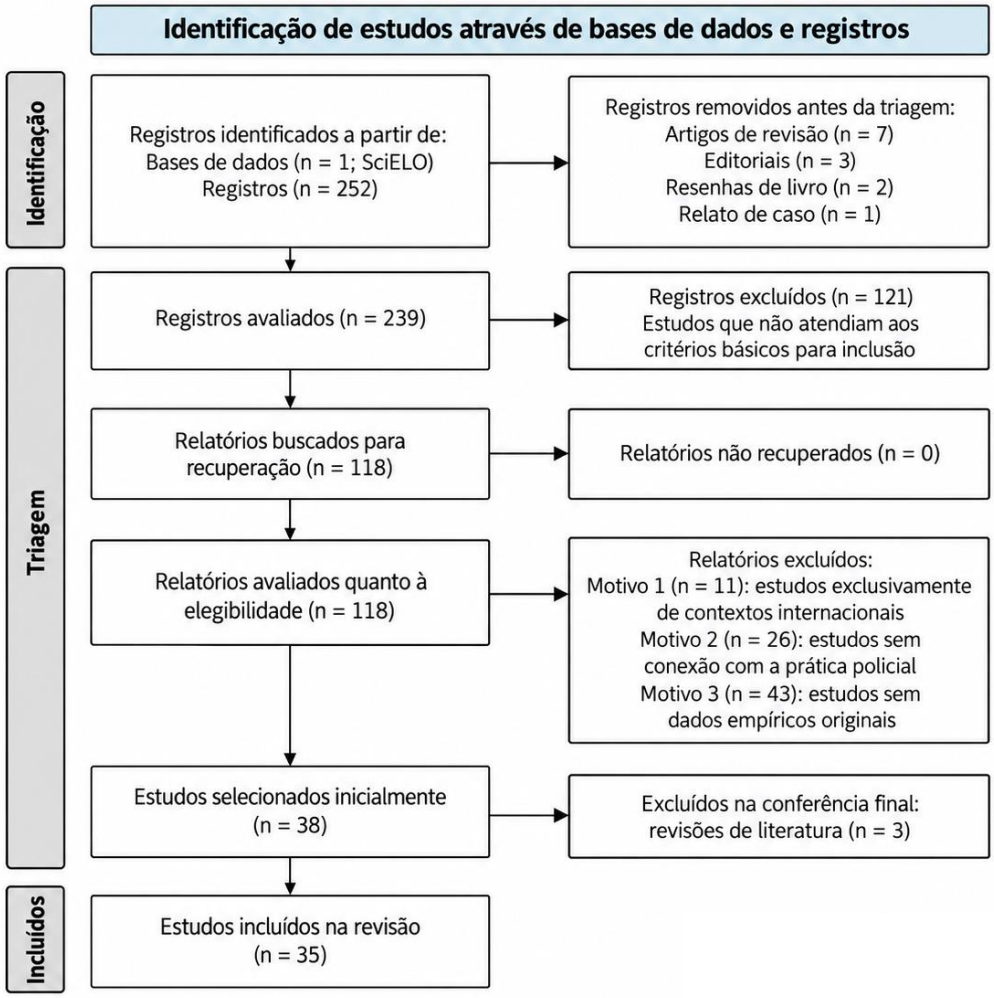
Categoria (n =)	Estudos
Saúde física e mental dos policiais (n = 19)	Barreto; Lins-Kusterer; Carvalho (2019); Costa *et al.* (2020); Dias; Siqueira; Ferreira (2023); Ferraz *et al.* (2020); Guimarães; Laudelino Neto; Massuda Jr. (2020); Maia; Assis; Minayo (2022); Maia *et al.* (2021); Marins *et al*. (2022); Nascimento *et al.* (2022); Oliveira *et al*. (2023); Oliveira; Oliveira; Carvalho (2023); Pereira; Madruga; Kawahala (2020); Ribeiro *et al*. (2024); Santos *et al*. (2021); Serra *et al.* (2020); Soares *et al.* (2019); Tavares *et al*. (2021); Tavares *et al.* (2022); Viegas *et al*. (2024).
Estruturas e dinâmicas institucionais (n = 9)	Brandão (2022); Cubas; Alves; Oliveira (2020); Gisi; Silvestre (2020); Lima *et al*. (2022); Lima; Sapori; Ribeiro (2021); Mazzurana; Almeida (2022); Rodrigues (2023); Rolim (2023); Vilarouca; Ribeiro; Menezes (2022).
Relações policiais e sociedade (n = 7)	Corrêa; Andrade e Souza (2022); Dias *et al*. (2021); Hermann (2023); Lopes; Rossato (2023); Sá; Lemos; Oliveira (2022); Souza; Martins (2021); Teles; Teixeira (2023).
Condições de trabalho e riscos ocupacionais (n = 12)	Barreto; Lins-Kusterer; Carvalho (2019); Costa *et al.* (2020); Ferraz *et al*. (2020); Maia; Assis; Minayo (2022); Marins *et al.* (2022); Oliveira *et al*. (2023); Oliveira; Oliveira; Carvalho (2023); Pereira; Madruga; Kawahala (2020); Ribeiro *et al*. (2024); Serra *et al*. (2020); Tavares *et al*. (2021); Viegas *et al.* (2024).
Intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial (n = 6)	Cubas; Alves; Oliveira (2020); Dias *et al.* (2021); Rolim (2023); Souza; Martins (2021); Teles; Teixeira (2023); Vilarouca; Ribeiro; Menezes (2022).

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Além da categorização dos estudos, a Figura 1 apresenta, de forma detalhada, as etapas do processo de seleção dos artigos analisados, evidenciando o número de registros identificados, triados, excluídos e incluídos na revisão. A inserção dos dados dentro da figura permite uma visualização clara do fluxo de seleção dos estudos.

FIGURA 1

Fluxo do processo de seleção dos estudos



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

REPRESENTAÇÕES E DESAFIOS DA ATIVIDADE POLICIAL NA LITERATURA ACADÊMICA BRASILEIRA

Os estudos revisados nesta seção revelam uma representação complexa do policial brasileiro, com destaque para os desafios enfrentados na profissão, as condições de trabalho adversas e a cultura institucional presente nas corporações. A literatura acadêmica aborda como esses fatores impactam diretamente a saúde física e mental dos policiais, além de influenciar as interações entre os agentes e a sociedade. A dualidade entre modelos de policiamento, como o "guerreiro" e o "guardião", é um dos pontos centrais da análise, refletindo uma tensão intrínseca nas práticas e atitudes dos policiais. Além disso, a falta de apoio psicológico, o estigma em relação a questões de saúde mental e a sobrecarga de trabalho agravam o desgaste físico e emocional dos policiais, resultando em um ciclo de sofrimento que afeta tanto o desempenho dos agentes quanto a percepção pública sobre as forças de segurança.

Este estudo tem como objetivo caracterizar a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, destacando como fatores como a precariedade das condições de trabalho, a resistência institucional e a violência policial contribuem para a construção dessa imagem. A análise dos estudos indica que, embora haja esforços para transformar as práticas policiais e adotar modelos mais democráticos e colaborativos, as corporações ainda são marcadas por uma cultura hierárquica, repressiva e resistente a mudanças. Para reverter essa representação negativa, é fundamental a implementação de reformas estruturais que considerem não apenas as condições de trabalho, mas também a saúde mental dos policiais e a construção de uma relação de confiança com a comunidade. Essas transformações são essenciais para alcançar uma segurança pública mais legítima e alinhada às necessidades sociais.

SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS

A saúde física e mental dos policiais brasileiros é um tema amplamente abordado na literatura acadêmica, com destaque para questões como: estresse ocupacional, transtornos psicológicos, *burnout*, sedentarismo, riscos cardiovasculares e suicídio. Os 19 estudos revisados nesta categoria revelam como as condições de trabalho adversas enfrentadas pelos policiais no Brasil impactam diretamente não apenas sua saúde, mas também a percepção pública sobre esses profissionais. A presença de estressores constantes, como turnos longos, alta pressão e situações de risco, contribui significativamente para o desgaste físico e psicológico desses agentes, refletindo a necessidade urgente de políticas institucionais que priorizem o bem-estar dos policiais e a melhoria das condições de trabalho.

Ribeiro *et al.* (2024) destacam índices elevados de *burnout* em policiais militares de um município do Paraná, associados a fatores pessoais e hábitos de vida, entre eles as atividades de lazer. Santos *et al.* (2021) investigaram a relação entre estresse ocupacional e engajamento no trabalho, revelando que quase metade dos policiais militares avaliados apresentava níveis importantes de estresse. A pesquisa também identificou níveis médios a altos de engajamento, indicando que sofrimento ocupacional e dedicação profissional podem coexistir. Tavares *et al.* (2021), por sua vez, identificaram correlações entre desequilíbrio esforço-recompensa, resiliência e qualidade de vida, sem estabelecer relações causais ou avaliar o desenvolvimento de ansiedade crônica.

A exposição a situações potencialmente traumáticas surge como um aspecto relevante para a saúde mental dos policiais. Maia, Assis e Minayo (2022) discutem as repercussões dos ferimentos por arma de fogo em face sobre o trabalho, a saúde e as relações familiares dos agentes. Nascimento *et al.* (2022) investigaram o Transtorno de Estresse Pós-Traumático em profissionais de emergência das áreas de saúde e segurança, identificando escores compatíveis com provável diagnóstico em parte dos participantes. Como a amostra inclui diferentes grupos profissionais, esses resultados não devem ser atribuídos indistintamente aos policiais.

As condições de saúde e a qualidade de vida também são abordadas por Costa *et al.* (2020), que identificam associações entre condições de saúde, estilo de vida e qualidade de vida de policiais civis. Oliveira *et al.* (2023) analisam fatores clínicos e sociodemográficos associados ao tempo gasto sentado em policiais militares. Oliveira, Oliveira e Carvalho (2023) investigam fatores associados ao estresse em policiais rodoviários federais, incluindo satisfação profissional, remuneração, treinamento e conflito entre trabalho e família. Esses estudos abordam dimensões complementares da saúde ocupacional.

O nível de atividade física e o comportamento sedentário também são abordados por Ferraz *et al.* (2020). Serra *et al.* (2020) identificam associação entre percepção de estresse e sintomas musculoesqueléticos, além de menor prevalência desses sintomas entre praticantes de atividade física. Soares *et al.* (2019) investigam a relação entre atividade física e *burnout* em policiais militares. Viegas *et al.* (2024) destacam o custo cognitivo do trabalho policial. Esses achados reforçam a necessidade de atenção às condições de trabalho e às práticas de cuidado.

A vitimização dos policiais é outro ponto significativo de análise. Maia *et al.* (2021), ao analisarem registros de atendimento de policiais militares do Rio de Janeiro feridos por arma de fogo, evidenciam a importância da vitimização não fatal para o debate sobre saúde e violência. O estudo amplia a atenção às consequências dos ferimentos para além das estatísticas de mortalidade.

Outro ponto crítico é o suicídio entre policiais. Pereira, Madruga e Kawahala (2020) descrevem características socio-ocupacionais de 14 policiais militares de Santa Catarina que morreram por suicídio entre 2012 e 2016. Todos apresentavam algum comprometimento salarial com empréstimos ou dívidas, mas o estudo descritivo não estabelece que o endividamento tenha causado as mortes. Maia, Assis e Minayo (2022) discutem ainda as repercussões dos ferimentos por arma de fogo sobre a saúde e a vida dos agentes.

Tavares *et al.* (2022), ao investigarem os distúrbios psíquicos menores entre policiais civis de Porto Alegre, identificaram rastreamento positivo em 26,2% dos 237 participantes da etapa quantitativa. A etapa qualitativa discutiu condições de trabalho e sofrimento psíquico, oferecendo subsídios para compreender a relação entre o contexto laboral e a saúde mental dos policiais.

Apesar desse panorama adverso, algumas iniciativas de mitigação são documentadas. No que diz respeito à saúde mental dos policiais, Guimarães, Laudelino Neto e Massuda Jr. (2020) analisam uma experiência de intervenção em policiais rodoviários federais em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, estruturada a partir de um modelo integrado de prevenção em três níveis: primário, secundário e terciário. Os autores apontam uma possível contribuição para a redução do absenteísmo por transtornos mentais, destacando a importância de políticas de apoio psicológico contínuo. Dias, Siqueira e Ferreira (2023) analisam o contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental. Barreto, Lins-Kusterer e Carvalho (2019) investigam a capacidade para o trabalho de policiais militares. Marins *et al.* (2022) analisam a mortalidade de policiais rodoviários federais, oferecendo subsídios para a prevenção de mortes nessa população.

A análise deste conjunto de estudos revela que a saúde física e mental dos policiais é gravemente afetada por condições de trabalho adversas, impactando diretamente a percepção do policial na literatura acadêmica. A ocorrência de transtornos psicológicos, doenças ocupacionais e suicídios nos contextos analisados aponta para a necessidade urgente de respostas institucionais. Políticas eficazes que reduzam o estresse ocupacional, acompanhadas de melhorias nas condições de trabalho, são fundamentais para preservar a integridade física e emocional desses profissionais, promovendo uma atuação policial mais equilibrada e alinhada às demandas sociais.

ESTRUTURAS E DINÂMICAS INSTITUCIONAIS DAS POLÍCIAS NO BRASIL

A estrutura das polícias brasileiras e sua interação com a sociedade são temas amplamente discutidos na literatura acadêmica, especialmente no que se refere ao impacto do legado autoritário, às dificuldades de

cooperação interinstitucional e aos modelos de policiamento adotados. Os nove estudos revisados nesta categoria evidenciam como essas dinâmicas institucionais influenciam a legitimidade das polícias, a cultura organizacional e a confiança pública nas forças de segurança. A resistência a mudanças, a permanência de práticas autoritárias e a falta de integração entre os diferentes órgãos de segurança comprometem a efetividade das polícias e sua relação com a sociedade.

Brandão (2022) analisa a Polícia Federal e destaca a permanência de valores autoritários herdados do regime militar, resultado da ausência de reformas estruturais após a redemocratização. A autora analisa a trajetória de agentes ligados à repressão, especialmente ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), e sua presença em cargos estratégicos no período histórico estudado, perpetuando práticas operacionais voltadas para a segurança do Estado, em detrimento de um modelo mais democrático e orientado para os direitos humanos. Esse processo dificulta o acesso a arquivos e a responsabilização pelos abusos cometidos durante a ditadura, reforçando a resistência à transparência e ao controle social.

A cooperação entre as Polícias Civil e Militar também é um desafio institucional significativo. Mazzurana e Almeida (2022), ao investigarem o Círculo Integrado de Informação na Rocinha, Rio de Janeiro, apresentam um caso para ensino baseado em entrevistas e dados secundários. Apesar dos resultados iniciais positivos na troca de informações entre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e a Delegacia de Polícia local, a iniciativa não se consolidou, em um contexto de mudanças de gestores e dificuldades de institucionalização. A separação constitucional das atribuições das polícias e a rivalidade histórica entre elas dificultam iniciativas colaborativas. Lima, Sapori e Ribeiro (2021) analisam a articulação entre a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário na resolução de homicídios dolosos em Esmeraldas (MG), revelando que a cooperação interinstitucional ocorre de forma desigual e pontual. Flagrantes tendem a acelerar a integração entre os órgãos, mas a sobrecarga operacional e a escassez de recursos limitam a eficácia da colaboração, resultando em baixa taxa de resolução de crimes sem flagrante e reforçando a impunidade.

A percepção dos policiais sobre sua autoridade também se destaca na literatura. Gisi e Silvestre (2020) identificam, em entrevistas com policiais militares de São Paulo, confiança na própria autoridade e percepções de contestação pública. Essa tensão se manifesta especialmente em abordagens e operações de patrulhamento, nas quais, segundo os entrevistados, a população questiona as ações policiais. A disparidade entre a autoconfiança dos agentes e a percepção de abuso de poder contribui para um déficit de legitimidade, ampliando o distanciamento entre a polícia e a sociedade.

A dicotomia entre os modelos de policiamento é um aspecto central na estrutura institucional das forças de segurança. Rolim (2023) compara o modelo de policial "guerreiro", baseado no enfrentamento e na militarização, ao conceito de policial "guardião", que prioriza a proteção dos direitos fundamentais e a construção da confiança pública. Essa disputa reflete a dificuldade de implementação de um policiamento mais comunitário e integrado. Vilarouca, Ribeiro e Menezes (2022) discutem as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, destacando que a cultura militarizada da Polícia Militar dificultou a transição para um modelo mais participativo. A falta de suporte político e de recursos comprometeu a sustentabilidade das UPPs, limitando sua eficácia na redução da violência.

A presença territorial das polícias também afeta suas dinâmicas institucionais. Rodrigues (2023) propõe a categoria de "lugares de polícia" para descrever como a presença policial vai além da imposição da ordem, influenciando as relações sociais e a estrutura comunitária. Em áreas periféricas, a figura do policial se torna uma referência de poder, regulando tanto questões criminais quanto conflitos cotidianos e mediações informais.

A ascensão das chamadas "ciências policiais" como um campo de estudo interno às corporações é abordada por Lima *et al.* (2022). Segundo os autores, esse movimento busca legitimar uma perspectiva endógena de policiamento, frequentemente afastada das contribuições externas das ciências sociais. A institucionalização desses cursos dentro das polícias, em disputa com o meio acadêmico mais amplo, reforça uma cultura corporativista, limitando o controle social e dificultando mudanças institucionais mais profundas.

As percepções internas sobre as condições de trabalho também são relevantes. Cubas, Alves e Oliveira (2020) compararam a visão de policiais civis e militares sobre suas instituições e constataram que ambos enfrentam dificuldades relacionadas à precariedade de recursos e à falta de reconhecimento profissional. A análise identifica convergências nas percepções das duas corporações e contribui para discutir justiça procedimental e autolegitimidade.

A análise desses estudos revela que as estruturas e dinâmicas institucionais das polícias brasileiras ainda são marcadas por resquícios autoritários e dificuldades na construção de modelos mais colaborativos e democráticos. Barreiras culturais, resistência à mudança e disputas internas sobre o papel da segurança pública comprometem a evolução das polícias em direção a uma atuação mais legítima e eficaz. Reformas institucionais, maior transparência e cooperação interinstitucional são aspectos fundamentais para fortalecer a segurança pública no Brasil, promovendo maior alinhamento entre as instituições policiais e as demandas da sociedade.

RELAÇÕES POLICIAIS E SOCIEDADE

As relações entre policiais e a sociedade no Brasil são amplamente discutidas na literatura acadêmica, abordando questões como violência policial, influência da cultura organizacional, estereótipos institucionais e a percepção pública da atuação policial. Os sete estudos revisados nesta categoria revelam que a interação entre polícias e comunidades é atravessada por tensões estruturais, preconceitos e modelos institucionais que dificultam a construção de uma relação de confiança. A atuação policial reflete não apenas a política de segurança pública vigente, mas também dinâmicas sociais e econômicas mais amplas, impactando diretamente a legitimidade das forças de segurança.

Corrêa e Andrade e Souza (2022) analisam a implementação das Unidades Paraná Seguro (UPS) em Curitiba e demonstram como o modelo de policiamento comunitário foi reformulado para atender às demandas neoliberais, induzindo à conformidade com o mercado de trabalho e ao consumo. Embora a proposta inicial previsse um policiamento mais inclusivo e democrático, as UPS acabaram reforçando mecanismos de controle social voltados para a disciplina econômica e comportamental. O estudo evidencia como a atuação policial no Brasil se entrelaça com o biocapitalismo, moldando subjetividades alinhadas às exigências do mercado.

Hermann (2023) desenvolve uma análise jusliterária que aproxima a crônica "Mineirinho", de Clarice Lispector, do caso de Evaldo Rosa, morto em 2019 em uma ação do Exército, discutindo a naturalização da violência contra corpos marginalizados. O estudo revela como discursos institucionais e sociais desumanizam as vítimas de violência estatal, naturalizando a morte como ferramenta de controle social. Esse processo consolida um regime de exclusão que afeta não apenas a segurança pública, mas também as estruturas políticas e sociais mais amplas.

As relações de gênero dentro das corporações policiais também impactam diretamente a forma como os agentes interagem com a sociedade. Souza e Martins (2021) investigam a influência dos estereótipos de gênero no comportamento policial, especialmente no atendimento a vítimas de violência doméstica. O estudo evidencia as dificuldades estruturais enfrentadas pelos agentes e a necessidade de desconstruir concepções machistas enraizadas na cultura policial. A pesquisa reforça a importância de mudanças institucionais para qualificar o atendimento e promover um policiamento mais humanizado. Sá, Lemos e Oliveira (2022) complementam essa análise ao examinar a representação das mulheres na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), destacando os desafios enfrentados por policiais femininas em um ambiente predominantemente masculino. O estudo identifica barreiras de gênero e também sentidos positivos atribuídos ao trabalho, como orgulho, propósito e independência financeira.

A confiança da população nas forças policiais é um aspecto central para a legitimidade institucional. Teles e Teixeira (2023) analisam contatos iniciados por cidadãos em São Paulo e identificam associação entre satisfação com o tratamento recebido e confiança na polícia. Os demais aspectos avaliados, incluindo a satisfação com a resolução do problema, não apresentaram associação significativa nos modelos utilizados. Lopes e Rossato (2023) avaliaram o programa Escola Segura em uma escola pública de Londrina, comparada a outra que não recebeu a intervenção. Não identificaram impacto nas variáveis analisadas, relativas à sensação de segurança, vitimização, pichação e consumo de drogas ilícitas. O resultado não pode ser generalizado para todo o programa.

As dinâmicas internas das corporações também influenciam a interação entre policiais e sociedade. Dias *et al.* (2021) examinam como os valores individuais dos policiais se associam a relações de confiança dentro de grupos táticos. O estudo distingue vínculos de amizade e relações profissionais, contribuindo para compreender as dinâmicas internas dos grupos. Esses achados oferecem subsídios para discutir a coesão dos agentes, sem avaliar diretamente a eficiência operacional ou a interação com a sociedade.

A análise desse conjunto de estudos revela que as relações entre polícias e sociedade no Brasil são moldadas por fatores estruturais, institucionais e culturais, refletindo desafios que vão além da segurança pública e se estendem às dinâmicas sociais e políticas do país. A desconexão entre a autolegitimidade dos policiais e a percepção pública de abuso de poder, a influência dos estereótipos de gênero e a resistência a mudanças institucionais dificultam avanços na construção de um policiamento mais democrático. A literatura destaca que a implementação de políticas públicas voltadas para a transparência, a humanização do atendimento e a promoção da confiança mútua entre polícia e sociedade é essencial para superar essas tensões. Reformas organizacionais e uma reconfiguração do papel policial, com maior ênfase no respeito aos direitos humanos e na equidade, são fundamentais para transformar a segurança pública e torná-la mais alinhada às necessidades da população.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E RISCOS OCUPACIONAIS DOS POLICIAIS BRASILEIROS

A literatura acadêmica recente revela que as condições de trabalho dos policiais brasileiros estão marcadas por uma série de riscos ocupacionais que abrangem desde a precarização material e organizacional até a constante exposição a situações de violência. Esses fatores, interligados com questões de saúde física e mental, comprometem significativamente o desempenho dos policiais e sua qualidade de vida. Os 12 estudos analisados nesta seção apontam que a estrutura de trabalho e as características dessa profis-

são impõem desafios constantes, necessitando de intervenções eficazes para garantir a integridade dos agentes e a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Barreto, Lins-Kusterer e Carvalho (2019) investigaram a capacidade para o trabalho (CT) de 329 policiais militares em Salvador (BA) e encontraram que fatores como jornada de trabalho superior a oito horas diárias, obesidade e ausência de moradia própria estão associados à baixa capacidade para o trabalho. Além de revelarem relações entre condições socioeconômicas e saúde ocupacional, esses achados reforçam a necessidade urgente de medidas preventivas, como redução da carga horária excessiva, incentivo a hábitos de vida saudáveis e oferta de suporte institucional adequado para mitigar esses fatores.

Outro ponto crítico da profissão policial está relacionado ao comportamento sedentário, frequentemente associado à natureza ostensiva do trabalho. Oliveira *et al.* (2023) realizaram uma pesquisa com 432 policiais militares e observaram que 82,6% dos participantes passavam pelo menos 180 minutos diários em posição sentada. Ferraz *et al.* (2020) corroboram esses achados, revelando que uma parte significativa dos policiais não atinge os níveis recomendados de atividade física. Oliveira, Oliveira e Carvalho (2023) identificam, por sua vez, os fatores de risco e proteção no desenvolvimento do estresse ocupacional entre policiais rodoviários federais, identificando relações com lazer, satisfação profissional, remuneração, treinamento e conflito entre trabalho e família.

Além disso, Marins *et al.* (2022) investigaram 346 óbitos de policiais rodoviários federais entre 2001 e 2020, dos quais 11 tinham causa indeterminada. Entre os 335 óbitos com causa definida, 189 decorreram de causas externas e 146 de causas naturais ou doenças. O estudo oferece subsídios para a prevenção de mortes nessa população. Serra *et al.* (2020) identificaram associação entre percepção de estresse e sintomas musculoesqueléticos, além de menor prevalência desses sintomas entre praticantes de atividade física, contribuindo para a discussão da saúde ocupacional da categoria.

A exposição constante a situações estressantes, aliada a uma estrutura organizacional precária, é outro ponto crítico destacado por Viegas *et al.* (2024), que abordam o "custo cognitivo" do trabalho policial. As exigências de lidar com imprevistos, gerenciar múltiplas informações e tomar decisões imediatas resultam em sobrecarga mental, o que eleva o risco de exaustão psicológica e compromete a saúde física. Ribeiro *et al.* (2024) complementam esses achados, ao identificar associações entre *burnout* e fatores pessoais e hábitos de vida, entre eles as atividades de lazer, evidenciando a complexa relação entre a organização do trabalho e a saúde mental dos policiais.

Por outro lado, algumas pesquisas sugerem que aspectos como um estilo de vida saudável, suporte institucional adequado e políticas de prevenção podem reduzir significativamente os impactos negativos das condições de trabalho. Costa *et al.* (2020) identificam associações entre condições de saúde, estilo de vida e qualidade de vida de policiais civis. Tavares *et al.* (2021) identificam correlações entre resiliência, dimensões do desequilíbrio esforço-recompensa e qualidade de vida. Maia, Assis e Minayo (2022), ao discutir as consequências de ferimentos por arma de fogo, destacam o impacto dessas lesões não só na capacidade laboral, mas também no contexto familiar, com repercussões nas dinâmicas familiares.

Por fim, Pereira, Madruga e Kawahala (2020) analisaram casos de suicídio em policiais militares de Santa Catarina e descreveram características como endividamento e problemas conjugais, ressaltando como as condições de trabalho e os riscos ocupacionais extrapolam a esfera profissional e afetam profundamente a vida pessoal dos policiais.

Esses estudos demonstram que as condições de trabalho dos policiais brasileiros são marcadas pela precariedade de recursos, jornadas extenuantes e constante exposição a riscos, impactando diretamente sua saúde física e mental. Para mitigar esses efeitos, é essencial a implementação de políticas institucionais que integrem estratégias de saúde ocupacional, ergonomia e apoio psicológico. Essas medidas podem contribuir para preservar a saúde dos agentes e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

INTERVENÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DA ATUAÇÃO POLICIAL

A literatura acadêmica sobre a melhoria da atuação policial no Brasil destaca várias estratégias essenciais para o aprimoramento da segurança pública, abordando desde mudanças estruturais e transformações culturais até intervenções voltadas para a saúde mental dos policiais, integração comunitária e valorização profissional dos agentes de segurança. Entre os temas mais discutidos nos seis estudos alocados na categoria em tela, a dualidade entre os modelos de policiamento "guerreiro" e "guardião" se destaca como um ponto central. Rolim (2023) realiza uma crítica à abordagem tradicional de policiamento, na qual a força e o confronto são frequentemente priorizados, em detrimento de uma postura mais colaborativa com a comunidade. O autor sugere que a transição para o modelo "guardião", centrado na cooperação e na promoção dos direitos fundamentais, pode melhorar a relação da polícia com a sociedade, reduzir a violência policial e aumentar a confiança pública nas corporações. Para Rolim (2023), a adoção desse novo modelo exige mudanças profundas na formação dos policiais e na reconfiguração da cultura policial, que tradicionalmente tem sido orientada para o confronto.

Vilarouca, Ribeiro e Menezes (2022) abordam as UPPs no Rio de Janeiro, ressaltando que, embora o modelo inicial de policiamento comunitário tenha sido idealizado para reduzir a violência e aumentar a proximidade com a comunidade, a estrutura militarizada da Polícia Militar e a resistência institucional impediram a plena implementação desse modelo. O estudo aponta que a mudança para um modelo de policiamento comunitário exige não apenas a alteração das práticas operacionais, mas também uma transformação cultural dentro da corporação.

Além disso, Dias *et al.* (2021) analisam relações entre valores pessoais e confiança em grupos táticos policiais. Seus achados podem subsidiar discussões sobre coesão grupal e relações internas, mas não constituem avaliação da eficácia de treinamentos. Cubas, Alves e Oliveira (2020) exploram a percepção de policiais civis e militares sobre suas instituições, ressaltando que, apesar das diferenças organizacionais entre as corporações, existem desafios comuns, como a precariedade dos recursos, a falta de valorização profissional e as condições de trabalho que afetam a motivação e a eficácia da corporação. A pesquisa aponta que mudanças nas dinâmicas organizacionais e na relação hierárquica são cruciais para melhorar o desempenho da polícia e fortalecer a confiança interna entre os agentes.

Souza e Martins (2021) enfatizam a importância da capacitação continuada e da criação de serviços de apoio psicológico para os policiais e as mulheres atendidas como formas de melhorar a atuação policial e promover um atendimento mais eficaz à comunidade. O estudo reforça que a eliminação de preconceitos institucionais e a melhoria das condições de trabalho são fundamentais para o sucesso das intervenções policiais. Nesse sentido, Teles e Teixeira (2023) defendem que a justiça procedimental deve ser o foco principal dos treinamentos e das capacitações policiais, considerando a associação entre satisfação com o tratamento recebido e confiança na polícia nos contatos iniciados por cidadãos analisados em São Paulo.

Esses estudos demonstram que a melhoria da atuação policial no Brasil requer não apenas uma transformação na mentalidade dos agentes, mas também uma reformulação institucional abrangente. Isso inclui capacitação contínua e práticas de policiamento mais colaborativas e menos punitivas. A construção de um sistema de segurança mais eficaz e legítimo exige a implementação dessas estratégias dentro de um contexto de mudanças estruturais e culturais profundas nas corporações policiais.

JUNTANDO AS PEÇAS DO QUEBRA-CABEÇA: A CARICATURA DO POLICIAL BRASILEIRO

A análise crítica da literatura acadêmica sobre a atuação dos policiais brasileiros revela uma representação multifacetada e complexa desses profissionais. Ao juntar as peças desse quebra-cabeça, emerge uma figura de policial imersa em um contexto de intensos desafios físicos e emocionais, resultantes de condições de trabalho adversas e de uma cultura institucional profundamente enraizada em práticas autoritárias. O policial brasileiro, dessa forma, é retratado como um agente sobrecarregado, cujo bem-estar físico e psicológico é constantemente comprometido por um ciclo de estresse ocupacional, doenças crônicas, transtornos psicológicos e, em casos extremos, suicídio. A pesquisa mostra que esse ciclo é alimentado por uma falta crônica de suporte institucional, incluindo a resistência cultural à busca por tratamentos de saúde mental, o que perpetua um sofrimento institucionalizado que afeta não apenas os agentes, mas a própria dinâmica das corporações policiais.

Os estudos revisados indicam que, além do impacto direto sobre a saúde mental dos policiais, como evidenciado pelos altos índices de *burnout* e Transtorno de Estresse Pós-Traumático, as condições de trabalho exacerbam ainda mais esse quadro. A sobrecarga de trabalho, os turnos irregulares, a falta de descanso adequado, o sedentarismo e os riscos ocupacionais (como as doenças cardiovasculares e musculoesqueléticas) revelam um ambiente de trabalho altamente desgastante, tanto física quanto emocionalmente. Ribeiro *et al.* (2024) identificam índices elevados de *burnout* na amostra investigada e ressaltam a necessidade de políticas de saúde voltadas à categoria.

Além disso, a cultura hierárquica e repressiva das corporações, discutida por Dias, Siqueira e Ferreira (2023), perpetua uma falta de apoio emocional entre os colegas e um ambiente institucional que, ao invés de proporcionar acolhimento, reforça a estigmatização de problemas de saúde mental. Isso contribui para o distanciamento entre os policiais e a possibilidade de buscar ajuda, o que agrava ainda mais os impactos da violência institucional, tanto sobre os agentes quanto sobre a sociedade. A resistência interna ao reconhecimento da necessidade de um modelo mais colaborativo de policiamento reflete uma parte significativa da crise de legitimidade enfrentada pelas instituições policiais.

A representação do policial também é marcada pela ambiguidade dos modelos de policiamento adotados. Por um lado, o modelo "guerreiro", caracterizado pela ênfase na repressão e no confronto, ainda predomina nas práticas policiais, gerando um ambiente de tensão e desconfiança entre os agentes e a sociedade. Por outro, o modelo "guardião", que sugere um policiamento mais democrático e voltado à proteção dos direitos humanos, encontra resistência dentro da estrutura institucional militarizada (Rolim, 2023). A dualidade entre essas duas abordagens reflete uma tensão intrínseca no comportamento dos policiais, que são constantemente desafiados a equilibrar a necessidade de repressão com a tentativa de proteger e colaborar com a comunidade.

Esses modelos de policiamento não são apenas conceitos abstratos; são modelos traduzidos em práticas diárias que impactam diretamente as interações entre policiais e cidadãos. Quando a polícia adota um modelo de "guerreiro", seu foco se volta para o controle e a repressão, muitas vezes resultando em abusos de autoridade e no distanciamento das comunidades que deveria proteger. A falha em adotar um modelo "guardião" mais colaborativo tem consequências diretas na confiança da população, refletindo uma crise de legitimidade que permeia a relação entre as forças policiais e a sociedade (Gisi; Silvestre, 2020). Esse déficit de confiança é ampliado pela desumanização das vítimas de violência estatal, especialmente entre populações marginalizadas, como negros e moradores de periferias (Hermann, 2023).

Portanto, a caricatura do policial brasileiro que emerge desta revisão é a de um profissional que, imerso em um ambiente institucional opressor e desgastante, luta para equilibrar sua saúde física e emocional com as expectativas institucionais e sociais. A falta de suporte psicológico adequado, a constante pressão para manter altos índices de produtividade e a persistência de uma cultura militarizada no seio das corporações policiais contribuem para o agravamento da condição desses profissionais, ao mesmo tempo em que fortalecem a imagem negativa da polícia perante a sociedade.

Apesar de todos os benefícios que a humanização das práticas policiais pode trazer, especialmente no que tange à saúde mental dos policiais e à promoção de uma relação mais colaborativa com a sociedade, é fundamental reconhecer que, na realidade, a implementação dessa abordagem não é simples. O policiamento no Brasil, especialmente em contextos de intenso crime organizado e violência, coloca os policiais em situações extremas, nas quais suas vidas estão constantemente em risco. A pressão para manter a ordem, muitas vezes em ambientes de alto risco, faz com que as práticas de policiamento mais humanizadas e voltadas para a proteção dos direitos humanos esbarrem na dura realidade do confronto direto com criminosos. Nesse cenário, a transição para um modelo mais "guardião" de policiamento se torna um desafio complexo, onde o discurso de humanização se confronta com a necessidade de garantir a segurança do agente. Proporcionar uma saúde mental melhor para esses profissionais, que sabem que podem não retornar de uma jornada de trabalho, demanda mais do que políticas públicas eficazes; exige uma compreensão das limitações impostas pela realidade brutal de suas funções diárias.

Para reverter essa caricatura e criar uma imagem mais positiva e eficaz das forças de segurança, é imperativo implementar reformas estruturais profundas nas corporações policiais. Isso inclui garantir condições de trabalho mais humanas, com jornadas mais equilibradas, suporte psicológico contínuo e implementação de práticas de policiamento que priorizem a proteção dos direitos fundamentais e a construção de uma relação de confiança com a comunidade. A transição para um modelo de policiamento mais colaborativo e orientado para os direitos humanos pode ser uma das chaves para melhorar a atuação policial e, consequentemente, a confiança pública nas instituições de segurança.

A transformação das dinâmicas institucionais das polícias brasileiras requer uma reestruturação profunda que leve em consideração a saúde física e mental dos policiais, além de valorizar a construção de um modelo de segurança pública que seja mais inclusivo, democrático e colaborativo. A mudança cultural dentro das corporações policiais, alinhada a uma abordagem que integre o policial ao contexto comunitário, é essencial para alcançar uma segurança pública mais eficaz e legítima, que atenda às necessidades sociais e promova a paz e a justiça.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente estudo, embora tenha proporcionado uma compreensão abrangente sobre a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, apresenta algumas limitações importantes que precisam ser consideradas. Em primeiro lugar, a análise baseou-se exclusivamente em estudos publicados no contexto acadêmico nacional recente, o que pode ter restringido o alcance das reflexões ao contexto brasileiro, limitando comparações mais amplas com realidades internacionais. Além disso, os achados refletem predominantemente os temas que têm recebido maior atenção na literatura acadêmica, especialmente relacionados à saúde física e mental dos policiais e às dinâmicas institucionais das corporações, o que pode ter negligenciado aspectos emergentes ou ainda pouco explorados, como variações regionais específicas ou questões relacionadas a grupos minoritários dentro das corporações policiais. Outra limitação importante está na ausência de uma análise longitudinal aprofundada que permita entender as transformações históricas dessas representações ao longo do tempo. Finalmente, embora a revisão tenha coberto um conjunto expressivo de estudos recentes, a heterogeneidade metodológica e conceitual entre os trabalhos analisados pode ter dificultado uma síntese mais precisa e comparativa dos resultados, destacando a necessidade de padronização metodológica em estudos futuros para aprofundar a compreensão das questões estruturais das instituições policiais brasileiras. Os achados caracterizam o corpus selecionado, não permitindo generalização para todos os policiais brasileiros.

CONCLUSÃO

A representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente evidencia um cenário complexo, permeado por desafios institucionais, pessoais e sociais. Em geral, os policiais são retratados como profissionais submetidos a condições de trabalho extremamente exigentes, caracterizadas por jornadas extenuantes, exposição contínua à violência, riscos elevados de adoecimento físico e mental, além de uma baixa valorização institucional e social. Esse quadro aponta para um ambiente organizacional marcado por estruturas rígidas e uma cultura institucional resistente a mudanças, o que dificulta avanços significativos na promoção da saúde ocupacional e na melhoria da relação entre policiais e sociedade.

Os achados deste estudo reforçam a existência de uma crise estrutural nas instituições policiais brasileiras, onde a cultura organizacional autoritária e a precarização das condições laborais impactam diretamente não apenas o bem-estar dos profissionais, mas também a qualidade do serviço prestado à população. Entre as principais dimensões analisadas, a saúde física e mental (19 artigos) e as condições de trabalho e os riscos ocupacionais (12 artigos) foram as categorias mais frequentes no corpus, seguidas pelas estruturas e dinâmicas institucionais (nove artigos). A recorrência desses temas reflete uma preocupação recorrente com os efeitos do estresse ocupacional, do *burnout* e dos transtornos psicológicos sobre os policiais, bem como com os desafios estruturais que perpetuam essas condições adversas.

Diante desse cenário, futuras pesquisas podem contribuir significativamente ao aprofundar investigações sobre a evolução da cultura organizacional das forças policiais, especialmente por meio de estudos longitudinais que analisem as mudanças institucionais ao longo do tempo. Além disso, a realização de pesquisas qualitativas que incluam as percepções dos próprios policiais pode fornecer um panorama mais abrangente sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano da profissão e sobre a eficácia das políticas voltadas à valorização profissional. Outro eixo de investigação relevante envolve estudos comparativos

entre diferentes contextos regionais, buscando compreender como fatores sociopolíticos e econômicos influenciam as condições de trabalho dos policiais em distintos estados e municípios brasileiros.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de que os debates acadêmicos sobre a atividade policial sejam acompanhados por políticas públicas eficazes, especialmente no que diz respeito à formulação de estratégias de saúde ocupacional que mitiguem os impactos do trabalho policial sobre a saúde mental dos agentes. Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de programas institucionais voltados à humanização das relações internas nas corporações policiais e à construção de práticas de policiamento mais alinhadas às demandas sociais contemporâneas. O aprofundamento dessas discussões poderá contribuir para um modelo de segurança pública que, além de eficiente, seja socialmente responsável e sustentável para os profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Carla Requião; LINS-KUSTERER, Liliane; CARVALHO, Fernando Martins. Capacidade para o trabalho de policiais militares. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, 79, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2019053001014. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRANDÃO, Priscila. A Polícia Federal no processo de transição: o desafio da Justiça de Transição e da superação dos valores autoritários, analisados a partir da gestão do delegado Romeu Tuma. **Tempo**, Niterói, v. 28, n. 1, p. 99-116, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280106. Acesso em: 6 mar. 2025.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa; ANDRADE E SOUZA, Karoline Coelho de. A cidadania governamentalizada: um estudo de caso das Unidades Paraná Seguro em Curitiba. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, e022029, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.29241. Acesso em: 6 mar. 2025.

COSTA, Francis Ghignatti da; VIEIRA, Lizandra Santos; CÓCARO, Mateus Gomes; AZZOLIN, Karina de Oliveira; DAL PAI, Daiane; TAVARES, Juliana Petri. Qualidade de vida, condições de saúde e estilo de vida de policiais civis. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, e20190124, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190124. Acesso em: 6 mar. 2025.

CUBAS, Viviane de Oliveira; ALVES, Renato Antonio; OLIVEIRA, André Rodrigues. Tão diferentes e tão iguais: as percepções de policiais civis e militares de São Paulo sobre suas instituições. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 801-825, 2020. DOI: https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n3.26235. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e-2022-0095, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120220095. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIAS, Fagner de Oliveira; REYES JR., Edgar; COSTA, Caroline; BARROS, Andréia. Valores pessoais e relacionamento intragrupo: O caso dos grupos táticos policiais de Brasília. **RAM**: Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 22, n. 5, eRAMG210010, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG210010. Acesso em: 6 mar. 2025.

FERRAZ, Almir de França; ANDRADE, Erinaldo Luiz de; VIANA, Michell Vetoraci; RICA, Roberta Luksevicius; BOCALINI, Danilo Sales; FIGUEIRA JR., Aylton. Physical activity level and sedentary behavior of military police staff. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 117-121, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1517-869220202602208923. Acesso em: 6 mar. 2025.

GISI, Bruna; SILVESTRE, Giane. Expectativas desencaixadas: o problema da construção da autolegitimidade entre policiais militares. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 885-908, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035030010. Acesso em: 6 mar. 2025.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; LAUDELINO NETO, Alessandra; MASSUDA JR., João. Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, e8, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618. Acesso em: 6 mar. 2025.

HERMANN, Victor. Como contar 80 tiros? A questão do primeiro disparo, segundo Clarice Lispector. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 25, n. 48, p. 215-230, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2596-304x20232548vh. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIMA, Flora Moara; SAPORI, Luis Flavio; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Cooperação e escassez: o papel do flagrante delito no sistema de justiça criminal. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 467-478, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.36804. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIMA, Renato Sérgio de; VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; VIANNA, Fernando Ressetti Pinheiro Marques; ALCADIPANI, Rafael. Saber acadêmico, guerra cultural e a emergência das ciências policiais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, e3710805, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/3710805/2022. Acesso em: 6 mar. 2025.

LOPES, Cleber; ROSSATO, Rafael. Quando a Polícia Militar vai à escola: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e248317, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349248317. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Repercussões para o trabalho, a saúde e as relações familiares dos policiais feridos por arma de fogo em face. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 3193-3202, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.01122022. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; WERNERSBACH, Liana. Ferimentos não fatais por arma de fogo entre policiais militares do Rio de Janeiro: a saúde como campo de emergência contra a naturalização da violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 1911-1922, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.19412019. Acesso em: 6 mar. 2025.

MARINS, Eduardo Frio; FERREIRA, Rodrigo Wiltgen; FREITAS, Flávio Castagna de; DUTRA, Geovana Ferreira de Andrade Alves; VASCONCELOS JR., José Rossy e; CAPUTO, Eduardo Lucia. Mortalidade em agentes da polícia rodoviária federal: série temporal entre 2001 e 2020. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, 82, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004210. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAZZURANA, Leonardo; ALMEIDA, Victor. Círculo integrado de informação: o desafio de integração das polícias civil e militar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, e200375, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022200375.por. Acesso em: 6 mar. 2025.

NASCIMENTO, Jessica Cristhyanne Peixoto; COSTA, Thatiane Monick de Souza; SARMENTO, Sabrina Daiane Gurgel; SANTOS, Kauanny Vitoria Gurgel dos; DANTAS, Joyce Karolayne dos Santos; QUEIROZ, Cintia Galvão; DANTAS, Daniele Vieira; DANTAS, Rodrigo Assis Neves. Análise do transtorno do estresse pós-traumático em profissionais emergencistas. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE03232, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03232. Acesso em: 6 mar. 2025.

OLIVEIRA, Cleise Cristine Ribeiro Borges; SILVA, Carla Tatiane Oliveira; COELHO, Ana Carla Carvalho; CARNEIRO, Bruna Rafaela; BASTOS, Milena de Carvalho; CANUTO, Pollyanna Jorge; MORAES, Mariana de Almeida; MUSSI, Fernanda Carneiro; PIRES, Cláudia Geovana da Silva. Fatores clínicos e sociodemográficos associados ao tempo gasto sentado em policiais militares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 57, e20230089, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0089pt. Acesso em: 6 mar. 2025.

OLIVEIRA, Léa Pintor de Arruda; OLIVEIRA, Lucio Garcia de; CARVALHO, Heráclito Barbosa de. Fatores de risco e proteção para o desenvolvimento do estresse na Polícia Rodoviária Federal. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 40, e210194, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202340e210194. Acesso em: 6 mar. 2025.

PATINO, Cecilia Maria; FERREIRA, Juliana Carvalho. Inclusion and exclusion criteria in research studies: definitions and why they matter. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 84, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1806-37562018000000088. Acesso em: 6 mar. 2025.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 500-509, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562. Acesso em: 6 mar. 2025.

RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos Santiago; SILVA, Luiz Almeida da; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz; SANTOS, Sérgio Valverde Marques dos; TERRA, Fábio de Souza; DALRI, Rita de Cassia de Marchi Barcellos. Factors associated with burnout in military police officers in a city in Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 77, n. 4, e20230510, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/fB3ZZPhz9ZsLhVhvvNGXHzr/. Acesso em: 6 mar. 2025.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Lugares de polícia: notas etnográficas sobre outras territorialidades policiais no subúrbio carioca. **Vibrant**: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, v. 20, e20812, 2023. DOI: http://doi.org/10.1590/1809-43412023v20d812. Acesso em: 6 mar. 2025.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 248-269, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57448. Acesso em: 6 mar. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001. Acesso em: 6 mar. 2025.

SÁ, Julianna Gripp Spinelli de; LEMOS, Ana Heloísa da Costa; OLIVEIRA, Lucia Barbosa de. Para além dos estereótipos: os sentidos do trabalho para mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 500-513, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120210109. Acesso em: 6 mar. 2025.

SANTOS, Fernando Braga dos; LOURENÇÃO, Luciano Garcia; VIEIRA, Evellym; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães; OLIVEIRA, Adriane Maria Netto de; OLIVEIRA, Jacqueline Flores de; BORGES, Márcio Andrade; ARROYO, Thiago Roberto. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 5987-5996, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14782021. Acesso em: 6 mar. 2025.

SERRA, Maysa Venturoso Gongora Buckeridge; SCALON, João Domingos; TONELLO, Maria Georgina Marques; QUEMELO, Paulo Roberto Veiga. Desordens musculoesqueléticas, percepção de estresse e atividade física em policiais. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 22-27, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-2950/18029227012020. Acesso em: 6 mar. 2025.

SOARES, Deiveskan Serra; MELO, Cristina Carvalho de; SOARES, Josiane Lopes da Silva Serra; NOCE, Franco. Influência da atividade física no burnout em policiais militares. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 30, n. 1, e3059, 2019. DOI: https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v30i13059. Acesso em: 6 mar. 2025.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; MARTINS, Thais Ferreira. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. **Fractal**: Revista de Psicologia, Niterói, v. 33, n. 1, p. 21-30, 2021. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5776. Acesso em: 6 mar. 2025.

TAVARES, Juliana Petri; VIEIRA, Lizandra Santos; DAL PAI, Daiane; SOUZA, Sônia Beatriz Cócaro de; CECCON, Roger Flores; MACHADO, Wagner de Lara. Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 1931-1940, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.10702019. Acesso em: 6 mar. 2025.

TAVARES, Juliana Petri; MENDONÇA, Viviane Gallon; VIEIRA, Lizandra Santos; GUIMARÃES, Roberta Sofia Wiebling; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; MACHADO, Wagner de Lara; DAL PAI, Daiane. Distúrbios psíquicos menores e o contexto de trabalho da Polícia Civil: um estudo de método misto. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 4, p. 288-295, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000390. Acesso em: 6 mar. 2025.

TELES, José; TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. Procurar a polícia e confiança na instituição: um teste da perspectiva procedimental em São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 31, e021, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1678-98732331e021. Acesso em: 6 mar. 2025.

VIEGAS, Rejane de Fátima Parada; SILVA, Karla Gualberto; SAREFINO, Adriana de Oliveira; CARVALHO, Eloá Carneiro; ABREU, Ângela Maria Mendes; PARREIRA, Pedro Miguel Santos Dinis; SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner; FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de. A invisibilidade do custo cognitivo no trabalho de policiais militares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 58, e20230329, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0329pt. Acesso em: 6 mar. 2025.

VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila; MENEZES, Palloma. Os policiais das UPPs e a crise permanente da segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, e3710804, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/3710804/2022. Acesso em: 6 mar. 2025.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EM SAÚDE MENTAL VOLTADAS PARA POLICIAIS MILITARES DO ESPÍRITO SANTO E OS IMPACTOS NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO

NEILA DE OLIVEIRA CABRAL

Graduada em Psicologia pela Universidade Vila Velha (UVV) e especialista em Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua na área de Psicologia da Saúde Ocupacional, com foco na promoção da saúde mental e do bem-estar dos trabalhadores. Pesquisadora na área de Saúde do Trabalhador, e qualidade de vida no trabalho.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Vila Velha

E-mail: neila.oliver.cabral@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0009-0007-2860-9298

PEDRO LUIZ FERRO

Pós-doutor pelo PPGCS/UFES. Doutor pelo PPGCS/ PUC SP, Mestre pelo PPGCS PUC/SP Associada à UVV/ES. Graduado em Psicologia pela UVV/ES. Docente da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo. Docente da Academia de Polícia Civil do Espírito Santo. Gerente estadual de atenção ao servidor da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do ES.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Vitória

E-mail: prof.drpedroluizferro@gmail.com **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-8773-3084

Contribuições dos autores: Por meio de um trabalho colaborativo e integrado, ambos os autores contribuíram de forma equivalente em cada etapa da pesquisa e da escrita do manuscrito. Desde a concepção da ideia e a estruturação da metodologia até a redação, revisão crítica e finalização do texto, as responsabilidades foram compartilhadas igualmente. Cada participante dedicou o mesmo nível de esforço intelectual e técnico para a construção do trabalho, assegurando a coautoria plena de todo o conteúdo apresentado.

Financiamento: Fundo Nacional de Segurança Pública concedido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

RESUMO

A implementação de políticas de saúde voltadas para os policiais militares é uma questão de relevância social. O objetivo deste estudo é analisar a importância dos investimentos em iniciativas destinadas à saúde mental dos policiais militares no estado do Espírito Santo, Brasil. Adotou-se abordagem qualitativa e descritiva, com revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses. Os resultados indicam que há investimentos em programas de saúde do trabalhador, como os desenvolvidos pela Copas/Sesp. Apesar disso, os índices de adoecimento permanecem altos, evidenciando a necessidade de intensificar e ampliar as ações preventivas. Conclui-se que a continuidade e o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental são fundamentais para reduzir o sofrimento psíquico dos policiais militares. Além disso, ampliar pesquisas é

fundamental para identificar causas e fatores associados ao adoecimento, garantindo a efetividade das intervenções e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.
Palavras-chave: Saúde mental. Saúde do trabalhador. Polícia Militar. Segurança pública.

THE IMPORTANCE OF MENTAL HEALTH INITIATIVES FOR MILITARY POLICE OFFICERS IN ESPÍRITO SANTO AND THEIR IMPACT IN STATE PUBLIC SECURITY

ABSTRACT

The implementation of health policies aimed at military police officers is a matter of social relevance. This study aims to analyze the importance of investments in initiatives targeting the mental health of military police officers in the state of Espírito Santo, Brasil. A qualitative and descriptive approach was adopted, based on a literature review of articles, dissertations, and theses. The results indicate that there are investments in occupational health programs, such as those developed by Copas/Sesp. Nevertheless, illness rates remain high, highlighting the need to intensify and expand preventive actions. It is concluded that the continuity and strengthening of public mental health policies are essential to reduce the psychological suffering of military police officers. Furthermore, expanding research is crucial to identify the causes and factors affecting illness, ensuring the effectiveness of interventions and the quality of services provided to society.
Keywords: Mental health. Worker´s health. Military Police. Public security.

Data de recebimento: 14/10/2024 **Data de aprovação:** 06/01/2026
DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2281

INTRODUÇÃO

O debate sobre saúde mental dos profissionais da segurança pública e a urgência de ações para a promoção da saúde e prevenção do seu adoecimento têm intensificado cada vez mais o espaço nas discussões e pesquisas acadêmicas, especialmente nas últimas décadas, onde observou-se o aumento do número desses profissionais afastados por adoecimento mental: ansiedade, depressão, pânico, transtorno pós-traumático, *burnout* e, em casos mais graves, suicídio. Por isso, a atenção à saúde do profissional de segurança pública tornou-se um tema urgente e de interesse coletivo há algum tempo, integrando, inclusive, a agenda do Governo Federal; mas nem sempre foi assim.

Atualmente, constata-se uma mudança nesse cenário em função do crescente interesse acadêmico em investigar as relações entre os agentes de segurança e seu trabalho, bem como os efeitos dessa interação em sua saúde e na coletividade. Sob essa perspectiva, nota-se nos últimos anos um maior investimento em programas de intervenção em saúde, visto sua importância para indivíduos, instituições e sociedade (Vitor *et al.*, 2022).

Cabe ressaltar que esses investimentos trazem consigo diversos benefícios, como a oportunidade de implementar medidas de prevenção primária em saúde. Isso inclui evitar o desenvolvimento de doenças, promover a saúde através de iniciativas que capacitam indivíduos a lidar com adversidades e propor ações que facilitem o tratamento quando o processo saúde-doença já está em curso. Tais iniciativas, ainda que

limitadas ao âmbito das instituições de segurança pública, abrem espaço para uma reflexão crítica a respeito da carência de ações voltadas à saúde mental dos profissionais dessa área.

Diante disso, percebe-se a relevância em investigar iniciativas e propostas voltadas para intervenções em saúde no contexto da segurança pública, com foco na Polícia Militar, onde observa-se maior número de efetivo no Espírito Santo (ES). Certamente, tais intervenções equivalem-se a apoiar a preservação da ordem pública e o aprimoramento dos serviços oferecidos à população capixaba. Em suma, a deterioração da saúde desses profissionais demanda atenção para prevenir que o quadro se agrave e se torne irreversível, o que pode levar a afastamentos temporários ou permanentes – uma tendência que tem sido observada nos últimos anos.

Mediante o exposto sobre o contexto do trabalho policial, os riscos de adoecimentos, e a importância de ações de cuidado em saúde para os mesmos, surge a seguinte questão: Como o desenvolvimento de iniciativas em saúde mental pode prevenir o adoecimento dos profissionais da segurança pública e gerar impactos significativos na sociedade?

Dessa forma, o objetivo principal deste estudo é destacar a importância dos investimentos em iniciativas destinadas à saúde mental dos policiais militares do Espírito Santo, enfatizando as ações da Copas (Comissão Permanente de Atenção à Saúde dos Profissionais de Segurança Pública, Defesa Social e Justiça do Espírito Santo) e os benefícios dessas ações, tanto para esses trabalhadores quanto para a coletividade.

Ademais, a finalidade deste estudo é estimular reflexões sobre o tema "saúde mental de policiais", com foco especial nas ações voltadas aos policiais militares do estado do Espírito Santo, visando propor o fomento de estratégias para enfrentar essa crítica questão de saúde coletiva. Nessa perspectiva, o escopo central é destacar ações de prevenção direcionadas a esse grupo, bem como as consequências de sua falta na sociedade, dada a relevância dessa discussão para a formulação de políticas eficazes.

A metodologia utilizada neste artigo é descritiva de caráter qualitativo. Trata-se de uma revisão bibliográfica, cujos critérios de inclusão foram: artigos, teses e dissertações completas, de acesso aberto e publicados em língua portuguesa. Foram excluídos textos estrangeiros e que não abrangem o tema. Os dados foram levantados entre janeiro e julho de 2024, através das bases de dados eletrônicas (SciELO, LILACS e PubMed), além de repositórios, materiais jornalísticos de sites e documentos institucionais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp). Foram utilizados os descritores "saúde mental", "saúde do trabalhador", "polícia militar" e "qualidade de vida". Por ser uma revisão de literatura, esta pesquisa atende aos critérios previstos no inciso I do art. 1º da Resolução CNS nº 510/2016.

Desse modo, a compreensão e análise desses dados podem auxiliar no desenvolvimento de estratégias preventivas e de intervenção em transtornos mentais entre policiais, visando melhorar sua qualidade de vida, pois torna-se essencial unir esforços para promover a saúde integral desses profissionais.

A SAÚDE COMO DIREITO DE TODOS: POLICIAIS TAMBÉM ADOECEM

A Constituição da República garante a todos os cidadãos o direito à saúde, elencando-a em vários dispositivos constitucionais, nos quais se prescreve que a saúde é um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988). Isso significa que o país adotou, a partir de 1988, um novo conceito de saúde, que incorpora um

conteúdo ético-político novo, ao reconhecer a dignidade humana como condição fundamental de acesso à política pública da saúde.

Como propõe Serrano (2010), a Constituição Federal de 1988, que inaugurou o Estado Democrático de Direito no Brasil, trouxe um amplo rol de direitos e garantias individuais ao cidadão, além de prever responsabilidades ao Estado e à sociedade para o cumprimento desses direitos. Diante desse novo contexto, houve uma modificação no conceito tradicional de cidadania, passando a reconhecer o indivíduo como detentor de direitos e deveres expandidos. Sendo assim, a segurança pública passa a ser reconhecida como direito individual e coletivo, com responsabilidades atribuídas aos encarregados por sua manutenção.

Todavia, quando essas responsabilidades são excessivas, especialmente para os profissionais de segurança pública, podem resultar em problemas de saúde. Isso posto, é primordial reconhecer que o policial não é apenas um executor, mas também um indivíduo e cidadão sujeito às vicissitudes da vida, o que o torna igualmente vulnerável.

Convém lembrar que a garantia da Segurança Pública como Direito Social se opõe à invisibilidade dos componentes que condicionam sua viabilidade. Assim, o cuidado com a categoria dos policiais para que suas ações reflitam a segurança pública esperada envolve o olhar atento e permanente desde o seu ingresso, com a formação inicial, até a pós-aposentadoria do servidor (Martins; Da Cruz, 2023).

Para Futino e Delduque (2020), a integração dos direitos humanos na segurança pública e a valorização dos profissionais da área é recente na história e nas práticas da Administração Pública Federal, e tiveram como marcos notáveis o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública e a instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2000, além da criação e implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) por meio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (Brasil, 2018).

No caso dos policiais, suas condições de trabalho e seus modos de vida e saúde necessitam de uma investigação que considere o panorama atual de crescente violência e criminalidade como parte do contexto da determinação social de sua saúde (Ferreira, 2009). Omitir-se diante dessa realidade significa forte risco social. Isso porque negligenciá-la é permitir que um policial psicologicamente desequilibrado possa, em situações de conflito, cometer excessos e agir violentamente (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

Logo, torna-se pertinente o estudo da saúde dos policiais militares devido aos riscos em que os mesmos estão expostos, sendo vulneráveis e suscetíveis a adquirir uma série de agravos e doenças (Loiola, 2019). Mas qualquer estudo a respeito dessa categoria não terá efeito se deixar de reconhecer, como postula Serrano (2010), que o policial é, antes de tudo, um cidadão que deve ter seus direitos assegurados para que compreenda e respeite os direitos dos demais membros da sociedade. Assim sendo, evita-se a violação dos direitos humanos quer seja a nível institucional, social e até mesmo intrapessoal. Enfim, o óbvio precisa ser dito: a saúde é um direito humano e policiais também adoecem.

CONTEXTUALIZANDO O IMPACTO DO TRABALHO NA SAÚDE DE POLICIAIS

Há tempos, já se sabe que o trabalho ocupa um papel central na vida das pessoas e que se constitui um componente essencial na formação da identidade e na inserção social das mesmas. Nesse contexto, com-

preende-se que o bem-estar adquirido pelo equilíbrio entre as expectativas em relação à atividade profissional e a sua concretização é um dos elementos que compõem a qualidade de vida dos trabalhadores (Abreu *et al.*, 2002). Entretanto, estudos e intervenções no campo da saúde do trabalhador, especialmente dos agentes de segurança, têm demonstrado novos desafios para a instauração de políticas públicas.

Dada a multiplicidade do seu foco, a área de Saúde do Trabalhador defende uma abordagem ampla que abarca a promoção de saúde e medidas preventivas e de assistência, colocando o trabalhador, tanto na dimensão individual quanto coletiva, no centro de um processo de transformações (Lacaz, 1996 *apud* Costa *et al.*, 2013).

Em estudo sobre a qualidade de vida de policiais militares, Souza Filho *et al.* (2015) mencionam que o trabalho tem um papel importante na vida do indivíduo, sendo uma das principais atividades desempenhadas pelo homem. Contudo, o exercício da profissão pode produzir nos trabalhadores desgastes físicos e emocionais que, quando constantes, podem gerar diversos prejuízos à saúde e à qualidade de vida, dentre eles, o estresse e o sofrimento psíquico.

Uma das classes profissionais que têm sido investigadas devido à importância para a sociedade é a dos operadores das forças de segurança. Nesse cenário, vários têm sido os estudos a respeito da qualidade de vida no trabalho de policiais, pois entende-se que os afazeres do militar e a cultura organizacional implica direta e indiretamente no seu bem-estar, repercutindo, inclusive, na sua saúde. Nessa instância, a Polícia Militar representa um coletivo vulnerável de trabalhadores que sente o impacto negativo da atividade laboral na saúde e na qualidade de vida (Tavares *et al.*, 2021).

Em termos de resgate histórico, é sabido que a Polícia Militar, como instituição organizacional, está intimamente ligada à história do Brasil. Silva e Vieira (2008) afirmam que a Polícia Militar possui uma estrutura burocrática, remontada ao século XIX, cuja lógica sofreu reconfigurações durante os governos militares, mas apesar disso o princípio de atuação se manteve, visando impedir qualquer forma de contestação social de grupos legais (ou ilegais) contrários ao poder vigente na época.

Vale lembrar que a crescente violência social levanta questões sobre a aplicabilidade do modelo de organização do trabalho da Polícia Militar frente às demandas da sociedade atual, colocando em xeque a produtividade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, serviços esses pautados em atividades distintas de prevenção e investigação.

Sob o ponto de vista de Silva Filho (2003) *apud* Silva e Vieira (2008), o Brasil é o único país que concebe as atividades de polícia, tanto de prevenção quanto de investigação, como funções disjuntivas, a ponto de necessitar de duas organizações distintas em estruturas, normas administrativas e operacionais, regime disciplinar e salários. Essa distinção gerou desgaste como modelo de controle da criminalidade, devido à ineficácia de seus desfechos, ao alto custo de manutenção e à complexidade significativa de seu gerenciamento.

Um estudo sobre a relação entre saúde mental e organização do trabalho na Polícia Militar verificou que o acúmulo de funções atribuídas ao policial pautado em atividades distintas também constitui uma fonte de sofrimento (Silva; Vieira, 2008). Ainda mais, é perceptível que os modos atuais de organização do trabalho policial afetam a vida desses profissionais (Serrano, 2019). Certamente, esses desgastes estão associados a fatores que impactam a saúde do policial, quer seja física, mental ou social, podendo levar a afastamentos.

Destaca-se, ainda, que a ausência no trabalho pode ser prejudicial e representar um risco para a saúde mental, uma vez que o mesmo pode ser uma fonte significativa de bem-estar, sendo decisivo adotar dentro das instituições uma gestão mais humanizada, que valorize a saúde e o bem-estar dos colaboradores, especialmente dos policiais militares. Portanto, é imprescindível compreender os aspectos que contribuem para o adoecimento e examinar como esse modelo de trabalho afeta a saúde desses operadores, elencando as variáveis de risco e protetivas.

Em vista disso, insta frisar que, reconhecendo a efetiva participação da Polícia Militar no contexto social brasileiro, a partir da constituição do Estado moderno, qualquer evento que afete esse trabalhador tende a impactar, direta ou indiretamente, a sociedade (Brito, 2020). Nessa conjuntura, em se tratando de região, no Espírito Santo não é diferente, pois são muitas as adversidades e os problemas que surgem para o Poder Público e que, consequentemente, afetam a população em geral se o trabalho do policial não é bem executado. No mais, perpassando o prejuízo social, tem sido cada vez maior o índice de absenteísmo dentro das instituições.

No Espírito Santo, consoante com o relatório estatístico de dispensas médicas do HPM (Hospital da Polícia Militar), permanece alto o número de afastamentos de policiais devido a problemas de saúde mental – CID F, totalizando 3.980 no período de 2020 a 2023 (Espírito Santo, 2024). O documento mostra uma redução nos índices, mas mesmo assim continuam elevados. Destarte, temos uma problemática estabelecida não somente para o Poder Público, mas para a sociedade civil em geral. Esses dados sugerem que ações em saúde mental são importantes e, portanto, diretrizes de enfrentamento precisam ser contínuas para a redução do quantitativo de absenteísmo decorrente de problemas vinculados à falta dela.

Considera-se o absenteísmo um problema socioeconômico que gera custos diretos e indiretos, levando à perda de produtividade e ao aumento de despesas (Silva, 2014), e a estrutura do trabalho policial é um fator crucial na redução desses impactos. De forma adicional, é preciso ter em mente que a organização do trabalho policial e a dinâmica da violência são variáveis que não só comprometem a economia do país, mas também afetam a saúde dos cidadãos (Silva; Vieira, 2008).

Sob essas circunstâncias, é indispensável adotar uma nova perspectiva sobre as organizações e práticas policiais, explorando novas abordagens para enfrentar seus desafios, sendo fundamental reconhecer os policiais como trabalhadores que sofrem os impactos do trabalho em sua subjetividade e saúde (Amador, 1999 *apud* Amador *et al.*, 2002), a fim de prevenir adoecimentos e o absenteísmo.

Com base nessas considerações, sugere-se a formulação de políticas específicas para policiais militares, integrando-as aos serviços de saúde em benefício das corporações. E é partindo dessa premissa que será abordado quais políticas de acesso à saúde desses servidores vêm sendo desenvolvidas no país e, mais especificamente, no estado do Espírito Santo.

POLÍTICAS DE ACESSO INTEGRAL À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

Pode-se dizer que, o início das políticas públicas permanentes de prevenção à saúde dos profissionais pertencentes ao Susp se deu com a instituição da Portaria Interministerial SEDH/MJ Nº2, de 15/12/2010,

publicada no DOU de 16.12.2010, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública (Brasil, 2010).

A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passou a disciplinar a organização e o funcionamento dos organismos responsáveis pela segurança pública, instituindo o Susp e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O art. 2° estabelece que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade que envolve a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dentro dos limites de suas competências e atribuições legais. Já o art. 6° traz como um dos objetivos estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações voltadas para a valorização profissional, a saúde, a qualidade de vida e a segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública (Brasil, 2018).

Alguns autores referenciam que, para melhorar as condições de vida e reduzir as vulnerabilidades e os riscos à saúde relacionados ao ambiente e ao processo de trabalho dos policiais, como determina a Política Nacional de Promoção da Saúde, faz-se necessário identificar as causas associadas ao comprometimento da qualidade de vida desses profissionais, as quais poderão subsidiar decisões e intervenções que promovam saúde e qualidade de vida (Arroyo; Borges; Lourenção, 2019).

Não há uma lista definitiva ou um *ranking* claro dos estados que mais investem em saúde mental dos profissionais de segurança pública no Brasil disponível publicamente. Porém, algumas unidades federativas têm sido reconhecidas por implementar planos mais abrangentes e ações específicas voltadas para o cuidado integral de agentes de segurança. Essas iniciativas incluem programas de atenção psicossocial, treinamentos especializados, campanhas de conscientização e apoio psicológico contínuo. Destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Ceará e Espírito Santo (Damasceno, 2023; Brasil, 2024).

Dentre algumas iniciativas de promoção da saúde mental para servidores da segurança pública, podemos citar: o "Escuta Susp", abrangendo Sergipe, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Distrito Federal; o programa "Políticas de Saúde Mental específicas para policiais militares envolvidos em ocorrências de grande vulto", do Piauí; o programa "Prumos", do Paraná; o " Sasp – Serviço de Atenção à Saúde do Policial", do Rio de Janeiro; o "SOMA-SI" e o "*Mens Sana in Corpore Sano*", do Espírito Santo, entre outros. Esses projetos demonstram uma crescente conscientização sobre a importância da saúde mental dos policiais no Brasil, (Brasil, 2024, Piancini [*s.d.*]; Silva *et al.*, 2024; Rio de Janeiro, 2013; Ferreira, 2024) com diversas unidades da Federação adotando medidas para aprimorar o suporte e o cuidado psicológico para essa categoria (Tavares *et al.*, 2021).

Feitas as considerações sobre algumas iniciativas e políticas de acesso integral à saúde no Brasil, expõe-se, adiante, mais detalhes das ações e dos projetos desenvolvidos pelo estado do Espírito Santo.

Historicamente, o modelo de atenção em saúde mental no Espírito Santo centrou-se na hospitalização em grandes hospitais psiquiátricos públicos e privados. Entretanto, com as mudanças que exigiram o olhar integralizado e mais humanizado dos sujeitos, os componentes essenciais para sua saúde mental passaram a ser analisados por um viés biopsicossocial. Assim, esse viés tem embasado questões acerca da saúde mental dos policiais e vem sendo objeto de discussão nos âmbitos sociais e de governo por meio do reconhecimento da urgência nas execuções de medidas de valorização e de acesso à saúde integral desses profissionais (Damasceno, 2023).

No que diz respeito à atenção à saúde biopsicossocial dos policiais militares do estado do Espírito Santo, nota-se que algumas ações e projetos vêm sendo desenvolvidos visando fortalecer as práticas adotadas na prevenção do adoecimento e na promoção da saúde. Essas ações são amparadas por meio da instituição de portarias e legislações (Tavares *et al.*, 2021).

Dados destacados anteriormente demonstram que é alarmante os casos que envolvem a saúde mental dos policiais militares no estado, e a ausência de ações que os beneficiem e valorizem podem trazer drásticas consequências à população. Como exemplo, vale relembrar a crise da segurança pública ocorrida em 2017, que afetou direta e indiretamente toda a sociedade civil capixaba.

> No dia 4 de fevereiro de 2017, o Espírito Santo via o início da maior crise de segurança pública de sua história. Em busca de reajuste salarial, pagamento de auxílio alimentação, periculosidade, insalubridade, adicional noturno e a valorização de policiais militares do Estado, mulheres e familiares bloquearam a saída de viaturas e de policiais dos batalhões da Polícia Militar (PM) em todo o Estado (Ribeiro, 2017).

Com a paralisação dos policiais, o aumento da violência e o medo tomaram conta da população, resultando ainda prejuízo estimado em 90 milhões de reais, conforme dados aferidos pela Federação do Comércio e Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Ribeiro, 2017). Os 21 dias sem policiamento nas ruas e todo movimento ocorrido só veio corroborar com a importância da valorização desses profissionais, em todos os aspectos.

Concomitante à crise descrita, o alto índice de suicídios na corporação acendeu um alerta a um problema grave de identificação, análise, avaliação e acompanhamento de funcionários adoecidos (Damasceno, 2023).

É relevante enfatizar que há um Projeto de Lei (PL) 225/2023, sendo tramitado no ES, o qual institui a Política Estadual de Saúde Mental para as polícias Civil, Militar, Penal e Científica, além do Corpo de Bombeiros. A proposta estabelece política estadual com ações de prevenção e assistência a esses servidores. Esse é um grande avanço para que se assegure o bem-estar dos agentes públicos, sendo objetivos dessa política a promoção de ações preventivas, a assistência integral e os direitos individuais dos servidores. À vista do documento:

> **Art. 3º** A Política Estadual de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Pública tem como por objetivo assegurar o bem-estar biopsicossocial dos profissionais referidos no art. 1º, mediante: I - ações preventivas, visando à manutenção de sua saúde mental; II - assistência integral aos acometidos de transtorno mental, visando à recuperação de sua saúde e de sua reintegração ao quadro funcional da instituição a que pertencer (Espírito Santo, PL 225/2023).

No entanto, apesar de importante, o projeto apresentado em 21/03/2023 ainda está em processo de tramitação.

Seguindo essa linha, e por meio da política de valorização e capacitação profissional, a Copas foi criada em 2019 após percorrer um longo caminho, o qual iniciou-se em 2017, com a formação da comissão interinstitucional, onde nasceu a ideia de integrar as áreas de saúde e assistência das instituições de segurança. O objetivo dessa comissão tem sido fomentar ações que visem à preservação e valorização da vida, e à

segurança no trabalho, buscando garantir e aplicar os direitos humanos fundamentais e a dignidade dos profissionais de segurança pública, defesa social e justiça (Sesp, [*s.d.*]).

No ano de 2020, foi criada a Gerência de Atenção ao Servidor (GAS), onde está alocada a Copas, e iniciou-se o desenvolvimento de várias atividades. Em 2021, com foco na valorização dos profissionais de segurança pública, a GAS contratou três projetos: um do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (Ippes-RJ), e dois da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (Damasceno, 2023).

O primeiro, intitulado "SegurançaQPrevine", coordenado pelo Ippes, foi composto por três eixos visando desenvolvimento de pesquisa, capacitação e monitoramento. Dos projetos em parceria com a Ufes, um foi conduzido pelo Núcleo de Pesquisa, Inovação e Planejamento Socioeconômico (Nupla) e teve a finalidade de elaborar um diagnóstico das condições de saúde no trabalho, e o outro foi desenvolvido pelo Departamento de Biotecnologia (Espírito Santo, 2023).

Esse último, denominado SOMA-SI, "Programa de Autogerenciamento do Bem-Estar a partir da análise do Estresse de Agentes da Segurança Pública do Espírito Santo", reuniu especialistas de diversas áreas para investigar as condições de estresse desse público e avaliar os efeitos de intervenções propostas, as quais se deram pela combinação de suporte de rede social e gerenciamento técnico de casos complexos. Assim, as ações foram dirigidas a partir de quatro componentes: acompanhamento técnico psicológico, nutricional e cardiológico; psicoterapia breve individual; oficinas técnicas de grupo; e gerenciamento técnico de casos complexos. Após as intervenções realizadas durante o estudo, percebeu-se redução significativa nos níveis de estresse entre os participantes (Damasceno, 2023).

Cabe salientar que os resultados do projeto "SOMA-SI" indicaram que as ações geraram efeitos positivos no âmbito da saúde física e mental, no entanto, alguns desafios ainda persistem para que se possa, de fato, melhorar a qualidade de vida desses sujeitos. Por isso, o projeto concluiu com sugestões para implementação permanente em benefício dos agentes, as quais se destacam: a melhora na qualidade do sono, a ampliação de atendimentos psicológicos, terapia nutricional e cardiovascular, entre outras (Damasceno, 2023).

Outro investimento da Sesp, através da Copas em colaboração com a Ufes, tem sido em capacitação por meio da especialização *Lato Sensu* em Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública. O objetivo é qualificar profissionais para promover reflexões e gerar conhecimento, visando práticas futuras mais eficazes em benefício da saúde e qualidade de vida dos agentes de segurança pública (Espírito Santo, 2023). De acordo com a Dra. Adriana Madeira, coordenadora da especialização, já foram desenvolvidos diversos projetos e produzidos conhecimentos de forma colaborativa, incluindo artigos publicados em revistas e participações em eventos científicos a níveis nacionais e internacionais.

Há ainda o "*Mens Sana in Corpore Sano*", a ser realizado com o objetivo de analisar a qualidade de vida de servidores de diversas instituições de Segurança Pública no Espírito Santo. Esses registros subsidiarão planejamentos metodológicos e intervenções para redução de riscos cardiovasculares, incidências psicológicas e nutricionais (Ferreira, 2024).

A Tabela 1 apresenta os investimentos financeiros da Sesp em ações e projetos conduzidos pela Copas de 2021 a 2024. Percebe-se um aumento considerável no aporte de recursos no último projeto, o que revela uma atenção notável da Secretaria em relação à saúde do trabalhador. Essa ampliação reflete um compro-

misso com a promoção do bem-estar e melhorias das condições de trabalho, evidenciando a importância atribuída a essa área crítica.

TABELA 1

Investimentos da Sesp em ações e projetos executados pela Copas

Projeto	Investimento (R$)	Ano início	%
Pesquisa Diagnóstico	215.844,16	2021	10,19%
SegurançaQPrevine	150.200,00	2021	7,09%
SOMA-SI	353.059,20	2021	16,67%
Pós-*Latu Sensu*	350.000,00	2023	16,52%
Mens Sana in Corpore Sano	1.049.400,00	2024	49,53%
Total	**2.118.503,36**		**100,00%**

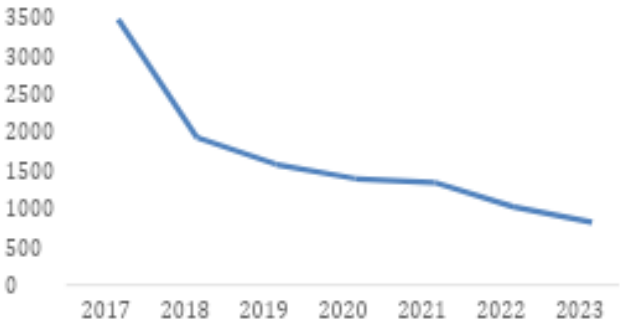
Fonte: elaboração própria com base em dados fornecidos pela Sesp (2024).

De acordo com a Tabela 1, entre os anos de 2021 e 2024, a Sesp investiu um total de R$ 2.118.503,36 em ações de promoção de saúde mental, desde o início dos trabalhos da Copas. Averígua-se um aumento de 486,23% em comparação ao primeiro investimento. Esses dados mostram, inclusive, a seriedade com que esses projetos têm sido planejados e executados.

O Gráfico 1 ilustra uma tendência proeminente no número de afastamentos dos servidores da PMES e do CBMES no estado do Espírito Santo, com dados desde 2017 até 2023. É possível notar um declínio contínuo ao longo desse intervalo, o que é um indicativo positivo para a saúde e a estabilidade das forças militares. Ressalta-se, nesse período, o início das atividades da Copas/Sesp em 2021, no estado.

GRÁFICO 1

Servidores da PMES/CBMES afastados com classificação de transtorno mental e comportamental, segundo CID F – 2017 a 2023



Fonte: elaboração própria com base em dados fornecidos pelo HPM/DS/Copas.

Considerando o início das ações da Copas em 2021, averígua-se redução significativa na média de afastamentos em comparação ao período de 2017 a 2020, sendo que o período de 2021 a 2023 foi 45,7% inferior à média dos anos anteriores. Nesse sentido, a realização de programas focados na saúde mental e física, bem como a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, pode ter resultado em uma melhoria significativa nas condições dos servidores, representado pelo declínio contínuo dos afastamentos.

O alinhamento das ações da Copas/Sesp com as necessidades dos servidores e a eficácia das estratégias preventivas e de suporte são características que merecem destaque.

Todas essas iniciativas têm revelado ganhos a níveis individuais e coletivos e realçam a necessidade de maiores investimentos em políticas que beneficiem a saúde mental dos policiais militares no Espírito Santo. Os resultados das pesquisas e dos projetos apresentados confirmam os impactos favoráveis dessas ações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados apresentados e reconhecendo a saúde como um direito universal, é possível inferir que o policial militar enfrenta riscos substanciais à sua integridade física e mental em decorrência das exigências de sua profissão. Essa realidade resulta em uma elevada incidência de doenças e diversas formas de comprometimento. Esses agravos culminam muitas vezes em afastamentos, causando prejuízos tanto para os próprios trabalhadores – incluindo perda da saúde, isolamento social e familiar, e perda de renda – quanto para o país, com o aumento de gastos públicos.

Sem reconhecimento dessas complicações, as ações de mitigação não são elaboradas e o aumento dos adoecimentos continua impactando, direta e indiretamente, a sociedade, que também sofre com a falta de investimentos em cuidados desses servidores. Tal como argumentado por Loiola (2019), os afastamentos laborais no meio policial têm um impacto significativo na proteção da ordem pública e na segurança dos cidadãos e de seus bens. A greve dos policiais em 2017, no Espírito Santo, deixou isso bem claro.

Os dados do 18° Anuário alertam sobre a crise de saúde mental envolvendo policiais, destacando que no ano de 2023 policiais morreram mais por suicídio do que por confrontos. Considerando apenas a Polícia Militar, foram 110 registros de suicídios, ante 46 casos de PMs mortos em confronto em serviço e 61 em confronto ou por lesão não natural fora de serviço (Lemes; Martins, 2024). O Espírito Santo se inclui nessa preocupante estatística.

Refletindo sobre a grave situação de saúde coletiva e reconhecendo o papel crucial dos policiais na manutenção da lei e da ordem social, é necessário abordar quais procedimentos têm sido adotados para melhorar a saúde desses profissionais e atender efetivamente às suas necessidades. Nesse panorama, observa-se um aumento significativo nos investimentos e nas discussões sobre o planejamento de estratégias para enfrentar problemas de saúde mental dos policiais em diversos estados do país.

O ponto central reside na importância de que essas políticas sejam continuamente avaliadas quanto à sua eficácia e adaptadas sempre que necessário, para garantir que atendam adequadamente às reais necessidades dos policiais militares de todas as regiões do Brasil.

À vista disso, o estado do Espírito Santo tem se destacado pelos investimentos em ações e projetos como os desenvolvidos pela Gerência de Atenção ao Servidor da Sesp, por meio da Copas, os quais evidenciam-se o projeto SOMA-SI, a Pós-Graduação em Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública, e mais recentemente o Projeto *Mens Sana in Corpore Sano*, todos em parceria com a Ufes e com foco na melhora da qualidade de vida e saúde dos profissionais da segurança pública.

Apesar da progressão nos investimentos em programas e projetos no campo da saúde do trabalhador, ainda persistem altos índices de adoecimentos dos policiais militares no Espírito Santo, o que impacta

diretamente na segurança social, principalmente pelo índice de absenteísmo. Baseado nisso, é imperativo intensificar esforços na prevenção de adoecimento mental desses profissionais, garantindo um contínuo apoio e iniciativas de proteção e cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a importância dos investimentos em iniciativas destinadas à saúde mental dos policiais militares no estado do Espírito Santo, Brasil.

A partir das análises e dos aspectos organizacionais que tangem a saúde como um direito de todos os policiais militares, objetivamos lançar luz de forma direta ou indireta no absenteísmo que tem acometido de forma complexa e multifatorial a referida categoria profissional. Buscou-se, ainda, demostrar, a partir de uma contextualização, que os programas que foram realizados pela Copas/Sesp apresentam impactos, mesmo que de forma tímida, gerando bons resultados ao longo de seis anos de análises dos indicadores no período de 2017 a 2023.

Políticas de Acesso Integral à Saúde dos Policiais Militares no Brasil e no Espírito Santo e seus resultados positivos indicam a importância para a compreensão de medidas que reforcem mais investimentos ao longo dos próximos anos.

Através dos resultados e das discussões, demonstramos a relação da diminuição do absenteísmo dos policiais militares a partir dos projetos desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo através da Gerência de Atenção ao Servidor e Comissão Permanente de Atenção à Saúde dos Servidores junto à Universidade Federal do Espírito Santo e ao Instituto de Pesquisas e Prevenção ao Suicídio.

Na sociedade em geral, discutir saúde mental já é uma tarefa bem desafiadora; para os profissionais da segurança pública, essa dificuldade é ainda maior. Os operadores da segurança são frequentemente vistos como personagens heroicos, o que torna difícil a aceitação de suas próprias vulnerabilidades diante dos problemas do cotidiano, problemas estes que são inerentes a qualquer pessoa.

Nesse contexto, abordar questões de saúde mental que afetam esses profissionais implica dar visibilidade a um grave indicador de falha no sistema de saúde coletiva, o de prevenção não somente às doenças mentais, mas sobretudo e ainda mais grave dos casos de suicídios que vêm ocorrendo em níveis preocupantes entre esse público.

Com a insuficiência de informações acerca da saúde de policiais militares, há uma lacuna a ser preenchida, a dos conhecimentos a respeito das causas e motivações para o seu adoecimento mental. Concomitante, há uma necessidade urgente de valorização de políticas voltadas aos servidores da segurança pública, na perspectiva de compreender esses indivíduos em sua integralidade, como seres biopsicossociais e essencialmente humanos.

Portanto, importa refletir sobre as intervenções focadas na saúde mental dos operadores da segurança pública do estado do Espírito Santo, bem como sobre a necessidade de fortalecer políticas públicas que

culminem em qualidade de vida e segurança a todos os capixabas. Estas reflexões podem vir a contribuir no desenvolvimento de estratégias que ampliem os cuidados em saúde desses servidores.

Em síntese, mais do que investimentos financeiros, é preciso enfrentar os determinantes sociais da saúde dos policiais em toda a sua amplitude, e isso implica em reconhecer o policial enquanto cidadão de direito; que também sofre os impactos do trabalho e necessita de políticas de acesso integral à saúde, o que requer fortalecimento de práticas efetivas, articulação intersetorial do poder público e mobilização social.

Em última análise, ações direcionadas à saúde mental dos policiais militares do Espírito Santo são de importância crucial, não apenas para o bem-estar desses profissionais, mas também para a eficácia e a qualidade da segurança proporcionada à população em geral.

Ao analisar ainda as implicações de fatores sociais e institucionais que podem estar relacionados a essas estatísticas, espera-se estar contribuindo para a compreensão e promoção da saúde na população militar, pois isso irá implicar em mudanças benéficas no estilo de vida, levando a uma melhoria na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Klayne Leite de; STOLL, Ingrid; RAMOS, Letícia Silveira; BAUMGARDT, Rosana Aveline; KRISTENSEN, Christian Haag. Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 22-29, jun. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200004.

AMADOR, Fernanda Spanier; SANTORUM, Kátia; CUNHA, Charlotte Spode da; BRAUM, Sandra Maria. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 22, n. 3, p. 54-61, set. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000300009.

ARROYO, Thiago Roberto; BORGES, Marcio Andrade; LOURENÇÃO, Luciano Garcia. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 32, p. 1-9, 2019. DOI: https://doi.org/10.5020/18061230.2019.7738.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial SEDH/MJ Nº 2, de 15 de dezembro de 2010. Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. Brasília: **Diário Oficial da União**, 16 dez. 2010. Disponível em: https://campanhanaweb.com.br/acsmce-antigo/wp-content/uploads/2012/09/portaria-interministerial-n%C2%BA-02.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 12, 12 jun. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Agência Gov. Setembro Amarelo: Escuta SUSP atinge mil atendimentos psicológicos de profissionais da segurança pública. **Agência Gov**, Notícias, 6 set. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/setembro-amarelo-escuta-susp-atinge-mil-atendimentos-psicologicos-de-profissionais-da-seguranca-publica. Acesso em: 8 out. 2024.

BRITO, Higor Pontes Pinto. **Sofrimento psíquico em policiais militares**: um estudo de revisão. 2020. 67 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, Danilo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; JACKSON FILHO, José Marçal; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 11-30, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100003.

DAMASCENO, Adriana. Estudo inédito aponta quadro de estresse em mais de mil policiais do estado. **Portal da Ufes**, Notícias, 14 jun. 2023. Disponível em: https://ufes.br/conteudo/estudo-inedito-aponta-quadro-de-estresse-em-mais-de-mil-policiais-do-estado. Acesso em: 10 maio 2024.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v. 21, n. 1, e2022-0095, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395120220095.

ESPÍRITO SANTO. **Anuário Estadual de Segurança Pública Edição 2023**. Sesp, Instituto Jones dos Santos Neves, Observatório Estadual da Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/media/estadopresente/publicacao/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20da%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica_Edi%C3%A7%C3%A3o%202023.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 225/2023**. Institui a Política Estadual de Saúde Mental para os Integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo. Autor: Deputado Callegari. Vitória: ALES, 2023.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar do Espírito Santo. Diretoria de Saúde. Hospital da Polícia Militar. **Estatísticas de afastamentos por problemas de saúde dos servidores públicos estatutários da PMES/CBMES da Secretaria de Segurança Pública**. SIARHES, 2024.

FERREIRA, Camila. Novo projeto da GAS/SESP vai analisar qualidade de vida e redução de riscos de saúde na Segurança. **Portal da Sesp-ES**, Notícias, 7 mar. 2024. Disponível em: https://sesp.es.gov.br/Not%C3%ADcia/novo-projeto-da-gas-sesp-vai-analisar-qualidade-de-vida-e-reducao-de-riscos-de-saude-na-seguranca#:~:text=O%20Projeto%20%E2%80%9CMens%20Sana%20in,e%20interven%C3%A7%C3%B5es%20para%20redu%C3%A7%C3%A3o%20de. Acesso em: 15 jul. 2024.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares**: estudo de caso na cidade do Recife-PE. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fiocruz, Recife, 2009.

FUTINO, Regina Silva; DELDUQUE, Mária Célia. Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, n. 9, v. 2, p. 116-134, 2020. DOI: https://doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632.

LEMES, Juliana; MARTINS, Juliana. Policiais mortos em 2023: suicídios superam mortes em confronto. *In*: FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024, p. 48-55.

LOIOLA, Andrey Almeida. **Análise das condições de saúde dos policiais militares com incapacidade laboral no estado de Goiás**. 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) – Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2019.

MARTINS, Juliana; DA CRUZ, Juliana Lemes. As mortes de policiais em 2022. *In*: FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023, p. 50-57.

PIANCINI, Ronize Stein. **PRUMOS** – Programa de Saúde Mental aos Profissionais de Segurança Pública. Apresentação. Brasília, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/transferencia-fundo-a-fundo/apresentacao-programa-prumos-ronize-stein.pdf. Acesso em: 9 nov. 2024.

RIBEIRO, Breno. Retrospectiva Folha Vitória: relembre o período de maior crise na segurança pública do Espírito Santo. **Folha Vitória**, Geral, 28 dez. 2017. Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/12/2017/retrospectiva-folha-vitoria--relembre-o-periodo-de-maior-crise-na-seguranca-publica-do-espirito-santo. Acesso em: 17 maio 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Segurança. **Resolução Seseg Nº 712**, **2013**. Institui o Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP) no âmbito da PCERJ e PMERJ. Rio de Janeiro, 8 maio 2013 *in* SOUZA, M. **Sistema de informação em saúde do trabalhador para as instituições policiais do estado do rio de janeiro: um estudo visando a redução dos riscos inerentes à atividade policial**, p. 157 – Anexo 5. Dissertação de Mestrado, IPPES, Niterói, 2016. Disponível em: https://ippesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Dissert-Meire-Cristine-F-de-Souza-UFF-2016.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

SERRANO, Ana Silva. A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia. **Revista Ordem Pública e Defesa Social**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 106-120, 2010.

SERRANO, Ednéia Vieira. **O trabalho dos policiais militares do Espírito Santo sob o ponto de vista da atividade**: Análises ergológicas. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Pessoal. COPAS – Comissão Permanente de Atenção à Saúde dos Profissionais de Segurança Pública, Defesa Social e Justiça do Espírito Santo. Objetivos. **Portal Sesp-ES**, Copas, Objetivos, [*s.d.*]. Disponível em: https://sesp.es.gov.br/objetivo. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Marcos Marcelino. Absenteísmo: consequências e impactos na gestão de pessoas. **Revista On-Line IPOG**, Goiânia, v. 1, n. 7, p. 1-15, 2014.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, out. 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016.

SILVA, Francisca Sousa Vale Ferreira da; CARVALHO, Tales Antão de Alencar; MOTA, Paulo de Deus Barbosa da; NUNES, Vanessa Nunes de Sousa Alencar. Promoção da saúde do policial militar: avanços, desafios e tendências em saúde mental. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 194-213, 2024. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2024.v18.n1.1764.

SOUZA FILHO, Mauricio José de; NOCE, Franco; ANDRADE, André Gustavo Pereira de; CALIXTO, Robson de Matos; ALBUQUERQUE, Maicon Rodrigues; COSTA, Varley Teoldo. Avaliação da qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 159-169, 2015. DOI: https://doi.org/10.18511/rbcm.v23i4.5551.

TAVARES, Juliana Petri; VIEIRA, Lizandra Santos; DAL PAI, Daiane; SOUZA, Sônia Beatriz Cócaro de; CECCON, Roger Flores; MACHADO, Wagner de Lara. Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares**. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 1931-1940, maio 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.10702019.

VITOR, Victor Cezar de Sousa; GOMEZ, Victoria Ayelen; MORAIS, Olivia Leone; LOPES, Amanda Vitoria; BARBOSA, Ranielly Pereira; ZANINI, Daniela Sacramento; MURTA, Sheila Giardini; FAIAD, Cristiane. Programas de intervenção em saúde para policiais e bombeiros. *In*: GOMEZ, Victoria Ayelen; MURTA, Sheila Giardini; ZANINI, Daniela Sacramento; FAIAD, Cristiane; OLIVEIRA, Sérgio Eduardo Silva de; NASCIMENTO, Thiago Gomes (Orgs.). **Saúde na segurança pública**: indicadores e diretrizes para intervenções no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública Pró-Vida. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2022, p. 20-61.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO

GUARDIÕES DA INFÂNCIA: PROGRAMA POLICIAL DE PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO E AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTES VIRTUAIS

SÉRGIO VICTOR DE ALMEIDA RODRIGUES

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pós-Graduado em Segurança Pública e Atividade Policial pela Faculdade Padre Arnaldo Janssen. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é Escrivão de Polícia Federal. Coautor e promotor do Programa Guardiões da Infância.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Uberaba

E-mail: sergio.svar@pf.gov.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0003-4216-0304

DANIELA DE CASTRO MELO

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2011), bacharel (2004) e mestra em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2008). MBA em Investimentos e Asset Allocation (2023). MBA em Value Investing (2025). MBA em Transformação de Negócios com IA Generativa (em andamento). Professora Associada do departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Uberaba

E-mail: daniela.melo@uftm.edu.br **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-8673-6419

Contribuições dos autores: Ambos os autores atuaram de forma conjunta na concepção e delineamento da pesquisa. O primeiro autor, Sérgio, realizou a redação do manuscrito e a análise e interpretação dos dados. A segunda autora, Danielle, realizou a revisão crítica do estudo.

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar um programa policial de prevenção às situações de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes que ocorrem em ambientes virtuais. A partir de uma revisão da literatura e da análise de casos práticos, foi construído o programa "Guardiões da Infância", o qual se destina a alunos de 11 a 17 anos, matriculados em instituições de ensino público ou particular, bem como a seus pais e professores. São propostos módulos formativos relacionados a bem-estar e saúde mental nas redes; noções de cibersegurança; empatia e respeito em ambientes digitais; desinformação; e relacionamento seguros *on-line*, nos quais são tratados temas relacionados a *grooming*, sextorsão e compartilhamento não autorizado de conteúdos íntimos. Espera-se que, com a participação no programa, o participante torne-se responsável por promover um ambiente *on-line* mais seguro, ético e positivo.

Palavras-Chave: Exploração e abuso sexual. Crianças e adolescentes. Ambientes virtuais. Cibersegurança. Programa "Guardiões da Infância".

GUARDIANS OF CHILDHOOD: A LAW ENFORCEMENT PROGRAM TO PREVENT THE SEXUAL EXPLOITATION AND ABUSE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN VIRTUAL ENVIRONMENTS

ABSTRACT

The objective of this study is to present a police program to prevent situations of sexual exploitation and abuse against children and adolescents that occur in virtual environments. Based on a review of the literature and the analysis of practical cases, the "Guardians of Childhood" program was created, which is aimed at students aged 11 to 17, enrolled in public or private educational institutions, as well as their parents and teachers. The proposed training modules are related to well-being and mental health on the networks; notions of cybersecurity; empathy and respect in digital environments; misinformation; and safe online relationships, which address topics related to grooming, sextortion, and unauthorized sharing of intimate content. It is expected that, by participating in the program, the participant will become responsible for promoting a safer, more ethical and positive online environment.
Keywords: Sexual exploitation and abuse. Children and adolescents. Online environments. Cybersecurity. Guardians of Childhood program.

Data de recebimento: 20/11/2024 **Data de aprovação:** 06/01/2026
DOI:10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2310

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que mais 150 milhões de crianças e adolescentes com menos de 18 anos são vítimas de violência sexual todos os anos (Veenema; Thornton; Corley, 2015). Cerca de 1 em cada 4 meninas e 1 em cada 10 meninos já experimentaram violência sexual (Reza *et al.*, 2009). Por sua vez, no Brasil, a 19ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025) revelou que, em 2024, o Brasil registrou o maior número de estupros da história (87.545 casos registrados), sendo que, a cada 10 vítimas, 8 têm menos de 18 anos. Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania corroboram os fatos, pois, só nos primeiros meses de 2023, mais de 9 mil casos de exploração e abuso sexual infantil foram oficialmente registrados no Brasil. O Disque 100, canal para o recebimento de denúncias, recebeu cerca de 17,5 mil notificações de violações, incluindo exploração e abuso sexual infantil (Brasil, 2023a).

Com base nos dados do relatório "TIC Kids Online Brasil 2023", 95% da população de 9 a 17 anos é usuária de *internet* no país, o que representa 25 milhões de pessoas (NIC.br, 2023). Nesse sentido, à medida que a utilização da tecnologia *on-line* por crianças e adolescentes brasileiros aumenta, torna-se essencial reconhecer, prevenir e lidar com os riscos e possíveis danos que esses indivíduos podem enfrentar nesse ambiente, uma vez que tais espaços podem ser utilizados para perpetrar violências contra esse público ou expô-los a conteúdos potencialmente prejudiciais (Davis *et al.*, 2023).

A exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes que acontecem de forma *on-line* (OCSEA, abreviação do termo em inglês "*Online Child Sexual Exploitation and Abuse*") são descritas como situações que envolvem o uso de tecnologias digitais em algum momento ao longo da violência. A OCSEA pode manifestar-se exclusivamente no ambiente *on-line* ou por meio de uma combinação de interações virtuais e físicas. Logo, pode

abranger várias ações, como a produção, posse ou o compartilhamento de material de abuso, transmissão ao vivo desse tipo de ato, bem como o aliciamento *on-line* (*grooming*) para fins sexuais (Davis *et al.*, 2023).

Uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil, em 2022, mostrou que 14% dos adolescentes (com idades entre 11 e 17 anos) que usam a *internet* relataram ter visto imagens ou vídeos de conteúdo sexual *on-line* nos 12 meses anteriores à pesquisa, enquanto que 8% afirmaram ter sentido desconforto após o contato com esse tipo de conteúdo. Além dessa exposição, 24% dos meninos e 12% das meninas relataram ter recebido mensagens de teor sexual pela *internet*, de modo que 15% disseram que se sentiram incomodados com isso (Cetic.br, 2023b).

Por sua vez, a disseminação da educação sexual envolveu a implementação de diversos programas preventivos, como a conscientização pela mídia, campanhas "porta a porta", realização de oficinas, conferências sobre o tema, programas comunitários e iniciativas escolares. Essas ações visam desenvolver e aprimorar as habilidades, o conhecimento e a capacidade das pessoas para identificar e evitar situações de risco. Além disso, buscam ajudar e fortalecer a autonomia de vítimas e testemunhas (Ogunjimi *et al.*, 2017).

No contexto escolar, diversos órgãos de segurança pública desenvolvem e aplicam programas de prevenção para reduzir ou retardar o consumo de álcool e outras drogas, tendo por objetivo criar novos meios de proteção e reduzir os fatores de risco dos alunos em idade escolar (Foxcroft; Tsertsvadze, 2011; Lenoue; Riggs, 2016; Pereira; Sanchez, 2020). No entanto, no que se refere a iniciativas relacionadas à prevenção da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes, são escassas as ações.

No Brasil, à Polícia Federal cabe investigar, combater e prevenir determinados crimes listados na Constituição, bem como desempenhar de forma exclusiva a função de polícia judiciária federal (Brasil, 1988). De acordo com a Lei nº 10.446/2002, o órgão também pode atuar nos casos em que, atendidos certos requisitos, as infrações penais praticadas representem violação a direitos humanos que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte (Brasil, 2002).

Nesse sentido, os delitos referentes à exploração e ao abuso sexual infantojuvenil na *internet* são aqueles que estão descritos nos artigos 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Assim, quando há conduta que se adequa a algum dos artigos supra, é necessário identificar qual órgão policial é competente para apuração dos fatos. Em situações específicas em que se verifica que o material criminoso foi acessado por indivíduos fora do país, a competência para processar e julgar o caso recai sobre a Justiça Federal. Nesse contexto, devido à sua atribuição exclusiva como polícia judiciária da União, cabe à Polícia Federal a responsabilidade pela investigação desse tipo de crime (Brasil, 2015).

À vista disso, visando aperfeiçoar as investigações em torno da temática, foi criada, em 2023, por meio da Portaria MJSP nº 288, a Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos Relacionados ao Abuso Sexual Infantojuvenil (CCASI), a qual está estruturada dentro da Coordenação-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas (CGCiber), que, por sua vez, se vincula à Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos (DCiber) (Brasil, 2023b).

No entanto, se por um lado, dentro da Polícia Federal há, além dessa estrutura, diversas estratégias e ações relacionadas à repressão desses crimes, por outro, tem-se o questionamento: como desenvolver e promover um programa de prevenção às situações de exploração e abuso sexual contra crianças e ado-

lescentes que ocorrem em ambiente virtual? Sendo assim, este trabalho tem por objetivo apresentar um programa policial de prevenção às situações de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes que ocorrem em ambientes virtuais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa originou-se a partir de uma verificação na literatura sobre o que se sabe sobre as causas e consequências de práticas relacionadas ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, bem como identificando como os criminosos agem e quais são os programas de prevenção mais eficazes. A princípio, fez-se revisão integrativa da literatura com o propósito de sintetizar o conhecimento disponível e aplicar de forma mais eficaz os resultados significativos dos estudos (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Assim, para a revisão apresentada neste estudo, foram considerados os parâmetros apresentados no Quadro 1.

QUADRO 1

Parâmetros de pesquisa utilizados para a construção da revisão integrativa

Termos de busca (Os termos foram pesquisados em línguas portuguesa, inglesa e espanhola)	abuso sexual infantojuvenil; abuso sexual infantojuvenil na *internet*; *grooming*; prevenção ao abuso sexual infantil; prevenção ao abuso sexual na adolescência; programas de prevenção ao abuso sexual; programas de prevenção ao abuso sexual na internet; programas educativos de prevenção ao abuso sexual; programas policiais de prevenção ao abuso sexual.
Bases de dados	SciELO, BVS, PePsic, PubMed, Capes, LILACS, EBSCO, JSTOR e BCE-UnB.
Critérios de inclusão	Estudos publicados a partir de 2015; Pesquisas publicadas em línguas portuguesa, inglesa e espanhola; Trabalhos que, em algum momento, abordaram estratégias, métodos ou discussões acerca da prevenção ao abuso sexual infantojuvenil; Não houve restrição por país, desde que atendido o critério "linguagem de publicação"; Não houve restrição por área de estudo.
Critérios de exclusão	Pesquisas focadas em outras formas de violência sem ser a sexual ou que fogem ao tema proposto.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Realizado o processo, foram identificados 24 estudos que atenderam aos critérios de seleção. Por sua vez, em razão do contexto prático no qual se desenvolve a metodologia almejada, isto é, a promoção *in loco* de um programa de prevenção, foram priorizadas iniciativas semelhantes. Nesse sentido, com base no referencial teórico, foram elencados 04 (quatro) casos práticos que são afins aos objetivos deste estudo, conforme se vê no Quadro 2.

QUADRO 2

Programas de prevenção à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes em ambiente *on-line*

Programa	Instituição promotora	País	Objetivos do programa
Segurança e Cidadania Digital em Sala de Aula	Safernet Brasil, em parceria com o Governo do Reino Unido	Brasil	Apoiar escolas, educadores e estudantes na adoção de um currículo que os prepare para o uso seguro, responsável, ético e positivo das tecnologias, desenvolvendo competências relacionadas a: bem-estar, privacidade, respeito, convivência, diversidade e segurança em ambientes *on-line*.
Educando para boas escolhas *on-line*	Safernet Brasil, em parceria com o Google.org	Brasil	Facilitar e ampliar a incorporação das boas escolhas *on-line* nas salas de aula e nos projetos políticos pedagógicos, bem como consolidar uma formação para capacitar educadores, coordenadores pedagógicos e gestores de tecnologias educacionais no uso seguro, responsável e consciente da *internet*.
Swipe Safe	ChildFund	Vietnã	Proporcionar ensinamentos sobre os riscos do universo *on-line*, como *cyberscams*, *bullying* e abuso sexual, além de oferecer orientação sobre métodos para manter a segurança. Busca-se, ainda, incentivar pais, escolas e setor privado a exercerem um papel ativo na segurança *on-line* de crianças e adolescentes.
I click sensibly	Governo Polonês	Polônia	Promover aulas para crianças e adolescentes sobre como navegar *on-line* de forma responsável, usar os dispositivos de telecomunicação com segurança, lidar com *cyberbullying*, discursos de ódio, agressão *on-line* e proteger dados pessoais.

Fonte: Adaptado pelo autor (2025), a partir de ChildFund (2017); Safernet (2020, 2023); UKE (2021).

Em paralelo à Pesquisa Bibliográfica, realizou-se uma Pesquisa Ação (Tripp, 2005), na qual o pesquisador deste estudo, que é Policial Federal e que atua diretamente no combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes em ambientes virtuais, participou de encontros e reuniões junto à CCASI, em Brasília – DF, entre janeiro a maio de 2024, para fins de colaborar na construção do programa de prevenção promovido pelo órgão. Além disso, após sua construção, promoveu-o nos ambientes a que se destina, capacitando o público-alvo.

Entre as competências, metodologias e atividades exploradas nos programas de referência apresentados, as iniciativas realizadas pela Safernet Brasil, isto é, os programas "Segurança e Cidadania Digital em sala de aula" e "Educando para boas escolhas *on-line*", foram selecionadas e adaptadas, visto que já estão aquedadas ao contexto brasileiro e estão de acordo com as competências e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018).

Como consequência, a Polícia Federal e a Safernet firmaram um Memorando de Entendimento, formalizando a cooperação entre as entidades no escopo do programa "Guardiões da Infância", o qual objetiva a realização de atividades pedagógicas destinadas à prevenção de crimes cibernéticos relacionados, principalmente, ao abuso sexual infantojuvenil. Cabe destacar que as ações foram fundamentadas nas pesquisas de Livingstone, Mascheroni e Staksrud (2015) e no Programa de Aceso Digital do Reino Unido (UK-FCDO, 2022).

Posteriormente à estruturação do programa, foi realizado um evento presencial, em maio de 2024, na sede da Polícia Federal, em Brasília, promovido pela CCASI, no qual foram capacitados policiais federais que atuam nas Delegacias de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCCs). Ao final, os agentes tornam-se aptos a promoverem o programa "Guardiões da Infância" para crianças e adolescentes entre 11 a 17 anos, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental II ou que iniciaram o Ensino Médio, bem como para seus pais e professores e também para agentes que atuam na rede de proteção. Desde então, até o final de 2025, de acordo com a Polícia Federal, por meio da CCASI, foram realizadas mais de 700 formações, as quais atingiram um público de mais de 45 mil pessoas (crianças, adolescentes, familiares, professores, agentes da rede de proteção, dentre outros).

CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO

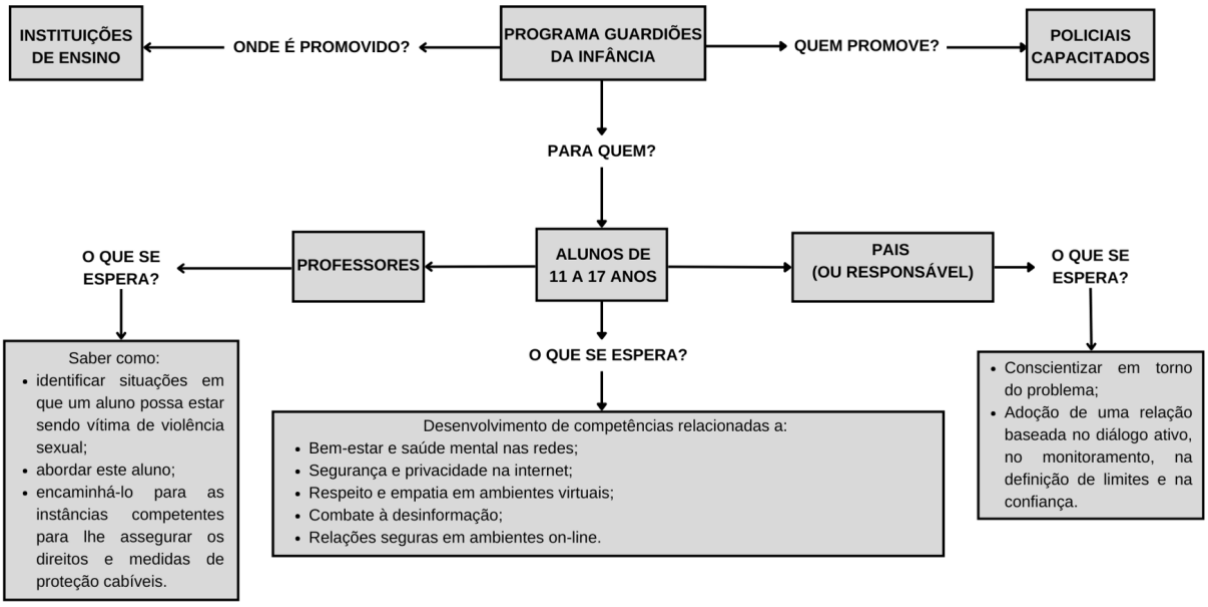
Inicialmente, em relação ao conteúdo programático, o programa Guardiões da Infância possui um módulo para crianças e adolescentes, dividido em 05 (cinco) partes. A primeira delas trata da relação entre redes sociais e ambientes digitais com bem-estar e saúde mental; a segunda aborda conceitos e práticas em torno da segurança e privacidade na *internet*; na sequência, discute-se sobre empatia nas redes, relacionando-a a problemas como *bullying* e *cyberbullying*; a quarta parte versa sobre desinformação, tratando de aspectos relacionados a "*fake news*"; por fim, a última parte diz respeito a relações seguras *on-line*, momento no qual são abordados temas relacionados ao objeto central deste estudo, como *grooming* (aliciamento para fins sexuais), sextorsão (ameaça de se divulgar conteúdos íntimos para forçar alguém a fazer algo) e compartilhamento desautorizado de vídeos e imagens íntimas.

Todo o material pedagógico é transmitido por meio de recursos audiovisuais (*slides*, figuras e vídeos), de modo que o padrão estético-visual busca se adequar às características da faixa etária do público-alvo. Há, ainda, a distribuição de cartilhas informativas e de um caderno de atividades didáticas relacionadas aos temas trabalhados.

Por sua vez, há 01 (um) módulo para a família (pais ou responsável legal) e outro para professores. No que se refere aos pais ou responsável legal, busca-se conscientizá-los em torno do problema investigado, bem como exortá-los a adotar uma postura ativa diante dos filhos, na qual o diálogo, o monitoramento, a definição de limites e uma relação de confiança são estimuladas. Já os professores são motivados a realizarem atitudes que se edificam a partir de três pilares: identificar; acolher; não se omitir. Sendo assim, consonante com as diretrizes próprias de cada instituição escolar, é proposto um modelo-padrão que pode ser seguido. A Figura 1 exemplifica os atores envolvidos e os objetivos do programa.

FIGURA 1

Atores envolvidos e objetivos do programa Guardiões da Infância



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que se refere à carga horária, para os módulos destinados a crianças e adolescentes é proposto um total de 06 horas (distribuídas ao longo das cinco partes), ao passo que são estimadas 2 horas para o módulo de pais, bem como para o de professores, totalizando, assim, 10 horas de duração das atividades. Inicialmente, promove-se o módulo destinado aos professores e, na sequência, o de pais (ou responsável legal). Posteriormente, ministra-se aquele dedicado aos alunos da instituição escolar. Ao final, dados relativos às percepções do público-alvo são coletados, para fins de fomentar a melhoria contínua da prática.

MÓDULO PROFESSORES

O objetivo geral do módulo destinado aos agentes educacionais concentra-se em capacitá-los acerca da temática da violência sexual infantojuvenil, perfis e sinais identificadores do abuso, orientando, ainda, como deve ser a atuação no âmbito escolar e quais são procedimentos a serem adotados no caso de suspeita de que um aluno foi ou esteja sendo vítima de abuso sexual (abrangendo, nesse contexto, tópicos de segurança *on-line* e *off-line*).

Inicialmente, busca-se conscientizá-los acerca da dimensão do problema. Para tanto, são apresentados dados, estatísticas e figuras que ilustram o cenário digital no qual se encontra a sociedade atualmente (NIC.br, 2023; FBSP, 2025). O motivo pelo qual os criminosos "migraram" para a *internet* também é motivo de questionamento, para, a partir disso, explanar-se acerca da popularização e do acesso à *internet* por crianças e adolescentes, o que, muitas vezes, é feito de forma desvigiada (Ponte *et al.*, 2017).

Outrossim, fala-se sobre o excesso de exposição nas redes, inclusive por adultos. Demonstra-se que essa exposição vai desde a publicação de dados pessoais (endereço, telefone, nome de familiares, etc.) a locais que o indivíduo frequenta, gostos, onde estuda, profissão dos familiares, viagens, etc. (Davis *et al.*, 2023). Lado outro, por meio do uso de técnicas ou mecanismos para navegar de forma "anônima" – acesso à *deep web*[1] ou uso de uma Rede Privada Virtual (VPN) –, alguns usuários tentam ocultar sua real identidade, como forma de facilitar o cometimento de atos ilícitos, a exemplo da criação de perfis falsos para a prática de *grooming*, sem que sejam identificados, o que leva à sensação de impunidade (ECPAT, 2017).

É necessário, por sua vez, que os educadores tenham noções acerca das diferenças entre crimes sexuais cibernéticos e não cibernéticos que são praticados contra crianças e adolescentes. Nesta esteira, são apresentados os artigos do ECA (240 a 241-E) (Brasil, 1990) e do Código Penal (213 e 271-A) (Brasil, 1940). À vista disso, explana-se que, diante do cometimento de tais crimes, a Polícia Federal, considerando sua competência e enquanto Polícia Judiciária da União, tem direcionado seus esforços a identificar e resgatar vítimas, bem como a prender abusadores e consumidores que alimentam essa rede de criminalidade. No entanto, com o advento do programa Guardiões da Infância, o foco também passou a abarcar a prevenção.

Ao se falar, portanto, em prevenção, é necessário considerar as principais instituições que integram a vida de crianças e adolescentes, isto é, a família e a escola. Por isso, ressalta-se a colaboração imprescindível entre ambas (Safernet, 2023). Entretanto, em que pese os papéis que desempenham na proteção, são apresentadas estatísticas que demonstram que a grande maioria de ocorrências relacionadas à pratica de

1 *Deep Web* é a parte da *internet* que não é indexada por mecanismos de busca, como o Google ou o Bing, contendo conteúdos protegidos por senhas, bancos de dados, *intranets* e informações dinâmicas que exigem *login*, como extratos bancários, e é diferente da *Dark Web*, que é uma parcela da *Deep Web* acessada por meio de *softwares* específicos, focada em anonimato e, muitas vezes, atividades ilícitas.

abuso sexual infantojuvenil acontece na residência da vítima, ao passo que episódios de *bullying* e *cyber-bullying* tem a escola como principal ambiente de incidência (Kopecký; Szotkowski, 2017).

Diante desse cenário, questiona-se: quem é o abusador? É possível estabelecer um perfil? Considerando as indagações, são apresentadas algumas características e traços de personalidade que geralmente estão presentes em indivíduos que cometem tais crimes (Santisteban *et al.*, 2018; Gámez-Guadix *et al.*, 2018). Almejando-se associar a teoria à prática, também são expostos, com as cautelas devidas, alguns exemplos reais de casos investigados pela Polícia Federal.

Se por um lado é importante ter ciência de como é o *modus operandi* de quem comete o crime, por outro é ainda mais significativo conhecer quem são as principais vítimas, quais são os aspectos que lhes tornam mais vulneráveis à vitimização e, aliado a isso, como identificar se uma criança ou adolescente foi ou está padecendo de um abuso (Meyerson *et al.*, 2002; Oates, 2004; Ystgaard *et al.*, 2004). Em relação a isso, percebe-se que, na maioria das vezes, as vítimas sofrem em silêncio por anos até que haja uma revelação, se é que ela irá ocorrer. Ainda assim, tratar sobre revelação espontânea requer a consideração de diversas barreiras sociais e psicológicas (Katz, 2013).

Assim, o educador, em razão do contexto existente na sala de aula, deve estar atento a sinais identificadores (físicos e sociais) e certos comportamentos que os alunos possam apresentar (Brown; Lamb, 2009; Cunningham, 2009; Herman, 2009). Isso porque o art. 70-B do ECA determina que as entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas da saúde e da educação devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e a comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de crimes praticados contra crianças e adolescentes. Outrossim, além da identificação e denúncia, a escola deve adotar procedimentos especializados em casos de revelação espontânea da violência (Brasil, 2017).

Nesse sentido, demonstra-se a necessidade de que cada instituição de ensino possua um protocolo de prevenção de riscos que seja claro, objetivo e disseminado a todos os colaboradores. Referido instrumento deve ser edificado a partir de ações centradas nos alunos, com procedimentos dinâmicos e ágeis, com o registro de fatos ocorrendo de forma padronizada e centralizada, além de auditorias de ambientes internos e um processo de contratação mais seguro (Dantas, 2023). Apresenta-se, portanto, um protocolo que destaca três premissas básicas que os professores devem adotar: IDENTIFICAÇÃO; ACOLHIMENTO; e NÃO OMISSÃO.

No que se refere à identificação, recomenda-se que os professores observem sempre seus alunos e busquem estabelecer vínculos, principalmente com aqueles "mais problemáticos" ou considerados tímidos. Deve-se manter registros sobre o desempenho/histórico escolar do aluno, para fins de se tornar mais perceptível qualquer alteração significativa. O acolhimento, por sua vez, possui relação direta com a revelação dos fatos. Almeja-se que a revelação aconteça de forma espontânea, isto é, que a vítima comunique o fato sem ser instigada, induzida ou constrangida a dizê-lo. Além disso, o profissional de ensino deve ainda considerar que o objetivo do relato não é obter provas, mas sim acolher e obter as informações básicas para buscar os meios necessários à interrupção da violência e encaminhamento da vítima aos órgãos de proteção (São Paulo, 2018).

Nesse sentido, frisa-se que a coleta de provas para a investigação criminal é realizada por meio de outro procedimento denominado depoimento especial, o qual, diferentemente do registro do fato pela unidade de ensino, é feito pelas autoridades policiais ou judiciárias, mediante protocolos específicos (Brasil, 2017).

A partir dessas considerações, os professores são orientados a como agir diante de casos concretos. Logo, enumera-se uma sequência de ações assertivas, na tentativa de se estabelecer um "procedimento operacional padrão (POP)" (São Paulo, 2018). Aliado a isso, são apresentadas dúvidas e questionamentos comuns, com a respectiva conduta a ser adotada a depender da situação. Ao final, ressalta-se a importância de uma atuação conjunta com os órgãos de proteção, a exemplo do Conselho Tutelar, bem como são apresentados canais para a obtenção de informações e denúncia de crimes.

MÓDULO FAMÍLIA (PAIS OU RESPONSÁVEL LEGAL)

O objetivo do módulo destinado aos familiares (pais ou responsável legal) consiste em compartilhar conhecimentos relacionados à temática da violência sexual infantojuvenil que ocorre principalmente em ambientes *on-line*, formas de prevenção e intervenção, abrangendo tópicos de cibersegurança e buscando-se a adoção de uma postura ativa, na qual o diálogo, o monitoramento, a definição de limites e uma relação de confiança são estimuladas.

À vista disso, na parte introdutória, busca-se, de modo semelhante ao módulo de professores, que os pais: estejam cientes da gravidade do problema; tenham noção acerca dos principais crimes sexuais cibernéticos e não cibernéticos praticados contra crianças e adolescentes; saibam identificar características predominantes em indivíduos que cometem tais delitos; conheçam o que a Polícia Federal tem feito a respeito dessa problemática; e possam reconhecer sinais físicos e sociais que possam indicar que uma vítima está sofrendo ou sofreu um abuso. Após essas considerações, iniciam-se os estímulos à postura ativa.

Para isso, são apresentadas situações cujo objetivo é mostrar que diversos riscos que crianças e adolescentes encontram na *internet* são criados pela própria família, a qual, geralmente por ingenuidade, desconhecimento dos perigos e omissão, as expõe excessivamente. Nessa lógica, alguns exemplos reais são expostos, como a rede comercial de exploração sexual que existe em virtude de fotos e vídeos compartilhados em grupos ou redes sociais, exibindo crianças sem roupa ou seminuas, em contextos "inocentes", como no banho ou na praia, bem como casos de sequestros que ocorrem a partir da obtenção de informações pessoais veiculadas em perfis de acesso público, nos quais são compartilhados hábitos cotidianos e localização geográfica instantânea (Stone, 2019).

No mesmo sentido, adentra-se à temática do *grooming*, com vistas a demonstrar como os criminosos agem, os ambientes onde ocorrem as abordagens e as principais táticas de sedução e manipulação utilizadas (Santisteban *et al.*, 2018). Destarte, ressalta-se a necessidade de orientação parental, para fins de se estabelecer um vínculo de confiança e dialógico com a criança ou adolescente. É importante destacar que a conscientização sobre os riscos existentes na *internet* não tem por objetivo a adoção de uma postura proibitiva por parte dos pais, isto é, que venham a impedir o acesso dos filhos ao ambiente digital. Pelo contrário, as ações estimuladas concentram-se no diálogo, no estabelecimento de limites e no monitoramento.

Assim, são listadas diversas condutas em que se espera uma atuação proativa dos pais na construção de uma relação positiva com os filhos. Nesse contexto, abordam-se tópicos relacionados à privacidade, à restrição de conteúdo por idade, ao *cyberbullying*, à proteção de senhas e equipamentos e, consequentemente, à conscientização sobre riscos e ameaças existentes nos ambientes virtuais.

É imprescindível que o acesso a dispositivos conectados à *internet* seja balizado por regras. As crianças e adolescentes devem ter ciência dos deveres que possuem, bem como do papel que desempenham na relação hierárquica familiar, de modo que o uso de celulares, *videogames* e afins necessita estar condicionado ao cumprimento de determinadas obrigações. Lado outro, os pais devem ter ciência de que suas ações podem influenciar diretamente o comportamento dos filhos.

Avançando-se ao monitoramento, aquilo que a criança ou adolescente faz ou acessa *on-line* deve ser passível de conhecimento e controle por parte dos responsáveis (Pereira, 2021). Nesse sentido, existem aplicativos e configurações capazes de filtrar o conteúdo exibido, restringir quem pode acessá-lo, bem como bloquear aqueles considerados inadequados. Algumas ferramentas de controle parental, como o *Family Link*, da Google, são apresentadas.

Sabendo-se da importância de livros infantis para a educação e prevenção ao abuso sexual infantojuvenil, são recomendadas algumas obras de referência, visto que a abordagem com crianças difere daquela destinada a adolescentes, necessitando, para tanto, de um material apropriado (Soma; Williams, 2014).

A parte final do módulo destina-se à orientação sobre o que fazer diante da ocorrência de um crime. Nessa situação, demonstra-se que a omissão é a pior das ações, razão pela qual deve se primar por uma postura ativa baseada, principalmente, no acolhimento da vítima, na denúncia ao órgão competente e na preservação de provas. Os pais são orientados quanto à competência de certas instituições que podem ser acionadas, como o Ministério Público e a própria Polícia, bem como tomam ciência de canais de contato e denúncia, como o Disque 100, o Comunica PF e o *helpline* da Safernet.

MÓDULO ALUNOS

PARTE 1 – BEM-ESTAR E SAÚDE MENTAL

Esta parte inicial tem por objetivo fazer com que os estudantes se percebam como usuários e criadores de conteúdos em redes sociais e de outros recursos ofertados na *internet*. Para isso, são mobilizadas situações-problema para que os alunos sejam capazes de estabelecer relações entre o uso de redes sociais e saúde emocional. Para que possam avançar no sentido de uma autoanálise comportamental enquanto usuários, são provocados a monitorar o uso, por meio de recursos ofertados em seus dispositivos, nas próprias redes sociais ou na *internet*, comparando seu comportamento com parâmetros oferecidos por médicos e outros especialistas em saúde mental. Além disso, são incentivados a planejar mudanças de hábito para utilizarem as aplicações de forma saudável, percebendo que o uso e os conteúdos que criam podem impactar negativamente a saúde, seja ela física ou mental (Haidt, 2024). Por fim, são apresentados canais de ajuda para questões relacionadas ao bem-estar socioemocional.

Inicialmente, os estudantes são instigados a manifestar as noções que possuem acerca do que significa bem-estar, saúde mental e saúde emocional, e de que forma tais conceitos se relacionam com a *internet*. Almejando uma participação ativa, busca-se verificar quais participantes possuem contas em redes sociais e como se sentem ao consumir os conteúdos que elas oferecem. A partir das interações, são promovidas, por meio de figuras e vídeos, reflexões intrínsecas a esses ambientes.

Na sequência, passa-se à explanação do que, de fato, significa saúde mental e a relação desse conceito com bem-estar. Assim, os estudantes são orientados sobre a importância de evitarem situações que podem desencadear emoções negativas, como o envolvimento em brigas que ocorrem em grupos *on-line*. Além disso, são apresentadas noções sobre autocuidado individual, social e ergonômico (Kenny; Wurtele, 2010).

A partir dos conhecimentos adquiridos, é necessário que os participantes realizem uma autoanálise comportamental. Logo, são questionados acerca do tempo que passam diante de telas ao longo do dia, e quais são as atividades feitas nesse período, ou seja, como o uso de telas se materializa. Além disso, fatores relacionados ao sono também são objeto de investigação, como a tendência a dormir tarde ou acordar durante a noite para fazer uso de dispositivos informáticos (Orben; Przybylski, 2019).

Nessa lógica, ferramentas de bem-estar presentes nas principais redes sociais e sistemas operacionais são exibidas, a fim que os participantes saibam operacionalizá-las. Trata-se de configurações referentes a controle de tela, tempo dispensado em cada aplicativo e restrições de conteúdo acessado. Outrossim, busca-se conscientizá-los, por meio de orientações exaradas por especialistas, acerca de práticas saudáveis e promotoras de bem-estar (Goyal *et al.*, 2014).

Pode-se, a partir desse momento, adentrar em situações mais sensíveis, como o Transtorno de Dependência de Tela (Rosa; Souza, 2021). Nesse interim, o conceito de *Fear of Missing Out* ("FOMO" – medo de ficar de fora, em tradução literal) é apresentado, em razão de estar associado ao surgimento dessa psicopatologia (Elhai; Yang; Montag, 2021).

Sob a ótica do acolhimento, passa-se à apresentação de canais de ajuda destinados ao tratamento dos problemas identificados. Portanto, os estudantes são orientados ao que deve ser feito e a quem recorrer, caso necessitem de auxílio para lidar com questões relacionadas à saúde mental e apoio emocional. Por fim, reforça-se a presença de um círculo social positivo como mecanismo efetivo no combate a situações estressoras e desenvolvimento de resiliência emocional (Williams; Padilha; Brino, 2013).

PARTE 2 – SEGURANÇA E PRIVACIDADE NA *INTERNET*

A segunda parte do módulo para adolescentes almeja provocá-los a reconhecer os riscos existentes na *internet* relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais e, a partir desse conhecimento, buscar formas de protegerem a si e aos outros. Nessa lógica, são orientados quanto à identificação e eliminação de situações de risco. Ainda neste módulo, os estudantes são incentivados a reconhecer a importância de refletir e planejar cuidadosamente a forma que desejam se expor nas redes, no sentido de preservarem sua reputação presente e futura e, da mesma forma, respeitarem a privacidade de terceiros.

A princípio, os participantes são questionados a respeito de conceitos inerentes à temática, como privacidade, rastros digitais, dados pessoais e sensíveis, a fim de que, a partir de noções introdutórias, os tópicos possam ser examinados de forma mais precisa. Em tal contexto, é imperativo que os alunos tenham ciência de que a *internet* não é uma "terra sem lei", isto é, de que existem normativos que balizam a conduta dos usuários nesse ambiente. Para tanto, são apresentados o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) (Brasil, 2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018) (Brasil, 2018) como regulamentos importantes no Brasil, os quais tratam de direitos e responsabilidades no uso da *internet* e na proteção de dados pessoais.

Por meio de exemplos baseados em notícias reais, os adolescentes são conscientizados que, de fato, existem leis que punem várias condutas inapropriadas na *internet*, como *cyberbullying*, compartilhamento de imagens íntimas, discursos preconceituosos, entre outras práticas consideradas criminosas (Brasil, 2024).

Se, por um lado, há uma proteção legal, por outro, a proteção individual é de igual importância (Jones; Mitchell; Walsh, 2014). Sob essa ótica, o tópico de autoproteção nas redes é introduzido a partir da configuração de senhas. Logo, ensina-se aos participantes como, por meio da combinação de números, letras maiúsculas, minúsculas e caracteres especiais, criar senhas consideradas de alta segurança. No entanto, sabendo-se que a senha é, de forma exclusiva, insuficiente para impedir invasões, são apresentados outros recursos complementares de segurança, como a Verificação em Duas Etapas (ou Autenticação de Dois Fatores).

Na sequência, são utilizados vídeos e cartilhas para ilustrar e instruir acerca dos principais ataques que acontecem nas redes (Cert.br, 2023). Nesse contexto, fala-se sobre Engenharia Social, *Phishing*, *Spam*, vírus e outros tipos de *malwares*, bem como sobre as ferramentas necessárias para combatê-los, como *softwares* de proteção (antivírus e *firewall*).

Conforme evidenciado em pesquisas recentes, crianças e adolescentes acessam a *internet*, majoritariamente, por meio de *smartphones* (Cetic.br, 2023). Considerando que tais aparelhos agregam uma série de funcionalidades – câmera, *internet*, armazenamento de arquivos, agenda, GPS, aplicativos bancários, etc. –, os participantes são orientados sobre as principais configurações de segurança que devem ser adotadas nos dispositivos móveis, a fim de minimizar danos em casos de perda, extravio ou acesso não autorizado.

Grande parte dos riscos existentes na *internet* advém da exposição de informações privadas que se tornam públicas (Araújo; Camargo Jr., 2023). Destarte, é mister que os adolescentes compreendam a relação entre privacidade e compartilhamento de dados e informações pessoais nas redes. Por meio de perguntas e respostas, espera-se que compreendam o potencial de alcance que existe nas redes, de modo que, uma vez publicada uma informação, não se tem controle sobre quem poderá acessá-la e compartilhá-la com outras pessoas.

Considerando as inovações tecnológicas, destaca-se o uso de ferramentas de Inteligências Artificial (IA) para manipular ou criar imagens e vídeos falsos. Nesse contexto, observa-se o fenômeno do *Deep Nude* (Ruiz *et al.*, 2023). Logo, os adolescentes são instruídos a como agir (denunciar) se tiverem contato com esse tipo de conteúdo.

Por fim, espera-se que os alunos percebam que toda conduta realizada em ambientes digitais é registrada em servidores e bancos de dados. Assim, a percepção de uma "navegação anônima" é desconstruída na medida em que tomam ciência de que empresas e autoridades podem ter acesso a atividades e conteúdos que o usuário opera na rede (NetClean, 2018). Além disso, algumas considerações são feitas visando à adoção de medidas preventivas, a fim de evitar que pessoas mal-intencionadas tenham acesso a informações privadas, como dados de geolocalização ou conversas íntimas.

PARTE 3 – RESPEITO E EMPATIA NAS REDES

Neste módulo, objetiva-se provocar os estudantes a reconhecerem situações relacionadas à falta de respeito e empatia nas redes sociais e os prejuízos causados do ponto de vista físico e emocional. Nesse processo, são confrontados com suas próprias vivências, na perspectiva de identificarem situações em

que possam atuar como vítimas, testemunhas ou causadores de situações envolvendo *bullying* e *cyberbullying*. Por fim, os alunos são incentivados a conhecer e divulgar canais de ajuda e denúncia de situações envolvendo comportamentos não desejados na *internet*, compreendendo que tais condutas também são passíveis de punições reais.

Inicia-se o módulo com atividades que aludem à empatia, isto é, a habilidade de se colocar no lugar de outra pessoa, entender suas emoções, perspectivas e circunstâncias, e responder de maneira apropriada e compassiva (Sampaio; Camino; Roazzi, 2009). Na sequência, busca-se questionar como a falta de empatia se manifesta nos ambientes *on-line*, a fim de traçar uma relação com a figura do "cancelamento" (Camilloto; Urashima, 2021).

A partir dessa noção, os tópicos referentes ao *bullying* e *cyberbullying* são introduzidos, buscando diferenciá-los de situações pontuais ou brincadeiras inapropriadas. A explicação é balizada conforme os ditames da Lei nº 14.811/2024, a fim de que os participantes tenham noção concreta de que as condutas em questão estão tipificadas como crimes, sendo possível a aplicação de penalidades (Brasil, 2024). Para isso, são ilustradas notícias reais como forma de exemplo. Também são utilizados vídeos nos quais influenciadores digitais discutem a temática. Ao final, espera-se que os participantes adotem posturas proativas, independentemente do papel que possam vir a desempenhar (vítima, autor ou testemunha).

PARTE 4 – COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Na quarta parte, almeja-se apresentar a noção de desordem informacional. São discutidos dados sobre os hábitos de consumo de mídia pelos jovens brasileiros e os tipos de habilidades digitais para leitura crítica. Além disso, os estudantes são estimulados a experimentar o uso de estratégias e ferramentas de checagem de fatos, bem como a conhecer ferramentas tecnológicas de combate à desinformação e mecanismos de denúncia.

Sabe-se que o uso de tecnologias digitais facilitou a circulação de informações falsas ou manipuladas, bem como de discursos e campanhas de ódio. Nesse contexto, um ambiente informacional poluído pela desinformação compromete a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões bem informadas, o que gera prejuízos a toda a sociedade, principalmente em momentos importantes, como em período eleitorais, ou em meio a situações de crise, a exemplo de calamidades (Wardle; Derakhshan, 2017). À vista disso, são apresentadas algumas notícias falsas, a fim de que os adolescentes consigam identificar elementos característicos que lhes são inerentes.

Por meio de reflexões, busca-se questionar quais eram as principais fontes de informação em outros momentos da história, contrapondo-as com aquelas dos dias atuais, para que os participantes possam perceber como a *internet* transformou a dinâmica da criação e do compartilhamento de informações. Por consequência, o conceito de desinformação é apresentado (Wardle; Derakhshan, 2017). Sob essa ótica, alguns tópicos relacionados ao tema são apresentados, como *fake news,* tipos de conteúdo desinformativo, *content farming* e "isca de cliques" (*click bait*).

Por muitas vezes, conteúdos desinformativos são formulados para despertar emoções fortes, a fim de motivar o compartilhamento imediato e sem verificação (Galhardi *et al.*, 2020). Assim, os estudantes são orientados acerca de como agir para não se tornarem vítimas desse tipo de manipulação comportamental. De outro lado, são apresentadas agências de checagem de fatos, como recurso a se recorrer quando

da necessidade de verificar se uma notícia é verdadeira ou não. Por fim, é proposta uma atividade final que tem por objetivo ensinar a como pesquisar de forma inteligente na *internet*.

PARTE 5 – RELAÇÕES SEGURAS EM AMBIENTES ON-LINE

No último módulo destinado aos adolescentes, busca-se provocá-los a reconhecer os riscos e perigos intrínsecos aos relacionamentos virtuais, em especial nas situações que envolvem violências de cunho sexual que ocorrem na *internet*. Nesse processo, os estudantes são convidados a observar seus comportamentos e experiências, na perspectiva de identificarem situações em que possam atuar como vítimas, testemunhas ou como causadores de situações envolvendo violência sexual, sextorsão ou assédio. Por fim, a eles são apresentados canais de ajuda e de denúncia de situações envolvendo a exploração e o abuso sexual infantojuvenil, principalmente aquele que ocorre em ambientes virtuais, reforçando que tais comportamentos são passíveis de punições severas.

Na construção metodológica do módulo destinado aos adolescentes, tratou-se precisamente sobre a exploração e o abuso sexual infantojuvenil que ocorre em ambientes virtuais, ponto central desse trabalho, na parte final. Isso porque, conforme Whittle *et al.* (2013), as abordagens preventivas devem englobar não apenas a prevenção a crimes sexuais, mas também aspectos gerais de saúde, abrangendo questões de desenvolvimento socioemocional, identidade, autoestima, tomada de decisões autônomas e racionais, comunicação assertiva, crescimento pessoal e social, cidadania ativa e digital, além de relacionamentos interpessoais fundamentados no respeito.

Logo, perpassa-se todo um caminho até que seja possível adentrar à temática, considerando, além dessa lógica causal, a sensibilidade e as dinâmicas que lhe dizem respeito. À vista disso, uma vez robustecidos de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à cibersegurança, aos participantes são apresentados os principais riscos existentes em relacionamentos sociais *on-line*.

Neste módulo, faz-se o uso de diversos recursos visuais, como vídeos, imagens, figuras e diagramas, a fim de tornar a comunicação mais fluida, bem como facilitar o processo de absorção dos conhecimentos transmitidos. Além disso, busca-se promover rodas de conversas, a fim de que os participantes possam partilhar experiências e percepções (Wurtele; Kenny, 2016).

Inicialmente, busca-se explicar como se dá o fenômeno do *grooming* (Broome; Izura; Davies, 2020; Gámez-Guadix *et al.*, 2018; Kopecký; Szotkowski, 2017; Lourenço, 2021; Santisteban *et al.*, 2018; Williams; Padilha; Brino, 2013; Whittle; Hamilton-Giachritsis; Beech, 2014). Após as explanações, almeja-se que os alunos estejam atentos e desconfiem de: pedidos de amizades acompanhados de muitos elogios; indivíduos que solicitam informações pessoais ou imagens íntimas em curto espaço de tempo; promessas de prêmios, dinheiro e oportunidades; e desafios e "brincadeiras" que envolvam atos íntimos. Diante de algum contato inapropriado, espera-se que o adolescente (1) não responda; (2) bloqueie o usuário; (3) reporte à plataforma; e (4) peça ajuda a um adulto ou alguém de sua confiança (Wurtele, 2008).

Na sequência, passa-se a tratar sobre outra forma de violência sexual bastante frequente em ambientes digitais: a sextorsão (extorsão envolvendo o compartilhamento de conteúdos íntimos). Sob essa ótica, os participantes são questionados se o uso das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas contribuiu para a divulgação de vídeos e imagens íntimas, a fim de que, a partir das respostas, sejam pro-

postas reflexões sobre como não se tornar vítima desse tipo de crime e, além disso, como agir diante de casos envolvendo terceiros.

Logo, nas situações envolvendo o "vazamento" de conteúdos íntimos, espera-se que os participantes: (1) registrem o máximo possível de informações sobre as páginas e as mensagens em que as ameaças foram feitas ou o conteúdo foi compartilhado, como URLs, *prints* das telas, *e-mails* e conversas; (2) procurem o órgão policial para registrar o crime; (3) denunciem o conteúdo na plataforma em que foi postado, solicitando sua remoção; (4) busquem o apoio de amigos, familiares ou profissionais específicos, como psicólogos, por exemplo; e (5) principalmente não se culpem, uma vez que a culpa deve ser atribuída a quem compartilhou o conteúdo sem autorização. Corroborando com o exposto, são apresentados canais de ajuda e denúncia de crimes, como o *Helpline*, da Safernet, e o Comunica PF, da Polícia Federal.

Posteriormente, são reforçadas algumas orientações que visam à construção de relações positivas na *internet*. Aliado a isso, enfatiza-se a necessidade de discutir aspectos relacionados à sexualidade em ambientes seguros, seja com os pais, na escola ou com pessoas de confiança, em vez de se promover uma exposição indevida nas redes (Banfield; McGorm; Sargent, 2015; Martin; Silverstone, 2016). Por sua vez, estimula-se a criação de relacionamentos e hábitos saudáveis fora do ambiente digital. Ao final, ressaltam-se os tipos penais intrínsecos ao tema, a fim de que os participantes tenham ciência de que as condutas são passíveis de punições reais.

CONCLUSÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas incluem uma meta específica no item 16.2 que visa eliminar, até 2030, o abuso, a exploração, o tráfico, a tortura e todas as formas de violência contra crianças e adolescentes. Para que isso seja possível, programas de prevenção são imprescindíveis.

À vista disso, acredita-se que, com a promoção do programa Guardiões da Infância, os participantes percebam: que são usuários e criadores de conteúdos em redes sociais e de outros recursos ofertados na *internet*, e que o comportamento nesses ambientes, como a falta de respeito e empatia, pode gerar impactos negativos tanto na saúde física como na emocional das pessoas que ali estão inseridas; que existem riscos relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais, razão pela qual devem buscar formas de proteger a si e aos outros; que muitas notícias compartilhadas nas redes podem não ser verdadeiras, sendo necessário, portanto, adotar certas ações antes de compartilhar qualquer informação; e que existem diversas formas de violência sexual em ambientes *on-line*, o que demanda uma série de ações preventivas ou reativas, seja enquanto vítima ou testemunha, e que, havendo autoria ou participação, estará configurada a prática de crime(s), o que ensejará a devida responsabilização. Nesse contexto, contarão com o apoio de seus pais e professores, na medida em que esses contribuirão ativamente no desenvolvimento dessas competências.

Espera-se, ainda, que atuem como multiplicadores, isto é, que venham a transmitir conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos a outros alunos que ainda não tiveram a oportunidade de serem submetidos ao programa. Aliado a isso, almeja-se a construção de uma percepção subjetiva relativa à autorresponsabilidade, na medida em que, a partir da formação, o participante torne-se responsável por promover um ambiente *on-line* mais seguro, ético e positivo.

Por fim, percebe-se que iniciativas como a que foi apresentada ao longo deste trabalho não apenas fortalecem a atuação dos órgãos de segurança pública, mas também mobilizam a sociedade para assumir um papel ativo na proteção dos mais vulneráveis. Espera-se que este programa inspire a responsabilidade coletiva e fomente uma cultura de respeito e proteção à infância e adolescência, garantindo-lhes um futuro livre da violência, no qual possam desenvolver-se plenamente e com dignidade, pois o futuro de nossas crianças e adolescentes depende do compromisso que assumimos hoje para defendê-los e acolhê-los, inclusive no universo digital.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vanessa Carolina Carmo Costa; CAMARGO JR., Waldir Franco de. Análise sobre a responsabilidade civil dos genitores quanto à exposição das crianças na era digital. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 10, p. 3737-3753, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12167. Acesso em: 14 jan. 2024.

BANFIELD, Michelle; MCGORM, Kelly; SARGENT, Ginny. Health promotion in schools: a multi-method evaluation of an Australian School Youth Health Nurse Program. **BMC Nursing**, London, v. 14, n. 21, 2015. DOI: https://doi.org/10.1186/s12912-015-0071-0. Acesso em: 4 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 23911, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 9 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 10.446, de 8 de maio de 2002. Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1o do art. 144 da Constituição. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 2, 9 maio 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10446.htm#:~:text=L10446&text=LEI%20N%C2%BA%2010.446%2C%20DE%208%20DE%20MAIO%20DE%202002. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 10 jul 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 628.624 Minas Gerais**. Acórdão. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília/DF, 29 out. 2015. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10667081. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 5 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 59, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. **Portal Gov.Br**, MDH, Notícias, 17 maio 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP Nº 288, de 23 de janeiro de 2023**. Regulamenta a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos e das Funções Comissionadas Executivas do Anexo II ao Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Brasília: **Diário Oficial da União**, n. 17, Seção 1, p. 31, 24 jan. 2023b. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-288-de-23-de-janeiro-de-2023-459687649. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 15 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14811.htm. Acesso em: 13 jan. 2024.

BROOME, Laura Jayne; IZURA, Cristina; DAVIES, Jason. A psycho-linguistic profile of online grooming conversations: a comparative study of prison and police staff considerations. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 109, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104647. Acesso em: 22 out. 2023.

BROWN, Deirdre; LAMB, Michael. Forensic interviews with children. A two-way street: supporting Interviewers in adhering to best practice recommendations and enhancing children's capabilities in forensic interviews. *In*: KUEHNLE, Kathryn; CONNELL, Mary (Eds.). **The evaluation of child sexual abuse allegations.** A comprehensive guide to assessment and testimony. Hoboken, NJ: Wiley, 2009, p. 299-309. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Michael-Lamb-8/publication/239730577_A_two-way_street_Supporting_interviewers_in_adhering_to_best_practice_recommendations_and_enhancing_children's_capabilities_in_forensic_interviews/links/6231f0d2d37dab4f96e8d6bd/A-two-way-street-Supporting-interviewers-in-adhering-to-best-practice-recommendations-and-enhancing-childrens-capabilities-in-forensic-interviews.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

CAMILLOTO, Bruno; URASHIMA, Pedro. Liberdade de expressão, democracia e cultura do cancelamento. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 7, n. 2, p. 1-25, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.29293/rdfg.v7i02.317. Acesso em: 21 jun. 2024.

CERT.BR – Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. **Cartilha de Segurança para Internet**. **Fascículos**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://cartilha.cert.br/fasciculos/. Acesso em: 12 abr. 2024.

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. TIC Kids Online Brasil 2023: crianças estão se conectando à Internet mais cedo no país. **Portal Cetic.br**, Notícias, Releases, 24 out. 2023. Disponível em: https://cetic.br/pt/noticia/tic-kids-online-brasil-2023-criancas-estao-se-conectando-a-internet-mais-cedo-no-pais/. Acesso em: 23 nov. 2023.

CHILDFUND (Australia). **ChildFund's swipe safe**. Portal ChildFund Australia, 2017. Disponível em: https://www.childfund.org.au/swipe-safe-program/. Acesso em: 25 ago. 2023.

CUNNINGHAM, Alison. Dificuldades apresentadas por crianças ao prestar depoimento no Fórum Judicial e como ajudá-las. *In*: WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti; ARAÚJO, Eliane Aparecida (Orgs.). **Prevenção do abuso sexual infantil**: um enfoque interdisciplinar. Curitiba: Juruá, 2009, p. 162-167.

DANTAS, Katia. **Educação Protegida**. 2023. Disponível em: https://educacaoprotegida.com.br/. Acesso em: 2 mar. 2024.

DAVIS, Angela; HUSSEIN, Marium; KARDEFELT-WINTHER, Daniel; ALADRO, Camila Perera; QUARTI, Jennifer; TWESIGYE, Rogers. **Projeto Disrupting Harm: gerando evidências nacionais para prevenir e combater a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes online**. *In*: NIC.BR – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil**: TIC Kids Online Brasil 2022. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023, p. 91-96. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ECPAT – End Child Prostitution And Trafficking. **Emerging global threats related to the online sexual exploitation of children**. Thailand: ECPAT International, 2017. Disponível em: https://ecpat.org/resource/emerging-global-threats-related-to-online-child-sexual-exploitation-ocse/. Acesso em: 11 nov. 2023.

ELHAI, Jon; YANG, Haibo; MONTAG, Christian. Fear of missing out (FOMO): overview, theoretical underpinnings, and literature review on relations with severity of negative affectivity and problematic technology use. **Brazilian Journal Of Psychiatry**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 203-209, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0870. Acesso em: 6 jun. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279. Acesso em: 20 nov. 2025.

FOXCROFT, David; TSERTSVADZE, Alexander. Universal school-based prevention programs for alcohol misuse in young people. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 5, 2011. DOI: https://doi.org/10.1002/14651858.CD009113. Acesso em: 14 fev. 2024.

GALHARDI, Cláudia Pereira; FREIRE, Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FAGUNDES, Maria Clara Marques. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 4201-4210, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020. Acesso em: 14 fev. 2024.

GÁMEZ-GUADIX, Manuel; ALMENDROS, Carmem; CALVETE, Esther; SANTISTEBAN, Patricia de. Persuasion strategies and sexual solicitations and interactions in online sexual grooming of adolescents: modeling direct and indirect pathways. **Journal of Adolescence**, London, v. 63, n. 1, p.11-18, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.12.002. Acesso em: 14 fev. 2024.

GOYAL, Madhav; SINGH, Sonal; SIBINGA, Erica; GOULD, Neda; ROWLAND-SEYMOUR, Anastasia; SHARMA, Ritu; BERGER, Zackary; SLEICHER, Dana; MARON, David; SHIHAB, Hasan; RANASINGHE, Padmini; LINN, Shauna; SAHA, Shonali; BASS, Eric; HAYTHORNTHWAITE, Jennifer. Meditation programs for psychological stress and well-being. **Jama Internal Medicine**, v. 174, n. 3, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1001/jamainternmed.2013.13018. Acesso em: 29 nov. 2024.

HAIDT, Jonathan. **A geração ansiosa**: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. Tradução de Lígia Azevedo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HERMAN, Steve. Forensic child sexual abuse evaluations. Accuracy, ethics, and admissibility. *In*: KUEHNLE, Kathryn; CONNEL, Mary (Eds.). **The evaluation of child sexual abuse allegations**: a comprehensive guide to assessment and testimony. Hoboken: Wiley, 2009, p. 247-255. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2009-01883-000. Acesso em: 29 fev. 2024.

JONES, Lisa; MITCHELL, Kimberly; WALSH, Wendy. A systematic review of effective youth prevention education: implications for internet safety education. **Crimes Against Children Research Center**, Durham, 2014. Disponível em: https://scholars.unh.edu/ccrc/42/. Acesso em: 4 nov. 2023.

KATZ, Carmit. Internet-related child sexual abuse: what children tell us in their testimonies. **Children and Youth Services Review**, v. 35, n. 9, p. 1536-1542, 2013. DOI: https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.06.006. Acesso em: 9 nov. 2023.

KENNY, Maureen; WURTELE, Sandy. Children's abilities to recognize a "good" person as a potential perpetrator of childhood sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 34, n. 7, p. 490-495, 2010. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.11.007. Acesso em: 2 nov. 2023.

KOPECKÝ, Kamil; SZOTKOWSKI, René. Cyberbullying, cyber aggression and their impact on the victim – The teacher. **Telematics and Informatics**, v. 34, n. 2, p. 506-517, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/j.tele.2016.08.014. Acesso em: 6 dez. 2023.

LENOUE, Sean; RIGGS, Paula. Substance abuse prevention. **Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America**, v. 25, n. 2, p. 297-305, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chc.2015.11.007. Acesso em: 20 out. 2023.

LIVINGSTONE, Sonia; MASCHERONI, Giovanna; STAKSRUD, Elisabeth. Developing a framework for researching children's online risks and opportunities in Europe. **EU Kids Online**, Londres, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285593314_Developing_a_framework_for_researching_children's_online_risks_and_opportunities_in_Europe. Acesso em: 2 nov. 2023.

LOURENÇO, Marília de Jesus Gorgulho. **Grooming Sexual Online –** A perspetiva das vítimas sobre a vivência e o impacto emocional deste fenómeno. 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Saúde, Universidade do Porto, Porto, 2021. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134914/2/483822.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

MARTIN, Erin; SILVERSTONE, Peter. An evidence-based education program for adults about child sexual abuse ("prevent it!"): that significantly improves attitudes, knowledge, and behavior. **Frontiers in Psychology**, v. 7, 2016. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01177. Acesso em: 2 nov. 2023.

MEYERSON, Lori; LONG, Patricia; MIRANDA, Robert; MARX, Brian. The influence of childhood sexual abuse, physical abuse, family environment, and gender on the psychological adjustment of adolescents. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 387-405, 2002. DOI: https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00315-0. Acesso em: 30 nov. 2023.

NETCLEAN. **The NetClean Report 2017**: there is no such thing as a typical offender. 2018. [The consumer of child sexual abuse material]. Disponível em: https://respect.international/netclean-report-2017/. Acesso em: 25 nov. 2023.

NIC.BR – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**: TIC Kids Online Brasil 2022. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2022/. Acesso em: out. 2023.

OATES, Ronald Kim. Sexual abuse and suicidal behavior. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 28, n. 5, p. 487-489, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.04.002. Acesso em: 25 out. 2023.

OFFICE OF ELECTRONIC COMMUNICATIONS (UKE). **Click sensibly #keepCTRL – new UKE educational campaign**. Warsaw, 10 Dec. 2019. Disponível em: https://www.uke.gov.pl/en/newsroom/click-sensibly-keepctrl-new-uke-educational-campaign,243.html. Acesso em: 2 set. 2023.

OGUNJIMI, Adetola Ibiwumi; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro de; SILVA, Marta Angélica Iossi. **Child sexual abuse prevention: integrative review**. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11, n. 11, p. 4469-4482, 2017. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002922841. Acesso em: 26 out. 2023

ORBEN, Amy; PRZYBYLSKI, Andrew. The association between adolescent well-being and digital technology use. **Nature Human Behaviour**, v. 3, n. 2, p. 173-182, 2019. DOI: https://doi.org/10.1038/s41562-018-0506-1. Acesso em: 12 ago. 2024.

PEREIRA, Ana Paula Dias; SANCHEZ, Zila. Características dos Programas escolares de Prevenção ao Uso de Drogas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 3131-3142, ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.28632018. Acesso em: 15 nov. 2023.

PEREIRA, Leda Paula Bernardi. **O adolescente e o fenômeno grooming**: uma revisão sistemática. 2021. 84 f. Orientadora: Maria Sylvia de Souza Vitalle. Dissertação (Mestrado em Ciências) -- Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP. 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSP_e8d7f467eb7f8778b5c8ddbeb1e23882. Acesso em: 20 nov. 2023.

PONTE, Cristina; SIMÕES, José Alberto; BATISTA, Susana; JORGE, Ana; CASTRO, Teresa Sofia. **Crescendo entre ecrãs**: usos de meios eletrónicos por crianças (3-8 anos). Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2017. Disponível em: https://www.erc.pt/documentos/Crescendoentreecras/files/downloads/crescendo-entre-ecras.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

REZA, Avid; BREIDING, Matthew; GULAID, Jama; MERCY, James; BLANTON, Curtis; MTHETHWA, Zoda; BAMRAH, Sapna; DAHLBERG, Linda; ANDERSON, Mark. Sexual violence and its health consequences for female children in Swaziland: a cluster survey study. **The Lancet**, London, v. 373, n. 9679, p.1966-1972, 2009. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(09)60247-6/abstract. Acesso em: 29 de fev. 2024.

ROSA, Priscilla Maria Faraco; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Ciberdependência e infância: as influências das tecnologias digitais no desenvolvimento da criança. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 7, n. 3, p. 23311-23321, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-172. Acesso em: 5 jun. 2024.

RUIZ, Nataniel; BARGAL, Sarah Adel; XIE, Cihang; SCLAROFF, Stan. Practical disruption of image translation deepfake networks. **Proceedings Of The AAAI Conference on Artificial Intelligence**, Washington, v. 37, n. 12, p. 14478-14486, 2023. DOI: https://doi.org/10.1609/aaai.v37i12.26693. Acesso em: 10 jun. 2024.

SAFERNET. **Educando para boas escolhas online**. 2020. Disponível em: https://ead.safernet.org.br/boa-escolhasonline/. Acesso em: 20 nov. 2023.

SAFERNET. **Disciplina de Cidadania Digital**. 2023. Disponível em: https://cidadaniadigital.org.br/. Acesso em: 20 nov. 2023.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues; CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos; ROAZZI, Antonio. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 2, p. 212-227, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000200002. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTISTEBAN, Patricia de; HOYO, Joana del; ALCÁZAR-CÓRCOLES, Miguel Ángel; GÁMEZ-GUADIX, Manuel. Progression, maintenance, and feedback of online child sexual grooming: a qualitative analysis of online predators. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 80, p. 203-215, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.026. Acesso em: 22 dez. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **A Escola contra o abuso sexual infantil: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-A-Escola-contra-o-Abuso-Sexual-draft-06.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 353-361, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2014000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134. Acesso em: 10 dez. 2023.

STONE, Jeff. How many dark web marketplaces actually exist? About 100. **Portal CyberScoop**, Technology, 6 maio 2019. Disponível em: https://www.cyberscoop.com/dark-web-marketplaces-research-recorded-future/. Acesso em: 25 nov. 2023.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009. Acesso: 26 jun. 2024.

UK-FCDO – Foreign, Commonwealth Development Office. **Digital Access Programme**. Reino Unido: DevTracke, 2022. Disponível em: https://devtracker.fcdo.gov.uk/programme/GB-1-204963/summary. Acesso em: 18 dez. 2023.

VEENEMA, Tener Goodwin; THORNTON, Clifton; CORLEY, Andrew. The public health crisis of child sexual abuse in low and middle income countries: an integrative review of the literature. **International Journal of Nursing Studies**, v. 52, n. 4, p. 864-81, 2015. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2014.10.017. Acesso em: 20 nov. 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe, 2017. Disponível em: https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html. Acesso em: 10 maio 2024.

WHITTLE, Helen; HAMILTON-GIACHRITSIS, Catherine; BEECH, Anthony. "Under His Spell": victims' perspectives of being groomed online. **Social Sciences**, v. 3, n. 3, p. 404-426, 2014. DOI: https://doi.org/10.3390/socsci3030404. Acesso em: 20 nov. 2023.

WHITTLE, Helen; HAMILTON-GIACHRITSIS, Catherine; BEECH, Antony; COLLINGS, Guy. A review of young people's vulnerabilities to online grooming. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 1, p. 135-146, 2013. DOI: https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.11.008. Acesso em: 1 nov. 2023.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; PADILHA, Maria da Graça Saldanha; BRINO, Rachel de Faria. Programas de prevenção de abuso sexual. *In*: SERAFIM, Antonio de Pádua; BARROS, Daniel Martins de; SAFFI, Fabiana (Orgs.). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica III**. São Paulo: Vetor, 2013, p. 231-248.

WURTELE, Sandy. K.. Behavioral approaches to educating young children and their parents about child sexual abuse prevention. **The Journal Of Behavior Analysis Of Offender And Victim Treatment And Prevention**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 52-64, 2008. American Psychological Association (APA). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1037/h0100434. Acesso em: 01 out. 2023.

WURTELE, Sandy; KENNY, Maureen. Technology-related sexual solicitation of adolescents: a review of prevention efforts. **Child Abuse Review**, v. 25, n. 5, p. 332-344, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1002/car.2445. Acesso em: 1 dez. 2023.

YSTGAARD, Mette; HESTETUN, Ingebjørg; LOEB, Mitchell; MEHLUM, Lars. Is there a specific relationship between childhood sexual and physical abuse and repeated suicidal behavior? **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 28, n. 8, p. 863-875, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.01.009. Acesso em: 5 nov. 2023.



REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

www.forumseguranca.org.br